



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Beatriz Perista Serrazina

A CONSTRUÇÃO DE UM IMPÉRIO
TERRITÓRIO, CONEXÕES E ARQUITECTURA NA
COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

VOLUME 1

**Tese no âmbito do Doutoramento em Patrimónios de Influência
Portuguesa, especialização em Arquitectura e Urbanismo,
orientada pela Professora Doutora Ana Vaz Milheiro e pelo
Professor Doutor Miguel Bandeira Jerónimo e
apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar
da Universidade de Coimbra**

Setembro de 2023

Instituto de Investigação Interdisciplinar
da Universidade de Coimbra

A construção de um império: território, conexões e arquitectura na Companhia de Diamantes de Angola

Beatriz Serrazina

VOLUME 1

Dissertação de Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, especialização em Arquitectura e Urbanismo, orientada pela Professora Doutora Ana Vaz Milheiro e pelo Professor Doutor Miguel Bandeira Jerónimo, e apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2023

1 2  9 0

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Financiamento

Esta tese teve o apoio de uma Bolsa de Doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (SFRH/BD/122658/2016 e COVID/BD/152352/2022), cofinanciada pelo Fundo Social Europeu (FSE), através do Programa Operacional Regional Centro. A bolsa iniciou em Setembro de 2017 e terminou em Setembro de 2022.



Tese realizada no âmbito dos projectos “**Coast to Coast: Desenvolvimento infraestrutural tardio na antiga África continental portuguesa (Angola e Moçambique)**” [PTDC/ATP-AQI/0742/2014], com coordenação de Ana Vaz Milheiro (IR) e financiamento da FCT, no qual participei como investigadora, e “**ArchWar: Dominance and mass-violence through Housing and Architecture during colonial wars. The Portuguese case (Guinea-Bissau, Angola, Mozambique): colonial documentation and post-independence critical assessment**” [PTDC/ART-DAQ/0592/2020], com coordenação de Ana Vaz Milheiro (IR) e Filipa Fiúza (Co-IR) e financiamento da FCT, no qual participei e beneficiei como bolsista de investigação.

ARCHWAR

Agradecimentos

Esta tese beneficiou do apoio de muitas pessoas, com quem tive o privilégio de aprender, discutir e partilhar ao longo dos últimos anos.

O primeiro agradecimento vai para os meus orientadores, Professora Ana Vaz Milheiro e Professor Miguel Bandeira Jerónimo, a quem devo o rigor científico, o entusiasmo, a confiança e todos os excelentes desafios que me lançaram. Sem eles o presente trabalho seria impossível, pelo conhecimento, estímulo intelectual, várias contribuições, críticas e, acima de tudo, pela amizade e humanidade imensas com que acompanharam este percurso.

Agradeço às colegas de investigação, Filipa Fiúza, Francesca Vita, Inês Lima Rodrigues e Leonor Matos Silva, que tornaram esta viagem mais rica e menos solitária. Em particular à Francesca, pelas revisões e comentários. Melhor do que estudar convosco, só mesmo a nossa amizade.

Agradeço aos Professores Joana Brites, Elisiário Miranda, António Sousa Ribeiro e Walter Rossa por me terem oferecido importantes comentários e pistas de investigação nos momentos formais de avaliação deste trabalho. Agradeço também a Alexandra Areia, Bruno Gil, Nuno Costa, Ana Silva Fernandes, Carla Garrido e Alexandra Paio pelas leituras e críticas nos Encontros Doutorais e nos Encontros de Investigação em Arquitectura.

Agradeço aos membros do júri da prova de doutoramento, Professores Alexander Keese, Sérgio Padrão Fernandes, Joana Brites, Jorge Varanda, Ana Fernandes, Walter Rossa e Luísa Trindade, pela leitura atenta e por todos os comentários, críticas e questões que levo para o futuro.

Agradeço aos Professores e colegas do programa doutoral em Patrimónios de Influência Portuguesa e do Centro de Estudos Sociais, com quem me cruzei em vários momentos de aprendizagem e camaradagem. Obrigada por me ajudarem a estruturar o pensamento crítico através de publicações, encontros e debates. Vou guardar os nossos convívios e desabafos.

Agradeço ao Professor Jorge Varanda por me ter recebido generosamente no arquivo da Diamang e pelas várias notas de investigação. Agradeço a Cristina Valentim, Carla Coimbra e Ana Margarida Dias por me terem apoiado pela documentação em Coimbra com doses infinitas de entusiasmo e paciência. Agradeço aos funcionários da biblioteca do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sempre disponíveis para qualquer pesquisa ou digitalização.

Agradeço à equipa do Arquivo Histórico Ultramarino, Doutora Ana Canas, Manuela Portugal e, em especial, Sónia Henrique, pelo apoio incondicional em todas as pesquisas, a amizade e os vários empurrões para me “perder” nas salas e caixas do arquivo. Agradeço a todos aqueles que me receberam nas instituições em Bruxelas, na Koninklijke Bibliotheek van België (KBR), nos Archives Générales du Royaume (AGR) e no AfricaMuseum (MRAC), pela incansável ajuda para organizar visitas, preparar longas listas de documentos, fazer digitalizações e encontrar livros.

Agradeço a todos aqueles que fizeram e fazem parte família da Diamang, e que generosamente partilharam comigo várias memórias. Em particular, agradeço a José de Sá, Graziela Valente e João Pedro Roque, que foram inexcedíveis na partilha de histórias, documentos e fotografias. Agradeço a Júlio Pedro, fotógrafo da Diamang, que não hesitou no empréstimo de imagens por ele capturadas, várias das quais presentes neste trabalho. Agradeço a Sónia Queiroz, que gentilmente me recebeu e cedeu acesso ao arquivo pessoal de Fernando Queiroz, o único *urbanista* da companhia. Agradeço ao Doutor André Ilunga, director do Museu do Dundo, por rapidamente ter organizado uma missão fotográfica no terreno, para que esta tese observasse também o território actual.

Agradeço aos vários investigadores que tanto admiro e que me concederam comentários, perguntas, bibliografia e as suas próprias investigações, em particular Johan Lagae, José Pedro Monteiro, Iva Pesa, Miles Larmer, Benoit Henriët, Robert Home, Eric Allina, Martin Tshisuaka, Cláudia Castelo. Também fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho foram as leituras críticas que recebi em alguns artigos que preparei, apresentei e publiquei. Agradeço as revisões e observações de David Moffat, Hollyamber Kennedy, Özge Sezer, Christa Kamleithner, Felipe Hernandez, Kenny Cuppers, Alice Santiago Faria, Renata Araújo, Margarida Tavares, entre outros críticos anónimos. Agradeço ainda, sem possibilidade de nomear, a todos aqueles que se cruzaram com este trabalho (ou partes dele) nas várias conferências em que foi apresentado, pelas críticas, sugestões e apoio.

Agradeço aos Professores Luís Afonso, Joana Malheiro, João Sousa Morais, Ricardo Silva Pinto e Maria Manuela da Fonte, por me apresentarem à “arquitectura tropical” e apoiarem os primeiros passos deste trabalho, em paralelo às aprendizagens que fiz na Faculdade de Arquitectura de Lisboa. Obrigada pelo espírito crítico e a curiosidade, na Escola e na vida.

Agradeço à Dora, ao Nuno e à Alice por serem “casa” em Coimbra, no sentido mais acolhedor da palavra. Ao Xavier, à Catarina e à Marcelle pelas primeiras estadias nos vossos sofás.

Agradeço à Heidi e à Cátia, pelo empurrão firme, gentil e amigo na conclusão.

Agradeço à minha família, pelo incansável apoio logístico e emocional. Ao Samuel, sem ele teria sido impraticável. À minha mãe Paula, por tudo. Ao meu filho Francisco que nasceu e ao meu pai Luís que partiu. Obrigada. A vossa leveza, humildade, força e alegria de viver... que colocou as coisas no devido lugar. O tempo é mesmo para aproveitar bem.

Resumo

O objecto central desta investigação é o espaço fabricado sob a alçada da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), na Lunda, Angola. A Diamang foi uma empresa de exploração de diamantes, constituída em 1917 e dissolvida em 1988, que operou (sobretudo) no âmbito político do projecto colonial português. Numa extensa área concessionada com 45 483km², a companhia promoveu e concretizou estruturas nas mais diversas escalas, programas e contextos, que garantiram a permanência de força de trabalho, imprescindível à actividade mineira e à sua participação na economia global.

Apesar da contribuição na construção política e material dos impérios coloniais, o espaço da Diamang, à semelhança de outras companhias de exploração, tem-se mantido uma área cinzenta nos estudos que se têm debruçado sobre a produção de arquitectura e de expressões de urbanidade em África, num duplo sentido: por um lado, porque se sabe muito pouco sobre o seu planeamento e produção; por outro, porque apresenta construções correntes, do quotidiano, que não se enquadram no edificado excepcional – aos níveis de escala, linguagem, localização ou autoria – que figura na maioria das investigações. Para além destes pontos, a Diamang apresenta ainda significativos pontos de diálogo com empresas coloniais em geografias vizinhas, particularmente no antigo Congo Belga, que nos permitem inquirir a extensão de redes transnacionais e transimperiais na edificação do colonialismo europeu.

Neste trabalho discutem-se planos, projectos e apropriações formais e nominais, assim como pontos de flexão, para uma visão integrada (mas sem pretensões herméticas) das formas construídas a partir da Diamang. Cada parte tem um tema e objectivos bem identificados, versando sobre as construções do território, os imaginários de urbanidade e as especializações de poder; mas a sua leitura foi pensada no conjunto, de modo complementar, com o intuito de sinalizar e reforçar os múltiplos trajectos de imaginação, nomeação, planeamento, concretização e contestação de espaços coloniais em formação.

Abstract

The object of this research is the space built by the Diamond Company of Angola (Diamang) in Lunda, Angola. Diamang was a diamond exploration company, set up in 1917 and shut down in 1988, which operated (above all) within the political framework of the Portuguese colonial empire. Throughout a large concession area of 45,483km², the company planned and implemented (infra) structures on diverse scales, programmes, and contexts, ensuring the permanence of plenty of labour force, both essential to its mining activities and its participation in the global economy.

Despite Diamang's significant role in multiple political and material construction(s) across time and space, its landscape is still a grey area in the studies on the production of architecture and expressions of urbanity in Africa. On the one hand, because very little is known about its buildings and spatial activities; on the other, because the company's spaces consisted of everyday non-exceptional structures that do not fit into the canonical settings – on scale, language, location or authorship – that have stood out in most colonial architecture research. In addition to these points, Diamang also presents striking connections with other colonial enterprises in neighbouring geographies, particularly in the former Belgian Congo, which allows inquiring about the extent of transnational and transimperial networks in the construction of European colonialism in Africa.

The research aims to grasp the numerous and diverse dynamics of imagination, naming, planning, building and contestation within Diamang's spaces. Each part of the thesis follows a particular theme and objectives, by questioning the construction(s) of the territory, the imaginaries of urbanity and the spatialisations of power. Plans, projects and translations are discussed not only for a comprehensive view of Diamang's landscape and building forms but also for a broader understanding of the colonial space in Africa.

Siglas e abreviaturas

AFQ	Arquivo Fernando Queiroz
AGC	Agência Geral das Colónias
AGR	Archives Générales du Royaume, Bruxelas
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOS	Arquivo Oliveira Salazar
ASC	Arquivo António Soares Carneiro
BGC	Boletim Geral das Colónias
CAPA	Companhia Agrícola-Pecuária de Angola
CFB	Caminho de Ferro de Benguela
CIT	Conferência Inter-Africana do Trabalho
CTI	Código do Trabalho Indígena
CTR	Código do Trabalho Rural
DECE	Divisão de Engenharia Civil e Edificações
DGL	Direcção Geral da Lunda
Diamang	Companhia de Diamantes de Angola
DSOVC	Divisão dos Serviços de Obras e Vias de Comunicação
DT	Direcção Técnica
Forminière	Société Internationale Forestière et Minière du Congo
GUC / GUU	Gabinete de Urbanização Colonial / do Ultramar
MOI	Mão de Obra Indígena
MRAC	Musée Royal de l’Afrique Centrale, Tervuren
OP	Obras Públicas
PCV	Posto de Compra e Venda
PEMA	Pesquisas Mineiras de Angola
PU	Plano de Urbanização
SGB	Société Générale de Belgique
SPAMOI	Serviço / Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena
UC/AD	Universidade de Coimbra / Arquivo Diamang
UMHK	Union Minière du Haut Katanga
ZUP	Zona Única de Protecção
[x]	Figura, fotografia
[•x]	Desenho da autora

Índice

VOLUME I :: Espaço narrativo

Quadro-síntese	18
Introdução	19
. Problemas e propósitos	
. Objecto e leituras	
. Estrutura	
. Fontes e metodologia	
PARTE I. [a moldura] Construções do território	
1.1. Uma “obra nacional” na fronteira	43
1.2. A infraestrutura: (des)codificação de uma “margem” (1880-1920)	49
– Companhia(s) na espacialização do império	53
. Ocupação colonial da “Lunda portuguesa”	
. Territórios concessionados	
– Postos, caminhos e comunicações: estruturar o distrito	65
. Grupos, postos e soberania	
. Um caminho de ferro “impossível”	
1.3. O controlo: da exploração à disciplina da “concessão” (1926-1942)	77
– “Alicerces” industriais: mobilidade e povoamento	81
. Entre a circulação e os planos de “fixação”	
. A estabilização territorial e laboral	
– Planear, melhorar, conservar: a cartilha urbana	99
. A organização da “concessão”	
. A ampliação do protocolo	
1.4. A administração: generalização pragmática do dispositivo (1958-1970)	121
– “ <i>Far west</i> ”: novas geografias urbanas	125
. Planos e empreitadas	
– “Pólo dominante”: uma ilha no limite do conflito	141
. As tipologias do reordenamento	
. O “desenvolvimento” em rede	
1.5. Síntese	161
PARTE 2. [o léxico] Imaginários de urbanidade	
2.1. Um “oásis” de colonização?	169
2.2. Planos legíveis: postos industriais em África (1923-1936)	173
– A ordem da <i>company town</i>	175
. Normas de salubridade	
. Formas de representação	
– A propaganda da aldeia	186
. Genealogias e modelos	
. Apoio à Mão de Obra Indígena	

2.3. O dialecto corporativo: embelezar a Lunda (1942-1950)	203
– Idiomas urbanísticos: a disciplina do “centro urbano”	205
. Impulsos de urbanização	
. Traduções simultâneas e acertos teóricos	
– Gramáticas laborais: o “aformoseamento” da “aldeia indígena”	219
. “Aldeia-modelo” e “casa dupla com varanda”	
. A Festa da Melhor Aldeia	
2.4. Diálogos especializados: da urbanização ao urbanismo (1955-1968)	237
– Expandir e articular: o desenho de “cidadezinhas notórias”	239
. O Dundo-Novo e a expansão de Andrada	
. Os traçados do Calonda, Lucapa e Luzamba	
– Eixos genéricos: modos e métodos de construir	264
. Técnicos: do empregado ao especialista	
. Materialidade: do reboco à pré-fabricação	
2.5. Síntese	277
 PARTE 3. [as formas] Espacializações de poder	
3.1. A construção de uma “torre de comando”	285
3.2. A arquitectura da “civilização” (1945-1968)	287
– Construções corporativas: recreação e evasão	290
. Casa do Pessoal da Diamang	
. Casa de Repouso do Cossa	
. Estufa Fria do Dundo	
– Uma “sociedade colonial”: habitação nos centros urbanos	308
. As kapas de tijolo vermelho	
. Projectos-tipo	
3.3. O património em Luanda (1948-1966)	323
– Representação: “ projecção e importância”	326
. Bairros para empregados em Miramar	
. Bairro para servidores “indígenas” na Estrada de Catete	
– Tradição: contra os “maníacos da linha recta”	344
. Casa de fim de semana na Ilha de Luanda	
. Escritórios na Rua de Avelino Dias	
3.4. A desconstrução da “fúria psico-social” (1950-1974)	357
– Instâncias internacionais, respostas locais	359
. Alojamento, a “estabilização” e as críticas	
. Habitações “definitivas”?	
– Programas expeditos	384
. Em trânsito: blocos e camaratas	
. Nas minas: bairros e acampamentos	
– Progresso demorado	401
. Propriedade e melhoramentos: “casa tipo Diamang”	
. Tipologias de “bem estar”	
3.5. Síntese	413

Considerações Finais	417
. O problema das conexões em arquitectura	
. Património: do arquivo à resiliência edificada	
. Questões futuras	
Fontes	431
Bibliografia	437
Lista de figuras	457

VOLUME II :: Espaço visual

Nota introdutória

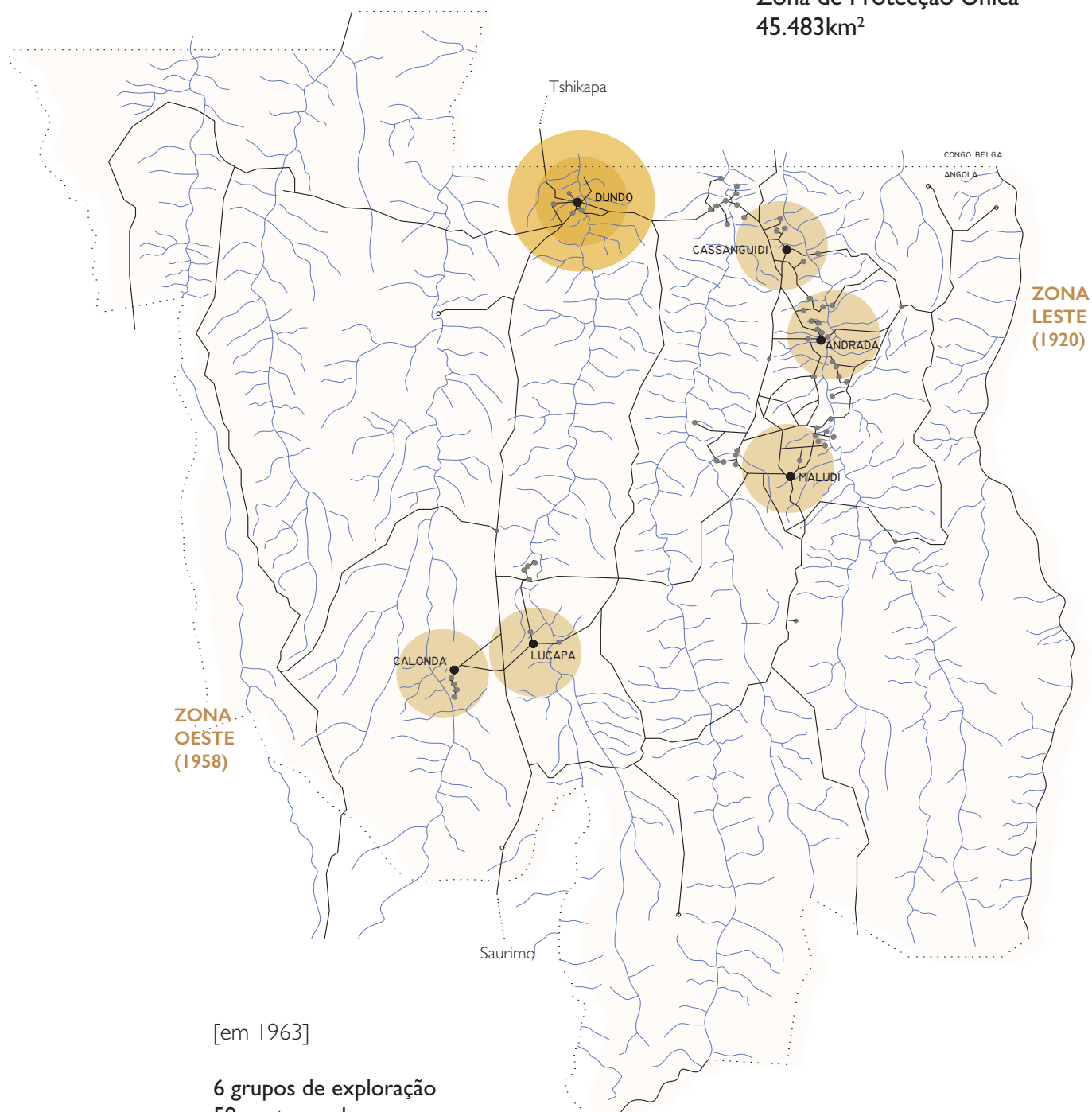
Serviços | Organização
Lista de projectos
Cronologia

Imaginário [Fotografias]

Dundo
Andrada
Lucapa
Outras Povoações
Aldeias
Festa da Melhor Aldeia
Casa do Pessoal
Serviços de Saúde
Equipamentos diversos
Construções Militares
Fabrico de Materiais
Estradas
Luanda
Urbanista
Resiliência

Diamang

Lunda, Angola | 1917–1988
Zona de Protecção Única
45.483km²



[em 1963]

6 grupos de exploração
59 centros urbanos
1385 edifícios
25.170 trabalhadores africanos
671 empregados europeus
961 familiares europeus

[•0] Quadro-resumo do território construído sob a alçada da Diamang, no distrito da Lunda, Angola

Introdução

Problemas e propósitos

Que território foi construído pela Diamang em Angola? Quem construiu? Porquê? Com que materialidade? A que escala? Com que limites e limitações, com que origem? Que projectos foram abandonados, que caminhos não foram trilhados, em razão de que cálculos ou obstáculos? E como se foram modificando os espaços e a forma de pensar sobre eles? Quais as suas afinidades com imagéticas mais amplas, sejam as experiências de colonização, os léxicos de estabilização laboral e ordem social, as políticas do trabalho ou as formas repressivas de trabalho, desenvolvimento e bem-estar? E quais os impactos destas dinâmicas e que contestação geraram? Ou que disputas ou colaborações, estratégicas, circunstanciais ou persistentes, promoveram?

Como podemos mobilizar o território da Diamang para pensar sobre a produção do espaço? Qual o seu contributo para os debates emergentes que visam tanto a *destropicalização* como a descolonização e a *des-modernização* da historiografia em arquitectura através da raça, do género, do trabalho, da memória ou do património? E o que nos diz sobre cada uma destas questões? O que acrescenta? Que narrativas desafia? Ou reforça? Quais os legados que podem ser identificados e escrutinados?

A adjudicação de parcelas territoriais a empreendimentos privados foi um mecanismo recorrente na afirmação do colonialismo europeu em África. Várias corporações privadas foram organizadas no início do século XX para explorar física e economicamente – *explore and exploit*¹ – diversos “bolsos úteis” de recursos naturais e humanos naquele continente². Foi o momento de “afirmação das grandes companhias”, como explicou Catherine Coquery-Vidrovitch³. Entre plantações de café, algodão e açúcar, as actividades de extracção mineral ganharam destaque pelas suas paisagens fortemente industrializadas, em contraste com os mundos rurais que predominavam nas geografias coloniais. Nesses lugares, amiúde organizados como “concessões” e mais tarde descritos como “enclaves”⁴, muitas empresas construíram núcleos urbanos de várias escalas. Estas povoações e aldeias, planeadas e edificadas a partir de batutas “paternalistas”, pelo seu carácter empresarial⁵, e “civilizadoras”, pelo

¹ John Douglas Porteous (1970). “The nature of the company town”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 51, p. 129.

² Catherine Boone (2012). “Territorial politics and the reach of the state: unevenness by design”. *Revista de Ciência Política*, 32, pp. 623-641.

³ Catherine Coquery-Vidrovitch (1972). *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires 1898–1930*. Paris: Mouton.

⁴ James Ferguson (2006). *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order*. Durham e Londres: Duke University Press; Benjamin Rubbers (2018). “Mining towns, enclaves and spaces: A genealogy of worker camps in the Congolese Copperbelt”. *Geoforum*, 98, pp. 88-96.

⁵ O carácter “paternalista” dos empreendimentos construídos por corporações económicas tem sido destacado em vários tempos e geografias. Ver, entre outros, Anita Cardillo Danker (1991). “From Christian Utopia to Company Town: Communal Life and Corporate Paternalism in 19th and 20th Century Hopedale, Massachusetts”. *Utopian Studies*, 4, pp. 71-

contexto e propósitos coloniais, foram catalogadas (e continuam muitas vezes a ser lidas) como “paraísos de trabalho”, “modernos” e “exemplares”⁶.

Apesar desta contribuição “pioneira” na construção política e material dos impérios coloniais⁷, os espaços das companhias de exploração continuam áreas cinzentas nos estudos que se têm debruçado sobre a produção de arquitectura e de expressões de urbanidade em África, num duplo sentido: por um lado, porque se sabe muito pouco sobre o seu planeamento e produção; por outro, porque apresentam construções correntes que não enquadram no edificado excepcional – aos níveis de escala, linguagem, localização ou autoria – que figura na maioria dos estudos. Admitindo que a transformação da paisagem colonial se relacionou com as várias (re)configurações políticas e ideológicas dos aparelhos de governo, é natural que as narrativas sobre o fenómeno urbano produzido nestes contextos se tenham mantido em esferas nacionais, apoiadas em instituições e actores especializados, nos planos e instrumentos de urbanização, nas grandes cidades, nos edifícios singulares de reconhecido valor estético, ou na profissionalização das figuras do arquitecto ou do engenheiro. Foi esta visão canonizada a transbordar para a historiografia em arquitectura que começou a desbravar as práticas e as formas do colonialismo tardio em África, ancorada sobretudo em ideias estilísticas do “moderno colonial” ou “tropical”⁸. Os ecos destes enfoques historiográficos na esfera portuguesa foram expressivos, com muitos contributos a inaugurar e sedimentar um importante campo de conhecimento⁹.

No entanto, surgiram recentemente provocações ao difusionismo e ao afunilamento cronológico perpetuados por este tipo de leituras: por um lado, muitas delas esbarraram nos limites do chamado “nacionalismo metodológico”, tendo o estado-nação como estrutura “natural” e, por isso, estreitando as análises aos limites formais das fronteiras políticas¹⁰; por outro, deixaram por tratar, em grande

78; Jeffrey A. Drobney (1996). “Company Towns and Social Transformation in the North Florida Timber Industry, 1880-1930”. *The Florida Historical Quarterly*, 75, pp. 121-145; Alexandre Martins (2003). “Paternalismo Patronal e Habitação Operária: O Caso da Companhia União Fabril, no Barreiro”. Tese de mestrado, ISCTE; Johan Sandström e Curt Persson (2021). “Corporate paternalism on the rocks: a historical analysis of power relations in a mining town”. *Management & Organizational History*, 16 (3-4), pp. 183-203.

⁶ Margaret Crawford (1995). *Building the Workingman's Paradise: The Design of American Company Towns*. Londres e Nova Iorque: Verso; Oliver J. Dinius e Angela Vergara (2011). *Company Towns in the Americas: Landscape, Power, and Working-Class Communities*. Atenas: University of Georgia Press; Marcelo Borges and Susana Torres (2012). *Company Towns: Labor, Space, and Power Relations across Time and Continents*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

⁷ James Maguire (1896). *The Pioneers of Empire*. Londres: Methuen Publications; Porteous (1970). “The nature...”.

⁸ Conceito cunhado na década de 1950 a partir do trabalho desenvolvido pelo *Department of Tropical Architecture da Architectural Association*, em Londres, e pelo *Tropical Building Division na Building Research Station*, em Garston. Ver, entre outros, Ola Uduku (2013). “Modernist architecture and ‘the tropical’ in West Africa: The tropical architecture movement in West Africa, 1948–1970”. *Habitat International*, 30, pp. 396-411; Tom Avermaete, Serhat Karakayali e Marion von Osten (2010). *Colonial Modern: Aesthetics of the Past – Rebellions for the Future*. Londres: Black Dog; Lilian Chee, Jiat-Hwee Chang e Bobby C. T. Wong (2011). “Introduction – ‘Tropicality-in-motion’: Situating tropical architecture”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 32, pp. 277-282.

⁹ José Manuel Fernandes (2005). *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Caleidoscópico; José Manuel Fernandes (2009). *Geração Africana. Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Livros Horizonte; Maria Manuela da Fonte (2012). *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*. Caleidoscópico; Ana Vaz Milheiro (2012). *Nos trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. Relógio de Água; Elisiário Miranda (2013). “Liberdade & ortodoxia: infraestruturas de arquitectura moderna em Moçambique (1951-1964)”. Tese de doutoramento, Universidade do Minho; Ana Tostões (2014). *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Caleidoscópico.

¹⁰ Anthony Smith (2008). “The limits of everyday nationhood”. *Ethnicities*, 8 (4), pp. 563-573; Andreas Wimmer e Nina Glick Schiller (2002). “Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration and the social sciences”. *Global Networks*, 2, pp. 301-334; Daniel Chernilo (2006). “Social Theory’s Methodological Nationalism: Myth and Reality”. *European Journal of Social Theory*, 9 (1), pp. 5-22; Daniel Chernilo (2011). “The critique of methodological

parte, as “condições de produção” e o papel do planeamento do espaço nas “políticas de controlo social e estabilização laboral”¹¹. Ora, para interrogar o contexto do imperialismo europeu do século XX, traduzido em evidentes relações transnacionais e transimperiais¹², assim como em expressivos movimentos locais, em particular através de um sistema de subjugação política, social e económica, como foi o caso do colonialismo em África, torna-se essencial um olhar que convoca várias disciplinas, a várias escalas. Neste sentido, elencamos de seguida uma série de questões que influenciaram a estrutura e perspectivas de análise da presente tese, cujos desafios metodológicos e analíticos cumpre entender, sobretudo no seu contributo para as áreas científicas da arquitectura e do urbanismo em que nos propomos trabalhar¹³.

Primeiro, sublinhamos a necessidade de considerar circuitos alternativos de produção, sobretudo (e ainda) nas “margens”, sejam estas políticas, sociais ou territoriais¹⁴. E se a produção do espaço em contexto colonial e, em particular em África, pode ser, por si só, considerada um tema marginal às grandes narrativas da arquitectura e da modernidade¹⁵, há ainda que sinalizar a importância de convocar visões fora do cânone, em termos de tipologia, autoria ou materialidade, testando os seus fundamentos e evidências. Será neste questionamento de arquitecturas para lá do estereótipo, agentes “fora do radar”¹⁶, ou construções sem tijolo e betão, que talvez se possa suplantar não só as limitações do “modernismo tropical” – que ultimamente tem sido problematizado nas suas expressões políticas e de poder, relacionadas com os movimentos de suporte do colonialismo, por um lado, e alavancagem das descolonizações, por outro¹⁷ –, assim como dos “outros modernismos” ou “modernismos não-

nationalism: Theory and history”. *Thesis Eleven*, 106 (1), pp. 98-117; Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro (2022). “Repensando os sentidos e as fronteiras do imperial e do colonial”. *Seminário Permanente de Estudos Pós-Coloniais*, UMinho-SECS.

¹¹ Nuno Domingos (2020). “Arquitecturas coloniais, planeamento urbano e a representação da história imperial portuguesa”, *(Des)controlo em Luanda: Urbanismo, polícia e lazer nos musseques do Império*, Bernardo Pinto da Cruz (ed.). Outro Modo, Cooperativa Cultural, pp. 25-49; Bernardo Pinto da Cruz (2022). “As origens institucionais da moderação da violência: regedorias e políticas de concentração em Angola (1914-1974)”. Tese de doutoramento, Nova-FSCH.

¹² Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro (eds.) (2017), *Internationalism, imperialism and the formation of the contemporary world. The Pasts of the Present*. Londres: Palgrave Macmillan; Daniel Hedinger e Nadine Heè (2018). “Transimperial History – Connectivity, Cooperation and Competition”. *Journal of Modern European History*, 16 (4), pp. 429-452; Damiano Matasci e Miguel Bandeira Jerónimo (2022). “Une histoire transimpériale de l’Afrique: concepts, approches et perspectives”. *Revue d’Histoire Contemporaine de l’Afrique*, 3, pp. 1-17.

¹³ Esta reflexão enquadra-se no projecto de investigação “Coast to Coast: Desenvolvimento infraestrutural tardio na antiga África continental portuguesa (Angola e Moçambique)” [PTDC/ATP-AQI/0742/2014], e beneficiou da abordagem crítica e multidisciplinar do programa de doutoramento Patrimónios (CES/III-UC).

¹⁴ Joe Nasr e Mercedes Volait (2012). “Still on the margin”. *ABE Journal*, 1 [https://journals.openedition.org/abe/304, acessado a 30 de agosto de 2023].

¹⁵ Fassil Demissie (ed.) (2012). *Colonial architecture and urbanism in Africa. Intertwined and contested histories*. Farnham, Ashgate; Johan Lagae (2010). “Kultermann and after: on the historiography of 1950s and 1960s’ architecture in Africa”. *OASE Delft*, 26 (82), pp. 5-24.

¹⁶ Johan Lagae e Kim Raedt (eds.) (2013). “Global experts “off radar”. *ABE Journal*, 4 [https://journals.openedition.org/abe/3384, acessado a 25 de agosto de 2023].

¹⁷ Petros Phokaides (2013). “De-Tropicalizing Africa: Architecture, Planning and Comfort in the 1950s and 1960s”. *Docomomo Journal*, 48 [https://journals.openedition.org/abe/9215, acessado a 3 de setembro de 2023]; Iain Jackson (2013). “Tropical Architecture and the West Indies: from military advances and tropical medicine, to Robert Gardner-Medwin and the networks of tropical modernism”. *The Journal of Architecture*, 18, pp. 167-195; Jiat-Hwee Chang (2016). “Thermal comfort and climatic design in the tropics: an historical critique”. *The Journal of Architecture*, 21 (8), pp. 1171-1202; Hannah Le Roux (2020). “Comfort, Violence, Care: Decolonising Tropical Architecture at Blida, 1956”. *ABE Journal*, 17 [https://journals.openedition.org/abe/8197, acessado a 30 de agosto de 2023]; Warwick Anderson (2021). “Decolonizing the Foundation of Tropical Architecture”. *ABE Journal*, 18 [https://journals.openedition.org/abe/9215, acessado a 3 de setembro de 2023]; Itohan Osayimwese (2021). “Cracks in the Modernist Foundation: On the Necessity of Challenging Dominant Narratives”. *Architectural Dissonances*, pp. 51-68; Ou ainda a recente exposição “Tropical Modernism: Architecture and

ocidentais”, ancorados ainda à comparação de linhas orientadoras produzidas por normativas elitistas e especialistas¹⁸. Naturalmente, não é possível ignorar ou suprimir a natureza e limites do nosso lugar de observador, mas propomos examinar desenhos e linguagem de modo a questionar a persistência de estruturas de poder e a presença (muitas vezes invisível) de outros participantes e conhecimentos, amiúde considerados submissos ou subordinados. Em suma, trazer para o mesmo plano várias redes de múltiplos agentes, relações, geografias e projectos que contribuam para uma história mais plural e complexa do espaço e da produção arquitectónica, numa abordagem interdisciplinar que evidencie estas construções como exercícios contextuais e sociais, não limitados por linguagens estéticas ou formais, e muito menos pelo peso singular do arquitecto.

Em paralelo, há que trabalhar com fontes e arquivos mais diversificados, que vão para além dos tais serviços produtores especializados ou materiais produzidos por especialistas. Dentro do próprio aparelho colonial, por exemplo, co-existiram agendas e visões díspares, entre inspectores, engenheiros ou governadores, que têm de ser cruzadas – um tema a que voltaremos no fim desta conclusão. Mais importante: esta pluralidade arquivística beneficia os esforços em reunir relatos, intenções ou disputas de actores que ficaram à margem dos aparelhos oficiais, caso evidente das populações colonizadas, mas também de tantos outros em camadas inferiores da mecânica político-social, seja devido ao cargo profissional ou a questões de género. Tamanha amplitude convoca várias exigências ao investigador, não só pela maior quantidade de material a estudar, mas também pela profusão de matérias legais e linguagens a esgrimir e controlar. Além disso, este mesmo olhar abrangente requer a averiguação crítica de questões laborais e raciais, pelo entendimento da importância destes conceitos para a construção da paisagem colonial¹⁹ e para a mobilização social através do espaço²⁰.

Face ao conjunto de questões que se colocam, o espaço produzido pelas companhias de exploração parece oferecer respostas (e inquietações) significativas, que iremos testar ao longo do trabalho. Aliás, a respeito das corporações coloniais, Jiat-Hwee Chang e Anthony King propuseram encará-las como provocações a novas genealogias do “moderno”, considerando que muitas delas foram, muito provavelmente, dos primeiros actores imperiais a instrumentalizar a arquitectura e o planeamento urbano como “configurações de poder e conhecimento, inseparável das relações assimétricas do poder colonial”²¹. Por outro lado, a sua escala “unitária”²², descrita por Arnold Epstein, convoca um

Power in West Africa”, de 2023, numa colaboração entre a Bienal de Veneza e o Victoria&Albert Museum, com Christopher Turner, Nana Biamah-Ofosu e Bushra Mohamed como curadores.

¹⁸ William Lim e Jiat-Hwee Chang (2012). *Non West Modernist Past*. AA Asia/ SIA; Kathleen James-Chakraborty (2014). “Beyond postcolonialism: New directions for the history of nonwestern architecture”. *Frontiers of Architectural Research*, 3, pp. 1-9; Itohan Osayimwese (2021). “From Postcolonial to Decolonial Architectural Histories: A Method”. *Architectures of Colonialism* (Keynote lecture, BTU Cottbus).

¹⁹ Irene Cheng, Charles L. Davis II e Mabel O. Wilson (eds.) (2020). *Race and Modern Architecture: A Critical History from the Enlightenment to the Present*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

²⁰ Eike-Christian Heine e Christoph Rauhut (eds.). (2020). *Producing Non-Simultaneity: Construction Sites as Places of Progressiveness and Continuity*. Londres: Routledge.

²¹ Jiat-Hwee Chang e Anthony D. King (2011). “Towards a genealogy of tropical architecture: Historical fragments of power-knowledge, built environment and climate in the British colonial territories”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 32 (3), pp. 283-300.

²² Arnold Epstein (1958). *Politics in an Urban African Community*. Manchester University Press, pp. 123-124. Epstein clarifica: “It is important to bear in mind what I may term the ‘unitary’ structure of the mine. As I have already explained, the mine is a self-contained industrial, residential, and administrative unit. Every employee is housed by the mine, and no African who is a mine employee may live off the mine premises. Moreover, until recently, every African was fed by the

plano contido de análise, e por isso, manobrável – mas sem que a aparente coesão interna signifique pouca complexidade, bem pelo contrário.

De facto, vários autores têm sublinhado a necessidade de “intersectar” outros agentes, geografias, programas e tipologias, para interrogar os processos de “apropriação selectiva” e as histórias “colaborativas” na arquitectura e através dela²³. Porém, e ainda que o potencial papel das companhias tenha sido identificado, escasseiam as contribuições nesse sentido, como já frisámos. O presente trabalho procura, por isso, participar neste campo de conhecimento e avançar com uma visão mais poliédrica dos protocolos, projectos e discursos edificatórios que materializaram e foram matéria da relação colonial em África, numa sociedade particular, a de Angola.

O espaço fabricado sob a alçada da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), *objecto* central da nossa investigação, será problematizado pela identificação de particularidades que continuam por interrogar e, conseqüentemente, entender, em sintonia com argumentos anteriores: a geografia diferenciada do interior (que foi simultaneamente margem e ponto de contacto); a modalidade de ocupação específica da companhia privada; e a arquitectura mundana ou corrente, dita cinzenta, que infraestruturou e serviu de sustentáculo ao quotidiano colonial, às suas diversas relações de produção e exploração, interacção interétnica e controlo social²⁴.

Objecto e leituras

A Diamang foi uma empresa de exploração de diamantes, constituída em 1917 e dissolvida em 1988, que operou no distrito da Lunda, nordeste de Angola, no âmbito político do projecto colonial português. Numa extensa área concessionada com 45 483km² (cerca de metade da área de Portugal continental), a companhia promoveu e concretizou estruturas nas mais diversas escalas, programas e contextos: estradas, pontes e pistas de aviação para mobilidade e comunicação; centrais térmicas e hidroeléctricas para produção de energia; extensos hectares de cultivo e criação para produção alimentar; e, ainda, centenas de lugares com diferentes níveis de urbanidade, através de habitação, equipamentos e espaço público, que garantiram a permanência de força de trabalho, imprescindível à actividade mineira e à sua participação na economia global.

A companhia já foi analisada em variadíssimas dimensões – cultura e colonização, assistência médica, sistemas laborais ou relações políticas²⁵ – que, pela abrangência, sinalizam o seu impacto

Company (...). It is the mine which provides the hospital, and employs the doctors and nurses who care for the sick; and it is the mine, again, which provides for the recreational needs of its employees”.

²³ Alex Bremner, Johan Lagae e Mercedes Volait (2016). “Intersecting interests: Developments in networks and flows of information and expertise in architectural history”, *Fabrications*, 26 (2), pp. 227-245; Jyoti Hosagrahar (2012). “Interrogating Difference: Postcolonial Perspectives in Architecture and Urbanism”. *The SAGE Handbook of Architectural Theory*, C. Greig Crysler, Stephen Cairns e Hilde Heynen (eds). Sage Publications, pp. 70-84.

²⁴ Simon de Nys-Ketels *et al.* (2017). “Service des travaux publics, Province de l’Équateur, Congo Belge: “Situation des constructions C.M.C. au 1-9-1954”: An Inquiry into Type-Plans for rural Hospitals as Instruments of localized Policies in Postwar Belgian Congo”. *ABE Journal*, 12 [https://journals.openedition.org/abe/11079, acessado a 30 de agosto de 2023].

²⁵ Mathias Alencastro (2014). “Diamond Politics in the Angolan Periphery: colonial and Postcolonial Lunda (1917-2012)”. Tese de doutoramento, Universidade de Oxford; Jorge Varanda (2007). “A bem da nação: Medical Science in a

significativo nos contextos enunciados. Todavia, permanece por desbravar a sua pegada territorial e espacial, sendo esse o escopo da presente investigação. Em 1960, já nas décadas finais deste trajecto, a empresa reportou um território composto por 59 “centros urbanos”, milhares de aldeias e mais de 25.000 pessoas²⁶, números que espelham a ordem de grandeza em causa. O centro deste conjunto foi a povoação do Dundo, sede de trabalhos da empresa, a escassos quilómetros da fronteira com o antigo Congo Belga, acompanhado pelos grupos mineiros de Cassanguidi, Maludi, Andrada, Calonda, Lucapa, Luzamba, entre outros, que serão percorridos ao longo do trabalho.

A amplitude, transversalidade e autonomia da Diamang foram sinalizadas, em diversos momentos, por ideias que perpetuaram a empresa como “óasis no deserto”, a “nona colónia do Império” ou um “estado dentro do estado”²⁷. Apesar de não assinarmos estes lugares-comuns – precisamente porque propiciam o aplanamento de *normas e formas*²⁸, e respectivos efeitos, cujos múltiplos contornos queremos testar e realçar²⁹ –, consideramo-los relevantes para inquirir, à partida, os posicionamentos ambíguos que a companhia assumiu na construção do império colonial em Angola. Por um lado, sai enfatizada a putativa autonomia da Diamang face aos mecanismos de governo, alimentando a ideia de um corpo estranho e excepcional. Neste sentido, há que referir a aproximação às *company towns* de fisionomia americana ou às tipologias do “paternalismo belga”, resumidas nas tentativas de tornar o Congo Belga numa “colónia modelo” e respectivas estratégias de “estabilização” do trabalhador africano, através de imagens particulares de “modernidade”³⁰. Por outro, as mesmas etiquetas sugerem uma reprodução do aparelho administrativo português, colocando a companhia como um baluarte ideológico, de carácter nacional (ou nacionalizador), modelar e civilizador, portanto exemplar, e útil, a vários níveis – desde “tampão”³¹ a “estandarte” e “jaula de ferro”³²; simultaneamente “beneficiária” e “sustentáculo”³³.

Diamond Company in 20th century in Angola”. Tese de Doutoramento, University College; Nuno Porto (2009). *Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Todd Cleveland (2015). *Diamonds in the Rough: Corporate Paternalism and African Professionalism on the Mines of Colonial Angola, 1917-1975*. Atenas: Ohio University Press; Delinda Collier (2016). *Repainting the Walls of Lunda: Information Colonialism and Angolan Art*. Minneapolis, Minnesota University Press; Maciel Santos (2016). “Capital e Trabalho em Angola: as “relações industriais” da Diamang durante a década de 1960”. *Manuel dos Santos Lima, escritor angolano tricontinental*. Porto: CITCEM / Edições Afrontamento, pp. 45-79; Filipe Calvão (2017). “The Company Oracle: Corporate Security and Diviner-Detectives in Angola’s Diamond Mines”. *Comparative Studies in Society and History*, 59, pp. 574-599; Cristina Valentim (2020). “Sons do Império, vozes do Cipale: canções tucokwe, poder e trabalho durante o colonialismo tardio na Lunda, Angola”. Tese de Doutoramento, FEUC; Fátima Moura Ferreira (coord.) (2021). “O Silêncio da Terra: visualidades (pós)coloniais interceptadas pelo Arquivo Diamang”. Lab2PT/Universidade do Minho (exposição).

²⁶ *Companhia de Diamantes de Angola: breve notícia sobre a sua actividade em Angola*. Lisboa, 1963.

²⁷ William Gervase Clarence-Smith (1985). *The third portuguese Empire: A study in Economic Imperialism, 1825-1975*, Manchester University Press; Jorge Varanda (2017). “Diamang: retrato visível e oculto da nona colónia”. *Jornal de Notícias História*, 8, pp. 8-23.

²⁸ Paul Rabinow (1989). *French Modern. Norms and Forms of the Social Environment*. Cambridge: The MIT Press.

²⁹ Como notou Jorge Varanda, estas visões são “consequência da falta de perspectivas críticas, discursos que contrariem o discurso dominante referente à Diamang”. Jorge Varanda (2012). “Filhos, enteados e apadrinhados: discursos, políticas e práticas dos serviços de saúde da Diamang, Angola”. *Antropologia Portuguesa*, 29, p. 143.

³⁰ James Ferguson (1999). *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press; Patience Mususa (2014). “There Used to Be Order: Life on the Copperbelt after the Privatisation of the Zambia Consolidated Copper Mines”. Tese de Doutoramento, University of Cape Town; Dacil Juicf (2019). “Mining, Paternalism and the Spread of Education in the Congo since 1920”. *African Economic History Working Paper Series*, 46, pp. 1-32.

³¹ “Nas minas de diamantes”. *Boletim Geral das Colónias*, 88 (1932), p. 283.

³² Mathias Alencastro (2022). “Creating extractive provinces”. *Análise Social*, 244, pp. 598 e 614.

³³ Fernando Rosas (2018). “A Diamang”. *História a História – África*. Lisboa: Tinta da China, p. 96.

Ora, como iremos interrogar ao longo desta investigação, através do tempo e do espaço, a Diamang parece ter-se movimentado, sem qualquer contradição, entre estas realidades e, por isso, não pode ser reduzida a nenhuma delas – até porque estas apresentam também as suas próprias limitações³⁴. Terá sido a capacidade de adaptação da empresa que precisamente compôs e enriqueceu o “dialecto urbano” que propomos estudar, considerando, a partir da leitura de Wendy Roberts, os ajustes derivados de várias transferências e deslocações de conhecimento edificatório entre os múltiplos agentes, épocas e geografias concorrentes na história das companhias de exploração³⁵.

Na Lunda não trabalharam arquitectos, mas encontramos, à partida, inúmeros espaços cuidadosamente desenhados e níveis de urbanidade “utópicos”, que nos fizeram questionar as várias dimensões, agendas e actores que ali dialogaram através da arquitectura. Por outro lado, dentro da própria lógica corporativa, bem presente na estrutura da Diamang, ressaltam o papel fundamental de Ernesto de Vilhena, como administrador e “comandante” da empresa³⁶, o anonimato dos trabalhadores “incorporados”³⁷ no funcionamento do conjunto industrial e a presença de um corpo técnico internacional, veículo de inúmeras referências. Ao mesmo tempo que nos permitem quebrar com a miopia de um nexu *metrópole-colónia* auto-suficiente e consequentes leituras difusionistas³⁸, estas redes dão ainda realce a significativos processos de “edição”³⁹, que interrogaremos como transacções cruciais na construção de idiomas edificatórios plurais e complexos em África.

Para a análise da **especialização** da Diamang, aqui entendida como “produção e localização – física, histórica e discursiva – de relações sociais, instituições, representações e práticas no espaço”⁴⁰, é imperativo sinalizar alguns aspectos centrais. Primeiro, são evidentes as potencialidades da sua cronologia e localização ímpares. Por um lado, o trajecto longo das actividades mineiras na Lunda permite acompanhar a evolução do pensamento, materialização e usos do espaço e da arquitectura no decurso de sucessivos eixos históricos, políticos e disciplinares, cruzando, de modo geral (e aqui simplificado), a Primeira República, o Estado Novo, as dinâmicas do entre e pós guerras, os repertórios internacionais do “desenvolvimento”, o conflito colonial em Angola, entre outros. Por outro lado, a localização junto à fronteira aponta para uma “zona de contacto”⁴¹, porosa, de significativas conexões,

³⁴ Como revelam, por exemplo, as críticas à persistência do peso atribuído ao “paternalismo” das companhias mineiras no funcionamento das sociedades do Copperbelt, cf. Iva Pesa e Benoit Henriët (2021). “Beyond Paternalism: Pluralising Copperbelt Histories”. *Across the Copperbelt: Urban & Social Change in Central Africa's Borderland Communities*, Miles Larmer et al. James Currey, pp. 27-51.

³⁵ Wendy Roberts (2014). “Company Transfer: the Architectural Dialect at the Edges of Empire”. *Proceedings of the Society of Architectural Historians 31, Translations*, pp. 591-600.

³⁶ Ernesto Jardim de Vilhena (1876-1867) foi o mais relevante coleccionador de arte em Portugal na primeira metade do século XX, comandante da marinha, administrador colonial e Administrador-Delegado da Diamang desde 1919 até à sua morte. Para uma visão dos percursos pessoal e profissional de Vilhena ver Maria João Crespo Vilhena de Carvalho (2014). “As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena: A constituição de uma colecção nacional”. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

³⁷ Alex Bremner e Diego Caltana (2012). “Corporations, Corporate Identity, and Imperial Architectures?” *ABE Journal*, 2 [https://journals.openedition.org/abe/352, acessado a 30 de agosto de 2023].

³⁸ Joe Nars e Mercedes Volait (eds.) (2003). *Urbanism: imported or exported? Native aspirations and Foreign Plans*. Wiley-Academy; Lim e Chang (2012). *Non West...*

³⁹ Luce Beeckmans (2013). “Making the African City: Dakar, Dar es Salaam, Kinshasa, 1920-1980”. Tese de doutoramento, Universidade de Groningen; Luce Beeckmans (2013). “Editing the African city: reading colonial planning in Africa from a comparative perspective”. *Planning Perspectives* 28, (4), pp. 615-627.

⁴⁰ Setha Low (2016). *Spatializing Culture: The Ethnography of Space and Place*. Londres, Nova Iorque: Routledge, p. 7.

⁴¹ Mary Louise Pratt (1991). “Arts of the Contact Zone”. *Profession*, pp. 33-40; Tom Avermaete e Cathelijne Nuijsink

que torna possível – e imprescindível – suplantar, sem desvalorizar, o Estado-Nação (ou o Estado-império) como unidade única, ou dominante, de análise⁴². Neste encontro, lido na potencialidade dos interstícios significativos e consequentes⁴³, sobressai a escala controlada e controladora, antes mencionada como “unitária”, que facilita estudos mais finos das disputas e contestações no terreno; e que significou também a liberdade e a necessidade de experimentar novas técnicas e materiais⁴⁴, como nos importará entender. Segundo, há que considerar as implicações da natureza extractiva da Diamang. Ou seja, importa indagar a companhia como um pujante complexo empresarial, cuja enormes escalas económica e humana foram simultaneamente centrais e instrumentais – a montante e a jusante – para os resultados que aqui interrogamos. Este é um tema que não trataremos com profundidade no trabalho, mas ao qual voltamos brevemente nas considerações finais.

Antes de avançar, é ainda essencial sublinhar que não se pretende fazer um mapeamento do espaço da Lunda ou um inventário exaustivo do edificado da Diamang, nem tão pouco narrar uma sequência cronológica da sua pegada institucional e territorial em Angola. Sem tornar a arquitectura mero reflexo das circunstâncias, analisamos num mesmo plano as suas características e contextos de produção – ou seja, não apenas como uma extensão do poder colonial⁴⁵, mas também como uma considerável “pré-condição” para a sua afirmação⁴⁶. Como demonstrou Benoît Henriët, o espaço das companhias em África destaca-se como um “peculiar campo de poder dentro da superestrutura imperial, onde tensões mais amplas se tornam mais visíveis e desafiadas”⁴⁷. Neste sentido, a companhia será aqui sobretudo mobilizada como uma lente que amplifica diálogos entre variados agentes, práticas, edifícios e lugares, no controlo do espaço e através do espaço⁴⁸.

Este olhar simultâneo, a meio caminho entre os traços arteriais que sintetizaram o espaço imperial e as ramificações capilares que adequaram projectos, materiais e métodos construtivos, procura examinar interações, mais do que definir continuidades ou oposições desimplicadas. Tal como propôs Frederick Cooper, pretendemos alinhar numa análise “mais do que local e menos do que

(2021). “Architectural Contact Zones: Another Way to Write Global Histories of the Post-War Period?”. *Architectural Theory Review*, 25 (3), pp. 350-361.

⁴² Jana Honke (2010). “New political topographies. Mining companies and indirect discharge in Southern Katanga (DRC).” *Politique Africaine*, 4 (120), pp. 105-127.

⁴³ Como notou Boeck, as empresas de exploração promoveram “margens fluidas” que “desconstruíam e dissolviam o corte claro entre centro/periferia ou o binário local/global, ambos expressos no fetichismo tradicional associado à fronteira e às ideologias do estado nação e à respectiva sua extensão imperial nas colónias”. Filip De Boeck (2001). “Garimpeiro Worlds: Digging, Dying & ‘Hunting’ for Diamonds in Angola”. *Review of African Political Economy*, 28 (90), pp. 549-562. Sobre as potencialidades dos interstícios ver Anna Tsing (2012). “Unruly Edges: Mushrooms as Companion Species”. *Environmental Humanities*, 1, pp. 141-54.

⁴⁴ Claudine Piaton e Ralph Bodenstein (2014). “Des entreprises aux lisières des Empires”, *ABE Journal*, 5 [https://journals.openedition.org/abe/1480, acessado a 6 de setembro de 2023].

⁴⁵ Anthony King (2003). “Writing Transnational Planning Histories”. *Urbanism: Imported or Exported? Native Aspirations and Foreign Plans*, Joe Nasr and Mercedes Volait (eds.). Chichester: Wiley Academy, pp. 1-14; Mark Crinson (2013). “The Powers that be: Architectural potency and spatialized power”. *ABE Journal*, 4 [https://journals.openedition.org/abe/3389 acessado a 1 de setembro de 2023]; Kim Dovey (1999). *Framing Places: Mediating power in built form*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

⁴⁶ Yasmina El Chami (2021). “A Jesuit-Lyonnais Project in Nineteenth-Century Beirut: Multiplicities of the Local and Global at the Université Saint-Joseph”. *ABE Journal*, 19 [https://journals.openedition.org/abe/12690, acessado a 30 de agosto de 2023].

⁴⁷ Benoît Henriët (2021). *Colonial Impotence: Virtue and Violence in a Congolese Concession, 1911–1940*. Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg, p. 7.

⁴⁸ Dovey (1999). *Framing Places...*

global”, que articula, sem deixar de contextualizar e limitar, diversas estruturas e trajetórias espaciais e espacializadas⁴⁹. Este imprescindível “jogo de escalas” recusa os binómios típicos do colonialismo e avança para imagens mais complexas do território. Por outras palavras: longe de fórmulas fixas, tentaremos questionar de modo constante quais as dimensões relevantes e níveis de análise mais adequados para compreender o objecto de conhecimento, seja através de teias locais, imperiais e transnacionais, em dinâmicas não apenas justapostas, mas sobretudo combinadas⁵⁰.

Face ao exposto, acrescentamos outras dimensões fundamentais a uma análise da Diamang. Primeiro, propomos olhar a empresa como importante “andaime” na construção do império colonial, tanto a nível político como em termos físicos, materiais e cognitivos, através de processos de “racionalização, standardização e controlo”, descritos por Peter Scriver⁵¹. Neste sentido, iremos questionar o grau de proximidade e diálogo da companhia com o aparelho de Estado e das obras públicas – indagando, inclusive, a sua ocasional substituição. Esta relação foi pautada por movimentos descontínuos de aproximação, colaboração e distância que não admitem colocar simplesmente a Diamang como espaço autónomo; antes sinalizam variadas afinidades e divergências entre o modo de pensar e construir uma imagética apresentada como “nacional-colonial”. Ou seja, uma imagética – entendida simultaneamente como o conjunto de imagens veiculadas através do edificado e a imaginação que destes mesmos lugares foi feita, nem sempre em correspondência com a realidade – que dialogou com as intenções do aparato administrativo, numa apropriação física e ideológica do território, apesar das divergências entre estratégias ou referências materiais. Nesta esfera, cabem ainda as intersecções com os idiomas edificatórios forjados por outras companhias de exploração em Angola (cujos lugares já foram assinalados, mas que se encontram igualmente por avaliar⁵²) e em Moçambique⁵³, assim como afinidades com “paisagens tecnológicas” da “nova ordem industrial”⁵⁴ que despontou em Portugal neste mesmo período⁵⁵.

⁴⁹ Frederick Cooper (2016). “Para que serve o conceito de globalização? O ponto de vista de um historiador de África”. *Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70, pp.

⁵⁰ Jacques Revel (1996). *Jeux d'Échelles: La Micro-Analyse à L'Expérience*. Paris: Gallimard et Le Seuil; Annie Guédez (2002). “Territoires et jeux d'échelle”. *Lire les territoires*, Yves Jean e Christian Calenge (ed.). Perspectives Villes et Territoires, 3. Presses universitaires François-Rabelais, pp. 297-300.

⁵¹ Peter Scriver (1994). “Rationalization, Standardization, and Control in Design: A Cognitive Historical Study of Architectural Design and Planning in the Public Works Department of British India, 1855-1901”. Tese de doutoramento, Universidade Técnica de Delft.

⁵² Fonte (2012). *Urbanismo e Arquitectura...* O artigo de Jeremy Ball sobre a Companhia do Cassequel é excepção, mas não avança para lá de uma leitura exploratória. Jeremy Ball (2012). “Little Storybook Town”: Space and Labor in a Company Town in Colonial Angola”. *Company Towns: Labor, Space, and Power Relations across Time and Continents*, Marcelo Borges e Susana Torres (eds.). Palgrave Macmillan, pp. 91-110.

⁵³ Leroy Vail (1976). “Mozambique’s Chartered Companies: The rule of the feeble”. *The Journal of African History*, 17 (3), pp. 389-416. Cambridge University Press; Bárbara Direito (2013). “Políticas Coloniais de terras em Moçambique: Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942”. Tese de Doutoramento, ICS. Paul Lapperre (2022). *Doce Amargura. Vida e Morte do Império Açucareiro Hornung na Zambézia (1888-1988)*. Casa das Letras.

⁵⁴ Tiago Saraiva (2009). “Laboratories and Landscapes: the Fascist New State and the Colonization of Portugal and Mozambique”. *Journal of History of Science and Technology*, 3, pp. 35-61; Deolinda Folgado (2009). “A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968”. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, UL.

⁵⁵ De que são exemplo o Bairro do Barreiro da Companhia da União Fabril (CUF), o complexo de Gândara da Maceira Liz ou os Bairros da Hidroelétrica do Cávado, cf. Alexandre Cotovio Martins (2017). “Fatores “genéticos” da política de habitação operária da Companhia União Fabril em Portugal: uma breve análise”. *Cadernos de História*, 18, pp. 178-202; Isabel Bolas (2021). “Tecnologia e Estado Novo: os cimentos e a materialização do corporativismo português”. Tese de doutoramento, ICS; César Moreira (2020). “A hidroelétrica do Cávado, 1944-1966: A construção da paisagem hidroelétrica do Cávado e as obras de Januário Godinho”. Tese de doutoramento, FAUP.

Segundo, a Diamang será abordada como “tradutora” e “interlocutora” de repertórios internacionais que foram discutidos nos circuitos da mineração em África. Entre estes assinalamos a existência de uma “nuvem transimperial”, observada como uma rede de ligações que produziu um “reservatório” de conhecimento “desordenado”, “fraccionado” e “difuso”, de processos amiúde criativos em vez de transferências categóricas, e que hoje em dia acabam por trazer não só metrópoles e colónias, mas também diferentes impérios e colónias para o mesmo campo analítico⁵⁶. É impensável interrogar a Diamang sem explorar o conhecimento sobre o espaço produzido por outras corporações, sobretudo na África do Sul e na região do Copperbelt⁵⁷ (entre as actuais República Democrática do Congo e Zâmbia). Confrontadas com problemas técnicos e sociais semelhantes, apesar da diversidade de contextos, estes organismos geraram redes extensas de partilha de saber – através da supranacional “Cape to Katanga team”⁵⁸ ou “Katanga lobby”⁵⁹ – que os colocaram e continuam a colocar no epicentro dos debates sobre a chamada “modernização”⁶⁰ e exploração do espaço e das sociedades (pós)coloniais⁶¹.

Terceiro, sem prejuízo do “poder infraestrutural”⁶² da Diamang, interrogaremos a sua validade enquanto “dispositivo” – entendido, na óptica focauldiana, como um mecanismo institucional, físico e administrativo, com estruturas particulares de conhecimento, em constante reorganização, que traduzem múltiplos planos e projectos de práticas de poder e dinâmicas de contestação, em sucessivos tempos e geografias, através de reconfigurações de poder, violência e ambivalência⁶³. Em particular, importa sublinhar, uma vez mais, a rejeição de leituras e análises apenas informadas pelas equipas e agentes especializados no desenho do espaço; ou limitadas por cronologias ou fronteiras rígidas. Estas perdem perspectivas e genealogias mais amplas e profundas, igualmente importantes na definição de estratégias⁶⁴. Neste sentido, o desafio passa por entender os contributos próprios da

⁵⁶ Christoph Kammersiek e Jonas Kreienbaum (2016). “An Imperial Cloud? Conceptualising Interimperial Connections and Transimperial Knowledge,” *Journal of Modern European History*, 14 (2), pp. 164-182; Damiano Matasci (2021). “(De) constructing Empire. Connectivity and Cooperation in Imperial History”. Doctoral workshop *In-between spaces, actors and infrastructures: transimperial approaches to mobility* (Keynote lecture), University of Neuchâtel.

⁵⁷ Para diferentes visões deste espaço de mineração ver Jonathan Crush (1994). “Scripting the compound: power and space in South African mining industry”. *Environment and Planning: Society and Space*, 12, pp. 301-324; Peter Carstens (2001). *In the Company of Diamonds: De Beers, Kleinsee and the control of a town*. Atenas: Ohio University Press; Miles Larmer, Enid Guene, Benoît Henriët, Iva Peša e Rachel Taylor (2021). *Across the Copperbelt: Urban & Social Change in Central Africa's Borderland Communities*. Suffolk: James Currey; Todd Cleveland (2014). *Stones of Contention: A History of Africa's Diamonds*. Atenas: Ohio University Press.

⁵⁸ Alvin Wolfe (1962). “The Team Rules Mining in Southern Africa”, *Toward Freedom*, 11 [s.p.]

⁵⁹ Matthew Hughes (2003). “Fighting for White Rule in Africa: The Central African Federation, Katanga, and the Congo Crisis, 1958-1965”. *The International History Review*, 25, pp. 592-615.

⁶⁰ International African Institute (1956). *Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara*, Paris: UNESCO; Frederick Cooper (2004). “Development, Modernization, and the Social Sciences in the Era of Decolonization: the Examples of British and French Africa”. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 10, pp. 9-38.

⁶¹ James Ferguson (1999). *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press; Miles Larmer (2021). *Living for the City. Social Change and Knowledge Production in the Central African Copperbelt*. Cambridge University Press.

⁶² Michael Mann (1984). “The Autonomous Power of the State: its Origins, Mechanisms and Results”. *Archives européennes de sociologie*, 25, pp. 185-213.

⁶³ Achille Mbembe's keynote lecture “Notes on Techno-Molecular Colonialism”, *The Coloniality of Infrastructure: Eurafrican Legacies*, 15 de janeiro de 2021 [https://vimeo.com/criticalurbanisms].

⁶⁴ Para excelentes exemplos da “genealogia” como ferramenta metodológica no campo de saber da arquitectura e do planeamento urbano ver Chang e King (2011). “Towards a genealogy...”; Jiat-Hwee Chang (2016). *A Genealogy of Tropical Architecture*. Routledge; Hannah Le Roux (2003). “The networks of tropical architecture”. *The Journal of Architecture*, 8 (3), pp. 337-354; Ayala Levin (2018) “The village within: an alternative genealogy of the urban village”. *The Journal of*

arquitectura nas narrativas sobre a produção do espaço colonial, para além dos múltiplos estudos de outros campos de saber que operaram nas regiões mineiras⁶⁵.

Estrutura

O trabalho está organizado em dois volumes. O primeiro e presente volume – **espaço narrativo** – apresenta as análises e matérias escritas, devidamente suportadas por imagens, mapas e esquemas. O segundo volume – **espaço visual** – complementa esta leitura através de um conjunto mais alargado de materiais gráficos, nomeadamente fotografias e cartografia. A análise segue perspectivas gerais e temáticas, sem focar um período particular de tempo, uma tipologia ou uma geografia. Esta foi uma escolha deliberada, que não deixa de reconhecer o peso das vantagens e limitações associadas. Sendo esta a primeira investigação inteiramente dedicada à estrutura territorial, espacial e arquitectónica da Diamang, num plano arquivístico totalmente aberto à data do início da pesquisa, e numa fase ainda precoce do nosso percurso académico, considerámos ser mais proveitoso, tanto para o leitor como para a autora, abrir o leque de questões e temas a partir da companhia, naturalmente de acordo com os próprios interesses de pesquisa. É certo que vários dos temas merecem desenvolvimento (e outro enquadramento), até pelas hipóteses que ficam por explorar – voltaremos a elas na conclusão. Em suma: sublinhamos a pertinência de avançar com outras perspectivas de leitura, algumas mais granulares, outras mais amplas; mas não o poderíamos fazer sem construir este quadro global.

A estrutura resulta de sucessivas leituras do objecto ao longo da investigação. Após as primeiras tentativas de abordagens cronológicas e tipológicas, entendemos que era do nosso interesse avançar noutra sentença: por um lado, porque não pretendemos expor um mapeamento do espaço construído sob alçada da Diamang, como referimos; por outro lado, pelo reconhecimento da pluralidade de processos que concorreram para e foram impactados pela espacialização da empresa, sobrepostos, mas também divergentes e distintos, sem prejuízo da intersecção das sucessivas reconfigurações políticas, sociais e tecnológicas. Mais ainda, esclarecemos a ausência intencional de forjar uma separação analítica entre espaços para as várias populações que trabalharam na Diamang. É certo que estes espaços foram configurados a partir de ideias significativas de “segregação”, tanto racial como laboral, acarretando efeitos vários de diferenciação e hierarquização sócio-económica e étnico-cultural. Porém, tirando partido da “comunidade corporativa” ou “sociedade colonial”, defendida pela própria administração da companhia, testaremos a rejeição da limpidez com que o colonialismo tentou dividir lugares de uns e outros – até porque “africanos”, “europeus”, “assimilados” ou “especializados” foram categorias oscilantes, que serviram sobretudo a dualidade inerente ao projecto colonial e que, por isso, têm de ser lidas e mapeadas criticamente.

O primeiro volume tem três partes, para além desta introdução e da conclusão, cada uma com três capítulos. A primeira parte discute as **construções do território** para entender, por um lado, como a

Architecture, 23, pp. 392-420; Rubbers (2018). “Mining towns, enclaves...”

⁶⁵ Por exemplo, os vários institutos dedicados ao conhecimento antropológico, como o Rhodes-Livingstone Institute, fundado em 1937 na Rodésia do Norte, o *Centre d'Etude des Problèmes sociaux indigènes* (CEPSI), criado em 1946 no Congo Belga, ou até mesmo o próprio Museu do Dundo, patrocinado pela Diamang a partir de 1936.

localização de fronteira da Diamang foi mobilizada para (re)construir a Lunda no plano imperial, ao longo do tempo de actividade da companhia; e, por outro, para perceber de que modo e de que formas a empresa se apropriou das ferramentas do desenho urbano e da arquitectura para tornar o espaço mais “legível”⁶⁶ na viabilização do império colonial português no século XX⁶⁷. Nesta esteira, o território é entendido não só como um espaço geográfico, mas também como uma arena fluída de relações de poder, físicas, sociais, culturais, económicas e políticas. O primeiro capítulo, a **infraestrutura** – vista em simultâneo como base material de serviços de suporte ao assentamento humano e como conjunto de técnicas e estratégias de gestão social –, versa sobre as décadas inaugurais do estabelecimento da Diamang em Angola, entre 1880 e 1920. Neste período, observa os debates teóricos e práticos que potenciaram as companhias privadas como actores cruciais na espacialização do poder político, assim como planos de concretização das linhas de comunicação e da fundação dos primeiros postos e aldeias mineiras. O segundo capítulo, o **controlo** – abordado como domínio e disciplina –, interroga a reorganização do espaço da empresa, entre 1926 e 1942, a partir da “imaginação” da concessão como identidade primária de leitura do território, no ajuste de um paradigma industrial para outro dito urbano. São considerados planos “disciplinadores” através de uma cartilha de “estabilização”, que tomou a mobilidade e o povoamento como principais “alicerces”. O terceiro capítulo, a **administração** – medida nas suas vertentes de governabilidade, gestão e efectiva aplicação –, explora o impacto da expansão e consequente divisão da área de exploração da Diamang em duas zonas, entre 1958 e 1970. Por um lado, gizamos o estudo de traçados de ocupação distintos, associados às inter-relações entre planos de “contenção”, “cooperação” e “desenvolvimento”, assim como a lógicas de optimização. Por outro, cotejamos a gestão “insular” da Diamang no conflito colonial.

A segunda parte questiona os **léxicos de urbanidade** para captar o peso da Diamang na produção de gramáticas de espacialização industrial, laboral, social e tecnológica, não só dentro do império colonial português, mas também no seu diálogo com a “nuvem de conhecimento” da grande região mineira em África. Através da interrogação de actualizações no discurso edificatório da companhia, a ideia de *urbanidade* serve-nos de um ponto de vista físico, para entender os elementos que compõem a cidade, e de uma perspectiva sócio-espacial, associada a propósitos de disciplina e “civilização”. Este é conceito cuja polissemia nos interessa particularmente para testar a diversidade de expressões ditas “urbanas” na Lunda. Se estas surgem amiúde em oposição a ambientes “rurais”, como antes se referiu, ou associadas a uma medida de “*quantidade*” no âmbito geográfico, neste capítulo a “urbanidade” será interrogada sobretudo na esteira dos estudos do urbanismo como “*qualidade*” ou “virtude” do espaço, das formas e dos seus habitantes, essencial à construção imbricada do tecido urbano, de expectativas e políticas, através da “diversidade”, da “complexidade”, da “imagem”, das “escalas” ou das “experiências”⁶⁸. O primeiro capítulo, **planos legíveis** – cujo título reflecte as tentativas, em

⁶⁶ James Scott (1998). *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press.

⁶⁷ Como veremos, fenómenos mais amplos e até mais recuados, como os caminhos de ferro, centrais para a estruturação de Angola, ganham novo folgo quando se enquadram os contributos das companhias, ainda por explorar. Bruno Navarro (2016). “Um império projectado pelo “silvo da locomotiva”: O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)”. Tese de doutoramento, UNL.

⁶⁸ O conceito de “urbanidade” tem sido extensivamente questionado nos estudos urbanos. Referimos aqui, de modo sumário, as principais ideias associadas ao tema, através de autores como Camillo Sitte, Françoise Choay, Jane Jacobs, Kevin Lynch, Christopher Alexander ou Bill Hillier. Ver Camilo Sitte (1889) [1965]. *City Planning According to Artistic Principles*. Nova Iorque: Random House; Kevin Lynch (1960). *The Image of the City*. Cambridge: MIT Press; Jane Jacobs (1961). *The death*

paralelo, de criar lugares reconhecíveis, estratégias claras, projectos sólidos e paisagens uniformes –, avalia a construção dos “alicerces” dos postos industriais na Lunda dentro da ordem da *company town* e através da propaganda da “aldeia” como lugar de controlo e de reconfigurações morfológicas, sobretudo a partir dos modelos belgas, entre 1923 e 1936. O segundo capítulo, **dialecto corporativo**, observa a nomeação de *centros urbanos*, a organização de *serviços de concessão* e o planeamento de *cadernos de urbanização*, entre 1942 e 1950, como sintomas de uma estratégia concertada da Diamang para fabricar lugares mais “urbanos”, associados não à quantidade, mas à *qualidade*. Questionaremos uma evidente justaposição às feições da exploração, que transformou as povoações da companhia não só putativos “oásis” no panorama africano, como também em “teatros de poder” e de “impotência”⁶⁹, nas mudanças ambivalentes entre diversas imagéticas urbanas, desejadas e a desejar, tanto por parte do poder colonial como por parte das comunidades locais. É nesta intersecção que a ideia de dialecto nos é particularmente útil, uma vez que sinaliza um discurso próprio, em mutação, mas que não deixa de estar incorporado em contextos mais abrangentes. O terceiro capítulo, **diálogos especializados** – ou seja, interações plurais, testadas em vários sentidos, e nunca de forma isolada, por vários actores –, explora a generalização dos protocolos mais tecnicistas, a partir do “imperialismo do conhecimento” que se inaugurou no pós-guerra⁷⁰. A mobilização de modos céleres e padronizados de construir, como a pré-fabricação, os “projectos-tipo” e as empreitadas, entre 1955 e 1968, é examinada não só a partir das transformações disciplinares e tecnológicas, mas também como resposta ao escrutínio político e social, aos movimentos de expansão acelerada da infraestrutura colonial e simultânea incapacidade de travar a luta pela independência de Angola.

A terceira parte aborda a arquitectura através da problematização de **espacializações de poder**, nas suas múltiplas formas, tempos e sentidos, para entender como o espaço se relacionou e foi relacionado com a construção de uma sociedade “industrial” e “corporativa” na Diamang. Ao contrário das análises anteriores, esta parte prescinde de ciclos cronológicos, apontando para significativas continuidades e simultaneidades entre estratégias – tanto induzidas pela companhia como contestadas pelos seus participantes. O primeiro capítulo, **arquitectura da “civilização”**, aborda os projectos desenhados sob batutas “civilizadoras”, no duplo sentido de estrutura e disciplina, para a comunidade “europeia” na Lunda. Através das tipologias de “recreação”, caso da Casa do Pessoal ou a Casa de Repouso, assim como da habitação, questionamos a relação próxima entre a Diamang e a ideologia “corporativa” do Estado Novo. O segundo capítulo, **património em Luanda**, opera numa mudança geográfica: o palco é a capital de Angola; um outro centro, no qual a Diamang apresentou uma posição muito particular e vincada da recepção do “ideário moderno” em África. O diálogo com estruturas e actores já conhecidos, como o Gabinete de Urbanização Colonial e alguns dos seus arquitectos, permite discutir facetas que se mantêm por desvelar, relativas, por exemplo, a trâmites burocráticos, implicações técnicas, ou obstáculos estilísticos e materiais. Através do projecto e construção de “bairros”, assim

and life of great American cities. Nova Iorque: Random House; Françoise Choay (1965). *L'Urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*. Paris: Editions du Seuil; Christopher Alexander (1965). “A city is not a tree.” *Architectural Forum* 122, pp. 45-63; Bill Hillier (1983). “Space Syntax: A different urban perspective.” *Architects' Journal* 178 (48), pp. 47-63; Walter Rossa (2015). *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

⁶⁹ Samuel Grinsell (2020). “Urbanism, environment and the building of the Anglo-Egyptian Nile valley, 1880s-1920s”. Tese de doutoramento, Universidade de Edimburgo; Henriët (2021). *Colonial Impotence...*

⁷⁰ Frederick Cooper (1997) [2016]. “Burocratas modernizadores, africanos atrasados e conceito de desenvolvimento”. *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Edições 70, p. 129.

como da mobilização do conceito de “património”, é exposta a visão dos não especialistas que também concorreram para o desenho da paisagem, iluminando tanto os diferentes mecanismos de interacção como a contestação que deles foi feita. O terceiro e último capítulo, **desconstrução da “fúria psico-social”**, tira partido do entendimento prévio sobre o território e a urbanidade da guerra – ou seja, o seu espaço físico e o impacto na imagem das povoações – para explorar as respostas da Diamang aos planos de “desenvolvimento” e “progresso” que visaram contrariar, e mesmo combater, a queda do império português, tomando a habitação como “arena de contestação” por excelência⁷¹. No seu conjunto, os três capítulos importam pela diversidade de temas, geografias, escalas, grupos visados e participantes que convocam, uma vez que é (também) nesta variedade que se torna possível inquirir os múltiplos ângulos e linhas de *poder*, como domínio, controlo, autoridade e capacidade.

Por fim, a conclusão apresenta alguns remates e, sobretudo, diversas questões para investigação futura. Por um lado, interroga as estruturas construídas na Lunda e em Luanda e a sua “resiliência”⁷²; por outro, reflecte sobre as possibilidades de escrever sobre um território de Angola arquivado em Coimbra. Recentemente, em Julho de 2020, a imprensa nacional em Angola apresentou as povoações da Diamang como “património por reconhecer”⁷³, iluminando, assim, o objectivo mais relevante: tentar contribuir para saber e para debater sobre os “ecos” destes legados materiais⁷⁴.

Cada parte tem, por isso, um tema e objectivos bem identificados; mas a sua leitura foi pensada no conjunto, de modo complementar, com o intuito de sinalizar e reforçar os múltiplos trajectos de imaginação, nomeação, planeamento, concretização e contestação de espaços coloniais em formação. Neste sentido, esta estrutura temática não resulta nem se traduz em etapas distintas, mas antes em camadas cumulativas de “sedimentos”, que puderam ser acedidos e reciclados ao longo do tempo e do espaço. Ou seja, entendendo este processo através das palavras de Miles Larmer, interrogamos a mudança histórica como uma “sedimentação geológica, camadas de compreensão e representação que, embora parcialmente enterradas sob camadas sucessivas, podem ainda ser acedidas por gerações posteriores, cuja perspectiva e posição em relação a cada forma sucessiva de representação histórica foi inevitavelmente alterada pelas novas camadas em que elas e a sua realidade social se encontram agora”⁷⁵. Leia-se: estamos perante construções consecutivas, feitas por nós e por todos aqueles que participaram no fabrico da paisagem da Diamang. No estudo sobre a ocupação colonial do território de Angola, através das ferramentas do urbanismo e da arquitectura, Manuela Fonte utilizou também o conceito de “sedimentação”, intuindo os momentos que corresponderam às várias etapas de transformação do espaço⁷⁶ (e constantes releituras feitas sobre eles) – e a que nos propomos aceder para o caso particular da Diamang.

⁷¹ Martina Barker-Ciganikova, Kirsten Rüther, Daniela Waldburger e Carl-Philipp Bodenstein (eds.) (2020). *The Politics of Housing in (Post)colonial Africa: Accommodating Workers and Urban Residents*. Berlim e Boston: De Gruyter.

⁷² Elizabeth Mays Merrill e Stylianos Giamarellos (2019). “From the Pantheon to the Anthropocene: Introducing Resilience in Architectural History”. *Architectural Histories*, 7 (1), pp. 1-11.

⁷³ “Lunda-Norte: Um património por reconhecer”. *Jornal de Angola*, 4 de julho de 2020 [especial Lunda-Norte].

⁷⁴ Britta Timm Knudsen, John Oldfield, Elizabeth Buettner e Elvan Zabunyan (2022). *Decolonizing colonial heritage: New Agendas, actors and practices in and beyond Europe*. Routledge; Victoria Ogoegbunam Okoye (2021). “The Colonial Afterlife of Encroachment”. *Architectural Dissonances*, pp. 107-118.

⁷⁵ Larmer (2021). *Living...*, p. 26. Stoler também refere as “sedimentações temporais desiguais” deixadas pelos projectos imperiais. Ann Laura Stoler (2013). *Imperial debris: on ruins and ruination*. Duke University Press.

⁷⁶ Fonte (2012). *Urbanismo e Arquitectura...*, pp. 141-146.

Em suma, neste trabalho discutem-se planos, projectos e apropriações formais e nominais, assim como pontos de flexão, para uma visão integrada (mas sem pretensões herméticas) dos espaços mobilizados pela Diamang e a partir da sua actividade. São, portanto, os “temas” e as perguntas, em vez do tempo, a servir de vector da análise⁷⁷, unindo ângulos que ficariam obscurecidos se o avanço se fizesse (sobretudo) no plano cronológico, para construir um olhar crítico e menos tipológico da arquitectura no império colonial português. Neste sentido, questionaremos a Diamang também para aferir as suas afinidades com desafios mais amplos, esgrimidos por diversos autores, tal como lançámos nas perguntas do início desta introdução. Os entrosamentos serão vários: as experiências de colonização⁷⁸, os léxicos de “estabilização” e ordem⁷⁹, as políticas do trabalho⁸⁰, as formas repressivas de trabalho, “desenvolvimento” e “bem-estar”⁸¹ ou ainda os debates sobre a “destropicalização”⁸², a descolonização e a “des-modernização”⁸³ através do espaço.

Os capítulos iniciam com uma pequena introdução que volta a algumas das interrogações que agora apresentamos, avançando naturalmente para questões mais específicas e adequadas à problemática que se quer aí desenvolver. Com o mesmo propósito de sistematização, as perguntas voltam a ser reflectidas nas conclusões parciais que propomos para cada tema. Por outro lado, no começo de cada subcapítulo recorreremos a frases que se relacionam com o tema, quase sempre grafadas por agentes internos da Diamang, como estratégia para lançar questões e contextos. A este respeito, esclarecemos que não pretendemos fazer uma promoção acrítica dos discursos da companhia; bem pelo contrário, as exposições servem-nos para desmontar precisamente perspectivas nem sempre coerentes ou consistentes com as práticas observadas a partir do território, do espaço ou do edificado.

⁷⁷ Joe Nasr (2005). “Actors and Vectors: Towards Alternate Histories of the City-Building Process”. *Repenser les limites: l’architecture à travers l’espace, le temps et les disciplines*. Alice Thomine-Berrada e Barry Bergdol (eds). Paris: Publications INHA [https://books.openedition.org/inha/528, acessado a 30 de agosto de 2023].

⁷⁸ Cláudia Castelo (2007). *Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento; Filipa Castro Guerreiro (2016). “Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território”. Tese de doutoramento, FAUP; Cláudia Castelo (2016). “Reproducing Portuguese Villages in Africa: Agricultural Science, Ideology and Empire”. *Journal of Southern African Studies*, 42 (2), pp. 267-28.

⁷⁹ Samuel Coghe (2017). “Reordering Colonial Society: Model Villages and Social Planning in Rural Angola, 1920-45”. *Journal of Contemporary History*, 52, pp. 16-44; Daniela Waldburger (2020). “House, Home, Health and Hygiene – Social Engineering of Workers in Elisabethville/Lubumbashi (1940s to 1960s)”. *The Politics of Housing in (Post-)Colonial Africa*, Martina Barker-Ciganikova et al (eds). De Gruyter, pp. 141-166.

⁸⁰ Para a Diamang ver Cleveland (2015). *Diamonds...*; Santos (2016). “Capital e Trabalho...”. Para questões mais amplas no império colonial português ver Miguel Bandeira Jerónimo (2010). *Livros Brancos, Almas Negras: A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870-1930)*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Éric Allina (2012). *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press; Alexander Keese (2012). “The Constraints of Late Colonial Reform Policy: Forced Labour Scandals in the Portuguese Congo (Angola) and the Limits of Reform under Authoritarian Colonial Rule, 1955-61”. *Portuguese Studies*, 28 (2), pp. 186-200; Jeremy Ball (2015). *Angola’s Colossal Lie. Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913-1977*. Leiden: Brill; José Pedro Monteiro (2018). *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado: um império sob escrutínio (1944-1962)*. Edições 70.

⁸¹ Miguel Bandeira Jerónimo (2017). “Repressive Developmentalism: Idioms, Repertoires, and Trajectories in Late Colonialism”. *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, Martin Thomas e Andrew Thompson (eds), pp. 537-554.

⁸² Phokaides (2013). “De-Tropicalizing...”; Jiat-Hwee Chang (2020). “Race and Tropical Architecture: The Climate of Decolonization and ‘Malayanization’”. *Race and Modern Architecture: A Critical History from the Enlightenment to the Present*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press; Anderson (2021). “Decolonizing...”.

⁸³ Emilio Distretti e Alessandro Petti (2021). “Architectural Demodernization as Critical Pedagogy: Pathways for Undoing Colonial Fascist Architectural Legacies in Sicily”. *Architectural Dissonances*, pp.119-138; Osayimwese (2021) “Cracks...”.

Fontes e metodologia

O corpo de conhecimento que problematizamos nesta investigação resulta, sobretudo, do trabalho exploratório feito no espólio da Diamang, arquivado no Departamento das Ciências da Vida da Universidade de Coimbra (DCV-UC),⁸⁴ já tratado em algumas dimensões, mas ainda inédito no que diz respeito ao estudo das práticas edificatórias, seus contextos, dinâmicas e efeitos. Considerando esta fonte um espelho particular das relações de poder na empresa, certamente condicionado por motivações e interesses pessoais e institucionais concretos, procurámos fazer leituras a favor e contra o “grão do arquivo”, na esteira de Ann Laura Stoler⁸⁵. Para isso, foi importante abranger diferentes materiais e serviços produtores, ir para além do armário dos desenhos de urbanização e levantar relatórios sobre a mão de obra, as inspecções, a produção cultural, a correspondência ou a imprensa, por exemplo⁸⁶. Este é um tema que tem sido amplamente discutido e sobre o qual sublinhamos a importância de cultivar uma postura crítica, capaz de reavaliar fontes escritas, de balizar categorias e conceitos oscilantes e de dissecar as várias vozes presentes na documentação. De novo nas palavras de Stoler, é imperativo atender tanto ao “conteúdo” da documentação como à sua “forma e contexto”⁸⁷.

Como importante complemento, utilizámos os arquivos dos antigos funcionários da Diamang, em constante produção e disponível em rede⁸⁸ e alguns espólios pessoais gentilmente cedidos pelos próprios ou familiares, nomeadamente de Júlio Pedro, fotógrafo da companhia, e de Fernando Queiroz, o único *urbanista* na Lunda. Abundantes em imagens e documentos particulares, estes repositórios permitem adicionar novas camadas e uma escala mais humana aos processos de produções textuais, gráficas e arquivísticas. Foram também analisados materiais no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), desde as Obras Públicas às Inspeções, e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), do Arquivo Oliveira Salazar (AOS) ao Arquivo Soares Carneiro (ASC), mobilizando diferentes camadas do aparelho colonial, que visam não só a companhia como também dimensões mais amplas dos processos e projectos de ocupação em Angola e do império português. Em paralelo, para explorar a dimensão belga, foi consultada a documentação da Forminière e da Union Minière, disponível no Musée Royal de l’Afrique Centrale (MRAC) e nos Archives Générales du Royaume (AGR), ambos em Bruxelas. O visionamento de filmes de época e actuais, produzidos pela Diamang ou a respeito dela, sobretudo disponíveis na Cinemateca Portuguesa⁸⁹, foi também essencial.

⁸⁴ Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. Ver Manuel Laranjeira Areia (1995). *Diamang. Estudo do Património Cultural da Ex-Companhia de Diamantes de Angola*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos. Parte deste material está digitalizado e disponível em <https://www.diamangdigital.net/>. Ficou por conhecer e trabalhar a parte do espólio da Diamang depositada no Arquivo Distrital de Braga, que se manteve em tratamento no decorrer desta investigação, assim como o Arquivo Fotográfico da Companhia de Diamantes de Angola, no Museu Nogueira da Silva (MNS), ao qual também não foi possível aceder.

⁸⁵ Ann Laura Stoler (2009). *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton University; Achille Mbembe (2002). “The Power of the Archive and its Limits”. *Refiguring the Archive*, Carolyn Hamilton et al. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 19-26.

⁸⁶ Para uma listagem completa do material consultado, ver “Fontes”.

⁸⁷ Ann Laura Stoler (2002). “Colonial Archives and the Arts of Governance”. *Archival Science*, 2 (1-2), pp. 87-109. Para uma reflexão sobre as possibilidades das análises a partir de arquivos produzidos pelos aparelhos coloniais e as precauções devidas aos investigadores, ver Alexander Keese (2015). *Ethnicity and the Colonial State. Finding and Representing Group Identifications in a Coastal West African and Global Perspective (1850–1960)*. Leiden: Brill, pp. 19 e ss.

⁸⁸ “Diamang: um espaço virtual dedicado à Diamang e à Lunda” [www.diamang.com].

⁸⁹ Secção “Fontes”, pg. 431.

A instrumentalização desta recolha fez-se através de diversas ferramentas que nos permitem esgrimir as dimensões formais do espaço, como o redesenho sistemático dos vários projectos, o mapeamento do edificado e a utilização de ortofotomapas. O desenho, em particular, foi abordado como “linguagem materna” da investigação em arquitectura⁹⁰. Como sublinhou Vincenzo Riso, o redesenho “não é uma simples operação de cópia”⁹¹. Pelo contrário, é um processo que permite reconstituir os edifícios, apreender a sua organização e dissecar camadas do projecto e da construção. Também é um método para uniformizar informação de diferentes peças desenhadas, e nesse sentido, possibilita a produção de comparações mais sistemáticas, através de uma linguagem convencionada e comum. A ausência de arquitectos na Lunda, por exemplo, reflectiu-se em projectos pragmáticos e um conjunto parco de desenhos. Por isso, e por outras palavras, o redesenho foi utilizado nesta tese como instrumento de estudo, representação, mediação e apresentação – ou seja, simultaneamente como uma ferramenta de análise e de síntese⁹².

Outro suporte essencial para a investigação foram as centenas de fotografias recolhidas em arquivo ou junto de antigos funcionários, muitas das quais estampadas neste documento. Importa esclarecer que a recolha fotográfica na Diamang foi estritamente controlada pela companhia e apenas cedida às (poucas) pessoas autorizadas. Ou seja, as fotografias eram simultaneamente instrumentos cruciais de trabalho e de comunicação⁹³. Também nesta tese, as imagens, longe de serem meras ilustrações, foram criteriosamente escolhidas e utilizadas como meios de informação, por aquilo que mostram e aquilo que escolheram não mostrar.

Por último, e ainda a respeito à metodologia, o plano de trabalhos previa a realização de trabalho de campo, mas devido a sucessivos obstáculos no decorrer da investigação, por motivos pessoais, mas também colectivos, este não foi possível. Em alternativa, para o escasso, mas possível, confronto contemporâneo, contamos com a colaboração da direcção do Museu do Dundo, que fotografou, em Novembro de 2021, a nosso pedido, todas as povoações de maior dimensão criadas pela Diamang, em paralelo com os vários registos partilhados nos fóruns da antiga companhia e os referidos mapeamentos digitais.

⁹⁰ Pedro Bandeira (2014). “Projecto como investigação em arquitectura”. *Modern Building Reuse: Documentation, Maintenance, Recovery and Renewal*, Vincenzo Riso (ed.). Universidade do Minho, pp. 228-231.

⁹¹ Vincenzo Riso (2014). “Operações de Redesenho Questões de Metodologia e Resultados”. *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*, Ana Tostões (ed.). Caleidoscópio, pp. 18-23.

⁹² Sérgio Padrão Fernandes (2014). “Génese e forma dos traçados das cidades portuguesas: morfologia, tipologia e sedimentação”. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, em particular, a secção 3.3.4 “A leitura através do desenho”, pp. 99-102; Rogério Azevedo (2019). “Redesenho como método analítico e instrumento de investigação em arquitectura”. *Expressão múltipla II: teoria e prática do desenho (Acta da conferência)*, pp. 167-177.

⁹³ Nuno Porto (2004). “‘Under the gaze of the ancestors’: photographs and performance in colonial Angola”. *Photographs objects histories: on the materiality of images*. Elizabeth Edwards Janice Hart (eds.). Nova Iorque e Londres: Routledge, pp. 113-131; Diogo Ramada Curto (2015). “Um álbum fotográfico da Diamang”, *Mulemba*, 5 [acessado a 10 de abril de 2020]. Para uma visão mais ampla sobre os usos e papéis da fotografia no colonialismo português, ver Filipa Lowndes Vicente (2014). *O Império da Visão. A Fotografia no Contexto Colonial português (1860-1960)*. Edições 70.

PARTE I. [a moldura] Construções do território

1.1. Uma “obra nacional” na fronteira

1.2. A infraestrutura: (des)codificação de uma “margem” (1880-1920)

- . Companhia(s) na espacialização do império
 - . Ocupação colonial da “Lunda portuguesa”
 - . Territórios concessionados
- . Postos, caminhos e comunicações: estruturar o distrito
 - . Grupos, postos e soberania
 - . Um caminho de ferro “impossível”

1.3. O controlo: da exploração à disciplina “concessão” (1926-1942)

- . “Alicerces” industriais: mobilidade e povoamento
 - . Entre a circulação e os planos de “fixação”
 - . A estabilização territorial e laboral
- . Planear, melhorar, conservar: a cartilha urbana
 - . A organização da “concessão”
 - . A ampliação do protocolo

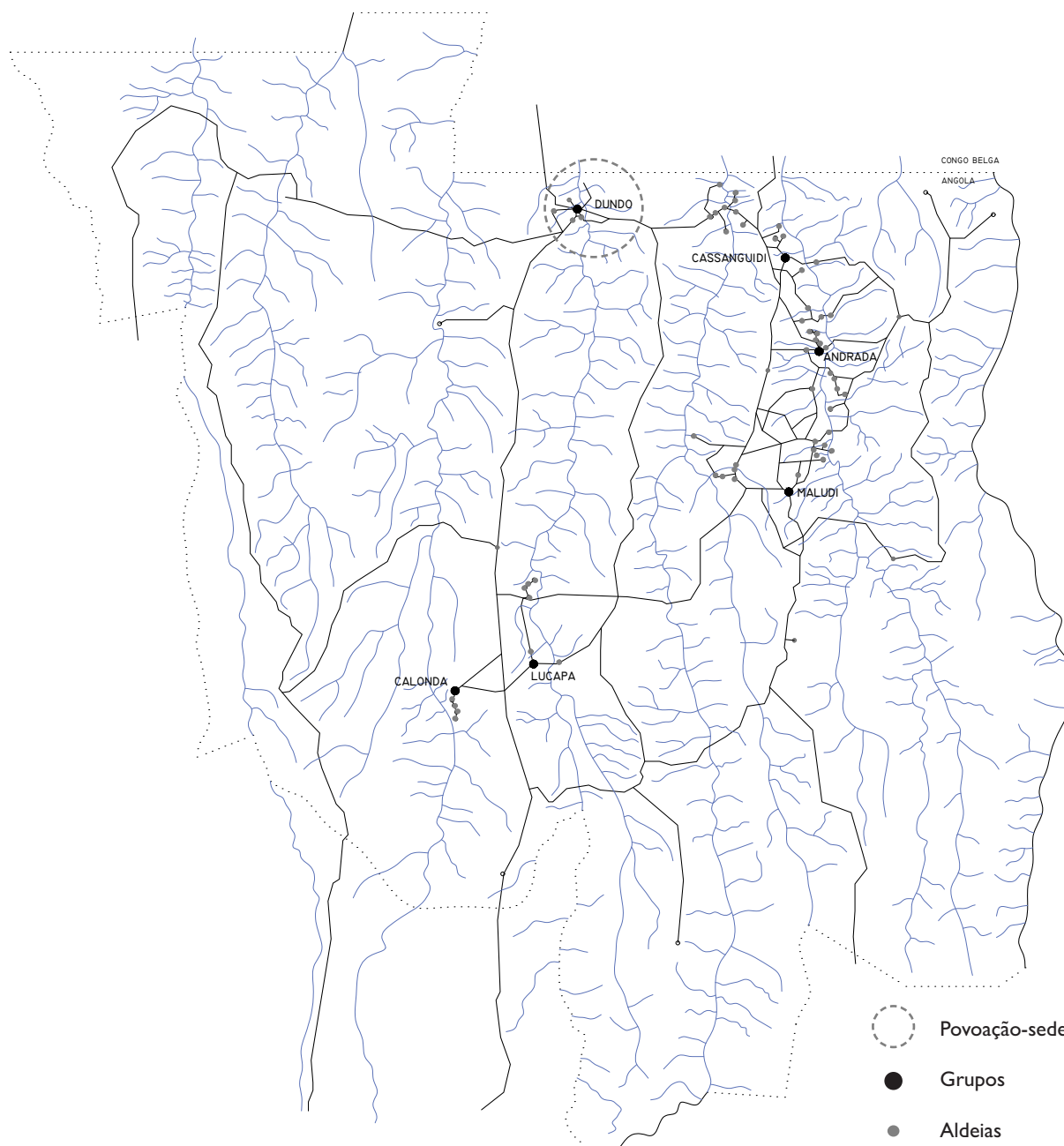
1.4. A administração: generalização pragmática do dispositivo (1958-1970)

- . “*Far west*”: novas geografias urbanas
 - . Planos e empreitadas
- . “Pólo dominante”: uma ilha no limite do conflito
 - . As tipologias do reordenamento
 - . O “desenvolvimento” em rede

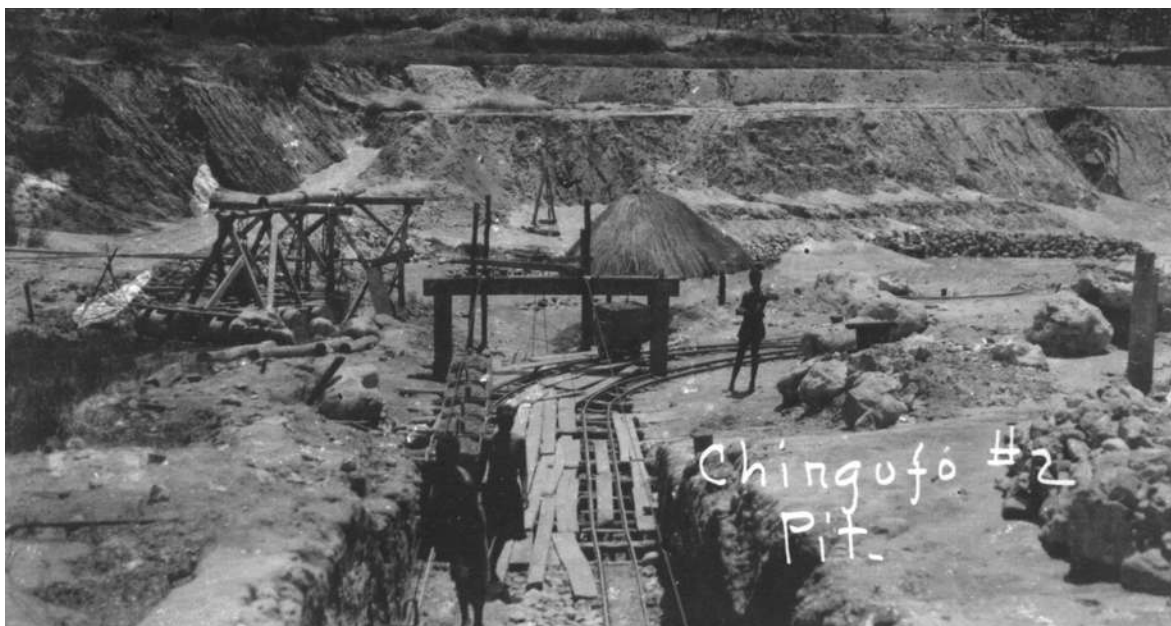
1.5. Síntese



[•] Localização das explorações da Diamang em Angola (Zona de Protecção Única)



[•2] Área das explorações da Diamang (c. 1970)



[3] Vista geral da mina do Chingufô, 1926

[4] Vista aérea do Dundo, 1965?

[Rapport 13, ANTT/HB-C/2-5-1-3; Arquivo Júlio Pedro, particular]

I.1. Uma “obra nacional” na fronteira

“É indispensável que da exploração dos Diamantes de Angola muito e muito fique em Angola e que quando chegar o dia de esgotamento desses depósitos, alguma coisa exista no distrito da Lunda que valha mais do que todos diamantes do mundo. Cidades e vilas portuguesas, com todos os confortos e todos os estabelecimentos e institutos que a civilização moderna exige; e ainda estradas, caminhos-de-ferro, comunicações de toda a espécie (...). É isto o que espero da ação directa e indirecta da Companhia de Diamantes de Angola, e para a realização desta obra nacional não lhe negará o Estado o seu decidido e valioso auxílio.”

– Norton de Matos, *Despacho do Gabinete do Alto-Comissário*, 1922⁹⁴

As expectativas sobre o papel da Diamang na consolidação do território imperial sempre foram significativas. Como mostram as palavras de Norton de Matos⁹⁵, apenas cinco anos após a fundação da companhia, o aparelho colonial português confiava que a exploração mineira desse origem a “cidades e vilas portuguesas”, assim como “comunicações de toda a espécie”. Para além de extrair diamantes, a empresa deveria tornar-se produtora de uma paisagem particular, convergente com uma ideia de “civilização moderna”, feita de “confortos”, “estabelecimentos” e “institutos”. A sua importância na espacialização da soberania era evidente, justificando o “decidido e valioso auxílio” das malhas estatais. Porém, naquele início do ano de 1922, após a visita do Alto-Comissário de Angola às explorações da Lunda, a ambição de criar uma “obra nacional” parecia ameaçada. Entre as inquietações, destacavam-se matérias de índole política: não existiam bandeiras portuguesas, os transportes eram feitos pelo Congo Belga e o pessoal na exploração era sobretudo estrangeiro⁹⁶.

Na visão de Norton de Matos, a organização da companhia, no final da década anterior, tinha obedecido a uma “ciosa escolha” para evitar precisamente a “exploração conjunta” que, afinal, se verificava no terreno. Os mapas e relatos produzidos à época eram claros: o Cassai foi observado como uma região única, a nível geológico e extractivo⁹⁷, tornando a Diamang e a Forminière em

⁹⁴ “Despacho do Gabinete do Alto Comissário Norton de Matos”, 20 de março de 1922. UC/AD.

⁹⁵ Sobre Norton de Matos e a sua posição face à questão colonial ver Sérgio Neto (2013). “Do Minho ao Mandovi: um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos”. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Helena Pinto Janeiro (2014). “Norton de Matos, o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar”. Tese de doutoramento, FCSH-Nova.

⁹⁶ Em 1922, estavam presentes 56 “agentes brancos” na Lunda, dos quais 36 eram estrangeiros (21 americanos e 15 belgas). Newport, Rettie e Kelsey compunham a direcção, enquanto ao comando das explorações estavam os engenheiros Eulich, Linn, Holdridge e Parkinson. Na correspondência de Henry Burnay lê-se que tinha sido “manifestado o desejo legítimo de aumentar a proporção de agentes portugueses empregados na Companhia de Diamantes de Angola”, mas “uma das razões que impedem o contrato de agentes portuguesas é a diferença das moedas utilizadas para contratar agentes de nacionalidades diferentes”. “Opinião dos amigos *anglais* sobre a Diamang”, 1923. ANTT, PT/TT/HB/1-21/30.

⁹⁷ Conforme, por exemplo, o mapa “Les Gisements diamantifères du Kassai”, elaborado por Hector de Rauw, engenheiro de minas belga, em 1923, que revela a presença de uma zona contínua de exploração. Ver também E. Polinard (1951). *Les gisements de diamants du bassin du Kasai au Congo belge et en Angola*. Bruxelas: Institut Royal Colonial Belge.

“companhias irmãs”⁹⁸, que partilhavam (infra)estruturas edificadas – como componentes materiais das linhas *decauville*⁹⁹, pelas quais transitavam vagonetas nas minas –, técnicos, trabalhadores e até mapas de contas¹⁰⁰. A companhia belga, sediada do outro lado da fronteira desde o início do século¹⁰¹, tinha sido o ponto de partida para a exploração dos diamantes daquela área e continuava a ter um papel preponderante no seu modo de ocupação. A dimensão da estrutura edificada era ainda muito incipiente, mas ao longo das décadas seguintes revelaria de modo evidente este território cruzado.

Perante as circunstâncias, o Alto Comissário defendeu uma orientação da empresa em Angola para três objectivos mais consonantes com a afirmação do projecto colonial português, transferindo o seu escopo extractivo para desígnios de âmbito territorial: “o aproveitamento o mais possível e intensivo pela Nação de uma riqueza enorme; o rápido desenvolvimento do distrito [da Lunda]; ocupação administrativa completa e essencialmente portuguesa”¹⁰². Ainda de acordo com o parágrafo de abertura, a estratégia a longo prazo era óbvia e estava alicerçada nas transformações espaciais. Mais do que um simples agente económico, a Diamang foi pensada e mobilizada como um veículo essencial na construção do império colonial em Angola, ficando responsável pela concretização de povoações, edificado, estradas e caminhos de ferro de uma extensa parcela daquela colónia.

Partindo destas considerações, a primeira parte do trabalho analisa a ancoragem da companhia ao distrito da Lunda, procurando entender os modos como a Diamang pensou o território e quais as formas que este foi adquirindo até depois do ocaso do colonialismo português. A “moldura” será explorada em dois sentidos: por um lado, como enquadramento do objecto de estudo; por outro lado, como verbo (*frame*), tal como propuseram Timothy Mitchell e Garth Myers, nos casos do Egipto e do império britânico, respectivamente¹⁰³, para reflectir sobre as negociações entre o processo cognitivo e interdependente de “moldagem” e “disciplina” do espaço e dos seus agentes (*enframe*) e os sucessivos “reajustes” práticos no terreno (*reframe*). A este respeito, os autores frisaram o entendimento do estado colonial como uma “máquina artificial” muitas vezes inábil, ineficaz e que, acima de tudo, tem de ser lida na sua heterogeneidade¹⁰⁴. Neste sentido, entendemos que “construções do território” na Lunda foram não apenas físicas, mas também várias vezes “imaginadas”, num duplo sentido: participaram na imaginação política da soberania, por um lado, e foram projectadas como ideias que nem sempre se concretizaram, por outro.

⁹⁸ Paul Beetz (1929). “Preliminary and Final Report on the Angola and Belgian Congo Diamond Fields”. AGR 2, Depot Joseph Cuvelier, Sibéka Archives [BE-A0545.189], 4201.

⁹⁹ Sistema ferroviário de bitola estreita, inventado por Paul Decauville, formado por elementos pré-fabricados, de colocação e manutenção rápidas, onde correm vagonetas. Foi inaugurado na Lunda em 1920, reproduzindo as vantagens já experimentadas pela Forminière. Em 1936, a Diamang mantinha 56km de via, com 1060 vagonetas.

¹⁰⁰ Conforme, por exemplo, os mapas da Forminière de 1927, que integram os resultados da Diamang no volume total de exploração. *Administration Générale d’Afrique, Rapport 31*. MRAC, Forminière [HA.02.0058].

¹⁰¹ A Société Internationale Forestière et Minière du Congo, conhecida como Forminière, foi criada em 1906 sob a chefia de Jean Jadot. As suas operações estiveram concentradas na exploração de diamantes no Cassai, até à década de 1960. Richard Derksen (1983). “Forminière in the Kassai, 1906–1939”. *African Economic History*, 12, pp. 49-51.

¹⁰² “Despacho...”, 20 de março de 1922. UC/AD.

¹⁰³ Timothy Mitchell (1988). *Colonising Egypt*. University of California Press; Garth Andrew Myers (2003). *Verandahs of Power: Colonialism and Space in Urban Africa*. Syracuse University Press.

¹⁰⁴ Mitchell (1988). *Colonising...*, p. 36; Myers (2003). *Verandahs of Power...*, p. 9, na esteira de outros autores, como Robert Young, Bruce Berman e Robert Home.

Para o lançamento desta análise, importa considerar as diferentes posições relativas da Diamang. Primeiro, sublinhamos a dimensão limítrofe do distrito da Lunda, e em particular da empresa, com trabalhos inicialmente localizados a escassos quilómetros do limite noroeste com o Congo Belga. Este foi um dos motivos que levou a companhia a afirmar-se como um “caso anómalo” dentro do universo colonial português¹⁰⁵. Apesar da sua mobilização como importante instrumento de gestão daquela região, a corporação de diamantes acabaria por se destacar, como veremos, por um certo exotismo na organização da paisagem, que desafia narrativas estritamente nacionais. Neste sentido, notamos a relevância em ler esta área como uma “zona de contacto”, que mais do que se separar, integrou a Diamang em amplas redes de conhecimento, afrontando tanto os afunilamentos políticos como os circuitos formais ainda dominantes na história da construção do espaço. Da perspectiva da produção urbana e arquitectónica, como procuramos demonstrar, a Diamang percorreu passos semelhantes a tantas outras empresas situadas nas “franjas” dos espaços imperiais formais, que tomaram a distância (associada a uma certa autonomia) como oportunidade para ensaiar diferentes modos de organização do território¹⁰⁶.

A este ponto somamos o carácter insular da zona de exploração, notando o regime de “concessão” feito à Diamang pelo governo português, com início em 1921 e sucessivamente renovado até à década de 1970¹⁰⁷ – e que ultrapassou depois o fim do período colonial, através de um acordo com o governo independente de Angola¹⁰⁸. Nesta dimensão sobressai a autonomia territorial da empresa, espelhada em posteriores etiquetas que a classificaram como “estado dentro do estado” ou “nona colónia do império”¹⁰⁹. Mais uma vez, e sem prejuízo das importantes singularidades a explorar neste trabalho, o processo esteve longe de ser original. De facto, a Diamang participou numa longa genealogia de gestão e regulação do território, cujos contornos foram alterados pelos sucessivos e diversos contextos históricos, económicos e sociais. Como veremos, não surgiu num vazio legal, não trilhou matérias pouco ensaiadas nem a sua hegemonia foi tão transversal como algumas narrativas mais imediatas fazem crer. Bem pelo contrário, a companhia pode ser considerada fruto de várias estratégias relacionadas com a propriedade e a construção da paisagem, iluminando a experiência acumulada pelo aparelho colonial. As materializações e afinações das estratégias de “concessão”¹¹⁰, de que são exemplos o “sistema de prazos”, considerado “poderoso instrumento de controlo político, de controlo social, de confirmação de soberania sobre um espaço, de remuneração de serviços, de organização da actividade económica ou de exacção fiscal”¹¹¹, ou a organização das “companhias

¹⁰⁵ “Alterações das condições de trabalho na Zona das Explorações. Reuniões no Instituto do Trabalho”, 1963. UC/AD.

¹⁰⁶ Roberts (2014). “Company Transfer...”

¹⁰⁷ O contrato inicial entre a Diamang e a Província de Angola foi firmado a 18 de Maio de 1921 e actualizado a 8 de julho de 1922. A 31 de julho de 1937 este diploma foi renegociado com o Estado português, com sucessivas renovações em 1946, 1961, 1962 e 1963.

¹⁰⁸ A maior parte do capital da Diamang foi nacionalizada em 1977, ainda que a companhia apenas tenha sido dissolvida em 1988. Sucedeu-lhe a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA), organizada em 1981. Entre 1978 e 1986, as operações mineiras foram conduzidas pela empresa britânica MATZ.

¹⁰⁹ Clarence-Smith (1985). *The third portuguese Empire...*

¹¹⁰ Rui Ulrich apresentou várias modalidades entre os “sistemas de concessão”: concessões gratuitas, venda, colonização sistemática (Wakefield), companhias prediais, aforamento, alienação condicional, ocupação provisória. Ruy Ennes Ulrich (1910). *Economia colonial. Lições feitas ao curso do 4º ano jurídico no ano de 1909-1910*. vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 174 e ss.

¹¹¹ Sobre esta matéria, ver, entre outros, José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda (eds.) (2014). *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC-IUL.

majestáticas” em Moçambique, como a Companhia da Zambézia¹¹², onde se reuniram muitos dos agentes depois presentes na Lunda¹¹³, transbordaram para a organização da Diamang, investindo a empresa de poderes relacionados com a ocupação da terra, nomeadamente em matérias de povoamento, relações de poder e mobilidade social. Neste campo, seria a associação que a própria companhia forjou entre a “concessão” e uma ideia vincada de “urbanidade”, revestindo-a de novo sentido, a moldar o contributo particular que aqui exploramos.

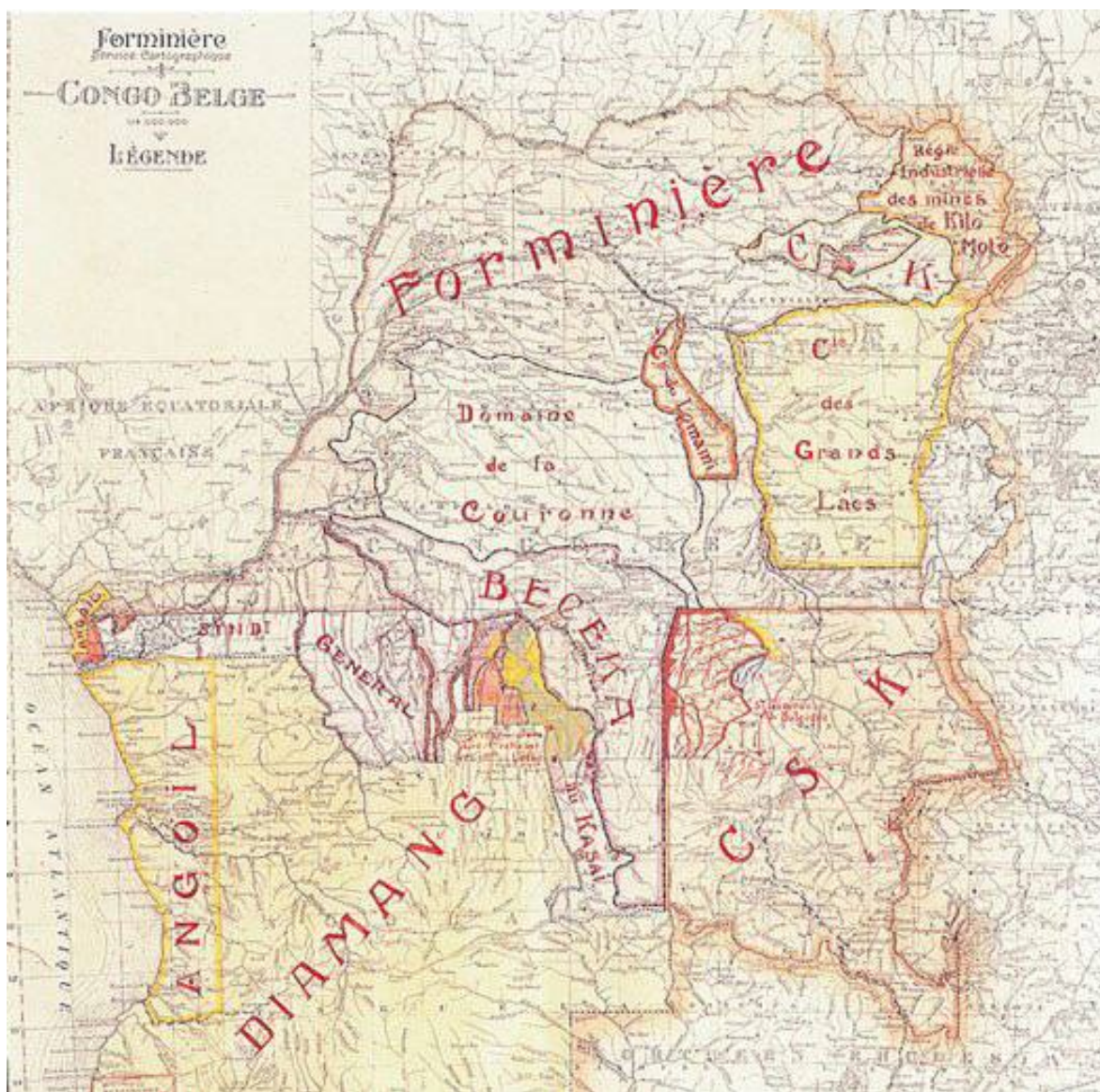
O primeiro capítulo, a “infraestrutura”, observa o processo de criação da empresa, com raízes nas disputas coloniais do final do século XIX, mostrando que, de facto, a adjudicação de “pedaços úteis” a agentes particulares foi uma opção consciente do aparelho de governo português para ocupar o espaço colonial e expandir o seu “poder infraestrutural”¹¹⁴, em sintonia com os pares europeus¹¹⁵. O segundo capítulo, o “controlo”, questiona as transformações “urbanas” que, tal como a ambição de Norton de Matos sugeriu, permitiram à Diamang transpor o propósito inicial de exploração para avançar numa abordagem mais holística e sistemática sobre o território, através da (re)organização da “concessão”. O terceiro capítulo, a “administração”, acompanha a expansão geográfica da empresa, a partir da segunda metade da década de 1950, observando a sua actuação em duas zonas, este e oeste, cujas diferenças espaciais foram ampliadas pela necessidade de um equilíbrio entre norte e sul na gestão da paisagem local e, sobretudo, imperial.

¹¹² Concessão feita a Paiva de Andrada, em 1878, na região do Zambeze, para explorar ouro. Em 1892, deu-se uma fusão com a companhia do clã britânico Hornung, originando *Sena Sugar Estates*. Sobre a Companhia da Zambézia e a Sena Sugar, em épocas distintas, ver Leroy Vail e Landeg White (1890). *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District*. Londres: Heinemann; Judith Frances Head (1980). “State, Capital, and Migrant Labour in Zambézia, Mozambique: A Study of the Labour Force of Sena Sugar Estates Limited”. Tese de doutoramento, Universidade de Durham; Lapperre (2022). *Doce Amargura...*

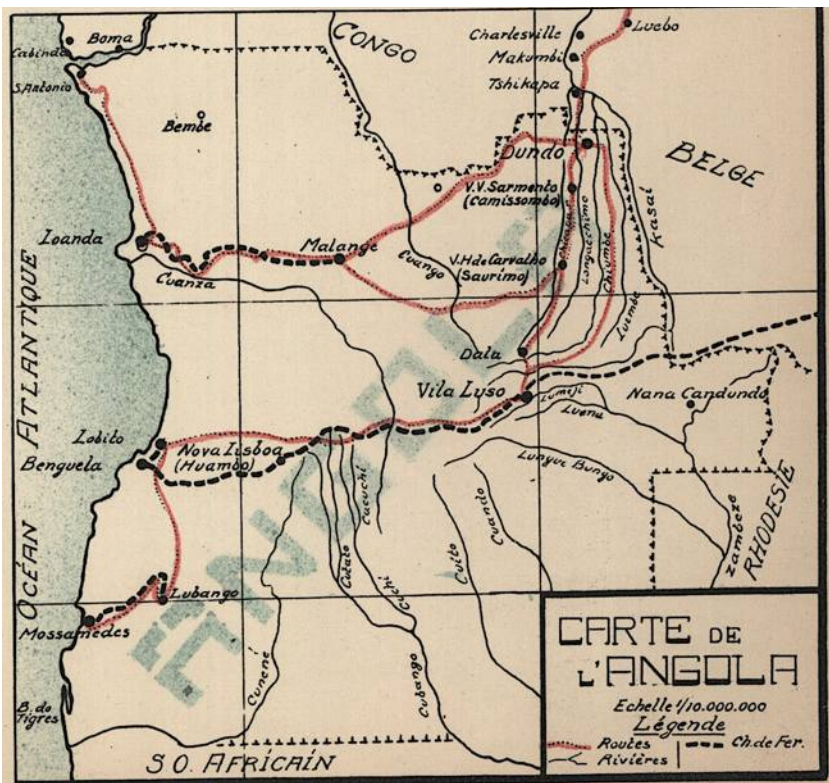
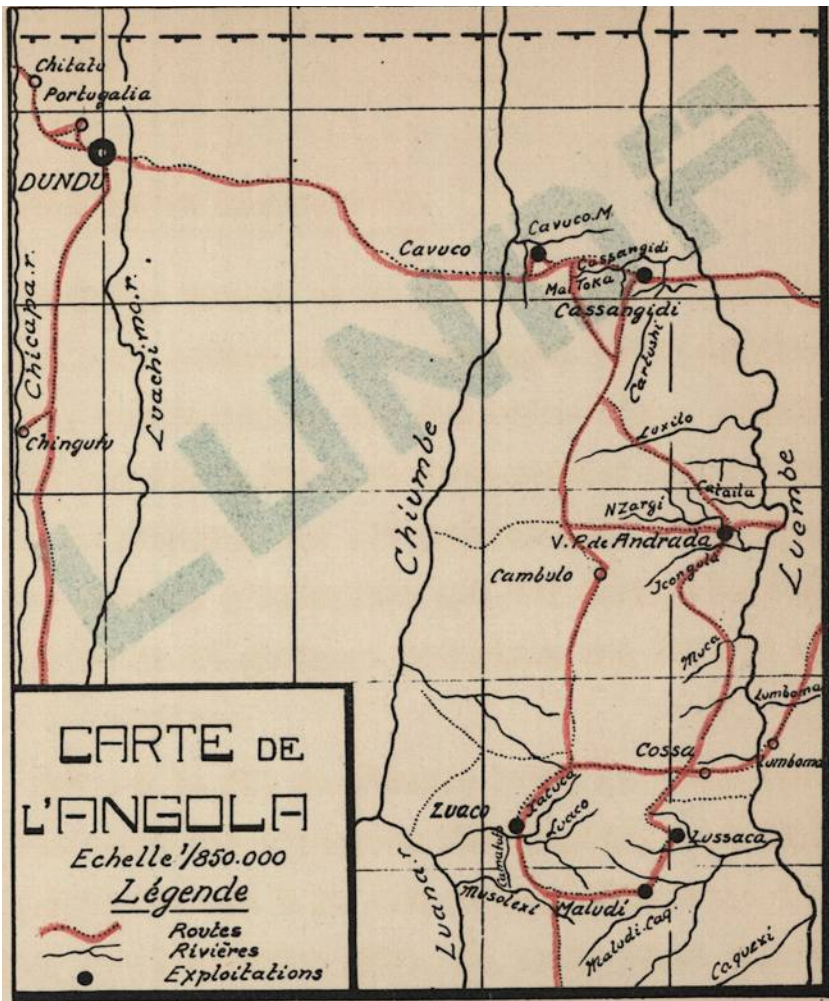
¹¹³ Como Paiva de Andrada ou o próprio Ernesto de Vilhena.

¹¹⁴ Aqui entendido na concepção de Michael Mann (1984). “The Autonomous Power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results”. *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie*, 25 (2), pp. 185-21.

¹¹⁵ Catherine Boone (2003). *Political Topographies of the African State: Territorial Authority and Institutional Choice*. Cambridge University Press, Cambridge Studies in Comparative Politics; Catherine Boone (2014). *Property and Political Order in Africa: Land Rights and the Structure of Politics*. Cambridge Studies in Comparative Politics, New York and Cambridge: Cambridge University Press; Honke (2010). “New political topographies...”.



[5] Mapa das parcelas económicas em Angola e no Congo Belga, produzido pela Forminière, 1920?
[Royal Museum for Central Africa / AfricaMuseum, Bruxelas]



[6] Zona de explorações mineiras na Lunda, 1933

[7] Rotas de ligação da Diamang com Angola e o Congo Belga, 1933

[Rapport 20, ANTT/HB-C/2-5-1-20]

1.2. A infraestrutura: (des)codificação de uma “margem” (1890-1920)

“O mapa cor-de-rosa foi apenas isso – um mapa –, e não correspondia a uma área de domínio efectivo; (...) a fatia do bolo africano que coube a Portugal, nos termos da partilha de fins do século XIX, abrange territórios não ocupados até aí, e mesmo não reivindicados, como região da Lunda.”

– Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, 1979¹¹⁶

O curso do rio Cassai, que nasce no planalto do Bié e corre cerca de 170 quilómetros para norte até ao rio Congo, foi escolhido no início do século XX como limite definitivo entre Angola e o Congo Belga, então colónias africanas sob a alçada administrativa de Portugal e da Bélgica, respectivamente. Ultrapassadas as disputas das Conferências de Berlim e Bruxelas¹¹⁷, em finais do século anterior, Angola ganhou uma nova fisionomia política e uma “fatia” generosa que abarcava parte do ancestral Império Lunda¹¹⁸. Os limites a nordeste foram empurrados até ao rio Cassai, criando ali um novo distrito. Porém, como nota Valentim Alexandre, não existia “qualquer domínio efectivo”¹¹⁹ naquela zona. Os vários mapas da época, desde o “mapa cor de rosa”¹²⁰ gizado pelo aparelho de governo português à carta do explorador Henry Stanley, que assinalou aquele “território por reclamar”¹²¹, substanciavam a incipiência da ocupação colonial.

Apesar dos sucessivos planos para dominar a Lunda, a região manteve-se fragilmente controlada pelas autoridades coloniais até finais da década de 1910. A dificuldade na marcação de fronteiras, após longa negociação entre as duas potências europeias, seria precisamente causa e consequência de um território por colonizar. Não sendo aqui propositado uma revisão deste episódio particular da “partilha de África”, que já foi estudado sob diversos pontos de vista¹²², este primeiro capítulo volta a ele de um modo sucinto. Como notámos, a fragilidade da soberania portuguesa na Lunda e

¹¹⁶ Valentim Alexandre (1979). *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Sá da Costa, p. 6.

¹¹⁷ Sobre a Conferência de Berlim ver, entre outros, S. Förster, W. Mommsen e R. Robinson (eds) (1988), *Bismarck, Europe and Africa: The Berlin Africa Conference 1884-1885 and the Onset of Partition*. Oxford University Press.

¹¹⁸ Jan Vansina sugeriu a expressão “Lunda Commonwealth” para a unidade política formada em 1600, desde o Cuango a Luapula. Jan Vansina (1998). “Government in Kasai before the Lunda”. *The International Journal of African Historical Studies*, pp. 1-22. Para um olhar mais amplo, ver Jan Vansina (1990). *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press. Sobre a organização urbana do povo lunda, ver Alfredo Margarido (1970). “La capitale de l’Empire lunda, un urbanisme politique”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 4, pp. 857-861.

¹¹⁹ Alexandre (1979). *Origens...*, p. 6.

¹²⁰ Nome dado ao projecto português apresentado na Conferência de Berlim (1884-85), que ambicionou o controlo de uma extensão territorial entre Angola e Moçambique, hoje correspondente correspondem hoje à Zâmbia, Zimbabué e Malawi. A disputa resultou no Ultimato Inglês, de 1890, ao qual Portugal cedeu, com fortes repercussões políticas.

¹²¹ Henry Morton Stanley (1885). *The Congo and the founding of its free state; a story of work and exploration*. Nova Iorque: Harper & Brothers.

¹²² Eduardo dos Santos (1966). *A questão da Lunda (1885-1894)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar; Henri Froidevaux (1894). “Délimitation des frontières de l’État libre du Congo et de l’Angola”, *Annales de Géographie*, 4 (14), p. 118; Jean-Luc Vellut (2006). “Angola-Congo: L’invention de la frontière du Lunda (1889-1893)”. *Africana Studia*, 9. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 159-184.

a posição limítrofe daquela área foram questões influentes na afirmação espacial da Diamang e, por isso, entendemos ser necessário recuar cronologicamente e reflectir, ainda que de forma sucinta, sobre os processos geopolíticos que levaram à constituição simultânea – e imbrincada – da empresa e do distrito. A cronologia da sua ocupação, esclarecida noutras investigações¹²³, faz sobressair a instabilidade sócio-política, apesar das várias expedições, incluindo punitivas, à região. A Diamang não era a primeira tentativa de controlar a Lunda, mas foi aquela que ganhou contornos mais sérios e, sobretudo, efectivos.

Foram a descoberta de diamantes e posterior assentamento da Diamang a alterar as circunstâncias do aparato colonial no distrito. A empresa foi formalmente constituída em 1917, em Lisboa, mas considerada “realmente” organizada na Lunda, nordeste de Angola, em Outubro de 1919. Outros trabalhos já esgrimiram bem os trâmites políticos, económicos e sociais desta configuração¹²⁴, interessando-nos aqui focar a dimensão espacial do processo. Após seis anos de trabalhos, os engenheiros da empresa sinalizaram a abertura do acampamento do Dundo, a quatro quilómetros da fronteira com o Congo Belga, como a ocasião do “verdadeiro assentamento da companhia”¹²⁵. A mudança permitiu inaugurar as primeiras “construções definitivas” na região, iluminando a dependência do organismo face à sua materialização no espaço. Para trás ficavam dificuldades inerentes ao arranque da prospecção, partilhadas entre diversas empresas de exploração mineral na região, como falta de alimento¹²⁶, confrontos da população local¹²⁷ e surtos de *influenza*, que por várias vezes pararam o avanço das actividades e lançaram as primeiras reflexões sérias sobre a importância das condições materiais¹²⁸.

À data de produção de novos mapas da região, na década seguinte, o cenário tinha sido invertido, provando o pujante “poder infraestrutural” das companhias privadas, aqui entendido de um modo duplo. Ou seja, a “infraestruturação” daquele lugar não resultou apenas de materializações físicas, mas também políticas e de poder¹²⁹. O Cassai seria então uma das zonas mais bem desbravadas pelas companhias ao serviço do poder colonial, com inúmeras de vias de comunicação e grupos de trabalho,

¹²³ Ver, por exemplo, a extensa cronologia apresentada por Ana Paula Tavares (2009). “História, Memória e Identidade: Estudo sobre as sociedades e Lunda e Cokwe de Angola”. Tese de doutoramento. FCSH. “Anexo 2 – cronologia da ocupação e dos conflitos”, pp. 326 e ss.

¹²⁴ Tavares (2009). “História...”; Cleveland (2015). *Diamonds...*, entre outros.

¹²⁵ Apesar da constituição formal da Diamang ter acontecido a 16 de outubro de 1917, em Lisboa, os agentes no terreno apontaram o dia 1 de julho de 1919 como o momento oficial de passagem de testemunho da PEMA. “Para a história: notas e datas acerca da Diamang”. *Relatório do Museu do Dundo*, 1943, p. 152. UC/AD.

¹²⁶ A escassez alimentar impeliu a organização da primeira “propaganda de lavras entre os indígenas” da Diamang, em agosto de 1919. Apesar dos esforços, a falta de mantimentos ainda parou as explorações em 1923. “Para a história...”. *Relatório...*, 1943. UC/AD.

¹²⁷ Foi registado um ataque a um destacamento que acompanhava prospectores da Diamang, em maio de 1919, logo depois do início dos trabalhos para estabelecimento do Dundo e de um surto de *influenza*. A companhia considerou a região “completamente pacificada” em 1923, permitindo finalmente a “organização de um programa definitivo”. Porém, de acordo com René Pélissier, os últimos combates na Lunda aconteceram em 1926 – e, alertou o historiador, “ninguém terá a ingenuidade de acreditar que a Diamang nunca mais teria problemas com a manutenção da ordem na sua concessão”, como veremos ao longo deste trabalho. “Para a história...”. *Relatório...*, 1943, UC/AD; René Pélissier (1986). *História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Estampa. Pélissier dedicou o último capítulo desta obra à “submissão da Lunda”, pp. 351-397.

¹²⁸ Foram registados surtos de *influenza* pela região mineira ao longo da década de 1910 e início de 1920. Como veremos, foi um foco epidémico no campo de Panda, em 1922, que levou a Union Minière a iniciar estudos sobre a habitação. *Union Minière, Department de la Main d’Oeuvre Indigène, 1922*. AGR 2, Union Minière Archives [653].

¹²⁹ Mann (1984). “The Autonomous Power...”.

tanto em Angola como no Congo Belga¹³⁰. Para a soberania portuguesa, o tempo deste assentamento era oportuno. De acordo com os agentes no terreno, no momento de fundação da Diamang “só [esta] dava foros de soberania na Lunda Oriental”¹³¹. Assim, coincidindo com a ratificação do Tratado de Versalhes¹³², e perante as ditas “campanhas de pacificação” ainda em curso¹³³, a empresa foi proveitosamente mobilizada como um “tampão” para debelar quaisquer ambições políticas sobre aquela parcela do território¹³⁴.

Ao mesmo tempo, a Diamang foi também como uma importante ferramenta de (des)codificação da Lunda, utilizada pelos vários actores participantes na produção do espaço, numa pluralidade de processos sofisticados, amiúde divergentes, mas também concorrentes. Se os agentes ocidentais procuraram entender, controlar e moldar as estruturas ancestrais africanas para as resignificar e reajustar à sua “moldura colonial”; as comunidades africanas tentaram tirar partido dessa mesma “moldura” para cumprir os seus próprios pressupostos e estratégias de adaptação e resistência, não obstante a subjugação e repressão impostas pelo colonialismo. Os próximos parágrafos consideram estes temas e analisam as transformações teóricas e práticas do cenário colonial para observar a integração da região da Lunda no império português, uma vez que este início informou (e foi condicionado) pelo traçado das povoações e edifícios da Diamang. Depois, a partir da fixação do território, será interrogado o papel da empresa no (re)desenho administrativo da região e no planeamento e concretização de redes de comunicação em Angola, nomeadamente estradas e caminhos de ferro.

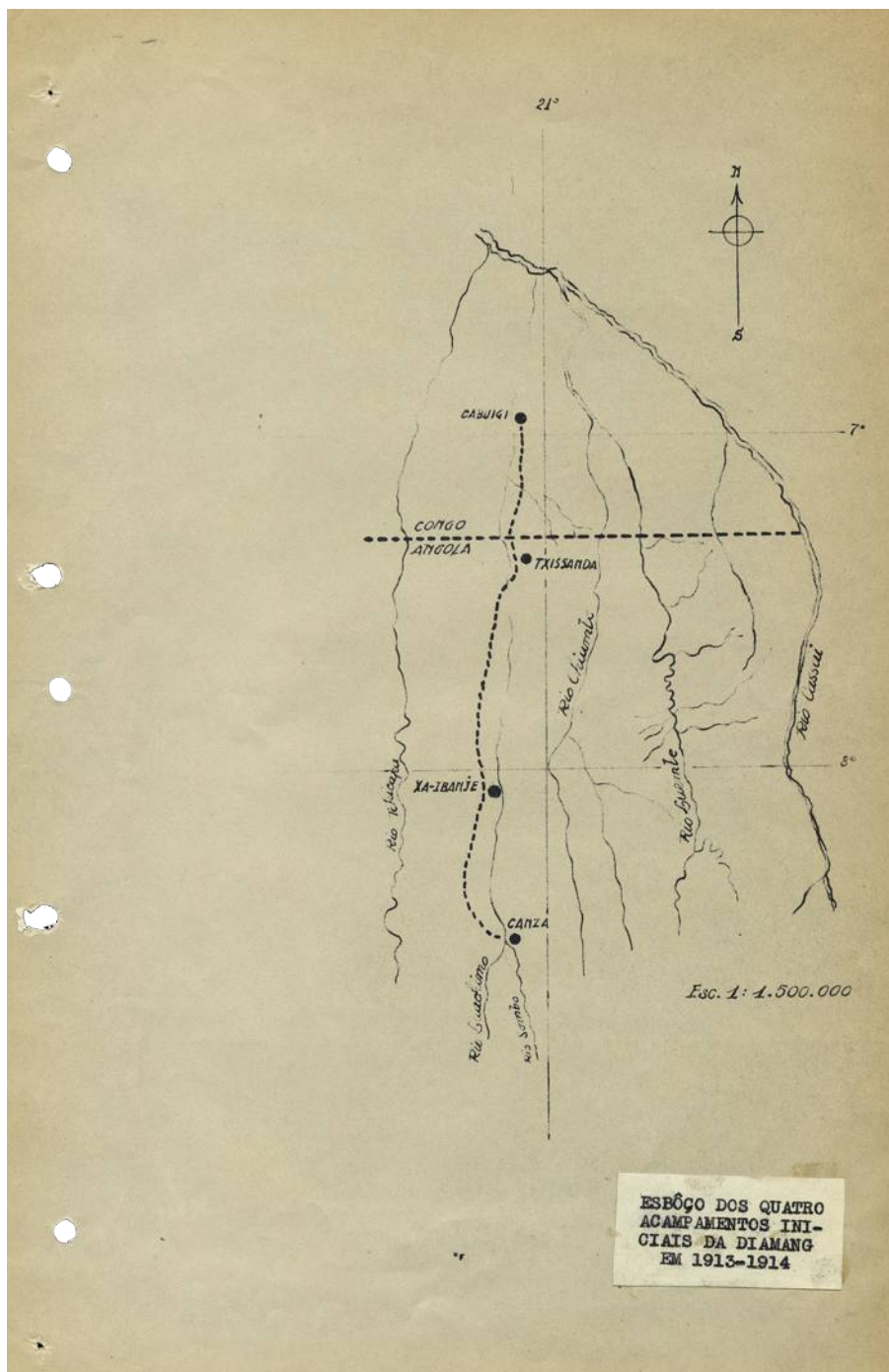
¹³⁰ Cf., por exemplo, “Carte Administrative et Voies de Communication du Congo Belge”, 1927, *dressée par J. Flamme d’après les documents du Service cartographique du Ministère des colonies; dessinée par Fr. Menger*, onde é evidente o desenvolvimento da região em torno de Tshikapa, em contraste com os distritos vizinhos do Kwango ou do Lac Léopold II. KBR, XVIII Congo; Flamme - IV 5.757.

¹³¹ “Nas minas de diamantes”. *Boletim Geral das Colónias*, 88 (1932), p. 283.

¹³² O Tratado de Versalhes foi assinado pelas potências europeias em junho de 1919, marcando o fim da Primeira Guerra Mundial. O acordo levou a uma reorganização dos domínios coloniais e impulsionou, por isso, a competição soberana entre países. Ver, por exemplo, Michael Crowder (1985). “The First World War and its consequences in Africa”. *UNESCO General History of Africa [Africa Under Colonial Domination]*. Londres: University of California Press, pp. 283-311.

¹³³ Pélissier (1986). *História das Campanhas...*

¹³⁴ “Nas minas...” (1932), p. 284.



[8] Esboço dos quatro acampamentos iniciais da Diamang, 1913-14
 [Relatório Anual do Museu do Dundo, 1943. UC/AD]

– Companhia(s) na espacialização do império

“Uma das razões da inferioridade de Angola, uma das maiores dificuldades que atrasam o desenvolvimento, consiste no seu isolamento. Física e economicamente, Angola é uma colónia de certa maneira isolada do contacto, convívio e benéfico influxo de outras colónias e nações civilizadas. Basta olhar para a sua situação geográfica e considerar o carácter das terras da sua periferia, para se verificar que, salvo na parte nordeste do território, onde trabalha a Diamang, ela é cingida por terras estêreis de outras colónias, onde não existem centros de atracção e relações comerciais; e que as comunicações com os vizinhos são difíceis ou impossíveis.”

– Ernesto de Vilhena, Correspondência com Salazar, 1938¹³⁵

A formalização da Diamang aconteceu numa reunião em Lisboa, a 16 de Outubro de 1917, que juntou accionistas portugueses, belgas e americanos. Ao comando do empreendimento estavam Joaquim Paiva de Andrada¹³⁶, com experiência na Companhia da Zambézia, e Henry Burnay, empresário de ascendência belga¹³⁷, responsável pela angariação de capital. Para além da via nacional, garantida pelo Banco Nacional Ultramarino e Banco Burnay, os apoios financeiro e técnico reuniam ainda a Société Générale de Belgique (SGB), o Banque de l’Union Parisienne e o grupo Ryan and Guggenheim¹³⁸. A estrutura complexa não era única no império português; bem pelo contrário, a Diamang integrou um extenso grupo de corporações que se desenvolveriam em Angola sob a alçada não só do grupo Burnay como através do apoio da SGB¹³⁹.

O encontro internacional reproduziu as décadas anteriores de actividade na Lunda. De acordo com as ponderações de Ernesto de Vilhena endereçadas a Salazar, a Diamang era uma tentativa excepcional de aproveitar o contacto com o estrangeiro para o “desenvolvimento” do território de Angola, que dizia “isolada do contacto, convívio e benéfico influxo de outras colónias e nações civilizadas”. Na mesma missiva, o administrador criticava ainda a “grande ilusão” portuguesa sobre as riquezas físicas da colónia, cujo aproveitamento considerava dependente tanto do capital como da técnica externos¹⁴⁰. Na sua opinião, importava escolher as companhias e, acima de tudo, os companheiros

¹³⁵ Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Salazar, 9 de fevereiro de 1938. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

¹³⁶ Joaquim Carlos Paiva de Andrada (1846-1928) foi oficial do exército e destacou-se em Moçambique pela fundação de empresas de exploração, lutando contra o expansionismo dos ingleses, cf. Direito (2013). “Políticas Coloniais...”, p. 99.

¹³⁷ Sobre Henry Burnay e o seu papel relevante na economia portuguesa de Oitocentos, ver, por exemplo, Maria Eugénia Mata (2005). “Institutions and business: Henri Burnay: a case study”, XII Encontro Anual da Associação Portuguesa de História Económica e Social da Universidade de Aveiro [s.p.]; Nuno Miguel Lima (2009). “Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista”. *Análise social*, 44 (192), pp. 565-588.

¹³⁸ À data da fundação da Diamang, os grupos estrangeiros detinham 80% do capital.

¹³⁹ Clarence-Smith revelou o papel preponderante da *Société Générale de Belgique* (SGB) nos investimentos privados em Angola desde a década de 1920. Outras companhias, como a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela ou a Companhia do Fomento Geral de Angola (*Fogerang*), estiveram dependentes do apoio belga. William Gervase Clarence-Smith (1983). “Les investissements belges en Angola, 1912-1961”. *Actes du Colloque Entreprises et entrepreneurs en Afrique, XIXe et XXe siècles*. Catherine Coquery-Vidrovitch e Alain Forest (orgs.). Paris: L’Harmattan, pp. 45 e ss.

¹⁴⁰ Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Salazar, 1938. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

certos para avançar com a incursão colonial. A sua admiração pelos ingleses e belgas advinha do percurso profissional nas Companhias de Moçambique, no início do século, onde testemunhara as capacidades destes agentes¹⁴¹. Em particular, sublinhava as habitações “cuidadas” como espelho da “civilização”, em “confronto penoso com as condições de vida do colono português”, expondo cedo as preocupações que mais tarde incutiu na Diamang sobre a importância do espaço para forjar uma imagética de controlo e ordem¹⁴².

No terreno, a sequência de assentamento da empresa também decorria de décadas anteriores, numa relação imbricada com o processo de ocupação de Angola. No mês de Junho de 1890, Leopoldo II, rei da Bélgica¹⁴³, tinha decretado uma nova extensão para o Estado Independente do Congo, criando um “décimo segundo distrito”¹⁴⁴, entre o rio Cuango e os distritos do Cassai e de Luabala, que reclamava grande parte do Império Lunda. A apropriação, no entanto, chocou com as ambições da Comissão de Cartografia portuguesa, que, nos dias seguintes, exigiria também aquela parcela de território¹⁴⁵. A expedição do explorador Henrique de Carvalho, conhecedor do avanço da ocupação portuguesa e das obras públicas em Angola¹⁴⁶, estava na base do pedido português, mas os resultados da viagem não eram ainda conhecidos¹⁴⁷. O propósito de estabelecer um “cordão de estações civilizadoras e comerciais” entre Malange e o Mussumba tinha falhado¹⁴⁸, deixando a soberania numa situação frágil. Por isso, ao longo dos anos seguintes, várias missões no terreno e encontros em Lisboa e Bruxelas procuraram perceber quem teria primazia na questão.

Os trâmites concretos deste processo estão bem documentados¹⁴⁹, interessando aqui entender o resultado: perante a conclusão que “ninguém tinha razão, ou melhor, que ambos os contendores

¹⁴¹ Vilhena foi Governador dos territórios da Companhia do Niassa (1902-1904) e Administrador da Companhia do Boror, na Zambézia (1910-1923). Sobre estes cargos ver Ernesto de Vilhena (1905). *Companhia do Nyassa: relatórios e memórias sobre os territórios pelo Governador*. Lisboa: Typographia da “A Editora”.

¹⁴² Sobre a necessidade de “civilização” dos agentes coloniais, Vilhena escreveu: “A Companhia de Diamantes, em Angola, é exemplo frisante do que afirmo. O seu corpo de empregados era primitivamente todo estrangeiro. Gradualmente, substituiu-se por pessoal português. Mas não teríamos obtido esses resultados se não os fizessemos estudar e praticar durante muitos anos com os técnicos estrangeiros que os precederam. E se ainda hoje mantemos empregados belgas, americanos e ingleses é, sem dúvida, para não recusar colocação, dentro de certos limites, a nacionais dos países fundadores e grandes accionistas da empresa, mas também e sobretudo, por se ter reconhecido que para os nossos técnicos e empregados, a presença desses elementos estrangeiros, constitui um poderoso estímulo e uma fonte utilíssima de ensinamento. E foi assim que um engenheiro saído de uma escola de segundo categoria, tendo começado por um pouco mais que capataz de pretos, subiu a director interino. Homens rudes, bisonhos, mal amanhados, voltam da Lunda desempenados, bem postos, bem falantes”. Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Salazar, 1938. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

¹⁴³ Leopoldo II (1835-1909) foi rei da Bélgica até à sua morte. O regime colonial que manteve no Estado Livre do Congo (hoje correspondente à República Democrática do Congo) ficou infame pelas atrocidades ali praticadas, sobretudo no final do século XIX, a propósito da exploração de recursos naturais através de trabalho forçado.

¹⁴⁴ Joaquim Marques de Oliveira (1999). *Aspectos da delimitação das fronteiras de Angola*. Coimbra: Coimbra Editora.

¹⁴⁵ Cf. “Carta da África Meridional Portuguesa”. Comissão de Cartographia; coordenada por A. A. d^a Oliveira; gravado e impresso por Erhard Fre[re]js, 1886; em contraponto com o esboço da “doce ilusão” do Mapa Cor de Rosa, onde a Lunda foi assumida como um acrescento ao projecto inicial, cf. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n^o 1570 (1953).

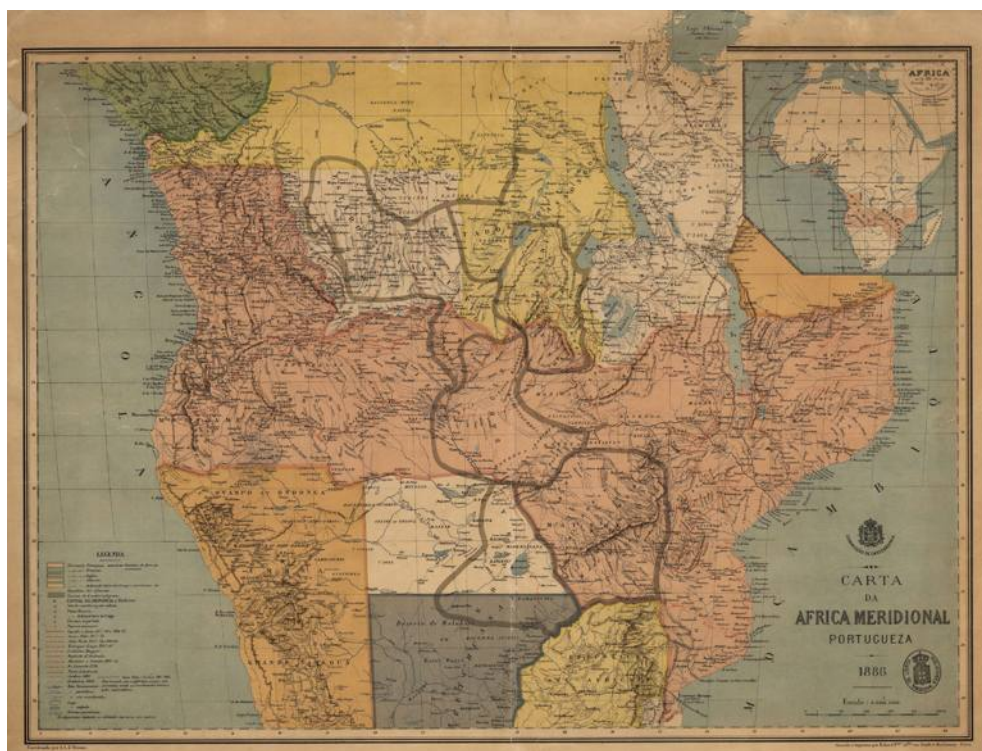
¹⁴⁶ Antes de partir para a Lunda, Henrique de Carvalho passou quatro anos nas Obras Públicas de Angola, que terão impulsionado a viagem. Ver Beatrix Heintze (2011). “A rare insight into African Aspects of Angolan History: Henrique Dias de Carvalho’s Records of his Lunda Expedition, 1889-1884”. *Portuguese Studies Review*, 19, pp. 93-113.

¹⁴⁷ Henrique de Carvalho (1890-94). *Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua pelo chefe da expedição*. Lisboa: Imp. Nacional; Henrique de Carvalho (1890). *A Lunda ou os estados do Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal*. Lisboa: Adolpho, Modesto.

¹⁴⁸ “A expedição ao Muata-Ianvo” (s.d.), Revista *O Occidente*, (s.p.). Para este contexto ver Miguel Bandeira Jerónimo (2012). *A Diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*. Lisboa: Edições 70.

¹⁴⁹ Sobre o processo de definição da fronteira da Lunda, entre portugueses e belgas, ver nota 116.

estavam dentro dela”¹⁵⁰ – uma ambivalência que reforçava a escassez do poder colonial no interior do continente africano e que acompanhou os primeiros anos de operações na região –, Portugal acabou por “receber” a Lunda em 1894¹⁵¹. Assim, apesar de desfeito o “sonho” do conhecido “mapa cor-de-rosa”, que tinha debelado a ambição portuguesa de um corredor territorial “de Angola à contracosta”¹⁵², o remate das disputas resultou numa contrapartida muito vantajosa: um novo distrito no nordeste da colónia, com cerca de 164.000 km², onde pouco tempo depois foram descobertos generosos aluviões diamantíferos.



[9] Carta da Africa Meridional portuguesa 1886 [Mapa “cor-de-rosa”]
[Lisboa: Comissão de Cartographia, 1886; BNP]

Neste percurso, simultaneamente político e territorial, o assentamento da empresa sustentou e seguiu a formalização da chamada “Lunda portuguesa”¹⁵³, coincidindo no tempo e no espaço com aquela que foi a derradeira reorganização dos limites coloniais. Foram inúmeros os debates, projectos e efectivos planos sobre a espacialização da Diamang, nas suas várias vertentes e dinâmicas concorrentes, iluminando a geografia como uma questão determinante.

¹⁵⁰ Santos (1966). *A questão da Lunda...*

¹⁵¹ Mantendo os anteriores contornos propostos pelos ingleses conforme o Tratado Anglo-Português de 1890.

¹⁵² Título da obra que relata a viagem dos exploradores Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens pelo continente africano, entre 1884 e 1885, que ficou associada ao projecto do “mapa cor-de-rosa”. Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (1886). *De Angola à contra-costa: Descrição de uma viagem através do continente africano*. Lisboa: Imprensa Nacional.

¹⁵³ Assim chamou o explorador Henrique de Carvalho na obra “Lunda Portuguesa” (1895). *Portugal em África*, 15.

Ocupação colonial da “Lunda portuguesa”

Nos primeiros anos do século XX, o aparelho colonial português encontrava-se mobilizado no sul de Angola, onde se travavam as principais disputas internas, fruto da resistência local à ocupação, e ataques das forças alemãs¹⁵⁴. À data destas pesquisas, a presença portuguesa na área nordeste resumia-se a fracas linhas de penetração que terminavam no Luxico e em Mona Quimbundo, a mais de trezentos quilómetros daquela fronteira. Sem que as discussões diplomáticas resultantes de Berlim estivessem resolvidas, num processo formalizado apenas na década de 1920¹⁵⁵, a extensa Bacia Hidrográfica do Cassai foi abordada como região fértil para a pesquisa de recursos naturais. Se os primeiros empreendedores no continente africano eram sobretudo homens brancos que “exploravam e recolhiam”, a mudança de contexto político e de abordagem colonial ao continente africano tinha passado a exigir um planeamento a longo prazo, fixo ao território, que iria justificar o crescimento de empresas maiores¹⁵⁶. Numa das conclusões sobre a sua expedição, Henrique de Carvalho tinha alertado precisamente para “a atenção das iniciativas particulares, que muito lucrariam com penetrando-se do que há ali [na Lunda], e nos concelhos a oeste do Cuango, no mesmo planalto, por explorar”¹⁵⁷.

De acordo com recortes jornalísticos da época, e seguindo as indicações de Carvalho, a passagem entre séculos deu origem a diversas tentativas, “mais ou menos a coberto da bandeira portuguesa”, para ocupar e “promover o fomento” da Lunda através de “largas concessões”¹⁵⁸. A proposta mais significativa aconteceu em 1902, quando um grupo de “banqueiros e comerciantes de África”, organizado pelo ministro Júlio de Vilhena¹⁵⁹, com o patrocínio do governo e do Banco de Portugal, reuniu nos últimos meses do ano para “assentar as bases da formação de uma grande companhia colonial para administrar e explorar – sem direitos majestáticos – o distrito da Lunda”. Esta “Companhia Portuguesa da Lunda” teria como principal objectivo o prolongamento do caminho de ferro de Luanda até à região do Cuango. Conforme a imprensa, o seu projecto foi estudado “com grande detalhe”, seguindo o “modelo inglês”¹⁶⁰. Apesar de não termos conhecimento de pormenores sobre a proposta, recordamos o sucesso da British South Africa Company (BSAC)¹⁶¹, estabelecida

¹⁵⁴ Apesar da declaração oficial de guerra entre Portugal e Alemanha, no âmbito da I Guerra Mundial, ter acontecido em 1916, o combate entre os dois países já se fazia em África desde 1914. No sul de Angola, Naulila foi palco de uma pesada derrota para os portugueses. Ver Augusto Casimiro (1992). *Naulila. Portugal na Guerra do Mundo*. Lisboa: Seara Nova; René Pélissier (2006). *As Campanhas Coloniais de Portugal (1844-1941)*. Lisboa: Estampa.

¹⁵⁵ A demarcação efectiva das fronteiras só foi concretizada alguns anos depois do assentamento da Diamang, como revela a *Carte VI* que consta em *Les frontières du Congo Belge*. Os troços 7, 8 e 9, relativos aos limites entre o Congo Belga e Angola resultaram de acordos e protocolos firmados entre 1923 e 1935, cf. Pierre Jentgen (1952). *Les frontières du Congo Belge*. Bruxelas: Institut Royal Colonial Belge.

¹⁵⁶ Antony Hopkins (1987). “Big Business in African Studies”. *Journal of African History*, 28, pp. 119-140.

¹⁵⁷ Carvalho (1895). “Lunda...” *apud*. João Freire (2011). *Olhares europeus sobre Angola. Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projectos de modernização (1883-1918)*. Edições Culturais da Marinha.

¹⁵⁸ Num percurso cronológico encontramos: em 1881, a primeira ideia na base da expedição de Henrique de Carvalho; em 1885, as pretensões de Abraham Benchimol e Lazaro Bensabat, dois judeus em Angola, com o apoio de uma casa inglesa; em 1899, um pedido da Casa Fonseca, Santos & Viana, para explorar vários ramos de actividade, como vias de comunicação, minas, comércio e agricultura. “Como o governo pensava, em 1902, promover o fomento da Lunda”. *A Província de Angola*, 7 de Agosto de 1952.

¹⁵⁹ Júlio Marques de Vilhena (1845-1928) foi jurista, magistrado, Ministro da Marinha e do Ultramar, governador do Banco de Portugal e presidente da Academia Real das Ciências de Lisboa, entre outros. Pai de Ernesto de Vilhena.

¹⁶⁰ “Como o governo ...”. *A Província de Angola*, 7 de Agosto de 1952.

¹⁶¹ A *British South Africa Company* resultou da fusão entre a *Central Search Association* de Cecil Rhodes e a empresa britânica *Exploring Company Ltd*, e recebeu “privilégios majestáticos” da coroa inglesa em julho de 1889. Ver, entre

na África do Sul em 1889, por iniciativa de Cecil Rhodes. A empresa tinha renovado a atenção sobre as possibilidades das “novas” e “modernas” companhias, mobilizadas como “agentes de expansão imperial” que ampliariam redes económicas e, sobretudo, administrativas¹⁶². Esta seria, portanto, uma época de múltiplas dinâmicas participantes na ocupação colonial, reforçando a importância de examinarmos a “transferência” e “tradução” de vários protocolos¹⁶³.

Em paralelo, foram ainda discutidas as hipóteses de estabelecer “centros de colonização” naquela zona¹⁶⁴, sublinhando a importância atribuída ao povoamento para avançar na incursão colonial. De acordo com a imprensa, a ideia lembrava as antigas “estações civilizadoras”¹⁶⁵, com o propósito de expandir a fronteira do aparelho português. Entre os debates no início do século, que continuariam a girar em torno de referências externas, o modelo mais apropriado – considerado de “verdadeira aceção” – seria o da Argélia, onde o poder francês tinha estabelecido concessões especiais a colonos ou famílias estabelecidos na colónia¹⁶⁶. A proposta para a Lunda teria contornos semelhantes, baseando-se na adjudicação de lotes de 500 hectares para cultivo.

Nenhum destes projectos avançou. A Companhia da Lunda ficou bloqueada pelos desacertos entre o capital português e a iniciativa política¹⁶⁷, enquanto os “centros de colonização” falhavam pela falta de estudos sobre o clima, a fertilidade do solo, a facilidade de comunicações ou o custo da mão de obra. No entanto, o ponto que nos importa sublinhar é este: estavam lançadas algumas das bases para o futuro. Nesta linha, a constituição da Diamang já não reproduziria a estrutura das grandes companhias de Moçambique, por exemplo, seguindo antes um trajecto mais próximo dos intuitos (e supervisão) do aparelho estatal. Na empresa de diamantes voltaram a reunir-se muitos destes actores, e, portanto, podemos considerá-la (também) fruto de um projecto amadurecido e não apenas uma dita “fatalidade” sujeita a interesses estrangeiros¹⁶⁸. Esta evidência de genealogias longas e cruzadas dos planos territoriais mais tarde concretizados pela Diamang teria um forte impacto na consequente produção do espaço, como veremos.

outros, Peter Slinn (1971). “Commercial Concessions and Politics during the Colonial Period: The Role of the British South Africa Company in Northern Rhodesia 1890-1964”. *African Affairs*, 70 (281), pp. 365-384; Klas Rönnbäck e Oskar Broberg (2022). “From Defensive to Transformative Business Diplomacy: The British South Africa Company and the End of Chartered Company Rule in Rhodesia, 1910-1925”. *Business History Review*, 96 (4), pp. 777-803.

¹⁶² Anthony John Christopher (1985). “Patterns of British overseas investment in land 1885-1913”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 10, pp. 452-466; Ann Carlos e Stephen Nicholas (1988). “Giants of An Earlier Capitalism: The Early Chartered Companies as an Analogue of the Modern Multinational”, *Business History Review*, 26, pp. 398-419. Para o caso português, ver Tito Augusto de Carvalho (1902). *As companhias portuguesas de colonização*. Lisboa: Imprensa Nacional.

¹⁶³ Beeckmans (2013). “Making the African City...”

¹⁶⁴ “Como o governo...”

¹⁶⁵ Em 1881, a Sociedade de Geografia de Lisboa decretou as “estações civilizadoras” como estratégia de ocupação do território em África e controlo das populações. As primeiras estações foram estabelecidas na região do Congo, com o apoio de missionários, cf. Jerónimo (2012). *A Diplomacia do Império...*, pp. 209-210.

¹⁶⁶ Entre 1830 e 1851, o governo francês construiu mais de 170 “centros de colonização” na Argélia. A cada “colono rural” foi atribuído um talhão de 28 hectares. Este esforço terá sido sufocado pela presença de grandes empresas de extracção, cf. Mahfoud Bennoune (1988). *The Making of Contemporary Algeria, 1830-1987*. Cambridge University Press, p. 43.

¹⁶⁷ José Macedo, a propósito da “Autonomia de Angola”, fez considerações sobre a “Companhia na Lunda”, criticando sobretudo a falta de “iniciativa” do governo para chegar a um acordo financeiro com o grupo de Júlio de Vilhena, cf. José de Macedo (1910). *Autonomia de Angola. Estudo de administração colonial*. Typographia Leiria, pp. 9 e 10.

¹⁶⁸ A genealogia da Diamang, apresentada por Brandão de Melo e publicada no Boletim Geral das Colónias em 1932, relacionou a constituição da empresa unicamente com o “génio” belga e, em particular, com o “indispensável” apoio financeiro e técnico da Forminière. *Boletim Geral das Colónias*, 88, p. 257.

Sem prejuízo destes planos, Leopoldo II continuou empenhado em explorar economicamente a região do Cassai, reforçando o reconhecimento das potencialidades económicas daquela área¹⁶⁹. Subscrevendo também o modelo da companhia, fundou as “três grandes” do Congo Belga¹⁷⁰, em 1906: a Forminière, já mencionada, a Union Minière du Haut Katanga e a Compagnie du Chemin de Fer du Bas-Congo au Katanga, que foram apresentadas como “incomparáveis instrumentos de conquista”¹⁷¹. À semelhança do que sucederia com a Diamang, foram financiadas por capitais belgas e americanos, também com a SGB como principal accionista. Estas corporações seriam pontos nevrálgicos da poderosa “equipa do Cabo ao Katanga”, que ao longo das décadas seguintes dominou grande parte do território neste corredor da África Central¹⁷².

Foi o trabalho destas companhias, sobretudo da Forminière, que impulsionou novas iniciativas do lado português. A criação da Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA)¹⁷³, em 1912, pelo General Paiva de Andrada e por Baltazar Cabral, iluminava o reconhecimento de valor geológico da Lunda, após a descoberta dos primeiros diamantes em leitos fluviais próximos¹⁷⁴. Seria por isso que, quando a Diamang lhe sucedeu, nos anos subsequentes, se evidenciou que a Lunda estava a ser desbravada “com a cara virada para o Congo Belga”¹⁷⁵. A localização no interior da colónia, onde os recursos físicos e humanos eram escassos, empurravam as empresas do Cassai para uma gestão bicéfala, não só entre Lisboa e Bruxelas¹⁷⁶, mas sobretudo no terreno, dando origem a uma relação próxima que, entre outras consequências, transbordou para os protocolos de desenho da paisagem construída. As disputas anteriores tinham feito prever um território contínuo, que este início síncrono de companhias vizinhas acabou por reforçar. Para os colonialistas portugueses, que discutiam então a pertinência e os modos da gestão do território colonial em África, o resultado era agrídoce, mas tinha vantagens políticas, económicas, administrativas e territoriais que valia a pena agarrar.

Como reflexo directo deste apoio, o primeiro acampamento mineiro na Lunda foi fundado pelos engenheiros Donald Doyle, Janot e Cox, funcionários da Forminière, em Maio de 1913, no lugar

¹⁶⁹ Sobre a incursão colonial de Leopoldo II em África ver entre outros, Vincent Viaene (2008). “King Leopold’s Imperialism and the Origins of the Belgian Colonial Party, 1860-1905”. *The Journal of Modern History*, 80 (4), pp. 741-90; Adam Hochschild (1999). *King Leopold’s Ghost: A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa*. Houghton Mifflin.

¹⁷⁰ Nome dado ao território do Estado Independente do Congo (EIC), que em 1908 deixou de estar na esfera pessoal de Leopoldo II para ser administrado pela Bélgica. *Union Minière du Haut-Katanga. Cinquantenaire 1906-1956* (1956). Dessins de Laurent Moonens. Elisabethville: Éditions d’Art du Congo (Bruxelas: imp. Ern. Thill).

¹⁷¹ *Union Minière ...* (1956).

¹⁷² O jornalista Alvin Wolfe cunhou o termo “Cape to Katanga Miners” para se referir ao grupo de companhias mineiras, com actividade na União da África do Sul, Rodésia do Sul, Rodésia do Norte, Niassalândia, Tanganica, Moçambique, África do Sudoeste, Angola e Katanga, como uma “rede de mais de uma centena de empresas, com uma das melhores e mais experientes equipas de mais experientes do mundo, controlando activos que ascendem a mais de 5 biliões de dólares”. Wolfe (1962). “The Team...”. Para uma análise do expansionismo sul-africano na região do Katanga, que explora esta relação territorial, ver Robrecht Declercq (2020). “From Cape to Katanga’: South African Expansionism, White Settlers and the Congo (1910–1963)”. *South African Historical Journal*, 72 (4), pp. 604-626.

¹⁷³ Companhia fundada a 4 de Setembro de 1912, para delimitar jazidas diamantíferas na zona nordeste de Angola.

¹⁷⁴ Os primeiros diamantes em Angola foram descobertos em 1912, num afluente do rio Chiumbe.

¹⁷⁵ “Conferência entre o Sr. Ministro das Colónias, Ernesto de Vilhena e Simões Neves sobre o empréstimo de 100.000 contos a realizar pela companhia a Angola”, 26 de abril de 1946. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

¹⁷⁶ Apesar da sede social da Diamang se ter fixado em território nacional, na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa, e da maioria dos administradores ser portuguesa, tal como exigia o Estado, a companhia dependeu do conhecimento especializado e do investimento que chegavam da Rue des Colonies, em Bruxelas, onde se encontrava a Direcção Técnica.

de Xissanda¹⁷⁷, em Angola, a apenas quatro quilómetros da fronteira. Todos estes técnicos tinham participado nas anteriores missões de prospecção, sendo por isso conhecedores do território. Do lado português, havia também uma equipa em movimento, mas com demora a alcançar a região. Este grupo, comandado por António Brandão de Melo¹⁷⁸, activo colonialista que se destacaria como agente da Diamang à época, procurou estabelecer ligação a partir do interior da colónia. Foi em Dezembro, perto do dia de Natal, que alcançaram a aldeia do soba Xá-Ibange, onde construíram uma casa de adobe e capim. De acordo com as memórias de Melo, esta seria “a primeira casa da Diamang”¹⁷⁹. Para chegar ao local, descrito como um “sítio aprazível para construir um posto base, no centro da Lunda, de onde pudessem irradiar os futuros trabalhos de reconhecimento e estudo da região”¹⁸⁰, existiam apenas dois eixos de comunicação, reforçando a míngua do aparato colonial: uma picada vinda do Bié e um caminho de caravanas de bailundos que passava no Alto Songo e no Alto Chicapa, utilizado para transporte de borracha. A centralidade de Tshikapa e da Forminière para o desbravamento da região seria evidenciada pelo mapa das prospecções na Lunda, elaborado pelos serviços cartográficos em Bruxelas, em 1928¹⁸¹, enquanto o “esboço dos quatro acampamentos iniciais da Diamang, em 1913-1914” mostrou os lugares particulares deste eixo transnacional, sinalizando cada um dos lugares referidos¹⁸².



[10] Chissanda - Primeiro acampamento da PEMA em território português
[Origem e História da Companhia, por Santos Ribeiro, 1972; diamang.com]

¹⁷⁷ Também grafado Txissanda ou Chissanda.

¹⁷⁸ António Brandão de Mello (1879-1950) foi um participante activo na incursão colonial portuguesa, começando como ajudante de campo de Alves Roçadas, em 1909. Tornou-se depois representante de várias companhias comerciais em Angola, entre as quais a Diamang, e foi ainda Comissário na Exposição Colonial de Paris, em 1931.

¹⁷⁹ “Nas minas...” (1932), p. 278.

¹⁸⁰ Brandão de Melo (1934). “Recordações do Natal de 1913”. *A Província de Angola*, Número extraordinário para a Exposição Colonial do Porto, 15 de Agosto de 1934, pp. 24-25.

¹⁸¹ Paul Beetz (1929). “Preliminary and Final Report on the Angola and Belgian Congo Diamond Fields”. AGR 2, Depot Joseph Cuvelier, Sibéka Archives [BE-A0545.189], 4201.

¹⁸² “Acampamentos 1913-1914”. *Relatório do Museu do Dundo*, 1943. UC/AD.

Segundo os relatos da missão, as negociações com os vários sobas locais, particularmente com o soba Xá-Ibange, foram demoradas e difíceis¹⁸³, confirmando não só a referida debilidade da rede capilar da administração portuguesa como a capacidade de resposta das autoridades nativas. A orografia do território não era favorável a uma ocupação do litoral para o interior – que foi sempre linhamestre no governo de Angola¹⁸⁴ –, complicando ainda mais as estratégias administrativas. Nas notas de Henrique de Carvalho, que chefiou a expedição àquela região do “Mantiânvua”¹⁸⁵, entre 1884 e 1888, esclarecia-se que a Lunda se fazia de “profundos vales, e tantos estes como os devidos riachos e linhas de água para aqueles correm dão a todo o território uma forma ondulada, elevações e depressões mais ou menos altas, mais ou menos largas”¹⁸⁶. Esta visão levaria mais tarde a própria Diamang a concluir que o alinhamento paralelo das linhas fluviais que desciam a caminho do Congo Belga tinha determinado a Lunda a uma ocupação “fatalmente” vertical¹⁸⁷.

A acompanhar estes movimentos em Angola, o debate em Lisboa sobre os vários modos da ocupação colonial continuaria bem aceso, como veremos na próxima secção. O modelo da “companhia”, em particular, recebeu bastante atenção, tanto pelos receios como potencialidades. Depois do panorama descentralizado da Primeira República ter sido fragilizado pela reorganização dos poderes europeus, legitimados por mandato da Liga das Nações¹⁸⁸, e da subsequente centralização instituída pelo ministro João Belo¹⁸⁹, em resposta a este contexto, a “concessão” surgiu como uma ferramenta apetecível; mas que, face a estas novas imposições políticas, importava bem orientar.

Territórios concessionados

Em Agosto de 1926, o jornal internacional *The African World*¹⁹⁰ publicou breves considerações sobre o desenvolvimento da riqueza em África, com particular atenção ao futuro de Angola. Num momento tumultuoso não só naquele território como na política portuguesa – com o golpe de 26 de Maio que levou à queda da República e consequente instauração do Regime Militar –, o artigo recomendava “a continuidade dos objectivos administrativos”, lembrando que planos anteriores permaneciam por cumprir. De modo mais particular, reconhecia-se que faltavam “o aumento das facilidades de transporte tanto por terra como por mar; comunicações mais baratas e frequentes

¹⁸³ Cf. pormenorizado relato de Brandão de Melo, em “Recordações do Natal...”

¹⁸⁴ Fonte (2012). *Urbanismo e Arquitectura...* (ver, em particular, o capítulo dedicado à “sedimentação”, no qual a autora refere a construção de “espécie de tentáculo do litoral para o interior”, p. 144).

¹⁸⁵ Carvalho (1890-94). *Descrição da viagem...*; Carvalho (1890). *A Lunda...*

¹⁸⁶ Carvalho (1895). “Lunda Portuguesa”.

¹⁸⁷ “A história da Lunda será longitudinal nas suas linhas principais; mudem a hidrografia e mudar-se-à a história. Existem quatro elementos que correm paralelos: rios, homens, estações de pedra e história.” *Relatório...*, 1943. UC/AD.

¹⁸⁸ O “sistema de mandatos” foi um estatuto legal criado depois da Primeira Guerra Mundial (Artigo 22 da Convenção da Liga das Nações) que permitiu a transferência de territórios dos vencidos para a tutela da Liga das Nações.

¹⁸⁹ Cf. Bases Orgânicas da Administração Colonial de 1926.

¹⁹⁰ Jornal “The African World and Cape-Cairo Express”, publicado em Londres entre 1902 e 1970. O jornal, que pretendia “abordar toda a África, nas linhas dos grandes projectos de Cecil Rhodes”, foi criado por Leo Weinthal (1865-1930), um jornalista alemão “fascinado pela ligação ferroviária entre o Cabo e o Cairo”, e teve Hartley Knight e Moses Robert como editores. As páginas das primeiras edições foram dedicadas às companhias coloniais, sobretudo as responsáveis pela exploração mineral. Ver Jonathan Derrick (2018). *Africa, Empire and Fleet Street: Albert Cartwright and West Africa Magazine*. Oxford University Press.

entre Lisboa e a África, eficientes caminhos de ferro de penetração”, sobretudo porque “largas zonas agrícolas e mineiras aguardam ainda exploração”. A conclusão era, portanto, aparentemente óbvia: “simplesmente convém, para o desenvolvimento de Angola, o concurso de capitais e iniciativas estrangeiras”¹⁹¹. Em poucas linhas, o recorte jornalístico, estampado na edição do mês seguinte do Boletim Geral das Colónias, publicação portuguesa de propaganda colonial então recém-lançada¹⁹², procurava solucionar a premente necessidade da chamada “ocupação efectiva” e exploração do território através de dois eixos fundamentais: a construção de infraestruturas e o recurso ao patrocínio estrangeiro, colocando o primeiro processo dependente do segundo.

A estratégia não era novidade no cenário administrativo português, que, para além das questões internas, debatia intensamente sobre as modalidades desejadas e possíveis da incursão colonial. Após a Conferência de Berlim, encarada na esfera nacional como a “primeira lição dos modernos conceitos da política colonial”, tinham surgido vários apontamentos sobre possíveis modelos de ocupação¹⁹³. O anterior “pacto colonial” tinha caducado perante as dinâmicas internacionais mais recentes, enquanto o desenvolvimento industrial impunha a abertura dos mercados a um sistema comercial mais amplo, que dominaria o continente africano através das conhecidas “esferas de influência”¹⁹⁴. Recordamos que uma das principais matérias discutida em Berlim, em prol da “colonização” daquela região, versava precisamente a exploração dos jazigos minerais. A abertura das minas de diamantes em Kimberley, na África do Sul, na última década de Oitocentos, teria motivado uma nova “febre mineral”, que impelia os regimes europeus a apoiar projectos de extracção¹⁹⁵.

Para António Vicente Ferreira, participante nas campanhas de obras públicas em África e que precisamente em 1926 se tornava Alto Comissário de Angola¹⁹⁶, aquela colónia ocidental era um “reservatório de riquezas, sobretudo agrícolas, pecuárias e industriais, que hoje só existem no estado *potencial*, ou de *possibilidades* mais ou menos averiguadas”. À semelhança do recorte jornalístico do *The African World*, Ferreira defendia que o desenvolvimento destes recursos – que encarava como passo essencial na “colonização moderna e futura” para transformar Angola numa colónia de “produção, povoamento e civilização” – estava dependente da utilização simultânea de distintas modalidades de ocupação¹⁹⁷. Observando o território, era evidente que a exploração de recursos naturais em Angola se mantinha junto à costa¹⁹⁸, fazendo coincidir a actividade económica com os

¹⁹¹ “Desenvolvimento das riquezas de Angola” (*The African World*, Londres, 14 de Agosto de 1926). *Boletim Geral das Colónias*, 15. Agência Geral das Colónias, p. 228.

¹⁹² Na edição de julho de 1926, o Boletim foi apresentado como o “órgão oficial da acção colonial portuguesa” com o objectivo de “fazer a propaganda do nosso património colonial, contribuindo por todos os meios para o seu engrandecimento, defesa, estudo das suas riquezas e demonstração das aptidões e capacidade colonizadora dos portugueses”. *Boletim Geral das Colónias*, 13 (1926), p. 1.

¹⁹³ Vicente Ferreira (1932). *A política colonial portuguesa em Angola*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

¹⁹⁴ Sob o conceito de “esferas de influência”, ver Ulrich (1910). *Economia colonial...*, p. 35 e ss.

¹⁹⁵ Cleveland (2014). *Stones...*, pp. 97 e 98.

¹⁹⁶ António Vicente Ferreira (1875-1953) começou a sua carreira como engenheiro de Obras Públicas, tendo dirigido a respectiva repartição de São Tomé (1903-1910). Diplomou-se em Engenharia militar, civil e de minas, curso que depois veio a leccionar na Escola do Exército. Foi regente da cadeira de Pontes e Caminhos de Ferro, no Instituto Superior Técnico. Desempenhou vários cargos políticos, como Ministro das Finanças (1912), Ministro das Colónias (1921-1923) e Alto-Comissário em Angola (1926-28). Cf. “Os nossos mortos – Eng. Vicente Ferreira”. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 1564, setembro de 1953, p. 490.

¹⁹⁷ Ferreira (1932). *A política colonial...*

¹⁹⁸ Como mostra, por exemplo, o mapa de Angola por Sá da Bandeira e Fernando da Costa Leal, de 1870.

principais núcleos de povoação europeia. Em contraste, o interior continuava a ser negociado através dos chamados “postos avançados”, mas sem grande “progresso”, onde a ambicionada supremacia colonial se mantinha incipiente.

Foi precisamente a fragilidade e o escasso alcance da administração portuguesa, imputada à falta de meios humanos e económicos para controlar tamanha extensão, a impelir algumas entidades científicas, como a recente Sociedade de Geografia de Lisboa, a estudar “o sistema da organização de grandes companhias” como “o *único* que presentemente se pode aplicar com vantagem ao nosso domínio ultramarino”¹⁹⁹. Thomaz de Almeida Garrett, professor da Escola Colonial e outro dos patronos desta estratégia, considerava “absurdo” admitir uma “colonização só pelo Estado, negando aos particulares uma fácil expansão da sua actividade”. Do seu ponto de vista, em linha com a visão estratégica de Norton de Matos, a iniciativa particular era “absolutamente indispensável”, pertencendo apenas ao Estado a “remoção de obstáculos”²⁰⁰.

Não cabendo aqui o estudo aprofundado das inúmeras e variadas considerações que os teóricos portugueses dedicados à “Administração Colonial” teceram a propósito do recurso a companhias, cumpre resumir, através do Manual de José Tavares, publicado em 1915, as principais ideias que foram debatidas nos círculos nacionais, ali compiladas num extenso capítulo²⁰¹. A validade destas corporações enquanto instrumentos de ocupação foi ancorada a dois pontos: primeiro, eram vistas como “extensas cortinas, por detrás das quais o estado exerce a sua função colonial”, cumprindo propósitos políticos de ocupação e penetração; segundo, permitiam uma valorização “mais eficaz” do território, reconhecendo que o processo estava dificultado ao Estado pela falta de capitais e pelas deficiências do aparelho administrativo, cuja rede arterial nem sempre conseguia comunicar com extensões mais capilares.

Ao contrário das anteriores companhias majestáticas de Moçambique²⁰², as novas “corporações modernas” então ponderadas não deveriam deter monopólios gerais, ficando afectas a uma determinada actividade económica²⁰³. No caderno de Tavares lê-se que o “mais razoável [será] dar às companhias coloniais privilegiadas a natureza das sociedades industriais de carácter privado, mas investidas pelo estado de certos poderes públicos”²⁰⁴. A maior liberdade face a influências diplomáticas e a escala controlada na gestão de porções limitadas de território eram encaradas positivamente, assim como

¹⁹⁹ Sociedade de Geografia de Lisboa (1891). *As concessões de direitos magestáticos a empresas mercantis*. Lisboa: Typ. do Comércio de Portugal. Itálico do próprio texto.

²⁰⁰ Thomaz de Almeida Garrett (189-). *Administração Colonial*. 1º vol. Porto: Edição do autor / Imprensa Civilização.

²⁰¹ Silva Ramos e M. de Sousa (1914). *Administração Colonial. De harmonia com as prelecções do Exmo. Sr. Dr. José Tavares, 1914 a 1915*. Coimbra: Tipografia Operária. As secções sobre companhias versam sobre a “colonização”, “noção e natureza”, “antigas e modernas companhias”, “legitimidade e utilidade”, “fins e futuro” e “apreciação”.

²⁰² Sobre as três companhias de Moçambique, ver Leroy Vail (1976). “Mozambique’s Chartered...”; Barry Neil Tomlinson (1977). “The Nyassa Chartered Company, 1891-1929”. *The Journal of African History*, 18 (1), pp. 109-128. Cambridge: Cambridge University Press; Direito (2013). “Políticas Coloniais...”

²⁰³ Maylin Newitt, no capítulo “The Rule of Concession Companies”, distingue as companhias de carácter “geral”, de carta, das que posteriormente apostaram num investimento “específico”, como a Diamang, a Cotonang ou a Sena Sugar States. Malyn Newitt (1981). *Portugal in Africa. The last Hundred Years*. Londres: C. Hurst & Co.

²⁰⁴ Ramos e Sousa (1914). *Administração...* Uma vez garantido capital nacional – a dificuldade que afastou a estratégia portuguesa da eficácia dos empreendimentos privados promovidos por outros poderes coloniais –, esperava-se que qualquer área concessionada beneficiasse do “estímulo directo do interesse económico”, executando serviços que iniciativas individuais não tinham capacidade para assegurar.

a possibilidade de fiscalizações mais rigorosas e da contratação de técnicos de maior competência.

Apesar das vozes críticas – que não repudiavam o modelo da companhia, apenas debatiam a concessão de copiosas “regalias”²⁰⁵, em linha com a corrente “nacionalista” e “isolacionista” que se tinha enraizado na sociedade portuguesa, expondo a amálgama de “concepções diversas, por vezes conflituais, sobre o papel do império no todo nacional”²⁰⁶ –, entendemos que os responsáveis políticos portugueses foram maioritariamente partes interessadas nesta senda de “imperialismo barato”²⁰⁷. Entre os principais defensores da estratégia destacava-se o ministro Júlio de Vilhena, referido proponente da “Companhia da Lunda”. A sua responsabilidade na pasta do Ultramar tinha resultado no chamado “Código Vilhena”²⁰⁸, de 1881, que se tornou num influente diploma administrativo para a descentralização administrativa nas colónias africanas; ou seja, alinhado com a concessão de território a organismos privados. Através de uma “intensa propaganda (...) que corresponde[u] à constituição das grandes companhias modernas”²⁰⁹, Vilhena teria inclusive contribuído para a transformação destas corporações em importantes “pioneiros do Império”²¹⁰. Curiosamente – mas sem surpresa – seria o seu filho Ernesto a dar seguimento à Diamang, ficando ao leme daquela que foi a maior empresa colonial portuguesa.

Anos mais tarde, o número avultado de empresas de exploração económica a operar em Angola confirmava a aposta “concessionária” do aparelho português. Segundo dados pormenorizados no Boletim Geral das Colónias, em 1930 encontravam-se registadas 61 companhias de exploração, responsáveis por parcelas diversas em todo o território²¹¹. Em particular, o espectro polivalente de subsidiárias sob a alçada do grupo Burnay, entre as quais se encontrava a Diamang, era sintoma do alcance amplo destas entidades²¹². Se o tempo das “grandes companhias concessionárias”²¹³ parecia

²⁰⁵ Foi o caso da Sociedade de Geografia de Lisboa, nesta viragem de século, que, após o referido estudo, acabou por rejeitar “toda e qualquer idéa de companhias com direitos magestáticos”, alertando que a soberania portuguesa ficava ameaçada por companhias que recebiam o “privilegio *exclusivo* de construir e explorar estradas, caminhos de ferro, canaes, portos de mar e interiores, caes, docas, pontes, telegraphos, distribuição d’aguas e outras obras de utilidade publica e particular”. Sociedade de Geografia de Lisboa (1891). *As concessões...*

²⁰⁶ Valentim Alexandre (2004). “O império português (1825-1890): ideologia e economia”. *Análise Social*, 169, pp. 959-979. Valentim Alexandre nota “a inutilidade de tentar explicar uma realidade complexa como a expansão colonial portuguesa pelo recurso a uma única chave interpretativa, capaz de por si só lhe conferir sentido” – uma questão que se aplica ao estabelecimento da Diamang na Lunda.

²⁰⁷ John S. Galbraith (1974). *Crown and Charter: The Early Years of the British South Africa Company*. Berkeley: University of California Press, p. 310; Andrew Phillips e J.C. Sharman (2020). “The Resurrection of the Company-States”, *Outsourcing Empire: How Company-States Made the Modern World*. Princeton University Press, pp. 153-198. Também registado em Moçambique, cf. Direito (2013). “Políticas Coloniais...”

²⁰⁸ “Código administrativo das Províncias Ultramarinas”, Decreto de 3 de Novembro de 1881.

²⁰⁹ Ramos e Sousa (1914). *Administração...*

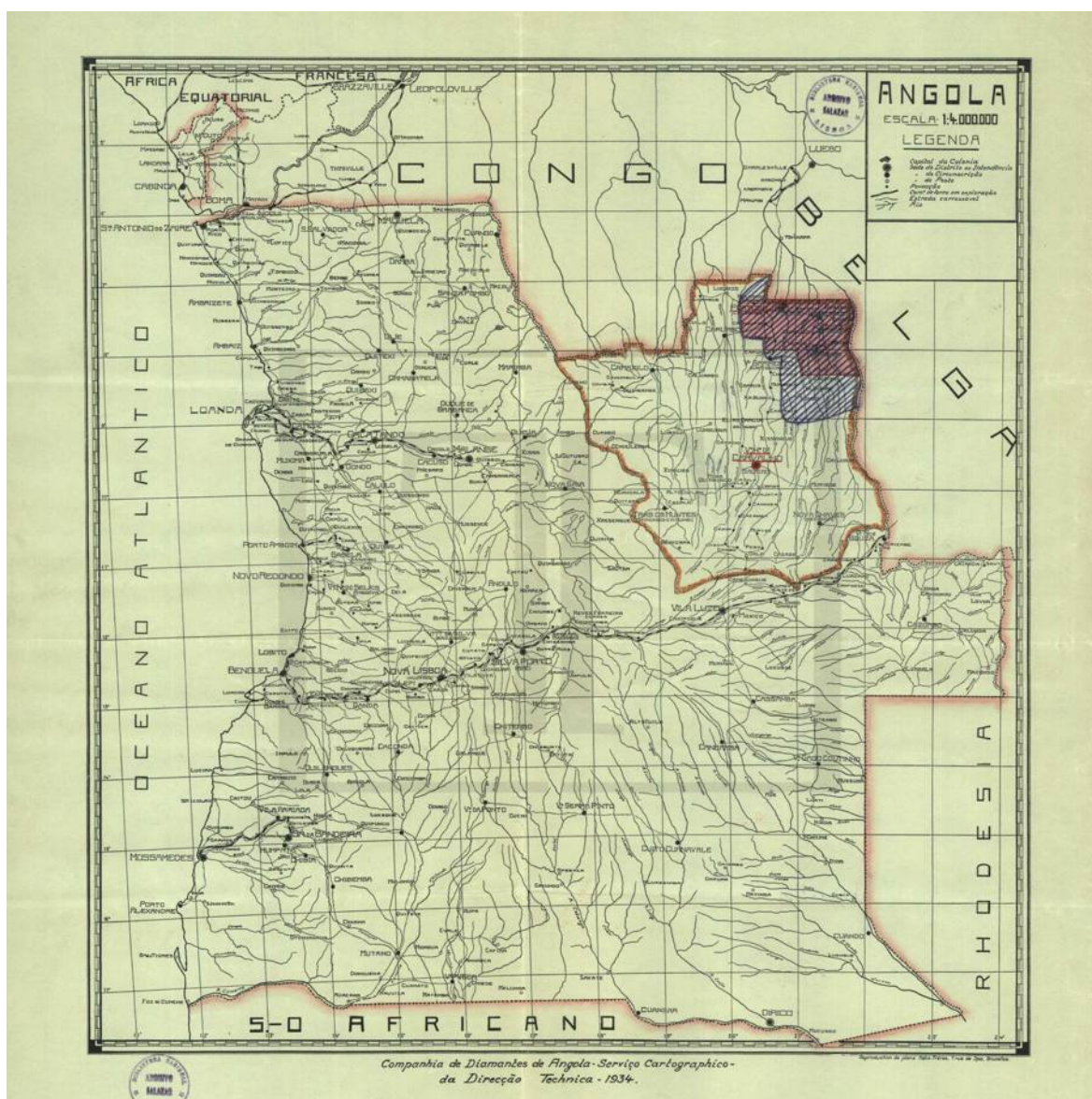
²¹⁰ Maguire (1889). *Pioneers of Empire...*

²¹¹ Cf. “Companhias concessionárias de Terrenos nas Colónias Portuguesas – Angola”. *Boletim Geral das Colónias*, 66 (1930), pp. 134-141. Destacam-se a Companhia do Amboim, Companhia Colonial de Navegação, Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, a Companhia Agrícola-Pecuária de Angola, Companhia de Petróleo de Angola e Companhia de Diamantes. *Boletim Geral das Colónias*, 12.

²¹² O grupo Burnay-Vilhena controlou, para além da Diamang, inúmeras subsidiárias tanto em Angola como em Moçambique, como a Companhia de Fomento Geral de Angola (FOGERANG), a Companhia de Pescarias de Angola (ANGOPEIXE), a Companhia Geral dos Algodões de Angola (COTONANG), a Companhia de Combustíveis do Lobito (CARBONANG), a Companhia de Palmares de Angola (PALMERANG), a Companhia de Cervejas de Angola (CERVEJANG), a Companhia do Petróleo de Angola (ANGOIL), a Companhia do Boror, a Companhia da Zambézia, a Companhia do Luabo e a Companhia Carbonífera, cf. Carvalho (2014). “As esculturas...”, notas 532 e ss.

²¹³ Coquéry-Vidrovitch (1972). *Le Congo...*

estar a chegar ao fim, algumas delas, pelo contrário, encontraram naquele momento um reforço da sua actividade, confundindo-se com as malhas administrativas do império. De volta à Lunda, e ao ano de 1926, a organização da Diamang seria provavelmente o caso mais extremo de adjudicação territorial no âmbito português. Assim, em paralelo com a afirmação do novo regime e ecoando as propostas do *The African World*, foi criada a Zona Única de Protecção (ZUP)²¹⁴, de 45 483km², que passou a enquadrar a companhia de forma exclusiva em Angola. A partir de então, naquela zona fronteiriça só se entraria a convite.



[11] Área de explorações da Diamang em Angola, 1934

[Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes; ANTT/AOS, D-N-2/2/1]

²¹⁴ A Zona Única de Protecção correspondeu praticamente à extensão do concelho do Chitato, com os seguintes limites: o rio Cassai a este, o rio Luxico a oeste, a fronteira com o Congo Belga a norte e o paralelo de Saurimo a sul.

– Postos, caminhos e comunicações: estruturar o distrito

“Em toda a concessão da Companhia não havia estradas, não havia pontes, não havia vias de comunicação; a geografia, a orografia e a hidrografia eram quase desconhecidas, e o viajante era forçado a utilizar a bússola e os caminhos de gentio e da caça para viajar através dessa região em que os indígenas eram hostis.”

– Brandão de Melo, *Boletim Geral das Colónias*, 1932²¹⁵

A Diamang abriu a primeira exploração na mina do Cavuco, a poucos quilómetros da fronteira nordeste de Angola, em Junho de 1917. Os prospectores circulavam pelas margens das várias linhas de água da Lunda, oscilando entre os rios Luembe e Chicapa. A balizar os limites primários da companhia estavam não só o Cavuco, a este, como as minas do Chingufu, a oeste, associadas a cada um dos referidos cursos fluviais. Se o acampamento inicial na Xissanda tinha aproveitado antigas estruturas dos exploradores de borracha, os subsequentes assentamentos obedeceriam à descoberta de aluviões diamantíferos. Estes depósitos, situados junto aos leitos dos rios, deram origem a uma abordagem particular à região, derivada da natureza da exploração.

Foi a necessidade de operar a partir de um ponto intermédio que impulsionou a fundação do Dundo, em 1919, num planalto equidistante às primeiras minas. Localizado no cruzamento do rio Luachimo com o afluente Dundundo, o lugar reproduziu, a traços largos, as condições físicas de Tshikapa, sede da Forminière, centena e meia de quilómetros a norte. Também esta crescia afunilada numa intersecção fluvial, aproveitando um planalto entre os rios Cassai e Chicapa. Ainda que o Dundo não gozasse das condições navegáveis que se encontravam na povoação belga, que dali comunicava com Charlesville²¹⁶, tinha a imprescindível força da água para gerar energia. Por outro lado, estava mais perto da fronteira do que qualquer exploração, garantindo o melhor acesso terrestre aos postos mineiros da colónia vizinha.

Resumiam-se assim os esforços inaugurais para alavancar a mineração e desbravar o território da Lunda, em dois processos entendidos como coincidentes. Perante a incapacidade da Comissão de Cartografia portuguesa em produzir cartas do distrito, seria a Diamang a contratar os serviços do Instituto Cartográfico Belga, de maneira a racionalizar o conhecimento contíguo. De acordo com a administração da empresa, a escolha possibilitava que uma área distante como a Lunda não continuasse “provavelmente tão em branco como ainda estão outras bem mais perto da costa”²¹⁷, para exasperação e inquietação da administração em Angola. De facto, pouco antes da descoberta dos diamantes, e confirmando o cenário que explorámos antes, a Lunda tinha sido apontada pelos teóricos

²¹⁵ “Nas minas de Diamantes”. *Boletim Geral das Colónias*, 88 (1932). Número especial dedicado à visita do Sr. Ministro das Colónias Armindo Monteiro a S. Tomé e Príncipe e a Angola. Agência Geral das Colónias, pp. 267-268.

²¹⁶ Povoação na região do Kasai, hoje nomeada Djokupunda, fundada em 1912 por uma missão Menonita. Entre 1926 e 1955, a Forminière construiu e operou uma linha de caminho de ferro *decauville*, de bitola estreita, entre Charlesville e Makumbi, com cerca de 67 quilómetros.

²¹⁷ Correspondência entre Ernesto de Vilhena e a Comissão de Cartografia, 28 de Dezembro de 1926. UC/AD.

como um “exemplo tristíssimo” da história colonial; e, a propósito da constituição do aparelho de governo em Angola, era criticado o “caminho errado” que mantinha por ocupar os “fertilíssimos” territórios do Nordeste²¹⁸.

Anos mais tarde, ao recordar os seus primeiros trabalhos na Diamang, Brandão de Melo destacou precisamente a relevância dos “caminhos”, como lemos na epígrafe. Esta nota iluminava não só a fragilidade colonial como a sua dependência face à estrutura espacial. Ainda que faltassem elementos perceptíveis à incursão europeia – estradas, pontes, vias de comunicação –, ficava claro que a região não era *terra nullius*, mas antes uma área dominada por comunidades lunda e cokwe, como bem mostraram Jan Vansina e Ana Paula Tavares²¹⁹, entre outros, onde os “caminhos de gentio” se afirmavam como verdadeiros “marcadores” da identidade territorial africana²²⁰.

Depois da abordagem teórica, debatida em Lisboa, este sub-capítulo explora a (re)configuração prática do território da Diamang e questiona os seus caminhos iniciais e estruturantes, sobretudo na gestão administrativa e linhas de comunicação. Se a Diamang foi mobilizada como instrumento crucial na afirmação da soberania portuguesa, como vimos, faltaria transformar a paisagem num cenário “legível e traduzível”²²¹. Com recurso a várias “políticas de desmantelamento territorial”²²², deu-se então começo a um processo longo de “apropriação intelectual” do espaço²²³ – sem prejuízo das múltiplas acções de cooperação, competição ou resistência por parte dos grupos envolvidos. No interior do distrito, os locais de mineração destacaram-se como linhas mestras de (des)codificação do território; enquanto para o exterior foi a ligação terrestre à Lunda que ganhou maior centralidade. A propósito desse último ponto, a discussão, mantida em várias esferas políticas e públicas, girou sobretudo em torno da construção de um caminho de ferro. O projecto antecedia a exploração – recordamos que tinha sido inclusive do programa da “Companhia da Lunda” –, mas rapidamente ganhou novo fôlego, tornando-se causa e consequência da consolidação geográfica da Diamang. Estes planos, para além de relacionados com a organização da companhia, mostram como projectos estruturais na espacialização do império colonial não podem ser analisados apenas na esteira da expansão soberana, ou seja, observando apenas os movimentos do aparelho público, sob o risco de se perderem continuidades e desvios essenciais para uma compreensão mais extensa dos processos de ocupação. O Caminho de Ferro de Luanda a Ambaca, que aqui sobressai, é exemplo de uma narrativa incompleta na leitura apenas do litoral para o interior²²⁴, ganhando importantes nuances com o enquadramento de outros agentes, contextos e interesses.

²¹⁸ Macedo (1910). *Autonomia...*

²¹⁹ Vansina (1966). *Kingdoms...*; Tavares (2009). “História...”

²²⁰ Sobre a “metamorfose” do território de Angola ver Isabel Castro Henriques (2004). *Território e identidade: a construção da Angola colonial (c. 1872 - c. 1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

²²¹ James Scott (1998). *Seeing...*

²²² Henriques (2004). *Território e identidade...* Castro Henriques identificou os “marcadores territoriais” dos africanos – vivos, simbólicos, históricos e fabricados, musicais e funcionais, como os caminhos, pontes, rios, as cerimónias e rituais, a aldeia – e a fragmentação científica europeia que permitiu construir o território colonial – através dos mapas, caminhos de ferro, estradas, culturas industriais, estruturas urbanas, medidas administrativas e “branquização” do quotidiano.

²²³ Catarina Madeira Santos (2010). “Administrative knowledge in a colonial context (Angola 18th century)”. *The British Journal for the History of Science*, pp. 1-18.

²²⁴ Bruno Marçal (2016). “Um império projetado pelo silvo da locomotiva: O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)”. Tese de doutoramento, UNL.

Grupos, postos e soberania

Os movimentos de prospecção mais dispersos da Diamang, próprios do início do reconhecimento geológico, convergiram gradualmente para as margens do rio Luembe, a caminho da fronteira este. Ao longo deste traçado fluvial, foram criados os primeiros grupos de trabalho da companhia, no início da década de 1920: Cassanguidi e Maludi, primeiro, em 1922; N'zargi, depois, em 1927. A par do Chingufu e Luaco, lugares abandonados poucos anos depois, estes três pontos compuseram o mapa primário da Diamang. Cada um dos “grupos” de trabalho – assim nomeados pela companhia – foi associado a um conjunto de locais de mineração e articulava um “posto”, com os principais equipamentos, serviços técnicos e habitação dos empregados brancos, assim como inúmeras aldeias de trabalhadores e famílias africanos. Nesta época inicial, e até meados da década de 1930, viveriam na Lunda cerca de 100 funcionários “europeus”, de várias nacionalidades, enquanto a mão de obra africana ascendia a uma média de 5000 homens²²⁵. No conjunto, esta foi a constelação material da companhia, que, sem prejuízo dos devidos ajustes a nível físico e humano, se manteve estruturante no território até à expansão oeste na década de 1950.

Em contraste com o avanço da Diamang – e provavelmente por causa dele –, os vestígios da ocupação portuguesa continuaram parcos: apenas o “modesto” Fortim do Nordeste²²⁶ anunciava a (míngua de) soberania nacional naquele canto de Angola. Neste sentido, e como vimos, a organização da companhia foi encarada com expectativa para cumprir um ambicioso plano territorial, que só ganhava expressão com a devida materialização. Na tentativa de uma ocupação mais sistémica, que cobrisse todo o território, desde a costa ao interior, Norton de Matos tinha proposto um novo regime de administração civil, sobreposto ao regime militar, que exigia aos agentes ultramarinos competências multidisciplinares, nas quais se incluíam a habilitação para obras, estradas e saneamento²²⁷, colocando a construção de espaços “legíveis” como suporte crítico da (infra)estrutura colonial.

Os serviços de obras públicas, reorganizados ao longo das décadas anteriores²²⁸, eram estimados como mecanismo primordial deste sistema, sugerindo a sua análise como importante “andaime” ou “esqueleto” do Império²²⁹; porém, nas terras distantes da Lunda, a sua concretização tardava em

²²⁵ Cf. “Variação anual do número médio de empregados brancos e do número médio de trabalhadores, contratados e da região, ao serviço da DG na Lunda de 1917 a 1963”. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1.

²²⁶ Segundo as pesquisas feitas pela Diamang na década de 1940, o Fortim do Nordeste incluía-se no “tipo vulgar desta espécie de construções”, utilizadas entre 1870 e 1914 nas campanhas em Angola e Moçambique. O edifício, de blocos de barro e madeira, tinha alojamento subterrâneo, que servia de paiol, e dois bastiões circulares. Foi descrito como uma “obra bastante modesta” no ponto de “afirmação da soberania portuguesa, num dos cantos do Império, o mais avançado sobre o coração de África”. *Relatório do Museu do Dundo*, 1943, pp. 143 e ss. UC/AD.

²²⁷ Para Norton de Matos, os funcionários administrativos deveriam ter “desembaraço e actividade, gosto da iniciativa e das responsabilidades, competência quase enciclopédica, não só para a cobrança de impostos e administração da justiça, como também para as obras públicas e melhoramentos de estradas, lançamento de pontes provisórias, criação e exploração de granjas, limpeza e higiene de povoados indígenas e europeus”. Henrique Galvão e Carlos Selvagem (1951). *Império Ultramarino Português*. Empresa Nacional de Publicidade *apud* Fonte (2012). *Urbanismo...*

²²⁸ As primeiras expedições de Obras Públicas enviadas para as possessões portuguesas em África foram promovidas por Andrade Corvo, na década de 1870. Ver, por exemplo, *Relatório sobre a 2ª secção d'Obras Públicas da provincia de Angola, 1877-1881*. AHU, OP13914.

²²⁹ Peter Scriver (2007). “Empire-Building and Thinking in the Public Works Department of British India”. *Colonial Modernities: Building, dwelling and architecture in British India and Ceylon*, Peter Scriver e Vikramaditya Prakash (eds.). Routledge, p. 69.

acontecer – até pela transferência do seu papel para a Diamang. Internamente, reconhecia-se que a capacidade de actuação do aparelho público estava bloqueada. Os relatórios produzidos por este organismo na década de 1910 espelhavam a incapacidade de se realizarem obras, sobretudo pela falta de “homens com capitais e com conhecimentos para se encarregarem delas”²³⁰. À excepção de Luanda e do Lobito, aglomerados costeiros onde se encontravam alguns tarefeiros, todas as outras localidades da colónia ficavam com os concursos públicos desertos. Também eram apontadas as deficiências dos mercados locais no fornecimento de materiais de construção, resultando em edifícios inacabados por se terem esgotado os recursos à venda. No ano de 1914, por exemplo, estavam reservados para a Lunda apenas uma décima parte do orçamento geral de 151.000 escudos, ilustrando o escasso investimento naquela área. De acordo com o mesmo documento, mais grave seria que, apesar da verba ser pequena, nem essa se conseguia ter gasto. Dos 15.000 escudos destinados ao distrito, tinham sido despendidos apenas 565 escudos, destinados a reparações de edifícios, sem nenhuma obra nova, estradas, pontes ou obras hidráulicas. A falta de homens no serviço – que tinha então cerca de 40 funcionários para toda a colónia – justificava o bloqueio de avanços mais enérgicos²³¹.



[12] Prospecção na região de Maludi, 1922
[Rapport C. Mason Farnham; AGR/Sibeka, 1611]

Por isso, uma vez confirmados os primeiros depósitos minerais, foi firmado o contrato inaugural entre o Alto Comissariado de Angola e a Companhia de Diamantes, em 1920. Este acordo oficializou um novo rumo edificatório para a região, onde as obras públicas já não teriam de actuar porque outro organismo operaria por elas. O pacto era claro: celebrava-se uma “verdadeira associação entre a colónia e a companhia para a exploração, em benefício de ambas e da comunidade, de uma das maiores e latentes riquezas do território, até recentemente totalmente ignorada e cuja descoberta se devia exclusivamente ao trabalho da Diamang”²³².

²³⁰ “Relatório da Direcção das Obras Públicas, do ano económico de 1913-1914”, por A. Galvão. AHU, OP15583.

²³¹ “Relatório...”, 1913-1914. AHU, OP15583.

²³² No documento, a companhia comprometeu-se a apoiar “devotamente e com toda a sua força” o desenvolvimento de Angola, enquanto Norton de Matos, em nome do Governo Colonial, garantia “assegurar à *Diamang* todo o apoio para

Dando continuação ao pacto, a formalização administrativa da Lunda decorreu, aos longo dos anos seguintes, em paralelo aos trabalhos iniciais de exploração, entrelaçando em definitivo a companhia com a organização da região. Durante a década de 1920, várias portarias estruturaram as circunscrições e respectivas capitánias, fixando Henrique de Carvalho como sede do distrito²³³. Em particular, a Portaria Provincial 152, de 24 de Dezembro de 1921, criou uma nova “circunscrição de fronteira”, o Chitato, com sede no Dundo, confirmando a companhia como principal agente colonial daquela área, poucos anos depois do seu assentamento. Uma expedição de obras públicas, feita nesse ano pelos serviços, ratificou que “o incremento tomado pela indústria mineira tem sido notável e ninguém o previa para tão cedo”²³⁴.

Se a génese transnacional da Diamang tinha causado grandes preocupações e discussões, como vimos brevemente na secção anterior, despontou então o consenso entre a esfera de Lisboa de que a presença da empresa poderia efectivamente resolver questões materiais e políticas, vistas como duas faces do mesmo problema. A demarcação da ZUP era sintoma evidente deste clima de cooperação. Com o decorrer destes trabalhos, em breve se verificou não só uma maior aceitação como até uma certa instrumentalização do carácter “excepcional” da Diamang dentro do império colonial português²³⁵. O nacionalismo exacerbado, característico das convulsões da República, seria suavizado por um plano ambicioso de valorização do Ultramar, que finalmente reconhecia a necessidade de contar com o capital estrangeiro como importante aliado²³⁶.

No que diz respeito à organização do espaço colonial, a mudança teve reflexos também noutros “caminhos”, como mostra um episódio em 1931. Nesse ano, o Governo Geral de Angola, sob a alçada de José de Sousa e Faro, eliminou o Dundo e Andrada do “Mapa das povoações existentes e sua classificação”. Ainda que constituíssem os maiores núcleos de população naquela zona da colónia, os postos foram integrados nas concessões de terrenos feitas à Diamang e considerados “de natureza particular”²³⁷. A decisão, aparentemente controversa, recebeu o apoio da empresa, revelando um novo entendimento do Estado sobre o carácter singular que a Diamang ambicionou arrogar para si própria. O fundo da questão estava na aprovação do Regulamento para a concessão de terrenos do Estado na Província de Angola, em 1929, que tinha prejudicado o secretismo desejado à exploração de diamantes, ao exigir a estampa pública das plantas dos aglomerados na colónia²³⁸. Assim, apesar

garantir o uso intensivo das concessões cedidas e [para ultrapassar] outras dificuldades que pudessem surgir”. Este primeiro acordo serviu de base para o contrato de 1921 entre o Governo Colonial e a Diamang. “Contrato entre o Alto Comissário e a Companhia de Diamantes de Angola”. ANTT, PT/TT/HB/1-23/18.

²³³ Nos primeiros anos da década de 1940, a Diamang apostou numa reconstituição da sua história e inicia a construção do seu “índice cronológico”. A actualização sucessiva desta cronologia mostra algumas datas incompatíveis, como provável reflexo da falta de controlo sobre o território colonial. Por exemplo, a fixação da sede da Lunda em Henrique de Carvalho é atribuída simultaneamente às Portarias Provinciais nº 1590, 21 de julho de 1918, nº 114-B, de 20 de abril de 1920 e ao Decreto-Lei 14-5 de 1924.

²³⁴ Miranda Guedes (1930). “A expedição de Obras Públicas a Angola, em 1921”. *Boletim Geral das Colónias*, 62-63, Agência Geral das Colónias, pp. 33-47.

²³⁵ A obtenção do *Grand Prix* na Exposição Colonial de Vincennes, em 1931, por exemplo, espelhou este mutualismo.

²³⁶ William Gervase Clarence-Smith (1985). “Business Empires in Angola under Salazar, 1930-61”. *African Economic History*, 14, pp. 1-13.

²³⁷ Portaria nº 753 de 9 de Abril de 1931, por José de Sousa e Faro.

²³⁸ Este diploma conferiu poderes às Direções dos Serviços de Colonização e Terras e dos Serviços de Obras Públicas para recolher elementos topográficos, plantas de povoações e levantamento de edificado, a fim de ser organizado um orçamento e projecto de obras para a colónia. Todas os lugares classificados eram abrangidos pela lei e as suas plantas seriam publicadas

do trajecto tortuoso que as relações diplomáticas tinham percorrido e continuaram a percorrer nas décadas seguintes, o evento confirmava uma maior simbiose entre a Diamang e o aparelho de governo, acompanhando a afirmação tanto política como material do Estado Novo em Angola²³⁹, como mais tarde questionaremos.

Por outro lado, e sem prejuízo deste acolhimento da Diamang como importante veículo de ocupação territorial, por parte das grandes malhas imperiais, as reacções da administração colonial no terreno foram menos positivas, deixando a descoberto um aparelho de camadas heterogéneas, com decisões e propósitos distintos, discordantes e ambivalentes. A ligação umbilical da Diamang à Forminière, em particular, continuou a assustar a autoridade portuguesa na Lunda, que então vacilava entre os benefícios do potencial económico resultante da companhia e a falta de controlo que ali exercia. Logo no seguimento da constituição da PEMA, a Secção de Minas, reorganizada em 1906 e integrada nas obras públicas, tinha alertado que “dentro em pouco [é possível que] entrem em exploração alguma das riquezas do subsolo da província, convindo regularizar os serviços administrativos respectivos (...), afim de que essa repartição se torne um centro de informações e esteja dia a dia ao corrente do que se passa na província a respeito da descoberta e exploração das riquezas minerais”²⁴⁰. Ou seja, não obstante o papel atribuído à Diamang na esfera imperial, a circulação de prospectores estrangeiros na região era motivo de preocupação, devendo por isso ser monitorizada.

As memórias do coronel Bento Roma²⁴¹, comandante das referidas “campanhas de pacificação” e Governador da Lunda entre 1920 e 1923, permitem desvelar questões significativas. Roma foi uma das personagens centrais nesta teia local, considerado responsável pela “transição para a Lunda moderna”²⁴². Logo em 1920, o administrador começou por batalhar para a promoção de uma mudança geográfica na Diamang, defendendo que seria “convenien[te] arrastar o mais possível a companhia para o interior do distrito”, de maneira a retirar as instalações principais da “faixa fronteiriça” em que se encontravam. Como notámos, a maioria das minas operava junto ao Congo Belga, afastando-se poucos quilómetros do limite soberano.

Contudo, a ideia foi recebida com resistência (e até alguma indiferença) pela administração da companhia, que não tinha qualquer interesse em afastar-se dos aluviões diamantíferos já descobertos, numa posição que ilumina o percurso autónomo da empresa. Compreendendo a necessidade de um plano diferente, Bento Roma decidiu operar no sentido contrário, transferindo o antigo posto militar do Chitato Velho para um novo lugar, sobranceiro ao Dundo. Esta mudança deu origem à povoação

no *Boletim Oficial da Colónia*, numa tentativa de aliciar futuros ocupantes. Foi quando o Dundo e Andrada aparecem na lista de 1930 com classificações de 2ª e 3ª ordem, respectivamente (em termos práticos, tal significava que a sua área formal correspondia a uma circunferência de 2km em torno do centro, com uma faixa de subúrbios delimitada), que Sousa e Faro rapidamente os retira, protegendo a Diamang da indesejável exposição pública, cf. A. Côte-Real (1930). *Concessões em Angola* [Tomo I]. Luanda: Imprensa Nacional, pp. 17 e seg.

²³⁹ A relação simbiótica entre a Diamang e o Estado português já foi estudada, cf. Varanda (2007). “A bem da nação...”; Alencastro (2014). “Diamond Politics...”.

²⁴⁰ As queixas apontavam que “qualquer estrangeiro, que muitas vezes nem se sabe fazer compreender, [se] arma em pesquisador (...) e está habilitado a percorrer toda a província, pôr-se em contacto com as autoridades e com toda a população”. Ministério do Ultramar. AHU, OP15583.

²⁴¹ Bento Esteves Roma (1884-1953), militar português, foi Governador do Distrito do Cubango, na Lunda, e ainda do Moxico e da Huíla. Em 1930, durante um curto período, desempenhou o cargo de Governador Geral de Angola.

²⁴² Pélissier (1986). *História das Campanhas...*, p. 295.

de Portugália²⁴³, em 1923, cujo nome confirmou a exibição de autoridade. O coronel não negava a opção estratégica:

“a meia encosta, fora da Concessão da Companhia, e a uns quatro quilómetros do Dundo, dominando-o, de maneira a ser visto dali. Percorri os arredores da concessão da Companhia e não me pareceu que houve melhor local, satisfazendo a uma das condições que eu desejava que satisfizesse: ser a futura sede vista da sede da Companhia. Assim, nunca os seus empregados se poderão esquecer [que] estão em território português e sujeitos às leis portuguesas”²⁴⁴.

As tentativas de demonstração de força por parte das autoridades coloniais não ficaram por aí, dando origem a outros planos que instrumentalizaram o espaço e o edificado. O estabelecimento dos serviços de comunicações postais e telegráficas, por exemplo, resultou numa destas tentativas. Perante a relutância da Diamang em cumprir com as determinações dos militares portugueses, a construção dos edifícios para as respectivas estações foi imputada à companhia. Por isso, e ainda que grande parte do serviço postal fosse realizado pelo Congo Belga, a empresa acabou por financiar integralmente estas obras, inaugurando os edifícios em 1922, ambos no Dundo.

Confirmamos que Diamang e governo dialogaram através de posições hesitantes, ambíguas e, por vezes, contraditórias. Para o aparelho administrativo, a companhia foi tida indubitavelmente como um excelente instrumento de colonização, de espacialização ou territorialização da soberania, mas o seu carácter privado e estrangeiro ameaçava, ou era visto como ameaçador, do interesse nacional. Para a Diamang, o Estado era não só a necessária alavanca da “concessão” como um parceiro essencial na “angariação” de mão de obra²⁴⁵, como trataremos noutros lugares deste trabalho, mas o excesso de intervencionismo parecia prejudicar o desenrolar da exploração e, conseqüentemente, de uma ideia muito própria para a transformação da paisagem. De facto, ao contrário do esperado, o tipo de exigências de Bento Roma – que se repetiu diversas vezes, no espaço e no tempo, na construção de outros serviços e edifícios na região – acabou por alicerçar a Diamang como principal promotora e produtora da Lunda, numa pegada edificatória de contornos muito singulares.

Um caminho de ferro “impossível”

A ocupação de uma região limítrofe como a Lunda impôs naturalmente a resolução de questões sobre o seu acesso, como bem ilustra a leitura de Bento Roma sobre a relevância dos “caminhos”. Numa

²⁴³ Povoação oficializada e nomeada sede pelo Decreto-Lei 521, de 1927.

²⁴⁴ “Exposição do governador do distrito de Lunda, Bento Roma, sobre a Companhia de Diamantes de Angola”, 1922. AHU, PT/IPAD/MU/IGM/SDI/2476/06092.

²⁴⁵ O recrutamento para a Diamang foi feito pelas autoridades portuguesas, conforme previsto no contrato de 1921 (cláusula 13): “o governo da província compromete-se a dar todas as possíveis facilidades e apoio para o recrutamento e angariamento do pessoal indígena necessário à intensa exploração dos jazigos diamantíferos”. Foram de imediato montadas “agências de recrutamento” nas regiões mais populosas de Angola (Malange, Moxico, Luchazes, Bié e Bailundo). Na década seguinte, este processo ficou limitado ao distrito da Lunda (sendo depois estendido novamente à região de Malange), cf. “Instruções nº14 sobre o regimen da mão de obra indígena na zona mineira da Lunda”, do Governo da Província de Malange, de 6 de Outubro de 1938. A situação apenas cessou no início da década de 1960, com a transferência da responsabilidade de recrutamento para a Diamang, e com impacto na paisagem construída na Lunda, como veremos na terceira parte.

escala mais ampla, o tema era anterior à fixação da Diamang. Henrique de Carvalho havia alertado, a este propósito, que “são os transportes ao litoral o que mais importa, e estes têm de ser seguros, cómodos e económicos”²⁴⁶. O caminho de ferro destacou-se como opção estruturante²⁴⁷, dando uso aos traçados do engenheiro Ângelo de Sárrea Prado desenhados em 1887²⁴⁸. Ainda que tivesse sido abandonada a ideia de um caminho de ferro “gigantesco e sedutor” desde o Zaire até à Lunda²⁴⁹, o prolongamento da linha de Luanda até ao canto nordeste de Angola mantinha-se, na viragem do século, como a opção mais plausível no seguimento dos traçados horizontais “de penetração”²⁵⁰. Os vários mapas produzidos até à década de 1920, tanto por autoridades portuguesas como estrangeiras, mostravam esta expectativa²⁵¹.

Recordamos que um dos objectivos da “Companhia Portuguesa da Lunda” era avançar com este trajecto ferroviário. Todavia, como vimos também, daí não surgira qualquer concretização. A acção pragmática dos engenheiros da Diamang, desvinculados de qualquer “patriotismo” imperial, tinha-se traduzido na consolidação da linha de transportes por via belga, aproveitando a infraestruturas montada pela companhia vizinha: as mercadorias circulavam por Tshikapa, e daí seguiam pelo caminho de ferro e porto de Matadi até à Europa. A centena e meia de quilómetros que separavam o Dundo da sede da Forminière tinham sido vencidos primeiro pelos chamados carros boers²⁵² e depois por camiões. Uma vez que os diamantes de ambas as explorações eram tratados em Anvers, na Bélgica, não havia nenhum benefício em transportá-los por rotas distintas. Por isso, sobre a hipótese de privilegiar o transporte viário da Lunda pelo interior de Angola, a opinião dos técnicos no terreno, pouco tempo depois da abertura das primeiras minas, não deixava dúvidas: “*impossible!*”²⁵³.

Foram problemas repetidos na via de Matadi que levaram à primeira destabilização deste sistema. A sobrecarga na linha belga estaria a causar sucessivos congestionamentos, obrigando a Diamang a equacionar alternativas. Em 1926, face à urgência da questão, a companhia gizou um contrato temporário de transporte com a Companhia Agrícola e Pecuária de Angola (CAPA)²⁵⁴. A empresa,

²⁴⁶ Carvalho (1895). “Lunda Portuguesa...”

²⁴⁷ Marçal (2016). “Um império...”; Hugo Silveira Pereira (2018). “O caminho de ferro de Moçâmedes: entre projeto militar, instrumento tecnodiplomático e ferramenta de apropriação colonial (1881-1914)”. *Revista de História da Sociedade*, 18, pp. 157-183.

²⁴⁸ Membro da comissão africana da Sociedade de Geografia de Lisboa, Sárrea Prado publicou uma memória sobre a “África ocidental portuguesa. Angola. Caminho-de-ferro entre Loanda e Ambaca. Primeiros estudos técnicos” em 1887. Lisboa: Imprensa Democratica.

²⁴⁹ Sárrea Prado propunha um percurso que iniciava em Noqui, porto do Zaire, e atravessava o Bembe e o Encoje, com possibilidade de se prolongar até ao Alto Cuango e à Lunda. Quirino Avelino de Jesus (1898). “A província de Angola. Os caminhos de ferro de penetração”. *Portugal em África*, 5 (49). Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, pp. 1-8.

²⁵⁰ Ver A. Galvão (1927). “O caminho de ferro de Luanda a Malange (Ambaca) e os caminhos de ferro de penetração”. *Boletim Geral das Colónias*, 3.

²⁵¹ Para além do mapa produzido pelo CFB, veja-se o mapa “Carte du Congo Belge”, Bruxelas: J. Lebègue & Cie, [192?], que imaginou o traçado do Caminho de Ferro de Luanda até ao Luxico, bem perto do Dundo.

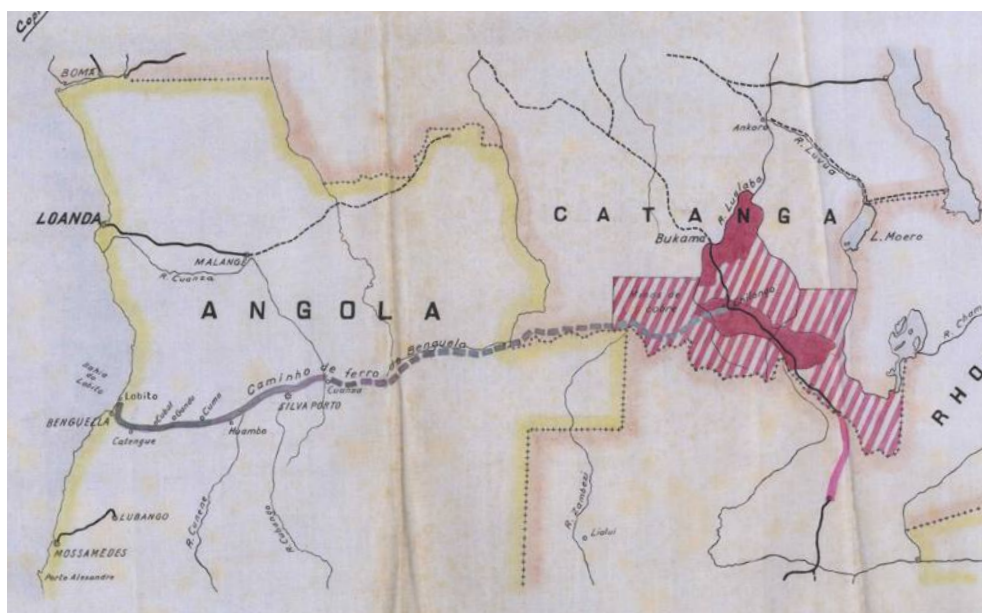
²⁵² Carroças puxadas por bois, introduzidas em Angola pelos *boers*, ou *africânders*, descendentes de colonos europeus.

²⁵³ “Summary of Operations”, 1924-1925, por Newport. *Bruxelas: Dickinson*, pasta 5A. UC/AD.

²⁵⁴ A CAPA foi constituída a 23 de junho de 1923 com o objectivo de “exercer a agricultura cerealífera, fruticultura e exploração pecuária, bem como as indústrias delas derivadas”. Entre a administração inicial estavam todos os pesos da Diamang: o Banco Nacional Ultramarino, João Ulrich, Conde Burnay, Eduardo Ramires dos Reis, Lima Basto e Ernesto Vilhena. A CAPA geria uma larga rede de fazendas em Angola, onde se criou a maioria do gado depois consumido na Lunda, cf. Victor M. d’Albuquerque Matos (2005), Chefe do Serviço de Pecuária da Companhia de Diamantes de Angola. “Ocupação pecuária de Angola”. *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, 100, pp. 115-123.

organizada dentro do universo Burnay-Vilhena, passou a utilizar trajectos viários nacionais para suprir a mobilidade na região. No entanto, se o desenlace das comunicações na Lunda parecia sugerir uma resposta complacente da Diamang ao “ímpeto nacionalizador e centralizador então inaugurado por João Belo na esfera portuguesa²⁵⁵, como faziam crer os relatórios para Lisboa²⁵⁶, as movimentações no terreno mostram a validade de outros ângulos e causas – ainda que, neste caso, coincidentes.

Por outro lado, sendo certo que as operações nacionais da CAPA respondiam aos melindres soberanos em Angola, continuavam a não agradar plenamente à gestão da Diamang. A administração da companhia notou que “a falta de comboio se esta[va] a tornar muito cara”²⁵⁷ e, numa sequência circular, a hipótese de uma ferrovia foi novamente encarada como plano principal. A inauguração da nova estação de Vila Luso, em 1928, tinha reforçado esta ideia, fazendo coincidir ali o ponto de ligação para um novo ramal. Nos mapas do CFB à época é possível observar a mudança: primeiro, dois percursos paralelos, de Luanda à Lunda e do Lobito ao Katanga²⁵⁸, conforme defendiam alguns colonialistas em Lisboa; depois, a alteração para um traçado “sob apreciação”, de Muntango a Saurimo, que ligaria a Diamang ao eixo estruturante da mineração da África Central²⁵⁹.



[13] Linha do caminho de ferro de Benguela, e o projecto da sua ligação às minas do Catanga, [s.d.].
[Fundação Mário Soares; Casa Comum/Documentos Bernardino Machado]

²⁵⁵ Valentim Alexandre (1993). “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo *Análise Social*, 123-124, pp. 1117-1136.

²⁵⁶ Segundo Vilhena: “A Capa é como que um complemento da Diamang, uma cadeia que a prender cada vez mais estreitamente, á economia da Província, e assim tem contribuído para nacionalização dela”. Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Vicente Ferreira, 1 de março de 1928. ANTT, AOS/COL/UL-8A1 Cx. 713.

²⁵⁷ “Notes sur la construction d’un chemin de fer entre le chemin de fer de Lobito et Dundo. Possibilité de colonization agricole de la region traversée par ce chemin de fer”. *Vias de comunicação*, 1933. UC/AD.

²⁵⁸ Projecto da ligação do CF de Benguela às minas do Katanga. Apresenta a extensão do CF de Luanda até à Lunda [s.d. (192?)], Espólio Bernardino Machado, Casa Comum].

²⁵⁹ *Caminho de Ferro de Benguela a Lobito. A mais curta estrada para a África Central* (1928). Londres: Tipografia Hudson & Kearns Ltd.

O aumento das discussões públicas sobre o assunto ao longo das décadas de 1920 e início de 1930 revelou o esforço em garantir acesso ferroviário à Lunda²⁶⁰, sem que, no entanto, se conseguisse chegar a qualquer consenso. O ponto de situação era desmoralizador, com a testa do caminho de ferro ainda em Ambaca, poucos quilómetros ao largo de Luanda. Deste bloqueio sobressaíam a incapacidade de concretização portuguesa e as opiniões divergentes, que aparentemente deixavam desorientada a administração colonial. Vale a pena acompanhar a sequência para entender o que esteve em causa e como a Diamang foi simultaneamente causa e consequência da questão.

Em 1931, no âmbito da Exposição Colonial de Paris, a matéria pareceu ter recebido novo impulso, com o comissário Silveira e Castro a defender em público a necessidade de prolongamento do caminho de Ferro de Luanda, até pela sugestiva hipótese de transferir a capital de Angola para o Huambo²⁶¹. Castro começaria por descartar qualquer ramal interior, sobretudo pela topografia acentuada, reproduzindo os argumentos de Henrique de Carvalho sobre a ocupação “fatalmente” vertical daquela zona. Na sua opinião, “a má região de Angola [era] o Nordeste, com os seus planaltos demasiado unidos e os seus vales fulminantes; nunca lá se poderá fazer nada de bom”. O problema, porém, estava na vírgula – “há aí os diamantes da Lunda...”²⁶². De forma talvez consequente, o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas emitiu, no mês seguinte, novo parecer positivo para a continuação do trajecto ferroviário até às minas da companhia²⁶³. A consolidação da empresa era encarada como justificação determinante para o futuro do caminho de ferro e, por isso, no terreno, a Brigada de Estudos do Caminho de Ferro Além Malange continuou em operações, produzindo medições, fotografias e relatórios, com o auxílio da Diamang²⁶⁴.

Sem prejuízo destes estudos, não demorou para que o projecto fosse novamente vetado pela opinião técnica portuguesa, dando azo a novo revés. Em 1932, Fernando Mouta, engenheiro de Minas, expôs as suas reticências na Conferência Económica do Império. Para além de reforçar as características topográficas irregulares da Lunda, que tornavam particularmente difícil manter o sentido de avanço horizontal, do litoral para o interior, que era atribuído ao caminho de ferro, Mouta concluía que para a Lunda bastava uma “boa estrada” que permitisse à CAPA manter o trajecto habitual²⁶⁵. Na sua opinião, não só havia benefício em concentrar o tráfego através do CFB, aumentando a rentabilidade daquele trajecto, como faltavam explorações agrícolas na região, que se impunham como instrumentos centrais no pensamento económico português²⁶⁶.

²⁶⁰ Cf. “Vias de comunicação”, 1933. UC/AD.

²⁶¹ “Entrevista com Coronel Silveira e Castro”. *Portugal Colonial*, 4 (1931).

²⁶² “Entrevista...”. *Portugal Colonial*, 4 (1931).

²⁶³ “Breves notícias: Angola”. *Portugal Colonial*, 6 (1931).

²⁶⁴ “Relatório da Brigada de Estudos do Caminho de Ferro Além-Malange, Janeiro a Junho de 1932”. Ministério das Colónias. AHU, OP6977.

²⁶⁵ “O prolongamento do CF Além Malange”, Fernando Mouta. Conferência Económica de 1932, (Secção G: Comunicações interiores e exteriores). Foram precisamente estas notas que a Diamang enviou para a administração em Bruxelas, justificando o abandono dos projectos. “Notes sur la construction...”, 1933.

²⁶⁶ Como espelhou, mais tarde, a generalização dos colonatos agrícolas – com destaque para os colonatos da Cela e da Matala, em Angola. Para o contexto colonial, ver Cláudia Castelo (2020). “«Village Portugal» in Africa. Discourses of differentiation and hierarchisation of settlers, 1950s–1974”. *Rethinking White Societies in Southern Africa 1930s–1990s*, Duncan Money e Danelle van Zyl-Hermann (eds.), Routledge, pp. 115-133. Para o contexto português continental, ver Filipa Castro Guerreiro (2016). “Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território”. Tese de doutoramento, FAUP.

A Diamang ainda lançou uma derradeira tentativa, em 1933, insistindo no intento de “estudar cuidadosamente um ramal de um ponto do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) ao Dundo”²⁶⁷. Reproduzindo a traços largos o percurso viário da CAPA, o projecto considerou a criação de uma empresa auxiliar que, através de uma concessão, promovesse uma linha com bitola semelhante àquela que circulava quer para Katanga quer para o Lobito – revelando a única situação em que a Diamang considerou criar uma estrutura “subsidiária”, à semelhança do que aconteceu largamente no Congo Belga²⁶⁸. As notas sobre este projecto mostram duas ideias importantes: por um lado, indicam que os engenheiros da Diamang estavam sobretudo preocupados em demonstrar que os obstáculos não eram de foro técnico, ao contrário do que defendia o círculo português. A contestação apresentava várias soluções internacionais que tinham enfrentado desafios similares, não aceitando que a equipa da Diamang ficasse vista como incompetente. Por outro lado, revelam que a perseverança na ferrovia chegou sobretudo do conselho técnico em Bruxelas, empenhado pela hipótese de uma ligação dupla à Lunda e ao Katanga, iluminando as diversas agendas que também permearam a acção da empresa e que devem ser ponderadas.

Foram as notas de Mouta, então partilhadas entre este círculo, a fazer a administração da companhia aceitar que a ausência de uma “colonização agrícola” sistemática – que em nada convinha estimular, na perspectiva de manutenção de uma “autonomia” territorial na empresa – era argumento razoável, uma vez que a actividade das minas não geraria tráfego que justificasse a despesa. As cartas elaboradas pela Diamang nos anos seguintes confirmaram a aposta viária, entroncando com as exigências legais da época para que o transporte acontecesse por “via nacional”²⁶⁹. Uma pequena fracção manteve-se por Tshikapa, mas a maior parte do pessoal e das mercadorias começaram a percorrer Angola²⁷⁰, sobretudo pelo CFB (com ligação viária até Vila Luso), mas também via Malange. A hipótese de avançar com o caminho de ferro de Luanda até à Lunda foi timidamente mantida até ao Primeiro Plano de Fomento, de 1953²⁷¹ – apontando para uma persistente reciclagem de planos e projectos na construção do império –, mas seria a rede de estradas a realmente integrar a Diamang nas teias de circulação do império português, tornando-se num activo fundamental da companhia.

Uma vez sustentadas a Lunda e a Diamang na geografia de Angola, a segunda metade da década de 1930 permitiu a inauguração de um novo pensamento sobre o território e a paisagem da companhia. É sobre estes planos que nos debruçamos no capítulo que se segue.

²⁶⁷ “Notes sur la construction...”, 1933.

²⁶⁸ A Union Minière, por exemplo, constituiu várias subsidiárias de apoio à exploração mineira, entre as quais a SOGEFOR (energia hidroelétrica); a SOGELEC (eletricidade); a SOGECHIM (químicos); a Compagnie Foncière du Katanga – COFOKA (construção e gestão de habitação); as Charbonnages de la Luena (carvão) ou ainda as Minoteries du Katanga (moinhos de farinha). Sobre estas empresas ver UMHK, *Monograph 1950*, pp. 79 e ss.

²⁶⁹ Em 1931 a companhia reportava o escoamento de 85% da mercadoria por Vila Luso. Em contrapartida, o Porto de Lobito, a testa marítima deste trajecto que avançava pelos campos minerais do Katanga, recebeu investimento da companhia ao longo dos anos seguintes. ANTT, PT/TT/HB/C-2/5/1. *Rapport*, 18, 1931.

²⁷⁰ Cf. Mapa, *Rapport* 20, 1933. ANTT, PT/TT/HB/C-2/5/1/20.

²⁷¹ “Linhas férreas de Angola – Esboço, 1952”. Nesta carta está indicado o avanço da linha de caminho de ferro de Luanda até ao Lui (cf. “linhas projectadas ou em construção”), hipótese que foi acolhida com expectativa no seio da administração da Diamang. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 1570, 16 de maio de 1953, p. 106.



[14] Pormenor no Dundo, 1945
[Relatório de Simões Neves, ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]

I.3. A disciplina: da exploração à “concessão”

“De ali para o Dundo, 70km, o percurso fez-se com a facilidade proporcionada por uma das melhores estradas do Distrito. A estrada, abaulada e ladeada de acácias, permite uma velocidade superior ao normal. De súbito, a vaga claridade que sobre entre o arvoredo, denuncia a luz eléctrica das ruas e das casas. Os faróis iluminam uma grande placa onde se lê: “Dundo, Diamang”. As ruas silenciosas e iluminadas mais parecem alamedas de jardim. O carro pára entre o largo tapete de relva, florido, e um amplo edifício de linhas sóbrias, estilo colonial sem vulgaridade. (...) Sua Exa. não escondia a surpresa que lhe causava este conjunto de coisa, insinuando, a centenas de léguas do litoral, neste recanto escondido de Angola, a sugestão da África Branca, cómoda, organizada, para a qual se dirigem todos os esforços e aspirações da colonização portuguesa.”

– Visita de António Lopes Mateus à Diamang, *A Província de Angola*, 1936²⁷²

Pouco tempo depois de celebrar o primeiro ano à frente do Governo Geral de Angola, António Lopes Mateus²⁷³ passou uma semana na Lunda, no início de Julho de 1936. O propósito era visitar a Diamang; as várias minas, mas sobretudo as povoações. A viagem governamental, diariamente documentada no jornal *A Província de Angola*²⁷⁴, passou pelos principais postos da companhia, que seriam admirados pela sua organização “modelaríssima”. A “surpresa”, que lemos no relato noticioso, era causada pelos edifícios de “linhas sóbrias” e “simples”, jardins “confortáveis”, bairros “com todas as condições higiénicas” e estradas de “boa construção”. A luz eléctrica, então considerada “sinal indiscutível de civilização”²⁷⁵, destacava o dito “estilo colonial” das estruturas.

De acordo com Henrique Quirino da Fonseca²⁷⁶, nomeado dois anos antes para a chefia técnica da empresa, como primeiro engenheiro português no cargo, o evento serviu principalmente para assinalar a inauguração de “grandes melhoramentos” na Lunda. “A par da obra industrial”, defendia, a Diamang estava a patrocinar e, sobretudo, a produzir uma “obra de civilização e patriotismo (...), eco do modelar exemplo de colonização e de civilização; que pode, sem o menor receio, desafiar a comparação com qualquer empreendimento da mais adiantada ou mais próspera colónia

²⁷² “O Senhor Gov. Geral de visita à Companhia de Diamantes de Angola”, *A Província de Angola*, 7 de julho de 1936.

²⁷³ António Lopes Mateus (1977-1955) foi militar português nas campanhas em Angola e Moçambique no início do século XX. Desempenhou importantes cargos políticos, como Ministro do Interior e da Guerra. Foi governador de Angola entre 1935 e 1939 e, logo depois, nomeado presidente do Conselho de Administração da Diamang.

²⁷⁴ Jornal diário fundado em 1923 por Adolfo Pina. Considerado “marco inicial do jornalismo profissional” e o “principal jornal do território”. Financiado pelo BNU e com grande importância até ao fim do colonialismo português, cf. João Manuel Rocha (2019). “Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial”. *Ler História*, 74, pp. 213-238.

²⁷⁵ “Súmula da origem, desenvolvimento e actividade e acção colonizadora da Companhia de Diamantes de Angola”. Dundo, Junho de 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

²⁷⁶ Henrique José Quirino da Fonseca (1902-?) ingressou na Diamang em 1924. Foi o primeiro “Director Geral” da empresa, cargo que desempenhou entre 1934 e 1947. A sua curiosidade pela cultura angolana foi um dos grandes impulsos à criação do Museu do Dundo. Mais tarde passou pela administração da Companhia de Seguros Fidelidade.

estrangeira”²⁷⁷. Para trás ficavam as dificuldades das primeiras décadas de assentamento. A Lunda foi então observada como uma região “cómoda e organizada”: os “caminhos de gentio”, desconhecidos e temidos, tinham dado lugar a amplos percursos emoldurados por acácias.

A visita foi acompanhada pela publicação da “Súmula da origem, desenvolvimento e actividade e acção colonizadora da Companhia de Diamantes de Angola”. No documento seria possível ler sobre a “organização da Lunda”, a “importância capital do trabalho indígena” ou ainda a “acção colonizadora” da companhia, todos eles temas relacionados com a configuração do espaço. Entre os projectos apresentados, a empresa destacou o novo “Bairro Escola” do Dundo, assinalando o crescente ímpeto de “urbanidade” nas explorações, como veremos. Somavam-se ainda gráficos que comparavam, entre 1926 e 1936, o desenvolvimento material da região, nomeadamente das “povoações mineiras” e das estradas, e fotografias que mostravam edifícios, jardins, ruas e aldeias da Diamang²⁷⁸ – num processo com objectivos e grafismos idênticos àqueles lançados, à época, pela máquina propagandística do Estado Novo na ocasião do seu “décalogo”²⁷⁹. Mostrando estar a cumprir os antigos e ambiciosos planos territoriais de Norton de Matos e Júlio de Vilhena, a empresa defendeu estar a lançar os “alicerces de uma acção nacionalizadora”²⁸⁰. O crescimento sustentado da produção de diamantes, assim como o controlo de vendas através de canais centralizados, orientados pela Anglo-American e pelo Sindicato de Londres²⁸¹, tinham levado a Diamang a ultrapassar a Forminière²⁸² e descerrado a possibilidade de novos investimentos. Em paralelo, Ernesto de Vilhena confirmava o “trabalho constante e de muitos anos que fez com que pudéssemos virar-lhe [à companhia] a cara para o lado de cá”²⁸³. Tal não significou que a fronteira deixasse de ser uma intensa “zona de contacto”; porém, a empresa começou a disciplinar o espaço e a sua espacialização através de outros princípios.

Após a fixação dos grupos de trabalho, e mediante a prosperidade económica da exploração, a Diamang ambicionou um futuro de sólidas “fundações” espaciais. A simultaneidade dos seus papéis de “esqueleto” – base estruturante – e “andaime” – suporte externo – de uma parte do território imperial português ficou em evidência, permitindo uma consolidação do aparelho colonial na Lunda, tal como

²⁷⁷ “Admirável síntese da organização e esforço da Companhia de Diamantes de Angola”. *A Província de Angola*, 14 de julho de 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

²⁷⁸ “Súmula ...”. Dundo, Junho de 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

²⁷⁹ Para uma visão do papel da propaganda no regime do Estado Novo, a partir da batuta de António Ferro, ver, entre outros, Heloísa Paulo (1994). “Vida e Arte do Povo Português”: uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo”. *Revista de História das Ideias*, 16. Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 105-134.

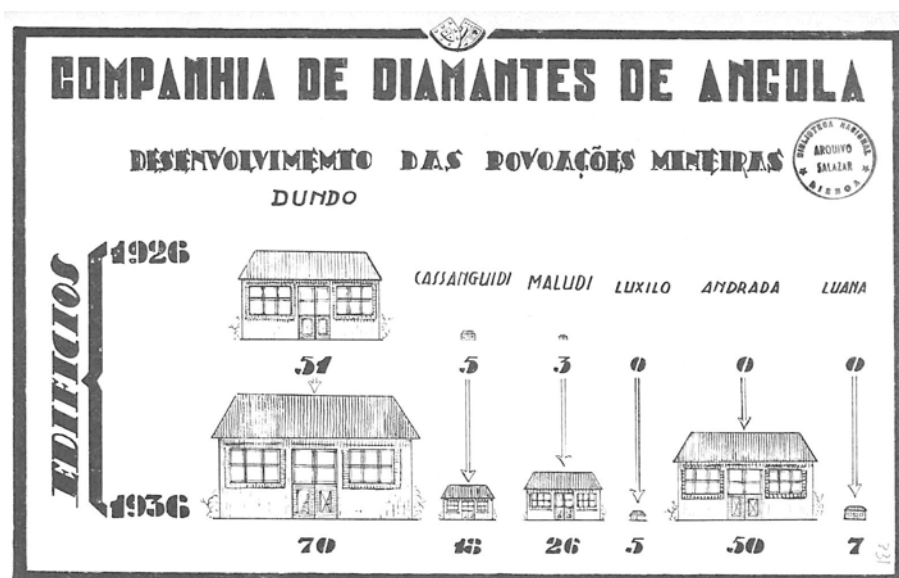
²⁸⁰ “O Sr. Governador Geral na Companhia de Diamantes de Angola. Um brilhante discurso de Quirino da Fonseca”. *A Província de Angola*, 10 de julho de 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

²⁸¹ A *Anglo-American Corporation of South Africa* foi uma empresa criada por Ernest Oppenheimer, que controlou o mercado mundial dos diamantes. Dentro deste sistema, a De Beers, a Forminière, a Diamang e Anglo-French Cast foram consideradas as “big four”, cf. “The Diamond Cartel” (1947). *Yale Law Journal*, 56, pp. 1404-1419; Colin Newbury (1987). “The Origins and Function of the London Diamond Syndicate, 1889–1914”. *Business History*, 29, pp. 5-26. Sobre a *Anglo-American* e Ernest Oppenheimer ver, entre outros, Ducan Innes (1984). *Anglo American and the Rise of Modern South Africa*. Londres: Heinemann Educational Books; David Pallister, Sarah Stewart e Ian Lepper (1988), *South Africa Inc.: the Oppenheimer Empire*. New Haven: Yale University Press.

²⁸² Em 1934, na revisão do contrato com o Sindicato de Londres, Vilhena celebrou: “As condições finalmente acordadas são superiores às concedidas às sociedades diamantíferas do Congo Belga. É a primeira vez que a Diamang ultrapassa as suas congéneres do Congo Belga. Para quem conhece a história desta Companhia, o facto que acabamos de relatar é da mais alta importância para a nossa Companhia, mostrando como ela dia a dia ao vai engrandecendo e tomando o lugar a que tem jus no mercado de diamantes”. *Relatório...*, 1934. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

²⁸³ Conferência entre o Sr. Ministro das Colónias, Ernesto de Vilhena e Simões Neves sobre o empréstimo de 100.000 contos a realizar pela companhia a Angola, 26 de abril de 1946. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

seria próprio dos mecanismos de governo²⁸⁴. As disputas com as obras públicas tinham praticamente cessado, revelando um maior entendimento sobre o papel espacial da empresa. Entre os postos mineiros, existiam mais de cento e cinquenta edifícios, descritos em 1932 como obras de “conforto moderno”²⁸⁵. O destaque facultado ao Dundo como “vila importante na organização administrativa” de Angola provava a superação do propósito inicial de extracção²⁸⁶. Não tardou, portanto, para que as primeiras cartas da zona de trabalho, desenhadas para capturar a rede mineira, fossem substituídas por registos de cada grupo e, acima de tudo, pelo traçado regulador da “Concessão”.



[15] Desenvolvimento das povoações mineiras, 1936

[Súmula da Origem, Desenvolvimento, Actividade e Acção Colonizadora da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT, AOS/D-N/2-2-1]

O presente capítulo observa as transformações do território da Diamang até ao final da Segunda Guerra Mundial. O estabelecimento da companhia em paralelo com a ocupação política do distrito da Lunda proporcionou a transferência de um papel “civilizador” entre as partes – tema a que voltaremos na terceira parte, para uma análise do ponto de vista do programa e das soluções arquitectónicas. Para além das responsabilidades como agente extractivo e económico, a empresa empenhou-se em montar um cenário de serviços diversificados, que mediou o quotidiano da vida colonial e industrial na Lunda. A cronologia, ainda que aparentemente ancorada a eventos históricos, esteve (também) relacionada com questões internas. Na primeira secção questionamos a importância das estruturas de circulação, povoamento e “estabilização” da força laboral como os ditos “alicerces” fundamentais à territorialização da Diamang. Depois, garantidos estes apoios, interrogaremos a reorganização espacial da Lunda, através da figura da “concessão”, como uma construção híbrida apoiada na disciplina urbana e numa urbanidade disciplinadora, que respondeu em simultâneo a inquietações “nacionalistas” e centralizadoras que brotaram com a instituição do Estado Novo, em Portugal, em 1933, e à necessidade de materializar uma paisagem corporativa.

²⁸⁴ Sriver (2007). “Empire-Building...”

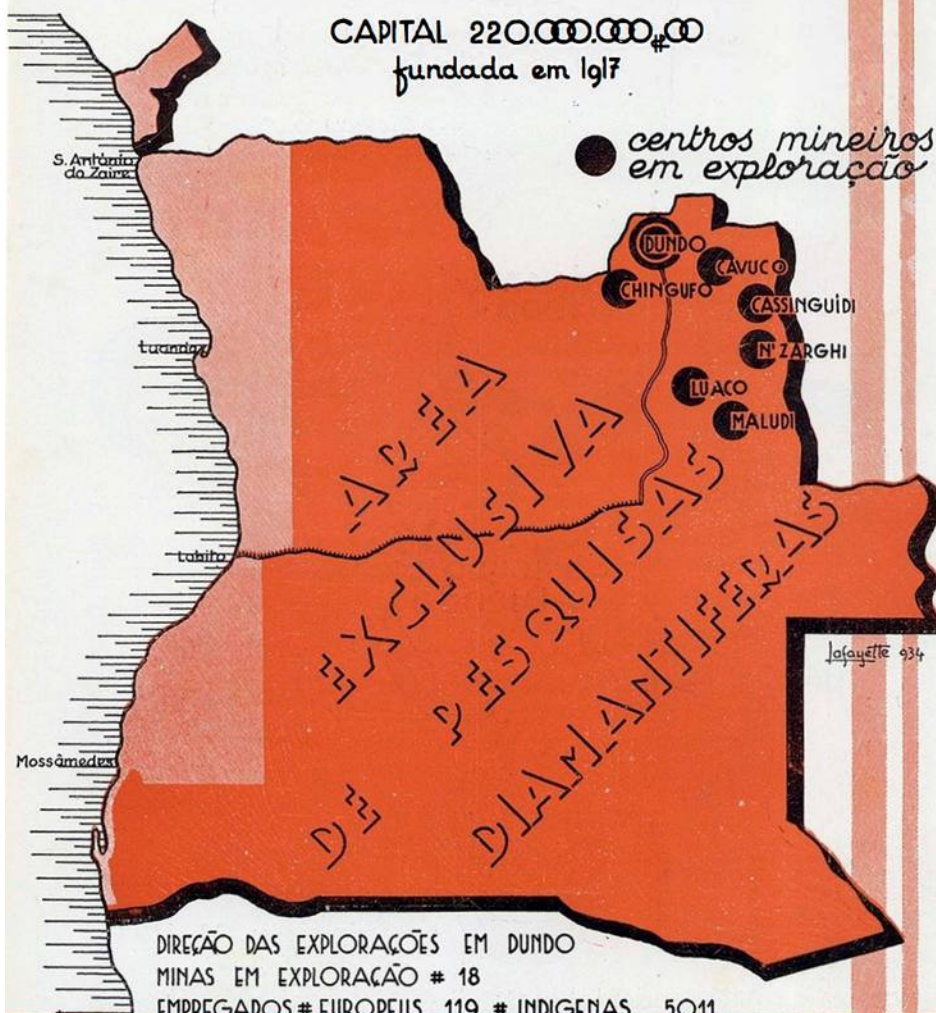
²⁸⁵ “Itinerário da viagem do Sr. Ministro das Colónias a Angola”. *Boletim Geral das Colónias*, 88 (1932).

²⁸⁶ “O Sr. Governador Geral visita a Circunscrição do Chitato, os armazéns e oficinas da CDA, a povoação do Dundo e seus arredores”. *A Província de Angola*, 8 de julho de 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

COMPANHIA de DIAMANTES de ANGOLA

DIAMANG # S.A.R.L.

CAPITAL 220.000.000 #00
fundada em 1917



DIREÇÃO DAS EXPLORAÇÕES EM DUNDO

MINAS EM EXPLORAÇÃO # 18

EMPREGADOS # EUROPEUS 119 # INDIGENAS 5011

PRODUÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 1933 # 3.033.580 QUILATES

SÉDE SOCIAL # LISBOA # RUA DOS FANQUEIROS # 12 # 2.º

ESCRITÓRIOS EM BRUXELAS # LONDRES # NEW YORK

REPRESENTANTE EM AFRICA # C.º A. BRANDÃO DE MELO

E G A LARANJA - Grv.

[16] Centros mineiros da Companhia de Diamantes de Angola, 1934

[A Província de Angola (número extraordinário), s. p.; Hemeroteca Municipal de Lisboa]

– “Alicerces” industriais: mobilidade e povoamento

“A Companhia de Diamantes lançou os alicerces de uma acção nacionalizadora, que prevalecerá, independentemente da sua própria existência, para além das estradas que rompemos, do sulco largo das nossas explorações mineiras e do casario das povoações que erguemos.”

– Henrique Quirino da Fonseca, Director Técnico da Diamang, 1936²⁸⁷

A reportagem de Julho de 1936 no jornal *A Província de Angola*, que lemos parcialmente no início do capítulo e que publicou também o discurso de Quirino da Fonseca, foi um dos vários meios de comunicação escolhidos pela Diamang para revelar o seu trabalho²⁸⁸. Se anteriormente a imprensa tinha destacado a “veia industrial” na Lunda, a partir da segunda metade da década de 1930 a companhia passou a desejar ser encarada como “elemento dos mais valiosos e positivos para o fomento [de Angola]”²⁸⁹. Entre a informação noticiada neste e outros periódicos, sobressaiu a atenção às condições materiais das explorações, convergindo com a leitura feita pela comitiva de Mateus: as estradas, das “melhores do distrito”; as povoações “bonitas e confortáveis”; as ruas largas e arborizadas, como “alamedas de jardim”; os edifícios “alegres e cómodos”, realçados pela presença constante da electricidade. O afastamento geográfico do conjunto face às grandes cidades costeiras, constantemente frisado pelas narrativas, motivava o espanto amplificado²⁹⁰.

Os “centros mineiros” da Diamang, desenhados num mapa de 1934 para a edição especial do mesmo jornal²⁹¹, foram apresentados dois anos mais tarde como “aglomerados urbanos”, de casas agradáveis e jardins floridos. A diferença, ainda que substancialmente nominal, era reveladora da imagem pretendida para o futuro²⁹². Em paralelo, surgiram nos relatórios e correspondência da companhia vários apontamentos sobre a importância da “ordem” e “embelezamento” do espaço. A forma e a imagética deste cenário remetiam para o padrão da *company town*, que à época ganhou expressão como “um dos mais eficientes e convenientes modelos de gestão do espaço, tanto em termos práticos

²⁸⁷ “O Sr. Governador Geral...”. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

²⁸⁸ Estas reportagens foram muitas vezes pagas e controladas pelos próprios visados e, por isso, os artigos, para além de reflectirem uma visão do exterior, mostram também a imagem que a Diamang quis promover de si própria nesta altura. No arquivo da Diamang, sobretudo nos *dossiers* dedicados à “publicidade”, é extensa a correspondência que atesta a vulgaridade deste processo. Por exemplo, a propósito da visita à Lunda de um jornalista do Diário de Notícias, para um número comemorativo de 1940, os representantes da companhia são claros: “Vamos controlar notas. O que quer que ele veja?”. *Vias de Comunicação*, 1936-1939. 84Y,4. UC/AD.

²⁸⁹ “*A Província de Angola*: Angola, a maior parcela do Império: número extraordinário para a Exposição Colonial do Porto”, 15 de Agosto de 1934.

²⁹⁰ Para além da epígrafe, destacam-se outros comentários, como o seguinte: “Aqui, porém, a dois passos da fronteira, neste recanto longínquo de Angola, quasi no coração da Africa, o facto assume incontestável transcendência e importância especial”, *A Província de Angola*, 10 de Julho de 1936.

²⁹¹ *A Província de Angola*, 15 de Agosto de 1934.

²⁹² Os levantamentos produzidos pela própria Diamang mostra que muito pouco teria acontecido neste intervalo de dois anos e por isso argumentamos que esta mudança constituiu acima de tudo um desejo futuro.

como políticos”²⁹³. À semelhança de tantos outros “paraísos de trabalhadores”, não só em África como noutras partes do globo²⁹⁴, os lugares da Diamang partilharam características formais desde modelo, como veremos na segunda parte. Para já, importa destacar as consequências territoriais desta mudança, que colocaram a companhia a operar em duas direcções, entendidas como complementares: as explorações e as povoações.

Numa tentativa de validar o “nacionalismo” anunciado por Fonseca através do plano construtivo, a paisagem “urbana” produzida pela Diamang foi comparada a lugares pitorescos de Portugal continental. A povoação de Maludi era descrita como “Sintra nos confins de Angola”, enquanto as planícies da região foram equiparadas ao “nosso Ribatejo”²⁹⁵. O processo, longe de original, tentou “traduzir” paisagens afectivas na organização espacial, numa ambição comum aos lugares corporativos inseridos em projectos imperiais, como notaram Robert Home para casos de Natal e da Rodésia do Norte; Ambe Njoh sobre os Camarões; Wendy Roberts na Van Diemen’s Land Company, Tasmânia; ou Benoit Henriët nas concessões de Leverville, no Congo Belga²⁹⁶. Esta seria também uma estratégia de alienação, experimentada como mecanismo de sobrevivência para lidar com as ansiedades próprias do colonialismo²⁹⁷.

A propósito das casas para funcionários e famílias europeus, observadas como “pequenos chalets para repouso”²⁹⁸, contavam-se as linhas simples, os jardins arrançados e as varandas. O imaginário americano, antes temido, passou a ser sobretudo admirado pela ordem. De modo particular, em contra-ciclo, a Diamang vivia um período próspero²⁹⁹, distanciando-se da repetida decadência e vulgaridade dos edifícios da administração colonial noutras áreas de Angola³⁰⁰. Esta “conquista” teve

²⁹³ Peter Scriver (1999). “Company Towns: A Neocolonial Perspective”. *ACSA International Conference*, pp. 291-295.

²⁹⁴ Crawford (1995). *Building the Workingman’s Paradise...*; Borges e Torres (2012). *Company Town...*

²⁹⁵ *A Província de Angola*, 10 de Julho de 1936. UC/AD.

²⁹⁶ Robert Home (2010). “From barrack compounds to the single-family house: planning worker housing in colonial Natal and Northern Rhodesia”. *Planning Perspectives*, 15, pp. 327-347; Ambe Njoh (2007). *Planning Power. Town planning and social control in colonial Africa*. UCL Press (em particular o capítulo “Mining and plantation company towns”), pp. 188-200; Roberts (2014). “Company Transfer...”; Henriët (2021). *Colonial Impotence...*

²⁹⁷ Ranajit Guha (1997). “Not at Home in Empire”. *Critical Inquiry*, 23, pp. 482-493.

²⁹⁸ “Súmula ...”. Dundo, Junho de 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/1.

²⁹⁹ Se o fulgor da retórica imperial, assinalado pela promulgação do Acto Colonial, em 1930, demorou a traduzir-se no espaço ultramarino, uma vez que os investimentos públicos tinham sofrido pela crise mundial após o *crash* da bolsa de Nova Iorque, o mesmo não aconteceu na paisagem da Lunda, bem pelo contrário. A Diamang integrava então os chamados “big four” da indústria de diamantes, agrupados no Sindicato de Londres e na Diamond Corporation (ver nota 275), cujos canais exclusivos de vendas garantiram gestão eficiente do mercado e uma boa resposta à acelerada industrialização em curso. Em particular, a Diamang relatou uma “situação pouco vulgar de prosperidade”. *Relatório apresentado pelos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola*, 1933. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/1. Sobre a indústria dos diamantes ver “The Diamond...”

³⁰⁰ A título de exemplo, leia-se o relato de Bento Roma como Governador da Huíla, em 1929: “Tudo isto está em ruínas. Tirei várias fotográficas. O cemitério, onde estão os restos das vítimas do massacre, está limpo de fresco mas mostra ter estado completamente abandonado há muito tempo. Souberam da minha visita e vá de limpar e cair. No posto há duas casas velhas e ordinárias. Uma, em que está o secretário, tem três compartimentos, a outra dois. São de pau a pique. Pelo chão, no meio do mato, restos de carros boers, duas bombas de relógio ainda aproveitáveis, uma charrua, uma grade, tudo abandonado. A sanzala dos cipaios, no reduto em ruínas que serviu à instalação da 15ª companhia indígena após a reocupação, é uma estrumeira. Porcaria e só porcaria. Abandonado também, um barco de ferro, com o fundo roto. Precisa de um fundo novo. Em contraste, vê-se, do outro lado do rio no posto de Kurinkur, branquejar as boas casas da autoridade inglesa, cobertas com zinco que o Auangua roubou, após o massacre, das nossas casas do Cuangar. É urgente olhar para tudo isto. Daqui até ao Mucusso o nosso território está todo despovoado. Fugiu tudo para o lado de lá”. *Relatório do Distrito da Huíla, Intendência do Cubango*, 1929, por Bento Roma, AHU [sem cota], p. 26. Ou ainda, o relatório de inspecção a Malange, em 1944: “Serviços Públicos em Angola, Malange: hospital é a designação que por mero eufemismo

como “alicerces” vários projectos de “ocupação” do território, cujos contornos granulares e diversos níveis de sucesso propomos entender de seguida. Começamos na década de 1920, nos campos da circulação e do povoamento, com as propostas inaugurais de desbravamento da Lunda. Depois, analisamos a criação do Serviço de Apoio à Mão de Obra Indígena, já no fim da década de 1930, como consequência destes movimentos e impulso para etapa que permitiu à Diamang consolidar e aparentemente “controlar” a sua paisagem.

Entre a circulação e os planos de “fixação”

O lançamento dos “alicerces” da Diamang decorreu de uma maior firmeza suportada por várias tentativas de controlo do território. Garantidos os limites e o acesso à Lunda, na escala ampla que explorámos no capítulo anterior, faltava povoar e circular pela região. A mobilidade de pessoas, materiais e informação, assim como a fixação de um crescente número de trabalhadores, apareceram como “problemas capitais” da exploração³⁰¹ e tornar-se-iam matérias dominantes até 1935. Apesar da relativa coesão territorial que se observa nos mapas produzidos pela empresa, os grupos de trabalho da companhia eram, em termos práticos, bastante distantes. Para chegar ao Luaco, por exemplo, o posto mais afastado do Dundo, era preciso percorrer cento e cinquenta quilómetros, que, naquele início do século, se traduziam em muitas horas de viagem.

As dificuldades de circulação estavam associadas ao insucesso do povoamento e, por isso, ambos os temas foram vistos como variáveis da mesma equação. Logo em 1922, dando seguimento ao pacto com o governo colonial, Vilhena tinha sugerido a mobilização de quinhentas famílias para a região das minas, repisando a antiga ideia dos “centros de colonização”, já estudada a propósito da Companhia da Lunda. Esperou-se que esta fixação permitisse alavancar a exploração e assinalar a presença colonial portuguesa³⁰², em simultâneo, mas a ambição esbarrou com os obstáculos de acesso ao Dundo: não só falhavam as estradas, pelas “numerosas e íngremes rampas, curvas perigosas, baixas alagadas”³⁰³, como continuavam as emboscadas por parte de grupos locais, desafiando a “pacificação” da região³⁰⁴. Por outro lado, os técnicos da empresa queixavam-se da presença de “condenados” nas (poucas) brigadas de Obras Públicas a operar nas estradas do distrito, a quem atribuíam alguns dos episódios de desacato³⁰⁵.

aqui se bem aplicando a um aglomerado de casebres de adobe e pau a pique situada na rua principal da cidade. As obras do novo hospital estão atrasadas. As construções mais antigas já necessitam de reparações urgentes para não tombarem em ruínas. (...) São ainda as construções provisórias, de adobe e pau a pique, muito frequentes nos postos administrativos e grande número de circunscrições”. AHU, ISAU/A2.01.002/012.00067.

³⁰¹ “Súmula ...”, 1936. A percepção mudou bastante e com rapidez, uma vez que nos primeiros anos de trabalhos da Diamang, a Lunda foi descrita como uma região populosa, onde o “problema” era apenas a falta de “disciplina e regularidade”. Terão sido as campanhas de pacificação a despovoar aquela área.

³⁰² Como mostra a proposta bastante mais ambiciosa de Norton de Matos, que sugeriu a deslocação de 2000 pessoas para aquela região de Angola. *Companhias Coloniais*. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

³⁰³ “Vias de comunicação da zona mineira com o exterior”. Carta de Vilhena para Gleen Newport, Director técnico da CDA, 20 de agosto de 1922. *Vias de Comunicação*, 1933. UC/AD.

³⁰⁴ Apesar da “pacificação” da Lunda ter sido anunciada em 1923, os confrontos continuaram pelo menos até ao fim dessa década. René Pélissier (1986). “Da borracha aos diamantes: a submissão da Lunda (1894-1926)”. *História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Editorial Estampa, pp. 351-397.

³⁰⁵ Na Diamang foi reportada a existência de “vários condenados brancos empregados em diferentes pontos das estradas da Lunda e muitos chegam sem escolta. Este é outro dos problemas da Lunda”. *Vias de Comunicação*, 1933. UC/AD.

Na urgência de ultrapassar a situação, foi construída uma rede ampla de “postos de estrada” (nomeados “*postes routiers*”) ao longo dos percursos terrestres, entre os grupos de trabalho. Este seria o primeiro mecanismo de protecção dos caminhos por onde transitavam mercadorias, empregados e numerosos contingentes de trabalhadores. Um mapa de 1927, enviado para Lisboa, ilustrou a disposição equidistante de vinte e quatro postos, ao longo da estrada sul-norte de acesso ao Dundo, e depois dali até aos grupos de exploração³⁰⁶.

Não tendo sido possível aferir os contornos mais específicos destes lugares, a solução parece ter reproduzido em traços largos o projecto das “*village routiers*” organizado pela Forminière nos anos anteriores³⁰⁷, sugerindo a presença de povoações semelhantes. De acordo com um relatório de Raymond Buell, de 1928, a companhia belga tinha construído vinte destas aldeias em torno de Tshikapa, com cerca de nove famílias cada, a quem teriam sido oferecidas casas de tijolo. Os principais objectivos eram a plantação de árvores de fruto e, tal como na Lunda, a manutenção das estradas ao longo das quais as aldeias se erguiam. Para além dos desígnios imediatos, a empresa belga esperava que a oferta destas condições fosse suficiente para manter as comunidades na região e, conseqüentemente, garantir mão de obra³⁰⁸. De acordo com Arnaud George, que, à época, publicou um artigo sobre as minas de diamantes no Congo Belga, estas aldeias eram a resposta inicial à necessidade de “verdadeira colonização” da região³⁰⁹. Por outro lado, como ficará evidente ao longo do trabalho, seriam também o princípio das “políticas de estabilização”, fundamentais à presença das companhias mineiras e que utilizaram a arquitectura e a habitação como principais alavancas.

Firmados os postos ao longo das estradas, voltou a insistir-se no plano para a “fixação de famílias” na Diamang. O novo esquema, traçado em conjunto pela companhia e pelo Alto Comissariado de Angola em 1928, expondo o interesse de ambas as partes na mobilização “comunitária” na Lunda, seria mais contido, consistindo no deslocamento de duzentas e cinquenta famílias bailundas, metade do Bié, metade do Moxico³¹⁰. Ao governo cabia garantir a “angariação” e o transporte, numa proposta que já considerava o papel de “recrutador” atribuído ao estado colonial³¹¹. Já na Lunda, a companhia ficou responsável pela distribuição equitativa deste grupo por cinco “centros” – numa insistente reprodução de linguagem, notamos –, a organizar junto aos principais lugares de exploração. De acordo com o projecto, as comunidades africanas seriam “contratadas” para uma primeira etapa de trabalho, durante a qual deveriam construir as suas próprias casas em adobe, para depois se ajustarem às tarefas “devidas”: “homens nas minas e famílias [mulheres e crianças] nas plantações”³¹².

³⁰⁶ *Rapport 14*, 1927. ANTT, PT/TT/HB/C-2/5/1/14.

³⁰⁷ Estas aldeias terão sido construídas em 1919, para premiar os trabalhadores com mais de oito anos de serviço. Foram resultado das significativas manobras de deslocação de homens e famílias para junto de locais de exploração por todo o Congo Belga, em companhias como a Forminière ou a Huilleries du Congo Belge (HCB). Raymond Buell (1928). “The native problem in Africa, vol. II”. *Bureau of International Research*. Harvard University e Radcliffe College, p. 560; Jules Marchal (2008). *Lord Leverhulme’s Ghosts: Colonial Exploitation in Congo*. Nova Iorque: Verso.

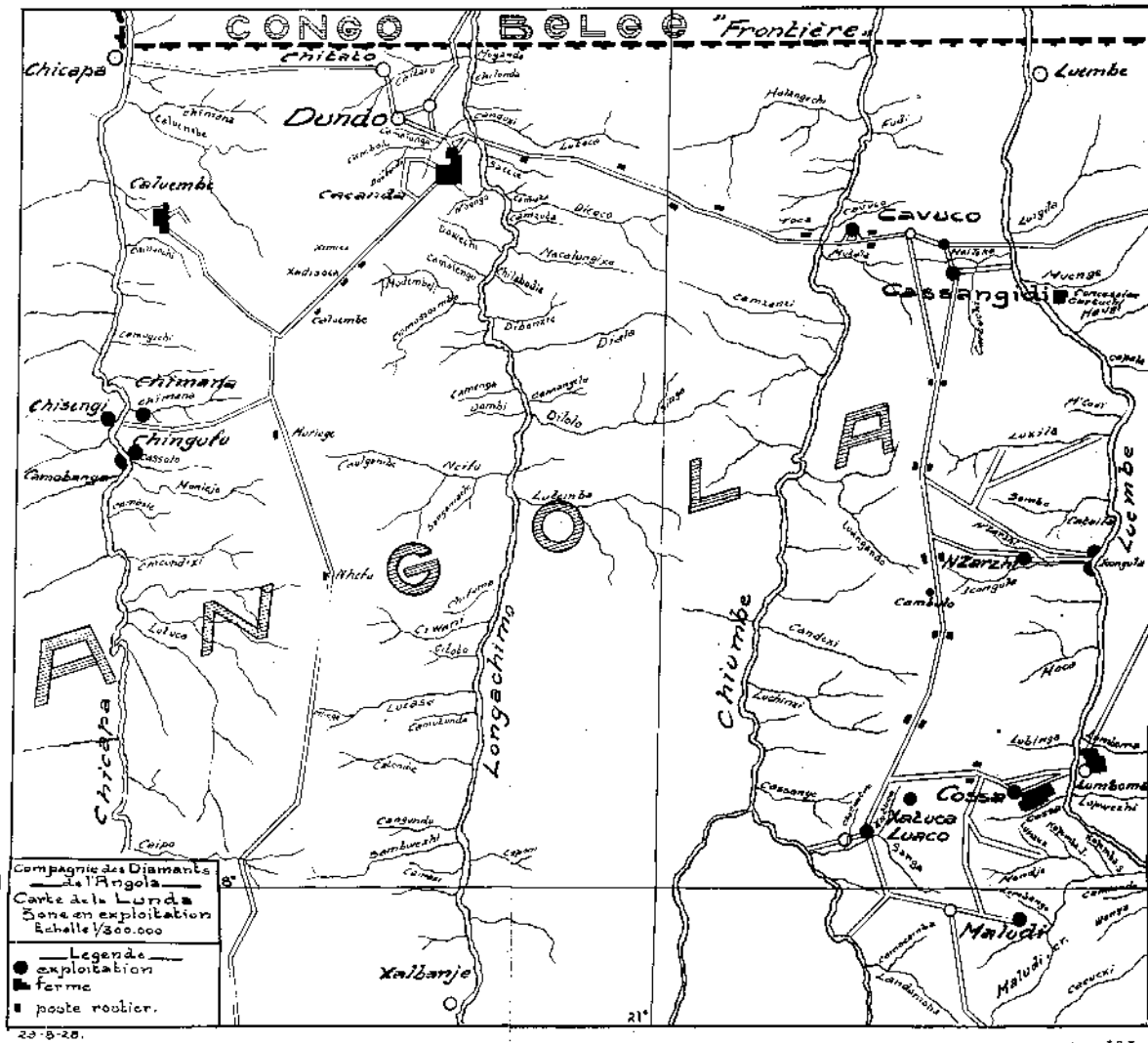
³⁰⁸ Buell (1928). “The native problem...”.

³⁰⁹ Arnaud Georges (1925). “Les mines de diamant du Congo Belge”. *Annales de Géographie*, 34 (187), pp. 90-91.

³¹⁰ Os bailundos são um subgrupo dos Ovimbundos, uma etnia banta que ocupava o planalto central em Angola, entre o Huambo, Bié e Benguela. O Reino do Bailundo foi fundado nesta região por volta do ano de 1700 por Katiavala.

³¹¹ O recrutamento de trabalhadores para a Diamang esteve exclusivamente a cargo das autoridades administrativas de Angola até 1966, conforme previsto pela legislação colonial. Para uma análise aprofundada sobre as questões laborais na Diamang ver Cleveland (2015). *Diamonds...*; Santos (2016). “Capital...; Monteiro (2017). “A internacionalização...”

³¹² “Settlement of native families in Lunda”, 1927. UC/AD.



[17] Rede de “postes routier” na Lunda, 1928
 [Rapport 14, ANTT/HB-C/2-5-1-14]

Reforçando a admiração pelo exemplo vizinho, a Diamang afirmou procurar “resultados análogos” à Forminière³¹³. A empresa belga ostentava bons resultados económicos devido à “bem sucedida colonização” da sua região mineira com homens e famílias balubas, que eram reconhecidos pela sua excelente experiência técnica em trabalhos extractivos³¹⁴. Através de um entendimento claro da importância da “legibilidade” do espaço e, por isso, apostando na construção de aldeias semelhantes àquelas que trabalhadores e famílias habitavam na origem, tanto aquela companhia como a Union Minière tinham ganho destaque como boas empregadoras, atraindo muita mão de obra, inclusive saída de Angola³¹⁵. Neste âmbito, o povoamento esteve estreitamente relacionado com questões de raça

³¹³ Relatório de Brandão de Melo para o Governo de Malange sobre o “povoamento da região”, 24 de maio de 1938. *Mão de Obra*, 36°. UC/AD.

³¹⁴ Os balubas – ou Luba – foram uma das tribos hegemónicas na região do Cassai. Construíam as suas casas de adobo e capim ao longo de lagos e rios, revelando significativa capacidade técnica. Pierre de Maret (1979). “Luba Roots: The First Complete Iron Age Sequence in Zaire”. *Current Anthropology*, 20, pp. 233-235. University of Chicago Press. Pela sua experiência, a Diamang considerava os balubas como “auxiliares preciosos”. “Relatório sobre Mão d’Obra Indígena, entregue ao Dr. Manuel Pereira Figueira, curador geral dos serviços e colonos, na visita ao Dundo, de junho de 1938”. *Mão de Obra*, 36°. UC/AD.

³¹⁵ René Van Nitsen (1933). *L’hygiène des travailleurs noirs dans les camps industriels du Haut-Katanga*. Bruxelas: Institut

e género, através da atribuição de características a determinados grupos étnicos ou nas dificuldades impostas pelas mulheres, como mostram estes exemplos e outros que apresentaremos ao longo do trabalho, reforçando a importância de análises complexas, interdisciplinares e certamente menos dualistas do planeamento do espaço e da arquitectura em território colonial³¹⁶.

Apesar das intenções, a Diamang desistiu da “transferência” de pessoas devido à falta de meios, resistência da comunidade local e menor escala de trabalho face às empresas belgas. Mais tarde, já na esteira do clima “social” da década de 1950, seria a própria companhia a reflectir sobre a “impossibilidade” e, sobretudo, a “inconveniência” das “deslocações em massa para a zona das minas”, admitindo ter esbarrado na oposição da população³¹⁷. Destas primeiras “experiências esperanças”³¹⁸ ficou sinalizado o início do envolvimento da Diamang na questão da habitação, na gestão global do território e na mobilização das ferramentas de desenho do espaço, uma vez que as matérias e estratégias de “povoamento” se tornariam assuntos constantes, como analisaremos noutros capítulos. Por outro lado, sobressaía a resistência da comunidade local, que se prolongaria igualmente e de forma persistente durante a actividade na Lunda. Ou seja, o putativo “poder infraestrutural” da Diamang, não obstante os inúmeros esforços na sua materialização, tornou-se eficaz em termos económicos, mas foi sempre uma concretização frágil do ponto de vista social.

Os registos fotográficos de Luiz Carrisso, botânico português³¹⁹, durante missão a Angola neste exacto período³²⁰, revelam como os chamados “bairros de indígenas” junto às minas foram, de facto e desde cedo, lugares fundamentais para escorar o imaginário espacial da Diamang³²¹, no possível *reajuste*

Royal Colonial Belge, pp. 6, 7 e 122; Richard Derksen (1983). “Forminière in the Kassai, 1906–1939”. *African Economic History*, 12, p. 53; John Higginson (1988). “Disputing the Machines: Scientific Management and the Transformation of the Work Routine at the Union Minière du Haut-Katanga, 1918-1930”. *African Economic History* 17, p. 4. Tanto Nitsen como Higginson referem o fraco desempenho dos trabalhadores recrutados em Angola, devido a pneumonias e à falta de treino laboral. Não obstante, em 1929 a Union Minière empregava mais de 4000 homens oriundos de Angola.

³¹⁶ Cheng *et al.* (eds.) (2020). *Race and Modern Architecture...*

³¹⁷ Em 1952, em exposição ao Ministro das Colónias, e reflectindo sobre o passado, Vilhena escreveu: “Não é questão de tornar mais atraente a deslocação prevista, como se tem dito; não nos custa fazê-lo mas ainda que o fizéssemos, o resultado continuaria a ser nulo, porque o óbice fundamental reside na repugnância do indígena em deslocar-se, a título definitivo, para outras terras, a qual aparece reforçada pela oposição da autoridade local á redução dos recenseados da sua área. Uma experiência, que fizemos em 1927/1928, com bailundos, e que se afigurava esperanças, nada deu (...). Se a fixação, lenta e gradual de elementos de outras populações não têm dado resultados, a sua deslocação em massa para a zona das minas impossível é também, e mesmo inconveniente. O exemplo da Forminière nada adianta, porque o que ela fez logo no início da organização das suas explorações, fortemente auxiliada pelos Governos da Colónia (e a esse auxílio deve ela uma grande parte dos seus sucessos), a deslocação para outras regiões do indígena quioco e a sua substituição por balubas, gente forte, hábil, muito superior á primeira, pode ela efectua-la então, mas já o não poderia fazer hoje, sem levantar contra si observações e protestos na Colónia e mesmo na Metrópole. Pensou o Alto Comissário Norton de Matos em fazer enviar para a Lunda 2.000 famílias de luanas do Moxico; pois, não obstante ser um homem de fortes determinações e de real autoridade, não conseguiu levar por diante o seu propósito, embora por nós veementemente apoiado, porque, por esse tempo, iniciada apenas a nossa exploração, e ainda inaproveitada a grande massa da população circunjacente, fácil era instalar localmente todos os indígenas estranhos que nos enviassem”. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

³¹⁸ *Companhias Coloniais*. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

³¹⁹ Luiz Wittnich Carrisso (1886-1937) foi professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e Director do Instituto Botânico Júlio Henriques. Carrisso dedicou a sua investigação a África, abordando temas como a botânica, a chamada “ocupação científica” e problemas sociais das colónias portuguesas.

³²⁰ Sobre a missão de Carrisso em Angola, que se desenvolveu em três viagens entre 1927 e 1937, ver Helena Freitas, Paulo Amaral, Alexandre Ramires e Fátima Sales (coord.) (2005). *Missão botânica: Angola [1927-1937]*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

³²¹ Jorge Varanda (2007). “O Biombo de Fotos /The Screen of Photos”. Paulo Bernachina e Alexandre Ramires (orgs.) *Missão Botânica: Transnatural – Angola 1927-1937*. Coimbra: Artez, pp. 5-35.

entre as partes. Numa das imagens, capturada na região do Luaco, possivelmente da mina de Xateca 1³²², a companhia e o olhar colonial quiseram mostrar a ordem das cubatas circulares, cobertas de capim, alinhadas num espaço livre de qualquer vegetação, acessível por um troço regular e dotado de sistema de escoamento de águas. Ao fundo, outras aldeias, também aparentemente ordenadas, completavam esta paisagem, aparentemente salubre e controlada.



[18] Minas de diamantes do Luaco (Lunda). Bairro de trabalhadores indígenas, julho de 1927
[Documentário Africano, expedição de Luís Carrisso a Angola, UC/DCV]

Neste ponto, cumpre notar a sintonia entre a estratégia da Diamang e os planos de “vilas modelo” gizados no ano anterior no seio do aparelho português – sem prejuízo da proximidade destes espaços com o imaginário mineiro, que aprofundaremos mais tarde. António Damas Mora, responsável pelos Serviços de Saúde de Angola, tinha abordado à época a “aldeia” como um instrumento essencial para “resolver” problemas sanitários, demográficos, económicos e sociais³²³. Era uma visão holística e, acima de tudo, bastante promissora no seio da conjuntura internacional que debatia o tema da “higiene” colonial³²⁴. Remetendo para genealogias mais longas, qualquer um destes planos reproduzia as directrizes do “Regulamento de salubridade das edificações urbanas” e do “Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província de Angola”, da década anterior, que exigiam habitações enfileiradas e afastadas, a “limpeza, conservação e alinhamento” das estradas, a deslocação das aldeias para junto destes troços de circulação ou ainda a plantação de árvores para garantir sombra e madeira para construção, tudo em nome da “higiene pública e particular”³²⁵. Neste âmbito, os

³²² “Minas de diamantes do Luaco (Lunda). Bairro de trabalhadores indígenas. Julho 1927”. Expedição de Luís Carrisso a Angola, 1927. Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências da Vida, Arquivo Fotográfico de Botânica, Documentário Africano, PT-UC-FCT-BOT/F/03-205. A mina não é identificada, mas um apontamento na fotografia, ainda que incompleto, revela esta localização.

³²³ Samuel Coghe (2017). “Reordering Colonial Society: Model Villages and Social Planning in Rural Angola, 1920–45”, *Journal of Contemporary History*, 52 (1), pp. 16-44.

³²⁴ Ver, por exemplo, Maynard Swanson (1977). “The Sanitation Syndrome: Bubonic Plague and Urban Native Policy in the Cape Colony, 1900-1909”. *The Journal of African History*, 18 (3), Cambridge University Press, pp. 387-410.

³²⁵ *Regulamento das circunscrições administrativas da Província de Angola*, Portaria nº 375 de 17 de abril de 1913, cf. Isabel Castro Henriques e Miguel Pais Vieira (2013). “Cidades em Angola: construções coloniais e reinvenções africanas”.

planos de Mora tinham voltado a colocar a tónica na matéria e a Diamang mostrou estar sintonizada, alinhando no mesmo sentido.

É relevante notar que o plano de “fixação” expôs um território por controlar – ao arrepio da ideia de “transplantação” que seria proposta nas décadas seguintes. Sem núcleos regularizados, a Diamang estava, neste princípio, a (tentar) angariar e a “estabilizar” unidades que se mantinham em circulação. O nomadismo e volatilidade espacial, próprios da população local – e que constituíram importantes estratégias de resistência ao poder colonial em geografias próximas, revestidas de várias ambiguidades³²⁶ –, assustavam os actores “europeus” em Angola, desafiando um terreno que se quis previsível. Esta questão leva a um segundo ponto: as sucessivas tentativas de mobilização de recursos humanos que evidenciaram relações de dependência no acesso ao território. Por isso, para além do aparente controlo físico do espaço da habitação, a Diamang cedo se empenhou em afirmar a sua capacidade edificatória no vasto campo das comunicações. À escala ampla, que vimos anteriormente, somou-se a necessidade de tecer uma teia local. Abertas as principais estradas e picadas de acesso às minas, a companhia embarcou num conjunto de projectos, assumidos como “experimentais”. Primeiro, avançou com a construção de uma rede de postos radio-telefónicos que, não obstante o carácter empírico, permitiu a circulação rápida de informação entre todos os grupos de minas³²⁷.

Depois, de um modo mais expressivo, a empresa apostou na extensão e consolidação da rede viária, que se tornaria uma das suas “imagens” e que foi apresentada na “Súmula” de 1936 como uma “volta completa a Portugal”, totalizando mais de 1460 kms³²⁸. Com intuito de garantir a circulação e dotar a região de “estradas definitivas”, as equipas técnicas da Diamang rapidamente implementaram vários testes para desenhar um “método persistente e contínuo” de construção e manutenção dos troços terrestres na Lunda³²⁹. As propostas visavam a utilização de mecanismos endógenos, como o salalé³³⁰, uma vez que se tinha entendido que a “macadamização ou outro método europeu” não seriam “práticos ou justificáveis” em regiões arenosas como aquela. Um dedo crítico era apontado à falta de preparação das autoridades coloniais, particularmente aos engenheiros das obras públicas, que, por exemplo, insistiam na colocação de cascalho nas estradas da região do Dala³³¹. Para além do sentido prático, visando uma melhor circulação entre minas, as tentativas esclareciam o intuito da

Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais, Nuno Domingos e Elsa Peralta (orgs.). Lisboa: Edições 70, pp. 24 e ss.

³²⁶ Considere-se, por exemplo, o caso das “*villages doublures*” nas *Huilleries* do Congo Belga, cf. Henriët (2021). *Colonial Impotence...*, pp 75. e ss; ou os debates e práticas associadas à “mobilidade” das comunidades africanas na região de Mwinilunga, na Zâmbia, cf. Pesa (2014). “Moving along ...”

³²⁷ “Instalação de postos radio-telefónicos experimentais: localização das experiências”, 1935. UC/AD.

³²⁸ “Súmula da origem, desenvolvimento e actividade e acção colonizadora da Companhia de Diamantes de Angola”. Dundo, Junho de 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D/N/2/2/1.

³²⁹ *Vias de Comunicação*, 1 de setembro de 1936 a 20 de setembro de 1939. 84Y,4. UC/AD.

³³⁰ O salalé, também chamado de formiga-branca ou termite, tem a capacidade de fazer construções com grande resistência mecânica e às intempéries. A terra de salalé é, por isso, um material excepcional para combater as superfícies arenosas que se encontram nos planaltos em Angola, funcionando como um cimento rijo e compacto. Luiz Carisso detalhou alguns destes aspectos na sua missão botânica a Angola; sobre o salalé, em particular, Sandra Xavier (2005). “Numa estreita vereda aberta na floresta: botânica, iconografia, território”. *Missão Botânica Angola 1927-1937*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 87-88.

³³¹ Na correspondência entre Jorge Barros e Pinto Ferreira, representante e engenheiro da Diamang, respectivamente, a propósito das “experiências com asfalto”, lê-se que “o Governo Geral [de Angola] está desapontado com os engenheiros Colaço e Castilho, que estão na delegação de Obras Públicas de Malange”. *Vias de Comunicação*, 1936-1939. UC/AD.

empresa em contribuir para o protocolo construtivo da colónia. No que diz respeito às estradas, este propósito ficou ainda mais visível durante a criação da Brigada de Estradas de Angola, já na década de 1940³³², que impulsionou a Diamang a investir em estudos mais detalhados.

Em paralelo, e dando fôlego aos esforços, foram organizadas equipas permanentes de cantoneiros, que se fotografaram para vários relatórios da empresa. Contrariamente à importância concedida às experiências materiais anteriormente referidas, justificou-se que “o problema das estradas no interior de Angola não é um problema técnico (...), simplesmente de conservação”³³³. A cada equipa de 150 homens, orientada por “um capataz europeu, dois cipaies e auxiliares indígenas à razão de 1 para cada 5 trabalhadores”, seria atribuído um “cantão com extensão de 50 a 100km”. À semelhança da maioria das brigadas públicas, todos os elementos viviam nos locais de trabalho, sendo a habitação assumida num carácter temporário e mobilizada com o avançar das obras. Os trabalhadores eram alojados em vários “acampamentos de capim”, enquanto o capataz habitava uma “casa de adobe pintada a encarnado e branco”³³⁴, numa também corriqueira lógica de hierarquização laboral e social através da materialidade do alojamento.

As consequências deste trabalho tornaram-se visíveis: em 1932, para além de elogiar o “aspecto” das povoações da companhia, o ministro Armindo Monteiro aplaudiu também a estrada de acesso ao Dundo, descrita como “uma das melhores de Angola”³³⁵. E, de facto, até à década de 1950, este troço apareceu nos mapas viários da colónia como uma das poucas estradas asfaltadas nas regiões do interior, iluminando a relevância vincada da Diamang³³⁶. Estatísticas oficiais desse ano confirmam que um terço dos 700 quilómetros de estradas construídos em Angola pertenciam à zona de exploração mineira da Lunda³³⁷. Nas reuniões do Fundo de Fomento de Angola, ao longo da década de 1930, seria notado o papel “absolutamente indispensável” das estradas para apoiar os trabalhos da Diamang³³⁸. À época, foram reportadas disputas sobre os possíveis troços viários na região, que a companhia abordaria com uma ligeireza sustentada pela sua capacidade de acção³³⁹. Tanto assim seria que, de acordo com as notas destes encontros, a empresa não estava incluída nas obrigações previstas pelas directivas governamentais, podendo trabalhar livremente na abertura de novas picadas e trajectos³⁴⁰.

Mais tarde, expandindo esta matéria, a Diamang desenhou um minucioso plano de acção em várias fases, que foram do projecto à construção, execução, conservação e reparação das estradas. Este

³³² Foi perante a contratação do engenheiro Rangel de Lima para estudar os troços viários mais importantes de Angola, a propósito da criação da Brigada Autónoma de Estrada, em março de 1943, que a Diamang investiu nos estudos.

³³³ Correspondência entre Jorge Barros e António Pinto Ferreira, 21 de janeiro de 1943. *Vias de Comunicação*, 1 de setembro de 1936 a 20 de setembro de 1939. 84Y,4. UC/AD.

³³⁴ *Vias de Comunicação*, 1 de setembro de 1936 a 20 de setembro de 1939. 84Y,4. UC/AD.

³³⁵ *Boletim Geral das Colónias*, 88, p. 244.

³³⁶ Cf. mapa “Classificação da Rede de Estradas em Angola, 1946”, apresentado na Conferência Internacional dos Transportes da África Central, em 1950. AHU, OP09394.

³³⁷ “Companhia dos Diamantes de Angola”, *Portugal Colonial*, 21, Novembro de 1932, pp. 28 e 29.

³³⁸ Reunião da Comissão Administrativa do Fundo de Fomento, 15 de julho de 1939. *Vias de Comunicação*, 1 de setembro de 1936 a 20 de setembro de 1939. 84Y,4. UC/AD.

³³⁹ Por exemplo, a propósito da construção de estrada entre Saurimo e o Bié, o governador do Moxico teria bloqueado o projecto e exigido que o troço servisse também a capital do seu distrito. “Vias de comunicação da zona mineira com o exterior”. *Vias de comunicação*, 1933. UC/AD.

³⁴⁰ Reunião da Comissão Administrativa ... *Vias de Comunicação*. 84Y,4. UC/AD.

plano, firmado em 1947 – e, portanto, já contextualizado numa época mais tecnicista –, introduziu um protocolo baseado em perfis desenhados e cálculos específicos. Segundo a proposta, as várias estradas da zona mineira, então categorizadas em vias “principais”, “secundárias”, de “perfil normal” ou “meio perfil”, deveriam passar a obedecer a um esquema que regulava diferentes aspectos: traçados coincidentes com cumeadas, cilindragens de terra e saibro, raios mínimos, larguras estandardizadas (7 metros para as estradas principais e 5 metros para as estradas secundárias), pendentes máximas, bermas de meio metro, entre outras directrizes muito particulares. Na sua execução foi ainda prevista a construção sistemática de drenos, a limpeza de capim em faixas de 6 metros de cada lado da estrada e, a emoldurar o trajecto, a plantação de cássias a 1 metro das bermas e com 10 metros de intervalo.



[19] Estrada da Lunda, emoldurada por cássias, 1940

[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 118]

Esta especialização acompanhou os avanços do aparelho público³⁴¹, mas sempre com destaque para a eficácia da Diamang, sobretudo devido às equipas de manutenção. Para garantir uma reparação eficaz na Lunda, foi montada uma hierarquia de trabalho que suplantava a organização anterior, segmentando a teia viária: os troços foram divididos em cantões de 2km, cada um com o seu cantoneiro; no conjunto de 20km haveria um capataz; e, no topo da hierarquia, ainda um “capataz geral”, responsável por 60km de estrada. Por fim, instituiu-se a exigência de preparar um plano de “reparação” anual, a submeter a aprovação superior, para que os troços viários se mantivessem em perfeitas condições de circulação³⁴². Enquanto outros serviços em Angola reportavam a crónica falta de meios humanos, materiais e económicos para concretizar projectos nas estradas da colónia³⁴³, a companhia sustentou uma capacidade de execução fora do vulgar.

³⁴¹ Cf., por exemplo, “Conferência Internacional dos Transportes da África Central – Estradas, 1950”. Repartição de Estradas e Aviação, Serviços de Obras Públicas. AHU, OP9394.

³⁴² Ordem de Serviço nº 63-D/47, 8 de setembro de 1947. *Vias de Comunicação*, 1944-48, 84Y. UC/AD.

³⁴³ A título de exemplo, ver *Relatório da Repartição Central Serviços de Obras Públicas*, de 1954, por José Rodrigues Moutinho. AHU, OP1107.

A “estabilização” territorial e laboral

As notícias sobre a Diamang, em 1936, mostraram a paisagem mineira como um conjunto exemplar. Para além da visita aos centros das povoações, a comitiva de Lopes Mateus teve ainda oportunidade de observar alguns espaços reservados para a mão de obra africana. À passagem por Cassanguidi, por exemplo, tinham impressionado as aldeias com “habitações de tijolo, amplas, alinhadas”, que se disseram ser “nova prova de espírito organizador e de bom cuidado que os indígenas merecem à companhia”³⁴⁴. Sobressaía também o hospital de Cassanguidi, em tijolo, considerado “irrepreensível”, onde trabalhadores e famílias poderiam encontrar auxílio médico exclusivo. Qualquer um dos lugares tinha sido recentemente construído ou estava em construção, tornando também ali evidente o anunciado momento de transformação espacial.

Longe dos olhares públicos, porém, esta aparente “ordem” estaria a ser questionada. Na esteira das dificuldades inaugurais, a (escassa e, acima de tudo, volátil) presença de mão de obra africana continuaria a ser ventilada em relatos particulares como o “problema capital” da companhia³⁴⁵. Até àquele ano, o número de trabalhadores tinha permanecido perto dos 5000 homens, de acordo com as estatísticas oficiais³⁴⁶. Uma vez que tanto o trabalho nas minas como a expansão das estruturas anexas, desde as povoações às redes de comunicação e energia, estavam dependentes da capacidade da empresa em angariar força de trabalho em massa, os “grandes melhoramentos” anunciados só podiam avançar depois da alavancagem destes números.

Contando com a putativa robustez espacial proporcionada pelos “alicerces” da circulação, a par da configuração dos principais grupos de minas, a Diamang deu início, na segunda metade da década de 1930, a um amplo processo de movimentação e fixação laboral. As consequências foram óbvias e quase imediatas: em 1938, a empresa tinha duplicado o número de trabalhadores, mantendo-o de forma sustentada³⁴⁷. Do ponto de vista cronológico, e recordando o início deste capítulo, cumpre notar a nomeação de Quirino da Fonseca para o topo do quadro técnico da Diamang, em 1934, como um importante passo, simbólico e político, para o início de um caminho social, tecnocrático e urbano. Os engenheiros americanos e ingleses, até então responsáveis pelo planeamento dos postos, foram afastados para segundo plano, dando lugar a outros projectos. Em sintonia, os *rappports* mensais sobre as obras inaugurais da exploração, escritos em inglês e francês, tinham começado em 1913 e findando em 1933³⁴⁸. Se o seu limite inicial extravasava a constituição da Diamang, sugerindo o movimento amplo de ocupação que explorámos, o limite de termo, por sua vez, apontou precisamente para o primeiro momento de flexão significativa na companhia.

³⁴⁴ “A caminho das explorações mineiras de Cassanguidi e Andrada”, *A Província de Angola*, 11 de julho de 1936.

³⁴⁵ “Recrutar maior número de indígenas é problema capital para a Diamang e para o Estado seu associado. Sem os pretos não se pode extrair diamantes”. *Relatório apresentado pelos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola*, 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

³⁴⁶ Distribuídos, em média, entre 1000 “contratados” e 4000 “voluntários”. Cf. “Variação anual...”

³⁴⁷ Em 1937, a Diamang ultrapassou, pela primeira vez, a fasquia dos 10.000 trabalhadores. Este número manteve-se estável até ao final da década de 1940, quando voltou a disparar para os 15.000, fruto das estratégias laborais e sociais do pós-guerra que estudaremos em capítulos posteriores. Cf. “Variação anual...”, 1963. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1.

³⁴⁸ Cf. Arquivo Burnay, *Rappports* 13 a 20. ANTT, PT/TT/HB/C-2/5/1/13-20.

Por isso, ainda que se tenham sucedido vários planos para a “fixação” de trabalhadores desde o início da Diamang, a administração denunciou um “marcar passo” laboral nas minas da Lunda³⁴⁹. Foi em resposta a esta conjuntura que a empresa organizou o Serviço de Apoio à Mão de Obra Indígena (SPAMOI), em 1937. O novo organismo começou a ser estruturado apenas três semanas depois do périplo de Lopes Mateus, reforçando o cruzamento das matérias de mão de obra com o processo de fabricação do cenário da companhia. O ponto de partida aconteceu em Agosto de 1936, já sem o escrutínio público da imprensa portuguesa, quando a Diamang acolheu na Lunda uma comitiva encabeçada por Leopold Mottouille. O médico, sugestivamente apresentado a Salazar como “*Saint François d’Assise do Congo Belga*”³⁵⁰, trabalhava nas companhias vizinhas e trazia consigo a experiência de largos anos nos campos mineiros do Copperbelt³⁵¹.

Em particular, Mottouille promoveu os auspiciosos resultados das “políticas de estabilização”³⁵² que vigoravam nas geografias vizinhas. Nos anos antecedentes, e partindo de inquietações higiénicas, as companhias mineiras na África do Sul e Congo Belga tinham contratado médicos e começado a produzir estudos e literatura sobre a questão. Tinham sido activados serviços de “apoio” à mão de obra³⁵³ e, a este propósito, a habitação e o “arranjo” do espaço recebiam papéis fundamentais, sendo avaliados e utilizados como ferramentas centrais à resolução imbrincada de questões de salubridade, rendimento e fidelidade laboral. Tirando partido do caminho trilhado pelos parceiros, os técnicos da Diamang já referiam as vantagens da “estabilização” desde meados da década de 1920, mas sempre de modo pontual³⁵⁴. Portanto, foi apenas após uma maior robustez política e territorial, que a companhia ganhou escala e capacidade para promover uma estratégia mais sistemática.

A este propósito notamos que a preocupação destas entidades era, então, sobretudo económica, ainda longe da massificação dos princípios morais do pós-guerra sobre o “welfare” ou “bem-estar indígena”³⁵⁵. Este seria, portanto, o ponto embrionário da genealogia que mais tarde observaremos de

³⁴⁹ Correspondência..., 1938. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

³⁵⁰ Vilhena escreveu: “Como me parecesse que, em matéria de obtenção e conservação de mão de obra indígena, sua assistência moral e material, estávamos um pouco a “marcar passo”, fiz vir, em visita de exame e ensinamento, o chefe daqueles serviços na UMHK, a maior empresa industrial-mineira da colónia vizinha, pessoa de excepcional competência, a quem, pela sua índole, chamam “le Saint François d’Assise du Congo Belge”; e logo o cérebro português do nosso Director Técnico soube apreender as ideias novas que lhe eram apresentadas, destrinçar o que era ou não aplicável, e por em execução certas interessantes providências. Também foi as nossas explorações o chefe dos serviços pecuários de uma empresa vizinha do Congo Belga para estudar e corrigir certas deficiências do nosso gado”. Correspondência entre Ernesto de Vilhena para Salazar, 9 de Fevereiro de 1938. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

³⁵¹ A presença de Mottouille em território colonial belga começou em 1910, ao serviço da *Géomines*. Mais tarde, formou equipa com Jules Bertrand (1888-1977), colega médico na *Union Minière*, com quem seria responsável pela fixação de dezenas de milhares de famílias no Katanga. Desde então, Mottouille tornou-se conselheiro médico de várias empresas coloniais, entre as quais a *Forminière* e a *Cotonco*, que comprovavam o valor dos princípios aplicados. Para uma descrição mais pormenorizada do percurso de Mottouille, ver Devaux (1964). “Eloge funèbre du Dr L. Mottouille”. *Bulletin des Séances*, Tome X, Annales de la Société Belge de Médecine Tropicale, 44-2, pp. 205-206; Rosenbaum (1975). “Leopold Mottouille”. *Biographie Belge d’Outre-Mer*. Bruxelas: Académie Royale Sciences d’Outre-Mer, p. 262.

³⁵² Léopold Mottouille (1946). *Politique Sociale de L’Union Minière du Haut Katanga pour sa Main-d’Oeuvre et ses résultats au cours de vingt années d’application*. Bruxelas: Institute Royal Colonial Belge;

³⁵³ Ambas as empresas criaram o *Service Provincial des Affaires Indigènes et Main-d’oeuvre* (AMOI) em 1928.

³⁵⁴ Em 1936, a propósito do aumento do número de “voluntários”, depois de construídos alguns abrigos entre Saurimo e o Dundo, para descanso dos trabalhadores em trânsito, lê-se: “esta melhoria é um índice do começo da estabilização da mão de obra”. *Relatório apresentado pelos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola*, 1936, p. 11. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

³⁵⁵ Apesar da relevância dos debates sobre “welfare” e “desenvolvimento” no pós-guerra, estas doutrinas tiveram raízes na década de 1920. Ver, entre outros, Joseph M. Hodge, Gerald Hödl e Martina Kopf (eds.) (2014). *Developing Africa*:

uma perspectiva mais granular. Por um lado, as condições de vida deploráveis em várias minas sul-africanas tinham evidenciado a relação directa entre a saúde dos trabalhadores e a sua produtividade³⁵⁶. Por outro, e como passo subsequente, os belgas – igualmente confrontados com os prejuízos de más condições de alojamento³⁵⁷ – demonstravam os “benefícios” de promover uma força de trabalho estável, comprometida e “familiar”, através da produção científica de um conjunto de médicos e técnicos familiarizados com os campos de trabalhadores³⁵⁸.

A SPAMOI foi uma das secções mais activas e relevantes na produção de “território colonial” na Lunda³⁵⁹ – ou seja, empenhou-se na disciplina e moldagem das estruturas africanas, através de consecutivas “molduras” de ordem e beleza, ao mesmo tempo que foi confrontada com a resistência das comunidades locais, tanto passiva como activa. Ao longo das décadas seguintes, e até ao fim dos trabalhos da Diamang, esta instituição teve um impacto significativo e operativo na construção do alojamento para trabalhadores e na evolução das políticas edificatórias da companhia, que avaliaremos em diferentes momentos do trabalho. No que diz respeito ao âmbito territorial que agora observamos, destacamos as mutações na (re)configuração da área mineira da Lunda nos anos imediatos à sua formação, também porque oferecem o contexto fundamental para o entendimento das restantes matérias e projectos.

Para a leitura dos lugares impactados ou produzidos pela SPAMOI importa, à partida, entender a arquitectura do modelo laboral da Diamang (e os seus desdobramentos, como veremos). Desde o início da década de 1920 que a mão de obra da companhia foi dividida entre trabalhadores contratados e voluntários, à semelhança do que acontecia noutras empresas coloniais³⁶⁰. Sumariamente, o primeiro grupo era “angariado” pelas autoridades coloniais em distritos vizinhos, recorrendo a diferentes níveis de coerção, enquanto o segundo grupo se compunha por habitantes da região da Lunda, que eram pagos à tarefa. As obrigações da empresa para cada um dos grupos eram distintas, cumprindo aqui realçar as implicações espaciais. A distinção mais substancial adveio da exigência em oferecer alojamento aos trabalhadores contratados, imputada a todos os patrões em Angola pelo “Código do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas de África” (CTI), de 1928³⁶¹. Esta imposição,

Concepts and practices in twentieth-century colonialism. Manchester University Press; Matthew Connelly (2000). “Taking Off the Cold War Lens: Visions of North-South Conflict during the Algerian War for Independence”. *The American Historical Review*, 105, pp. 739-769. Para uma visão das relações entre a arquitectura e os programas de “welfare” em contexto colonial ver, entre outros, Rixt Woudstra (2020). “Planning the “Multiracial City”: Architecture, Decolonization, and the Design of Stability in British Africa (1945-1957)”. Tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology. Numa visão mais geral, Mark Swenarton, Tom Avermaete, Dirk van den Heuvel (2014). *Architecture and the Welfare State*. Routledge.

³⁵⁶ Higginson (1988). “Disputing the Machines...”; Bruce Fetter (1992). “The mines of Southern and Central Africa: an ecological framework”. *Health Transition Review*, p. 125; Fassil Demissie (1998). “In the Shadow of the Gold Mines: Migrancy and Mine Housing in South Africa”. *Housing Studies*, 13 (4), pp. 445-469.

³⁵⁷ Como veremos no início da parte 2, foram epidemias sucessivas nos campos de Panda a impulsionar mudanças na construção de alojamento para trabalhadores.

³⁵⁸ Pearson, Mouchet, Mottouille e Van Nitsen, no caso belga; ou J. Orenstein, na África do Sul. Nos relatórios sobre a mão de obra na Union Minière, em 1928, lê-se: “Os campos e o tipo de habitação convenientes têm sido objectivo de estudos profundos por parte dos serviços de mão de obra e médicos. Foram consultados especialistas matéria: Dr. Orenstein, das minas do Rand, e desde 1926, Dr. Mottouille”. *La Main d’Oeuvre Indigène de L’Union Minière du Haut Katanga*. AGR, Sibéka, 530.

³⁵⁹ Mais tarde renomeada “Secção” e por isso sempre referida no feminino.

³⁶⁰ Allina (2012). *Slavery...*; Ball (2015). *Angola’s Colossal...*; Lapperre (2022). *Doce Amargura...*

³⁶¹ Cf. Código do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas de África, 6 de dezembro de 1928. Capítulo VIII, Secção

ainda que longe de ser integralmente cumprida pela Diamang em qualquer época, levou a companhia a considerar os “voluntários” como o principal grupo a ampliar. Na continuidade dos planos de povoamento anteriores, importava fixar cada vez mais mão de obra na zona das explorações; e, face ao insucesso já experimentado, a empresa tinha bastante interesse, aos níveis económico, político e social, em construir uma força de trabalho “estável”, de origem regional e com menores encargos.

Desde o instante inicial que os objectivos da SPAMOI ficaram evidentes no que diz respeito à gestão e (re)configuração cruzadas do território e do contingente laboral, abordando o espaço de acordo com o grupo visado. Segundo a cartilha inaugural da secção, os “contratados” deveriam ser “orientados” no seu alojamento junto às minas – ou seja, a Diamang previa uma abordagem sistemática e de proximidade nas suas aldeias, para moldar aqueles homens em trabalhadores produtivos e fixos. Por outro lado, os trabalhadores “voluntários” e respectivas famílias, bem menos permeáveis à acção da empresa, num equilíbrio delicado que todos os envolvidos tinham interesse em manter, seriam alvo de tentativas para se “interessar pela conservação e aformoseamento das suas aldeias”³⁶², em sucessivas operações de ajustar para emoldurar.



[20] Trabalhos da SPAMOI: Aldeia alinhada com cássias ao fundo, 1945
[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 118]

Perante a (ainda) frágil base de acesso ao território, e um escopo limitado de actuação, os trabalhos foram iniciados através de “aldeias de propaganda”. O nome escolhido era bastante sugestivo do seu propósito, aliás, já tentado no Congo Belga, numa versão mais radical de “aldeias de aprendizagem”³⁶³. Ou seja, havia uma leitura muito clara e estratégica por parte dos agentes coloniais acerca do potencial

II. “Do alojamento”. Art. 236º: “Os patrões de trabalhadores cuja residência habitual não seja junto ao local de trabalho do serviço serão obrigados a dar-lhe alojamento”. Diário do Governo n.º 281/1928, Série I.

³⁶² SPAMOI: *Relatório Anual de 1937* [1938] (1º) UC/AD. [disponível em diamangdigital.net].

³⁶³ Sean Hanretta (1999). “Space in the Discourses on the Elisabethville Mining Camps: 1923 to 1938”. *Enfermement, prison et châtements en Afrique, du 19e siècle à nos jours*, Florence Bernault (ed.). Karthala, pp. 305-335.

transformador do espaço. De acordo com as disposições da SPAMOI, todas as aldeias deviam garantir questões “básicas” de higiene sem, porém, desrespeitar os hábitos e preferências das famílias locais. As primeiras “campanhas de construções” foram encabeçadas por auxiliares europeus, onde se previa a colaboração de um grupo de “especialistas” – entre os quais carpinteiros, pedreiros e serralheiros – e um contingente de trabalhadores, responsáveis por materializar os propósitos e projectos traçados³⁶⁴.

De acordo com as imagens registadas pelo serviço, e à semelhança das capturas de Luiz Carriso, estes lugares foram construídos no compromisso possível entre as diferentes formas de ocupação do espaço: as casas eram dispostas linearmente, num sentido de ordem que abalava as ancestrais estruturas circulares, mas mantinham-se os espaços exteriores amplos, com terreiros de batuque, que obedeciam aos modos de habitar das tribos africanas. Ainda que a Diamang se escudasse no aparente “respeito” opcional, esta realidade demonstrou sobretudo a incapacidade da empresa em condicionar o espaço da aldeia. Aos moradores das aldeias, a SPAMOI dizia “exigir duas contrapartidas”: a manutenção do espaço em “perfeitas condições de higiene”³⁶⁵ e a angariação de mais famílias dispostas a fixar-se e a trabalhar na exploração. Os sobas, responsáveis pela gestão de cada uma destas aldeias, seriam presenteados com uma habitação construída em pedra, adobe e cimento, cobertura em chapa de alumínio e, à frente, uma varanda, conforme as mencionadas tentativas de moldagem aos modelos, métodos e materiais europeus. Através desta política, o controlo do espaço passou a ser encarado como um dos maiores pilares de uma estratégia “persistente e contínua” que, segundo a SPAMOI, visou não só mostrar “os benefícios do trabalho duradouro e da permanência no mesmo local” como introduzir tipologias mais nítidas ao projecto colonial³⁶⁶.

Em 1937, o primeiro ano completo do serviço, foram inauguradas oito “aldeias de propaganda”, num total de 132 casas, servidas por lavras de 30 hectares (outro dos aspectos fomentados pela SPAMOI, que garantia abundância de alimentos). Estas eram díspares quanto à sua dimensão, revelando uma acção sujeita às condições e necessidades do local, que não responderia a um esquema programado. A mais pequena, Lussaca, tinha 4 casas, enquanto a maior, Nzargi, contava com 29. A grande maioria situava-se no grupo de Andrada, por estar ali situada a sede do serviço. Os primeiros mapas produzidos pela SPAMOI, dados à estampa já na década de 1940, revelam as constelações formadas pelas aldeias em torno dos aglomerados que a Diamang manteve junto às principais minas, onde só as diferenças na quantificação da área foram realçadas³⁶⁷.

³⁶⁴ Aos auxiliares, em constante itinerância entre as aldeias, foram fornecidos uma barraca de campanha, equipamento e utensílios. O apoio dos referidos “especialistas”, assim como de enfermeiro, instrutor ou catequista, dois hortelões, oleiro e empalhador, nem sempre se concretizou, devido à escassez de empregados e às exigências para a sua selecção. Transformados em verdadeiros “agentes de colonização”, os responsáveis do SPAMOI deveriam ser “empregados com determinadas qualidades, tais como o conhecimento da língua indígena e da mentalidade muito particular dos próprios indígenas, energia, bom tacto, paciência, certa inteligência, expediente e de devoção pelo serviço. Por isso, recrutamos sempre para estes trabalhos, entre os empregados das culturas, aquele que melhor prova tiver dado”. “Capítulo 4º: deslocação dos auxiliares”. *Organização do Serviço de Propaganda e Assistência à Mão de Obra Indígena*. Mão de Obra, 1938; *SPAMOI: Relatório Anual de 1940* [1941], p.1. UC/AD.

³⁶⁵ As tarefas de limpeza eram especificadas: “enterrar os lixos, recolher as latas, aterrar os buracos, sendo proibidos os recipientes de água estagnada, os objetos são expostos ao sol e os pavimentos desinfectados”. *SPAMOI: Relatório Anual de 1939* [1940]. UC/AD.

³⁶⁶ *SPAMOI: Relatório Anual de 1937* [1938] (1º) UC/AD.

³⁶⁷ “Actividades agrícolas (centros urbanos e aldeias)”, Diamang, 1946. UC/AD.

Sem prejuízo da importância de criar um “ambiente familiar”, Mottoulle tinha alertado para a necessidade de misturar diferentes tribos na mesma aldeia, de modo a evitar rivalidades raciais entre grupos, que o médico dizia serem comuns³⁶⁸. Seguindo as instruções, a SPAMOI começou por juntar famílias oriundas das circunscrições vizinhas do Minungo, Cassai-Sul e Saurimo, os três grandes repositórios de trabalhadores da Diamang, transformando o tecido social do distrito. A esta intenção somou-se, nas décadas posteriores, o agrupamento nas diversas aldeias através da categorização profissional – ainda que não seja possível desconsiderar a raça como factor preponderante nesta associação, porque a própria hierarquização laboral esteve amiúde sujeita a preconceitos raciais. Sobre esta matéria é fundamental entender a forma como a Diamang geriu o tema. Na visita oficial de 1936, que temos vindo a acompanhar, era categórico a “reunião” por raças, com a atribuição de características particulares a cada um dos grupos:

“À frente os quiocos, conquistadores da Lunda com o seu maior soba, o Sacavula; depois, os lundas, hoje tratados como amigos e prestigiados pela sua pujança e faculdades de trabalho entre os quiocos indolentes e viciosos. No meio deles, um parente do Mantiânvua. Mais ao fundo, os balubas, raça superior atraída pela Companhia e onde se recrutam ótimos artífices e criados de servir.”

Longe de ser uma apenas discussão social, esta divisão teve impacto na organização do espaço, e por isso importa aqui notá-la. O assunto raramente foi debatido pelos agentes da Diamang, que quase sempre tomaram o “espaço africano” como uma entidade homogénea; e ainda que possamos aceitar que a construção das estruturas tenha sido “orientada” pela SPAMOI, conforme as directivas, as diferenças visíveis entre aldeias iluminam as origens distintas dos habitantes, a sua responsabilidade na construção da casa e a linguagem edificatória própria de cada comunidade. Se o aparelho colonial parece ter desconsiderado a diversidade, observando a “cubata indígena” como um produto uniforme, a realidade no terreno desfazia esta padronização.

As primeiras tentativas sérias de controlar, modificar e disciplinar o território na Lunda foram, assim, informadas (e condicionadas) por vários factores: o diálogo entre espaços “europeus” e africanos, a produção teórica e prática dos vários actores coloniais focados na chamada “estabilização” das comunidades nativas, e a capacidade da agência local. Por outro lado, e para fechar os anos iniciais da SPAMOI e da sua actuação no território, frisamos que a “fixação” das comunidades africanas não foi apenas ambicionada nem discutida pela Diamang e demais companhias de exploração. Bem pelo contrário, a questão espelhou um debate contínuo, transversal a vários actores coloniais, e com estratégias análogas, muitas vezes em competição entre si – e, por isso, a sua leitura tem necessariamente de considerar estas conexões, traduzidas em circulação, apropriação e transformação de ideias e modelos, como tentaremos demonstrar em capítulos posteriores. A concentração de populações foi considerada fulcral para os inúmeros projectos de desenvolvimento do poder imperial. Seria o caso das missões religiosas a operar em África, que conceberam também as aldeias como frutuosa “lugares de civilização” e fomentavam a presença de “aldeias exemplares” para educar e incentivar outros

³⁶⁸ Mottoulle (1946). *Politique Sociale...*, pp. 23 e 24. Segundo Mottoulle, a mistura entre famílias devia acontecer apenas depois do período de “aclimação”.

nativos³⁶⁹; ou, mais tarde, dos “reagrupamentos” que visaram combater a descolonização. Apesar de ser fundamental observar os vários propósitos – garantir força de trabalho, transformar valores sociais e morais, controlar movimentos de populações, por vezes sobrepostos, outras vezes não –, os percursos foram traçados através de intersecções entre as práticas de controlo e poder, mostrando a permanência populacional, sob rótulos de “sedentarização”, “fixação” ou “estabilização”, como aspecto imperativo para a consolidação de domínios político, religioso e económico. O lugar crucial para esta mudança foi o cenário “urbano”, mobilizado em diversos sentidos: como ferramenta para modelar – tanto para “transformar” como fazer “modelo para” – os colonos e as famílias africanas³⁷⁰; e como palco para reajustar e resistir ao poder colonial. Na Diamang, em particular, o conceito de “urbanização” passou a ser integrado em ideias de “civilização”, poder e “modernização”³⁷¹, mas, como exploramos adiante, a relação não foi tão linear como se podia esperar. Nem tão pouco se cingiu ao contingente africano, conforme interrogamos na secção que se segue.



[21] Aldeia da Pedreira, para alojamento de trabalhadores em período de adaptação, Dundo, 1938
[Relatório sobre Mão de Obra Indígena, UC/AD]

³⁶⁹ Miguel Bandeira Jerónimo e Hugo Gonçalves Dorés (2017). “On the “Efficiency” of Civilization: Politics, Religion and the Native Settlement in Portuguese Africa in the 1940s”. *Portuguese Studies Review*, 25 (1), pp. 179-204.

³⁷⁰ Como evidenciou Frederick Cooper, as sucessivas revoltas na Rodésia do Norte e no Copperbelt, entre 1935 e 1940, mostraram aos actores económicos e políticos a necessidade de mudar o paradigma vigente e começar a construir um vocabulário que colocasse os africanos num universo de “capitalismo industrial”, rompendo com a manutenção do discurso da “sociedade colonial”. Trabalhadores africanos não deixavam de ser trabalhadores e, por isso, a sua desejada “domesticação” – com o objectivo de conseguir maior produtividade e maiores receitas – passava por quebrar as noções de “tradição” imputadas aos nativos e procurar novas estratégias de controlo dentro da lógica da modernidade industrial. A propósito deste ponto, é preciso considerar ainda uma outra questão: o “encaixe constrangedor” que muitas das ideias de “civilização” tiveram perante a modernidade associada às regiões de exploração. Frederick Cooper (1983). *Struggle for the City: Migrant Labor, Capital, and the State in Urban Africa*. SAGE Publications; Frederick Cooper (1989). “From free labor to family allowances: labor and African society in colonial discourse”. *American Ethnologist*, 16 (4), pp. 745-765.

³⁷¹ Catherine Coquery-Vidrovitch (1991). “The process of urbanization in Africa (from the origins to the beginning of independence)”. *African Studies Review*, 34, pp. 1-98; Andrew Burton (2003). “Townsmen in the making: social engineering and citizenship in Dar es Salaam, 1945-1960”. *International Journal of African Historical Studies*, 36 (2), pp. 331-365.



[22] Bilhete-postal: Dundo, um aspecto da povoação, 1946
[Companhia de Diamantes de Angola Bertand & Irmãos, 1946; BNP]

– Planear, melhorar, conservar: a cartilha urbana

“Ao falarmos de urbanização e saneamento, achamos merecerem referência especial os serviços denominados da Concessão do Dundo. (...) Devem-se à sua acção inteligente, dedicada e até entusiasta, os notáveis progressos nesse capítulo apresentados pelo Dundo, cujos jardins, parques e alamedas lhe concedem o merecido título de verdadeiro oásis da Lunda. Só os que o visitaram nos primeiros tempos da ocupação pela Companhia poderão reconhecer nele o local para onde se mudaram, em 1919, as primitivas instalações do Chitato-Velho, um terreno pobre de savana, crestado pelas queimadas, de onde se erguiam, em triste espectáculo, mesmo depois de decorridos alguns anos, seis ou sete casas de pau a pique e cobertura de capim. (...) Do centro do settlement para a periferia, conseguiram aqueles Serviços acompanhar o aumento do número de casas, motivado pelo crescente desenvolvimento das nossas actividades mineiras. Hoje, pelos seus arvoredos, parques e relvados, pode o Dundo ser justamente apontado como um dos exemplos do esforço colonizador (...).”

– Relatório dos administradores da Diamang, Março de 1952³⁷²

Ao longo do seu percurso como Administrador da Diamang, Ernesto de Vilhena visitou amiúde as explorações em África. Apesar de receber em Lisboa informação constante sobre o andamento dos trabalhos, sempre lhe interessou reunir no terreno com os vários técnicos para afinar planos e estratégias. Como se tornará evidente ao longo da tese, estas visitas foram momentos de significativos ajustes no trajecto da companhia. Em Setembro de 1941, quando chegou à Lunda para mais uma temporada, tinha novos desafios à espera. A fixação dos “alicerces”, que vimos na secção anterior, estava em marcha através da integração dos postos e aldeias mineiras num plano mais legível, disciplinado e disciplinador.

A questão foi explícita em termos semânticos. A entrada na sede da empresa, na estrada vinda de Saurimo, estava assinalada por uma placa com a designação inusitada: “Cantão Dundo”³⁷³. O anúncio, aparentemente diferente daquele observado por Lopes Mateus em 1936, destacava a povoação como uma unidade de limites definidos, em linha com as manobras de “privatização” das povoações da empresa no início da década anterior. Ainda que nos faltem detalhes sobre a mudança nominal do posto para o cantão, esta revela o período de transformação territorial que se tinha instalado na Lunda, em sintonia com o lançamento da “obra de civilização” anunciada pela Diamang. A tentativa de somar feições “civilizadoras” – ou seja, “urbanas” – aos lugares de exploração estava em curso. O problema, porém, é que a procura de um território “patriótico”, como sugerido por Quirino da

³⁷² Relatório trimestral dos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, Março de 1952. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

³⁷³ De acordo com as notas de Vilhena: “A entrada da concessão está marcada com uma placa com a designação ‘Cantão Dundo’, e logo se nota a diferença de regimen, porque a estrada passa a ser boa, definitivamente”, cf. Carvalho (2014). “As esculturas...” p. 216, nota 595. Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros). Cadernos de viagens: Caderno de viagem, nº 15, ms., 26 de Dezembro 1929-13 Outubro 1941: «20 de Setembro de 1941».

Fonseca, não alinhava com a nomenclatura estranha ao vocabulário administrativo português.

Vilhena, defensor dos benefícios resultantes da genética e gramáticas francófonas³⁷⁴, mostrou-se consciente do desajuste. A tónica colocada na nacionalização da estrutura imperial portuguesa, que vivia um momento de glorificação, espelhado em eventos como a comemoração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal ou Exposição do Mundo Português³⁷⁵, tornava o “cantão” evidentemente inaceitável. Por isso, durante a sua visita, o Dundo foi novamente renomeado, abrindo caminho para o passo seguinte no percurso territorial da empresa. Assim, a partir de então, e até às práticas mais genéricas que se afirmaram na década de 1960, a “concessão” foi organizada como principal unidade de leitura do espaço da Diamang.

Recordamos que este tinha sido o termo empregue no contrato inicial entre a companhia e governo de Angola, em 1917, no sentido de “cedência”, que depois foi gradualmente espacializado nos contratos seguintes. Nos diplomas de 1922 e 1937, primeiro no futuro e depois no presente, a empresa foi autorizada para e responsabilizada por “construções destinadas a alojamento do pessoal europeu e trabalhadores indígenas, hospitais, escritórios, oficinas, armazéns; assim como aproveitamentos hidroeléctricos, hortas, pomares e culturas de géneros para alimentação”³⁷⁶. Por um lado, a aproximação semântica aclarava a convergência que se começou a desenhar entre as concretizações materiais da Diamang e a própria materialização social, política e moral do regime português, num processo cujas nuances veremos depois. Por outro lado, a mudança entre tempos verbais nos contratos reforçava a certeza de um território em plena transformação, atribuída à presença da empresa.

A organização da “Concessão”

Uma década depois, como espelha a epígrafe, a Diamang celebrou precisamente as alterações no Dundo, dito irreconhecível face ao “triste espectáculo” primeiros anos de exploração. As poucas casas de pau a pique tinham dado lugar a “jardins, parques e alamedas”, transformando a povoação num aparente “oásis”. A mudança foi atribuída aos Serviços da Concessão, instruídos no primeiro semestre de 1942 como a estrutura pioneira com dedicação exclusiva aos trabalhos de construção na Diamang³⁷⁷. Pelo propósito, escala e exigência, a organização da “concessão” tinha imposto a constituição destas novas equipas de trabalho, logo após a visita de Vilhena. Os seus objectivos eram

³⁷⁴ Correspondência entre Vilhena e Salazar, 9 de fevereiro de 1938. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

³⁷⁵ Victor Barros (2021). “Estado novo e as comemorações do duplo centenário nas colónias”. *Revista de História das Ideias*, 39, pp. 141-173.

³⁷⁶ O contrato inicial foi firmado através de vários “diplomas de concessão”. Mais tarde, tanto na base XII do contrato de 1922 como no artigo 12 do contrato de 31 de julho de 1937, permitiu-se “à companhia, nas regiões onde efectuar a exploração ou pesquisa de diamantes, e sempre que os interesses superiores do Estado a isso não obstem, o aproveitamento temporário, sem dependência de concessão, dos terrenos não concedidos a terceiros e por ela considerados necessários para o aproveitamento de centros administrativos ou mineiros”. A diferença entre os documentos está no tempo verbal: o primeiro utilizou o futuro, sugerindo o começo de um processo; o segundo afirmou no presente, mostrando que o plano já estava em curso. Cf. *Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola: Diplomas de Concessão* (1946). “Base XII do contrato de 1922 e artigo 12 do contrato de 31 de julho de 1937”.

³⁷⁷ Não é por acaso que primeira pasta de “Urbanização e Saneamento” da Diamang, onde dominam notas sobre plantas e espécies vegetais, foi fechada a 31 de Maio de 1942, mais de uma década depois do seu início. Nesse mesmo mês, mantendo-se a mesma rubrica que, no entanto, passa a distinguir diferentes temas (que veremos ao longo deste e outros capítulos), é iniciada uma nova etapa com a produção dos relatórios dos Serviços da Concessão do Dundo.

ambiciosos, conforme as matérias versadas nos subsequentes relatórios de periodicidade mensal, depois compilados num documento anual: planejar, melhorar e conservar. Aos administradores foi reportada a “acção inteligente, dedicada e até entusiasta” deste novo serviço, a quem se atribuíam “os notáveis progressos apresentados no Dundo”, avançando “pouco a pouco, do centro do *settlement* para a periferia”³⁷⁸. Persistia o léxico estrangeiro, mas a prática ia ao encontro de uma crescente renovação urbanística patente na agenda “nacional”. A proposta de um “Plano de Melhoramentos” – outro instrumento basilar na alteração espacial da Diamang, também delineado em 1942, que analisaremos na segunda parte –, sublinhava a crescente atenção da companhia aos intentos e “obras de interesse local” que vigorava no aparelho público³⁷⁹.

O primeiro relatório da “Concessão do Dundo”, grafado em Junho de 1942³⁸⁰, iluminou as principais transformações na leitura daquele lugar. Cerca de mil trabalhadores africanos foram alocados ao novo serviço – número que se manteve constante nos anos seguintes³⁸¹ – para tratar de tarefas de “urbanização” (terraplanagens, construção e reparação de edifícios) e da manutenção de jardins e parques. O programa foi distribuído pelos vários sítios do Dundo, permitindo uma aproximação a um território simultaneamente mais complexo, estruturado e legível ao poder colonial: ruas e avenidas do centro da povoação, onde prevaleceriam os trabalhos de saneamento; inúmeros jardins junto às habitações, sempre alvo de extremo cuidado (com várias equipas exclusivamente dedicadas); as estradas do Chitato, da Central e do Camaquenzo, com continuadas intervenções de reparação e drenagem; as aldeias de trabalhadores no Camaquenzo, Mussungue, Cacanda e Cachinde, totalizando cerca de meia centena, onde havia sempre casas por construir; ou ainda os Parques Dr. Luiz Carriço, Florestal e do Dundo, as várias hortas, o Campo de Golf e o Aeródromo, entretanto construído a sul da povoação³⁸².

Destes primeiros relatórios, que rapidamente se transformaram em minuciosos relatos sobre os trabalhos em curso, entendemos que a Diamang já não se fazia (apenas) de postos e minas, mas de cuidadas áreas “urbanas”. Em contraste com anteriores os mapas regionais, a produção da primeira planta detalhada da “Concessão do Dundo”, em Março de 1940, confirmou a nova perspectiva. Através de um levantamento à escala 1:10.000, assinado pelo engenheiro Miguel Petchkovsky e pelo empregado Fernando Queiroz, a companhia mostrou estar a preparar a mudança³⁸³. Uma vez estabilizado um conhecimento mais exacto daquela região, com cerca de 500 hectares, passaram

³⁷⁸ De acordo com estas notas o “merecido título de verdadeiro oásis da Lunda” atribuído ao Dundo devia-se ao trabalho dos serviços da Concessão. *Relatório trimestral dos Administradores por parte do Governo da Companhia de Diamantes de Angola*, março 1952. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

³⁷⁹ Ricardo Agarez (2019). “Obras Públicas e ‘melhoramentos’ locais: entre Lisboa e o país (real)”. *Obras Públicas no Estado Novo*. Joana Brites e Miguel Correia (coord). Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 141-170.

³⁸⁰ “Urbanização e Saneamento”. *Concessão do Dundo: organização, regulamento e correspondência conexa*. Maio de 1942 a dezembro de 1943 (1º). UC/AD.

³⁸¹ O contingente de trabalhadores nos serviços de Urbanização oscilou entre 700 e 1000 durante a década de 1940. *Relatórios da Concessão do Dundo*. UC/AD.

³⁸² Os relatórios esmiúçam todos os trabalhos de “plantações e viveiros, hortas e pomares, limpeza e higiene, trabalhos na pedreira, conservação de estradas, campo de golf, aeródromo, hortas e pomares, capinação, aldeias indígenas, jangadas, matadouro ou guarda florestal”.

³⁸³ Levantada e desenhada por Miguel Petchkovsky, geologista e prospector russo empregado na Diamang, e copiada por Fernando Queiroz, funcionário então recentemente chegado à Lunda, que, como veremos, desempenhou um papel fundamental nos ciclos subsequentes de desenho da paisagem da companhia.

a articular-se diferentes realidades construídas, desde o centro do posto às aldeias e pomares circundantes. Três anos mais tarde, em meados de 1945, seria a renomeação destes lugares como “centros urbanos” a coroar a mudança, como avaliaremos depois.



[23] Moradias no Dundo, após primeiros trabalhos de “aformoseamento”, 1944
[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]

Partindo da salubridade como base fundamental dos trabalhos, a Diamang deu início a “vistorias gerais periódicas”³⁸⁴, em 1942, pelo médico-chefe, o inspector da administração e o Encarregado da Concessão – o cargo de chefia da povoação –, que abrangiam os espaços públicos e privados de toda a região. Desde os pátios das habitações dos empregados aos recintos das aldeias dos trabalhadores, a companhia mostrou determinação em controlar o espaço, numa putativa acção “panóptica” já notada por Nuno Porto³⁸⁵. As constantes capinações em torno dos centros das povoações e aldeias, então imputadas às mulheres dos contratados – revelando o crescente papel da mulher na configuração do espaço, em vários sentidos³⁸⁶ –, continuavam tanto a garantiam a higiene do terreno e a obtenção de materiais para construção como possibilitavam apertada vigilância. Foram ainda introduzidas novas estratégias, como um ambicioso plano de drenagem, concluído nos anos seguintes, a limpeza geral semanal e a recolha colectiva de lixo.

Cada uma destas empreitadas foi descrita ao pormenor, desde os materiais aplicados às dimensões lineares da intervenção, transformando os relatórios da “Concessão” em extensos e minuciosos

³⁸⁴ Vistoria de 31 de agosto de 1942, Concessão do Dundo. “Urbanização e Saneamento”, 1942-43. UC/AD.

³⁸⁵ Nuno Porto nomeou a Diamang como um “panóptico benigno”, remetendo para o modelo de vigilância estruturado por Jeremy Bentham, em 1785, cf. Porto (2000). *Modos...*

³⁸⁶ Em 1945, por exemplo, a SPAMOI notou o emprego de mulheres em “trabalhos de tarefa, como transporte de água e amassar barro”. *Relatório anual da SPAMOI*, 1945, p. 14. UC/AD. Nos anos seguintes, o papel da mulher ganhou outras nuances, nomeadamente através do entendimento da sua presença como factor crucial para a estabilidade e produtividade dos trabalhadores, e conseqüentemente para a estabilidade e limpeza das aldeias.

registros do trabalho no terreno³⁸⁷. O nível de detalhe, a regularidade mensal e a submissão destes documentos à direcção geral na Lunda, à sede em Luanda e à administração em Lisboa permitiam que a informação corresse os vários níveis de gestão e que o processo de planeamento e produção do edificado fosse acompanhado com cada vez mais proximidade. E, de facto, a partir deste entendimento e concertação de esforços, os anos seguintes foram de grande transformação.

Foi precisamente no processo de organização da Concessão que se deu à estampa as primeiras plantas detalhadas do Dundo. Sendo pouco provável que estes sejam efectivamente os primeiros registos da povoação, não deixa de ser significativo que tenha sido aquele o momento escolhido para começar a vincular desenhos à documentação escrita. A reunião propositada de duas plantas completamente distintas no relatório dos Serviços da Concessão de 1943 reforça não só a estratégia espacial bem articulada como a introdução do léxico “urbano”. A mais antiga, de Março de 1940, era uma cópia heliográfica do levantamento de Petchkovsky, que passou a constar na capa de cada documento mensal – e na qual, ao longo dos anos seguintes, se foram registando as alterações na matriz da povoação. A seguinte, elaborada em Maio de 1942, abarcava apenas o centro da povoação, à escala 1:2000, sem detalhes topográficos. Se a primeira mostrava que o Dundo na realidade mantinha grande parte da fisionomia original – as ruas não tinham qualquer hierarquia física, as ligações para norte e este continuavam a ser privilegiadas, para as minas, para o Chitato e para Tshikapa, e os armazéns eram os únicos edifícios de maior escala –, a segunda, num expressivo contraste, apontava para o imaginário a construir. Neste registo, o núcleo aparecia demarcado por uma expressiva linha verde, identificada como “limite da área urbana”, e os jardins e as árvores foram exageradamente registados e aguarelados. Era uma visão fictícia que, no entanto, servia de orientação para o futuro.

Por outro lado, a sinalização do novo hospital do Dundo, cuja construção depressa entrou em marcha³⁸⁸, ditou o equilíbrio que se procurou introduzir com este equipamento, fugindo à anterior inclinação para território belga e, também, para uma visão estritamente industrial. Implantado a sul, no extremo oposto das oficinas, o hospital foi encarado como excelente possibilidade para redesenhar e reorientar a povoação³⁸⁹. Se hoje vemos o Dundo num eixo predominantemente norte-sul, esse não seria o caso da matriz original, que tinha pensado aquele lugar em relação horizontal e directa com os grupos de minas a este³⁹⁰. Em redor do equipamento médico, foram propostos jardins fechados e dois outros edifícios de excepção: o novíssimo Museu do Dundo com uma “Aldeia Indígena”, rapidamente projectados a partir de 1944 e concluídos em 1946³⁹¹, e um colégio, nunca edificado, mas sugestivo do caminho a perseguir. Ambos os planos afastavam a companhia de feições puramente

³⁸⁷ Cf. *Relatórios da Concessão do Dundo*. UC/AD.

³⁸⁸ “Projecto das instalações hospitalares do Dundo”, 1945. AHU, OP199. Os primeiros esboços e comentários ao projecto datam de 1941, pelos administradores e médicos da companhia. Correspondência de Quirino da Fonseca, 23 de novembro de 1941. UC/AD.

³⁸⁹ A propósito da construção do hospital foram gizadas propostas para redesenhar o espaço do Dundo, lendo-se, por exemplo, “podíamos abrir avenida de 13 metros, ladeada de árvores, deste o portão central do hospital, na extensão de 35 metros, continuando depois em leque”. Telegrama de 22 de fevereiro de 1945, “Novas instalações do hospital do Dundo”. UC/AD.

³⁹⁰ Como mostra o mapa “Localização aproximada de algumas estações da pedra nos arredores do Dundo”. *Relatório Anual do Museu do Dundo*, 1943. UC/AD.

³⁹¹ Desenhos para o Museu do Dundo, abril de 1944. Esta proposta foi modificada até 1946, com comentários do Dr. Barros Machado. “Algumas notas sobre o Museu do Dundo”. UC/AD.

extractivas, dando impulso a uma nova abordagem “científica”, na qual a disciplina da urbanização e os programas da urbanidade seriam estruturantes³⁹².

Nos anos seguintes, as equipas da Concessão cumpriram com o propósito, produzindo elementos fundamentais à forma urbana. Primeiro, a Rua 3 tornou-se o eixo principal do Dundo, passando a ser uma Avenida com o dobro da largura das restantes. Depois, neste mesmo traço, o espaço exterior entre a Casa do Pessoal e a Casa de Representação foi transformado na Praça Henrique de Carvalho, cuja configuração simétrica e monumental³⁹³ sinalizou um novo centro para a povoação, valorizou os edifícios e afirmou a identidade da corporação.

Seguindo os registos desenhados, é na intersecção entre o levantamento inicial da Concessão, de 1940, e o desenho subsequente à mesma escala, de 1948, que melhor se entendem as mudanças significativas e um crescimento acentuado do Dundo, prova da alavancagem que resultou desta reorganização. A primeira carta revela uma estrutura orgânica, pouco articulada, de vários espaços singulares. A segunda, pelo contrário, ilustra uma ideia de conjunto, mais planeada³⁹⁴. Como se tinha previsto, a povoação começou a crescer para sul, transformando o polígono original numa forma alongada, em direcção ao interior da colónia. As estruturas de apoio eram várias e todas próximas: a um nível mais prático, o posto de gasolina, o mercado, a tijolaria, as hortas e os cemitérios; a um nível recreativo, a piscina do Mussungue, a Estrada de Turismo ao longo do rio Luachimo, a carreira de tiro e o Parque de Aclimação. Os anteriores grupos de aldeias foram crescendo e surgiram outros, como a Aldeia do Luachimo, a Aldeia da Cacanda e as Novas Aldeias do Camaquenzo, associados à expansão e consolidação de pomares, matas de eucaliptos, viveiros, plantações de cássias e os chamados “arboretos experimentais”. Generalizam-se ainda os edifícios religiosos, com a ampliação da capela do Dundo (em paralelo com a inauguração de estruturas semelhantes nos restantes grupos, em 1948³⁹⁵) e de pequenas capelas em algumas destas aldeias³⁹⁶.

Segundo a administração da Diamang, todos os elementos desta composição obedeceram a um “sentido prático e de beleza”³⁹⁷, no qual ideias de “embelezamento”, “aformoseamento” e “aperfeiçoamento” do espaço tinham um papel fundamental. Em particular, a vegetação foi considerada ferramenta essencial deste sistema, não só por servir de resposta aos desafios climáticos e morais que os empregados europeus ali enfrentariam, mas também por oferecer hipótese de contribuir para o ornamento de outros lugares em Angola³⁹⁸.

³⁹² “Dados os progressos alcançados pelos Serviços da Concessão do Dundo, não estranhareis que tenham, também, sido chamados a colaborar na obra científica da Companhia”, lê-se no relatório anual da Diamang, de 1950. UC/AD.

³⁹³ Cf. Desenho urbano para Praça Henrique de Carvalho (s.d.). UC/AD.

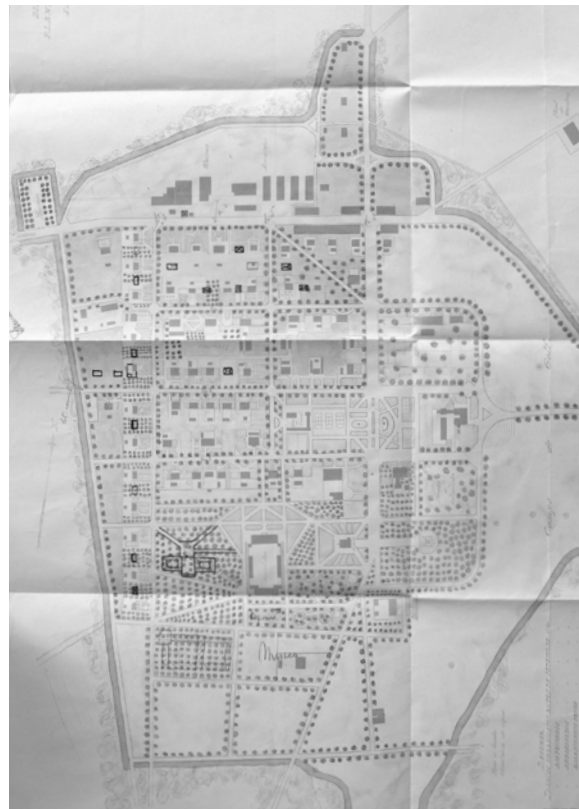
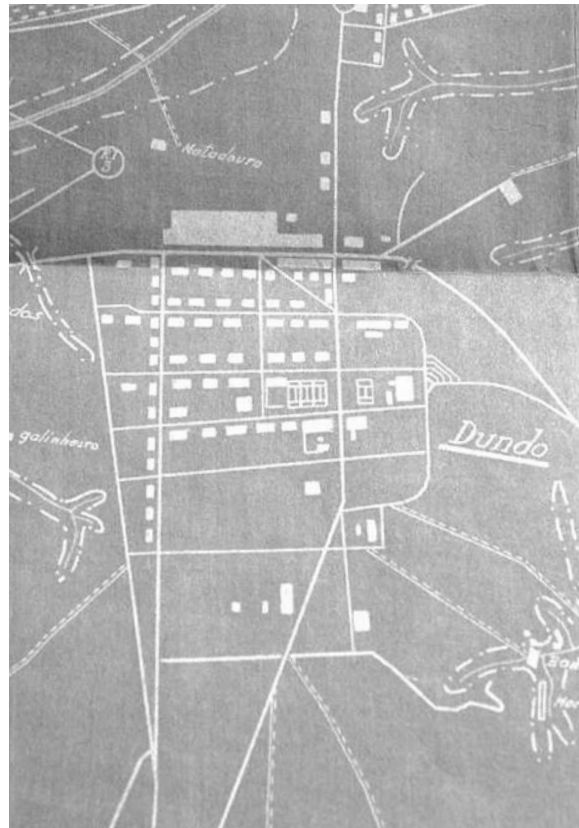
³⁹⁴ Cf. Desenho da “Concessão do Dundo”, escala 1:20.000. Desenho n°48-6, 10 de Fevereiro de 1949. UC/AD.

³⁹⁵ Até então as missas celebravam-se nas Casas do Pessoal ou ao ar livre. Para Andrada, Cassanguidi e Maludi foram propostas capelas “do género das nossas ermidas, com sineta”, em 1948, cf. desenhos de “Alçados de uma capela para os grupos de Cassanguidi e Maludi” e “Capela de Andrada”. UC/AD.

³⁹⁶ A pedido do Capelão do Dundo, Pompeu Seabra, os serviços da Concessão construíram três capelas nas aldeias, em 1948. Foram descritas como “simples capelas de adobe, cobertas a capim, de carácter gentilício, mas aspecto condigno”. *Construções Explorações*, 24 de Agosto de 1941 a 31 de Dezembro de 1948. UC/AD.

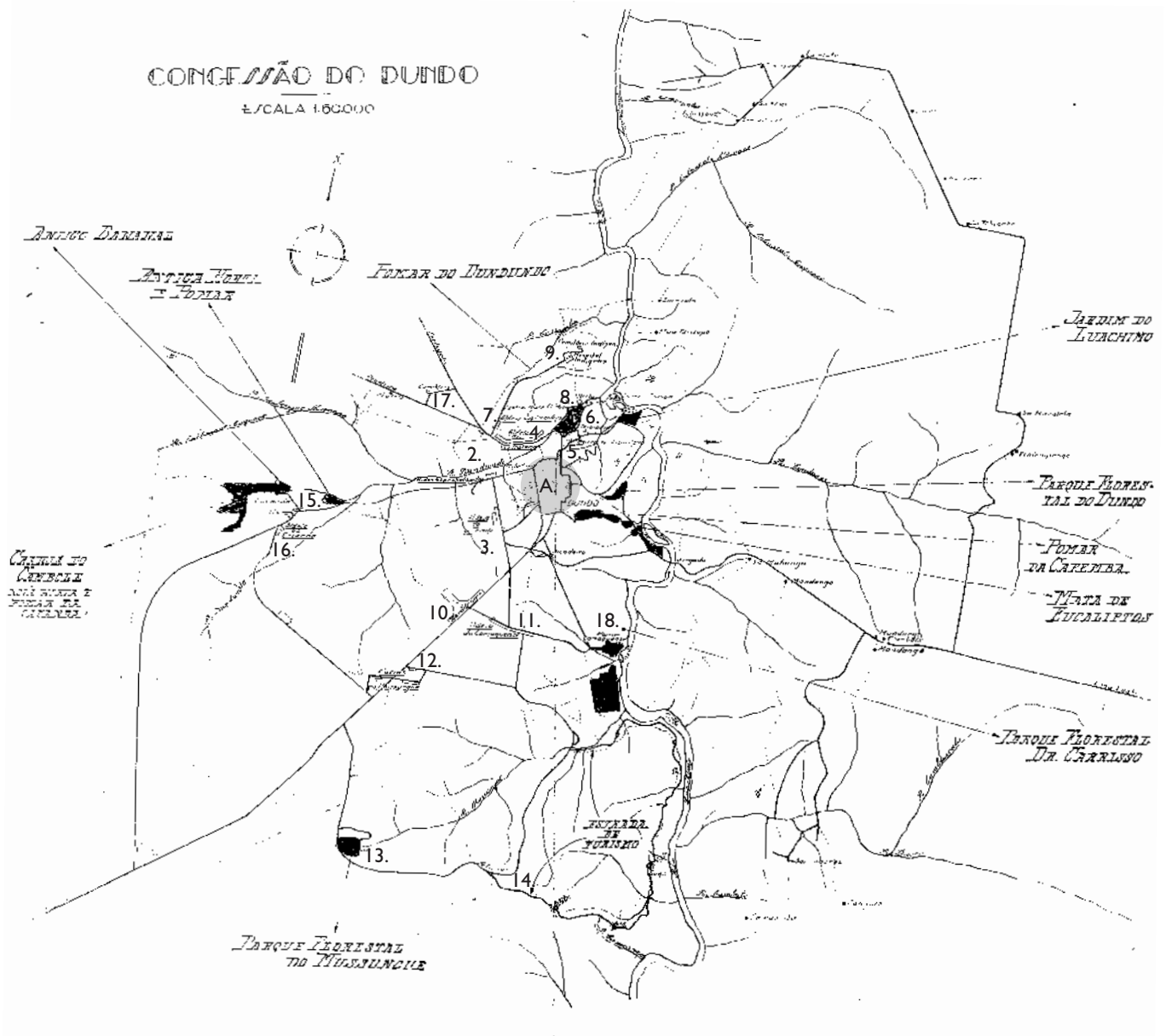
³⁹⁷ *Relatório do Conselho de Administração*, 1950. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/5/1.

³⁹⁸ Num eloquente parágrafo do relatório de 1950, explicou-se que “um dos princípios a que tem obedecido a urbanização levada a efeito é o de que a vegetação deve funcionar como complemento natural dos edifícios. Esta regra, que já é verdadeira no tocante aos aglomerados existentes em climas favoráveis, assume especial significado quando se situem em



- [24] Levantamento da região do Dundo, 1940 [40-52]
[25] Dundo: limite da área urbana, 1942 [42-67]
[Relatórios da Concessão do Dundo, 1943-44. UC/AD]

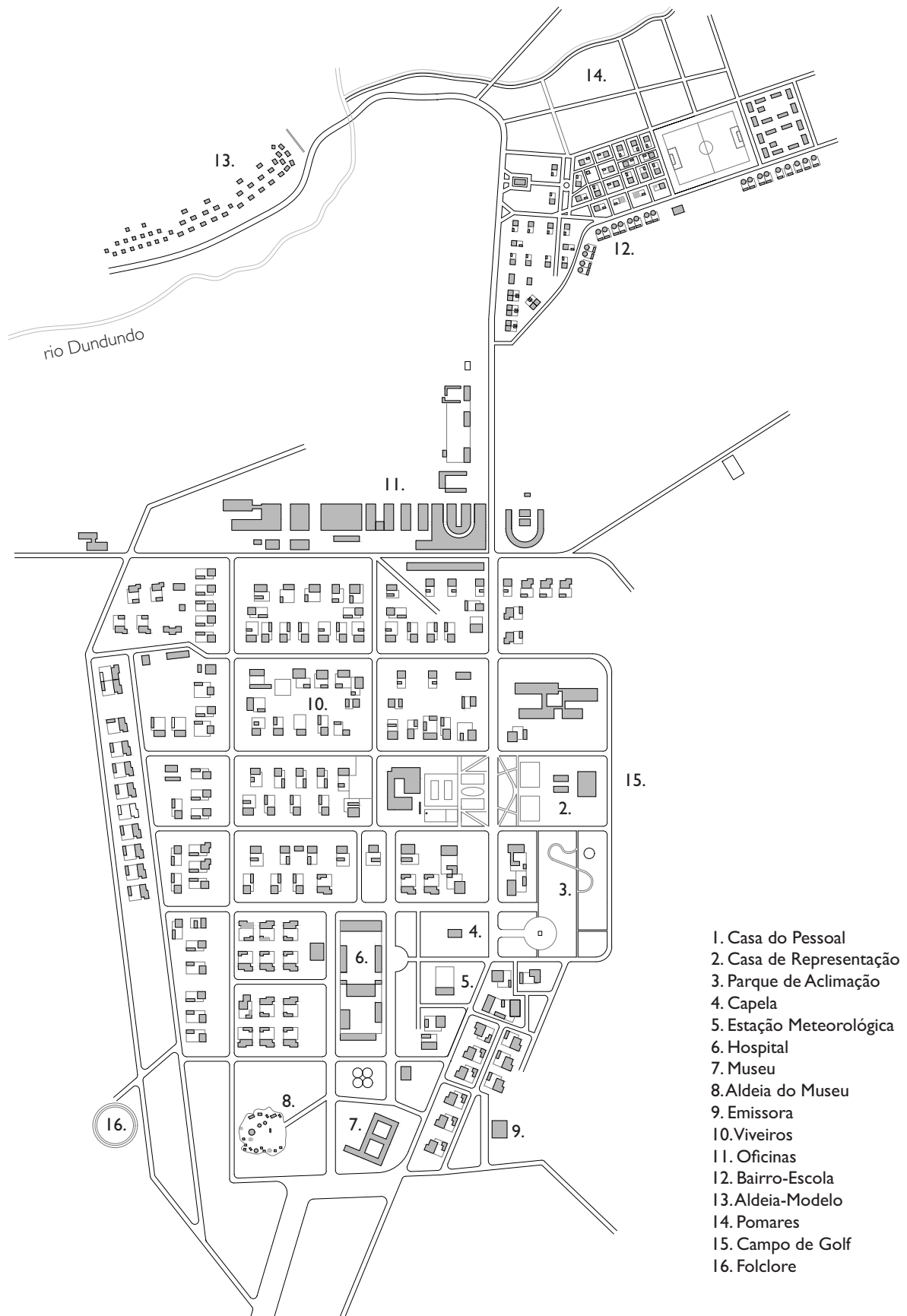
CONCESSÃO DO DUNDO, 1950



- | | | |
|------------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| A. Centro Urbano | 8. Central Hidro-Eléctrica | 15. Reserva da Cacanda |
| 2. Bairro Especializados | 9. Hospital Indígena | 16. Aldeia da Cacanda |
| 3. Aldeia do Cachinde | 10. Aeródromo | 17. Cemitério |
| 4. Aldeia dos Contratados | 11. Aldeia do Camaquenzo | 18. Pomar do Camaquenzo |
| 5. Bairro dos Assimilados (Escola) | 12. Aldeia do Mussungue | |
| 6. Tijolaria | 13. Piscina do Mussungue | |
| 7. Aldeia dos Mucubais | 14. Estrada de Turismo | |

[•26] Concessão do Dundo, 1950
[Relatórios da Concessão do Dundo. UC/AD]

CENTRO URBANO DO DUNDO, 1950



[•27] Plano da Rede de Esgotos do Dundo [57-68]
 [Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]

A ampliação do protocolo

Este vocabulário expandiu-se rapidamente por toda a região, mostrando um plano transversal ao território da Diamang. Em 1947, Andrada foi também transformada numa Concessão, num gesto que reforçou o carácter peculiar desta povoação entre as povoações mineiras. À semelhança do Dundo, foi ali nomeado um Encarregado para tratar exclusivamente de materiais de urbanização. Por outro lado, a produção de relatórios de “Urbanização e Saneamento” foi estendida a todos os grupos, ainda que o desenvolvimento dos documentos fosse proporcional à dimensão e empenho de cada lugar. Em Cassanguidi e Maludi, o respectivo Chefe de Grupo tornou-se responsável pela anotação de todos os trabalhos de limpeza, de ajardinamento e de plantação. Entre estes agentes seria possível observar diferentes graus de compromisso, flutuantes ao longo do tempo, indicando a subjectividade do nível de sucesso que se pretendeu (ou não) relatar e exigindo leituras atentas sobre a paisagem³⁹⁹. Todos os grupos foram dotados de novos edifícios. Em Cassanguidi foram construídos um depósito de gasolina, uma central eléctrica, um depósito de material e um moinho de crueira; Maludi ficou servida por um Armazém de Venda a Indígenas, um novo escritório para o chefe de grupo e um Armazém de Descasque de Arroz; e, em Andrada, ergueram-se oficinas, armazéns e uma escola. Ainda que o programa não fosse evidentemente urbano, como no Dundo, seria no arranjo do espaço público, cada vez mais qualificado, sobretudo através da vegetação e dos planos de drenagem, que se registavam as maiores alterações. Estava lançado o processo de “embelezamento” da Diamang⁴⁰⁰, cujas formas debateremos mais à frente.

Nas novas concessões do Dundo e Andrada, o trabalho sobre as aldeias também se tornou mais metódico. No Dundo, por exemplo, em cada uma das várias zonas para habitação dos trabalhadores africanos – Camaquenzo, Mussungue, Cacanda, Cachinde –, as aldeias foram reunidas ao longo de um mesmo troço de estrada, sendo os talhões demarcados sequencialmente. Este processo resultaria em grandes manchas de edificado, quase contínuas, apenas diferenciadas na sua gestão administrativa⁴⁰¹. A concentração facilitava não só os trabalhos de construção como também de fiscalização. O processo inicial era aparentemente escorreito: a SPAMOI delimitava o talhão e organizava a sua limpeza,

regiões tropicais, pois nelas o arvoredado actua também como protecção contra a ardência dos raios solares, como elemento reparador do sistema nervoso, mais facilmente alterável naquele tipo de clima, e como factor de normalização deste último, conjugado com o repovoamento florestal que em mais larga escala se efectue nas imediações desses aglomerados ou na região onde se encontrem. Por isso, fazemos acompanhar os trabalhos de construção dos de jardinagem, plantando-se, o mais cedo possível, junto dos novos edifícios e arruamentos, as espécies arbóreas adequadas. Para tal efeito, possuem os nossos serviços extensos viveiros, sempre providos de maneira a poderem fornecer, em qualquer altura, as árvores necessárias, e também a maior variedade de arbustos e plantas floríferas. Uma visita aos viveiros do Dundo ou de Andrada constitui, assim, um dos passeios mais agradáveis e instrutivos. Deles têm saído, também, muitas espécies para arborização ou embelezamento de avenidas e parques de outras vilas ou cidades da Colónia. Mantém-se sempre interessante o Parque de Aclimação do Dundo, verdadeiro «Jardim botânico», onde as espécies exóticas de porte elevado, que se tornou possível aclimar, vão ganhando com o tempo dimensões apreciáveis. Não falta ali o belo Cedro do Buçaco, a par do modesto, mas delicioso, alecrim, dos nossos campos”. *Relatório do Conselho de Administração*, 1950. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/5/1.

³⁹⁹ Na produção escrita sobre estas mudanças notam-se variados graus de compromisso, que exigem observações fundamentais. Em primeiro lugar, é notória a liberdade dos actores no terreno, cujas preocupações individuais não podem ser desvalorizadas no curso da organização das povoações. As mudanças nos cargos, por exemplo, alterariam de forma significativa a linguagem e as apreciações que são feitas de cada tarefa ou lugar, condicionando posteriormente a avaliação e as medidas da administração. Depois, a esta subjectividade natural – inerente, aliás, à própria ideia de “embelezamento” – haverá que somar a leitura dos silêncios, apenas visíveis no confronto entre documentos: as etapas dos processos de construção, por exemplo, assumiram pesos distintos ao longo do tempo.

⁴⁰⁰ Ordem de Serviço 18-D/43. *Mão de obra*, Maio de 1943 a Fevereiro 1944 (43º). UC/AD.

⁴⁰¹ Dentro de uma mesma aldeia seriam sinalizados vários talhões, apenas distinguidos pela sua numeração.

assinaland-o depois com um poste vermelho, exibindo a numeração atribuída. À semelhança das habitações para europeus, as casas também foram numeradas com chapas pretas; mas através de uma sequência distinta que marcava a presença de duas estruturas espaciais diferentes.

Por outro lado, a fiscalização das práticas de saneamento foi delegada a mais de uma centena dos chamados “Guardas da Concessão”, recrutados entre os trabalhadores contratados. As rondas aconteceriam dia e noite, garantindo uma vigilância total do espaço⁴⁰². Apesar dos esforços, o “mau aspecto” seria constantemente reportado⁴⁰³ e, em Maludi, por exemplo, pediu-se a remoção “imediate” do “bairro de contratados” e da “aldeia de estranhos” devido à “imundice”⁴⁰⁴. Por outro lado, a acção dos “guardas” nem sempre corresponderia ao esperado – sendo que estes mostravam a capacidade de negociar com os vários intervenientes –, evidenciando hierarquias complexas e revelando que mesmo os aldeamentos mais próximos das povoações se mantinham fora do controlo directo da empresa, cujo poder capilar se mantinha débil e dependente das agendas particulares das famílias alojadas na região.

A própria diversidade entre aldeias e habitações, referida pelos vários relatórios⁴⁰⁵ e que iremos observar de seguida, mostra os desvios e interrogações próprios de um caminho sinuoso e dinâmico. Apesar das tentativas de planeamento a médio-prazo, a administração da companhia continuou a ser confrontada por episódios imprevistos e por agendas externas. A chegada de 40 trabalhadores mucubais para trabalhar nas duas pedreiras da região, em agosto de 1942, por exemplo, ilustrou as mudanças inesperadas e por vezes súbitas na concepção das aldeias, que partiam de diferentes níveis. Estas famílias, oriundas do sul de Angola, fixadas a oeste do Dundo, perto da aldeia de criados, tinham manifestado uma dedicação ímpar ao arranjo do seu espaço, exigindo aos agentes da companhia o acompanhamento expedito na transformação de antigas cubatas em casas de adobe⁴⁰⁶ – ultrapassando, assim, o próprio ritmo interno dos serviços.

Neste processo notamos ainda os diferentes regimes de trabalho que resultaram do aumento do volume de obra: aos contratados e voluntários, do estatuto geral, juntam-se “empreiteiros” e “tarefeiros”, exclusivamente dedicados a trabalhos de construção. A categorização, longe de ser inovadora, reproduziu os procedimentos das Obras Públicas, regulados na década de 1910 e utilizados desde então por outras empresas de exploração colonial⁴⁰⁷. Uma circular interna da Diamang, publicada em 1944, clarificou as funções de cada cargo: os tarefeiros estavam alocados a trabalhos de serração de madeira, corte de capim para cobertura de casas, de paus para as paredes, transporte de pedras e salalé; já os empreiteiros eram responsáveis pela moldação e transporte de tijolos, conservação

⁴⁰² “Deveres dos Guardas”; “Guardas das aldeias e suplentes”. *Relatório...* 1944. UC/AD.

⁴⁰³ *Relatório da Concessão do Dundo*, dezembro de 1943. UC/AD.

⁴⁰⁴ “Visita sanitária ao grupo de Maludi”, 8 de Agosto de 1945. UC/AD.

⁴⁰⁵ Na aldeia da Cacanda, por exemplo, foi experimentado um novo tipo de habitação, com três divisões, considerado “conveniente para assimilados de 2ª categoria”. *Relatório da Concessão do Dundo*, agosto de 1943. UC/AD. As constantes mudanças de nomenclatura e as referências por vezes contraditórias tornam impossível catalogar as várias categorias utilizadas na gestão da mão de obra.

⁴⁰⁶ *Relatório da Concessão do Dundo*, 1942. UC/AD

⁴⁰⁷ Seria o caso da Companhia de Caminho de Ferro de Benguela, como mostram os relatórios da década de 1910, cf. Marçal (2016). “Um império...”

de estradas, construção de casas para trabalhadores, capinações e trabalhos de saneamento⁴⁰⁸. Ao contrário dos “especializados”, enquadrados no grupo de “voluntários” – serralheiros, carpinteiros, pedreiros e electricistas, que também cresciam em número para alavancar este impulso de urbanidade –, os trabalhadores destes contingentes, sem formação técnica e dependentes da sazonalidade das obras, não eram sequer considerados no quadro geral da companhia⁴⁰⁹. Em 1943, a Diamang reportou ter contratados cerca de 5000 destes trabalhadores, distribuídos por ambas categorias (às quais se somavam “criados e fornecedores”). Alguns seriam crianças, como revelam os relatórios de Andrada: das 218 pessoas alocadas ao grupo de urbanização em 1943, 39 delas eram identificadas como menores, dedicadas a tarefas nos jardins particulares das habitações⁴¹⁰.



[28] Urbanização em Cassanguidi, 1945

[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]

Para além do impacto nos centros e periferias das concessões, este novo léxico impactou as aldeias junto às minas, reforçando a história entrelaçada que procuramos testar neste trabalho. Apesar de não existirem referências sobre um projecto global, a afinidade dos planos aponta para uma gestão integrada dos vários espaços, ao arripio de análises dicotómicas do espaço, que não fazem mais do que repetir o pensamento colonial⁴¹¹. Precisamente em 1942, o relatório anual da SPAMOI remeteu para um “pormenorizado despacho” de Vilhena, que tinha exigido alterações na abordagem aos trabalhos. O pedido era coevo com a organização da Concessão, assim como da publicação do “Plano de Melhoramentos” e várias “Ordens de Serviço” (estes dois últimos pontos a serem tratados na segunda parte), sugerindo uma tentativa séria de organização e extensão das matérias de “urbanidade” a toda a paisagem da Diamang. Para equilibrar a especialização exigida pela nova

⁴⁰⁸ Ordem de Serviço 9-D/43. Mão de obra, maio de 1943 a fevereiro 1944 (43°). UC/AD.

⁴⁰⁹ Exposição ao Governador Geral de Angola, 11 de março 1943. UC/AD.

⁴¹⁰ *Relatório de Urbanização e Saneamento de Andrada*, julho de 1944. No documento de julho do ano anterior já existe a indicação de 41 menores a trabalhar. UC/AD.

⁴¹¹ Homi K. Bhabha (1990). “The Other Question: Difference, Discrimination and the Discourse of Colonialism”. *Out There: Marginalization and Contemporary Culture*. Russell Ferguson *et al* (eds.), pp. 85-86; Zeynep Çelik (1997). *Urban Forms and Colonial Confrontations: Algiers under French Rule*. University of California Press, p. 15.

estrutura, as aldeias da Concessão, apesar de integradas nesta unidade, passaram a ser mantidas pela SPAMOI, colocando os dois serviços em diálogo.

Desde a fundação da SPAMOI, observada anteriormente, que o trabalho nas aldeias seguia a um ritmo lento, porém consistente. No “resumo” dos primeiros quatro anos de actividade, feito em 1941, foram assinalados o início da construção de um “tipo único de aldeias para toda a região”, a “limpeza e arranjo” do alojamento de “contratados” e o início de alguns “ajardinamentos”. A apresentação deste ponto de situação como “conclusão final” sugeria o fim de um período experimental, aparentemente superado com distinção⁴¹². As notas internas revelam que Vilhena esperava, tal como nos relatórios da Concessão, por descrições mais detalhadas, que permitissem estudar e implementar novas formas e métodos construtivos. Às anteriores Aldeias de “Propaganda” juntavam-se as Aldeias “Modelo”, de “Aclimação” e de “Criados”, assim como as Aldeias de “Especializados e Assimilados”, diversificando as realidades morfológicas na Lunda.

Entre 1943 e 1945, dando marcha às orientações superiores, foi possível observar uma reforma na geografia das aldeias da companhia. Esta mudança, transversal a todos os grupos, teve uma maior expressão em Andrada, não só por ser aquela a sede da SPAMOI, como notámos, mas também porque seria ali que se concentrava o maior número de minas. Através de uma estratégia de concentração – possivelmente para equilibrar as dificuldades que se previam pela ambicionada ampliação da SPAMOI –, várias aldeias foram abandonadas e as que permanecem tornaram-se de maiores dimensões (um processo de reordenamento semelhante àquele que décadas mais tarde foi encetado para responder às movimentações da guerra colonial). O processo foi descrito como uma “transplantação de famílias”⁴¹³. Ao contrário da “fixação” das décadas de 1920 e 1930, a companhia mostrou então um controlo mais firme sobre o território – ou, pelo menos, na construção feita sobre ele, como apontam as dificuldades espelhadas em relatórios posteriores. Em paralelo, devido à exploração de novas minas e à actualização de processos construtivos, foram inaugurados outros grupos de aldeias, de grandes dimensões, como o Luxilo. Em 1946, feitos estes ajustes, a SPAMOI passou a trabalhar com 38 “aldeias de contratados”, numa média de 40 casas por aldeia, e um universo total de 7600 pessoas. E apesar do número de trabalhadores terem continuado a crescer, até aos 25.000 na década de 1960, a quantidade de aldeias sob vigia da SPAMOI manteve-se semelhante, evidenciando tanto a “optimização” do dispositivo como os limites da sua actuação.

Este não foi, porém, o maior impacto na paisagem da Lunda. A ambição da Diamang em afirmar uma cartilha “civilizadora” na região significava que já não bastava manter a SPAMOI concentrada nas aldeias de “contratados”. De facto, de acordo com a organização inicialmente planeada com Mottoulle, faltava avançar com um trabalho sistemático junto das chamadas “aldeias particulares”; ou seja, todas aquelas habitadas pela comunidade local. Como vimos, a companhia tinha todo o interesse em “atrair” e “estabilizar” estes trabalhadores “voluntários” ou potenciais candidatos e famílias, sobretudo pela economia que representavam à empresa. O menor controlo, porém, trazia também alguns desafios; na questão do espaço, que nos importa, estava certamente a impedir o processo de “aformoseamento” desejado pela SPAMOI.

⁴¹² SPAMOI: *Relatório anual de 1941* [1942]. UC/AD.

⁴¹³ SPAMOI: *Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

Interrogaremos esta situação à luz das políticas particulares das companhias mineiras, mas cumpre aqui notar a sua aproximação simultânea à estrutura colonial portuguesa. No caso de ajuste que agora vemos, os planos da SPAMOI foram, em muitos aspectos, semelhantes àqueles apresentados pelo Ministério das Colónias no “decreto relativo à organização social e económica das populações indígenas”, do ano anterior⁴¹⁴, reflectindo a dificuldade em fixar genealogias escoreitas e apontando para uma intersecção de vários modelos e estratégias. A propósito do “povoamento indígena”, o ministro Francisco Vieira Machado defendia “lugares com árvores que prodigalizem frutos”, “culturas permanentes”, assistência sanitária, escolas e maternidades e agrupamentos “segundo as raças”. A base para a formação de aldeias, a agrupar “segundo as raças”, seria o “casal indígena”⁴¹⁵, com uma casa “gentilica, mas higiénica” – uma referência mais tarde reciclada por Ernesto de Vilhena, como veremos. Se na redacção original a colonização das propriedades ficava circunscrita às empresas agrícolas, o parecer final argumentou que “a conveniência de fixar famílias indígenas na vizinhança do local do trabalho tanto existe para as empresas agrícolas como para as empresas pecuárias, mineiras ou industriais, devendo, portanto, alargar-se a todas elas o mesmo preceito”⁴¹⁶.

A alteração reforçou os planos que se experimentavam na Lunda, dando fôlego às manobras de reorganização do território laboral em Angola. Voltamos a notar que a companhia não estava sozinha nem actuava com “excepcionalidade”, como tantas vezes procurou vincar. Bem pelo contrário, participou num movimento amplo. Também na Companhia de Açúcar do Casseque, por exemplo, a operar na Catumbela, junto ao Lobito, este seria um período de “investimentos substantivos” nas aldeias para trabalhadores, onde se apostava em casas caiadas, com janelas, pontos de água potável, cozinhas e instalações sanitárias⁴¹⁷. No conjunto, todas estes projectos iluminavam o interesse crescente em melhorar as condições espaciais dos trabalhadores, partilhado entre vários actores não só em Angola, mas noutros pontos de África, onde se avolumava a relação entre “urbanização” e revoltas laborais⁴¹⁸. Ou seja, os debates sobre a habitação que veremos no terceiro capítulo, já no período do pós-guerra, tinham aqui as suas raízes, importando entender esta relação.

Na Lunda, esta reestruturação do território exigiu crescentes discussões sobre a localização das aldeias. Perante a tentativa de introduzir uma nova “aldeia tipo”, em 1944, que estudaremos mais à frente, o único “resultado visível” foi a fixação de “algumas dezenas de aldeias ao longo das estradas, (...) com casas alinhadas em locais previamente marcados”⁴¹⁹. Mais uma vez, este foi um processo comum na região, partilhado por outros agentes e poderes coloniais. À época, a implantação das aldeias em locais de maior visibilidade esteve em debate como um passo essencial para estabelecer

⁴¹⁴ “Projecto de decreto relativo À organização social e económica das populações indígenas”. Câmara Corporativa. Diário das Sessões. 3º Suplemento ao nº 104 de 1941, 16 de abril.

⁴¹⁵ Na redacção original da proposta, utilizou-se a expressão “casal de família”, em estreita relação com o estatuto já consagrado em Portugal. Contudo, explicava-se, “estando já na metrópole o «casal de família» subordinado a regras de direito que não podem aplicar-se ao casal de família do projecto [para as colónias], parece conveniente mudar-se a designação deste”. “Parecer sobre o projecto de decreto relativo à organização social e económica das populações indígenas”. Câmara Corporativa. Diário das Sessões. 3º Suplemento ao nº 104 de 1941, 16 de abril.

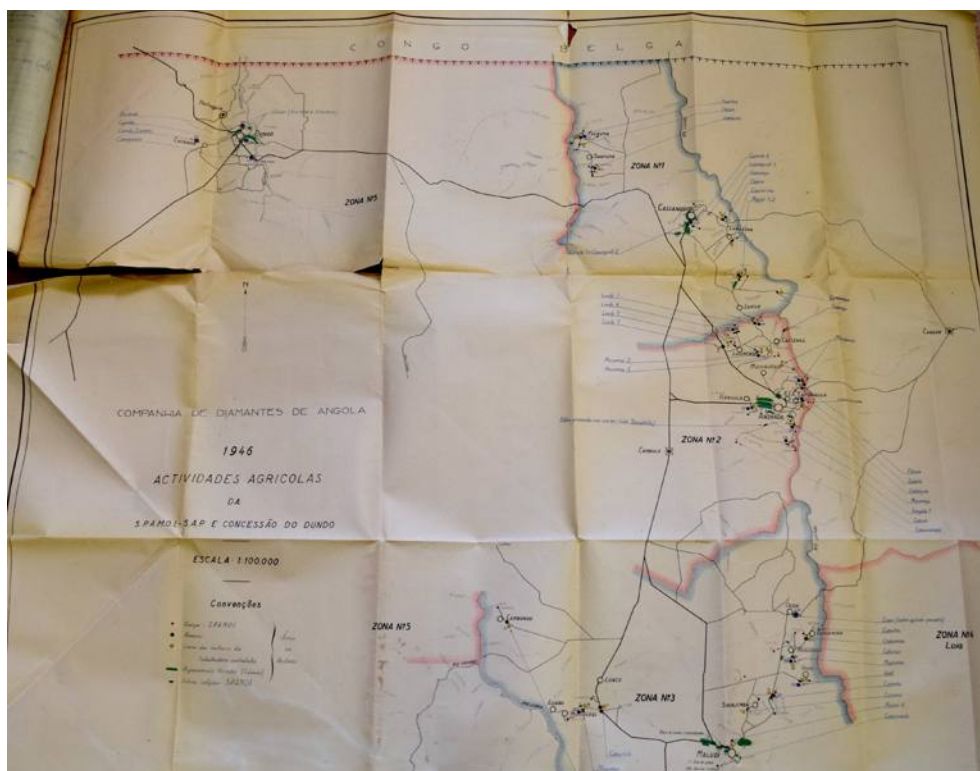
⁴¹⁶ Cf. ponto 22, “Parecer sobre o projecto de decreto relativo à organização social e económica das populações indígenas”. Câmara Corporativa. Diário das Sessões. 3º Suplemento ao nº 104, ano de 1941 de 16 de abril.

⁴¹⁷ Ball (2012). “Little Storybook Town...”.

⁴¹⁸ Ver, por exemplo, Frederick Cooper (1987). *On the African waterfront: urban disorder and the transformation of work in colonial Mombasa*. New Haven e Londres: Yale University Press.

⁴¹⁹ SPAMOI: *Relatório anual de 1943* [1944]. UC/AD.

relações mais próximas com potenciais trabalhadores e, em consequência, avançar para um maior controlo dos seus movimentos⁴²⁰. Na SPAMOI, admitia-se que nestes lugares a “fiscalização torna-se mais fácil e o aspecto geral é muito agradável”⁴²¹. A opção tinha alguns inconvenientes, uma vez que o traçado das estradas obedecia a lógicas diferentes das bases que orientavam para a produção de culturas hortícolas na aldeia⁴²², mas simplificaria a acção do serviço.



[29] Actividades Agrícolas da SPAMOI e da Concessão do Dundo, 1946
[Mão de Obra, SPAMOI, 1946-46, UC/AD]

Relatos subseqüentes mostram incerteza sobre o(s) caminho(s) a seguir, até porque os planos da SPAMOI esbarravam sucessivamente nas agendas das famílias visadas. Apesar de ser difícil esgrimir estes confrontos no arquivo, vale a pena sublinhar as notas que os sugerem, ainda que escassas. Por exemplo, a Diamang viu benefícios no acesso directo a alguns lugares, enquanto noutros prevalecia a orientação para abrir picadas de 200 metros até chegar à aldeia⁴²³, resguardando-a de outros olhares. Confrontados com estes dilemas, os sobas não hesitariam em pedir sucessivas marcações para as suas aldeias, confundindo as teias de controlo da empresa⁴²⁴. Argumentamos, neste sentido – e mais

⁴²⁰ Pesa (2014). “Moving along...” Agradecemos à autora a referência de semelhanças entre processos.

⁴²¹ SPAMOI: *Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

⁴²² No mesmo relatório, a propósito da localização das aldeias, admitiu-se: “não se pode dizer que seja o local próprio para lavras. As estradas estão quase sempre nos pontos mais altos, para fugir a ter de se construírem pontes, ou seja, precisamente nos terrenos de menor fertilidade”. SPAMOI: *Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

⁴²³ De acordo com as notas da direcção, esta era uma orientação “das autoridades”. Sugeriu-se “desviar as aldeias uns 200 metros para fora da margem da estrada; abrir pequenas estradas transversais e ao lado destas, aquela distância, construir as aldeias futuras”. Notas finais; SPAMOI: *Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

⁴²⁴ *Relatório anual da SPAMOI*, 1945. UC/AD. Na longa exposição que este relatório faz do processo, um parágrafo resume a incapacidade da companhia: “Antes de começarmos, apareceu-nos um soba a pedir uma nova marcação da aldeia, porque, por motivos de superstição, desejava abandonar aquela em que vivia. Marcámos-lhe a aldeia a 200 metros da estrada

uma vez, com estreitos paralelos com situações coevas em colónias vizinhas, como no distrito de Mwinilunga, na Zâmbia⁴²⁵ –, que o processo de territorialização da companhia foi participado pelas comunidades locais, conscientes das vantagens e desvantagens de se aproximarem do aparelho colonial. De facto, numa exposição confidencial ao Governo Geral de Angola, à época, a Diamang deixou transparecer a falta de controlo sobre a região:

“Na anterior exposição evitámos abordar a questão do deslocamento para a região das minas e a fixação de ‘pequenas unidades sociais’ ou ‘núcleos sociais completos’, embora essas operações continuem sendo de grande interesse para o povoamento da região mineira. (...) Mas a experiência tem-nos provado que tal deslocamento é praticamente impossível de ser conseguido”⁴²⁶.

Perante a resistência, tornou-se evidente para a companhia que a implementação de uma paisagem homogénea, considerada essencial à fixação das referidas “unidades ou núcleos sociais”, teria de ser enquadrada numa estratégia mais completa. Foi neste sentido que, nos anos seguintes, a SPAMOI recebeu outros desafios, igualmente com impacto no território. O plano geral de “fixação da população indígena através das culturas”, em particular, apresentado em 1943 como “bom método de colonização”, seguiu as principais directrizes do aparelho colonial⁴²⁷ e deu força à proximidade com a proposta de Vieira Machado. Este plano resultou em dois pontos: primeiro, deu-se o aumento da “área de propaganda”, que passou a estender-se numa vasta região desde a margem esquerda do rio Luembe à margem direita do rio Chiumbe. Aos cinco sectores de distribuição das aldeias de contratados juntaram-se sete zonas de acção junto das comunidades da região, exigindo transformações no serviço⁴²⁸. Depois, e como antes mencionámos, a mulher tornou-se um activo fulcral aos olhos da Diamang: por um lado, porque se entendeu que era um apoio indispensável ao homem, contribuindo simultaneamente para a sua fixação junto às minas e para a manutenção das aldeias e das casas; por outro lado, devido ao seu papel na manutenção das culturas de cultivo, traduzida em 18 plantações, distribuídas equitativamente entre os três grupos⁴²⁹, com maior expressão na Reserva da Cacanda e na Reserva do Cossa, entretanto criadas. Estas granjas deveriam ser apoiadas pelas chamadas “hortas indígenas”, lugares essenciais no desenho das aldeias, onde tanto mulheres como crianças iriam trabalhar. Por último, foi organizada a Escola de Orientação Rural com o objectivo de “preparar de colaboradores africanos para a SPAMOI”⁴³⁰. Entre os temas ministrados estavam os “trabalhos de

(conforme parecer do nosso director técnico). Não aceitou, alegando que nós próprios o tínhamos tirado do mato e agora para lá o mandávamos. Preferia ficar na antiga”.

⁴²⁵ Pesa (2014). “Moving along ...”

⁴²⁶ “Exposição ao Governador Geral de Angola, 11 de maio de 1942”. *Representante da Diamang*: diversos (confidencial), 1938-1946. UC/AD.

⁴²⁷ *SPAMOI: Relatório anual de 1942* [1943]. UC/AD.

⁴²⁸ Para aliviar o aumento do volume de trabalho na Concessão e Grupos, a SPAMOI agregou os trabalhos de construção e conservação da aldeias (acrescendo às anteriores responsabilidades de fiscalização e da chamada “propaganda de higiene”). Neste sentido, o serviço foi dotado de um papel activo na edificação destes lugares, cada vez mais numerosos. Para manter esta estrutura, foi essencial o aumento da mão de obra, que se traduziu na contratação de mais empreiteiros e tarefeiros, assim como na angariação de voluntários para os trabalhos nas “granjas” e para tarefas de “aformoseamento”. Neste ano, as equipas empregavam 241 homens, metade deles em Andrada. *SPAMOI: Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

⁴²⁹ Em Cassanguidi, as granjas Sampanho, Cartuchi, Cassanguidi 3, Luxilo; em Andrada, as granjas Cataila montante e jusante, Viveiro experimental, Mucunene 1, Lueme; e em Maludi, as granjas Mussolegi, Calembra, Muazanza, Cossa.

⁴³⁰ *SPAMOI: Relatório anual de 1945* [1946]. UC/AD.

aldeamentos [sic]”, a “coberturas de casas” e as “granjas”, sugerindo que esta entidade tenha sido também ponderada como um importante espaço de transmissão de conhecimento edificatório.

Ainda que os planos se avolumassem, a maioria dos resultados – ou a incipiência deles – deixou a descoberto a fragilidade das estratégias e difícil gestão do território, tal como lemos na missiva ao Governador Geral. Nesta esteira, a Diamang partilhou das condições de outras companhias belgas. Utilizando a excelente leitura de Benoit Heniet para o caso das Huileries, em Leverville, observamos uma estrutura idêntica: um aparente “enclave virtuoso”, preenchido por “utopias tropicais”, mas onde a “impotência” dos agentes coloniais foi recorrentemente afirmada pelos subterfúgios de “ilusão” das comunidades locais⁴³¹. Sobre a fixação das aldeias nas estradas, por exemplo, a Diamang reportou, em 1944, a morosidade e dificuldade sentidas na implementação de estratégias que levassem os “indígenas a abandonar os locais da sua “predilecção” – isolados, de modo a serem pouco incomodados – para se virem fixar ao longo das estradas, em aldeias alinhadas, limpas e alinhadas”⁴³². O facto da construção das casas só ser possível em parte do ano, na chamada “estação do cacimbo”⁴³³, era um dos motivos prementes no atraso dos trabalhos, revelando não só o pouco tempo útil de obra como para a natureza volátil das explorações, que amiúde baralhou a gestão das equipas. De facto, apesar do aumento destes contingentes, a mão de obra na Diamang continuou a ser escassa e criteriosamente racionada entre o trabalho nas minas e todas as restantes actividades de apoio.

Para além dos motivos mais técnicos, a empresa reconheceu ainda os entraves colocados pelos rituais e crenças da comunidade local, revelando incapacidade em dominá-los e, muito menos, em moldá-los. Por exemplo, agentes no terreno admitiam que “o aspecto ligeiro das construções tem a sua razão de ser na instabilidade que caracteriza as aldeias, visto que, perante a morte de pessoas importantes, a aldeia terá de ser queimada e abandonada”⁴³⁴. Era somada, portanto, outra fonte de instabilidade ao cenário construído, relevando um “sucesso” dependente das condições locais, tanto climáticas como sociais; e cujos contornos mais granulares não conseguimos ler, devido à escassez de relatos. Nem mesmo a Escola de Orientação Rural conseguiu grande alcance e a fraca adesão registada nos primeiros anos não permite certamente atribuir-lhe expressão na transmissão de matérias edificatórias. Até à década de 1950, o número médio de alunos foi apenas 15; e a partir de então a companhia começou a pagar mensalmente 36 angolares a cada matriculado, para não perder a (escassa) formação destas equipas⁴³⁵.

De facto, a expansão da SPAMOI seria mais tarde entendida como “dispersão”⁴³⁶, lembrando os obstáculos vividos na malha administrativa da companhia perante o inevitável crescimento. Ainda que na Concessão do Dundo e nos restantes grupos tivesse sido fácil gerir os trabalhos de “urbanização”, o mesmo não aconteceu nas aldeias. O aumento da área de “propaganda” na região, apesar de inevitável à extensão do ambicionado “poder infraestrutural” da Diamang, dificultou a manutenção

⁴³¹ Henriet (2021). *Colonial Impotence...*

⁴³² SPAMOI: *Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

⁴³³ Também conhecida como “estação seca”, ou seja, o período entre maio e agosto, caracterizado pela ausência de chuva, temperaturas mais baixas e pela constância de nevoeiro.

⁴³⁴ SPAMOI: *Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

⁴³⁵ SPAMOI: *Relatório anual de 1951* [1952]. UC/AD.

⁴³⁶ SPAMOI: *Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

de níveis anteriores de controlo. Alguns funcionários sugeriam inclusive a adopção do “sistema das autoridades”, passando a dialogar directamente com os sobas e não com cada comunidade, como era feito até então. A título de exemplo: no Posto do Cambulo, o alargamento da área de trabalho traduzia-se na visita sistemática a 502 aldeias, onde estavam contabilizadas 3709 pessoas; falando apenas os sobas, o número de contactos descia para 80⁴³⁷. Sendo óbvia a facilidade, os quadros da empresa, porém, não mostraram grande inclinação para este plano, apostando num caminho intermédio, que se manteria em constante afinação.

Por outro lado, o próprio aumento da mão de obra nas equipas da SPAMOI exigiu um “maior dispêndio de fiscalização”, abrindo caminho a “eventual repressão”⁴³⁸, de acordo com relatos internos. Se em 1944 foram necessários 241 homens, dois anos depois, perante o sucessivo crescimento dos níveis de construção, o serviço já somava 371 pessoas, mantendo a mesma dezena de empregados responsáveis. O eufemismo nas palavras esconderia a incapacidade em envolver estes contingentes por outros meios para além da coerção, perpetuando um ambiente produzido com recurso à punição física. Ainda assim, as equipas foram amiúde classificadas como “instáveis” e, por isso, deslocadas em conjunto, para garantir que não abandonariam as tarefas. Na verdade, como é possível entender noutras notas, um certo nível de impermanência seria desejável por parte da companhia, porque o volume de trabalho oscilava bastante de acordo com as épocas do ano, levando a períodos de “redução substancial” da mão de obra.

No debate sobre este tema, que se seguiu nos anos seguintes, a adjudicação externa foi apontada como possível solução, dando caminho a um dos temas que se seguem. Em 1947, na franqueza das observações de Noronha Feyo, então Director Geral da Diamang, ficou patente que “os trabalhos da SPAMOI deveriam ser feitos em regime de empreitada, a contratar com os sobas mais importantes”; assim teria acontecido “em tempos, na abertura de novas estradas, com os melhores resultados práticos: os trabalhos andavam mais depressa e evitava-se o correspondente movimento de mão de obra nos serviços que a registam e contabilizam”⁴³⁹. Feyo admitia os benefícios em delegar a gestão de algumas equipas, sobretudo aquelas a que a empresa não estava obrigada a contratar. O maior problema estaria na fiscalização dos “empreiteiros e tarefeiros”, mas, uma vez que estes não estavam enquadrados na legislação, poderiam facilmente ser ignorados, poupando a companhia ao seu acompanhamento. Como veremos no próximo capítulo, foi o clima das décadas seguintes – nas suas vertentes políticas, económicas, sociais, tecnológicas e científicas – a trazer diferentes conhecimentos, entendimentos e desafios, empurrando a Diamang para outra etapa edificatória. Importava disciplinar e urbanizar o território, mas com a disciplina certa, limites reajustados e muito pragmatismo.

⁴³⁷ *Idem.*

⁴³⁸ No relatório de 1944, lê-se que “a acção tem de ser contínua, persistente, moldando à complexa psicologia do indígena, ou melhor ainda, da indígena, que é com ela que mais contamos para a realização da obra da SPAMOI. De preferência a obrigar, temos de convencer. Vontade, paciência. (...). Mão de obra deve ser vigiada e eventualmente reprimida”. *SPAMOI: Relatório anual de 1944* [1945]. UC/AD.

⁴³⁹ “Observações do Director Geral”. *SPAMOI: Relatório anual de 1947* [1948]. UC/AD.



[30] Aldeia indígena de casas simples, 1938

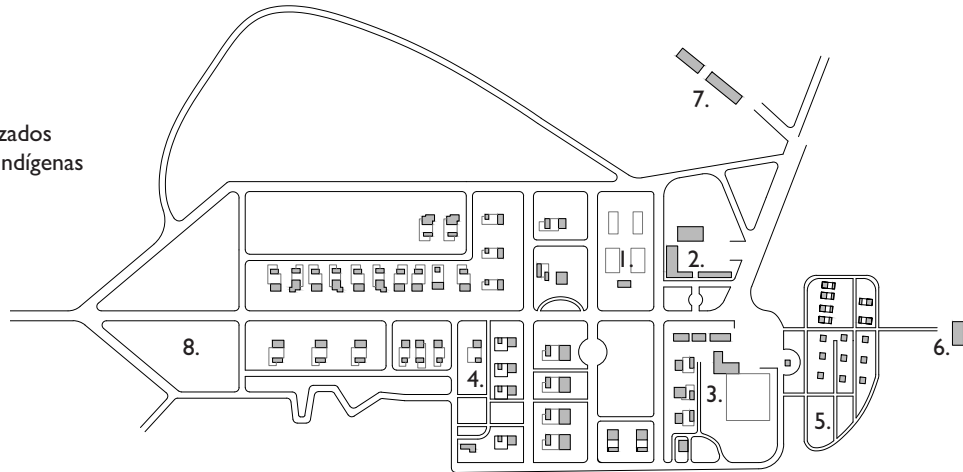
[31] Plantações nas proximidades das aldeias indígenas, 1938

[32] Mina de Catongula, um pormenor da aldeia, 1946

[Relatório sobre a Mão d'Obra Indígena, 1938; Relatório de Inspeção, 1946. UC/AD]

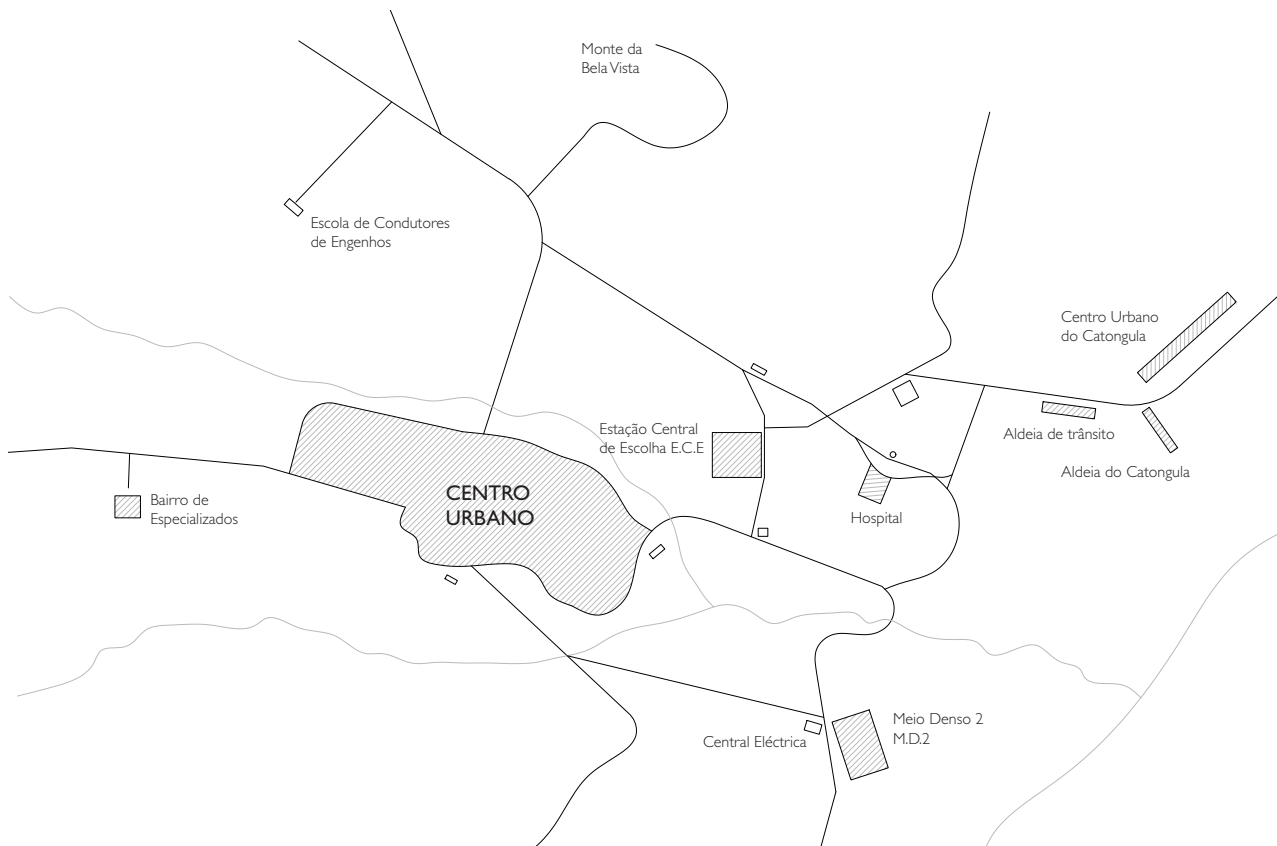
CENTRO URBANO DE ANDRADA, 1947

1. Casa do Pessoal
2. Oficinas
3. Escritórios
4. Viveiros
5. Bairro de Especializados
6. Armazém Venda a Indígenas
7. Locomóveis
8. Zona de expansão



CONCESSÃO DE ANDRADA, 1974

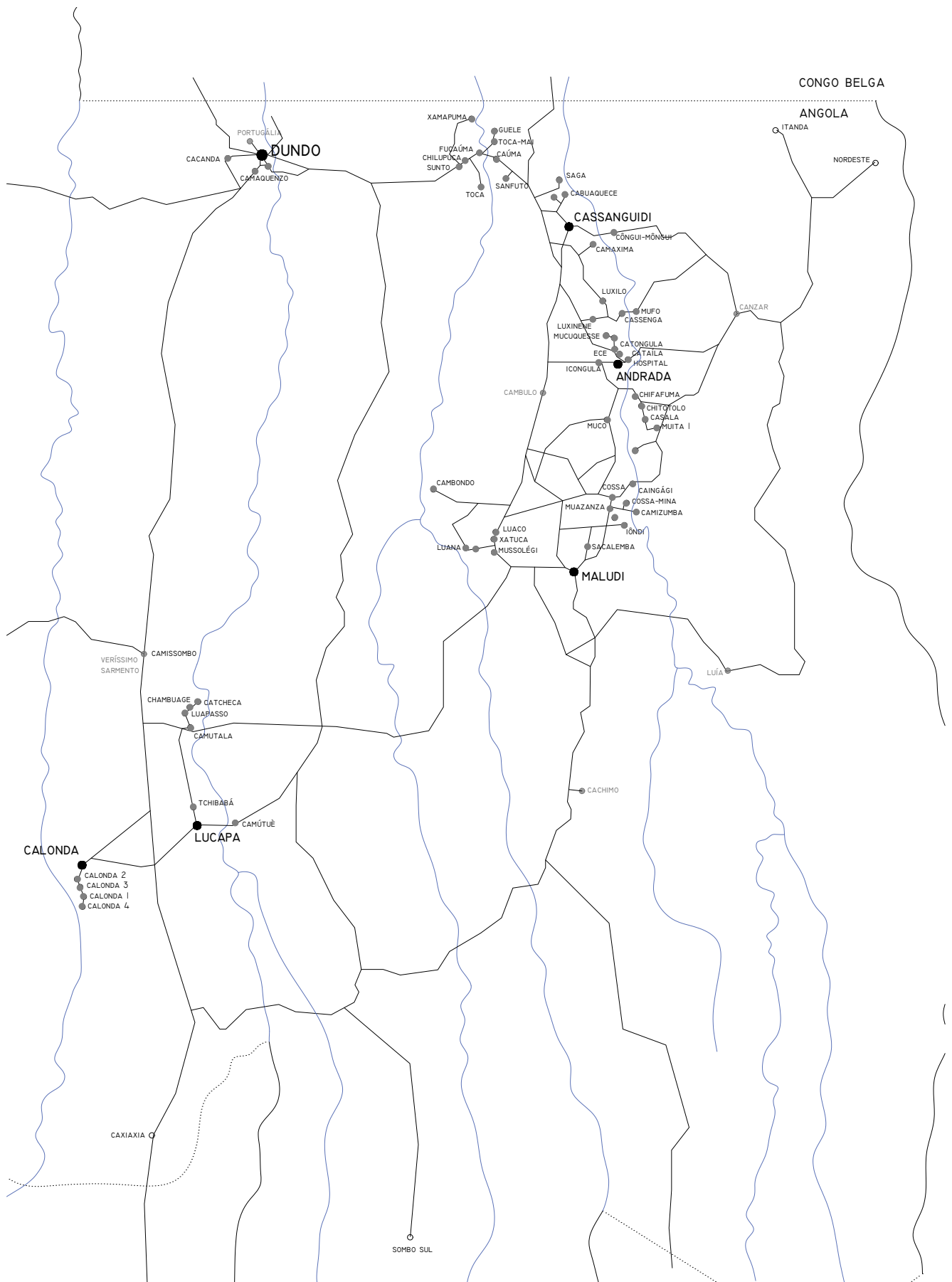
Área da Concessão: 801 ha



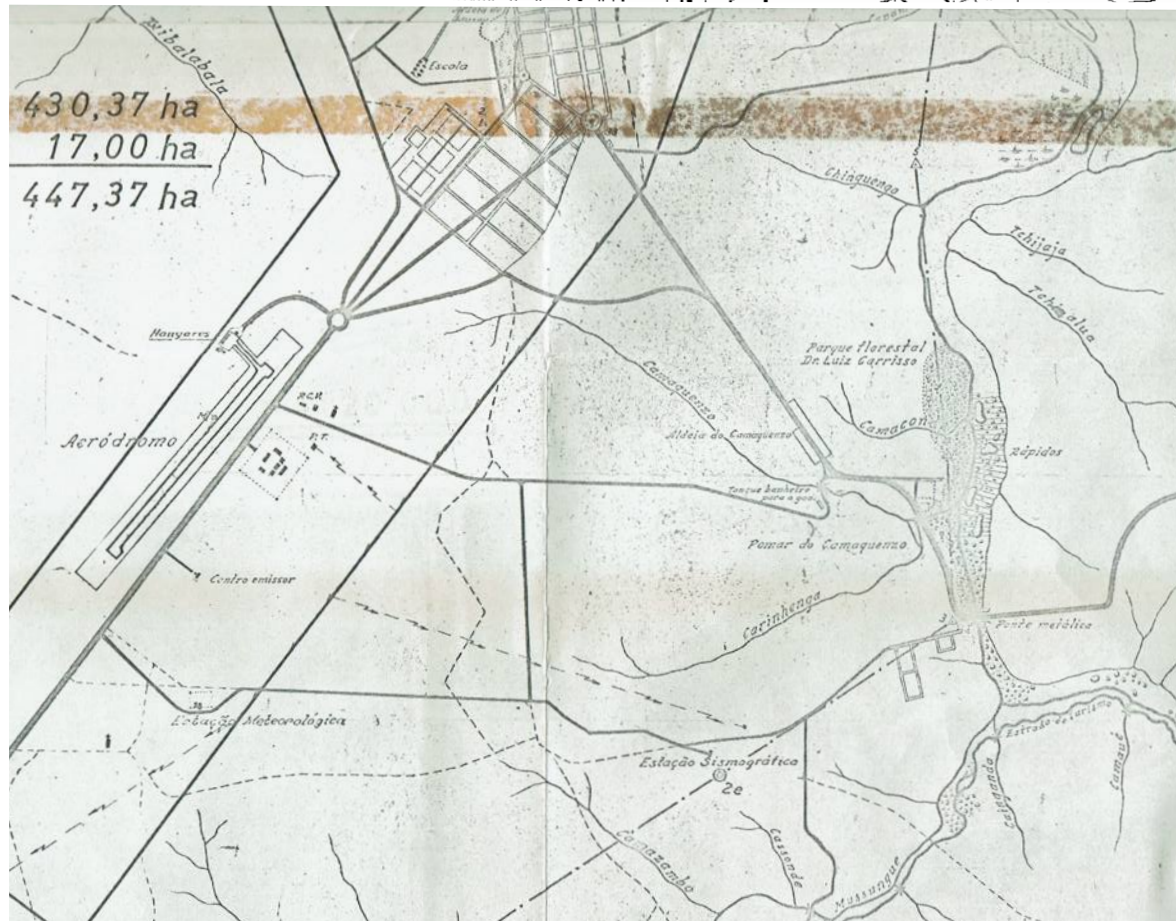
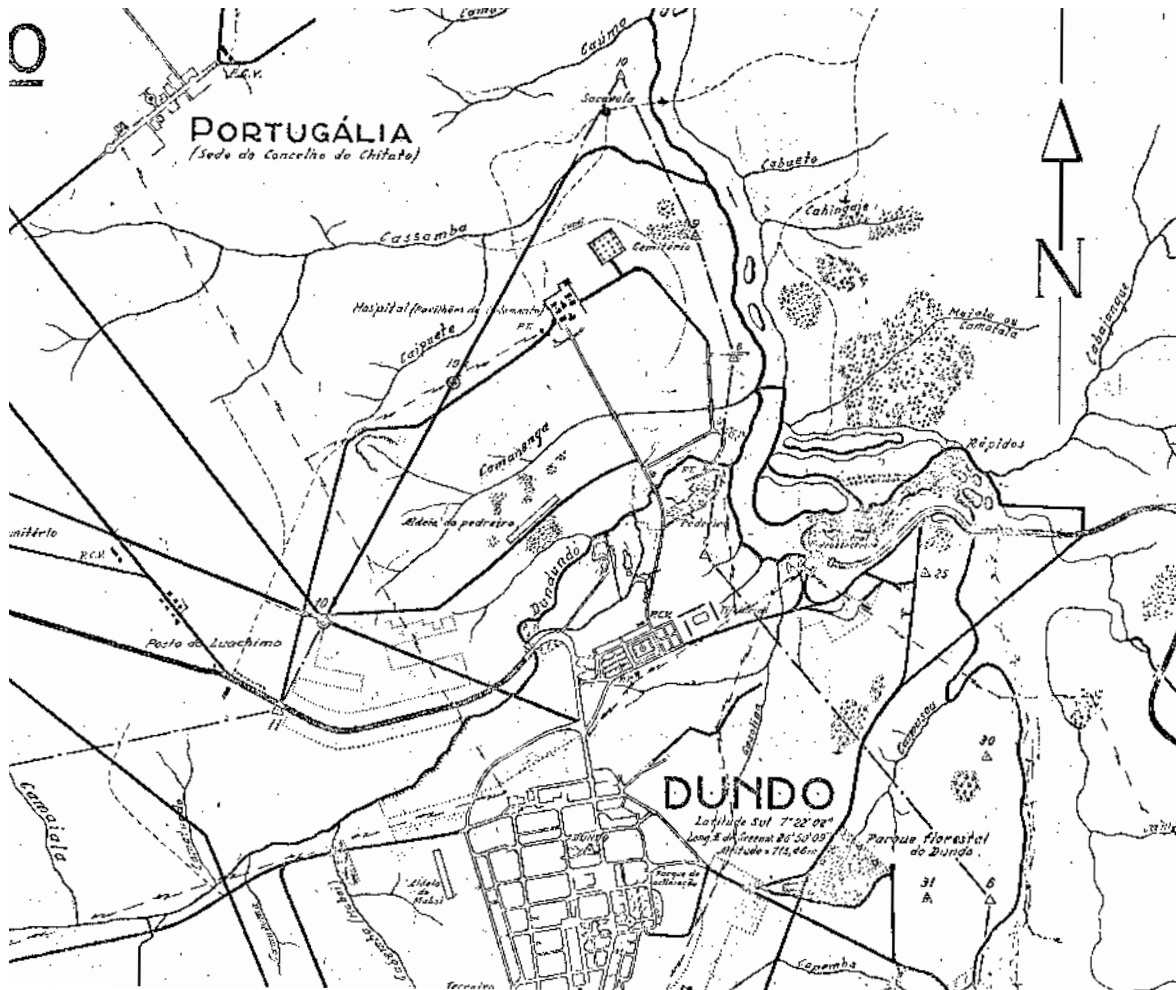
[•33] Centro Urbano de Andrada, 1947

[•34] Concessão de Andrada, 1974

[Urbanização e Saneamento da Lunda; Levantamento das áreas das explorações. UC/AD]



[•35] Aldeias da Diamang, 1970
 [Mapa da Região Diamantífera da Lunda, UC/AD]



I.4. A administração: generalização pragmática do dispositivo (1958-70)

“Somos aqueles que sabendo que estão tirando da terra o melhor que ela possui, procuram criar nela o que possa substituí-lo, construindo povoações, abrindo estradas e lançando pontes, plantando pomares, hortas e florestas (...), orientando toda a sua acção no sentido de erguer aqui uma grandiosa obra de colonização e de civilização portuguesa que, extintos os depósitos de diamantes, outros possam manter e continuar.”

– Ernesto de Vilhena, visita do Governador Geral ao Dundo, 1956⁴⁴⁰

Mais de trinta anos após a primeira visita de Norton de Matos às explorações da Diamang, Ernesto de Vilhena reiterou perante Sá Viana Rebelo⁴⁴¹, recentemente empossado Governador de Angola, as intenções de um futuro para o território da Lunda que excedia os diamantes. Apesar dos contextos notoriamente diferentes, a ideia de uma “civilização” patriótica, comum a ambos os discursos, continuou ancorada à construção de povoações e vias de comunicação, revelando a persistência das questões materiais na sustentação simultânea da companhia e do poder imperial português. Vilhena discursava depois de mais uma demorada visita a Angola, durante a qual tinha trabalhado em estreito contacto com os técnicos da empresa. Chegados àquela segunda metade da década de 1950, já perante uma nova ordem mundial em curso – na qual aconteciam as primeiras independências em África que em breve colocariam os “ventos de mudança”⁴⁴² a soprar no continente, a par do crescente escrutínio que interrogaremos na terceira parte –, havia ainda “muito caminho para andar”⁴⁴³. Importava, por isso, preparar a Diamang para a nova realidade.

[36 pág. anterior] Concessão do Dundo, 1970

[Levantamento das áreas das explorações, UC/AD]

⁴⁴⁰ *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.

⁴⁴¹ Horácio Sá Viana Rebelo (1910-1995), militar português, foi Governador Geral de Angola de 1956 a 1960. Encabeçou os Ministérios da Defesa Nacional (1968-73) e do Exército (1970-73) em Portugal. Foi ainda Presidente da Associação Industrial de Angola. Em 1961 publicou “Angola na África deste tempo: pensamento e acção no governo da província”, onde estão compilados alguns dos seus discursos.

⁴⁴² Expressão do célebre discurso de Harold Macmillan, primeiro ministro inglês, em 1960, que assinalou a erosão em curso do colonialismo em África. Para impacto no caso português ver Pedro Aires Oliveira (2011). “Harold Macmillan, os “ventos de mudança” e a crise colonial portuguesa (1960-1961). *Relações Internacionais*, 30, pp. 21-38.

⁴⁴³ Em resposta à pergunta de Vilhena, “quem é esta gente?”, Viana Rebelo respondeu com admiração, sublinhando a presença amp^ola da Diamang em Angola: uma “administração inteligente e firme; que tem nos lugares basilares pessoal técnico competente e decidido; que tem uma organização de trabalho perfeita, em que cada homem está no seu lugar; que tem uma massa operária trabalhadora, disciplinada, em que todos sabem aquilo que estão a fazer e em que se importam apenas com aquilo que têm que fazer; em que a exploração dá o rendimento económico que dá, que deve dar, e ainda em que existe uma larga actividade no sentido da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, e de toda aquela actividade, cultural, do espirito, de educação, de sanidade”. As tarefas da companhia, porém, estavam ainda inacabadas: “Muito tem ainda a Companhia de Diamantes a fazer na sua larga concessão; e ainda bem que assim é, porque é a forma de manter sempre permanente aquela expectativa estimulante pelas coisas futuras (...). Portanto, ainda bem, repito, ainda bem, que a Companhia tem a sua frente tanto que fazer, tanto caminho para andar”. *Discurso do Governador Geral durante a visita à Lunda*, 6 de Janeiro de 1957. *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.

No terreno cruzaram-se várias questões significativas, que nos importa entender. Por um lado, o “boom” do pós-guerra no mercado de diamantes impeliu a companhia a ampliar e afinar as suas operações, até então concentradas no canto nordeste de Angola. Prospecções recentes na região do Cuango, distrito de Malange, mostravam a presença de promissores campos diamantíferos, sugerindo a abertura de novos centros de trabalho a oeste. Por outro lado, a discussão em torno da revisão do contrato entre a Diamang e o Estado português, firmado em 1955⁴⁴⁴, reforçou a necessidade de combater a posição cada vez mais anacrónica da companhia dentro do cenário imperial. Após um período de relações conturbadas entre a empresa e vários órgãos do aparelho administrativo⁴⁴⁵, ao qual se somavam os debates sobre a organização da lapidação de diamantes em Portugal, a patrocinar pela Diamang⁴⁴⁶, esta frisava o seu papel “a fazer aproveitar habilmente pelo Estado de um excelente instrumento para a sua própria actuação na Província”⁴⁴⁷.

Consciente da instabilidade que ameaçava os projectos coloniais, tanto em Angola como noutros planos internacionais, a companhia procurou posicionar-se como parte da estratégia de governo e “governabilidade”⁴⁴⁸. Foi, portanto, na tentativa de dar resposta a novas e voláteis exigências políticas, técnicas e sociais que a Diamang avançou para uma actualização do seu protocolo construtivo. O território, reflexo amplo desta dinâmica, foi traduzido em dispositivos genéricos, simultaneamente legíveis à comunidade da Lunda, à esteira soberana portuguesa e ao crescente escrutínio externo.

O presente capítulo explora esta etapa de expansão e consequente ajuste formal que se iniciou em 1957 e que se prolongou até depois da independência de Angola, celebrada em 1975. Neste arco cronológico destacam-se duas dinâmicas fundamentais, de eixos diferentes, mas sobrepostos, que analisamos em secções distintas. A primeira, este-oeste, explora os impactos da ampliação das zonas de exploração e construção das novas povoações de Calonda, Lucapa e Luzamba, entre 1958 e 1967,

⁴⁴⁴ Conforme mostrou Mathias Alencastro, no início da década de 1960 a Diamang tornou-se “um símbolo de rigidez colonial e anacronismo para a nova onda de burocratas modernizadores que emergiram nessa época”. Mathias Alencastro (2019). “Diamantes, desenvolvimento e conflito: o papel do setor mineiro na política de estado e de guerra no Estado colonial tardio de Angola 1961-1974”. *Revista de História*, 178, p. 4.

⁴⁴⁵ Ernesto de Vilhena acusou Agapito de Silva Carvalho, Governador Geral de Angola entre 1947 e 1956 (antecessor de Sá Viana Rebelo), de ter “tomado de ponta” a Diamang, “valendo-se de tudo para nos prejudicar, ofender e desprestigiar”. Mais tarde, alertou que “a atitude dos agentes do Poder em Angola pode levar à ruína da companhia”, explicando que “tem-se dito e feito, a nosso respeito, muita fantasia, frequentemente para mal e em nosso prejuízo, de outras vezes, em optimismos, igualmente exagerados, faltos de critério prático e positivo”. Correspondência entre Vilhena e Salazar, 2 fevereiro 1953; dezembro de 1955. *Notas e Apontamentos Diversos* 1º. ANTT, PT/TT/CDA/1/01. Em 1956, já num cenário político mais calmo em Angola, foram as acusações de Francisco Cunha Leal, na Assembleia da República, em Lisboa, a destabilizar a administração da empresa. Cunha Leal (1957). *Coisas do Tempo Presente: Coisas da Companhia de Diamantes de Angola*. Lisboa: Edição de Autor.

⁴⁴⁶ A Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes (Dialap) foi fundada em 1957, sob a presidência de Ernesto de Vilhena e com intervenção do grupo Oppenheimer/Anglo American. Após um exigente processo de negociações com o Estado português, a Diamang financiou a ida de aprendizes para lapidagens estrangeiras e ainda a viagem de um arquitecto [que desconhecemos] a Londres para estudar as condições necessárias à indústria. *Notas...* 1º e 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/01 e 02. A fábrica de lapidação em Lisboa, projectada pelos arquitectos Carlos Ramos e António Guerra em 1960, situa-se na Av. Marechal Gomes da Costa, e hoje é utilizada pela RTP. Sobre o projecto de arquitectura ver Deolinda Folgado (2014). “Dialap: o contributo de uma fábrica de lapidação de diamantes na modernização de Lisboa”, *Revista de História da Arte*, 11, pp. 253-265.

⁴⁴⁷ Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Salazar, 1953. *Notas...* 1º. ANTT, PT/TT/CDA/1/01.

⁴⁴⁸ Confidente de Vilhena, Salazar mostrou preocupação com as mudanças na geopolítica colonial: “Esperemos que os grandes deste mundo nos deixem continuar a nossa obra pacífica e civilizadora. É necessário, no entanto, estar atento, porque as forças hostis nos cercam de todos os lados e entre as hostis devemos considerar mesmo as que deviam ser amigas e ajudar-nos”. 14 de Setembro de 1960. *Notas e Apontamentos Diversos* 3º. ANTT, PT/TT/CDA/1/03.

que resultou numa alteração dos métodos de trabalho e ocupação do território; a segunda, norte-sul, estuda os projectos e manobras de “reordenamento” e alargamento das redes de infraestruturas da Lunda, a partir de 1963, que culminaram com adaptação da Diamang a novas circunstâncias sociais e políticas. Neste sentido, o ataque ao poder colonial, à semelhança do que aconteceu noutras geografias, foi um expressivo catalisador de novos planos⁴⁴⁹, entrelaçando idiomas de “repressão” e “desenvolvimento”⁴⁵⁰.

As mudanças aconteceram tanto ao nível do desenho do espaço, com o estudo e introdução de novos traçados urbanos, assim como na reutilização de materiais e na aplicação de técnicas de construção mais céleres, com recurso aos módulos e à repetição ou ainda às empreitadas. Em paralelo, a percepção da importância do povoamento promovido pela Diamang na consolidação do território de Angola ganhou outras nuances, tornando-se mais premente e persistente. Ainda que o contexto tenha exigido um planeamento pragmático, este nem sempre esteve alinhado com os projectos das autoridades coloniais, permitindo à companhia manter a distância suficiente para seguir um caminho próprio, que Vilhena lançou então como “estranho e anómalo”⁴⁵¹.

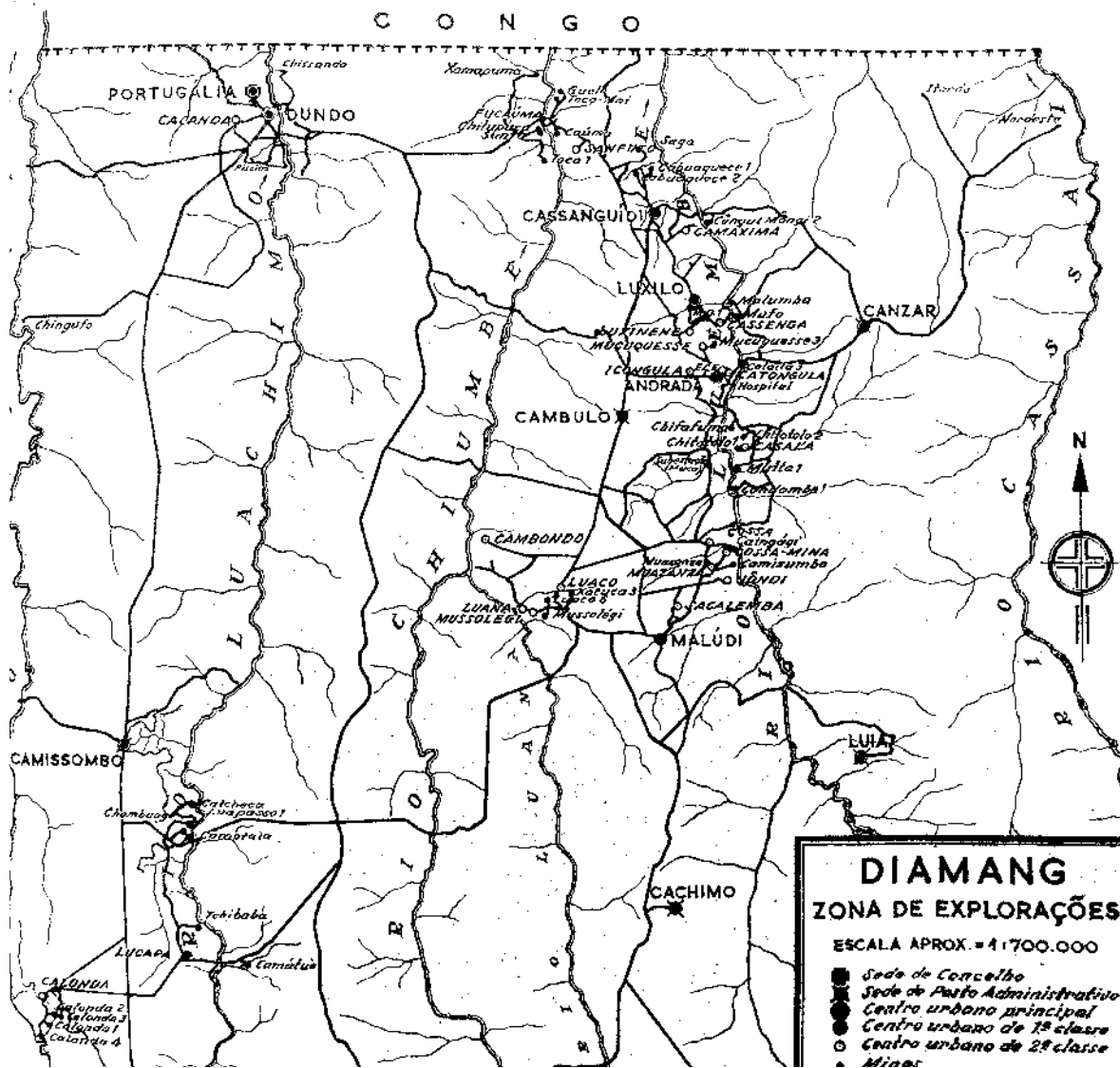


[37] Lançamento da povoação do Lucapa, com mata de eucaliptos envolvente, 1965
[Urbanização e Saneamento na Lunda, 1965-66, UC/AD]

⁴⁴⁹ Milheiro (2017). *Arquitecturas Coloniais...*

⁴⁵⁰ Miguel Bandeira Jerónimo (2018). “Rural (In)Securities: Resettlement, Control and ‘Development’ in Angola (1960s–1970s)”. *Comparativ*, 27, pp. 75-97; Miguel Bandeira Jerónimo (2018). “Repressive Developmentalisms: Idioms, Repertoires, Trajectories in Late Colonialism”, Andrew Thompson and Martin Thomas (org.), *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*. Oxford University Press, pp. 537-554.

⁴⁵¹ *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.



[38] Zona de Explorações da Diamang, 1963
 [Urbanização e Saneamento na Lunda, 1965-66, UC/AD]

– “Far West”: novas geografias urbanas

“A nossa companhia prossegue numa caminhada para os longes do Oeste e vai deixar novas povoações que serão marcos da sua presença uma Angola em progresso. As novas áreas de urbanização não precisarão de sofrer o espartilhamento do traço geométrico que as caracteriza até agora. Em todos os centros urbanos do mundo, o passado ensina o presente e este o futuro.”

– Inspecção de Saneamento e Urbanismo da Diamang, 1965⁴⁵²

Apesar da actividade da Diamang se ter fixado no eixo Dundo – Maludi durante quase quarenta anos, como antes observámos, as missões de prospecção decorreram de forma constante por todo o território. Se naturalmente estes trabalhos se concentravam junto aos cursos de água da região do Chitato, onde a estrutura industrial já estava montada, a companhia enviou com regularidade equipas para paragens mais distantes, procurando tirar partido da extensão concessionada pelos contratos com o Governo português. No início da década de 1950, com nove missões em curso, os técnicos apostavam sobretudo no Alto Zambeze, junto à fronteira este com o Congo Belga, para onde se teria inclusive contratado um levantamento cartográfico por meio aéreo⁴⁵³. Todavia, após vários resultados desanimadores, foi a margem ocidental do rio Cuango, na região de Malange, a revelar promissores afloramentos de kimberlite, em 1957⁴⁵⁴.

Inaugurou-se assim a presença da Diamang nos “longes do Oeste”⁴⁵⁵. As povoações do Calonda, Lucapa, Luzamba e Cuango foram construídas nos anos seguintes para sustentar esta ampliação. De acordo com as notas do serviço de Saneamento e Urbanismo, que lemos na epígrafe, estes lugares seriam considerados “marcos” concorrentes no “progresso” de Angola, importando, por isso, estudar o seu traçado. Fazendo eco do discurso “desenvolvimentista” que então dilatava nas teias imperiais⁴⁵⁶ – cujos contornos mais amplos analisaremos na próxima secção –, a Diamang não apagava o passado, mas desejou “ensinar” e reconfigurar o futuro.

O afastamento dos trabalhos da linha limítrofe para o interior de Angola, convergindo para o antigo desejo de Bento Roma, encetou um trajecto que teve tanto de real como de simbólico. Para além do ajuste na dimensão territorial da empresa, o desbravamento de novos locais de exploração significou um progressivo abandono das orientações Forminière-Burnay, impondo uma diferentes formas à estrutura edificada e a edificar na Lunda. Apesar da confiança de Viana Rebelo na batuta de Vilhena,

⁴⁵² Relatório de *Inspecção de Saneamento e Urbanismo da Diamang*, 1965. UC/AD.

⁴⁵³ “Prospecção das bacias hidrográficas dos rios Luembe e Chiumbe, desde a fronteira até ao paralelo 810, com uma superfície de cerca de 5000 km²”. *Relatório mensal dos administradores...* 1951, p. 6. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

⁴⁵⁴ *Relatório do Conselho de Administração da Companhia de Diamantes de Angola*, 1957 [1958], p. 26. ANTT, PT/TT/AOS/D/N/2/11/1.

⁴⁵⁵ Relatório de *Inspecção de Saneamento...*, 1965. UC/AD.

⁴⁵⁶ Jerónimo (2018). “Repressive Developmentalism...”; Alencastro (2019). “Diamantes...”

que reputou como “a alma, o coração, os nervos e até o músculo” da Diamang⁴⁵⁷, os anos seguintes foram pontuados por clivagens e reestruturações sucessivas na estrutura de decisão da companhia. O Administrador assumiu a necessidade de renovar os processos de desenho do espaço, sobretudo na aposta de estudos mais locais – e, portanto, cada vez mais independentes das suas considerações –, mas nunca deixou de insistir na manutenção dos centros urbanos como a “prova cabal de, na Lunda, não ser incompatível a utilidade técnica com a beleza geral e local dos arranjos que aquela exigir”⁴⁵⁸. Se os avanços técnicos e a volatilidade política impeliam a direcção da Lunda a procurar soluções pragmáticas, Vilhena sublinharia sempre a importância de manter a cartilha de “aformoseamento” urbano.



[39] Primeiras construções no Centro Urbano do Lucapa, vista aérea, 1963

[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63, UC/AD]

Apesar da sua persistência, rapidamente se tornou evidente a desadequação dos antigos ideais paternalistas face às novas imposições sociais, económicas e legais. A “comunidade corporativa”, que em grande medida tinha sustentado os anteriores compromissos edificatórios da Diamang, teria desaparecido⁴⁵⁹. A entrada de novos empregados, com uma preparação mais técnica, impôs gradualmente um ímpeto reformador que tentou equilibrar as exigências da exploração com uma maior consciência do carácter permanente das povoações mineiras da Lunda. A década de 1960 trouxe o “pico da industrialização” nos campos mineiros da África Central, com as companhias de extracção a afirmarem-se como “força social dominante” do território⁴⁶⁰. A fundação de novos centros

⁴⁵⁷ Discurso do Governador Geral durante a visita à Lunda, 6 de janeiro de 1957.

⁴⁵⁸ Telegrama de Ernesto de Vilhena, 23 de novembro de 1965. *Lunda: Urbanização e Saneamento, 1960-1966*. 84X,6 (5º). UC/AD.

⁴⁵⁹ Entre os accionistas da Diamang comentou-se que “a camada mais moderna do pessoal não tem o mesmo *esprit de la maison* [espírito da casa] que empregados antigos. Mas tudo está a ser feito para que se sintam em casa, bons vencimentos, comodidades e distrações que é possível introduzir ou adaptar em meios tropical”. *Acta da 52ª reunião da assembleia geral (ordinária) dos accionistas da Companhia de Diamantes de Angola, 28 de Junho de 1957*. Voltaremos à espacialização desta “comunidade corporativa” na parte 3 do trabalho.

⁴⁶⁰ Timothy Makori (2017). “Mobilizing the past: creuseurs, precarity and the colonizing structure in the Congo Copperbelt”.

urbanos na Lunda, concorrente com este movimento, mobilizou, portanto, uma resposta já distante da senda anterior. Se por um lado a companhia estaria mais atenta às lições teóricas do “urbanismo tropical”⁴⁶¹, por outro carecia de lógicas de otimização dos recursos e do espaço.

Neste ímpeto de transformação – e por causa dele –, assinalou-se também a nomeação de Gijbert Paz Andringa⁴⁶² para a Direcção-Geral da empresa, em 1957. Engenheiro com larga experiência na Lunda, Paz Andringa revelou querer “fazer muito e mudar muito”, forçando os seus colegas a “ver novos horizontes” que combatessem a “rotina de estagnação”⁴⁶³ aparentemente instalada no terreno. De modo a cumprir os ambiciosos objectivos para a década seguinte – que passavam não só pela mecanização em larga escala dos trabalhos nas minas, mas também pela conclusão da electrificação em curso, modificação dos processos de gestão da mão de obra e planificação de um grande volume de construções –, Paz Andringa montou uma nova orgânica para a Diamang, pautada por duas bitolas: economia e educação. Estes dois valores, a transportar para todas as áreas da corporação, trouxeram significativas consequências na gestão e desenho do território: contratação de técnicos com cursos superiores para os serviços de construção, maior otimização das obras e equipas, contratação de empreitadas, introdução de tipologias habitacionais de maior rendimento (casas de dois pisos, camaratas e blocos colectivos) e largo desenvolvimento da rede escolar – um conjunto variado de matérias que trataremos nesta e outras partes deste trabalho.

Como veremos na próxima parte, a “urbanização” estava a ser suplantada pelo “urbanismo” e isso significou sobretudo uma mudança de escala e um olhar mais amplo, coeso e informado sobre a organização do território e respectivos dispositivos. Neste âmbito, o estudo do percurso urbanístico da Diamang aponta para uma convergência com a produção de promoção pública que se materializava em território colonial⁴⁶⁴. Num processo de responsabilidade partilhada, foi inevitável à companhia abrir mão da “excepcionalidade” com que se tinha afirmado dentro do império português. Enquanto a organização da Lunda se mostrou incapaz de cobrir o próprio crescimento – que teria de acontecer necessariamente apoiado em matérias e métodos mais teóricos e técnicos, em sintonia com o “imperialismo do conhecimento” lançado no pós-guerra em África⁴⁶⁵ –, os restantes agentes coloniais, à luz de debates nacionais e pressões internacionais, tinham ombreado a capacidade de concretização da empresa.

África, 87, International African Institute, p. 785.

⁴⁶¹ Expressão utilizada pelos técnicos da Diamang, como analisaremos no segundo capítulo. A mobilização deste conceito fez eco da disciplina edificatória nas colónias africanas, sobretudo a partir do final da década de 1940, após a sua popularização pela publicação *Village Housing in the Tropics*, de Fry e Drew, em 1947, e pelo curso de *Tropical Architecture* da *Architectural Association*, em 1954. Vasco Vieira da Costa, arquitecto do Gabinete de Urbanização Colonial, apresentou “Breves considerações sobre o urbanismo tropical em zonas rurais” nas *Segundas Jornadas de Engenharia e Arquitectura do Ultramar: Comunicações IV*, em 1969, onde, através desta mesma expressão, tentou sintetizar o conhecimento adquirido e praticado pelos profissionais de arquitectura nas colónias portuguesas.

⁴⁶² Paz Andringa foi engenheiro militar português e entrou ao serviço da Diamang em 1936. Em 1947 tornou-se Director dos Serviços Técnicos da Exploração. No início da década de 1950 fez viagem aos EUA, financiada pela empresa, para “aperfeiçoar os métodos da companhia e recolher material técnico” (correspondência entre Vilhena para Salazar, 27 de novembro de 1952). Em 1957 foi nomeado Director Geral da Diamang.

⁴⁶³ Correspondência Paz Andringa e Ernesto de Vilhena, 10 de dezembro de 1957. *Direcção Geral*, 1957-1958. UC/AD.

⁴⁶⁴ Ver Milheiro (2017). *Arquitecturas Coloniais...*

⁴⁶⁵ Frederick Cooper (1997) [2016]. “Burocratas modernizadores, africanos atrasados e conceito de desenvolvimento”. *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Edições 70, pp. 129-172.

A administração da Diamang mostrou saber que o processo de ampliação territorial da companhia exigia controlo e disciplina, não só na actualização dos protocolos de produção do espaço, mas também na gestão de lugares que suportassem este crescimento. De acordo com a avaliação dos serviços, a maior dificuldade estava em gerir a “contraditória” falta de pessoal e de edifícios para o alojar. Sendo necessário contratar mais técnicos, não faltavam indicações para “avivar no espírito dos construtores [da companhia] a poupança e racional utilização dos materiais”⁴⁶⁶, que permitissem equilibrar orçamentos e processos.

Urgiram alterações nas estratégias de territorialização da empresa. Na consequência directa deste ajuste e reflectindo o crescente carácter técnico das operações, foi fundada a Divisão dos Serviços de Construção e Transportes (DSCT), em finais de 1957. O espaço da Diamang já não dependeria apenas da figura contida e minuciosa da “Concessão”, mas também de uma visão mais alargada e pragmática do conjunto. A DSCT foi a primeira estrutura da companhia a autonomizar os serviços dedicados à edificação, na qual ficaram agrupadas as equipas de transportes, oficinas, construção civil, estradas e serrações⁴⁶⁷. A antiga Secção de Estudos e Projectos foi substituída por um Gabinete de Estudos, que operava dentro da Divisão. A mudança nominal intentou “elevar a importância hierárquica da secção”, de modo a ocupá-la com empregados de formação superior. A equipa contava com alguns engenheiros⁴⁶⁸, mas faltaria um grau superior de especialização⁴⁶⁹.

Por outro lado, importou esgrimir o território de outra forma. O “desenvolvimento extraordinário” que se verificava nas povoações, pressionado também pelas necessidades militares, teria resultado na incapacidade de “chegar a tudo com a minúcia de outros tempos”. Os serviços de Concessão do Dundo queixavam-se, por exemplo, de terem perdido o “controlo que há uma década permitia manter centenas de árvores inventariadas e até [d]as próprias aldeias nativas, [que] mesmo que escondidas nos capinzais, estavam numeradas e faziam parte dos Kardex⁴⁷⁰ da Concessão”⁴⁷¹. Em consequência, a direcção admitia inclusive que algumas aldeias em torno da povoação tinham “caído na miséria”, motivando um “certo embaraço”⁴⁷². Por isso, fazendo eco das ideias de Noronha Feyer, que vimos no capítulo anterior, o recurso à empreitada foi crescendo na empresa.

⁴⁶⁶ *Relatório Anual dos Serviços de Construção Civil*, 1957. UC/AD.

⁴⁶⁷ A estrutura da empresa foi dividida em Serviços Técnicos, Serviços de Saúde e Serviços Administrativos, sendo que a DSCT respondia directamente ao Director destes últimos. “Esquema de uma modificação na estrutura orgânica dos Serviços da Direcção Geral”, 1957. UC/AD.

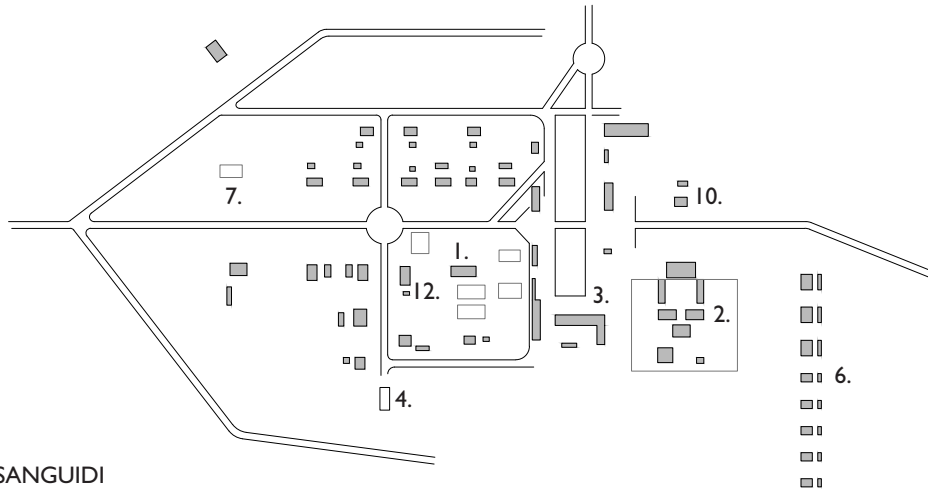
⁴⁶⁸ Alfredo Pino, chegado à companhia em 1951, ficou dedicado aos estudos, enquanto Carlos Jorge, empregado de longa data na Diamang, se manteve como chefe da construção civil. O engenheiro civil Lobo Fernandes, um homem “do terreno”, foi indicado para chefe da secção.

⁴⁶⁹ Paz Andringa admitiu a hipótese de utilizar empregados em funções, fazendo eco da polivalência técnica defendida por Vilhena e elogiando “homens quem não sendo engenheiros diplomados, são excelentes técnicos e bons managers”. Porém, a contratação premente de um desenhador e de um economista, com valências muito particulares, exigiu novas estratégias. Correspondência entre Andringa e Vilhena, 10 de dezembro de 1957. *Direcção Geral*, 1957-1958. UC/AD.

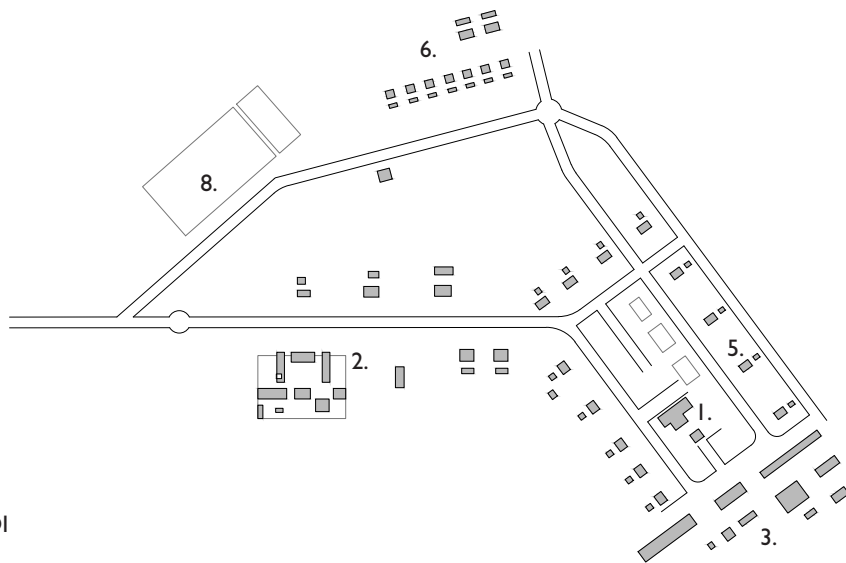
⁴⁷⁰ Referência a sistema de arquivo, através de fichas organizadas num armário, em determinada ordem, que resultou no desenvolvimento do “index card” como modo de armazenamento de dados.

⁴⁷¹ Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1963. *Concessão do Dundo: organização, relatórios, correspondência conexa*, dezembro de 1963 a maio de 1964. 84X,6 (23^o). UC/AD.

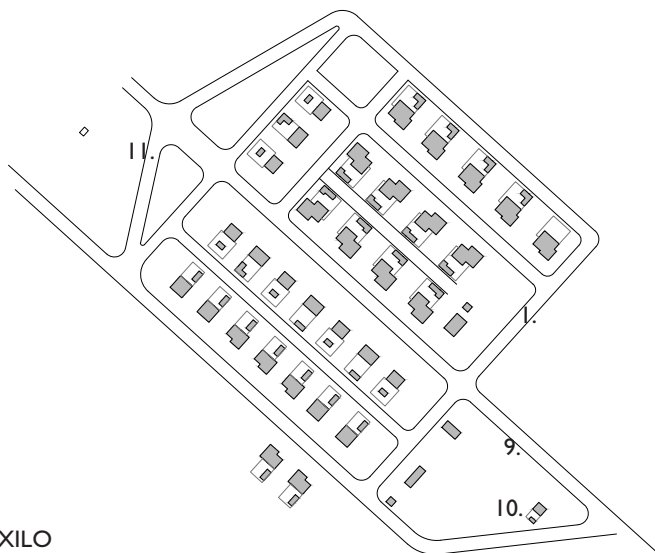
⁴⁷² Correspondência Paz Andringa e Ernesto de Vilhena, 10 de dezembro 1957. *Direcção Geral*, 1957-1958. UC/AD.



CASSANGUIDI



MALUDI



LUXILO

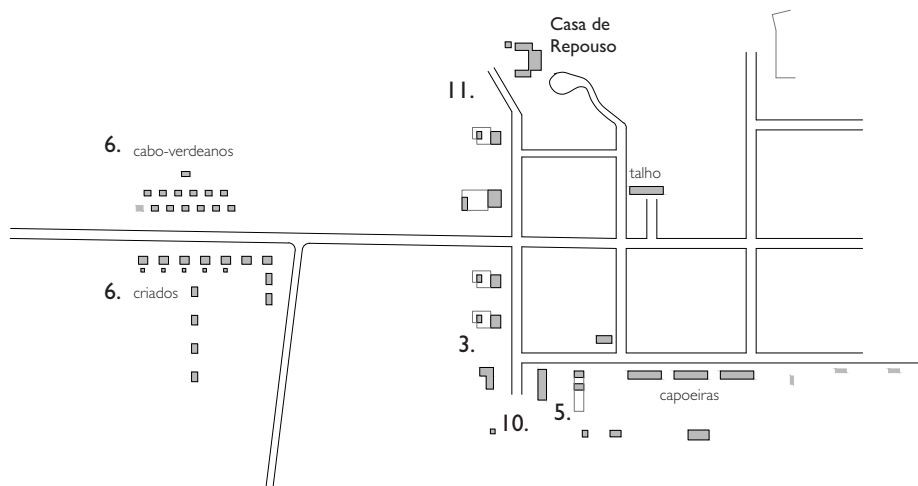
1. Casa do Pessoal
2. Hospital
3. Oficinas
4. Capela
5. Escola
6. Bairro dos Especializados
7. Piscina
8. Campo de jogos
9. Armazém de Venda a Indígenas
10. Gasolina
11. Depósito de água
12. Casa de trânsito

[•40] Planta de Cassanguidi, 1958, por J. Mourão

[•41] Planta de Maludi, 1958, por A. Teixeira

[•42] Planta do Luxilo, 1958 (Centros Urbanos de Andrada, por Lázaro e Espírito Santo)

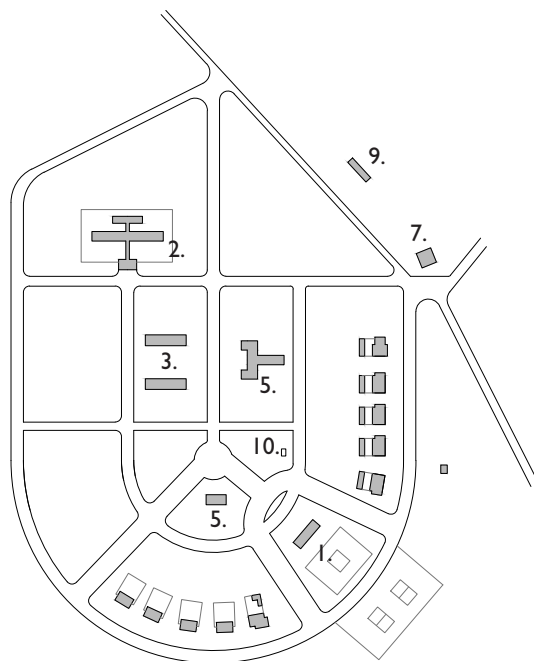
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1955-58, UC/AD]



COSSA



FUCAÚMA



CALONDA

- 1. Casa do Pessoal
- 2. Hospital
- 3. Oficinas
- 4. Caixeiro
- 5. Administração
- 6. Bairro dos Especializados
- 7. Posto Climatológico
- 8. Campo de jogos
- 9. Armazém de Venda a Indígenas
- 10. Gasolina
- 11. Depósito de água
- 12. Posto Compra e Venda

[•43] Planta do Cossa, 1958 (Centros Urbanos do Maludi, por A. Teixeira)

[•44] Planta do Fucaúma, 1958 (Planta do Cassanguidi, J. Mourão)

[•45] Plano de Urbanização do Calonda, 1958

[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1955-58, UC/AD]

Planos e empreitadas

Em Outubro de 1958 foram produzidas e enviadas para Lisboa cartas de todos os centros urbanos da Diamang⁴⁷³, com a informação que vimos nas páginas anteriores. Tal como no início da 1940, na fundação da Concessão, o conjunto de desenhos marcou o ponto de situação para ajustes futuros. À escala 1:1000, as plantas revelaram edifícios construídos, em construção ou em projecto. Para além desta indicação gráfica, foram listados número, nome, área e ano de construção de cada estrutura, permitindo um conhecimento minucioso de cada conjunto edificado. Aos desenhos dos grupos de Cassanguidi, Andrada e Maludi (contendo não só estas povoações, como também os traçados do Luxilo, Luaco, Fucaúma, Cossa, Catongula, entre outros), identificados como “plantas” e remetendo para a actualização de registos anteriores⁴⁷⁴, somou-se o “plano de urbanização” do Calonda. A diferença semântica era propositada, uma vez que esta povoação estava no seu início, apenas com seis edifícios concluídos.

O Calonda transportou os trabalhos da Diamang para oeste, no rio Chicapa, quase meio século depois do fecho das actividades pioneiras do Chingufu, naquele mesmo eixo fluvial⁴⁷⁵. A mudança geográfica era mais distante do que qualquer outra até então experimentada pela companhia. Porém, o caminho ainda só estava pela metade: a empresa esperava, com expectativa, a alavancagem da prospecção no Cuango, a 500km do Dundo (ou seja, mais do dobro da distância até ao Calonda), que significaria uma disrupção maior na sua constelação espacial. A estrutura proposta por Paz Andringa já sugeria esta ampliação. Pela primeira vez, equacionou-se a hipótese de dividir territorialmente os serviços da Diamang através da fundação de uma segunda direcção técnica. Na opinião do engenheiro, havia um “argumento poderoso” para a divisão: a larga distância geográfica entre a antiga e a nova zonas de exploração impunha “excessivas demoras” aos trabalhos⁴⁷⁶.

Apesar da inconsequência desta ideia, os projectos urbanísticos que surgiram naquele momento revelaram a instalação de modos distintos de pensar a espacialização na companhia, fazendo a Diamang correr a dois tempos. Se os planos de ampliação do Dundo e Andrada incorporavam estratégias decorrentes de uma maior formalização do já reconhecido “urbanismo tropical” e da actualização de processos construtivos, as povoações do Calonda, Lucapa e Luzamba exploravam matérias novas, como a “sectorização”, a linha curva e um desenho mais fino sobre a relação entre “centro” e “periferia” – temas a que voltaremos na segunda parte. Em causa estavam uma série de alterações nas leituras feitas do território e através dele. A questão da permanência, como referimos, passou a ser fundamental. Não sendo veículo de um edificado excepcional, a Diamang começou a trabalhar o território através de uma lógica de futuro.

⁴⁷³ Com excepção do Dundo, provavelmente porque esta planta era actualizada amiúde nos relatórios da Concessão.

⁴⁷⁴ *Planta de Cassanguidi*, copiada por Mourão, desenho 52-34, março 1952; *Planta de Maludi*, copiada por A. Teixeira, desenho 58-69, julho 1958; *Planta dos Centros Urbanos de Maludi*, por A. Teixeira, desenho 58-70, julho 1959; *Planta dos Centros Urbanos de Andrada e Bairro dos Especializados do Luxilo*, levantada por Lázaro, desenhada por Espírito Santo, desenho 56-163, julho 1956. UC/AD.

⁴⁷⁵ Recordamos que o Chingufu foi a primeira mina aberta pela Diamang, em 1917, precisamente no rio Chicapa, mas vários quilómetros mais a norte, junto à fronteira (ver 1.2. *A infraestrutura...*).

⁴⁷⁶ Correspondência Paz Andringa..., 10 de dezembro 1957. UC/AD.

Neste sentido, a imagem do espaço da Diamang tornou-se cada vez mais integrada. A região das minas foi descrita como um conjunto pelo “1385 edifícios, distribuídos por 59 centros urbanos, [que] dão uma imagem flagrante da permanência e desenvolvimento da acção industrial e de povoamento realizados pela empresa no decurso de 40 anos de intenso labor nos confins da Província de Angola”⁴⁷⁷. Ou seja, a companhia expôs uma observação distinta da sua paisagem, que englobou não só as povoações de 1ª e 2ª classe, como também o amplo conjunto de aldeamentos e bairros para trabalhadores africanos, sob a categoria “outros”⁴⁷⁸. As plantas de 1958 mostravam precisamente esta realidade: vários bairros para “especializados” em planeamento ou construção, nas periferias dos centros urbanos. As povoações mais antigas já tinham núcleos para estes trabalhadores junto às oficinas – caso do Bairro-Escola, no Dundo, ou do pequeno aglomerado de habitações a oeste de Andrada –, mas as condições políticas e sociais da época exigiram novas estratégias.

Recordamos que o pacote reformista de Adriano Moreira seria publicado em Setembro de 1961, promulgando a abolição do “Estatuto do Indígena”⁴⁷⁹, que travou, em termos legais, a divisão espacial entre europeus e africanos. Todavia, a história espacial da Diamang sugere um percurso cotejado a diferentes velocidades e antecedendo, inclusive, as imposições jurídicas. De facto, a Diamang já vinha a escudar-se em hierarquias laborais para justificar a separação entre grupos desde o início da década de 1950. Ficará evidente na terceira parte do trabalho que a empresa estava particularmente debruçada sobre a questão do alojamento das famílias africanas e a gestão da diferença. Assim, perante a cada vez maior importância de promover estratégias de planeamento que garantissem a diferença espacial entre trabalhadores, novos “bairros de especializados” e “bairros do quadro auxiliar” que passaram a ser desenhados nas plantas gerais dos centros urbanos.

Uma das experiências que mais se destacou foi o Bairro de Condutores de Engenheiros, em Andrada, em 1955. Apesar da sua construção ser coeva com um “bairro para especializados” no Luxilo, este núcleo revelou uma tentativa disruptora e inovadora entre os técnicos da Diamang. A informação sobre este projecto resume-se a uma planta esquemática e a uma fotografia (que vemos na página seguinte). Os contornos, ainda que escassos, mostram não só uma implantação semi-circular, em evidente contraste com as anteriores grelhas, como novas tipologias de habitação, geminadas, com alpendre desenhado com dois arcos e o que parece ser um pátio interior, na mediação entre dois espaços (ou funções) da habitação. É possível encontrar paralelos no uso de formas circulares na disposição e desenho das casas em Tshikapa, no período imediatamente antecedente, reforçando o contágio entre companhias. Na Forminière, foi o arquitecto Guillaume Serneels a concretizar esta aposta, no projecto para a *Cité Floréal*, apresentada como uma “cidade-jardim” para trabalhadores africanos⁴⁸⁰. Na Lunda, este foi um ensaio único, que não voltou a ser testado ou desenvolvido. Em 1966, foram normalizados os “bairros do quadro auxiliar” nas novas povoações da Diamang, cujos contornos analisamos na próxima parte, no âmbito do tratamento do traçado destas unidades.

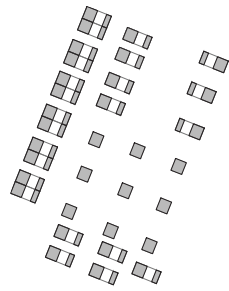
⁴⁷⁷ *Companhia de Diamantes de Angola: breve notícia sobre a sua actividade em Angola*. Lisboa, 1963.

⁴⁷⁸ “Centros Urbanos dentro da Área das Explorações”, em 1967. UC/AD.

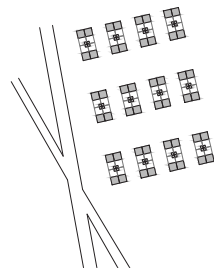
⁴⁷⁹ O “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, de 1954, foi revogado a 6 de setembro de 1961 por Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar. Esta revogação integrou um pacote legislativo que visou significativas transformações no império colonial português. Voltaremos a este tema mais à frente.

⁴⁸⁰ “Cité jardin Floreal, 1953-55”. Forminière, AGR Sibeka, 2107.

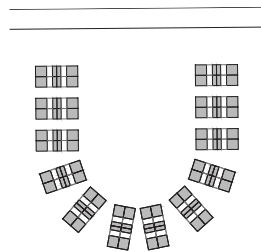
ANDRADA
ESPECIALIZADOS



LUXILO
ESPECIALIZADOS



ANDRADA
C. ENGENHOS



[•46] Plantas das aldeias de especializados (Andrada e Luxilo)

[47] Ortofotomapas das aldeias

[48] Aspecto das 48 habitações que constituem a aldeia de especializados em Andrada, 1962

[Planta de Andrada; Relatório da Construção Civil, UC/AD; Googlemaps]

Por outro lado, e perante uma conjuntura cada vez mais exigente, a nível social, político e económico, nas várias arenas nacionais e internacionais, os Serviços de Construção Civil introduziram novas premissas no processo construtivo da Diamang. Após experiências com materiais e tipologias, a aprofundar na segunda parte do trabalho, foi reportada uma outra “inovação” no modo de concretizar os edifícios, no final de 1961: a entrega da execução de praticamente todas as construções no Lucapa a dois empreiteiros do exterior⁴⁸¹. A adjudicação de empreitadas já tinha sido ensaiada no Luso e no Calonda, mas apenas de forma pontual⁴⁸². Agora, não só a expansão territorial da empresa como a “inesperada” necessidade de construir com “máxima urgência” vários quartéis pelos lugares de Cacanda, Luxinene, Cossa e Camissombo⁴⁸³, justificavam a aposta neste processo. A guerra não tardaria a gerar consequências mais concretas à paisagem da Diamang, mas, num primeiro momento, impactou sobretudo a operatividade da construção.

O lançamento das empreitadas seguiu trâmites rotineiros. Para cada obra, os Serviços de Construção Civil preparariam um caderno de encargos, num primeiro momento, de acordo com uma estrutura comum: apresentação sumária do projecto e indicação pormenorizada do tipo e quantidades de materiais a utilizar. Os documentos eram frequentemente enviados a vários empreiteiros, a quem se pedia orçamento. A Diamang trabalhou sobretudo com profissionais da região de Malange, que contratava com base na disponibilidade e no melhor valor proposto⁴⁸⁴. Seria evitada qualquer preferência por uma empresa em particular, diversificando o conjunto de parceiros. Esta modalidade foi utilizada em vários programas e locais. A ampliação da Casa de Trânsito em Vila Luso foi um dos primeiros testes, logo em 1960, através da sua adjudicação ao empreiteiro Amadeu de Gonçalves Carvalho (após alguns conflitos entre as equipas da Diamang, reveladores de uma estrutura técnica cada vez mais heterogénea e descentralizada⁴⁸⁵). A fiscalização foi entregue aos engenheiros das Obras Públicas de Malange, por questões de conveniência geográfica, e, apesar da resistência dos serviços da companhia, o bom resultado deste acompanhamento externo levou a uma aprovação do sistema⁴⁸⁶. O conjunto da Diamang no Lôva, na região de Henrique de Carvalho, com armazém, casa para caixeiro, escola primária e bairro para trabalhadores, por exemplo, já foi integralmente executado através de sucessivas empreitadas, entre 1968 e 1969⁴⁸⁷. A companhia forneceu esquemas

⁴⁸¹ *Relatório anual dos Serviços de Construção Civil*, 1961. UC/AD.

⁴⁸² A ampliação da Casa de Trânsito do Luso, durante o ano de 1960, foi adjudicada ao empreiteiro Amadeu de Gonçalves Carvalho. A Diamang manteve a obra sob sua alçada, deixando a fiscalização a cargo de Alfredo Pino e Carlos Jorge, como representantes dos Serviços de Construção Civil. “Projecto de ampliação da Casa de Trânsito do Luso”. *Construções no Luso 1956-1965*. UC/AD.

⁴⁸³ *Relatório anual dos Serviços de Construção Civil*, 1961. UC/AD.

⁴⁸⁴ Entre a documentação, foi possível identificar vários empreiteiros que trabalharam com a Diamang: Eduardo das Neves Antunes, José Prates Lopes, Jeremias A. Magalhães, João Francisco Peralta, Gilberto Ranhada, Flávio Quadrado, Fernando David Mendes. UC/AD.

⁴⁸⁵ “Soubemos que pinturas e beneficiações não estão em harmonia com as normas seguidas pela companhia nas suas edificações. Suspenda-se e aguarde pelo chefe da nossa Secção de Construção Civil, Carlos Jorge, que seguirá para lhe dar orientações que deve cumprir rigorosamente. É da competência do nosso agente em Henrique de Carvalho que tome as medidas no sentido de que as instalações e jardins da Casa de Trânsito no Luso se mantenham sempre à altura do que é tradicional na companhia”. Carta de Noronha Feyo para Encarregado do Luso, 14 de abril de 1959. UC/AD.

⁴⁸⁶ Nota confidencial de João Bexiga: “o Engenheiro Roque queria tomar fiscalização da CT na mira de uma gratificação. Dissemos que eng. Pino iria ao Luso dar as instruções e acompanhar trabalhos para não lhe dar esperança de gratificação. Mas talvez seja bom seguir sugestão do Pino, uma vez que a casa correu muito bem”. 23 de fevereiro de 1961. *Construções Luso*, 1946-1965. UC/AD.

⁴⁸⁷ Cf. Empreitadas de construção de armazém para vendas a retalho e casa de habitação para caixeiro; de um bairro para trabalhadores; de escola primária na zona do Lôva, Henrique de Carvalho – Programas de Concurso. UC/AD.

de implantação, listagem de normas e características das construções, os desenhos dos respectivos edifícios (em planta, alçado e corte) e, na fase da obra, os materiais. Mais tarde, estes mecanismos de construção seriam inclusive registados no Dundo, mostrando a generalização da empreitada como mecânica construtiva⁴⁸⁸.

Apesar da propagação da empreitada e do constante bloqueio por falta de alternativas, os Serviços de Construção Civil não deixaram de mostrar amiúde insatisfação na entrega de obras a entidades externas. Os motivos eram múltiplos. Primeiro, argumentou-se que subcontratação aumentava o custo dos edifícios, num momento que se queria de contenção orçamental. Apesar do contrato através do caderno de encargos, haveria sempre menor controlo. Depois, a empreitada expunha algumas desigualdades salariais que deixavam a companhia desconfortável. Na gestão dos seus próprios artífices, por exemplo, os empreiteiros externos ofereciam uma remuneração que excedia aquela que estava tabelada pela Diamang⁴⁸⁹. A empresa defendeu-se pela falta de habilitações, qualidade e rendimento dos seus homens, em comparação com os homens subcontratados, mas tais justificações não entrosavam com a crescente mão de obra alocada em permanência às equipas de construção e, por isso, mais experiente. Por último, já após alguns ensaios de adjudicação, diziam não se verificar o esperado alívio no volume de trabalho dos serviços, uma vez que se concluiu que a parte mais trabalhosa de uma obra na Lunda não era propriamente a sua edificação, mas antes a extracção, fabrico, transporte e transformação dos materiais (pedra, areia, tijolos, madeira), tarefas que continuavam a ser integralmente feitas por equipas internas⁴⁹⁰. Se é certo que a grande distância face a outros centros de produção de material em Angola não compensaria economicamente a adjudicação e posterior transporte, a Diamang também não equacionou a concessão das suas tijolarias ou oficinas a outras empresas (como acontecia no Congo Belga⁴⁹¹) porque essa opção representaria uma violação do controlo que se pretendia manter sobre a ZUP, onde, por alegadas questões de segurança, não eram permitidas outras entidades comerciais⁴⁹².

Entre a complexa argumentação da companhia entende-se que não existia qualquer problema técnico no recurso às empreitadas, uma vez que nenhum dos pontos se relacionava directamente com o decorrer das obras ou com a sua qualidade. Aliás, as vantagens da empreitada perante a “necessidade económica da aceleração” das obras coloniais tinha já sido acertada por alguns agentes do panorama nacional da engenharia civil⁴⁹³. Sublinhamos, por isso, que dificuldades da Diamang estiveram sobretudo na incapacidade de flexibilizar o controlo até então assumido de forma total sobre a mão de obra e sobre os processos de produção e transporte de material⁴⁹⁴.

⁴⁸⁸ Cf. Adjudicação de empreitadas de casas no Dundo a José Prates Lopes, em maio de 1972, ou concurso de habitações no Luzamba para Jeremias A. Magalhães, em setembro de 1974. *Construções nas Explorações*, 1973. UC/AD.

⁴⁸⁹ *Relatório anual dos Serviços de Construção Civil*, 1961. UC/AD.

⁴⁹⁰ *Idem*.

⁴⁹¹ A situação de autossuficiência vivida pela Diamang na Lunda não encontrou paralelo nas empresas mineiras das regiões do Kassai ou do Copperbelt. Na colónia vizinha, as companhias partilhavam os centros urbanos com outras entidades, o que facilitaria a optimização dos recursos.

⁴⁹² Ver, por exemplo, o pedido autorização de exploração de uma empresa de táxis na Lunda, em 1966, e respectivo parecer do Grupo de Trabalho para os Assuntos da Diamang. AHU, GNP/RNP/0338/08875.

⁴⁹³ Cf. Luís Carvalho (1947). “Os métodos de construção: necessidade económica da aceleração das obras”. Estudo apresentado ao II Congresso da União Nacional. *Boletim Geral das Colónias*, 259, pp. 19-31.

⁴⁹⁴ À época, Diamang acompanhou com curiosidade e expectativa a montagem de uma tijolaria em Henrique de Carvalho,

As discussões sobre empreitadas deixaram a descoberto uma outra questão, que nos leva para um segundo ponto: a reestruturação dos serviços dedicados ao planeamento e construção, assinada por Paz Andringa em 1957, ainda não estaria alinhada com as necessidades do terreno. Na globalidade, a companhia contava com seis desenhadores e dezoito auxiliares de construção⁴⁹⁵. Apesar do reforço das equipas com sete operários especializados da construção civil “em situação especial”⁴⁹⁶, as equipas continuavam a relatar “dificuldades no recrutamento de artífices de certas especialidades, sobretudo daqueles em que desejaríamos admitir elementos diplomados por respectivas escolas técnicas, mas [ao mesmo tempo] possuidores de prática”⁴⁹⁷. Para além desta escassez formativa⁴⁹⁸, a procura crescente por parte de outras empresas e dos vários organismos do estado tornava mais difícil encontrar diplomados de cursos superiores. Por isso, a solução possível passou pelos “chamados práticos, muito hábeis, mas de escassa preparação literária”, que, não oferecendo uma resposta eficaz aos novos desafios construtivos, colmatavam algumas falhas.

Foi apenas em 1961 que a Diamang aumentou a equipa com um agente técnico e um desenhador. O primeiro ficou como adjunto em Andrada, enquanto o segundo ingressou no departamento geral de Construção Civil, composto por dois engenheiros e um “técnico de arquitectura”, que até então dedicava várias horas diárias à execução de desenhos, “em prejuízo de trabalhos mais qualificados e em harmonia com os seus conhecimentos técnicos”⁴⁹⁹. Desconhecemos quem seria este técnico, nunca mencionado em qualquer documento oficial; mas a nota da sua presença permite confirmar o avanço para um protocolo mais especializado, como defenderemos na segunda parte. No ano seguinte, os escritórios no Dundo foram remodelados e os Serviços de Construção Civil passaram a ocupar um edifício próprio, com quatro salas, onde se reuniam chefes, adjuntos, desenhador, decalquistas e o expediente. Estas obras reforçaram a aposta na secção e foram consideradas “grandes melhorias porque antes estava tudo disperso, contrário à concentração exigida para elaborar projectos, estudar processos construtivos e preparar elementos de forma rápida, eficiente e económica”⁵⁰⁰.

Tanto a contratação de novos técnicos como a ampliação das instalações atendiam às alterações na distribuição das tarefas na Diamang, fruto de um território em transformação. Desde 1959 que os

em 1962, pela Força Aérea portuguesa. O equipamento e os técnicos contratados em Portugal prometiam bons resultados e seriam uma alternativa a considerar pela posição excelente face à zona das explorações: longe o suficiente para não ameaçar a segurança, mas de tal forma próxima que eventuais custos de transporte seriam bastante reduzidos. O Aédro-mo-Base nº 4 (AB4) em Henrique de Carvalho foi construído em 1963, como uma das duas sedes de sector da Região Aérea de Ultramar (a outra seria no Negage, Uíge). Esta dotação estava planeada desde 1958, como parte da instalação da Força Aérea em Angola, mas a sua construção foi impulsionada apenas depois do início do combate aos movimentos de libertação. O AB4 seria uma das maiores pistas de aviação de Angola. O AB4 seria uma das maiores pistas de aviação de Angola. *Relatório anual dos Serviços de Construção Civil*, 1962. UC/AD.

⁴⁹⁵ Cf. Relatórios do Conselho de Administração de 1956, 1957 e 1958. Ao longo deste período, estes números vão oscilando em mais ou menos uma unidade em cada um dos ofícios. *Companhias Coloniais. Companhia de Diamantes de Angola. Relatórios e actas relativos aos exercícios de 1956 a 1964*. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1.

⁴⁹⁶ “Relatório do Conselho de Administração relativo a 1957”. *Relatórios e actas relativos aos exercícios de 1956 a 1964*. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1.

⁴⁹⁷ “Relatório do Conselho de Administração relativo a 1958”. *Relatórios...* ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1.

⁴⁹⁸ A intensificação dos trabalhos de engenharia civil em Portugal aconteceu apenas após a II Guerra Mundial, numa nova etapa inaugurada pela organização do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em 1946. Porém, até à década de 1960, o número de diplomados nesta área pelas universidades portuguesas seria sempre muito reduzido.

⁴⁹⁹ Relatório anual dos Serviços de Construção Civil, 1961. UC/AD.

⁵⁰⁰ Relatório anual dos Serviços de Construção Civil, 1962. UC/AD.

estudos e projectos de hidráulica se encontravam integrados nos Serviços de Construção Civil, aos quais se juntaria, em 1963, a responsabilidade na construção das habitações para trabalhadores nas minas, antes a cargo da SPAMOI. Neste último ano, reportou-se um serviço “muito activo”, que se mantinha a “lutar contra a falta de tudo”: alojamentos para empregados, oficinas, armazéns, as novas casas para “africanos evoluídos” e os recentes bairros para trabalhadores⁵⁰¹. Não tardou, porém, para que esta gestão fosse novamente complicada. A expectativa da evolução das manobras de combate ao poder colonial na região começou a multiplicar os pedidos de entidades externas pelo auxílio da companhia, sobretudo a partir de meados da década de 1960. Faltava construir várias infraestruturas de apoio à população e às forças militares, sobretudo no que dizia respeito à montagem de redes de água e luz, ainda em estado muito precário. Os edifícios a cargo da Diamang para alojamento dos trabalhadores em trânsito em Cacolo, Caungula e Nova Chaves, que iremos tratar mais à frente, apesar de dotados com as devidas canalizações, continuavam sem acesso a saneamento e electricidade, devido à incapacidade de resposta das administrações locais⁵⁰². A imprensa anunciava, como veremos, que “tudo estava por fazer e tudo se esperava que a Diamang fizesse”⁵⁰³.



[49] Obras de urbanização no Bairro-Sul do Dundo, 1965
[Relatório Anual de Urbanização e Saneamento do Dundo, UC/AD]

Sem conseguir dar uma resposta satisfatória, os serviços de Construção Civil assumiram que a Diamang não estava “preparada nem organizada para realizar obras fora da sua área”⁵⁰⁴. Os serviços acusavam a pressão que advinha da necessidade de concretizar um crescente volume de obras, agravado pelas distâncias cada vez mais longas, pela alegada baixa produtividade da mão de obra e pela fraca rentabilidade do equipamento disponível. A construção do aeródromo do Camaxilo⁵⁰⁵,

⁵⁰¹ Relatório anual dos Serviços de Construção Civil, 1963. UC/AD.

⁵⁰² Telegrama para Ernesto de Vilhena, 21 de setembro de 1963. UC/AD.

⁵⁰³ “Lunda”. *Terras e Gentes de Angola*, 7º caderno / N Notícia (1972). ANTT, PT/TT/ASC/D/0002.

⁵⁰⁴ Informação sobre a distribuição de água e luz – situação, problemas e comentários, pelo Chefe de Construção Civil Alfredo Pino, 23 de agosto de 1963. UC/AD.

⁵⁰⁵ Aeródromo de Manobra nº 42, construído em 1963 e considerado uma infraestrutura satélite complementar ao Aeródromo-Base construído em Henrique de Carvalho. Até agosto de 1963, a Diamang teria despendido cerca de 2.200 contos nas

assumida pela empresa durante os primeiros meses de 1963, foi apresentada como exemplo de que, afinal, um empreiteiro organizado com a sua equipa e maquinaria seria capaz de alcançar custos menores. Se a empreitada não servia a necessidade de controlo da companhia, acabou, por fim, a ser defendida como o único recurso para fazer face à situação.

Para os responsáveis do grupo de Construções, concordar com o avanço de obras no exterior da zona mineira exigia a criação de um novo gabinete técnico, constituído por engenheiros civis, técnicos de máquinas e electricidade, desenhadores e topógrafos contratados especificamente para aquele fim. A hipótese foi imediatamente descartada pela direcção da Diamang, mas impulsionou uma solução de compromisso. Em alternativa à recusa de um apoio directo, com consciência da importância da construção e melhoria de infraestruturas na região, e perante a coacção do Instituto do Trabalho⁵⁰⁶, a Diamang contribuiu com subsídios monetários e materiais para a construção em Angola, assim como com alguns estudos rápidos e económicos⁵⁰⁷. A proposta procurou cortar com a prevista escalada de pedidos idênticos por parte de outros administradores coloniais, ao mesmo tempo que reconhecia os benefícios que a própria Diamang sabia poder colher⁵⁰⁸.



[50] Testes na estrada Luzamba-Henrique de Carvalho, 1967

[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]

Por último, no âmbito desta manobra de especialização e alteração da abordagem ao território, figurou ainda a questão da mão de obra (ou falta dela). Perante o crescente volume de obras, a

obras desta pista de aviação. “Informação sobre a distribuição de água e luz – situação, problemas e comentários”, pelo Chefe de Construção Civil Alfredo Pino, 23 de agosto de 1963. UC/AD.

⁵⁰⁶ Cf. notificação do Instituto do Trabalho de Camaxilo à Diamang para fornecimento de água aos trabalhadores no acampamento em Henrique de Carvalho, tendo em vista a confecção de alimentos, 23 de julho de 1963. UC/AD.

⁵⁰⁷ O engenheiro França Machado, dos Serviços de Construção Civil da companhia, foi encarregue de “procurar para cada caso a solução mais prática e económica”, sendo que “os posteriores estudos pormenorizados e complementares deverão ser executados por firma idónea da especialidade”. Telegrama de Ernesto de Vilhena, 2 de outubro de 1963. *Urbanização e Saneamento*, 84X,5 (5º). 1. UC/AD.

⁵⁰⁸ Por exemplo, no decorrer deste processo de abastecimento, a Diamang foi recompensada com o consumo gratuito de água e luz durante três anos. Correspondência de José Feronha, 9 de setembro de 1963. UC/AD.

administração da Diamang julgou, inicialmente, ter encontrado uma solução que evitava a contratação de mais pessoal⁵⁰⁹: aumentar as equipas dos Serviços de Concessão através de mão de obra temporária. Aos homens efectivos foram somados trabalhadores em “período de preparação” ou “regime de estágio”⁵¹⁰, numa manobra que em muito convinha à companhia. Para além do aumento na capacidade de trabalho, celebrou-se o “sentido social e educativo” que os trabalhos de construção tinham entre os trabalhadores. O plano, no entanto, foi reprovado pela equipa no terreno, que logo reforçou a necessidade de singularizar os trabalhos. Já longe da polivalência exigida aos empregados da empresa, argumentou-se que “grande parte dos variados sectores de trabalho [de urbanização] representam especialidades” e, por isso, “apenas aparentemente os homens que constituem a mão de obra exterior e que passam pela Concessão em curtos períodos podem substituir [os efectivos]”⁵¹¹.

Sem que fosse encontrado um consenso, os técnicos da Diamang defenderam uma “reorganização profunda de todo o sistema de trabalho”. Em 1962, as sete equipas dedicadas à construção e manutenção dos centros urbanos oscilavam entre os 700 e os 1000 homens por mês. Só para a manutenção dos jardins no Dundo estariam alocados 350 homens, num rácio de um jardineiro para cada casa. Para contrariar esta despesa de recursos humanos, a mão de obra passou a trabalhar em “equipas móveis”, ao mesmo tempo que os jardins eram transformados em “sentido mais prático, de conservação menos dificultoso e mais económica”⁵¹². Enquanto se planeavam e construía as povoações neste particular “*far west*” – expressão que enfatizou precisamente o desbravamento do território⁵¹³ –, uma outra dinâmica rapidamente se impôs na agenda construtiva da companhia, cruzando um eixo norte-sul. É sobre esta(s) guerra(s) – políticas e legais –, que nos debruçamos em seguida.

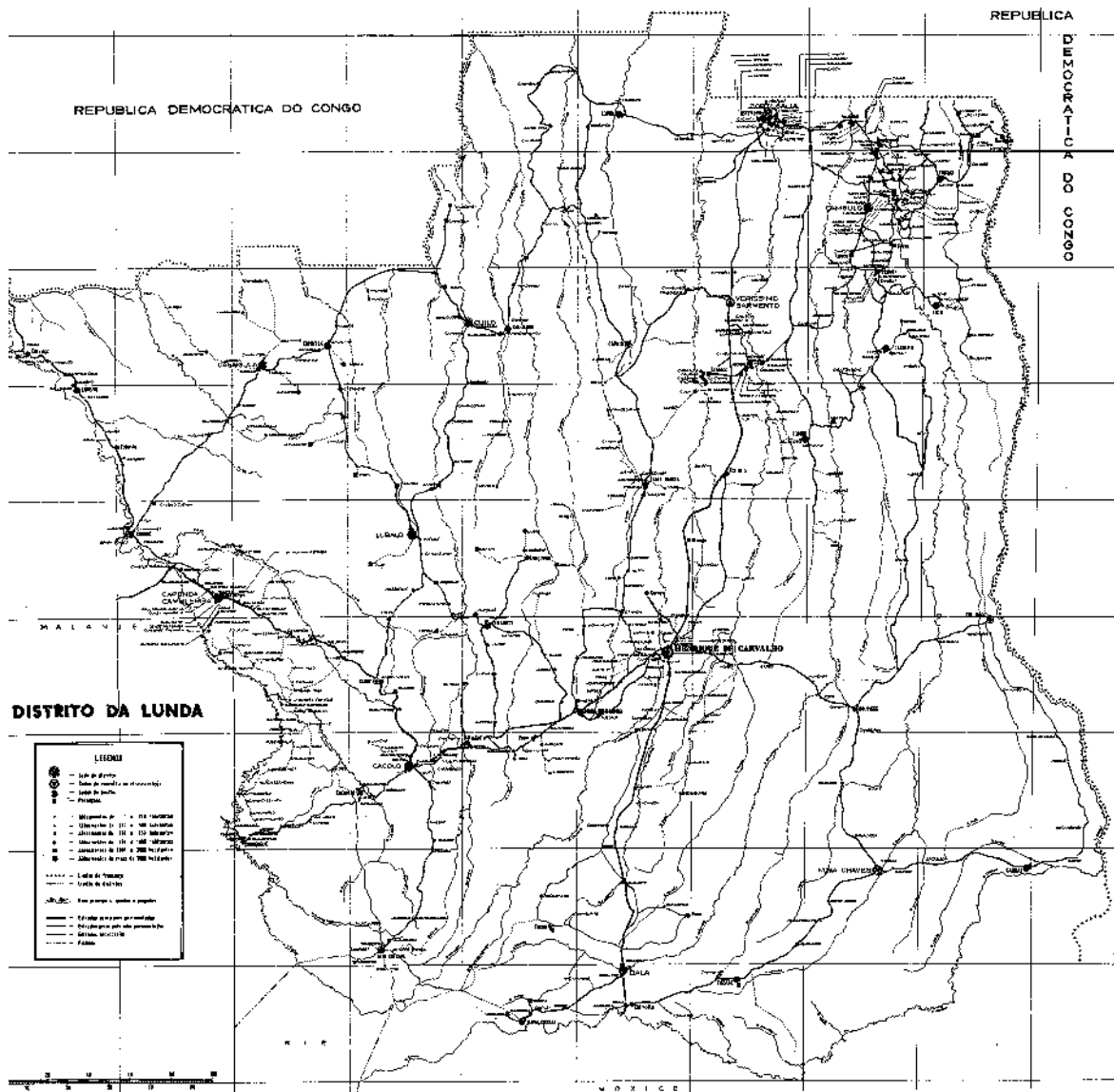
⁵⁰⁹ Ernesto de Vilhena mostrou-se preocupado com os constantes pedidos de aumento do pessoal, alegando que passava “o tempo a inventar e admitir mais pessoal e não há forma de ele bastar”. Para contornar a situação, pedia que a “capacidade mental do pessoal superior” fosse “exercida em direcção e aplicação um tanto diferentes das usuais”, apelando à polivalência que sempre tinha defendido. Telegrama de Ernesto de Vilhena, 23 de novembro de 1965. *Urbanização e Saneamento*, 1960-1966 [84X, 5] 5°. UC/AD.

⁵¹⁰ Os primeiros ficavam numa “aldeia de aclimação” e trabalhavam por 15 dias. Os segundos, indicados pelos serviços de saúde, permaneciam por 30 ou 90 dias e dedicados a trabalhos mais leves (consentâneos com o seu estado físico). “Relatório anual da Concessão do Dundo de 1965, pelo chefe da concessão João Mendonça”. *Urbanização e Saneamento – Organização, relatórios e correspondência conexa*, 1965-1965 [84X,6]. 25°. UC/AD.

⁵¹¹ Relatório anual da Concessão do Dundo, 1963. UC/AD.

⁵¹² Relatório anual da Concessão do Dundo, 1962. UC/AD.

⁵¹³ Referência à lógica da “frontier” americana, na concepção de Turner, que conheceu diferentes nomenclaturas: Old West, Wild West ou Far West. Sobre este movimento expansionista ver Ray Allen Billington (1956). *The Far Western Frontier, 1830-1860*. Harper & Brothers Publishers.



[51] Distrito da Lunda: aldeamentos em 1967
 [ANTT, Arquivo António Soares Carneiro]

– “Pólo dominante”: uma ilha no limite do conflito

“Em 1966, vésperas da eclosão do terrorismo na Lunda, o distrito era um conjunto de ilhas que numa perspectiva política constituíam um arquipélago, mas que pertenciam a campos de forças diversos. (...) A Diamang mantinha-se o pólo dominante, pois os únicos movimentos concêntricos evidentes na Lunda (movimento de mão de obra e circulação de mercadorias) a ela conduziam. Os centros urbanos fora da ZUP tinham escassa dimensão e não dispunham de água nem luz; eram notoriamente inferiores os níveis sociais, sanitários, económicos e de instrução.”

– Notas de António Soares Carneiro, Governador da Lunda, 1971⁵¹⁴

A ampliação das explorações da Diamang coincidiu no tempo e no espaço com o início do fim do colonialismo português. Se a independência do Congo, em Julho de 1960, tinha colocado a empresa a gerir o impacto dos refugiados vindos da Forminière para o Dundo⁵¹⁵, foi no Cuango que a empresa esbarrou com as primeiras agitações na Baixa do Cassange, em Fevereiro do ano seguinte⁵¹⁶. Num distrito limítrofe, então considerado “vítima” dos seus 1147km de fronteira⁵¹⁷, o desenho do território passou também a considerar questões de segurança e soberania. No rescaldo das revoltas iniciais, a Diamang admitiu estar “sujeita a um golpe de mão”⁵¹⁸. A preocupação recaiu sobretudo sobre o Dundo, onde se concentrava a maioria dos empregados europeus. O destacamento “conveniente” de António Soares Carneiro⁵¹⁹, militar com larga experiência, para aquela região, logo em 1961 – e depois a sua nomeação como Governador da Lunda, em 1968 –, revelava a preocupação e o cuidado das autoridades portuguesas.

⁵¹⁴ “Lunda”. ANTT, PT/TT/ASC/D/00021.

⁵¹⁵ De acordo com a Diamang: “Devido à independência do Congo Belga, foi grande o número de europeus e africanos que procuraram auxílio no Dundo. A todos prestámos assistência. Europeus em maior número, na sua maioria belgas, empregados das empresas vizinhas Forminière e Sacominka e suas famílias. Africanos, perseguidos em lutas tribais, extermínio de aldeias inteiras, demos abrigos, alimentos e trabalho”. *Relatório do Conselho de Administração relativo a 1960*. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1.

⁵¹⁶ Vilhena confidenciou a Salazar, em Março de 1961: “Continuamos, pois, em paz, no distrito da Lunda, salva certa ampliação à região do rio Cuango, limite oeste do distrito, das ocorrências que tiveram origem na Baixa de Cassange”. As autoridades de Angola confirmavam o “abandono de 600 indígenas da Diamang, combinados com os [das plantações de algodão] de Cassange”. *Notas...* 4º. ANTT, PT/TT/CDA/1/04. Sobre a Baixa do Cassange ver Aida Freudenthal (1999). “A Baixa do Cassange: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos* 18-22, pp. 245-283; Alexander Keese (2004). “Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política ‘tradicional’ e religião na Baixa de Cassange e no distrito do Congo (Angola) 1957-1961”. *Africana Studia* 7, pp. 247-276; Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz (2012). “Terror e saberes coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa de Cassange, Janeiro e Fevereiro de 1961”. *O Império Colonial em Questão*, Miguel Bandeira Jerónimo (ed.). Lisboa: Edições 70, pp. 3-35.

⁵¹⁷ “Acção Terrorista” (confidencial). Nesta nota é relatada a “implantação de quartéis da UPA em áreas fronteiriças da RDC” que teria resultado na “razia de povoados” a norte da Lunda, afectando mais de 600 pessoas, em 1967. A presença da ONU ao longo da fronteira fazia prever ataques às instalações da Diamang, que nunca chegaram a verificar-se. “Lunda: Elementos preparatórios para um esquema expedito de desenvolvimento”. ANTT, PT/TT/ASC/D/0005.

⁵¹⁸ Correspondência de Ernesto de Vilhena, 20 de abril de 1961. *Notas...* 4º. ANTT, PT/TT/CDA/1/04.

⁵¹⁹ Soares Carneiro (1928-2014) desenvolveu um longo percurso militar em África. Em Angola, participou activamente nas manobras de contra-subversão (1ª Companhia de Caçadores Especiais e chefe de Companhias de Comandos). Em 1968 foi nomeado Governador do distrito da Lunda e em 1972 assumiu o cargo de Secretário-Geral do Estado de Angola, até à independência do país. Foi ainda candidato à Presidência da República em Portugal, em 1980.

Ao longo dos anos seguintes, até à independência de Angola, em 1975, o espaço da Lunda sofreu várias modificações. A promulgação do “Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas”⁵²⁰ e a criação das Juntas Provinciais de Povoamento⁵²¹, em 1961, deixaram em evidência o papel vital atribuído ao território, às povoações e ao edificado na defesa e manutenção do colonialismo português. Nesta esteira, a Diamang seria acusada de “viver fechada sobre si mesma”, com as suas povoações “oasianas” a destacarem-se da precariedade material registada em Nova Chaves, Dala, Malange e Henrique de Carvalho, os restantes lugares “urbanos” do distrito⁵²².

O presente *subcapítulo* analisa os projectos e concretizações da companhia na Lunda, face ao esforço da guerra colonial: primeiro, as manobras de reorganização do território; depois, o alargamento das redes de infraestruturas. O conflito trouxe outros actores para o território e é nesse âmbito mais amplo que iniciamos os próximos parágrafos, para depois entendermos o contributo da companhia de um modo mais particular. Como lemos na epígrafe, a Diamang manteve-se como uma “ilha” dominante no distrito, numa avaliação que deu um novo sentido à ideia de “concessão”. Tal como no início do século, apesar da ameaça substancialmente diferente, governo e companhia voltaram a reflectir sobre a vulnerabilidade daquela região com “fronteiras políticas, artificiais, que com facilidade se podem transpor”⁵²³. À semelhança de outros episódios que tratámos, a empresa foi novamente considerada um actor fundamental para a defesa da Lunda. Já não era um “tampão” soberano, mas um “pólo dominante” num distrito sujeito aos avanços dos movimentos de libertação. Esta é uma matéria com contornos particulares e complexos que fogem do escopo limitado deste trabalho. Este capítulo não propõe, por isso, uma análise extensiva da espacialização da guerra colonial na Lunda, num trabalho que ainda está por fazer, sinalizando antes e apenas algumas questões que considerámos relevantes para uma compreensão necessariamente sumária do papel da Diamang no conflito e do impacto do conflito no percurso espacial da Diamang.

As tipologias do reordenamento

No início da década de 1960, a Lunda foi estudada pelo aparelho militar português como uma região de “pulverização” populacional⁵²⁴, ilegível ao poder colonial. Os alertas sobre a “dispersão de populações” como um dos “principais obstáculos à multiforme acção colonizadora em Angola”

⁵²⁰ Entre as medidas do diploma destacam-se: a nível particular, os proprietários de “concessões superiores a 100 ha [ficam obrigados] a apresentar um plano relativo à exploração que pretende fazer no terreno e a demonstrar a capacidade técnica e as posses financeiras de que dispõe para o executar”; a nível do planeamento urbano, “nas povoações passa a contar-se com zonas destinadas à habitação de classes de recursos mais modestos, a fim de lhes permitir a resolução do problema habitacional, em conformidade com os seus meios”; a nível da categorização, passam a haver apenas “povoações de 1.ª e de 2.ª ordem”. Decreto 43894, de 6 de Setembro. Diário do Governo n.º 207/1961.

⁵²¹ Decreto 43895, de 6 de Setembro. Diário do Governo n.º 207/1961, Série I de 1961-09-06.

⁵²² Lia-se, por exemplo, n’*O Comércio*, em 1971: “Há quem acuse a Diamang de muita coisa. Mas sem a “prepotente” acção da Companhia, metade da Lunda seria um deserto”. ANTT, PT/TT/ASC/D/0002.

⁵²³ Correspondência entre Vilhena e Salazar, sobre “Invasão do norte de Angola, regiões do Congo e Dembos”, 20 de abril de 1961. *Notas...* 4.º. ANTT, PT/TT/CDA/1/04.

⁵²⁴ “A pulverização demográfica [da Lunda] exigiu uma correcção com vista à formação de comunidades rurais fixadas em aldeias com dimensões adequadas a toda uma planificação político-administrativa que tornasse viável a criação de infraestruturas da vida conducentes à promoção socio-económica”. *Lunda*. ANTT, PT/TT/ASC/D/0003.

não eram novos⁵²⁵, mas a guerra dava novo impulso e urgência a uma reorganização do território. Em particular, aquela região de fronteira apresentava um tecido composto por milhares de aldeias dispersas entre os vales do distrito, e nem mesmo a presença “dominante” da Diamang parecia ter alterado substancialmente esta estrutura⁵²⁶. Como veremos, seria precisamente o avanço do conflito a gerar fortes fluxos migratórios para as minas, criando novas dinâmicas espaciais. Ou seja, após vários esforços e estratégias da empresa para “atrair” mão de obra, foi um factor externo a alavancar verdadeiramente aquele propósito.

Acompanhando a expansão das explorações para oeste no final da década anterior, a companhia já tinha ponderado o impacto de novas “concentrações” de aldeias e trabalhadores, tendo em vista a racionalização dos recursos e facilidades de construção e manutenção – o que mostra que estariam também em causa uma série de outras preocupações que antecederam o conflito armado⁵²⁷. Sem prejuízo das hipotéticas vantagens, a administração da empresa concluiu que manter as famílias “instaladas em casais onde podem criar os filhos à vontade, a mulher cuidar do porco, da galinha e uns metros de terreno onde colham a espiga do milho, integrados na paisagem, voltados para a terra mãe das tradições” era a situação ideal para “afastar [os trabalhadores] o mais possível dos meios que logo formados geram ideias nocivas à tranquilidade e disciplina geral”⁵²⁸. Segundo Vilhena, principal defensor de um território de baixa densidade, a dispersão da população evitaria “centros de reivindicações”, e por isso, na sua opinião, qualquer aglomeração urbana só podia ser justificada pela falta de espaço, o que não se verificava na Lunda⁵²⁹. O argumento fazia eco dos debates e ansiedades coevos sobre a chamada “destribalização”, reforçando a centralidade que este conceito assumiu nos programas de controlo colonial do pós-guerra, sem prejuízo da sua longa genealogia⁵³⁰.

Logo após o início do conflito em Angola, mas sem que houvesse ainda movimentação na Lunda por parte dos grupos de guerrilha, as autoridades administrativas avançaram com diferentes métodos

⁵²⁵ Reis Ventura (1953). “Bairros e colonatos indígenas”, *Boletim Geral do Ultramar*, 338, pp. 181 e ss.

⁵²⁶ Na avaliação feita pelo aparelho administrativo, a Lunda era um “arquipélago” de grupos distintos e “campos de força diversos”: Nova Chaves, Dala, Malange, a ZUP – que “vivia fechada sobre si mesma” –, e Henrique de Carvalho. ANTT, PT/TT/ASC/D/00021.

⁵²⁷ Nas “Reflexões sobre o problema de mão de obra na Direcção Geral da Lunda”, publicadas em 1959, Mário Correia dedicou uma extensa secção ao alojamento de trabalhadores, em linha com a relevância e persistência que o assunto mantinha na gestão das explorações. Na sua opinião, a solução passava pela promoção de aglomerados populacionais de maiores dimensões, que levariam à concentração das populações. Não temos conhecimento do documento original escrito por Mário Correia; porém, através da leitura da correspondência entre Ernesto de Vilhena e João Bexiga, é possível inferir as principais linhas do seu conteúdo. Telegramas, 19 e 21 de março de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa. *Habitação*. Dossier 16. UC/AD.

⁵²⁸ Telegrama de Ernesto de Vilhena, 21 de março de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa. *Habitação*. Dossier 16.

⁵²⁹ O discurso de Vilhena, apesar de totalmente desfasado da concentração que se entendeu ser essencial para alavancar os esforços de guerra, fazia eco de perspectivas conhecidas: por um lado, o “casal de família”, o instituto jurídico criado em 1920; por outro, a luta contra a mencionada “destribalização”, cf. notas seguintes.

⁵³⁰ Sobre os “aspectos mais relevantes das comunidades rurais”, a administração da Lunda registou em 1970 um “choque de gerações”, descrito da seguinte maneira: “As novas gerações tendem a ridicularizar as antigas, procurando imitar mais o que há de mau na civilização dos brancos. Nesta fase evolutiva em que se encontram, os nativos sofrem uma crise depressiva, cheia de complexos, olhando para os familiares das gerações precedentes com um ar de superioridade e tentando apresentar-se como pessoas importantes e civilizadas segundo os moldes dos brancos. Luta entre a dependência familiar e a independência e a destribalização a que aspira”. ANTT, PT/TT/ASC/D/0002. Para uma análise da centralidade deste conceito no programa de controlo do colonialismo tardio português, ver Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto Cruz (2015). “Destrribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965)”. *Práticas da História*, 1, pp.113-172.

e experiências de abordagem ao território. Em meados de 1963, Artur Carmona, então governador do distrito da Lunda, promoveu dois “ensaios” de “ordenamento rural e estabilização agrícola”. O modelo do “colonato” foi considerado o mais apropriado para gizar este plano⁵³¹, repercutindo as “políticas de povoamento” equacionadas à época entre os vários agentes coloniais portugueses, ainda que muitas delas com raízes longas e inter-imperiais⁵³². Primeiro, Carmona organizou um “aldeamento piloto” em Cazage, entre Nova Chaves e Dala, para “reunir em áreas concentradas a gente que se dispersa e torna mais difícil o apoio”, assim como fomentar “trabalhos de pequena hidráulica agrícola”⁵³³. Depois, avançou com um “colonato misto” em Saurimo, com sete “soldados-colonos” portugueses e seis africanos. Apesar da expectativa em obter apoio da Junta Provincial de Povoamento para ceder técnicos, meios e materiais para a empreitada – uma vez que era precisamente esse o objectivo daquela instituição –, a Diamang acabou por assumir todos os encargos, continuando a alimentar a dependência do aparelho público.

Após estes primeiros planos (e sem que tenha sido possível aferir o seu grau de sucesso), não tardou para que fossem organizadas na Lunda iniciativas de maior escala, com o intuito de tornar o território mais claro aos meandros do poder colonial. Em 1965, o distrito foi dividido em 48 “regedorias”, num total de 1720 aldeias⁵³⁴, mas a estratégia rapidamente se considerou inapta, uma vez que a maioria das povoações seria demasiado pequena para justificar a necessária construção de infraestruturas. De acordo as orientações do Conselho Geral de Contra-Subversão, um dos principais organismos dedicados à conquista de “almas e corações” em Angola, a dimensão apropriada para um aglomerado na Lunda devia oscilar entre as 500 e 1500 pessoas⁵³⁵. Ora, num distrito que tinha cerca 247 273 habitantes⁵³⁶, este rácio traduzia-se num mínimo de 160 aldeias e num máximo de 500 – muito ultrapassado, portanto, pela situação que se vivia naquele momento. À semelhança das estratégias anteriores, a mobilização deste instrumento territorial e administrativo confirmava a expansão das

⁵³¹ Ainda que não tenha sido possível aferir a concretização ou contornos físicos destas iniciativas, elas apontam para a generalização do aldeamento e do colonato como principais instrumentos de gestão do território colonial. No caso de Angola, e em particular nos lugares destinados a africanos, o seu lançamento seria atribuído à “administração colonial do pós-guerra”, com a inauguração, a partir de 1949, de colonatos no Linguri, Caconda, Damba e Loge, descritos como “aldeamentos limpos, assistidos de administradores e técnicos, no meio de boas terras agricultadas, (...) que traduzem agregados de nativos a caminho de uma coesão reveladora de maior índice de cultura”. Assembleia Nacional, sessão nº 132, 4 de março de 1952, *Diário das Sessões*. Para além do meio agrícola, estes “colonatos indígenas” foram encarados como uma excelente base para o estudo dos “colonatos europeus”, nos quais se destacariam a Cela, o Cunene ou a Matala, indicando um diálogo entre ambos os modelos. Embora seja hoje possível conhecer a longa genealogia deste dispositivo espacial, nas suas diversas formas e especificidades, falta ainda compreender a verdadeira dimensão territorial que assumiu, sendo necessário somar ensaios menos expressivos, como aqueles que foram testados na Lunda. Sobre o pioneiro Colonato do Caconda, iniciado em 1949, e caracterizado como uma “tentativa de organização da agricultura indígena”, com “oito núcleos” e 800 famílias, e “algumas casas de pedra e cal, construídas sob a orientação de europeus”, ver “No colonato indígena de Caconda” (1954). *Boletim Geral das Colónias*, 353-354, pp. 397 e ss.

⁵³² Curto e Cruz (2015). “Destribalização...”.

⁵³³ “Distrito da Lunda: Relatório de Governo, 1961-63, por Artur Carmona”. AHU, A2.01.001/02.0009.

⁵³⁴ “Regedorias e Autoridades Administrativas dos distritos de Lunda, Moxico e Cuando Cubango”. ANTT, PT/TT/SCCIA/009/0004. Sobre a questão das regedorias ver Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto Cruz (2017). “The Good and the Bad Concentration: *Regedorias* in Angola”. *Portuguese Studies Review*, 25, pp. 205-231; Curto e Cruz (2015). “Destribalização...”.

⁵³⁵ Relatório da visita do Comando Distrital da Lunda, Janeiro de 1968. *Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola*. UC/AD. Notamos que estas proporções seriam bem mais pequenas do que aquelas experimentadas no Uíge, por exemplo, onde se pretendeu constituir núcleos de 2000 a 3000 pessoas. Cf. Jerónimo (2018). “Rural (In) Securities...”, p. 77, nota 4.

⁵³⁶ Cf. Ilídio do Amaral (1968) “Elementos Estatísticos: Ultramar: Angola”. *Finisterra*. Revista Portuguesa de Geografia, Centro de Estudos Geográficos, p. 130.

políticas de controlo por Angola. A “regedoria”, em particular, seria uma significativa unidade de leitura espacial na colónia, em correspondência com planos colocados em prática no Congo Belga⁵³⁷.



[52] Reagrupamento na região de Henrique de Carvalho, 1972
[ANTT, Arquivo António Soares Carneiro]

No caso da Lunda, foi preciso chegar a 1972, ano em que o distrito “fervilhava” com um “esquema expedito de desenvolvimento”⁵³⁸, como veremos de seguida, para que as autoridades desenhassem uma nova ordem, em linha com os números máximos. O distrito foi então “reagrupado” em 488 aldeias, com cerca de 600 pessoas cada. Os novos agrupamentos seriam implantados junto de instalações militares, postos administrativos ou povoações comerciais para que as comunidades locais pudessem ser “protegidas” e, acima de tudo, “mentalizadas”⁵³⁹. Ainda que a literatura apontasse para as vantagens de abandonar o sistema de grelha em meio rural, de modo a obedecer às tradições das populações, não foi esse processo que se registou na Lunda. A fotografia aérea de um aldeamento junto a Henrique de Carvalho, em 1973, por exemplo, revela o rigor e a geometria aplicados na sua implantação. Estavam presentes as infraestruturas básicas, de acordo com a cartilha de subversão: num reforço da retórica típica da “contra-subversão”, os agentes envolvidos garantiram que a guerra não seria ganha pelos melhores militares, mas por quem “primeiro controla[sse] os espíritos e mentes da população”⁵⁴⁰. Por isso, e uma vez edificadas as estruturas básicas, equacionou-se a “segunda fase” do processo de “reordenamento” através da “acção coordenada” de grupos interdisciplinares de assistentes sociais, enfermeiros, professores, topógrafos e desenhadors. Estes últimos seriam responsáveis por fazer croquis de urbanização das aldeias, planear o abastecimento de água, desenhar caminhos e marcar as

⁵³⁷ Decreto 43896, de 6 de Setembro. Diário do Governo n.º 207/1961, Série I de 1961-09-06. Ministério do Ultramar.

⁵³⁸ Plano lançado por Soares Carneiro para o desenvolvimento de infraestruturas na Lunda.

⁵³⁹ “Álbum discriminativo das obras de promoção social das populações, referente ao ano de 1972, executadas na área do concelho de Veríssimo Sarmento, segundo programa estabelecido pelo Governo do Distrito da Lunda, e concluídas até Agosto de 1973”. ANTT, PT/TT/ASC/E/0011.

⁵⁴⁰ Fernando Pereira (1961). *Natureza e problemas da guerra psicológica*. “Informação sobre contrasubversão”. ANTT, PT/TT/ASC/E/0008.

propriedades⁵⁴¹. Porém, era precisamente neste ponto que os avanços se tornavam complicados, uma vez que a falta de técnicos impedia muitas vezes qualquer acompanhamento especializado.

Neste impasse, o debate voltou ao início. De acordo com as notas do Conselho Especial de Contra-Subversão da Zona Militar Norte, a questão poderia ser ultrapassada através da promoção de uma melhor “cooperação civil-militar” que permitisse responder às necessidades do processo de reagrupamento⁵⁴² – ou seja, numa reciclagem da ideia dos “soldados-colonos”, proposta por Artur Carmona na década anterior, que reforça a necessidade de examinar processos no seu curso longo. Se a “simbiose entre população e exército” já vinha a ser defendida como “solução” para garantir tanto o controlo como o fomento de áreas pouco povoadas⁵⁴³, encontrava na Lunda um reconhecimento acrescido. Ainda de acordo com o Conselho de Contra-Subversão, o “desperdício de recursos humanos” seria essencial para que a pouca verba dedicada aos “melhoramentos rurais” pudesse, ainda assim, ser utilizada para construir duas escolas em vez de apenas uma⁵⁴⁴.



[53] Soares Carneiro na inauguração de “melhoramentos” na Lunda: rede de água
[ANTT, Arquivo António Soares Carneiro]

Ainda em 1972, António Soares Carneiro, já ao leme do governo do distrito, apresentou algumas ideias sobre um “novo sistema de povoamento” baseado no auxílio de “enquadrantes”. Estas figuras seriam antigos soldados do exército português colocados em aldeias reagrupadas para se tornarem agentes activos da “promoção social” das populações locais⁵⁴⁵. Como acabámos de defender os planos não eram novos nem originais, dentro e fora do contexto português⁵⁴⁶, mas Soares Carneiro,

⁵⁴¹ Alfredo Guerra (1971). *Métodos de Assistência Técnica e Acção Social*. Luanda: Junta Provincial de Povoamento – Comissão Técnica de Reordenamento Rural.

⁵⁴² “Informação sobre contra-subversão”. ANTT, PT/TT/ASC/E/0008.

⁵⁴³ “Recortes de imprensa sobre a Lunda”. *Diário de Angola*, 16.09.1969. ANTT, PT/TT/ASC/D/0012.

⁵⁴⁴ “Informação sobre contra-subversão”. ANTT, PT/TT/ASC/E/0008.

⁵⁴⁵ “A actualidade de Angola – Panorâmica estratégica e problemas de defesa”, 1971. ANTT, PT/TT/ASC/004/0010.

⁵⁴⁶ No estudo “*Contribuição para uma política de reordenamento rural no Ultramar*” de Rosa Serrão Navarra, publicado em 1970, a autora sublinhou o papel essencial de “monitores especializados” em “enquadrar” as famílias nativas nas aldeias

como membro das Forças Armadas, reuniria influência suficiente para as fazer avançar. Para além de serem responsáveis por organizar grupos de milícias⁵⁴⁷, os “enquadrantes” foram requisitados para combater “outra guerra”: limpar e ordenar aldeias, construir escolas, latrinas e mobiliário, organizar actividades recreativas e promover laços sociais⁵⁴⁸. As suas armas seriam não só balas e arame farpado como também tijolos, cimento, instrumentos agrícolas e um pedaço de terra, para que mostrassem à população nativa os “benefícios de manter casas alinhadas e campos de arroz”. Para Carneiro, esta estratégia de “proximidade” era um promissor primeiro passo para o “reordenamento rural”, permitindo, por exemplo, que a Junta de Povoamento conseguisse realmente implementar alguns dos seus planos ainda incipientes⁵⁴⁹.

Neste âmbito, e sem que a reorganização do território estivesse resolvida por parte do governo colonial, a chegada da guerra à Lunda, em 1967, possibilitou à Diamang refugiar-se em novas estratégias a respeito da gestão do espaço e do edificado. Os instrumentos do “reordenamento rural” ofereceram um outro quadro de acção à empresa, que aproveitou aquele contexto para imputar os encargos de alojamento da mão de obra a entidades externas. Argumentando que grande maioria dos trabalhadores das minas eram “eventuais e não definitivos” – a quem, por isso, não estaria legalmente obrigada a oferecer habitação –, a companhia pressionou as autoridades coloniais a resolver as “dificuldades” da população “flutuante”, “essencialmente por motivos de segurança”⁵⁵⁰. Como veremos na terceira parte, estava em causa o longo processo de escrutínio, a partir de instituições internacionais, fóruns inter-imperiais e instâncias locais, já em curso desde a década de 1950, que recebeu então novo rumo.

Não tardou para que o aparelho colonial admitisse, em franco diálogo com a Diamang, que o trabalho das minas funcionava como um “forte pólo de atracção” laboral e social de homens e famílias que desejavam tirar partido da protecção e das habitações oferecidas pela companhia. Registava-se a persistência de fluxos migratórios considerados “prejudiciais” à organização da Lunda⁵⁵¹, intensificando a ideia de “ilhas” num “arquipélago”. No Cafunfo, por exemplo, onde as aldeias se estariam a expandir “desordenadamente”, o problema da sua organização foi entregue aos serviços da Junta Provincial de Povoamento em articulação com o Governador do Cuango⁵⁵². Sem prejuízo desta

reagrupadas, num esforço justificado pelas alterações legais que tinham colocado o reordenamento rural num contexto mais amplo de “promoção social, desenvolvimento e povoamento”. Rosa Serrão Navarra (1970). *Contribuição para uma política de reordenamento rural no Ultramar*. Junta de Investigações do Ultramar.

⁵⁴⁷ Grupos de cidadãos portugueses e africanos, que lutavam com o exército.

⁵⁴⁸ “Lunda”. *Terras e Gentes de Angola*, 7º caderno (1972). ANTT, PT/TT/ASC/D/0002.

⁵⁴⁹ “Lunda”. *Rumo ao Leste*, 1971. ANTT, PT/TT/ASC/D/0002.

⁵⁵⁰ Carta para Instituto de Trabalho e Previdência de Acção Social do Cuango, 5 de março de 1970. *Mão de obra indígena (não especializada)*. *Recrutamento, Salários e Alojamento*. 1967-1971. UC/AD.

⁵⁵¹ Para combater esta questão, o ITPAS determinou o “controlo das populações rurais por meios de certificados de residência”. *Administração Civil da Lunda*, 24 de Fevereiro de 1969. Recrutamento SPAMOI, 1967-1971. UC/AD.

⁵⁵² A este respeito, a Diamang esclareceu: “[Os trabalhadores rurais do Cafunfo] são trabalhadores “eventuais” e não definitivos, por isso a companhia não está obrigada a fornecer alojamento. São populações deslocadas, atraídas pelos melhores salários da Diamang. O mesmo se passou com trabalhadores que acorreram aos concelhos do Chitato, Cambulo e Veríssimo Sarmento. O que se põe, portanto, é um problema de reordenamento rural, de que as autoridades competentes têm necessariamente de se ocupar, até e essencialmente, por motivos de segurança. E a nossa Companhia, à semelhança do que fez nos citados concelhos, está disposta a contribuir voluntariamente com determinada importância para ser levado a bom termo o referido reordenamento rural, sem aceitar, como é óbvio, quais responsabilidades pelo alojamento de uma população essencialmente flutuante, em que grande parte dos homens válidos nem sequer lhe presta serviço. (...) Compreendemos que a CDA atraia homens para trabalhar, mas não intervimos nesse sentido. As aldeias expandem-se desordenadamente. É lógico que as autoridades se ocupem do assunto, especialmente por motivos de segurança (...). Correspondência com o ITPAS,

mudança no protocolo de gestão do território da Lunda, a Diamang esteve sobretudo empenhada na expansão da sua rede de equipamentos e no fomento do seu “poder infraestrutural” na região. É sobre esse programa que seguimos.

O “desenvolvimento” em rede

Após as primeiras manobras de “reordenamento” da Lunda, Soares Carneiro lançou um “esquema de expedito desenvolvimento”, em Janeiro de 1972⁵⁵³. Em causa estava a escassez generalizada de infraestruturas na Lunda, patente na falta de redes de água, redes eléctricas, arruamentos, esgotos, edifícios para serviços e respectivos funcionários, escolas e capelas. Para além de extenso, o plano deveria ser de aplicação célere, sinalizando o esforço de guerra como catalisador de uma crescente vaga de infraestruturização em Angola⁵⁵⁴. Meses mais tarde, a revista *Terra e Gentes de Angola* dedicava um dos seus cadernos noticiosos àquele distrito, revelando os primeiros resultados deste esforço. A região era apresentada como uma das “mais fervilhantes de Angola” e a sua capital, Henrique de Carvalho, como uma cidade de “cara lavada, com largas avenidas asfaltadas”⁵⁵⁵. Para a imprensa nacional, Carneiro era o “sopro vivificador” que satisfazia os “naturais anseios” da população⁵⁵⁶. Ao ambiente expansivo da *Terra e Gentes de Angola*, somava-se a “efervescência” social. Na avaliação de Carneiro, a propósito daquela situação, lia-se que:

“O reagrupamento e reordenamento das populações [da Lunda] implicou necessariamente que, por atenção ao aspecto social que daí resultara, fosse urgente o estabelecimento de infraestruturas da vida de relação. Essas condições realizaram-se efectivamente para responder às exigências do novo meio social “efervescente”. Dotou-se o distrito com uma rede rodoviária que pretendeu ligar todos os centros populacionais, muito embora o maior adensamento de vias tenha sido conseguido pela Diamang no quadrante Nordeste, por razões ligadas ao seu labor. (...) Tudo isto serviu propósitos imediatos de responsividade à crescente ânsia de progresso que se gerou”.⁵⁵⁷

Desde o início da década anterior que a administração local alertava para a falta de um plano efectivo na gestão territorial da Lunda – como vimos, foram várias as estratégias, mas sem qualquer concretização. Em 1963, o relatório anual de trabalhos de governo do distrito, apesar de rotineiro, dava conta do período “particular” que se vivia na região, através da “sobreposição” de importantes eventos, que assinalámos antes: a independência do Congo, a revolta da Baixa do Cassange e as repercussões locais da guerra colonial. A consequência estava patente naquele documento, cujos inúmeros mapas e fotografias ilustravam as tentativas de leitura e conhecimento do território. O governador Artur Carmona era claro: “não há planos ou programas de administração [na Lunda],

Março de 1970. Recrutamento SPAMOI, 1967-1971. UC/AD.

⁵⁵³ “Elementos preparatórios para um esquema expedito de desenvolvimento”. ANTT, PT/TT/ASC/D/0005.

⁵⁵⁴ Milheiro (2017). *Arquitecturas Coloniais...*

⁵⁵⁵ “Lunda”. *Terras e Gentes ...*

⁵⁵⁶ Revista *Actualidade Económica*, 25 de setembro de 1969. ANTT, PT/TT/ASC/D/0002.

⁵⁵⁷ Lunda [Infraestruturas de Incidência sócio-económica],

as coisas são accionadas na ideia e entusiasmo pessoais de quem foi designado para governar”. Na sua opinião, tornava-se urgente alargar as redes de infraestruturas, com os “pilares” da futura acção política na Lunda alocados a múltiplos programas: a instalação de serviços, o problema agrícola, as escolas, a assistência médica e as vias de comunicação⁵⁵⁸.

Sem grande originalidade, até porque pouco teria sido feito, a proposta de Soares Carneiro voltou precisamente a estas matérias. No seu plano de “aceleramento” para a região, o militar admitia que “sucessivos reagrupamentos não [tinham] sido acompanhados de construções e equipamentos correspondentes”⁵⁵⁹. Em resposta à anunciada “ânsia de progresso”, o *Álbum das Obras de Promoção Social das populações de Veríssimo Sarmento*, de 1973, apresentou os primeiros resultados do esquema. De acordo com o plano, aquela região tinha sido dotada com várias escolas, silos de abastecimento de água e electricidade⁵⁶⁰. Em paralelo, eram fotografados os trabalhos dos “monitores de auto-construção”, também como prova do projecto.



[54] Escola rural no Posto do Cula, na Capaia, Lunda, 1972
[ANTT, Álbum de Obras de Promoção Social das populações de Veríssimo Sarmento]

Em todos estes trabalhos, ficou evidente o papel “dominante” da Diamang. A *Terra e Gentes de Angola* notou que “não foi poucas vezes que a Companhia teve de se substituir às estruturas da Administração pública, necessariamente débeis”⁵⁶¹. Mais ainda, várias das estratégias reproduziam planos já experimentados pela companhia na zona das explorações, revelando a sua influência. A respeito da “melhoria das habitações”, a administração da Lunda propôs a construção de “centros de convívio e centros de artesanato”, a contratação de “monitores de auto-construção” e a entrega

⁵⁵⁸ *Relatório do Governador da Lunda*, Artur Carmona, 1961-63. AHU, ISAU/A2.01.001/02.00009.

⁵⁵⁹ “Elementos preparatórios...”. ANTT, PT/TT/ASC/D/0005.

⁵⁶⁰ “Álbum discriminativo das Obras de Promoção social das populações, executadas na área do Concelho de Veríssimo Sarmento”, 1972. ANTT, PT/TT/ASC/E/0011.

⁵⁶¹ A notícia sublinhou que “apesar do melindre da actividade da Companhia, seria necessário integrá-la mais e apoiar-se melhor na região”. “Lunda”. *Terras e Gentes ...*

de “prêmios e residências para autoridades tradicionais que se distingam”⁵⁶², que, como veremos nos próximos capítulos, já eram estruturantes nas políticas da empresa. Para além da influência nos “modelos espaciais”, a Diamang seguiu ainda o seu domínio através do financiamento e técnicas de trabalho. Por exemplo, a concretização da maioria das estruturas em Veríssimo Sarmento ficou a cargo da empresa (apesar de apoiadas financeiramente por um largo conjunto de dotações públicas⁵⁶³), enquanto o projecto da rede de electricidade foi elaborado por técnicos das explorações.

De facto, e apesar de igualmente sujeita à ameaça da guerra, a companhia mostrou uma maior preparação na gestão do território – até porque exercia ali um controlo soberano, fruto das décadas anteriores. Como vimos, a SPAMOI tinha desenvolvido trabalhos desde o final da década de 1930, que, sem prejuízo do seu grau de sucesso, certamente impactou as dinâmicas do espaço. Por outro lado, em 1947 e 1951 – bem antes do início da guerra, notamos –, foram aprovadas verbas de “assistência à população indígena e obras de utilidade pública na Lunda”, que resultavam da decisão de expandir a “influência” da Diamang na região⁵⁶⁴. Para além deste pano de fundo, a empresa continuou a materializar um extenso conjunto de equipamentos, de camadas sobrepostas e interdependentes, mostrando conhecer a importância de um trabalho em “rede”.

Concorrendo para a análise da Lunda feita por Artur Carmona, a Diamang também deu à estampa, em 1963, um resumo anual de trabalhos mais completo, ao qual somou uma série de mapas da zona mineira. Os esforços anteriores eram bem visíveis. Os desenhos mostravam os sectores agrícola e pecuário (em linha com directrizes internacionais no âmbito do “desenvolvimento”⁵⁶⁵), assim como as redes educativa e de saúde. O nível de precisão destas cartas era consideravelmente superior aos registos da administração, iluminando o trabalho persistente da companhia nas tentativas de controlo daquela área. As suas redes complementavam as malhas do aparelho público, traduzindo-se num conjunto duplamente fundamental: por um lado, para o esforço da guerra; por outro, para a resistência que a venceu, com impactos duradouros no território. Face à extensão limitada deste trabalho, optámos por analisar o programa de escolas, não só pela evidente riqueza do material de arquivo mas também porque revela uma série de temas, continuidades e cronologias que consideramos significativos para o estudo territorial e para as referências arquitectónicas da Diamang. No entanto, há que assinalar a presença simultânea de estruturas sanitárias, postos de compra e venda, estradas, pontes e jangadas, cantinas, entre outros, que não só reforçam a ideia de “rede” que aqui se explana como evidentemente contribuíram um olhar mais amplo e, ao mesmo tempo capilar, sobre o território e a partir dele⁵⁶⁶.

⁵⁶² “Elementos preparatórios...”. ANTT, PT/TT/ASC/D/0005.

⁵⁶³ A cobertura orçamental do “esquema de desenvolvimento” de Soares Carneiro foi assegurada pelo Orçamento ordinário de Angola, Fundo de Melhoramentos Locais, Plano de Fomento e Diamang. O valor total estimado foi de 167 000 contos. Cf. Mapa do Aceleração do desenvolvimento da Lunda – esquema para 1972. “Elementos preparatórios...”. ANTT, PT/TT/ASC/D/0005.

⁵⁶⁴ Despacho do Ministro das Colónias, de 13 de Maio de 1948, cf. ANTT, AOS/8A1 Cx. 718.

⁵⁶⁵ A importância de integrar a indústria e a agricultura foi um dos pontos sublinhados na conferência de Addis Abeba, na Etiópia, em dezembro de 1971, promovida pela ONU para discutir os “problemas de planificação em países em vias de desenvolvimento”.

⁵⁶⁶ Face ao âmbito limitado deste trabalho, optámos por uma análise sobretudo à escala territorial destes programas. Reconhecemos, no entanto, que cada uma destas tipologias levanta questões muito particulares ao nível da arquitectura (tanto em termos tipológicos como programáticos).



[55] Detalhe da carta de ocupação escolar na região da Lunda, 1962
 [Mão de Obra: correspondência com Instituto do Trabalho, UC/AD]

A rede escolar foi o programa mais celebrado pela empresa, devido aos resultados expressivos. À semelhança de episódios que temos vindo a tratar, o esforço antecedia a guerra. Durante o ano de 1956, a Diamang tinha reportado um “recente surto de interesse da população nativa do Chitato pela escola”. No espaço de poucos meses, o anterior grupo de 300 alunos, distribuídos pelos diferentes departamentos educativos da companhia – Escola Primária, Escola-Catequese, Escola de Orientação Rural e Escola de Regentes Agrícolas – tinha crescido para a ordem para 2700, passando a abranger cerca de 40% do número de crianças em idade escolar do concelho do Chitato⁵⁶⁷. Na “carta-esboço das escolas na Região Diamantífera da Lunda”, levantada em 1962, ficava patente a ampla implantação daquelas instalações, com as maiores concentrações de estruturas escolares a serem naturalmente registadas no Dundo e em Andrada⁵⁶⁸. Todos os centros urbanos da companhia tinham a sua própria escola primária, para filhos de empregados europeus, enquanto o chamado “ensino rural”, destinando a crianças africanas, estava assegurado por uma rede de 28 edifícios (num

⁵⁶⁷ Número de matrículas em 1964. Este grupo incluiu os 300 alunos sob a responsabilidade das Forças Armadas, que contavam com o “auxílio material” da companhia. Segundo as estatísticas da Direcção dos Serviços de Educação de Angola, a população do Chitato em idade escolar à época seria de 6000 a 7000 crianças. “Apontamento sobre os assuntos tratados no Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social de Angola, nas reuniões de 12 de dezembro findo e seguintes”, p. 7. *Mão de obra indígena (...) 1963-1964*. 86,2A (1ª).

⁵⁶⁸ Desenho nº 62-307, por Américo Teixeira. As maiores concentrações de edifícios escolares estavam no Dundo (11 escolas, 15 salas) e em Andrada (5 escolas, 8 salas). *Mão de obra indígena. Alterações das condições de trabalho na zona das explorações*. Reuniões no Instituto do Trabalho, Luanda. 10 de dezembro de 1963 e 31 de janeiro 1964. 86,2A (1ª).

total de 38 edifícios, 41 salas)⁵⁶⁹. Para o exército estavam destinadas 8 escolas, cuja localização revela os lugares que sinalizavam e protegiam a Lunda: Dundo, a este, Lucapa, a oeste, e os postos administrativos fronteiriços do Lóvua e Capaia. Os liceus do Dundo e Andrada, organizados em 1960, seriam mantidos em casas adaptadas⁵⁷⁰, mas o crescente número de alunos exigiu novos edifícios. Em resposta, foi prevista a construção de mais 26 salas de aulas até ao final do ano seguinte, num investimento que totalizava os 2.305.000 escudos⁵⁷¹.

Esta ampliação alinhou com a evolução do panorama geral do ensino nas colónias portuguesas, onde se verificava uma expansão “sem precedentes”⁵⁷². A publicação das Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas, pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar, precisamente em 1956, assinalou a tentativa de normalizar os aspectos formais deste fenómeno⁵⁷³. As várias escolas projectadas pelos arquitectos deste organismo mostravam especial atenção às questões climáticas, resolvidas através de grelhas, galerias abertas e pátios, e às possibilidades das estruturas modulares⁵⁷⁴. Veremos que, no mesmo período, a Diamang foi confrontada com a necessidade de actualizar o alojamento para a mão de obra africana; mas, enquanto neste caso foram notórias as influências externas, sobretudo belgas, para as escolas sobressaiu uma aproximação aos modelos promovidos pelo aparelho português.

De facto, foi em paralelo com o ímpeto geral em Angola que a Diamang procedeu à sistematização das suas estruturas de ensino. A apresentação de três “projectos-tipo” para diferentes públicos e graus de ensino sinalizou o protocolo de optimização instalado na empresa – processo concorrente com as empreitadas e que lançou outros “programas-tipo”, como veremos. A única tipologia já reproduzida em alguns lugares da Lunda era a “escola-catequese”, destinada à pré-primária⁵⁷⁵. A sua implantação aconteceria sempre fora da malha principal das povoações, a uma distância quantificada,⁵⁷⁶ e serviu para o contacto inicial com as crianças africanas. A “escola-catequese” era um edifício simétrico, descrito como uma “construção simples”⁵⁷⁷, de dimensões reduzidas (60m²), entrada ao centro e cobertura de duas águas. Os agentes da Diamang defendiam que a “extrema mobilidade dos

⁵⁶⁹ “Resumo da situação escolar do Chitato” (anexo nº 4, pp. 1 e 2).

⁵⁷⁰ Ambos tinham três salas num edifício principal e o apoio de um anexo nas traseiras, com um laboratório e instalações sanitárias. Correspondeu à K-200 no Dundo.

⁵⁷¹ O programa de “instalações escolares a construir em 1964” previu blocos escolares para Cassanguidi, Andrada, Lucapa, Luxilo e Xá-Cassau (com 1 por povoação). Por fim, a Escola Indígena, do tipo pavilhonar, estava reservada apenas para o Dundo.

⁵⁷² Esta seria uma expansão “essencialmente quantitativa”, que não teve correspondência no nível de ensino ministrado (mantido na instrução primária), cf. Eduardo de Sousa Ferreira (1974). *O fim de uma era: o colonialismo português em África*. Sá da Costa, p. 90.

⁵⁷³ João de Aguiar, Eurico Machado e Schiappa de Campos (1956). *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultramarinas*, Lisboa: Gabinete de Urbanização Colonial.

⁵⁷⁴ Para uma análise das construções escolares em Angola nas últimas décadas do projecto colonial português ver Ana Vaz Milheiro (2011). “Escolas em Angola durante o Estado Novo: arquitectura e arte”. *Revista de História das Ideias*, 32. Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 601-630.

⁵⁷⁵ Grau de ensino correspondente ao 1º ano do ciclo rural ou de adaptação. Esta aposta na instrução rural foi mais tarde destacada nas estatísticas oficiais da colónia, que apresentavam o distrito da Lunda com a maior proporção de monitores escolares. Os monitores eram sobretudo africanos e estavam habilitados para leccionar os dois primeiros anos das escolas de posto, enquanto os professores primários eram maioritariamente europeus, cf. Ferreira (1974). *O fim...*, pp. 102 e ss.

⁵⁷⁶ A planta de Maludi de 1958, por exemplo, indica a “escola-catequese” a 400 metros da entrada da povoação.

⁵⁷⁷ “Escola-catequese”, sem data e sem autor. UC/AD.

trabalhadores desaconselha[va] instalações definitivas e dispendiosas”⁵⁷⁸ – um argumento várias vezes repisado pela empresa, como veremos – e, por isso, o modelo recorreu à modularidade e repetição de elementos nas fachadas para tornar a construção célere e de baixo custo. O desenho coincidiu com a “escola capela-tipo” promovida pelo Ministério do Ultramar⁵⁷⁹. Foi ainda prevista a sua adaptação a classes em idades superiores através da colocação de porta e janelas, reflectindo não só os permanentes processos de reciclagem do edificado da companhia, como a relação entre o grau de ensino e a materialidade da construção.



[56] Posto escolar do Camatai, Andrada, 1966
[Relatório do Conselho de Administração da Diamang, ANTT/AOS-D-N/2-13-1]

Depois, a propósito da organização das novas povoações na zona oeste, os serviços da Diamang desenvolveram o “projecto-tipo” para uma escola primária a integrar nos centros de 1ª classe⁵⁸⁰. À semelhança da “escola-catequese”, o projecto recorreu a elementos modulares e simples, em contraponto com a riqueza ornamental que foi então empregue nas habitações para europeus, como veremos. Com um pátio-recreio central, o plano articulou 4 salas de aula, cada uma com pouco mais de 60m², distribuídas em duas alas, e um núcleo de apoio, composto por vestiários, salas de professores e instalações sanitárias. Todos os elementos estavam ligeiramente elevados em relação ao entorno através de um embasamento geral. O acesso principal foi assinalado por um alpendre, enquanto a mediação entre o pátio e as salas se fazia por uma galeria coberta. De modo bastante evidente, a solução admitia flexibilidade, prevendo a construção de apenas uma ala de salas, sem prejuízo do núcleo administrativo e sanitário. Foi precisamente esta configuração mais reduzida que se construiu inicialmente por várias povoações – caso do Calonda –, estando provavelmente a sua hipotética ampliação dependente do crescimento do número de alunos.

⁵⁷⁸ “Apontamento sobre os assuntos tratados no Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social de Angola, nas reuniões de 12 de dezembro findo e seguintes”. *Mão de obra indígena (...)* 1963-1964. 86,2A (1ª).

⁵⁷⁹ Cf. Escola Capela-tipo para a Guiné Bissau, por Fernando Schiappa de Campos, 1961-1963 (DSUH/DGOPC). Ana Vaz Milheiro / HPIP [https://hPIP.org/pt/heritage/details/2214].

⁵⁸⁰ “Projecto de Escola Primária a construir nos centros urbanos”, plano nº 62-387. 10 de outubro de 1962, UC/AD.

O dispositivo de circulação e a disposição funcional desta solução revelam uma aproximação ao projecto-tipo de “Escolas com 4 Salas de Aula (tipo vila ou cidade)”, produzido pelas Obras Públicas de Moçambique, no mesmo período⁵⁸¹. Sem prejuízo da afinidade, a maior diferença esteve na falha da tradução das estratégias climáticas para o modelo da Diamang, sublinhando a já notada escassa cultura arquitectónica entre os técnicos da empresa. O prolongamento da cobertura para protecção das fachadas, avançado pelas Obras Públicas, foi ignorado na Lunda, enquanto as grelhas apareceram apenas de modo pontual no controlo do acesso secundário ao pátio, como uma barreira física e visual, não cumprido qualquer função de ventilação. Por outro lado, tanto a composição como a austeridade das fachadas da escola primária da companhia sugeriam antes da linguagem das escolas do “Plano dos Centenários”, profusamente reproduzidas em Portugal nas duas décadas anteriores⁵⁸², numa provável amálgama de referências.



[57] Bloco Escolar (2 salas) em Maludi, 1965
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66, UC/AD]

Esta sequência foi concluída pela Escola do Caxinde, organizada como equipamento de excepção no Dundo. O edifício, que também ficou conhecido como Escola da Missão, foi construído entre 1963 e 1964, no final de uma rua com o mesmo nome, que resolveu a expansão da povoação para sudoeste. Ao contrário das soluções anteriores, assumiu uma estrutura pavilhonar, composta por oito blocos, com capacidade total para 420 alunos – nesta época já sem distinguir entre raças, de acordo com a legislação. A entrada no complexo foi assinalada por um edifício de topo, com salas de professores, escritório e arquivo, recorrendo à altura de dois pisos, fachadas simétricas e um alpendre para marcar o acesso. Cada um dos restantes edifícios, com pouco mais de 100 m², servia turmas de 60 crianças,

⁵⁸¹ Cf. Zara Ferreira (2012). “O Moderno e o Clima da África Lusófona. Arquitectura escolar em Moçambique: o programa de Fernando Mesquita (1955-1975)”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, IST, pp. 21-25. Estão por estudar as escolas primárias construídas em Angola durante o período colonial, uma vez que a análise se tem ficado pelos graus de ensino superiores, e por isso desconhecemos a aplicação deste plano-tipo. Todavia, as semelhanças com a solução da Diamang parecem apontar para a utilização do projecto pelas repartições públicas de ambas as colónias.

⁵⁸² Ver João Fêteira (2013). “O Plano dos Centenários: as escolas primárias (1941-1956)”. Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, FCSH.

com sala de aula e respectivos vestiário e balneário. A sua disposição, alinhada em dois eixos, com implantações alternadas e articulada através de um extenso pátio e passagens cobertas, voltou, mais uma vez, a tornar a solução bastante próxima de uma das tipologias promovida pelas Obras Públicas. Em contraste com a escola primária para as restantes povoações, a Escola do Caxinde tirou partido das grelhas em vãos superiores ventilados.



[58] Vista parcial do bloco escolar de Caxinde, no Dundo, 1970
[Dossier para a Organização Internacional do Trabalho, UC/AD]

Após estas construções, a Diamang defendeu, em 1966, que não havia em Angola “maior e mais eficiente” ocupação escolar⁵⁸³. Neste sentido, e reflectindo a importância que a empresa atribuiu à escola, a administração previu que o distrito da Lunda, e em particular Henrique de Carvalho, se tornasse “um centro de ensino e cultura com promissoras consequências no desenvolvimento regional”⁵⁸⁴. O principal pilar desta proposta foi o Colégio-Liceu, inaugurado em 1963. O projecto, da autoria dos arquitectos Antonieta Jacinto⁵⁸⁵ e Francisco da Silva Dias – dois dos técnicos “precursores de um modelo de arquitectura e urbanismo tropical moderno adaptado ao sítio e ao clima”, com vasta obra em Angola⁵⁸⁶ – foi parcialmente financiado pela Diamang⁵⁸⁷. Sem alguma vez se pronunciar sobre

⁵⁸³ A capacidade de resposta da companhia justificou inclusive um pedido das autoridades coloniais para dotar cada um dos seus acampamentos com equipamentos escolares, que foi inconsequente e ridicularizado pelas equipas da Diamang.

⁵⁸⁴ Em Henrique de Carvalho, celebrou-se a inauguração da Escola Técnica (1965) e da Escola de Habilitação de Professores (1966). Mais tarde, no “Panorama da educação e ensino na Lunda”, em 1970, foi destacada a “Escola de Artes e Ofícios”, como “obra basilar” do desenvolvimento do distrito. O currículo oferecia conhecimentos sobre os ofícios de carpinteiro, pedreiro, higiene da habitação, mesclando a educação com os desenvolvimentos materiais da região. ANTT. António Soares Carneiro, cx. 15, nº5, doc. 1 a 52. PT/TT/ASC/D/00021; António Soares Carneiro, cx. 16, nº3, doc. 2. PT/TT/ASC/D/0004.

⁵⁸⁵ Antonieta Jacinto visitou o Dundo, em dezembro de 1959, em representação do Gabinete de Urbanização e das Obras Públicas de Luanda (acompanhada pelo engenheiro José Júlio Roque, da Repartição das Obras Públicas do Luso). Durante a estadia a arquitecta terá elogiado o “arranjo urbanístico, asseio, cuidado com os pormenores, grandiosidade das instalações e excelência das estradas”.

⁵⁸⁶ Fonte (2012). *Urbanismo...*, pp. 97-98. A autora apresentou vários projectos assinados por Antonieta Jacinto e Francisco Silva Dias, entre os quais: Bairro Indígena nº 1 em Luanda (1957), Bairro de Pescadores Indígenas no Cacucaco (1958), Planos para S. Martinho dos Tigres e Porto Alexandre (1958), Prédio de rendimento em Luanda (1959), Plano de Pormenor de Vila Salazar (1959) ou as Sedes do Club de Golf de Luanda (1960).

⁵⁸⁷ Ao longo de quatro anos, a Diamang contribuiu com um total de 4500 contos para a obra.

a proposta desenhada, a empresa mostrou apenas interesse em apoiar a edificação de uma estrutura onde os filhos dos seus empregados pudessem aceder a níveis superiores de ensino, ao mesmo tempo que aumentava o seu nível de “influência” em Angola. Por isso, ao arripio da linguagem sustentada pela companhia, como veremos, os administradores não se coibiram de classificar o corpo principal do colégio, de linhas modernas, com um “belo aspecto estético e funcional”⁵⁸⁸.

Com a defesa da Lunda cada vez mais ameaçada, a importância do ensino foi sendo reforçada ao longo dos anos seguintes. A este respeito, a Diamang continuou o seu programa de construções na área das minas, ao mesmo tempo que apoiou materialmente outros organismos locais. Em 1969, por exemplo, a Comissão Local de Contra-Subversão avançou com a edificação de 13 escolas e respectivas residências para professores, para as quais pediu à Diamang materiais de construção e alguns veículos a tempo integral. Hoje, a maioria destes edifícios mantêm a sua função original, sinalizando o contributo da empresa para o equipamento escolar da Lunda. O modelo da “escola primária”, em particular, foi bastante generalizado, com reprodução no Calonda, Lucapa, Maludi, Cassanguidi, Lôva e Luxilo.

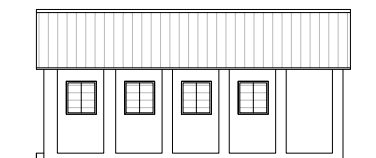
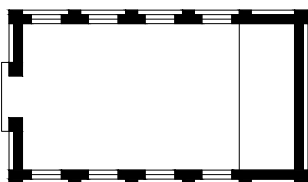


[59] Grupo escolar de Cassanguidi, vista do recreio, 1965
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66, UC/AD]

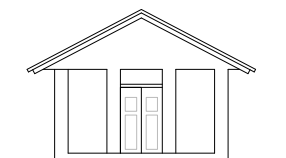
⁵⁸⁸ *Relatório do Conselho de Administração...*, 1963. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1.

Escola-Catequese

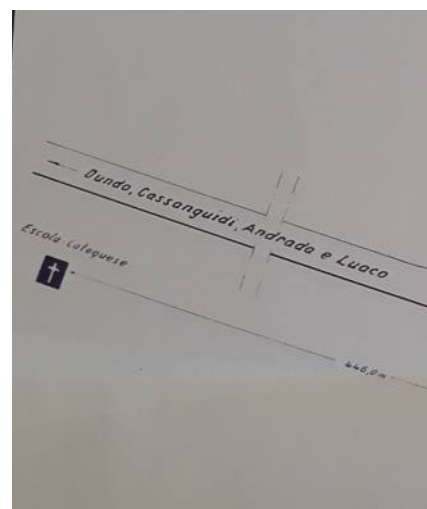
[plano ?]



Alçado lateral



Alçado frontal



[60] Tipo de escolas-catequese, nos arredores do Dundo, 1957

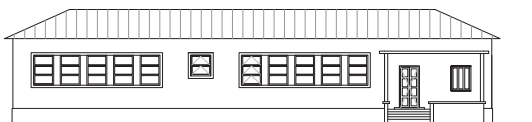
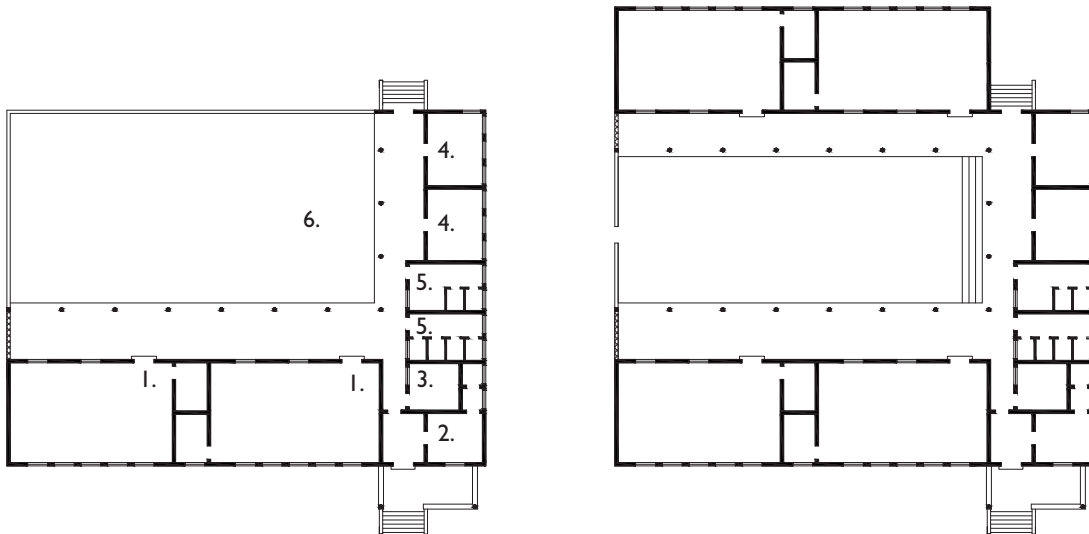
[61] Localização da escola-catequese, a 446 metros da entrada da povoação de Maludi, 1957

[Relatório do Conselho de Administração da Diamang, ANTT/AOS-D-N/2-11-1; Planta de Maludi, UC/AD]

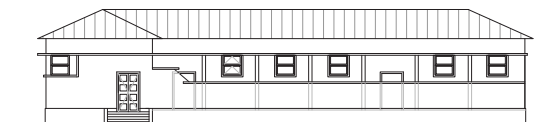
Escola primária a construir
nos centros urbanos

[plano 63-387]

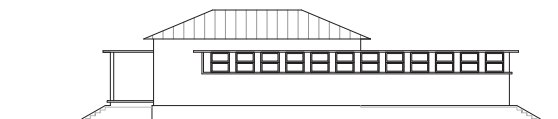
- | | | |
|--------------|---------------|----------------|
| 1. Aula | 2. Vestíbulo | 3. Professores |
| 4. Vestiário | 5. Sanitários | 6. Recreio |



Alçado frontal



Alçado posterior



Alçado lateral



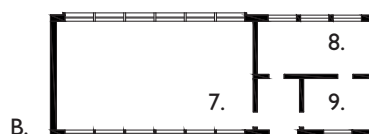
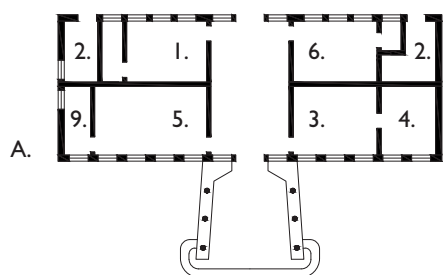
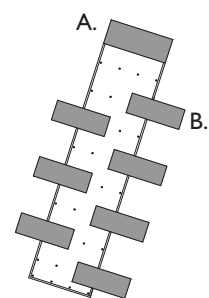
[62] Escola Primária do Lucapa (ortofotomapa)

[63] Escola Primária do Calonda (ortofotomapa)

[Google Earth, 2023]

Ante-projecto da Escola Indígena [plano 60-278]

- | | | |
|-------------------|---------------|----------------------------|
| A. Entrada | B. Salas aula | |
| 1. Professores | 2. Arrumação | 3. Escritório |
| 4. Arquivo | 5. Reuniões | 6. Professores Assimilados |
| 7. Sala 60 alunos | 8. Vestiário | 9. Sanitários |



Alçado frontal



Alçado frontal



Alçado posterior



Alçado posterior

Capacidade: 420 alunos; Pavilhão Principal: 153m²; Pavilhões de Aulas: 761m²; Área recreio: 1209m²



[64] Vista geral do Bloco Escola do Caxinde, nos arredores do Dundo, 1966

[65] Escola Primária do Dundo (ortofotomapa)

[Relatório do Conselho de Administração da Diamang, ANTT/AOS-D-N/2-13-1; Google Earth, 2023]

I.5. Síntese

Nesta primeira parte, o território foi mobilizado como moldura das actividades edificatórias promovidas pela Diamang. A partir deste conceito, procurámos tanto fazer o enquadramento da companhia em Angola (*frame*), no decurso dos seus vários horizontes espaciais, como explorar estratégias de moldagem, ajuste, contenção e disciplina, recrutadas através das diversas construções do e sobre o espaço (*enframe* e *reframe*). Entendemos que a Diamang assumiu uma dimensão territorial ímpar, que não se esgota nem pode ser reduzida a ideias de um “estado dentro do estado” ou uma “nona colónia” do império português. Estas concepções não só tendem à simplificação de realidades que foram bastante complexas, como promovem imagens fixas de um território que, afinal, foi observado, construído, instrumentalizado e cotejado de diversas formas, ao longo de tempos com diferentes contextos políticos, sociais, económicos e tecnológicos.

O primeiro capítulo, dedicado ao assentamento da companhia, mostrou como a inauguração da exploração mineira esteve estreitamente relacionada com a reconfiguração política da Lunda. A Diamang foi um veículo essencial para sustentar a integração desta parcela de território em Angola no âmbito do colonialismo português. O trajecto desta concretização foi partilhado entre agentes privados e aparelho público, num pacto de reciprocidade que resultou de várias décadas de negociações e tentativas para ocupar aquela região. Neste sentido, confirmamos o papel da companhia como “tampão” físico, mas não podemos restringi-la a essa dimensão. Os debates sobre a apropriação do território expõem esta pluralidade: a Diamang não foi uma fatalidade alheia – e, por isso, não pode ser observada unicamente como um produto belga –, mas deveu a sua organização ao conhecimento vizinho – e, nesse sentido, a sua análise sublinha a importância de considerar as construções inter-imperiais e transnacionais na fabricação do colonialismo europeu em África, com as devidas ampliações que daí resultaram. Esta interdependência na construção do território colonial estendeu-se a outros programas: foi o caso do caminho de ferro de Luanda, cujos contornos estiveram associados aos movimentos da exploração mineral. Por um lado, a hipótese do seu prolongamento ganhou força com a fixação da Diamang; por outro, a cessação do debate reflectiu um entendimento mútuo sobre alternativas mais convenientes à economia colonial e à autonomia das minas. Este ponto leva-nos à necessidade de considerar as várias agendas participantes dentro do próprio aparato colonial português, que não pode, assim, ser reduzido a uma visão superficial ou homogénea. Recordamos, a este propósito, as concepções discordantes sobre a Diamang entre a administração local, ciosa da permeabilidade da fronteira, e a grande teia imperial, encorajada pelas vantagens económicas e soberanas.

O segundo capítulo acompanhou o processo de “disciplina” do território, através da organização de duas instituições fundamentais à alavancagem da Diamang: a Concessão e a SPAMOI. A acção concertada destas equipas, sobrepostas no tempo e paralelas no espaço, permitiu à empresa iniciar a fabricação de um cenário “urbano” e “científico” na Lunda, para lá das feições industriais da exploração. Vimos como projectos de circulação e povoamento, nomeadamente a construção de estradas e respectivos artefactos, a par da fixação de aldeias e povoações e construção de equipamentos, foram planeados a favor de uma pretensa “estabilização”, observada como base fundamental para um controlo simultaneamente espacial e laboral – caso dos “*poste routier*”, das “aldeias de propaganda” e da

forma urbana hierarquizada dos centros mineiros. Em conjunto, a Concessão e a SPAMOI recrutaram milhares de pessoas para transformar a paisagem da Lunda – e estes actores foram tanto a força física que operou a mudança como os meios de permuta e edição de novos conhecimentos edificatórios. A Concessão exponenciou as condições do “enclave” – escala controlada, localização periférica, visão estratégica⁵⁸⁹ – para fomentar operações físicas de poder, produtividade e exclusividade, assim como concepções de ordem social e disciplina, através de ambientes ditos “exemplares”: espaços bem mantidos e amiúde vigiados, jardins abundantes, quarteirões amplos e saneados. A SPAMOI comungou destes mesmos objectivos, transpondo-os para as aldeias. Neste sentido, a habitação e os lugares do quotidiano foram tomados objectos de “propaganda”, iluminando um reconhecimento das potencialidades do espaço como veículo de diálogo e hipotético contágio. Porém, como assinalámos, os esforços do serviço foram frequentemente contestados e instrumentalizados pelos trabalhadores e famílias. Estas disputas colocaram a descoberto as fragilidades da administração colonial no território, ao mesmo tempo que validaram instrumentos espaciais específicos, como os materiais de construção e formas de implantação. Por outro lado, acentuaram a configuração de um território heterogéneo nas suas formas e modos de habitar, que nunca foi nem pode ser reduzido a modelos e moldes.

O terceiro capítulo abordou a expansão coincidente da área de trabalho da Diamang e do conflito colonial que pôs fim ao projecto de soberania portuguesa em Angola. Este período abarcou significativas transformações políticas e tecnológicas, cujos impactos não podem ser dissociados. O estudo da companhia, em particular, reforça a importância de considerar as múltiplas rotas de causalidade entre programas específicos e eventos políticos, não tornando apenas um destes pontos em chave de leitura dominante. Neste sentido, a ampliação da zona das explorações tanto possibilitou novos modos e técnicas de construir, com recurso à empreitada e à especialização técnica, como exigiu a actualização de programas face à ambicionada reorganização do espaço, em resposta a questões de defesa e às gramáticas do “desenvolvimento”. Longe de uma resposta única, vimos a pluralidade de agendas em causa, à semelhança de outros períodos. Ainda assim, foi neste cruzamento que o protocolo edificatório da Diamang mais se aproximou daquele promovido pelas entidades públicas – caso das escolas, como estudámos –, mostrando não só uma transversalidade na eficácia “infraestrutural” da guerra como também uma convergência formal entre agentes participantes na construção do território colonial tardio.

Este conjunto de capítulos evidenciou o território da Lunda como um conjunto heterogéneo de configurações e formas, muitas vezes ambíguas (e, por isso, mais eficazes). Sobre este ponto, consideramos que a localização de fronteira da Diamang não só patenteou múltiplos diálogos com outros pares económicos e políticos, como os amplificou – uma questão a que voltaremos noutros capítulos. Se é certo que as transformações edificatórias e materiais na companhia não podem ser apenas lidas na esteira de um projecto nacional, foi também ali que o projecto colonial português apostou na sua materialização. Em suma, a construção imbrincada da Diamang e da Lunda, nos vários programas, escalas, formas, agentes e tempos, reflectiu e potenciou um território poroso e maleável: entre público e privado, entre intentos políticos e económicos, entre várias companhias de exploração, entre comunidades africanas e europeias, entre grupos quíocos, balubas e mucubais,

⁵⁸⁹ Nandini Battacharya (2012). *Contagion and Enclaves: Tropical Medicine in Colonial India*. Liverpool University Press, pp. 9-13.

entre povoações e aldeias, entre quarteirões e talhões. Ou seja, a história da Diamang mostra que o território de Angola – e do império colonial português, num sentido mais amplo – foi construído através de múltiplos projectos, nem sempre alinhados, cujas nuances reclamam por narrativas mais complexas, longe de cumprir um plano ou directiva únicos.

Por último, e à medida que seguimos para análises mais granulares dos espaços da Diamang, voltamos a frisar a importância da inter-relação entre o planeamento e a concretização dos núcleos de povoamento “europeu” e aldeias para famílias africanas. Como explanámos na introdução, este trabalho procurou tirar partido da escala controlada e centralizada da companhia para estudar em paralelo, de vários ângulos e de maneira persistente, os diversos espaços criados pela exploração de diamantes. Não apresentámos propositadamente qualquer imagem completa ou fixa das povoações da Diamang, porque voltaremos a questioná-las noutras dimensões nos próximos capítulos. Apesar das fisionomias bastante diferenciadas, vimos que estes lugares foram resultado de protocolos edificatórios informados por condicionamentos semelhantes, decorrendo daí a necessidade de atender aos seus vários contextos de produção e às suas múltiplas camadas, para lá das formas e tipologias. A próxima parte volta a percorrer as mesmas geografias, mas aborda os léxicos e ferramentas do planeamento urbano e da arquitectura para inquirir outras características do espaço da companhia e das construções feitas sobre ele.

PARTE 2. [o léxico]

Imaginários de urbanidade

2.1. Um “oásis” de colonização?

2.2. Planos legíveis: postos industriais em África (1923-1936)

- A ordem da *company town*
 - . Normas de salubridade
 - . Formas de representação
- A propaganda da aldeia
 - . Genealogias e modelos
 - . Apoio à Mão de Obra Indígena

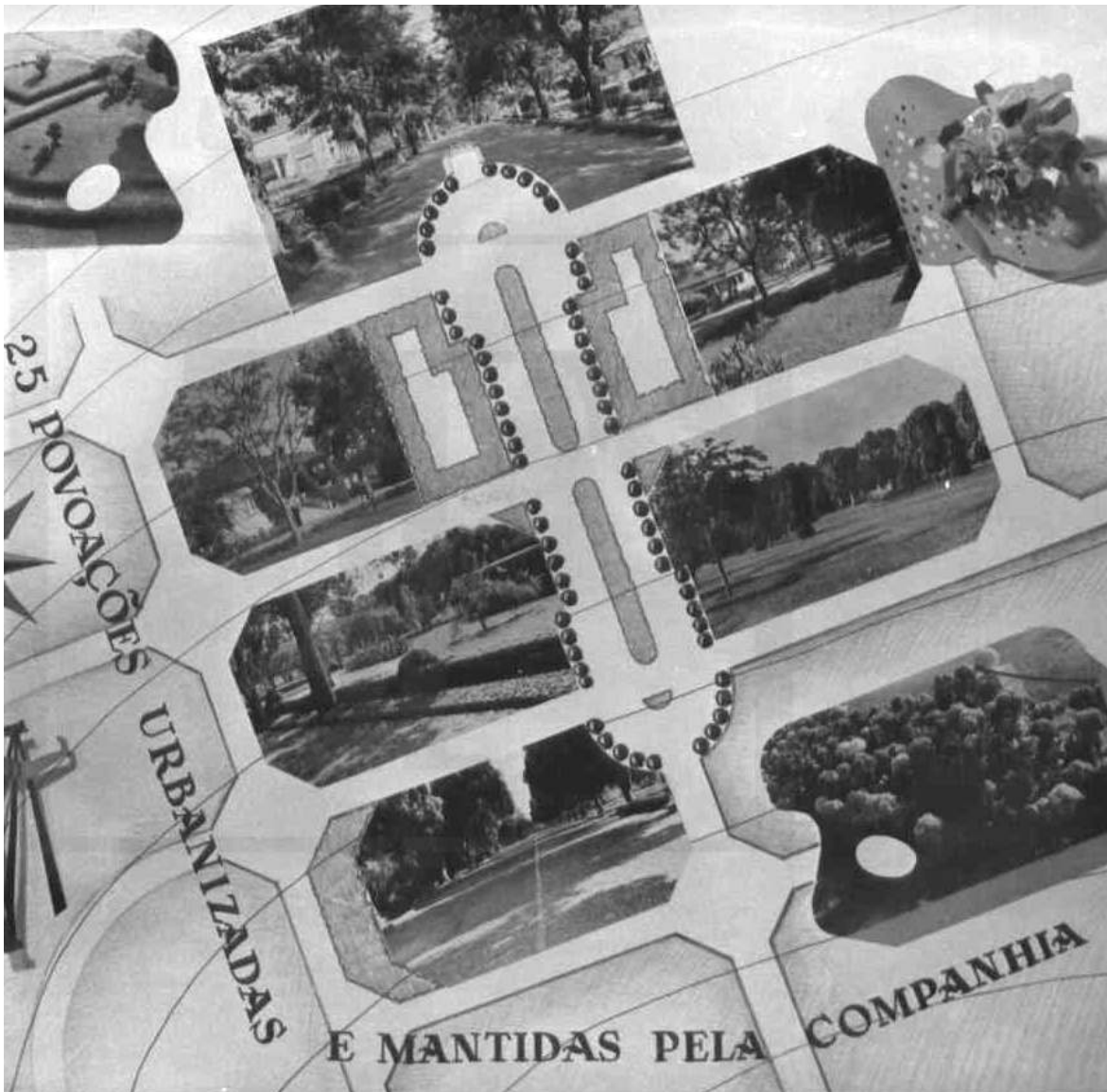
2.3. Dialecto corporativo: embelezar a Lunda (1942-1950)

- Idiomas urbanísticos: a disciplina do “centro urbano”
 - . Impulsos de urbanização
 - . Traduções simultâneas e acertos teóricos
- Gramáticas laborais: o aformoseamento da “aldeia indígena”
 - . “Aldeia-tipo” e “casa dupla com varanda”
 - . A Festa da Melhor Aldeia

2.4. Diálogos especializados: da urbanização ao urbanismo (1955-1968)

- Expandir e articular: o desenho de “cidadezinhas notórias”
 - . O Dundo-Novo e a expansão de Andrada
 - . Os traçados do Calonda, Lucapa e Luzamba
- Eixos genéricos: modos e métodos de construir
 - . Técnicos: do empregado ao especialista
 - . Materialidade: do reboco à pré-fabricação

2.5. Síntese



[66] Vista geral da mina do Chingufo, 1926

[67] Diamang: alguns aspectos da sua actividade (visita de Craveiro Lopes), 1954

[Rapport C. Mason Farnham; AGR/Sibeka, 1611; ANTT, AOS/D-N-/2-21-1]

2.1. Introdução: um “oásis” de colonização?

“Tudo estava por fazer e tudo se esperava que a Diamang fizesse. Ainda Henrique de Carvalho era uma tristonha e poeirenta povoação e já o Dundo e Andrada surgiam como verdadeiros oásis no Distrito.”

– “Lunda”, *Terra e Gentes de Angola*, 1972⁵⁹⁰

O Dundo foi pela primeira vez celebrado como um “oásis” na visita de Armindo Monteiro, em 1932. Entre minas, oficinas, casas e jardins, o Ministro das Colónias terá ficado espantado com o “acentuado aspecto de civilização” que encontrou naquele canto de Angola⁵⁹¹. Se as povoações da Diamang não eram ainda as “cidades portuguesas” exigidas por Norton de Matos na década anterior, havia naqueles lugares um cuidado sobre o desenho do espaço que os fazia destacar-se do entorno. Esta ideia “oasiana”, que a partir de então se plantou no imaginário interno da empresa, manter-se-ia persistente e foi repetida várias vezes nas décadas seguintes. A reportagem da revista *Terra e Gentes de Angola*, de 1972, que acompanhou o fim do capítulo anterior e que voltamos a ler nesta epígrafe, é prova de como o desígnio se mantinha meio século depois.

A segunda parte deste trabalho acompanha as diferentes configurações do “oásis” da Diamang, que foi enquadrado nos “desertos” da Lunda e de Angola, procurando reflectir sobre os vários contextos de produção e respectiva materialização. Que formas implantou? E porquê no deserto? Se outras empresas coloniais receberam distinções idênticas, como seria o caso da Companhia de Cassequel⁵⁹², em Angola, ou a Sena Sugar Estates⁵⁹³, em Moçambique, nenhuma teve a amplitude e muito menos a persistência visíveis na Diamang. De acordo com a administração da empresa, o “título de verdadeiro oásis” atribuído à povoação do Dundo era devido ao trabalho da equipa da Concessão, responsável pela “urbanização e saneamento” daquele lugar⁵⁹⁴. Porém, se antes notámos o evidente impulso no desenho do espaço da companhia a partir da década de 1940, traduzido na organização destes serviços, isso não significa que a ideia de “urbanidade” só então tenha sido mobilizada como ferramenta de espacialização. Pelo contrário, como exploramos de seguida, esta concepção foi estruturante ao longo de grande parte do processo de territorialização da empresa, assumindo diferentes formas, intentos e relevância no tempo e espaço, servindo, por exemplo, para distinguir e hierarquizar as povoações e edifícios da Diamang. Não pode, por isso, ser reduzida a uma ideia única ou simples.

⁵⁹⁰ “Lunda”. *Terras e Gentes de Angola*, 7º caderno (1972). ANTT, PT/TT/ASC/D/0002.

⁵⁹¹ “Nas minas...”. *Boletim Geral das Colónias*, 88 (1932).

⁵⁹² Ball (2012). “Little Storybook Town...”.

⁵⁹³ Luabo, sede da Sena Sugar, foi descrita como a “pérola da Zambézia”. Em 1943 seria uma “bela, pitoresca vilazinha, ajardinada, com belos tratos de relvado, duma verdura fresca e alegre, viçosa e tenra, esmaltada da policromia de flores – recanto idílico que chega a surpreender entre a paisagem bravia do mato africano”. Apesar deste cenário, Paul Lapperre esclarece que “ao contrário dos irmãos Lever e Cadbury, no Reino Unido, ou Stewart Gore-Browne, na Rodésia do Norte, os Hornungs não são filantropos com grandes iniciativas para o bem-estar dos trabalhadores. Não constroem aldeias modelo nem providenciam segurança social. Os acampamentos de mão de obra em Mopeia, Caia, Marromeu e Luabo não são Port Sunlight, Bournville ou Shiwa N’gandu Estate”. Lapperre (2022). *Doce Amargura...*

⁵⁹⁴ *Relatório trimestral...*, março 1952. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

É neste sentido que o conceito de “léxico”, à qual está inerente a mutabilidade e heterogeneidade, nos serve para pensar criticamente sobre o vocabulário e os diálogos que formaram e foram formados pelos espaços plurais da companhia. Como veremos, a persistência de certa linguagem não resultou necessariamente em continuidades, assim como as mutações nem sempre resultaram em transformações efectivas. O “oásis” da Diamang transformou-se, foi questionado e ampliado, e, por isso, será importante compreender as suas nuances. Por exemplo, a palavra “aldeia” foi reutilizada para significar e descrever realidades muito distintas, cujas particulares cumpre distinguir. No mesmo sentido, foram várias as “casas tipo” construídas pela empresa, sendo necessariamente diferente analisar esta categoria (em termos de desenho, desígnio, impacto e extensão) na década de 1940 ou nos anos de 1960. Neste âmbito, a polissemia e o carácter difuso que têm sido associados à ideia de “urbanidade” – e cujos vários contornos explicámos sucintamente na introdução do trabalho – são úteis sublinhar as várias camadas dos imaginários espaciais fabricados na Lunda. Ali, a “urbanidade” foi vista como uma estratégia particular de controlo sobre o espaço e a comunidade, considerando não só as qualidades físicas do urbano – na produção e gestão do território – mas também os seus propósitos de “civilização” – e, portanto, na direcção do poder.

Partindo da “legibilidade” e do “diálogo” como ideias fundamentais na construção destes putativos “oásis”, os próximos capítulos analisam os percursos, os projectos e as concretizações trilhados e contestados pelos diversos actores que contribuíram para a composição “urbana” dos lugares mineiros – expressão resgatada do discurso da companhia, apesar de desarticulada do carácter dito “rural” daquela região⁵⁹⁵. De facto, esta seria uma característica da *company town*, que explica porque pequenas povoações industriais, independentemente do seu tamanho, se tenham agrupado sob a ideia genérica de “urbanidade”: o seu “objectivo era qualificar, e não quantificar”⁵⁹⁶. Voltamos a percorrer os vários tempos e geografias da Diamang para observar novos ângulos e matérias, que somam à dimensão territorial da primeira parte e abrem portas para os temas mais particulares da terceira parte.

A ideia de “legibilidade” é aqui convocada na esteira de James Scott, para sublinhar a complexidade das relações forjadas pelo espaço da Diamang e através dele. Como explicou o autor, “nenhum sistema administrativo é capaz de representar uma comunidade social existente a não ser através de um processo heróico e imensamente esquemático de abstracção e simplificação” e, por isso, há que não perder de vista a diferença entre os “factos no papel e factos na realidade”⁵⁹⁷. Ou seja, sem prejuízo das intenções da companhia em relação ao seu espaço, vistas através de mapas, fotografias ou descrições – indispensáveis para forjar um objecto manipulável –, estas foram projecções sempre simplificadas, necessariamente afinadas para terem aplicabilidade, e que, por isso mesmo, excluíram camadas e informações onde as comunidades locais puderam operar e resistir⁵⁹⁸.

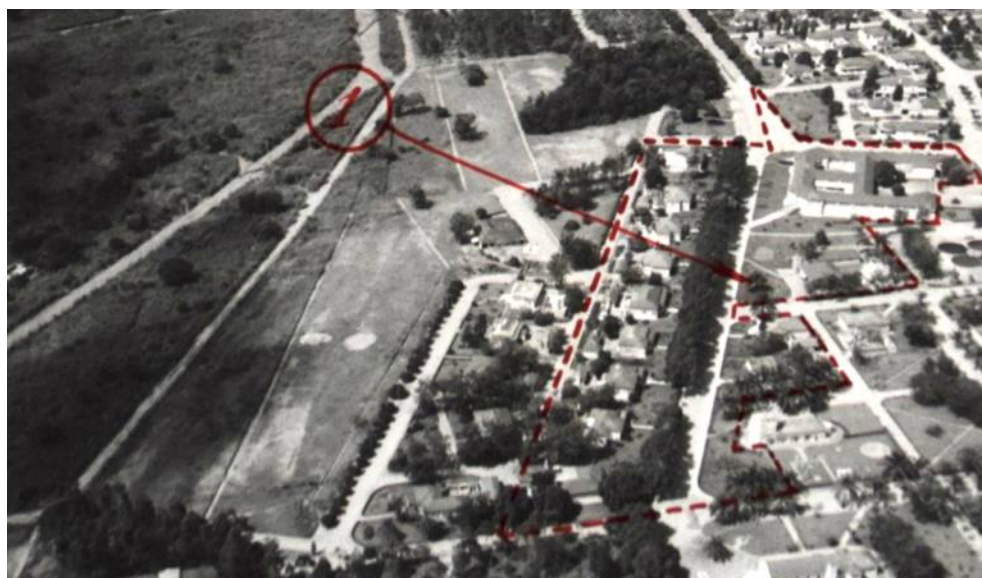
⁵⁹⁵ Consideramos aqui o binómio “rural-urbano” como um fenómeno “político”, parte de uma “narrativa modernista, distorcida e simplista”, e desadequado para pensar o espaço produzido pelo colonialismo industrial. Veja-se, por exemplo, os estudos para o Copperbelt que debatem a questão: Larmer (2021). *Living...*; Larmer *et al.* (2021). *Across...*

⁵⁹⁶ Lucie Morisset e Jessica Mace (2019). *Identity on the Land: Company towns in Canada*. Patrimonium.

⁵⁹⁷ Scott (1998). *Seeing...*, pp. 23 e 49.

⁵⁹⁸ Scott (1998). *Seeing...*, pp. 47-49. Do mesmo autor, sobre este tema, veja-se também, James Scott (1987). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press.

O primeiro capítulo, sobre “planos legíveis”, questiona as escoras que permitiram à empresa fixar “alicerces” espaciais e interroga o seu peso como “andaime” do império português, contribuindo para a construção colonial em África. Através do léxico utilizado pelos agentes no terreno, abordamos a salubridade, a representação e a propaganda como bases da estrutura que sustentou e foi sustentada pelos postos da companhia, sobretudo na década de 1920. Depois, o segundo capítulo explora a construção de um “dialecto corporativo” na Lunda, aparentemente mais “moderno”, que esteve ancorado nos “centros urbanos”, em protocolos de “beleza” e “estabilização” e nas tentativas de introdução de “modelos” e “tipos” de espaços, entre as décadas de 1930 e 1940. Por fim, o terceiro capítulo trata dos “diálogos especializados” para observar a navegação entre os conceitos de “urbanização” e o “urbanismo” no entendimento sobre os instrumentos que mediarão a expansão da companhia, tanto na ampliação das povoações do Dundo e Andrada, como no traçado dos novos centros do Calonda, Lucapa e Luzamba e na actualização de métodos de trabalho.



[68] Planeamento da expansão do Dundo-Sul, 1961

[69] Tijolaria do Dundo, moldagem de tijolos com formas quádruplas, 1955

[Urbanização da Lunda; Relatório de Construções, UC/AD]



[70] Estrada em Andrada, 1945

[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]

2.2. Planos legíveis: postos industriais em África (1923-1936)

“É consolador, para quem visita a Companhia dos Diamantes de Angola, verificar o aspecto bem acentuado de civilização que o Dundo tem, uma espécie de “oásis” no deserto (...).”

– Boletim Geral das Colónias, 1932⁵⁹⁹

Na visita de Norton de Matos à Lunda, em 1922, referida no início da primeira parte, não foram apenas definidas intenções para o futuro, mas também assinalado o estado presente das explorações. Em causa estavam inquietações várias sobre a materialização da Diamang. De acordo com as notas do Alto Comissário de Angola, a salubridade nas minas “deixa[va] muito a desejar”, as condições de trabalho “não satisfaz[iam] por completo” e os serviços de saúde eram “deficientes”⁶⁰⁰. Se outras povoações de companhias mineiras na África do Sul e no Congo Belga eram descritas como “Bournvilles africanas”⁶⁰¹ – referência à “vila-modelo” da Cadbury⁶⁰², em Birmingham, Inglaterra, construída segundo os ideais da “cidade-jardim”⁶⁰³ e recorrentemente associada a uma estrutura “paradisiaca”⁶⁰⁴ –, o cenário da Diamang, apesar de “pitoresco”, estava longe desta realidade. O único comentário positivo recaía sobre as “sanxalas higiénicas e confortáveis”, pelas quais Norton de Matos deixava louvores, incentivando a sua continuidade⁶⁰⁵.

Uma década depois, contudo, a paisagem seria bastante diferente. Durante a estadia de Armindo Monteiro, então Ministro das Colónias, que visitou a Lunda no seu longo périplo presidencial⁶⁰⁶, em 1932, o Dundo foi admirado como um “oásis no deserto”. A passagem pela vila de Henrique de Carvalho, capital daquele distrito, foi rápida e simples, servindo apenas objectivo maior: o grande desvio que levou a comitiva ao território da Diamang, atestando a relevância que a companhia

⁵⁹⁹ “Nas Minas...” (1932), p. 244.

⁶⁰⁰ Despacho do Gabinete do Alto Comissário Norton de Matos, de 20 de março de 1922. UC/AD.

⁶⁰¹ Cleveland (2014). *Stones...*, p. 98.

⁶⁰² Bournville foi fundada em 1895, em Birmingham, Inglaterra, pela empresa Quaker Cadbury para os seus funcionários. Foi anunciada como uma “fábrica no jardim” cf. *Booklet* promocional da Cadbury Bros. Ltd., 1925.

⁶⁰³ Ebenezer Howard (1902). *Garden Cities of Tomorrow*. Londres: S. Sonnenschein & Co.; Charles Benjamin Purdom (1913). *The Garden city: a study in the development of a modern town*. Londres: J.M. Dent & Sons; Stephen V. Ward (1992) (ed.), *The Garden City: Past, Present and Future*. Londres: Spon. Para a relevância deste modelo no planeamento colonial, ver Liora Bigon e Yossi Katz (2014) (eds.). *Garden Cities and Colonial Planning: Transnationality and Urban Ideas in Africa and Palestine*. Manchester University Press. Howard propôs uma complexa “organização social”, ainda que a maioria dos estudos destaquem apenas a dimensão espacial do modelo. Para Tizot, o esquema da “Cidade-Jardim” respondeu, acima de tudo, às novas experiências colectivas da industrialização e às ideologias do liberalismo social: seria “um produto típico da era industrial, favorável à expansão da indústria como forma de organização social, à tecnologia e à ideia da empresa privada como um dos centros de poder da sociedade moderna”, cf. Jean-Yves Tizot (2018). “Ebenezer Howard’s Garden City Idea and the Ideology of Industrialism”. *Cahiers victoriens et édouardiens*, 87. Printemps [https://journals.openedition.org/cve/3605].

⁶⁰⁴ Para reflexão crítica sobre desenvolvimento “modelo” urbano e arquitectónico de Bourneville ver Adrian Bailey e John Bryson (2007). “A Quaker Experiment in Town Planning: George Cadbury and the Construction of Bournville Model Village”, *Quaker Studies*, 11 (1), pp. 89-114; Lewis Clegg (2020). “Chocolate and Paradise: An Analyzation of George Cadbury’s Bournville Model Village”. *The General*, 5, pp. 69-78.

⁶⁰⁵ Despacho do Gabinete..., 1922. UC/AD.

⁶⁰⁶ A viagem teve como principal propósito afirmar um novo ímpeto colonial, visto como fundamental para o lançamento e consolidação do regime do Estado Novo.

assumia no cenário imperial português⁶⁰⁷. Uma vez chegada ao Dundo, a comitiva de Monteiro não hesitou em elogiar a povoação-sede, destacando o seu “acentuado aspecto de civilização”⁶⁰⁸. Ao longo de quatro dias, o ministro passou neste lugar e também no grupo de Andrada, observando armazéns, oficinas, centrais hidroeléctricas, hospitais e os vários jardins entre centena e meia de edifícios. O que teria acontecido, então, para que a percepção se tivesse alterado?



[71] Vista geral do posto de Maludi, 1936
[ANTT,AOS/D-N/2-2-1]

Neste capítulo exploramos a inauguração da estratégia “urbana” da Diamang, entendida no sentido de qualificação do espaço, considerando as múltiplas intenções, projectos e concretizações ao longo da década de 1920 e até 1936. Em causa esteve a construção de um “plano industrial” que convocou uma série de preocupações para lá do simples propósito extractivo, desde a constância populacional ao dito “embelezamento” dos lugares de exploração. O recorte cronológico reflecte a fixação dos grupos de trabalho da companhia, no seu limite inicial, e sublinha o ano de 1936 como momento de charneira, que abriu caminho para uma outra etapa, informada por léxicos já distintos.

Na primeira secção, questionamos o impacto e extensão do modelo da *company town* na Lunda, observando a “salubridade” e a “representação” como pilares desta unidade morfológica. Depois, avançamos para a “aldeia” como um desafio particular à leitura da paisagem que a Diamang quis fabricar. A este respeito, analisamos a espacialização da “propaganda” através de tipos e modelos de habitação para trabalhadores – um tema fulcral que seguirá até à terceira parte do trabalho.

⁶⁰⁷ Cf. “Itinerário da viagem do Sr. Ministro das Colónias a Angola” e “Itinerário da Viagem no distrito da Lunda”. *Boletim Geral das Colónias*, 88, pp. 97 e 239. Notamos que a reportagem na Lunda é a que maior peso tem neste número do BGC dedicado à viagem presidencial.

⁶⁰⁸ “Nas Minas...” (1932), p. 244.

– A ordem da *company town*

“A sede da Companhia de Diamantes no Dundo recebe-nos com luzes que parecem de noite de festa; mas que são de toda ou qualquer noite. É sempre noite de festa no Dundo, pelo contraste das suas muitas luzes com o escuro das matas e das próprias aldeias africanas. As suas luzes iluminam sofisticados jardins: formas civilizadas de um conjunto de vegetação tropical domesticadas por mãos que sentimos desde o primeiro contacto não serem de portugueses mas de outros europeus. Iluminam também casas de tijolo vermelho que me dão impressão de estar nos Estados Unidos.”

– Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina*, 1953⁶⁰⁹

A direcção técnica da Diamang foi inicialmente encabeçada por Harold Thomas Dickinson e Lute James Parkinson, dois engenheiros americanos especialistas em minas. O primeiro, formado na Columbia University e com longa experiência no terreno, era um dos administradores da De Beers desde o final do século anterior⁶¹⁰. O segundo, licenciado em Engenharia de Minas, em 1923, na Colorado School of Mines, tinha sido recrutado por Dickinson para trabalhar em África. Com um currículo completo, que tratava também da “Salubridade no Planeamento dos Acampamentos e Cidades Mineiras”, e um bom percurso académico⁶¹¹, Parkinson já se encontrava ao serviço da Diamang em Outubro do mesmo ano em que se formou⁶¹².

A influência destes homens no traçado e na imagem dos primeiros postos mineiros da Lunda foi significativa e teve repercussões duradouras no protocolo edificatório da companhia. Na década de 1950, Gilberto Freyre⁶¹³ notaria as “casas de tijolo vermelho que me dão impressão de estar nos Estados Unidos”, como se lê na epígrafe. De acordo com o sociólogo brasileiro, nas povoações da Diamang sentia-se a “ausência de África na África”, sobretudo pelas “bonitas casas” de “sabor californiano, com gramados que lembram os californianos, com sebes de buganvílias, com jardins à inglesa”⁶¹⁴. A mistura de referências anglófonas espelhava sobretudo o percurso de Parkinson. A sua missão temporária à região da Namaqualândia, durante o ano de 1930, para promover “classe e eficiência” nas minas de Kleinsee, atestava as capacidades que lhe eram atribuídas⁶¹⁵ e que estiveram ao serviço da Diamang na estruturação dos primeiros postos.

⁶⁰⁹ Gilberto Freyre (1953). *Aventura e Rotina*. Lisboa: Livros do Brasil, p. 350.

⁶¹⁰ Cf. *Photograph Album of the De Beers Consolidated Mines Ltd. Kimberley, South Africa 1899-1905*, John Fuller. Lehigh University Special Collections. Identifier: SC MS 0230. Apesar do trabalho a De Beers, Dickinson publicou também sobre o panorama mineral dos Estados Unidos. Ver, por exemplo, Harold Dickinson (1903). “Quarries of bluestone and other sandstones in the Upper Devonian of New York State”. *New York State Mus. Bull*, 61, pp. 17-104.

⁶¹¹ Cf. “The 1925 Prospector”. *Colorado School of Mines*, vol. XI.

⁶¹² Correspondência de Henry Burnay. “Opinião dos amigos *anglais* sobre a Diamang, a convite de Oppenheimer e a partir do relatório de Mr. Unger”, 10 de setembro de 1923. ANTT, PT/TT/HB/1-21/30.

⁶¹³ Gilberto Freyre (1900-1987) foi um dos pioneiros no estudo sobre a colonização portuguesa, ficando associado ao mito do “lusotropicalismo”. O impacto das suas críticas sobre a Diamang será analisado na terceira parte.

⁶¹⁴ Freyre (1953). *Aventura e Rotina...*, p. 360.

⁶¹⁵ A viagem, organizada por Dickinson, antecedeu a posição sénior que Parkinson desempenhou em Angola até 1934. Depois da saída da Diamang, o engenheiro posou numa fotografia da administração da De Beers, junto ao director Oppenheimer. Sobre a passagem de Parkinson pelas minas de Kleinsee e este mesmo retrato, ver Carstens (2001). *In the company...*

A percepção pública da época viu precisamente a Diamang como uma “companhia americana”, como referiu o jornalista Pedro Muralha na sua publicação *Terras de África*, em 1924⁶¹⁶. Este olhar notava que praticamente todas as empresas responsáveis pela exploração mineral em solo africano dependiam do “*know-how*” aplicado pela De Beers Consolidated Mines⁶¹⁷. Não só Joanesburgo, epicentro da exploração mineira em África, tinha sido observada como “uma cidade americana”, revelando as imbricadas relações entre o aparelho imperial inglês e os técnicos americanos⁶¹⁸, como Tshikapa, sede da Forminière, era apreciada por viajantes da época como a “capital de uma *Little America* na selva”⁶¹⁹. Ou seja, havia o reconhecimento de um conjunto de realidades influenciadas por uma mesma rede de produção, sem prejuízo dos vários contextos em causa.

A retícula do Dundo resultou desta realidade traduzida em África, com avenidas numeradas e amplos quarteirões. Partindo da confluência entre os rios, a povoação foi organizada através de eixos ortogonais, ímpares no sentido norte-sul e pares no sentido este-oeste, numa opção que vincou tanto a impessoalidade industrial como a urbanística americana⁶²⁰. A ordem da *company town* materializou-se ali nos princípios deste modelo de composição espacial, tal como descreveram Porteous e Garner: um “centro” industrial bem definido, onde se concentravam oficinas e armazéns, ao lado de uma área de habitação, uniformemente construída (ao nível da planta, escolha de materiais e opções estéticas), com um crescimento controlado, dependente da expansão da exploração, e organizada numa hierarquia laboral estabelecida através da tipologia edificada⁶²¹.

Os restantes postos da Diamang reproduziram lógicas análogas, com uma separação entre funções a ser sistematicamente utilizada durante as primeiras décadas de exploração. De um modo geral, a área de trabalho das minas, perto da margem dos rios (recordamos que na Lunda se trabalhou sobretudo em depósitos aluvionares), foi apoiada por um bloco de armazéns e oficinas, que separou os serviços extractivos daqueles de carácter social. Ao lado desta zona, ficava o núcleo principal de representação e recreação, com escritórios, Casa do Pessoal, campos desportivos e escola. A habitação para funcionários europeus aparecia depois, em talhões amplos e ajardinados, numa mancha contínua que integraria pontualmente alguns equipamentos, nomeadamente casas de trânsito, estufas, viveiros e capelas, dependendo da escala do aglomerado. Dentro deste quadro amplo, a menor dimensão de

⁶¹⁶ Muralha não conseguiu visitar a Lunda, mas cruzou caminho com Brandão de Melo, a quem fez uma breve entrevista. Ao longo da conversa, focada sobretudo no impacto da influência externa na empresa colonial, os esclarecimentos de Brandão de Melo sobre as operações com capital e técnicos estrangeiros resumiram-se à necessidade imperiosa de empregar “experts” que não existiam em Portugal, numa fatalidade alheia à vontade da administração. Pedro Muralha (1924). *Terras de África. S. Tomé e Angola*. Lisboa: Publicitas, pp. 323 e ss.

⁶¹⁷ Sobre a *De Beers* ver Stefan Kanfer (1995). *The Last Empire: De Beers, Diamonds and the World*. Nova Iorque: Farrar Straus Giroux; Cleveland (2014). *Stones...*, pp. 66-96.

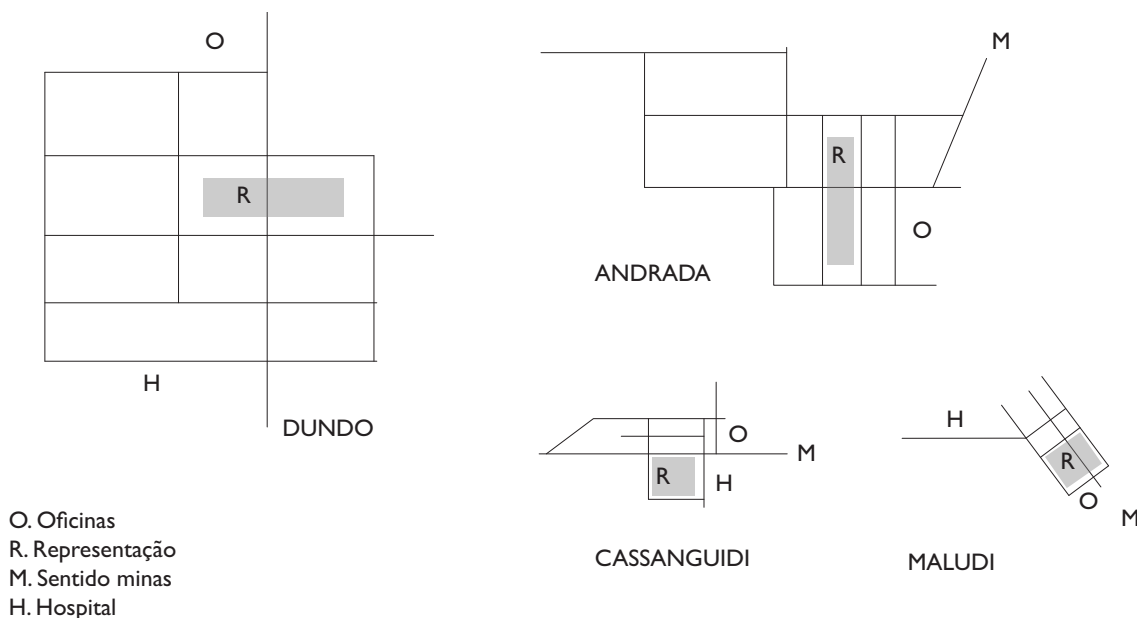
⁶¹⁸ Stephen Tuffnell (2015). “Engineering Inter-imperialism: American Miners and the Transformation of Global Mining, 1871–1910”. *Journal of Global History*, 10 (1), pp. 53-76; Stephen Tuffnell (2020). “The United States in Africa: A Transimperial History”. *Oxford and Empire Network* [<https://oxfordandempire.web.ox.ac.uk/article/united-states-africa-transimperial-history>], acessado a 25 de agosto de 2023].

⁶¹⁹ Isaac Marcossou (1921). *An African Adventure*. Nova Iorque e Londres: J. Lane, p. 247. Marcossou acrescentou: “If I had not known that it was an American settlement, I would have sensed its sponsorship. It radiated order and neatness. The only parallels in the Congo are the various areas of the Huileries du Congo Belge”, p. 263.

⁶²⁰ Sobre a numeração das ruas nos Estados Unidos da América como “marca” urbanística ver Reuben Rose-Redwood e Lisa Kadonaga (2016). “The Corner of Avenue A and Twenty-Third Street: Geographies of Street Numbering in the United States”. *The Professional Geographer*, 68 (1), pp. 39-52.

⁶²¹ Porteous (1970). “The nature...”; John Garner (1992). *The Company Town: Architecture and Society in the Early Industrial Age*. Oxford University Press.

Cassanguidi e Maludi resultou naturalmente em paisagens poucos expressivas ao nível da malha espacial, enquanto Andrada se destacou pela utilização de ruas interiores, num sistema linear também utilizado em Kolwezi, povoação da Union Minière no Copperbelt⁶²², por exemplo, sem gerar os impasses dos quarteirões do Dundo.



[•72] Povoações iniciais da Diamang: relação entre funções e eixos

A este propósito, foram também significativas as correspondências entre companhias sobre as estratégias de espacialização da diferença, com linhas de organização do espaço idênticas a serem reproduzidas em termos de segregação. Na maioria dos lugares que referimos, os blocos de oficinas e armazéns foram sempre a mais óbvia (e expressiva) linha de separação entre as comunidades africanas e europeias, de modo a que os trabalhadores pudessem alcançar os postos de trabalho sem passar pelos centros das povoações. A esta estratégia seriam acrescentados os limites impostos pelas condições naturais da topografia, habilmente aproveitada no planeamento da paisagem. Neste escopo, as primeiras aldeias organizadas pela Diamang foram afastadas dos núcleos centrais através do curso dos rios ou recorrendo a terrenos inclinados, reproduzindo, por exemplo, as condições físicas da “Commune Kamalondo”, uma das “cidades indígenas” de Elisabethville⁶²³. A justificação para a separação espacial foi quase sempre disposta em termos de saúde e higiene, adquirindo apenas mais tarde o rigor “científico” e explícito das ditas “zonas neutras” – afinal arbitrárias e heterogêneas⁶²⁴ –, como veremos a propósito da expansão do Dundo.

⁶²² Cf. mapa de Kolwezi, 1947. AGR 2, *Compagnie Foncière du Katanga* [322]. Sobre o crescimento de Kolwezi ver Kristien Geenen (2018). “Le schema directeur de Kolwezi, the planned but unrealised removal of a company town”. *Conference of the European Association for Urban History (EAUH)* [s.p.].

⁶²³ Johan Lagae e Sofie Boonen (2018). “Essay: Making and shaping of a divided city: notes on the construction of Lubumbashi’s first planned ‘native town’, the Commune Kamalondo, 1919-1929”. *Sammy Baloji: A Blueprint for Toads and Snakes*. Amsterdão: Framer Framed, p. 33.

⁶²⁴ Beeckmans (2013). “Making the African City...”.

Apesar da verificação de um mesmo modelo partilhado por várias companhias coloniais⁶²⁵, cumpre notar as diferenças que transformaram estas concretizações em dispositivos díspares. Era uma “América” de várias formas e estados. Ainda que Todd Cleveland tenha notado a construção de “Novas Kimberleys” por África, na materialização da constelação mineira sob a alçada da Anglo-American Corporation, será errado pensar numa reprodução acrítica de “Kimberleys” ou numa expansão homogénea da *company town*, ignorando o peso dos contextos e posteriores direcções, num estudo que ainda está por realizar⁶²⁶. No caso das povoações construídas sob a alçada do grupo mineiro neste período, por exemplo, observam-se diversas malhas, das mais lineares e ortogonais às totalmente orgânicas, ancoradas na topografia e com fases de expansão sobrepostas. Se o imaginário foi semelhante, os traçados evidenciam uma diversidade espacial que remete para a particularidade das condições geográficas, económicas e sociais de cada lugar. Elisabethville, por exemplo, utilizou a retícula como principal traçado regulador, materializando-se como palco de representação da Union Minière⁶²⁷ – assim próxima do Dundo, não em escala, mas em desígnio, e também pela partilha de um conjunto particular de programas⁶²⁸ –; porém, em oposição, nos aglomerados de Tshikapa, Panda ou Jadotville, no Congo Belga, o crescimento foi linear, primeiro, e curvilíneo, depois, com a grelha ortogonal reservada apenas para os campos de trabalhadores, onde se impunham questões de vigilância e salubridade⁶²⁹.

Por outro lado, a disparidade de tamanho nos talhões do Dundo contrariou a lógica mercantilista de optimização de outras povoações mineiras⁶³⁰, sugerindo uma maior informalidade no assentamento dos postos da Diamang, que se mantiveram desconectados das principais redes de circulação. Enquanto no Congo Belga, por exemplo, muitas destas cidades se tornaram “cruzamentos” de mercadorias e pessoas, numa escala que justificou a organização de empresas imobiliárias como a Compagnie Foncière du Katanga (COFOKA)⁶³¹, as explorações da Diamang tiveram sempre escala menor e um carácter mais privado, que repeliu uma maior “diversidade” de agentes⁶³². Esta

⁶²⁵ Ambe Njoh, Esther Chie e Liora Bigon (2020). “CDC Company Towns in Cameroon: A Case of Shaping Built Space to Articulate Power and Social Control in Colonial and Postcolonial Perspectives”. *Journal of West African History*, 6 (1), pp. 91-112.

⁶²⁶ O projecto “Employment-tied Housing in (post)colonial Africa”, coordenado por Kirsten Rütter, com Martina Barker-Ciganikova, Daniela Waldburger e Carl Bodenstern, no Institut für Afrikawissenschaften da Universität Wien, representa um importante primeiro passo nesta matéria. A pesquisa questiona como “a habitação vinculada ao emprego serviu como instrumento do império (e mais tarde dos Estados africanos independentes) para projectar poder e exercer domínio sobre as sociedades e para disciplinar sujeitos coloniais (e mais tarde cidadãos) ao longo da chamada ‘era do desenvolvimento’, desde a década de 1940 até aos anos 70” [<https://housing.univie.ac.at/>]. Os casos de estudo foram Lubumbashi (DRC), Thika (Kenya) e Livingstone (Zambia), faltando uma análise que intersecte outras geografias e poderes coloniais.

⁶²⁷ Sobre o crescimento de Elisabethville (hoje Lubumbashi), ver Johan Lagae e Sofie Boonen (2012). “Des Pierres Qui (Nous) Parlent”. *Biennale de Lubumbashi*, ed. Simon Njami. Filigrainesl, pp. 19-53.

⁶²⁸ Por exemplo, o jardim zoológico.

⁶²⁹ Cf. mapas de Kipushi, Jadotville e Likasi-Panda, 1932. AGR 2, *Compagnie Foncière du Katanga* [322].

⁶³⁰ Lagae e Boonen (2018). “Essay...”, p. 33.

⁶³¹ A COFOKA foi organizada em 1922 para “construir habitações sanas e confortáveis à disposição do pessoal da Union Minière em África”. Actuou ainda “como arquitecta e empreiteira, estudando e executando grandes construções, como os edifícios das Brasseries du Katanga e os entrepostos frigoríficos da *Compagnie d’Élevage et d’Alimentation du Katanga* (Élakat)”. O seu património imobiliário dividiu-se entre Elisabethville, Jadotville, Kipushi, Kolwezi e Kamini, permitindo uma gestão bastante centralizada da habitação destas cidades. Entre os seus accionistas estavam o Comité Special du Katanga, a Union Minière e a Companhia de Caminho de Ferro do Katanga. *Souvenir à l’occasion du cinquantenaire de l’Union Minière du Haut-Katanga*, p. 224; AGR 2, *Compagnie Foncière du Katanga* [322].

⁶³² Boonen e Lagae demonstraram a presença de uma forte comunidade internacional de comerciantes em Elisabethville, composta por italianos, gregos, portugueses, árabes e judeus, que não teve paralelos na Lunda. Apesar das diferenças, não

característica fomentou a persistente reciclagem de modelos edificatórios na Lunda, enquanto a contratação de arquitectos pela Union Minière e pela Forminière, na segunda metade da década de 1940, abriu campo a abordagens diversas e sintonizadas com a evolução das práticas urbanísticas e arquitectónicas do pós-guerra, fortemente influenciadas pelo Movimento Moderno⁶³³. Neste sentido, a posição de “fronteira” da Lunda terá realmente sido traduzida em “canto”, em oposição ao lado belga, onde as regiões do Kassai e o Katanga foram sempre zonas de passagem e maior contágio⁶³⁴. Desta análise, ainda que bastante geral, entendemos que o modelo da *company town* foi associado a duas matérias elementares, cujo impacto no desenho do espaço da Lunda propomos analisar neste capítulo. Em primeiro lugar, a promoção de um ambiente saudável foi encarada como condição capital para o estabelecimento das explorações, impelindo a Diamang a procurar soluções construtivas e compositivas para os postos e edifícios. A este factor juntou-se a vontade de edificar uma imagem de organização e beleza, sobretudo relacionada com o “paternalismo industrial”, que colocou o “aspecto” na lista de trabalhos. Cada um destes eixos, assim como a sua leitura sobreposta, sublinham as dificuldades, ambiguidades e agendas que concorreram para a construção da companhia, implicando a “urbanidade” como instrumento fundamental no fabrico do seu (aparente) “oásis”.

Normas de salubridade

Em linha com as ansiedades higiénicas que orientaram a produção do espaço em África no início do século XX, a salubridade foi a linha estruturante dos primeiros lugares da Diamang. Em causa estava a materialização da chamada “síndrome sanitária”⁶³⁵, estreitamente relacionada com planos e estratégias de organização e segregação racial. Colocando os médicos como protagonistas do planeamento – um olhar que necessariamente ultrapassa o campo da cultura arquitectónica para que se possa analisar os processos longos e heterogéneos da construção colonial⁶³⁶ –, a salubridade foi estudada e espacializada através de duas matérias: a materialidade e os sistemas de construção, por um lado, e a configuração do edificado na composição da paisagem, por outro. Perante as exigências locais e da exploração na Lunda, a desadequação do modo de construir europeu rapidamente se tornou evidente (e inoportável). Na avaliação da administração, se os trabalhadores africanos viviam “a seu modo e belo prazer”, os empregados estrangeiros, mais distantes das suas referências espaciais, mostravam inquietação pela partilha de estruturas idênticas⁶³⁷.

deixamos de subscrever o desafio dos autores em analisar as cidades mineiras como “portais de globalização”, considerando as suas dimensões transnacionais e trans-locais. Sofie Boonen e Johan Lagae (2015). “A City Constructed by *des gens d’ailleurs*. Urban Development and Migration Policies in Colonial Lubumbashi, 1910–1930”. *Comparativ. Zeitschrift für Globalgeschichte und Vergleichende Gesellschaftsforschung*, 25 (4), pp. 51-69.

⁶³³ Caso do arquitecto Guillaume Serneels, como veremos.

⁶³⁴ Miles Larmer identificou vários “cruzamentos” no Copperbelt: entre projectos políticos, imaginações intelectuais do espaço, noções de “progresso” e “modernidade”. Miles Larmer (2016). “At the Crossroads: Mining and Political Change on the Katangese-Zambian Copperbelt”. *Oxford Handbooks Online* [https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199935369.013.20]. Para uma leitura mais granular destas questões ver Miles Larmer *et al* (2021). *Across...*

⁶³⁵ Maynard Swanson (1977). “The Sanitation Syndrome: Bubonic Plague and Urban Native Policy in the Cape Colony, 1900-1909”. *The Journal of African History*, 18 (3), pp. 387-410; Liora Bigon (2016). “Bubonic plague, colonial ideologies, and urban planning policies: Dakar, Lagos, and Kumasi”, *Planning Perspectives*, 31, pp. 205-226.

⁶³⁶ Chang e King (2011). “Towards a genealogy...”

⁶³⁷ “Medical report on native welfare”, 1925. UC/AD.

O relatório enviado pela equipa médica da Diamang para a École de Médecine Tropicale, em Bruxelas, no fim do ano de 1925 – sublinhando não só a importância dos parceiros belgas, mas também a relevância das interações que fundaram a “medicina tropical”, e consequentemente, os espaços imperiais⁶³⁸ – corroborou a avaliação de Norton de Matos no terreno, apontando para a questão material. Admitia-se que as circunstâncias edificadas eram heterogéneas e que em muitos lugares não se cumpriam os pretensos “requisitos mínimos” de salubridade: ou seja, a maioria das habitações era construída de madeira e capim, através do conhecido sistema de “pau a pique”⁶³⁹. O Dundo sobressaía como lugar de excepção, mas mesmo ali, onde já se habitavam algumas casas em alvenaria de tijolo, faltava proteger todas as janelas com redes mosquiteiras que evitassem picadas e doenças. Já não se vivia na “situação absolutamente lamentável” reportada em 1921⁶⁴⁰, mas era acentuada a urgência em construir mais “casas apropriadas”⁶⁴¹.



[73] Escritórios da Diamang, no Dundo, 1925

[Rapport 13, ANTT, HB-C/2-5-1-13]

O adobe ou tijolo cozido foram considerados as melhores opções construtivas para fazer face à questão. Neste sentido, a Diamang organizou uma primeira tijolaria nos arredores do Dundo, em 1922, a que se juntaria outra, em Andrada, em 1929, mostrando não só o interesse na matéria, como a capacidade de execução da companhia. Era por isso que Bento Roma admitia, logo em 1922, ser “certo que actualmente [o Estado] não tem edifícios como os que ela [a companhia] tem no Dundo”⁶⁴², sendo que a própria administração colonial local tinha começado a endereçar à Diamang inúmeros pedidos para a dispensa de materiais de construção, como tijolo e cimento, que se prolongaram pelas décadas seguintes.

⁶³⁸ Mertens Myriam e Lachenal Guillaume (2012). “The History of “Belgian” Tropical Medicine from a Cross-Border Perspective”. *Revue belge de philologie et d’histoire*, 90 (4), pp. 1249-1271.

⁶³⁹ “Medical report...”, 1925. UC/AD.

⁶⁴⁰ “Medical report”, Dr. Gillet, 31 de outubro de 1921. UC/AD.

⁶⁴¹ “Medical report...”, 1925. UC/AD.

⁶⁴² “Exposição do governador do distrito de Lunda, Bento Roma, sobre a Companhia de Diamantes de Angola”, 1922. AHU, PT/IPAD/MU/IGM/SDI/2476/06092.

Este processo de higienização reflectiu diversos contextos, para além das óbvias questões de saúde e da ansiedade dos agentes europeus. Por um lado, será justo admitir que as inquietações levantadas pelo processo de escrutínio do colonialismo português, a partir de meados da década de 1920⁶⁴³, tenham atingido a Diamang e pressionado (ainda que de forma indirecta) para alterações no espaço. Por outro, é inevitável considerar o início das políticas de “estabilização”, em curso na Union Minière e na Forminière desde 1926, a propósito da habitação dos trabalhadores africanos. Em 1928, o serviço de mão de obra da Union Minière reportava que “os campos e o tipo de habitação convenientes têm sido objectivo de estudos profundos por parte dos serviços de mão de obra e médicos” e, como resultado, “os tipos de casas antes utilizados têm sido substituídos pouco a pouco por outras habitações estudadas, com todas as precauções possíveis para favorecer a higiene do indígena”⁶⁴⁴.

Na Diamang, o trajecto seguiu em termos semelhantes. Foi a materialidade da construção que começou a dividir as “antigas” aldeias daquelas consideradas mais “modernas”, iluminando uma perspectiva de actualização dos protocolos⁶⁴⁵. Para os criados que serviam o Dundo, por exemplo, foi construída uma aldeia própria, localizada perto da povoação, onde se ensaiou pela primeira vez o sistema das chamadas “retretes fumantes”, já em utilização pelas autoridades belgas como plano de saneamento⁶⁴⁶. Em paralelo, a companhia começou a estudar outras propostas para beneficiar as explorações, tentando alterar a realidade reportada a Lisboa e a Bruxelas. De acordo com as notas de Calisto Batista, médico chefe da companhia, os primeiros passos passavam pela construção de um matadouro, a “capinação” completa dos postos (ou seja, o desbaste de todas as espécies vegetais) e a planificação de uma “grande aldeia [para trabalhadores], obedecendo a planos de estética e higiene, com fiscalização fácil e eficaz”⁶⁴⁷.

Ainda que correndo a velocidades diferentes, todos estes projectos foram implementados ao longo dos anos seguintes. O matadouro foi rapidamente concluído no Dundo; a capinação tornou-se um processo permanente em todos os lugares da companhia, mobilizando equipas próprias, sobretudo compostas por mulheres; e os projectos sobre a habitação dos trabalhadores ganharam novo ritmo. Por fim, e após algumas propostas inconsequentes⁶⁴⁸, foi em 1927, como vimos, que a companhia avançou com um ensaio mais sério sobre a promoção de povoamento na zona de explorações. Um maior controlo sobre a questão da circulação, pela mencionada construção dos *postes routiers*, terá concorrido para este desenvolvimento.

Em paralelo, reforçando a relevância dada às questões higienistas, a construção de hospitais para trabalhadores africanos sobressaiu pelo avanço célere – inaugurando, aliás, uma das linhas de “assistência” que mais destacou a Diamang não só em Angola como em meios mais amplos, como

⁶⁴³ Miguel Bandeira Jerónimo (2010). *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português c. 1870-1930*. Lisboa: ICS.

⁶⁴⁴ “Note sur la main-d’œuvre indigène de l’U.M.H.K. réalisée en réponse à un questionnaire établi par la Commission de M.O.I (main-d’œuvre indigène)”, 1928, AGR 2, Arquivo Union Minière [350].

⁶⁴⁵ *Relatório apresentado pelos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola*, 1936 ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

⁶⁴⁶ “Les installations sanitaires dans les colonies tropicales”. *Revue Universelle de Mine*, 1939

⁶⁴⁷ “Relatório médico da Diamang”, pelo Dr. Calisto Martins Batista. UC/AD.

⁶⁴⁸ Em 1922, Ernesto de Vilhena sugeriu o recrutamento de “500 homens com família” noutras regiões da colónia, mas a proposta esbarrou na insegurança que minava as deslocações pela Lunda.

bem demonstrou Jorge Varanda⁶⁴⁹. Em 1926, a maioria dos grupos tinha o seu próprio hospital, ainda que as suas condições materiais fossem diferentes. No Dundo e do Luaco as instalações eram de tijolo, enquanto no Chingufu, em Lunjata e em Maludi os médicos trabalhavam em pavilhões de madeira e capim. Neste mesmo ano, começou a ser planeado o primeiro dispensário para empregados europeus, no Dundo, vincando a clivagem racial inerente ao projecto colonial, enquanto na encosta a norte de Andrada – reproduzindo a pretensa distância entre grupos raciais – foi fundado o hospital-dispensário daquela zona. Por fim, já no início da década de 1930, ergueu-se o “hospital indígena” Cassanguidi, admirado pela comitiva de Lopes Mateus. Como veremos, a salubridade manteve-se como uma questão preponderante na paisagem da companhia, longe de ser considerada resolvida. Porém, naquele momento, e uma vez ultrapassadas as iniciais “condições deploráveis”, as povoações da Diamang estariam “finalmente a compor-se”⁶⁵⁰.

Formas de representação

Consideradas “reguladas” as questões iniciais de salubridade, o ano de 1929 marcou os primeiros comentários sobre a imagem do espaço da Diamang. Numa curta missiva enviada para Bruxelas, o engenheiro Dickinson reportou que o posto de Nzargi estava com uma “aparência inóspita” e que se tinha iniciado a plantação de árvores e flores, num esforço de “tornar o centro mais atraente”⁶⁵¹. Uma vez encerrada a exploração de Chingufu e concentradas as minas ao longo do rio Luembe⁶⁵², os engenheiros no local equacionaram a reorganização da rede mineira, estudando a possibilidade de mudar o centro da Diamang para Nzargi. Este posto gozava de uma localização central, favorável à articulação dos serviços e, por isso, o seu programa de construções aparecia em conformidade: oficinas, garagens, lojas, habitações e a nova residência do director⁶⁵³.

Ainda que estes planos não tenham resultado em qualquer mudança na hierarquia territorial da Diamang, colocaram em evidência duas questões que foram substanciais nas (re)configurações do protocolo edificatório da Diamang. Por um lado, destacaram a natureza temporária e volátil dos ciclos naturais das actividades extractivas, que condicionou sempre, ainda que em graus diferentes, a estratégia de espacialização da companhia. Um assentamento em determinado lugar só estaria justificado enquanto durasse a exploração de um jazigo de diamantes e, por isso, o planeamento teria necessariamente de ser feito a prazo e através de formas mais pragmáticas. Como vimos, esta perspectiva só foi alterada perante a ameaça da guerra, quando o pragmatismo serviu antes a necessidade de assegurar à companhia uma vida pós-colonial.

Por outro lado – e de modo mais significativo para o teor deste capítulo –, inauguravam a ambição de

⁶⁴⁹ Varanda (2007). “A bem da nação...”

⁶⁵⁰ “Summary of Operations, 1924-25”. UC/AD.

⁶⁵¹ Correspondência de Dickinson, 1929. A nota tinha sido enviada pouco depois da segunda visita de Ernesto de Vilhena à Lunda, possivelmente reflectindo as apreciações críticas do Administrador-Delegado.

⁶⁵² As minas do Chingufu, as únicas a oeste do Dundo, foram fechadas em 1927.

⁶⁵³ Nos “programas de construções” entre 1929 e 1932, o centro de Andrada foi sucessivamente beneficiado com novos edifícios e também uma linha de telefone. Foi reportada a construção de 100 cubatas indígenas na proximidade destes postos. *Bruxelas – Dickinson*, 5A. UC/AD.

criar povoações planeadas, cuidadas e “atraentes”, descerrando um pensamento estratégico sobre o espaço como instrumento de controlo político, económico e social. Apesar de abandonada a hipótese de reorganização geográfica, Nzargi foi nesse ano de 1929 renomeada Vila Paiva de Andrada, em homenagem ao fundador da companhia, então falecido, e tornou-se no primeiro e único nome de uma povoação da Diamang a abandonar os rios como fundamento. Assinalou-se, deste modo, a crescente percepção da paisagem como importante “teatro do poder imperial”, subscrevendo a interpretação de Grinsell a propósito da construção do vale do Nilo⁶⁵⁴, contribuindo para alicerçar a ideia “oasiana” na Lunda.



[74] Vista do posto de Andrada, 1932
[Rapport 20, ANTT, HB-C/2-5-1-20]

Face a estas circunstâncias, as povoações e o edificado foram elementos essenciais para a afirmação territorial da companhia. Quando Armindo Monteiro chegou à Lunda, em 1932, foram destacados os edifícios em tijolo escuro, as coberturas de chapa pintadas a vermelho e pequenos arranjos paisagísticos inaugurados no ano anterior. Se ali não se encontravam edifícios de grande escala ou desenhados com preocupações estéticas, a “excepcionalidade” da Diamang poderia ser atribuída ao forte contraste com as “aldeias pequeninas e sempre brancas” que eram encaradas pelo aparelho colonial como símbolo da “ordem, método e técnica portugueses” noutros lugares de Angola⁶⁵⁵. Neste período, a exceção da companhia não veio, portanto, da inovação, mas sim de um certo exotismo decorrente do modelo da “vila industrial” e do impacto das relações transnacionais no seio da constelação mineira.

Apesar das dificuldades em traçar uma análise formal e precisa dos planos ou dos edifícios construídos à época pela Diamang, uma vez que não foram encontradas quaisquer peças desenhadas das estruturas iniciais dos postos, é possível esboçar algumas considerações através dos registos

⁶⁵⁴ Samuel Grinsell (2020). “Urbanism, environment and the building of the Anglo-Egyptian Nile valley, 1880s-1920s”. Tese de doutoramento, Universidade de Edimburgo.

⁶⁵⁵ “Relatório do Encarregado do Governo do Bié, de 1932”, por António Gouveia da Silva. AHU, Cx. 2336/2.

fotográficos que acompanham relatórios. Para além de partilharem as mencionadas paredes de tijolo à vista⁶⁵⁶, a maioria dos edifícios da Diamang encontravam-se elevados do seu entorno, por estacas e degraus, como recomendavam as “boas práticas” edificatórias em África⁶⁵⁷. A elevação do solo, sendo especialmente atribuída a questões de salubridade, seria também forma de vincar questões de hierarquia. Subindo nesta escala de autoridade, a varanda coberta – um dos símbolos mais expressivos da relação colonial⁶⁵⁸ –, era então limitada à Residência do Administrador Delegado e aos Escritórios da Representação, ambos no Dundo. Neste sentido, a ideia de representação impor-se-ia como pilar da Diamang, avançando em dois sentidos: observação e exibição; ou como sintetizou Richard Myers, na necessidade de ver e ser visto, transformando o espaço e os edifícios em simultâneas “visões de domínio” e “lugares de visão”⁶⁵⁹.

Por outro lado, é importante notar que a “urbanidade” apreciada pela comitiva presidencial de Monteiro se circunscrevia aos postos do Dundo e a Andrada – e que os arranjos ali produzidos eram significativamente semelhantes aos que se encontravam nos campos da Forminière e da Union Minière⁶⁶⁰, confirmando a importância da “nuvem mineira”. Qualquer outro lugar da Lunda mantinha a fisionomia de um acampamento de prospecção, justificando que, no seu conjunto, as povoações da Diamang fossem ainda avaliadas pela imprensa colonial como obras “de valorização industrial” do território⁶⁶¹. Foi apenas depois desta visita, talvez também pelo impulso dos elogios, que a companhia avançou para outro nível de tratamento do espaço, sistematizando a construção de edifícios de natureza mais permanente. Em Maludi e Cassanguidi, por exemplo, as primeiras habitações construídas em tijolo remontam precisamente a 1932. Nos anos seguintes, a companhia apostou também na construção de casas de trânsito e em novos hospitais em tijolo, entre 1934 e 1935, e depois, na constituição de Casas do Pessoal, em 1937 e 1938. Seria este o conjunto de equipamento básico para cada povoação, numa resposta cruzada a questões de mobilidade, salubridade e representação.

Contrastando com a “improvisação” que prevaleceu entre os agentes portugueses neste período⁶⁶², a escala controlada da Diamang terá resultado numa capacidade ímpar de alicerçar as suas povoações, beneficiando de uma linha de planeamento centralizada, que conseguia a extensão e flexibilidade necessárias para garantir a concretização no terreno. De acordo com o “programa de construções” de 1932, assinado por Parkinson, a companhia tinha gasto mais de 500 libras por mês naquele ano para fazer “alterações e reparações profundas” nas casas do Dundo, tornando-as então mais “habitáveis e permanentes”. Para os meses seguintes, propôs avançar rapidamente com um esquema semelhante

⁶⁵⁶ A exceção à imagem “vermelha” estava em algumas oficinas e armazéns de estruturas metálica, numa lógica de economia e rapidez indispensável à exploração económica, também partilhada por outros avanços coloniais.

⁶⁵⁷ Cf. Portaria de 1843, decretada pela Rainha D. Maria II *apud*. Fonte (2012). *Urbanismo...*, p. 386.

⁶⁵⁸ Anthony King (1984). *The Bungalow: The Production of a Global Culture*. Londres, Boston: Routledge; Robert Home (1996). *Of planting and planning: The making of British colonial cities*. Spon; Myers (2003). *Verandahs...*

⁶⁵⁹ Myers (2003). *Verandahs...*

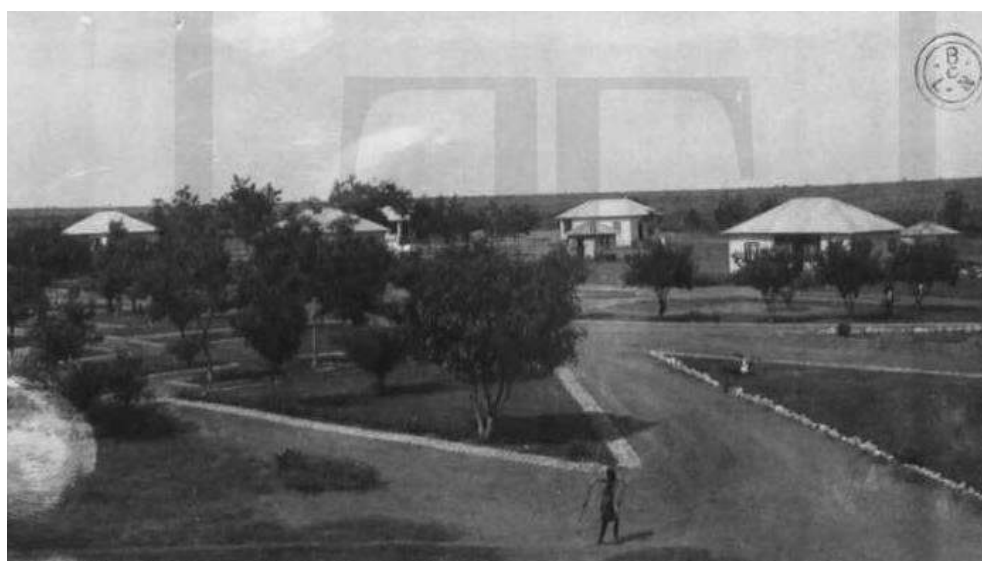
⁶⁶⁰ “Note sur la main-d’œuvre indigène de l’U.M.H.K. réalisée en réponse à un questionnaire établi par la Commission de M.O.I (main-d’œuvre indigène)”, 1928, AGR 2, Arquivo Union Minière [350].

⁶⁶¹ O artigo destacou as matérias de exploração: 22 minas em três grupos (Cassanguidi, Paiva de Andrada e Luaco-Maludi); 2 centrais hidro-elétricas, uma de 85HP, para luz e força motriz ao Dundo, outra de 250 HP, parte da energia necessária ao grupo Andrada; 20 locomóveis; 22 instalações mecânicas; centenas de vagonetas. *Portugal Colonial* (1932), 21.

⁶⁶² Discurso de Henrique Galvão, de 1929, citado por Armino Monteiro no artigo “A actual organização administrativa e os fins da colonização portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*, 100. Agência Geral das Colónias (1933).

em Cassanguidi, Andrada e Maludi, sublinhando “a troca dos telhados de colmo por chapa de ferro ondulada em todos os edifícios” como o trabalho mais “essencial”. A escassez de força laboral, tanto europeia como africana, deveria ser contornada pela “polivalência”: todos os envolvidos “tanto esta[vam] na construção como nas minas”⁶⁶³ – equiparando ambas as tarefas, essenciais à (sobre) vivência na companhia.

Com naturalidade, os planos de construções deste período deram prioridade à construção de casas de habitação, cozinhas, escritórios, oficinas e instalações de saúde. A escassez de lenha na região exigiu ainda a construção de duas centrais hidroelétricas, que forneciam luz elétrica ao Dundo e alimentavam as minas em Andrada, respectivamente, e a plantação de largas áreas para permitir a edificação de alojamento para os trabalhadores africanos. É sobre o (re)desenho destes lugares que nos debruçamos em seguida.



[75] Casa “standard” para funcionários em Maludi, 1926

[76] Vista parcial de Cassanguidi, 1936

[Rapport 20, ANTT, HB-C/2-5-1-20; ANTT, AOS/D-N/2-2-1]

⁶⁶³ “Construction programme”, 1932. UC/AD.

– A propaganda da aldeia

No início de 1930, a Diamang empregava cerca de 5000 trabalhadores africanos, destacados não só para o trabalho nas minas como também para vários processos de construção dos postos, aldeias e das estradas⁶⁶⁴. Se até aqui são escassas referências mais completas sobre os espaços habitados e produzidos por este contingente, que em muito suplantava os 100 “europeus” que operavam na companhia, é precisamente porque esta foi uma matéria que se manteve nublosa até àquele momento (numa opacidade certamente reforçada pelas clivagens da relação colonial perpetuadas nos relatos e relatórios que acompanhamos, mas que constituem hoje o único meio de aceder àquela paisagem distante no tempo). À excepção dos planos de povoamento de 1927, mencionados na primeira parte, a companhia continuaria sem uma estratégia quanto à espacialização da força de trabalho na região. Em 1931, a Direcção reportou que “por alguma razão inexplicável, os nativos est[avam] a mostrar resistência em ficar nas explorações, depois de trazidos com auxílio do governo”⁶⁶⁵. A oposição seria tão forte que algumas explorações em Cassanguidi e Andrada tinham parado por falta de mão de obra, fazendo lembrar os primeiros anos de exploração.

Reconhecendo que a chamada “mão de obra indígena” era um dos alicerces críticos da companhia, e uma vez estabilizado o grupo inicial de minas, tornou-se necessário alavancar a sua presença. A habitação e a aldeia foram encaradas como unidades fundamentais deste processo e, por isso, repensadas e redesenhadas. A organização da SPAMOI, em 1937, já sinalizada, foi o sintoma mais evidente desta necessidade, mas não o inaugural. A Lunda era um distrito pouco populoso, de povoações dispersas, o que teria tornado a angariação de trabalhadores num dos principais desafios para o futuro empresa⁶⁶⁶. A exigência deste ajuste foi impelida não só pelo aumento da produção na Lunda, como pelas recentes estratégias que estavam a ser testadas com sucesso por outras companhias de mineração, todas elas pressionadas pela natureza volátil da “fronteira”, cuja “permeabilidade” permitia às comunidades locais estabelecer planos de resistência e fuga⁶⁶⁷. Em 1926, a Union Minière tinha lançado o seu repertório de “estabilização”, no qual as políticas do espaço e as feições de “urbanidade” foram estruturantes⁶⁶⁸. Esta conjuntura alinhava com a afirmação da ideia de África como um “laboratório vivo”, onde o conhecimento científico começou a ser produzido e instrumentalizado por vários actores, com diferentes ideologias, visões e modelos⁶⁶⁹.

⁶⁶⁴ Cf. “Variação anual...” [Gráfico nº 7]. *Relatório...*, 1963, ANTT, PT/TT/AOS/D/N-2-5-1.

⁶⁶⁵ Correspondência para Bruxelas, 1931. UC/AD.

⁶⁶⁶ “Súmula da origem, desenvolvimento, actividade e acção colonizadora da Companhia de Diamantes de Angola. Homenagem à visita do Gov. Geral António Lopes Mateus”, 1936. Esta percepção mudou bastante neste início do século. Nos primeiros anos de trabalhos da Diamang, a Lunda foi descrita como uma região populosa, onde o problema era a falta de “disciplina e regularidade”. Terão sido as campanhas de pacificação, na década de 1920, a despojar aquela área.

⁶⁶⁷ O estabelecimento da Diamang, por exemplo, trouxe dificuldades ao recrutamento da Union Minière, colocando as companhias a disputar mão de obra. Charles Perrings (1977). “Good Lawyers but Poor Workers: Recruited Angolan Labour in the Copper Mines of Katanga, 1917-192”. *The Journal of African History*, 18.

⁶⁶⁸ Com raízes no início de década de 1920, sobretudo para fazer crescer a força de trabalho “especializada”. Mais tarde, as equipas médicas, onde se inseria Leopold Mottoule, traduziram a “estabilização” em planos concretos de alojamento. Mottoule (1946). *Politique Sociale ...*; “Social Policy of Union Minière du Haut Katanga” (1947). *African Affairs*, 46, pp. 87-89; Higginson (1988). “Disputing...”; Dibwe Dia Mwembu (1990). “Industrialisation et santé: la transformation de la morbidité et de la mortalité à l’Union minière du Haut-Katanga, 1910-1970”. Tese de doutoramento, Université Laval.

⁶⁶⁹ Hellen Tilley (2011). *Africa as a Living Laboratory: Empire, Development, and the Problem of Scientific Knowledge, 1870-1950*. Chicago: University of Chicago Press.

Seguindo este trajecto, o presente subcapítulo explora o início do compromisso da Diamang com o alojamento das comunidades africanas. Em causa esteve o avanço da SPAMOI para estratégias complexas e concertadas de produção e vigilância dos espaços de habitação, procurando entender os contornos da imagem espacial ambicionada pela empresa. Como veremos, a “urbanidade” foi uma linha de pensamento fundamental no planeamento e suporte deste processo, antecedendo inclusive impulsos mais expressivos nos postos para europeus. Neste sentido, defendemos a constante relação entre os diversos espaços, num quadro de narrativas complexas, que não estabeleceram sempre os mesmos padrões e sentidos de causa e consequência. Bem pelo contrário, a companhia foi testando soluções em paralelo, revelando uma visão holística sobre a sua paisagem.

Genealogias e modelos

O espaço da mão de obra na Diamang organizou-se em moldes diversos, de acordo com uma série de variáveis: etapas no processo de recrutamento, tipo de contrato, funções laborais e duração das minas. Para além destes requisitos, foi naturalmente influenciado por factores políticos e sociais (diplomas legais, pressões das autoridades coloniais ou instâncias internacionais, por exemplo) e por exigências técnicas (como a disponibilidade de materiais, métodos construtivos, questões de salubridade e disciplina urbanística). Este processo não foi linear, homogéneo ou controlado, muito menos nas primeiras décadas de assentamento da empresa. Os mesmos nomes foram por vezes atribuídos a espaços distintos, em momentos e geografias díspares, revelando uma realidade intrincada, volátil, bastante permeável à agência local e que nem sempre é fácil de destringir à luz do presente. A complexidade no mapeamento e sistematização das diferentes modalidades de habitação e dispositivos espaciais, que é certamente evidente em alguns momentos deste trabalho, reflecte o conjunto difuso que as aldeias formaram, mesmo aos olhos dos agentes no terreno.

Recordamos que desde 1928, com a publicação do CTI, a Diamang estava legalmente obrigada a fornecer habitação a todos os “contratados”⁶⁷⁰. De acordo com este diploma legal, era permitido “qualquer tipo de habitação, desde que ofereça suficientes condições higiénicas e que a cada família seja fornecida uma habitação independente”. Exigia-se “o tipo de pequenas habitações isoladas umas das outras, e dispostas em arruamentos regulares, não sendo permitida a construção de habitações para alojar no mesmo compartimento mais de seis trabalhadores”. Nestes lugares, cumpria ainda construir cozinhas e latrinas, a distância mínima de 100 metros das casas⁶⁷¹.

Na Lunda, as imposições foram materializadas em algumas das aldeias já construídas junto das minas⁶⁷², sobretudo nas chamadas “aldeias de propaganda”, sugerindo a disposição da empresa em utilizar o desenho do espaço como ferramenta essencial à ordem laboral. A confirmar este sentido, foi reportada a configuração das novas “aldeias de aclimação”, em 1930. Nestes lugares, os homens

⁶⁷⁰ “Código do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas de África”, aprovado pelo decreto n.º 16:199 de 6 de Dezembro de 1928. Secção II do Capítulo VII, “Do alojamento”, artigo 236º: “Os patrões de trabalhadores cuja residência habitual não seja junto do local do serviço serão obrigados a dar-lhe alojamento”.

⁶⁷¹ Cf. “Código do trabalho...”. Capítulo VIII, Secção II. “Do alojamento”.

⁶⁷² Como mostrou a reportagem fotográfica de Luiz Carrisso, referida na primeira parte.

recrutados e chegados à Lunda de várias regiões de Angola eram colocados num estágio de quinze dias. Para além de permitir a necessária avaliação médica, este período inicial foi encarado pela companhia como um momento de disciplina que preparava a transição entre as aldeias de origem e as aldeias da companhia, reconhecendo a necessidade de ajuste. Notoriamente, a espacialização deste percurso, que começava nos postos de recrutamento e depois continuava por lugares de trânsito, reproduzia as directrizes belgas, já preocupadas com a transferência entre formas de habitar⁶⁷³, sem aparentemente equacionar as diferenças entre comunidades e contextos.

De acordo com os relatórios e mapas disponíveis, estas aldeias foram sobretudo implantadas nas imediações do Dundo, tirando partido das condições topográficas para desenhar a distância entre os trabalhadores africanos e os empregados europeus. A *Aldeia da Pedreira* foi possivelmente o caso mais expressivo, situada na margem oposta do rio Dundo, de modo a garantir que os novos “contratados” seguiam para os diversos locais de trabalho (minas, oficinas, pedreiras) sem transitar pelo centro da povoação⁶⁷⁴. A aldeia era composta por dezenas de casas em adobe, cobertas de capim, dispostas em filas, sempre rodeadas por lavras e árvores de fruto. As habitações podiam oferecer até três compartimentos, cada um atribuído a um trio de trabalhadores ou uma família.

Mediante a iniciativa, a Diamang assumiu que os esforços na organização destas aldeias eram recompensados “em interesse dos indígenas e do seu próprio interesse, porque, melhorando condições, pode[m]os obter localmente mais trabalhadores”⁶⁷⁵. De facto, se a companhia dizia não só cumprir “com rigor o CTT”, como “ir para além da sua obrigação”, era porque perseguia um outro importante propósito, como vimos antes: a ambicionada angariação de mão obra regional, ou seja, “trabalhadores voluntários”. Lembramos que esta categoria parecia oferecer “vantagens” a todos os envolvidos: para a companhia, traduzia-se em menores encargos salariais e construtivos, uma vez que, no que diz respeito ao segundo ponto, estava legalmente liberada de encargos com o alojamento dos “voluntários”; para os trabalhadores resultava numa (aparente) flexibilidade quotidiana, pois podiam (e preferiam) permanecer nas suas aldeias de origem. Ainda que, de acordo com os relatórios, fosse “prática comum” conceder a estes homens a hipótese de residir em aldeias da companhia, em casas “com as mesmas condições dos contratados”, raramente alguma família optava por essa via. Ou seja, era uma situação duplamente “benéfica”, que não deixava de mostrar os constantes (re) equilíbrios de poder entre as partes.

Estas intenções, que a administração apresentou como políticas de “atração”⁶⁷⁶, coincidiram com e foram alimentadas por novas propostas esgrimidas dentro da “nuvem mineira”, como começámos a enunciar a propósito da organização da SPAMOI. Perante as mortíferas condições de higiene verificadas na África do Sul e no Copperbelt, na base de várias revoltas até 1935, foram exigidas

⁶⁷³ No percurso até ao Dundo, desde Vila Luso (hoje Luena), foram construídos barracões para pernoita dos trabalhadores, a cada 30 quilómetros e sempre junto aos rios, garantindo acesso a água para as refeições. Este percurso de recrutamento da Diamang era uma cópia fiel do sistema de Van Nitsen para a Union Minière cf. Nitsen (1933). *L'hygiène ...*, p. 29.

⁶⁷⁴ Johan Lagae (2019). “S, M, L, XL”. Mapping a colonial taskscape along the Matadi-Kinshasa railway line, DR Congo, from a transimperial perspective”. *I International Colonial and PostColonial Landscapes* [keynote session].

⁶⁷⁵ “Relatório sobre a Mão d’Obra Indígena, de 1938, entregue ao Dr. Manuel Pereira Figueira, Curador Geral dos Serviços e Colonos”. *Mão de Obra*, 1 de março a 15 de julho de 1938. UC/AD.

⁶⁷⁶ “Súmula...”, 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D/N/2/2/1.

mudanças para otimizar a produção industrial⁶⁷⁷, focando sobretudo o papel da família e das condições de alojamento⁶⁷⁸. Os compounds para alojamento nas minas da De Beers eram um modelo cada vez mais ultrapassado⁶⁷⁹. De acordo com John Higginson, “uma casa de tijolo tinha-se tornado no melhor seguro contra a doença” nos campos de exploração do Congo Belga, sustentado assim a “substituição da metáfora militar, que tinha caracterizado a gestão das companhias nas duas décadas anteriores, por uma estratégia burocrática e científica que reflectia os imperativos de um controlo mais técnico”⁶⁸⁰.



[77] Aldeia da Pedreira, para alojamento de trabalhadores em período de adaptação, Dundo, 1938
[Relatório sobre Mão de Obra Indígena, UC/AD]

O debate já era longo. Teria sido uma epidemia de *influenza* no campo de trabalhadores em Panda, em 1922, a mostrar à Union Minière, em primeira mão, a necessidade de reflectir seriamente sobre as condições materiais oferecidas nos locais de mineração. Os “blocos colectivos”, que alojavam catorze trabalhadores numa única divisão, tinham-se tornado em perigosos “focos de contágio”. Concluíra-se, então, que as “habitações singulares, do tipo palhota, para três ou quatro trabalhadores sejam a melhor opção”⁶⁸¹. Em 1929, as estruturas que copiavam o modelo colectivo sul-africano já estavam praticamente erradicadas dos campos do Copperbelt, sendo substituídas por casas unifamiliares em

⁶⁷⁷ Frederick Cooper (1966). *Decolonization and African Society. The Labor Question in French and British Africa*. University of Michigan Press; Charles Perrings (1979). *Black Mineworkers in Central Africa: Industrial Strategies and the Evolution of an African Proletariat in the Copperbelt, 1911-1941*. Nova Iorque: Africana Publishing; Jane Parpart (1983). *Labor and Capital on the African Copperbelt*. Temple University Press (em particular, capítulos 3 e 4).

⁶⁷⁸ Donatien Dibwe dia Mwembu (2001). *Histoire des conditions de vie des travailleurs de l'Union Minière du Haut-Katanga/Gécamines (1910-1999)*. Presses universitaires de Lubumbashi; Julia Seibert (2015). “‘Wind of Change’: Worker’s Unrest and the Transformation of Colonial Capital in Katanga, Belgian Congo”. *Work and Culture in a Globalized World: From Africa to Latin America*, Babacar Fall, Incke Rheinberger e Andreas Eckert (eds.). Berlim: Karthala, pp. 253-271..

⁶⁷⁹ Charles Van Onselen (1976). *African mine labour in Southern Rhodesia, 1900-1933*. Londres: Pluto Press; Rob Turrell (1984). “Kimberley’s Model Compounds”. *Journal of African History*, 25, pp. 59-75; Alan Mabin (1986). “Labour, capital, class struggle and the origins of residential segregation in Kimberley, 1880-1920”. *Journal of Historical Geography*, 12, pp. 4-26; Crush (1994). “Scripting the compound...”

⁶⁸⁰ Higginson (1988). “Disputing the Machines...”

⁶⁸¹ *Rapport pour l'année 1922*. Union Minière, Department de la Main d’Oeuvre Indigène. AGR, UM.

tijolos de Kimberley (adobes secos) ou adobes cozidos, conhecidas como “blocos Orenstein”⁶⁸².

Entre estas diligências, as bases teóricas tornaram-se mais volumosas, importando compreender o seu teor, aplicação e extensão, para também situar a posição da Diamang. Vários congressos e encontros ditavam uma agenda internacional comprometida com o estudo da chamada “higiene tropical”, que lançou pistas sobre o governo das relações coloniais e correspondentes concepções do ambiente construído. A salubridade, que vimos antes, foi elevada a outros níveis, relacionando-se com diferentes e cada vez mais amplas dimensões do poder colonial. Ao longo de 1935, por exemplo, foi criada a precursora Comissão de Bem-Estar Indígena na Niassalândia⁶⁸³, a Sociedade das Nações organizou a Conferência de Saúde Pan-Africana em Joanesburgo e aconteceu ainda o Congresso de Grahamstown, na África do Sul. Ao mesmo tempo, os “serviços de higiene” de outras empresas mineiras em África recebiam atenção e elogios dos consultores coloniais portugueses⁶⁸⁴. No Congo Belga eram já estimados e celebrados os resultados positivos da FOMULAC⁶⁸⁵ e da FOREAMI⁶⁸⁶, organismos públicos “pioneiros da saúde rural em África” com forte impacto na permanência dos trabalhadores junto aos locais de exploração.

Também neste campo, as equipas na Lunda foram rápidas no reconhecimento das estratégias implementadas do outro lado da fronteira, procurando “resultados análogos” ao sucesso conseguido pela Forminière: a empresa belga vivia então uma “invejável situação” de produção, sustentada pelo excelente trabalho dos homens balubas treinados ao redor de Tshikapa⁶⁸⁷. A admiração pelos percursos espinhosos, mas bem-sucedidos, das empresas belgas na resolução da questão da mão de obra já vinha de momentos anteriores. Cansada de “recorrer ao trabalho de fora”, a Union Minière tinha procurado quebrar com o “vaivém contínuo” de trabalhadores, fortemente penalizador de uma indústria cada vez mais necessitada de mão de obra qualificada. O desenho do espaço, e sobretudo a oferta de habitação, foram sempre sinalizadas como uma peça crítica da solução, como revelam

⁶⁸² Referência a Alexander Orenstein, médico baseado no Witwatersrand, que estudou a materialidade das habitações para trabalhadores africanos (matéria que aprofundaremos mais à frente); e à cidade de exploração mineira na África do Sul, cf. Nitsen (1933). *L'hygiène...*, pp. 38-40.

⁶⁸³ A Nyassalândia foi a primeira colónia britânica a criar uma comissão dedicada ao “bem-estar indígena”, em 1935, como resposta do Colonial Office britânico à crescente resistência anti-colonial. Este *Native Welfare Committee* foi uma das primeiras estratégias mais tarde oficializadas pelo *Colonial Development and Welfare Act* de 1940.

⁶⁸⁴ José de Almada (1944). “Relações de vizinhança das colónias portuguesas com os territórios limítrofes”. *Boletim Geral das Colónias*, 232. Agência Geral das Colónias.

⁶⁸⁵ A *Fondation médicale de l'Université de Louvain au Congo* (FOMULAC) foi organizada em 1926 pela Universidade Católica de Louvain, como sucessora da AUCAM, que apoiava missões jesuítas no Congo Belga. A FOMULAC cumpriu três objectivos: formar médicos congolezes, prestar assistência médica no terreno e fazer pesquisas em medicina tropical. Em Kisantu foram construídas várias estruturas de apoio a estas actividades, como pavilhões hospitalares e escolas, que mais tarde se expandiram numa rede de dispensários e postos médicos. Guy Malengreau, director da FORMULAC, escreveu sobre os *paysannats indigènes*, modelo de ocupação que teve fortes repercussões nos fóruns internacionais sobre as formas de colonização, cf. Guy Malengreau (1949). *Vers un paysannat indigène: Les Lotissements agricoles du Congo Belge*. Bruxelas: Institut Royale Colonial Belge.

⁶⁸⁶ O *Fonds Reine Elisabeth pour l'Assistance Médicale aux Indigènes du Congo belge* (FOREAMI) foi criado em 1930. As suas principais missões, de luta contra epidemias e apoio a grávidas e bebés, concentraram-se primeiro na região do Baixo Congo e mais tarde no Kwango. Depois da independência do Congo, a FOREAMI foi transformada numa organização pública, mas a falta de fundos determinou a sua extinção em 1962. P. Gerard (1939). “L'œuvre du «FOREAMI» au Congo». *Bulletin des séances de l'Institut royal colonial belge*, 10, pp. 380-396; M. Kivits (1971). “Le Fonds Reine Elisabeth pour l'Assistance Médicale aux Indigènes du Congo belge (1930-1960), pionnier de la santé publique rurale em Afrique”. *Annales des Sociétés belges de médecine tropicale*, 51, pp. 389-407.

⁶⁸⁷ Relatório de Brandão de Melo para o Governador de Malange, 24 de Maio de 1938. UC/AD.

os primeiros projectos para as *communes indigènes* ou os *centre extra-coutumier*⁶⁸⁸. Se vimos que a Diamang foi célere em adoptar as *villages routiers* como forma de garantir o acesso viário às explorações e fixar famílias nestes lugares, o mesmo aconteceu nos anos seguintes com propostas mais elaboradas.

“Apoio à Mão de Obra Indígena”

Perante as perspectivas de crescimento da produção nas minas da Lunda, a administração da Diamang admitiu que se estava a “marcar passo” não só em matéria de “obtenção e conservação” de trabalhadores, mas também na sua “assistência moral e material”⁶⁸⁹. Por isso, uma importante flexão de trajecto foi confirmada em 1936, durante a visita de Lopes Mateus. No último dia da estadia do Governador de Angola celebrou-se um novo lugar fundamental para a companhia, que antes referimos: o Bairro-Escola para “trabalhadores assimilados”⁶⁹⁰, recentemente construído a norte do Dundo. Em particular, estava em causa a abertura da escola primária nesta aldeia, onde se previa ainda “a construção de parque infantil, campo de jogos, balneários e hortas experimentais”. Na “Súmula” da Diamang, a escola foi apresentada como a “coroa” da “obra de colonização” da empresa, servindo de “centro moral” ao novíssimo Bairro-Escola. O nome reflectiu não só a importância do edifício escolar para o lugar como também o propósito de “aprendizagem” daquele conjunto, que se disse “higiénico e talhado à moderna”⁶⁹¹. Por outro lado, sinalizou o empenho da Diamang em participar na reforma educativa portuguesa da época, pondo a descoberto as várias conjunturas concorrentes na fabricação da paisagem da empresa. Recordamos que a escola foi organizada como um veículo crucial para divulgar os princípios ideológicos do Estado Novo – ou seja, um “espaço privilegiado de doutrinação e de integração social”⁶⁹², cujo fim “não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra”⁶⁹³.

As fotografias mostram um edifício semelhante aos que analisámos na secção anterior, em tijolo vermelho e telhado de zinco, apontando para as tentativas de uniformização do cenário corporativo, independentemente do público (ou precisamente por causa dele). Esperou-se que o Bairro-Escola servisse “como exemplo do nível de vida a que todos podem subir pela instrução e pelo trabalho”,

⁶⁸⁸ Fernand Grévisse (1951), *Le Centre Extra-Coutumier d'Élisabethville: Quelques aspects de la politique indigène du Haut-Katanga industriel*. Bruxelas: Institut Royal Colonial Belge.

⁶⁸⁹ Carta de Ernesto de Vilhena para Oliveira Salazar, 9 de Fevereiro de 1938. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

⁶⁹⁰ A Diamang reportou empregar, à época, 47 “assimilados” nos escritórios e oficinas do Dundo. Esta categoria incluía trabalhadores africanos que haviam adquirido cidadania portuguesa, após uma série de requisitos, nomeadamente falar português. Sobre as construções legais da “diferença” ver Maria Paula Meneses (2010). “O ‘Indígena’ Africano e o Colono ‘Europeu’: a construção da diferença por processos legais”. *Cadernos CES*, 7, pp. 68-93.

⁶⁹¹ “Súmula...”, 1936. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

⁶⁹² O Ministério da Educação Nacional foi criado em 1936, com Carneiro Pacheco como ministro. Neste período coincidiram outros movimentos fundamentais à formação ideológica do regime, como a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa e a Obra das Mães para a Educação Nacional. António Nóvoa (1997). “A Educação Nacional 1930-1974: Análise Histórica e Historiográfica”. Escolano, Agustín e Rogério Fernandes (coord.), *Los Camiños Hacia la Modernidad Educativa en España y Portugal 1800-1975*. Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, p. 177. Para uma análise geral das bases ideológicas do Estado Novo, que suportaram e foram suportadas por estes movimentos, ver Fernando Rosas (2008). “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40”. Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo (coord.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 31-48.

⁶⁹³ Cordeiro Ramos, inspirador das reformas educativas de 1936, cf. Rosas (2008). “O Salazarismo...”, p. 40.

acrescentando à salubridade, antes explorada, as mais recentes ideias de modernização das comunidades coloniais. Neste sentido, poderá ser considerado um primeiro impulso para as etapas seguintes, a promover pela SPAMOI. Cumpre sublinhar que, apesar das intenções (d)escritas pela companhia, o bairro serviu para marcar, acima de tudo, uma maior clareza nos limites operativos das fronteiras coloniais. Aliás, era assim que a Diamang esperou alcançar a tal “legibilidade” mencionada: através de um ambiente controlado, perfeitamente mapeado e segregado. A localização periférica do bairro, para lá das oficinas e num ponto de cota mais baixa, foi o ponto mais óbvio deste afastamento. Tal como Bento Roma tinha desejado com a implantação de Portugália, o centro do Dundo seria sempre sobranceiro àquele núcleo para trabalhadores. Por outro lado, e ainda que o bairro passasse a ser considerado pela companhia como parte do núcleo urbano, com representação na planta da povoação (em contraste com a total ausência das aldeias que também circundavam o lugar), as suas habitações receberam uma identificação numérica de outra ordem, clarificando a distinção entre aqueles edifícios e os outros destinados a europeus.



[78] Edifício da Escola no Dundo (Escola indígena no Bairro-Escola), 1945
[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]

Logo de seguida, concorrendo para este movimento, a SPAMOI deu os primeiros passos, num sinal evidente de um protocolo imbricado e interligado. As concretizações mais particulares, que de seguida analisamos, reforçam a importância da materialidade na alavancagem da “urbanidade”. Nas pioneiras “aldeias de propaganda”, edificadas até 1940, a Diamang apostou na construção de casas de adobe com cobertura de zinco. Este seria o resultado de uma mudança expressa no relatório de 1936, enviado às várias camadas do aparelho colonial, onde já era prevista e sinalizada a vontade de uma mudança transversal, numa inequívoca legenda de uma fotografia que contrapunha o “tipo das modernas habitações indígenas comparado com o das antigas cubatas”⁶⁹⁴. O confronto entre as duas tipologias funcionava como um antes e depois da realidade que se pretendeu alcançar; mas que, como veremos, tardou a acontecer no terreno.

⁶⁹⁴ Relatório apresentado pelos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, 1936 ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

Da experiência que chegava da Union Minière, não só através das publicações médicas como das visitas constantes que os técnicos de um lado e do outro (ou muitas vezes operando nas duas ou três companhias simultaneamente) faziam aos lugares mineiros, eram notórios os benefícios alocados à melhoria das condições da habitação, experimentadas através de sucessivas mudanças tipológicas e construtivas. A equipa de Mottouille era peremptória em sugerir a oferta de casas “talvez mais caras, mas saudáveis e preferidas pelos nativos”, que permitissem harmonizar a vida profissional, familiar e social dos trabalhadores, assim como a promoção de uma hierarquia laboral através da habitação, transformando-a num incentivo à formação profissional. Para os trabalhadores “especializados”, por exemplo, estavam recomendadas casas “mais coquetas” – cuidadas na aparência num intuito de “agradar e seduzir” –, com um pátio fechado, que melhor reproduzia o quotidiano na aldeia⁶⁹⁵.

A este propósito, é pertinente entender a genealogia teórica que sustentou as ditas “estratégias de estabilização”. O livro *L'hygiène pratique des camps de travailleurs noirs en Afrique tropicale*⁶⁹⁶, de 1922, assinado por Arthur Pearson e R. Mouchet, foi a primeira publicação referenciada em relatórios da Diamang⁶⁹⁷. A dupla de médicos apresentou várias disposições sobre o planeamento dos campos, tipos de construção, modelos de latrinas e ligações de água, limpeza, entre outros. A respeito da organização das aldeias, defenderam – a partir da experiência dos “primeiros dezoito anos de trabalho europeu no Katanga” – a implantação de casas isoladas, num sistema ortogonal, dividido em secções, com cozinha central e latrinas na lateral, rodeado por cerca – sem prejuízo de outros modelos mais complexos e colectivos.

Depois, em 1933, René Van Nitsen, outros dos médicos destacados nas companhias de mineração no Congo Belga, deu à estampa o livro *L'hygiène des travailleurs noirs dans les camps industriels du Haut-Katanga*, onde dedicou um extenso capítulo à habitação, entrelaçando questões tipológicas e construtivas, já com mais uma década de experiência. Apesar de reconhecer que “os tipos de construções destinados ao alojamento de trabalhadores negros são muito variados e dependentes dos recursos locais e da duração da empresa”, Van Nitsen não hesitou em indicar, na mesma senda trilhada por Mottouille, que as habitações “mais procuradas são as casas individuais para uma família, com cozinha em anexo e incluindo um quarto adicional no caso de existirem muitas crianças”⁶⁹⁸.

Em termos de materialidade, eram vários os ensaios acumulados e testados no Copperbelt. As cabanas em palha, apesar de serem a opção mais semelhante à habitação local e mais barata, ofereciam poucas garantias de higiene, e eram, por isso, cada vez menos utilizadas. A taipa caíra também em desuso, pelo custo elevado, a grande quantidade da madeira utilizada e a manutenção constante e difícil. Excluídas estas hipóteses, os tijolos foram defendidos como material adequado, suportando as anteriores considerações que a Diamang tinha feito sobre a questão da salubridade dos seus edifícios. Nas aldeias da Union Minière existiam vários modelos de casas em tijolo seco, também conhecido

⁶⁹⁵ Mottouille (1946). *Politique Sociale...*

⁶⁹⁶ Com tradução em inglês “The practical hygiene of native compounds in tropical Africa; being notes from the experience of the first eighteen years of European work in the Katanga”, Londres: Baillière, Tindall e Cox, 1923.

⁶⁹⁷ SPAMOI: *Relatório anual de 1940* [1941]. UC/AD, p. 13.

⁶⁹⁸ Nitsen (1933). *L'hygiène...*, p. 33

como tijolo de Kimberley⁶⁹⁹ – esta foi, aliás, uma tipologia que se generalizou em África, no alojamento de trabalhadores⁷⁰⁰, dando força à “nuvem imperial de conhecimento” entre o Cabo e o Katanga e à centralidade daquela cidade sul-africana. As fotografias dos campos de Panda, Ruashi e Lubumbashi, entre outros, revelam a profusão de tipologias e a atenção aos arranjos exteriores. Nitsen distinguiu entre a “casa simples”, com dimensões de 3 por 3,25m e um pé direito de 2,20m, cobertura em palha ou chapa metálica, pavimento em cimento, porta e persiana; e a “casa tipo Mottoulle”, com mais uma cozinha individual e um galinheiro; ou ainda a “casa tipo 1928”, com um quarto de 3 por 3,25m e uma cozinha de 3 por 1,5m com lareira. A duração destas casas de tijolo seco era estimada em cinco anos, mas, com uma conservação regular, algumas atingiam os quinze anos. Concluindo este esquema, a “casa tipo *standard*” foi apresentada como a melhor resposta na construção, na conservação e no custo. Com piso de cimento, paredes de adobe cozido e cobertura em zinco, esta habitação partia da base dos “blocos Orenstein” – assim chamados por serem inspirados nas recentes directrizes construtivas da De Beers – para uma solução geminada. Os dois compartimentos da “casa *standard*”, que passaria a ser nomeada “casa dupla”, possibilitavam o alojamento paralelo de duas famílias, representando a economia e o conforto que a tinham tornado, segundo Nitsen, na tipologia “mais disseminada nos campos definitivos” do Copperbelt⁷⁰¹.

Na Diamang arriscou-se um caminho semelhante, denunciado não só pelas formas, mas também pelo léxico: as primeiras “casas *standard*” foram construídas em 1930 nos grupos de Andrada e Maludi, ainda que inicialmente destinadas a funcionários europeus⁷⁰², para que depois se viessem a adoptar, em conformidade, também as ditas “casas duplas”. No relatório fotográfico de 1936, que mencionámos, a companhia expôs o contraste entre as “cubatas antigas” e as “modernas habitações”, demonstrando o início de um ambicionado percurso de “modernização”. No ano seguinte, enfatizando a organização da SPAMOI e uma maior sistematização do olhar sobre as aldeias, foi apresentada uma composição com as diferentes habitações oferecidas na Lunda, cujas características tipológicas, espaciais e estéticas encontravam estreita correspondência com as casas da Union Minière descritas por Van Nitsen. É essencial sublinhar que a grande maioria do alojamento da empresa era ainda de capim, como apontam os documentos do SPAMOI. Todavia, os três diferentes “tipos” de casas, todas em tijolo, expostas neste documento, mostram as aspirações em direcção a outros processos construtivos.

Em 1940, vincando a construção como ferramenta estratégica, a Diamang ergueu a sua primeira “aldeia-modelo”. O lugar foi exposto como ponto fundamental para “ensaios sobre a higiene das aldeias e seu aformoseamento, antes de [se] generalizar qualquer medida a outras aldeias”⁷⁰³, numa

⁶⁹⁹ Assim conhecido por ser o tipo de tijolo mais utilizado nas minas de Kimberley, na África do Sul.

⁷⁰⁰ Não só nas minas (como Mufulira) como também no distrito de Mwinilunga, na Zâmbia, por exemplo. Ver Jane Parpart (1983). *Labor and Capital on the African Copperbelt*. Temple University Press; Foster Sakala (2001). “The role of women in labour stabilisation at Mufulilra mine, 1930 to 1964”. Universidade da Zâmbia; Pesa (2014). “Moving along...”

⁷⁰¹ Nesta tipologia, os quartos teriam as mesmas dimensões das *casas simples*, mas “ganhava-se um muro” no apoio de duas casas. Os seus custos de construção eram altos, mas a manutenção reduzida justificava um balanço final positivo.

⁷⁰² Tipologia com 70m², adoptada em 1930 e generalizada a todas as povoações da companhia nos anos seguintes, tinha um alpendre central fechado, pequenas janelas (mais tarde protegidas com esteiras) e era construída com tijolo vermelho e chapa de zinco. Cf. fotografias dos *Relatórios apresentado pelos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola*, de 1935 e 1936. ANTT, Arquivo Salazar, UL-8A, cx. 712, capilha 1.

⁷⁰³ *SPAMOI: Relatório anual de 1940* [1941]. UC/AD.

expressiva valorização do conhecimento empírico. A implantação deu-se em Mucunene, na zona de Andrada, remetendo para questões de representação e para o peso atribuído à imagem do espaço, do ver e ser visto: Mucunene, num “ponto panorâmico”, via-se de longe, via-se pelos trabalhadores e família e ficava no trajecto “obrigatório” das visitas. As “medidas de higiene” ali experimentadas pela SPAMOI foram variadas e bem detalhadas: uma “sebe de separação”, a 40 metros nas traseiras e a 10 metros nos topos das aldeias; um “recinto de retretes”, a 10 metros da retaguarda, e com um pomar a delimitar e a ocultar esta área; uma zona de “hortas indígenas e nitreiras” com talhões de 14 por 3,5 metros, separados por passagens de 60 centímetros; um “pomar exterior”, numa faixa de 16 metros, com 300 árvores; e um “recinto de farinhação e secagem, com 15 por 30 metros. Para além destas medidas, foi proposta a disposição de canteiros de flores junto à estrada e à frente das casas para “quebrar o aspecto árido e monótono” e assim “despertar um sentimento de gosto e sensação de bem-estar”⁷⁰⁴, assim como recintos de batuque entre grupos, com 10 metros de diâmetro, compostos por árvores. Este plano fixava a “aldeia tipo” em parcelas de 60 por 30 metros; ainda que a soma das dimensões antes enumeradas mostre que esta área se expandia para 1 hectare (90 por 100 metros) quando contabilizados os pomares exteriores e as hortas. Este mesmo esquema seria mantido nas décadas seguintes como a base das aldeias construídas nos restantes lugares da Diamang, atestando a sua validade.

Em suma, os trabalhos de estabelecimento da Diamang demonstram a relevância, desde cedo, da resposta às formas “legíveis” de gestão da mão de obra. Como exploramos neste capítulo, o funcionamento das explorações dependeu tanto da “atração” de técnicos europeus como de trabalhadores africanos. A este propósito, sublinhamos a convergência que se começou a antever em meados da década de 1930. Se a proposta da “aldeia da Diamang” estava abertamente próxima das estratégias belgas, não deixou de responder também à reorganização espacial então promovida pelo aparelho colonial português – o Bairro-Escola foi este ponto mediano. Num aparente paradoxo, a Diamang deu resposta, através de políticas belgas, às feições “mais nacionais” que lhe começaram a ser exigidas como estratégia de governabilidade colonial. Apoiando a unidade da aldeia, da habitação familiar e do cuidado da terra como instrumentos basilares à manutenção da exploração, a companhia exultou a lógica portuguesa do “lar, família e pátria”⁷⁰⁵, ao arripio da modernidade arquitectónica e social que despontava em Angola. Neste sentido, a ideia de um “estado dentro do estado” começou a mostrar-se como um jogo de espelhos. Sem prejuízo do ambiente industrial que se vivia nas explorações, a Diamang pretendeu ser um exemplo de “legibilidade” no império português, onde a imagética do espaço estado-novista – rural, racional, eficaz, eficiente, tipificado, numa “lógica inclusiva” de gestão de forças⁷⁰⁶ – encontrou palco frutuoso e aparentemente “modelar”.

⁷⁰⁴ Idem.

⁷⁰⁵ Rosas (2008). “O Salazarismo...”

⁷⁰⁶ Joana Brites (2017). “Estado Novo, arquitetura e «renascimento nacional»”. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pp. 100-113. Para uma abordagem panorâmica e poliédrica do espaço produzido pelo Estado Novo ver Joana Brites e Luís Miguel Correia (orgs.) (2019). *Obras Públicas no Estado Novo*. Imprensa da Universidade de Coimbra.



[79] Vila Paiva de Andrada, Aldeia Indígena, 1936

[80] Vila Paiva de Andrada, Outra aldeia indígena em construção, 1936

[81] Tipo das modernas habitações indígenas comparado com o das antigas cubatas, 1936

[Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT/AOS-D-N/2-2-1]



[82] Tipo de habitação para assimilados, 1937

[83] Tipo de habitação para trabalhadores contratados, 1937

[84] Tipo de habitação para trabalhadores voluntários, 1937

[Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT/AOS-D-N/2-2-1]



[85] Copperbelt: Casa tipo “standard” em tijolos vermelhos, 1933

[86] Copperbelt: Casa de quatro compartimentos para trabalhadores casados, 1933

[87] Lubumbashi: Campo de trabalhadores, 1928

[*Travailleurs Noirs...*, Nitsen, 1933; AGR, Sibeka, 530]



[88] Panda: campo antigo, 1925

[89] Panda: novo tipo de casa, 1926

[90] Panda: visão geral de um dos campos

[Union Minière, AGR, Sibeka, 530]

GRUPO DE CASSANGUIDI
CASAS EXISTENTES E PROGRAMA DE CONSTRUÇÕES PARA O ANO DE 1941

Aldeias	Casas existentes em adóbo			Pessoas que abriga	Pessoas em 31 de Dezembro 1940			Pessoas para as fabricas	Carruagens	
	□	□□	□□□		Hom.	Mulh.	Total			
1 Cassanguidi 2			9	54	80	42	122	68	11	
2 Cassanguidi 3	55									
10 Cassanguidi 3		14		222	116	63	179	(+43)	(+7)	
3 Cartuxi 5			18	109	85	40	125	17	3	
5 Camaungo		8		28	232	152	37	199	(+43)	(+7)
8 Cassiáxima				28	188	207	74	281	113	19
7 Luxilo 1 P.	52			18						
8 Luxilo 1 G.	64				340	188	98	284	(+56)	(+9)
9 Luxilo 3				32	192	118	42	160	(+32)	(+5)
11 Luxilo 5				36	216	156	77	233	17	3
12 Sampaño				20	120	232	107	339	219	36
13 Chifuto				27	182	102	40	142	(+20)	(+3)
Totais	171	22	216	1814	1434	820	2067	434	72	

<u>Lotações</u>	Casas simples = 8,40 m ² : 2 pessoas
	Casas duplas = 11,47 m ² : 4 pessoas por compart.
	Casas triplas = 7,44 m ² : 2 pessoas por compart.

Programa de construções

O programa definitivo das casas a construir, depende, evidentemente, do programa de mão-de-obra prevista, da duração provável da mina e da frequência das equipes extras na aldeia considerada. O programa aqui apresentado foi baseado exclusivamente no número de habitantes em 31 de Dezembro de 1940.

Os números entre parêntesis indicam as casas em excesso e o número de pessoas que elas podem abrigar. Assim, por exemplo, as 7 casas em excesso de Cassanguidi 3 podem ser habitadas por pessoal em excesso de Cassanguidi 2, etc.

Necessidade real só existe nas aldeias de Cassiáxima e Sampaño, mas o excesso de pessoal nestas aldeias é devido à presença das equipes extras. É portanto um problema de equipes extras e não de pessoal efectivo.

Neste grupo não há aldeia abrigo.

Neste Grupo há uma casa para o empregado do Spamoi e 4 casas para assimilados.

O Chefe do Spamoi

A. C. Figueira Junior

CAPITULO V.- ALDEIAS PARA TRABALHADORES

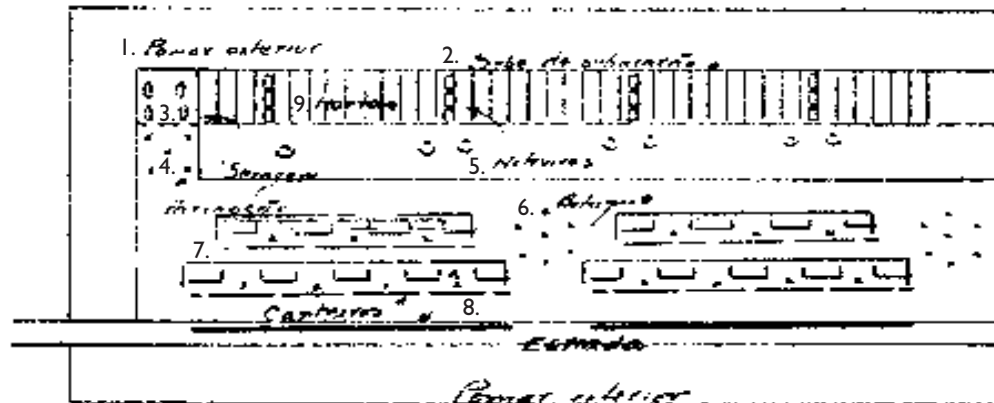
1.- Aldeia modelo.

Chamamos aldeia modelo, à aldeia do Mucunene I, por nela fazemos todos os ensaios sobre higiene de aldeias e seu aformoseamento, antes de generalizarmos qualquer medida a outras aldeias.

Escolhemos a aldeia do Mucunene I, por ficar no Grupo de Andrada (portanto perto do serviço) e por oferecer certas vantagens de baixo do ponto de vista panorâmico. Vê-se de longe e é paisagem obrigatória para visitas.

Para se fazer uma ideia exacta do que consta a aldeia modelo, vamos descrever cada um dos pontos.

1. Pomar exterior
2. Sebe de Separação
3. Secagem
4. Farinação
5. Nitreiras
6. Batuque
7. Habitações
8. Canteiros
9. Hortas



[91]



[92]

[90] Casas existentes e programas de construções em Cassanguidi, 1941

[91] Descrição e planta da Aldeia-Modelo, fixada pela SPAMOI, 1942

[92] Mina Luxilo I. Um aspecto da aldeia, 1946

[Relatórios Anuais da SPAMOI, 1941-42; Inspeção da Mão de Obra, 1946, UC/AD]



[93] “Este é um exemplo flagrante da beleza urbanística implantada entre as residências dos empregados da companhia” (a expansão de Vila Paiva de Andrada, 1961)
[Relatório do Encarregado da Concessão de Andrada, UC/AD]

2.3. Dialecto corporativo: embelezar a Lunda

“São já proverbiais o bom aspecto e arranjo das povoações da Companhia, tanto das habitadas por brancos como das destinadas a indígenas. Entendemos, no entanto, dar um novo impulso aos trabalhos de urbanização e saneamento, para o que se construíram novos edifícios e se beneficiaram muitos outros; [foram introduzidos] apreciáveis melhoramentos na captação e abastecimento de água e no sistema de esgotos. No capítulo do embelezamento das povoações, o exercício findo apresenta um notável incremento. Criou-se um tipo particular para as aldeias indígenas e foram especialmente cuidados os trabalhos de ajardinamento dos centros administrativos e mineiros, aproveitando-se espécies vegetais da região e outras de regiões diferentes da colónia, do continente, da Ilha da Madeira, da África do Sul e do Congo Belga.”

– Relatório do Conselho de Administração da Diamang, 1942⁷⁰⁷

O lançamento da “urbanidade” da Diamang esbarrou com a escalada da Segunda Guerra Mundial. Perante a incerteza dos mercados, o aumento de preços dos materiais e as dificuldades de transporte, a companhia foi obrigada a fazer uma pausa nos planos em curso⁷⁰⁸. Quando se retomaram os trabalhos, em 1942, o mundo estava em acelerada mudança. Urgiu inaugurar outra etapa, através de um protocolo espacial mais especializado, (inter)nacional e definitivo. Como vimos, a organização da “concessão” era reflexo das transformações no terreno, mas a Diamang não se focou apenas nesta escala ou neste projecto. Perante os desafios políticos e sociais do pós-guerra, o carácter “urbano” – no seu sentido qualitativo, reiteramos – revelou-se, de forma categórica, numa ferramenta decisiva para a construção da empresa. De modo a afirmar-se na paisagem de Angola, cada vez mais moderna, e responder aos reptos internos e externos, a companhia começou a perseguir outro “dialecto” arquitectónico. O “impulso” da “urbanização”, anunciado na epígrafe, traduziu-se tanto na reorganização dos serviços como em novas formas, tipologias e técnicas. Os “postos” foram transformados em “centros urbanos” e as “aldeias” tornaram-se “aldeamentos”, iluminando a inauguração de diferentes paradigmas na produção do espaço através do léxico.

O ano de 1942 representou um incontestável momento de transformação neste processo. Para o Conselho de Administração da Diamang, o objectivo passou por recuperar o carácter “oasiano” das explorações mineiras, dito “proverbial”. Em causa estava o desenvolvimento de um novo “capítulo de embelezamento”, que sinalizou um conjunto diverso de geografias, numa malha de múltiplas escalas, desde a Ilha da Madeira à África do Sul, passando por Portugal, Angola e Congo Belga. A compressão de despesas, ditada pelo impacto da guerra nos mercados mundiais, tinha começado a aligeirar pela descoberta de usos para o diamante industrial, prometendo um momento próspero para

⁷⁰⁷ *Diamang: Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 1942*. Diário do Governo, nº 157, 8 de julho de 1943.

⁷⁰⁸ Na análise do crescimento das diversas povoações da companhia é notório o decréscimo do volume de construções entre 1938 e 1941, sobretudo no ano de 1939, de maior indefinição política.

as companhias de extracção mineira⁷⁰⁹. Ainda que os preços elevados dos materiais de construção e as dificuldades no seu transporte se mantivessem preocupantes, as previsões de crescimento exigiam um plano que acertasse com as possibilidades.

Deu-se assim início a uma sequência, primeiro administrativa, depois prática e por fim teórica, que transformou a arquitectura da Diamang através de uma paisagem mais “urbana” para a Lunda. Se anteriormente a companhia tinha construído sobretudo edifícios de apoio à exploração, a partir daquele momento foi perceptível uma mudança no programa: avolumaram-se as habitações para funcionários, jardins, estufas e parques, a Casa do Pessoal, a Casa de Repouso, o Museu, escolas, refeitórios e maternidades, que se disseram ser parte de uma abordagem mais “científica”⁷¹⁰.

À época, as autoridades coloniais reflectiam sobre o papel influente da companhia na sustentação do espaço colonial. Em 1945, a propósito da passagem das equipas da Inspeção Administrativa pela “lindíssima povoação do Dundo” e arredores – capturados por inúmeras fotografias, focando sobretudo os edifícios de habitação –, admitiu-se que “Portugália deve ser em breve uma das circunscrições mais bem instaladas em toda a colónia; benefícios reflexos da vizinhança, sem dúvida”. A exposição, para além de confirmar a presença de “lugares aprazíveis e agradáveis” naquela região, questionava o conjunto heterogéneo de agentes que dialogavam naquele território de fronteira, ali tomado como instrumento mediador: “Para inglês ver? Para belga ver? Um pouco por isso, mas sobretudo para que preto visse e não fizesse confrontos menos favoráveis”⁷¹¹. Mais uma vez, o reforço do ver e ser visto. Em causa, como entendemos, estava uma maior preocupação com as condições laborais, sociais e físicas dos trabalhadores africanos, sinalizando o início do dito “imperialismo do conhecimento”⁷¹², com escrutínio cada vez mais apertado.

Este capítulo explora a reconfiguração da urbanidade que informou o espaço da companhia ao longo da década de 1940, como momento de transformação global, considerando os vários actores e perspectivas enunciados. Primeiro, observa como se passou de um modelo de exploração para um modelo de “embelezamento” do espaço, num processo que, como antes vimos, alterou a chave de leitura do território, através da Concessão e da Aldeia, e que foi formalizado por uma abordagem mais disciplinar e disciplinada. Depois, analisa a materialização de novas gramáticas laborais na arquitectura da companhia, aqui mobilizada como verbo e sinónimo da tentativa de moldar uma “comunidade industrial” através da Festa da Melhor Aldeia. Neste campo, estudamos a construção de uma imagética “nacional” através do léxico da Diamang, que nos servirá de contraponto para analisar a casa como elemento estratégico, na terceira parte.

⁷⁰⁹ Os relatórios de actividades da Diamang, de 1939 e 1941, explicam que a “importante função do diamante na guerra: aplicação em várias indústrias, fabrico do material de guerra, artigo de fácil transporte que pode proporcionar, por venda ou trocas, divisas estrangeiras e matérias primas”. Por isso, clarificam que “apesar do aumento assustador no custo dos materiais, tem sido possível manter a vida social e económica da Companhia de Diamantes à altura da sua missão”. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

⁷¹⁰ *Relatório dos representantes por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, 1943-1945*. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

⁷¹¹ *Relatório da Inspeção Superior de Administração Colonial, 1945*. AHU, ISAU/A2.01.002/012.00067.

⁷¹² Frederick Cooper (2016) [1997]. “Burocratas modernizadores, africanos atrasados e o conceito de desenvolvimento”. *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*, p. 129.

– Idiomas urbanísticos: a “disciplina” do centro urbano

“E ninguém terá de Angola uma vista de conjunto, elucidativa e completa, se não conhecer aquelas vilas floridas e relvadas, de tão simpáticas moradias, uma para cada família, amorosamente discretas no sossego dos seus jardins e confortáveis em seus interiores cuidados, onde a geleira, o receptor de rádio, o encerado dos pisos, o fofo das almofadas e o conjunto das mobílias e disposição, a água canalizada e abundante, as cozinhas bem apetrechadas e todos os pormenores, se estudaram e dispuseram para amaciar de aconchego e comodidade a vida dos que por lá labutam na rígida disciplina das explorações mineiras! O Dundo, sede geral das actividades; Andrada, o centro de assistência sanitária (...) e outros, formam vilas tão inesperadamente arranjadas, até os mínimos aspectos: ruas largas de bom rodar; entre ruas e casas, a mancha contínua e verde da relva alta; clubes de diversão e campos de jogos; escola da petizada – e as demais instalações que a vida, saúde e misteres de tanta gente pressupõem e implicam! E tudo – seres e coisas e circunstâncias – tudo no seu lugar, girando numa lubrificação perfeita, numa disciplina integral, cada um na sua estrita tarefa engrenada na imensa complexidade daquele todo, ninguém ficando aquém do que lhe cumpre, mas também não trasvazando de seus limites na consciência e tranquilidade de que está tudo certo, previsto e afinado – e que tudo marcha, assim, sem solavancos, serenamente, para eficácia e bom resultado da gigantesca exploração!”

– Manuel Ferreira Rosa, *Panorama de Angola*, 1951⁷¹³

Em Março de 1944, Ernesto de Vilhena enviou para a Lunda uma nova orientação sobre as povoações da Diamang. A seu pedido, os núcleos principais de cada grupo de exploração foram transformados em centros urbanos, abandonando em definitivo a figura do posto⁷¹⁴. Desde a década anterior que estes lugares se notavam como “centros mineiros”, indicando a mudança em curso⁷¹⁵. A nova nomenclatura, formalizada em 1945 e utilizada pela companhia até ao fim da sua actividade na Lunda, foi, portanto, o passo categórico quanto à vontade de superar o plano extractivo.

A designação, prontamente vertida nos relatórios e no léxico da comunidade no terreno, distinguiu as povoações da empresa entre centros de “1ª classe” e “2ª classe”, em semelhança à categorização feita pelos serviços de administração colonial⁷¹⁶. Naquele momento inicial, os centros de “1ª classe” eram o Dundo, “o principal”, e Cassanguidi, Maludi e Andrada, lugares capitais de cada uma das áreas em exploração⁷¹⁷. À volta destes gravitavam dezoito “centros de 2ª classe”, completando os pontos

⁷¹³ Manuel Ferreira Rosa (1951). “Panorama de Angola (Apontamentos)”. *Boletim Geral das Colónias*, 308, pp 36-37.

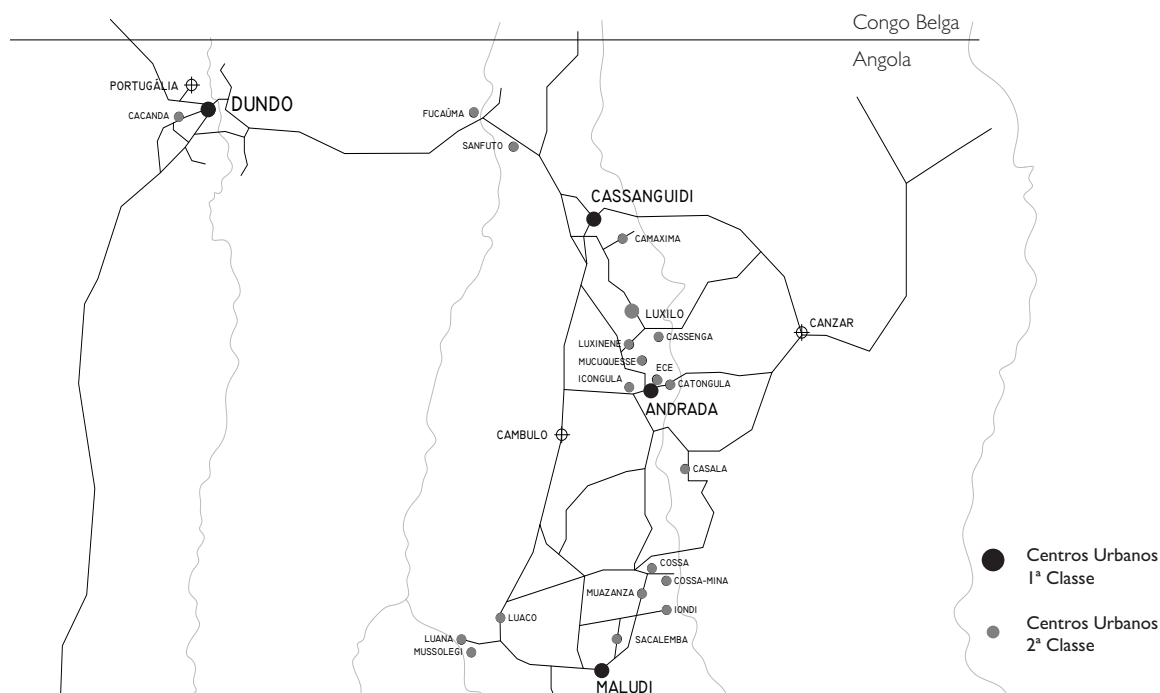
⁷¹⁴ Correspondência entre Vilhena e Pinto Ferreira, 29 de junho de 1945. *Urbanização e Saneamento; Abastecimento de águas; correspondência conexa*. 1º. [84X,5], 1929-1945. UC/AD.

⁷¹⁵ Conforme, por exemplo, a publicação de 1936 n.º *A Província de Angola*, referida no capítulo 1.3, ou a epígrafe no início deste capítulo, que refere “centros mineiros e administrativos”.

⁷¹⁶ Que distinguiam entre povoações de 1ª e 2ª ordem...

⁷¹⁷ Correspondência entre Vilhena e Pinto Ferreira, 29 de junho de 1945. UC/AD. Na década de 1960, Calonda, o Lucapa e

primários da constelação mineira, a saber: Cacanda (Dundo); Fucaúma, Sanfuto, Camaxima e Luxilo (Cassanguidi); Cassanga, Luxinene, Estação Central de Escolha, Catongula e Icongula (Andrada); Cossamina, Muazana, Iondi, Sacalemba, Luaco, Mussolegi, Cossa e Cambondo (Maludi)⁷¹⁸. As exigências de Lisboa não eram apenas nominais, traduzindo-se de forma prática num conjunto de elementos necessários à nova natureza dos lugares: reservatórios de água, canalizações, instalações sanitárias e frigoríficos para todas as povoações⁷¹⁹, prontamente organizados. Apenas a instalação de electricidade, também prevista, se manteve em curso, sendo terminada no início da década seguinte.



[•94] Diamang: Centros urbanos, 1946
[Urbanização e Saneamento na Lunda, 1929-45, UC/AD]

Para além destas mudanças, o acerto nominal fomentou o crescimento de um novo conjunto de povoações, todas de “2ª classe”. Foi nesta altura que surgiram o Fucaúma, no grupo de Cassanguidi, e o Luxilo, em Andrada, com raízes na década de 1930, mas que não passavam de acampamentos de apoio à exploração. Apesar da pequena dimensão, o seu (re)desenho inaugurou as primeiras alterações na matriz urbana da Diamang, com o seu traçado a destacar os edifícios de representação, em detrimento da anterior opção pelo equipamento de exploração. Esta actualização, apesar de tímida, fortaleceu a mudança no pensamento sobre o espaço e, como veremos, foi mais tarde generalizada às restantes povoações. Na mesma linha, o ajardinamento das habitações em ambos os lugares sobressaiu como uma das maiores preocupações na definição das parcelas, confirmando a importância crescente da “imagem” para a construção da paisagem da Diamang.

Quando Ferreira Rosa, inspector colonial, descreveu as povoações da companhia no “panorama de Angola”, em 1951, era evidente o “oásis” de “vilas floridas e relvadas”, “simpáticas moradias”,

o Luzamba integraram também o conjunto de “1ª classe”.

⁷¹⁸ Cf. *Centros urbanos*. Escala 1:200.000 e “Ordem de Serviço nº8-D/50-13: Designação das povoações”. UC/AD.

⁷¹⁹ Correspondência entre Vilhena e Ferreira, 29 de junho de 1945. *Urbanização e Saneamento...*, 1929-1945. UC/AD.

“ruas largas de bom rodar”, com uma “mancha contínua e verde da relva alta; clubes de diversão e campos de jogos; [e] escola”⁷²⁰. Rosa sublinhava a contribuição deste cenário para a “disciplina” da exploração, notando a “urbanidade” como engrenagem de uma máquina industrial “eficaz” e sem “solavancos”. Como estudaremos na terceira parte, despontaria então na Lunda um conjunto particular de equipamentos, como a Casa do Pessoal, as Estufas, a Casa de Repouso ou o Museu do Dundo, que alteraram significativamente a paisagem da companhia. Neste subcapítulo, entendemos o percurso que lhes deu base.

Impulsos de urbanização

O Plano Geral de Obras e Melhoramentos, publicado em junho de 1942, foi o esquema que marcou em definitivo a consciência “urbana” na Diamang⁷²¹. Com uma previsão a dez anos, o documento concretizou com detalhe uma visão sustentada, a longo prazo, para as povoações na companhia. A salubridade, que antes abordámos, continuou na base das preocupações, mas era complementada com novos programas e concepções. O plano sublinhava a necessidade de estudar e executar novas captações de água, aumentar a rede de distribuição e drenagem, assim como generalizar os sanitários a todas as habitações, sem distinção evidente entre lugares. A verba alocada, de 7.500.000 angolares, – cinco vezes superior à verba de Obras Públicas para a Lunda, em igual período⁷²² – indica a ambição da administração à época⁷²³.

De modo a assegurar o Dundo como cenário metonímico da Diamang (confirmando por completo o abandono da hipótese de transferir este palco para Andrada), dois terços das despesas foram destinadas à povoação-sede. Entre as obras previstas destacavam-se um hospital, um matadouro, um novo edifício para o Museu, uma central diesel, uma capela e a ampliação da Casa do Pessoal, que seriam todas concluídas nos anos seguintes. Ao mesmo tempo, as habitações para funcionários ganharam nova fisionomia, com a generalização da varanda, como se vislumbra na comparação entre as fotografias da época⁷²⁴. O conjunto de programas e a sua materialidade revelam a natureza do lugar urbano. Em contraste com as décadas de arranque, todos os edifícios da povoação estavam a ser construídos em adobe e zinco. Por outro lado, a pintura a vermelho de cada telhado recebeu nota prioritária, numa tentativa de reproduzir o imaginário da telha portuguesa. Começaram a misturar-se linguagens estéticas no léxico construtivo da Lunda, já não totalmente americano, mas ainda não (e nunca) inteiramente português. Estava em curso o fomento de um “dialecto arquitectónico”, tal como proposto como Wendy Roberts para analisar o papel das companhias nas transferências de imaginários espaciais⁷²⁵. Ou seja, uma linguagem muito própria, através do edificado, que serviu as

⁷²⁰ Rosa (1951). “Panorama...”, pp 36-37.

⁷²¹ “Plano Geral de Obras e Melhoramentos”, 12 de junho 1942. *Construções Explorações*, 1941-1948. UC/AD.

⁷²² As verbas previstas para a Lunda nos mapas das Obras Públicas à época rondavam em média os 15.000 angolares por ano. *Relatórios da Repartição Central dos Serviços de Obras Públicas*, 1941 e 1942. AHU, OP2038 e OP2039.

⁷²³ Apesar da inversão deste desacerto, a partir de 1947, pela aposta mais séria no orçamento de Angola cf. *Relatório da Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola*, 1948. AHU, OP2042.

⁷²⁴ *Relatórios dos Representantes por parte do governo na Companhia de Diamantes de Angola*, de 1938, 1939 e 1945. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

⁷²⁵ Roberts (2014). “Company Transfer...”

várias intenções económicas, sociais e políticas da Diamang.

À escala do dispositivo morfológico, pouco houve a alterar na retícula da *company town*, ainda associada à disciplina industrial. Nesse sentido, o Dundo manteve-se fiel à matriz ortogonal do quarteirão e das grandes avenidas. As alterações operavam apenas no plano no edificado, prevendo que tudo acontecesse dentro da malha traçada vinte anos antes, numa lógica caduca inerente à volatilidade das explorações. Nos anos seguintes, muitos edifícios seriam adaptados a novos programas, enquanto outros, pelo seu desajuste material ou formal, foram demolidos, dando lugar a novas construções. Este carácter transitório continuava também a explicar o menor investimento nos três grupos de exploração, onde foram esboçadas apenas pequenas obras, como pinturas, reparações e ampliações.



[95] Novo edifício da Central Diesel no Dundo, 1945
[Relatório dos administradores, ANTT/AOS-D-N/2-4-1]

A listagem de trabalhos do Plano Geral foi rampa de lançamento para novas ambições a nível espacial. Pela sua transversalidade programática e geográfica, o esquema foi suportado por um pacote de directivas que impactou várias frentes. A publicação sucessiva destas normas no curto intervalo de uma semana apontou para uma estratégia concertada, que colocou inequivocamente a Diamang numa nova etapa de produção do espaço. As regras correram todos os lugares, dos postos para funcionários às aldeias de trabalhadores, sugerindo a gestão integrada que temos vindo a considerar. Acusando consciência da importância do conjunto para a projecção de uma imagem coesa, a administração esgrimiou estratégias diferentes, mas intercomunicantes.

Para os funcionários europeus, abordados em primeiro lugar, a Diamang propôs o reforço de “vantagens superiores, que mais nenhuma empresa faz”, traduzidas em “habitação, família, produtos, saúde e distrações compatíveis com o meio”⁷²⁶. A contrapartida era singular, mas ditada de modo

⁷²⁶ Circular nº 12-D/42. 10 de março de 1943. UC/AD.

evidente: a exigência da “urbanização e aformoseamento das povoações”, onde os jardins deveriam desempenhar “função capital”⁷²⁷. Eventuais desvios e incumprimentos seriam impedidos pelos recém investidos “Encarregados da Concessão”, que passavam a ter poderes para fazer uma “vigilância e exame, no respeitante à limpeza e higiene da povoação, sem excluir as áreas privadas das habitações”⁷²⁸. A partir de então ficaram previstas não só inspecções regulares, como um esmiuçar colectivo de questões sobre casas e jardins de funcionários⁷²⁹, a quem seriam atribuídas penalizações em caso de descuido sobre o “aspecto geral de conjunto das povoações”⁷³⁰.

Em paralelo, dando fôlego a preocupações semelhantes – e, mais uma vez, reforçando a ideia de um protocolo geral e generalizado –, a SPAMOI passou a apertar o controlo na higiene das aldeias dos trabalhadores africanos. Apesar dos relatos de “bons resultados” obtidos nestes lugares, a aposta seguia através da introdução de novos sistemas de saneamento e higiene, de origem belga, que impulsionavam uma tentativa séria de ampliar infraestrutura sanitária da região⁷³¹.

Combinados, estes documentos manifestaram questões fundamentais para entendermos o ajuste da companhia. Por um lado, tornavam incontestáveis as principais orientações do novo paradigma edificatório, que podem ser resumidas pela determinação da Diamang em sobressair no campo da construção colonial, através de programas e tipologias específicas. Este objectivo seria materializado através do referido “dialecto” urbano, tanto nas povoações centrais como nas aldeias, onde deveria imperar a ordem, a limpeza e o alinhamento, garantidos através de uma vigilância apertada e de uma atenção particular no desenho dos espaços exteriores. Por outro lado, acentuavam a notória aproximação da Diamang ao léxico espacial que se afirmou em Portugal, em período anterior. De facto, o Plano de Melhoramentos seria o primeiro sintoma da utilização, muitas vezes literal, que a empresa passou a fazer da semântica arquitectónica do aparelho público – e que nos levam, mais à frente, a equiparar a actuação da companhia àquela que foi feita pelas equipas sob a alçada directa do governo colonial. Este tipo de planos, em particular, tinha ganho novo alcance com a instituição da figura do “Melhoramento Urbano”, em 1932⁷³². A este propósito, é pertinente sublinhar as notas de Ricardo Agarez, que mostram como a escala deste instrumento leva a estudos de instâncias mais finas. Assim, exigem analisar os vários níveis do aparato burocrático “menos como simples executantes de ditames superiores e mais como foros de negociação e debate”, permitindo que “a cultura arquitectónica dos não arquitectos e a edificação corrente, do dia a dia, com que se equipou e constituiu o ambiente construído português – objectivo declarado das políticas de Obras Públicas –, ganham especial

⁷²⁷ Ordem de serviço, nº 17-D/22, 2 de março de 1942. UC/AD.

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ Cf. rubrica “Arranjo e decoração”, a publicar semanalmente da *Folha da Casa do Pessoal*. “Folha de informações da Casa do Pessoal da Diamang, 18 de novembro de 1943”. UC/AD.

⁷³⁰ Correspondência Vilhena, 18 de outubro de 1946. *Urbanização e Saneamento*. UC/AD.

⁷³¹ Como mostram as cópias e estudos sobre as “Instalações sanitárias nas colónias tropicais e os esgotos com estações depuradoras de Elizabethville”, publicadas num relatório do engenheiro Egide-Jean Devroey, antigo chefe do serviço de Obras Públicas do Congo Belga. *Revue Universelle des Minas, de la Métallurgie des Travaux Publics* 12. Dezembro 1939. Urbanização e Saneamento; Abastecimento de águas; correspondência conexa, 1ª. UC/AD.

⁷³² Figura que remeteu para o processo de urbanização da cidade de Lisboa, da segunda metade de Oitocentos ao início do século XX. Rita Gago (2005). “O surgimento do conceito de Urbanismo: teorias e práticas na Câmara Municipal de Lisboa”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 8, pp. 80-95; Álvaro Silva e Ana Matos (2000). “Urbanismo e modernização das cidades: o *embellazamento* como ideal, Lisboa, 1858-1891”. *Scripta Nova*, 69 [s.p.]

relevo”⁷³³. Sendo verdade para os departamentos públicos, será também fundamental incluir nesta análise outro tipo de actores, como a Diamang, onde se observam práticas semelhantes. Nesse sentido, sai reforçada a necessidade já comprovada de colocar “colónias” e “metrópole” no mesmo eixo analítico, alargando o escopo da produção de conhecimento⁷³⁴.

Ainda assim, cumpre notar que a companhia seguiu ao arrepio da linguagem moderna que se impôs na época, sobretudo nas colónias⁷³⁵. Na Lunda, o repertório urbano foi sempre mais convencional, num caminho extemporâneo para enfrentar o curso da putativa “modernidade” que se afirmou na Angola “tropical” – porém característico da dita “modernização conservadora” que dominou a oligarquia portuguesa da época⁷³⁶. O resultado esteve na articulação de protocolo muito próprio, inusitado pelo desacerto, mas que fez a Diamang destacar-se da arquitectura imperial.

Traduções simultâneas e acertos teóricos

Enquanto na Lunda se traçavam novas orientações espaciais, Brandão de Melo foi convidado a participar no II Congresso da União Nacional, realizado em Lisboa em 1944. Já aposentado dos cargos em Angola, mas ainda activo na administração da Diamang, o colonialista apresentou uma longa exposição sobre a “história mineira” do império português, na qual defendeu o importante papel das empresas de exploração para o fomento do território. Sem surpresa face ao seu empenho na Lunda, mostrou as “explorações mineiras em Colónias de África” como “um dos melhores factores de colonização”. Na sua opinião, as corporações tinham crescido de forma aparentemente linear, com tradução directa na organização do espaço: “no início dão logo empregos para colonos e atraem técnicos, em seguida promovem o desenvolvimento agrícola da região, pela necessidade de alimentar o pessoal mineiro, e por fim arrastam o comércio”. Sabemos que esta narrativa obstruía (ou desconsiderava) as nuances e contestações vividas no terreno, mas importa ler a mensagem que Brandão de Melo quis transmitir. Na visão do coronel, este era, de facto, o processo que tinha permitido mudanças efectivas e significativas na paisagem. De modo mais concreto, argumentava que “onde há minas importantes, há dinheiro entre a população da região e vão criando-se ali aquelas condições de bem-estar atraentes à fixação e ao aumento do censo demográfico. Quando o desenvolvimento mineiro numa região toma grandes proporções, até cidades, vilas e grandes centros se formam. É o caso de Kimberley Joannesburgo, Bulavaio, Kilo, Moto, Panda, Elisabethville, Nizi e tantos outros centros importantes a que a indústria mineira deu origem. Entre nós, Dundo e Andrada são exemplos em Angola”⁷³⁷.

Este discurso não só reconheceu a importância da “região supranacional” criada pelas companhias

⁷³³ Agarez (2019). “Obras Públicas...”

⁷³⁴ Frederick Cooper e Ann Laura Stoler (1997). “Between Metropole and Colony: Rethinking a Research Agenda”. *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Oakland: California Scholarship, pp. 1-56.

⁷³⁵ Milheiro (2012). *Nos trópicos...*, p. 145.

⁷³⁶ Francisco Louçã (2020). “A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX”. Fernando Rosas et al (coord.). *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*. Tinta da China, pp. 118-203.

⁷³⁷ Brandão de Mello (1945). “O sub-solo do Império na unidade económica do Império e nas suas relações com a economia nacional”, II Congresso da União Nacional, *Boletim Geral das Colónias*, 246, p. 135.

mineiras em África, como defendeu a afirmação dos seus contornos mais “urbanos”, na esteira da crescente relevância que o desenho do espaço vinha a assumir como disciplina autónoma. Tal como Vilhena, Brandão de Melo já tinha acertado o léxico, apontando para os vários “grandes centros” dos campos de mineração. Noutra momento da sua tese, a Diamang recebeu atenção particular pela “construção de magníficos centros urbanos no Dundo, Paiva de Andrada, Cassanguidi, Luaco e Maludi (...) [como] exemplo perfeito do que vale, em todos os campos do progresso e civilização, uma larga empresa mineira bem orientada e bem dirigida”⁷³⁸. Nestes lugares, que o coronel bem conhecia, os hospitais, a agricultura, as escolas, a assistência e o museu etnográfico foram realçados como elementos de um grande conforto material.

Esta renovação da imagem das povoações da Lunda aconteceu em estreito paralelo com geografias próximas, que faziam uso dos mesmos argumentos “excepcionais”. Na Union Minière, por exemplo, despontavam núcleos com aparentes características singulares e urbanas: Jadotville foi considerada a “cidade mais bonita do Congo” e Mufulira, na Rodésia, vista como um “lugar de abundância”⁷³⁹. Um quotidiano cada vez mais “moderno”, através da introdução do cinema, da rádio e de tantas outras actividades recreativas, seria, portanto, partilhado em todos estes lugares, empenhados num pioneirismo industrial e social⁷⁴⁰. Se as mudanças internas que acompanhámos antes apontam uma transformação cuidadosamente planeada no imaginário espacial da Diamang, em linha com a “modernização” mineira, é a análise das circunstâncias da sua produção, que veremos de seguida, a dar fôlego à companhia como agente atento e participante num processo amplo de codificação da paisagem não só em Angola como noutros pontos de África. A orientação “nacional” que se tentou imiscuir na administração da empresa reunia razões suficientes para sustentar a mudança de ciclo, mas esta explicação não fica completa sem uma observação mais extensa – essencial para entender as normas e as formas que empresa edificou, como temos vindo a sublinhar. Vale a pena explorar com algum detalhe cada plano, numa análise entre escalas e geografias, para relacionar os propósitos e agendas.

No início da década de 1940 teria bastado olhar para a outra margem do rio Dundo, a norte do Dundo, para testemunhar os trabalhos que a Missão de Estudo e Construção de Edifícios⁷⁴¹ estava a concretizar na vila de Portugália. O empenho da equipa reflectia a relevância que era atribuída aquele lugar no panorama da ocupação portuguesa em Angola, sempre associado à representação da fronteira⁷⁴² – “Para inglês ver? Para belga ver?”, recordamos. Goulart de Medeiros e Franz Schacherl, respectivamente engenheiro-chefe e arquitecto da Missão, assinavam e coordenavam o

⁷³⁸ Idem.

⁷³⁹ Iva Peša e Benoît Henriët (2021). “Beyond Paternalism...”, pp. 29 e 30.

⁷⁴⁰ A Diamang começou a estudar a hipótese de promover o “cinema para indígenas” na Lunda em 1949. Entendo que “a utilização do cinema, como meio educativo e recreativo dos indígenas, tem merecido, nos últimos tempos, a atenção dos dirigentes dos territórios africanos, originando diversos estudos, discussões e experiências”, a companhia procurou “saber o que se fazia nas outras colónias africanas” e “conhecer com exactidão o resultado das experiências levadas a efeito, nesse campo, nas grandes sociedades mineiras”. Após saber “que o cinema para indígenas é utilizado, com sucesso, como meio educativo e recreativo, pela Societe Minière au Kasai, pela Union Minière du Haut-Katanga, e pela Forminière, e que o Governo do Congo Belga mantém uma secção especializada no assunto, pela qual faz circular, no território, filmes para indígenas, de natureza educativa e recreativa”, foi autorizada a abertura deste serviço em 1952. *Relatório...*, Março de 1952. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

⁷⁴¹ A Missão de Estudos e Construção de Edifícios (MECE) operou entre o fim dos anos 1930 e a década de 1940.

⁷⁴² Planta de urbanização da zona central de Portugália, 1940. *MECE*. AHU, OP1484.

Projecto de Urbanização da zona Central de Portugália e o desenho de vários edifícios, como a residência do administrador, a habitação para o delegado de saúde e o armazém da alfândega⁷⁴³. Até então, e apesar dos anseios de Bento Roma, Portugália implantava-se apenas ao longo de uma pequena rua, remetendo para a incipiência do aparelho administrativo.

Em paralelo, o panorama edificatório da colónia sofria alterações. Precisamente em 1942, Étienne de Groer e David Moreira da Silva entregaram o Plano de urbanização da cidade de Luanda, espelhando a atenção acrescida que o planeamento urbano começou a receber naquela cidade e em Angola⁷⁴⁴. O aumento da corrente migratória de colonos portugueses para África, no início daquela década, tinha colocado em evidência a necessidade de expandir e reorganizar os núcleos urbanos⁷⁴⁵ – levando também a Diamang a (re)posicionar-se na capital, como veremos na terceira parte. O tema tornar-se-ia muito caro entre o aparato colonial português, que então discutia abertamente sobre estratégias de “povoamento” para europeus⁷⁴⁶ e a construção de “bairros para indígenas”⁷⁴⁷.

Já os Serviços de Obras Públicas, igualmente pressionados pela crescente expansão da estrutura edificada em Angola, agudizavam os pedidos para uma nova “orgânica” que combatesse a exposta inoperatividade crónica das suas equipas. Nesse ano, José Rodrigues Moutinho, engenheiro-chefe na direcção deste organismo, relatava a falta de meios de transporte (para acções fiscalizadoras, estudos e trabalho de campo para projectos), de material e de técnicos. Para o distrito da Lunda, incluído pelas Obras Públicas de Angola na secção de Vila Henrique de Carvalho, divisão de Malange, repartição Norte, o número de trabalhadores planeados e as verbas disponíveis para os anos seguintes apresentavam consistentemente os valores menores de toda a colónia, em linha com dotações anteriores⁷⁴⁸. Se nas décadas anteriores esta questão mostrava a incapacidade do aparelho colonial, naquele momento poderia ser mais justificada pela presença da Diamang (que assumia responsabilidade da grande maioria dos edifícios a construir) do que pelo menosprezo pela longínqua região. Na restante colónia, os serviços viviam de “empréstimos” e os seis engenheiros empregados eram insuficientes para a quantidade de trabalho; valia o “poder de improvisação”⁷⁴⁹. Moutinho exigia um arquitecto – uma especialização que já era considerada em Moçambique, que sempre esteve em vantagem no número de técnicos – assim como mais engenheiros, condutores de obra e desenhadores. As condições físicas também não eram as melhores: algumas das instalações dos serviços, que dizia “muito influ[irem]

⁷⁴³ Relatório da Missão de Estudos e Construção de Edifícios, Setembro de 1939. AHU, OP4585.

⁷⁴⁴ Sobre Luanda, a imprensa da época escreveu: “[cidade] em que mais se tem acentuado a marca do progresso. Rasgaram-lhe avenidas largas e asfaltadas, arborizaram-lhe velhos morros escavados e vão-se edificando prédios modernos, dentro das características da nossa arquitectura, sujeita, compreensivelmente, a uma adaptação que o clima impõe. (...) Casas velhas, sem condições higiénicas, têm sido demolidas, dando lugar a vivendas atraentes e confortáveis”. Manuel Resende (1944). “Urbanização de Luanda, no Diário da Manhã”. *Boletim Geral das Colónias*, 20, p. 93. Para compreensão mais completa deste processo, ver Maria Alice Correia (2018). “O modelo do urbanismo e da arquitectura do movimento moderno. Luanda 1950-1975”. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

⁷⁴⁵ Cláudia Castelo (2007). *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Edições Afrontamento.

⁷⁴⁶ “O povoamento das Colónias” (1945). *Boletim Geral das Colónias*, vol. 239, p. 287 e ss.

⁷⁴⁷ Álvaro Freitas Morna (1944). *Angola: um ano do governo geral, 1942-1943*. Lisboa: Livraria Popular.

⁷⁴⁸ *Relatório dos Serviços de Obras Públicas de Angola de 1942*, por José Rodrigues Moutinho. AHU, OP2039.

⁷⁴⁹ A reorganização dos serviços estava prevista desde 1931 no decreto nº 20.071 que alterou a nomenclatura da Direcção de Serviços de Obras Públicas para Repartição Central de Serviços de Obras Públicas. *Relatório dos Serviços de Obras Públicas de Angola de 1942*, por José Rodrigues Moutinho. AHU, OP2039.

no espírito de quem tem de trabalhar”, estava ainda em edifícios de “pau a pique com cobertura de capim”. Com urgência de reorganizar o trabalho, Moutinho propôs um novo esquema para as Obras Públicas de Angola, estruturando-as em Serviços Centrais (com uma repartição dedicada a edifícios públicos, monumentos e projectos-tipo e outra responsável por hidráulica, estradas e pontes) e Serviços Regionais (subdivididos em cinco divisões provinciais e secções de trabalho)⁷⁵⁰. Ou seja, vivia-se um contexto de especialização que certamente impactou o processo de reorganização da Diamang.

Mais longe em termos geográficos, mas igualmente com forte projecção, registaram-se dois momentos significativos em Lisboa. Primeiro, esta sequência não pode ser lida sem ponderarmos o impacto da renovação urbanística promovida pelo Estado Novo, que então se afirmou em várias frentes, desde o concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, de 1938, à Exposição do Mundo Português de 1940, essenciais na consolidação da imagética imperial da sociedade portuguesa e colonial⁷⁵¹ – e ambos com particular repercussão na Diamang, como veremos. Por fim, este período correspondeu ainda à centralização da companhia na capital portuguesa, devido ao desenrolar do conflito mundial. Com o fecho dos escritórios da Direcção Técnica em Bruxelas, a gestão bicéfala foi colocada em pausa (nunca mais voltando aos moldes anteriores), permitindo à administração em Lisboa um impulso para afirmar a empresa no mapa nacional.

Uma vez traçadas as orientações-base, que colocaram em marcha a mudança, faltou definir com clareza os contornos da futura fisionomia urbana da Diamang. Foi nesta passagem à prática que os eventos “nacionais” deixaram de ser suficientes para a companhia: não só porque se mantinham eles próprios num estado muito preliminar, mas também porque a empresa continuava a querer afirmar-se como um “caso novo”⁷⁵², que só poderia ser sustentado através de referências externas e diferentes. Por isso, apesar da deslocação para uma retórica mais “nacionalista”, os agentes mineiros continuaram a apostar na experiência do estrangeiro, recorrentemente defendida por Vilhena como um “poderoso estímulo e fonte utilíssima de ensinamento”⁷⁵³.

Fazendo eco das cidades nomeadas por Brandão de Mello – e voltando às notas do Conselho de Administração de 1942, que tinham deixado claro a importância do Congo Belga e da África do Sul no “capítulo de embelezamento” da Diamang –, foi na parceria com as restantes empresas da equipa do “Cabo ao Katanga”⁷⁵⁴ que os engenheiros da companhia começaram a delinear o futuro das povoações da Lunda, através de sucessivas visitas de estudo. Nas geografias vizinhas também se

⁷⁵⁰ *Relatório dos Serviços de Obras Públicas de Angola de 1941*, por José Rodrigues Moutinho. AHU, OP2038.

⁷⁵¹ Através deste certame construído com vários pavilhões, Portugal tentou formalizar uma “síntese ideológica da nação”, que demonstrou ser um “instrumento pedagógico particularmente expressivo de uma estética representativa do poder”. Rui Pereira (2016). “O culto da nação: a Exposição do Mundo Português e a formalização do discurso ideológico do Estado Novo”, Fátima Moura Ferreira, Francisco Mendes e Natália Pereira (coord.). *A Conquista social do território. Arquitectura e Corporativismo no Estado Novo Português*. Lab2PT. Coimbra: Edições Tenacitas, pp. 217-232.

⁷⁵² Como se lê nas palavras de Vilhena, de 1952: “Sem vaidade, podemos afirmar que conseguimos criar – dentro daquela classe de empreendimentos e no campo ultramarino – um “caso novo”, cuja originalidade e grandeza muita gente não compreende, porque excedem a sua capacidade de compreensão. Suportamentos que o comum não nos entenda, o que, de resto, nos não preocupa: é o costume”. *Notas ...* 1º. ANTT, PT/TT/CDA/1/01.

⁷⁵³ Carta de Ernesto de Vilhena para Oliveira Salazar, 9 de fevereiro de 1938. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/4/1.

⁷⁵⁴ Wolfe (1962). “The Team...”

assistiam várias transformações nos lugares mineiros, valorizando o conhecimento urbanístico: por exemplo, a propósito da fundação de Kolwezi, em 1940, a Union Minière relatou como o “novo lugar beneficiava da experiência adquirida no melhoramento de outros centros, sendo desenhado de acordo com planos cuidadosamente estudados”⁷⁵⁵.

A primeira viagem de estudo aconteceu ainda em 1942, no último mês do ano. René Delville, engenheiro responsável pela concessão de Maludi, viajou até Joanesburgo e aos compounds de Witwatersand, na África do Sul. O propósito final seria estudar a alimentação dos trabalhadores das minas, mas o percurso foi aproveitado para colher informações sobre o desenho do espaço. As indicações da administração da Diamang eram claras:

“Convém que fixe, tanto quanto possível, o sistema de construções e arquitectura dos subúrbios de Joanesburgo ou outros que se mostrem interessantes e adaptáveis ao nosso meio; assim como os exteriores, convinha que fizesse também ideia dos interiores. Deverá procurar reunir o maior número de elementos de ordem material e cultural que considere de utilidade e que possam ser integrados na nossa organização”⁷⁵⁶.

Foi na primeira paragem estratégica, em Elisabethville, o grande centro mineiro da Union Minière na região do Copperbelt, que Delville recolheu o mais numeroso conjunto de notas para posterior apreciação. A cidade impressionou, sobretudo pelo seu novo bairro residencial. O engenheiro reportou ambientes desenhados “de acordo com os princípios modernos do urbanismo”⁷⁵⁷, traduzidos em ruas largas, ortogonais e asfaltadas. Entre o edificado, destacavam-se os bungalows de vários tipos, com quartos espaçosos, luminosos e ventilados. A admiração por este ambiente era validada por revistas da especialidade, como a influente *South African Architectural Record*⁷⁵⁸. As “impressões de Elisabethville”, observadas pela arquitecta sul africana Betty Spence⁷⁵⁹ e publicadas em 1945, permitem descodificar as notas de Delville: um lugar organizado funcionalmente, com avenidas arborizadas e edifícios coloridos, construídos em materiais produzidos na região⁷⁶⁰. Por outro lado, as comparações traçadas por Spence entre Elisabethville e Joanesburgo, neste mesmo artigo, ajudam a entender o maior investimento do engenheiro no Congo Belga. Se a escala das povoações da Diamang era obviamente diferente de qualquer uma destas realidades vizinhas, Elisabethville tinha a vantagem de se aproximar da Lunda em matérias climáticas. Ao contrário do que acontecia na África do Sul, qualquer edifício na África Central teria de ser projectado com especial atenção ao sol do meio dia, às estratégias de ventilação e aos mecanismos de sombreamento.

Não era, contudo, a única questão. A organização do primeiro Congresso de Planeamento Urbano

⁷⁵⁵ Union Minière du Haut Katanga (1950). “Cinquentenaire”, p. 23.

⁷⁵⁶ Relatório da visita de René Delville ao Compound Spring Mines no Rand, 26 de dezembro de 1942. *Direcção Geral. Sede e Serviços*. julho de 1942 a junho de 1943. UC/AD.

⁷⁵⁷ Relatório da visita de René Delville ... UC/AD.

⁷⁵⁸ Elisa Dainese (2015). “Histories of Exchange: Indigenous South Africa in the South African Architectural Record and the Architectural Review”. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 74 (4), pp. 443-463.

⁷⁵⁹ Elizabeth (Betty) Spence (1919-84), formada em arquitectura na África do Sul, destacou-se pela sua proposta de projectos de auto-construção para os subúrbios de Joanesburgo. Ver Rixt Woudstra e Hannah le Roux (2022). “Build Your Own House”: Betty Spence’s Design-Research in 1950s South Africa”, *Architectural Theory Review*, 26 (3), pp. 427-457.

⁷⁶⁰ Betty Spence (1945), “Impressions of Elisabethville”, *South African Architectural Record*, 30 (9), pp. 192-197.

em Joanesburgo, em 1938, tinha colocado a cidade em linha com a estética moderna desenvolvida na Europa⁷⁶¹. Sendo esta uma imagética rejeitada pelos quadros da Diamang, como estudaremos depois, as considerações de Delville sobre a capital sul-africana limitar-se-iam a aspectos sobre a espacialização de diferentes programas. Sobressaíam as áreas verdes, os recintos para desporto, cinema e natação. Para que fosse possível estudá-los com pormenor, o engenheiro remeteu para a Lunda alguns livros sobre matérias de urbanismo e arquitectura. Os temas eram diversos, do desenho de jardins à planificação de moradias e bungalows, afastando com veemência as feições puramente extractivas do início da exploração. Entre os títulos estavam *Home Gardening in South Africa*, de Charles Smith; *Landscape Gardening: planning, construction, planting* (1933), de Richard Sudell; *Gardens for small country houses* (1923), de Gertrude Jekyll; *The Daily Mail Bungalow Book: reproductions of best designs entered in the Daily Mail Architects Competition for Labour-Saving Bungalows* (1922), e *Architecture in South Africa: Illustrated with photographs, drawings and plans* (1933), de Cumming George, que juntos formavam um universo heterogéneo de referências.

Mais tarde, já instituída a figura do “centro urbano” na Lunda, o processo repetiu-se através de nova visita de estudo, também dentro da rede mineira, mas desta vez apenas focada no parceiro limítrofe. Em Maio de 1944, Delville viajou até Tshikapa. À semelhança do Dundo, a cidade estava em significativa renovação urbanística. Não tendo um plano de trabalho tão concreto como no trajecto anterior, o engenheiro traçou comentários gerais sobre o campo de aviação, o hospital, o *club*, os armazéns, as oficinas e as plantações de cássias – elementos também presentes na Lunda. Notas mais detalhadas foram reservadas para a Central de Escolha, cujas instalações de isolamento para indígenas lhe tinham causado “sem dúvida óptima impressão”; e para a nova quinta da companhia belga, cujo “modelo” considerava admirável para ser “adoptado” nos centros agrícolas e pecuários da companhia. Os edifícios belgas eram elogiados pelo seu desenho cuidado, sob a alçada dos técnicos da *Société d’Elevage et de Culture au Congo Belge*, uma das filiais da Forminière⁷⁶² – ainda que este contexto em breve fosse alterado pela contratação do arquitecto Guillaume Serneels para desenhar a “modernidade” da Forminière⁷⁶³, como veremos mais à frente. Era evidente que ambas as empresas procuravam modificar os seus postos temporários e dependentes da exploração das minas, para povoações permanentes, urbanas e com futuro.

Nesta esteira, o conjunto de planos concretizado pela Diamang ao longo da década de 1940 – da formalização da “concessão” à instituição dos “centros urbanos”, passando pela reorganização da imagética da aldeia, que vimos e continuaremos a estudar em seguida –, tentou cumprir com propósitos bem ancorados no “espírito técnico” da época, transformando a senda da “urbanização” na especialidade científica do “urbanismo”. À semelhança de outros serviços da companhia, que seriam confrontados com novas abordagens e conhecimentos tecnocráticos, a disciplina do espaço começou a exigir formulações teóricas. O planeamento dos Cadernos de Urbanização da Diamang,

⁷⁶¹ Fassil Demissie (2004). “Controlling and ‘Civilising Natives’ through architecture and town planning in South Africa”. *Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture*, 10 (4), pp. 483-507.

⁷⁶² Relatório da visita a Tchicapa, 15 e 16 de maio de 1944. *Direcção Geral. Sede e Serviços, 1942-1943*. UC/AD. A *Société d’Elevage et de Culture au Congo Belge* foi admirada e várias vezes estudada por diversos serviços da Diamang.

⁷⁶³ Irene Lund, Martin Tshisuaka e Yves Robert (2017). “L’architecte Guillaume Serneels (1907-1970): De son fonds d’archives à la ville de Mbuji-Mayi en République démocratique du Congo (RDC)”, *Clara* 1, pp. 219-241. Agradecemos aos autores a disponibilidade para discutir algumas questões sobre o percurso de Serneels e da Forminière.

em 1947, surgiu em resposta. A ideia foi lançada pelo empregado Fernando Queiroz, que propôs uma “série de fascículos” para ensaiar “a vasta matéria de urbanização em que a companhia tanto se tem empenhado, transformando todos os seus centros urbanos em exemplos flagrantes”⁷⁶⁴. Os Cadernos nunca seriam dados à estampa, mas consideramos o seu índice, bem detalhado, como um valioso elemento que informa sobre as concepções urbanas e arquitectónicas na Diamang. Se até aqui a história espacial da empresa não se tinha feito de protagonistas, a abertura a um novo paradigma edificatório, mais especializado, mostrou o entusiasmo particular deste funcionário. Queiroz destacou-se no processo de “urbanidade” na companhia – como consequência e como causa desta sedimentação – e o seu percurso individual será explorado no próximo capítulo.

A proposta dos Cadernos de Urbanização, que Queiroz propôs realizar nas suas horas vagas, reflectiu o seu “gosto” pessoal pela transformação do espaço. Em paralelo, haveria a considerar o interesse de Ernesto de Vilhena em matérias de “arte”, “arquitectura” e “desenho urbano”⁷⁶⁵, que levou a uma grande proximidade entre o funcionário e o administrador⁷⁶⁶. O plano de trabalhos permite compreender, ainda que a traços largos, as concepções empíricas de Queiroz – que seriam fundamentais para o papel assumido pelo técnico no tratamento do espaço da Diamang ao longo dos anos seguintes. De acordo com o índice, o primeiro fascículo, dedicado precisamente à ideia de “urbanização”, incluía as questões do traçado das ruas, de gestão das águas pluviais e dos limites visuais, reproduzindo as matérias que eram consideradas nos trabalhos da Concessão. Os restantes tópicos de viveiros, jardinagem e repovoamento florestal, também com fascículos próprios, ganhavam maior folgo. A opção revelou simultaneamente a falta de preparação técnica do funcionário – vedado de qualquer cultura arquitectónica – e o peso que o desenho do espaço verde assumiu na ideia de “urbanidade” da Diamang, numa aproximação à matriz genérica partilhada pelas *company town*⁷⁶⁷. O interesse estava sobretudo no tipo de jardins, na arborização, no uso de sebes e trepadeiras, e nas estufas, considerados elementos essenciais para o desenho do espaço. Entendemos que o paradigma industrial, que tinha orientado a construção dos primeiros postos, estaria totalmente suplantado pelo conceito da “cidade-jardim” – apesar da tradução incorrecta de Queiroz, cuja interpretação literal utilizou ao longo de todo o seu percurso profissional na Diamang, trazendo o “jardim” como elemento central dos seus projectos, sem atender de modo algum à teoria de Ebenezer Howard⁷⁶⁸.

De um modo mais específico, o técnico destacou o cruzamento da urbanização “utilitária-higiénica” com preocupações “decorativa-artísticas”, defendendo o contributo de ambas para a resolução de questões físicas, sociais e morais na base da manutenção e ampliação do poder da companhia⁷⁶⁹. Esta passagem do modelo da “salubridade” para o capítulo do “embelezamento”, ou seja, de um padrão de raiz militar para um padrão ancorado na disciplina da arquitectura e do desenho urbano,

⁷⁶⁴ “Plano geral para os Cadernos de Urbanização da Diamang”, por Fernando Queiroz. *Urbanização e saneamento da Zona Leste. Relatório Anual de 1948*. UC/AD.

⁷⁶⁵ Cf. Carvalho (2014). “As esculturas...”; ou ainda como revela a “Coleção Comandante Ernesto Vilhena” na Biblioteca Jorge Brito, com vários títulos sobre arte, arquitectura e “urbanização”.

⁷⁶⁶ Traduzida em algumas reuniões particulares em Lisboa, sobretudo nos anos de 1960, quando assume um papel mais destacado como Urbanista da Diamang, como veremos.

⁷⁶⁷ Lembramos que Bourneville foi apresentada como “The Factory in a Garden”.

⁷⁶⁸ Ver nota 596.

⁷⁶⁹ “Plano geral...”. *Urbanização e saneamento da Zona Leste. Relatório Anual de 1948*. UC/AD.

acertou a Diamang com as transformações teóricas da época, mostrando a atenção que merecem as empresas de exploração como “tradutoras” de repertórios espaciais (apesar dos vieses e distorções nesta tradução). Para além dos episódios notados, recordamos que na segunda metade da década de 1940 foram organizados vários organismos e eventos dedicados à produção urbanística, não só em Angola mas também no plano internacional. O Gabinete de Urbanização Colonial, a funcionar a partir do final de 1944, foi a face mais expressiva à escala do império português, que patrocinou ainda a Brigada de Construção de Casas Económicas, do mesmo ano, a Exposição de Construções Coloniais, em 1945, os Bairros Indígenas em Luanda, a Exposição Internacional de Urbanismo e Habitação de Paris, em 1947, ou o Congresso dos Arquitectos Portugueses, de 1948, entre outros. Entrelaçando aqui escalas muito distintas, sem sugerir qualquer impacto directo na Diamang, sublinhamos apenas o clima de profissionalização e afirmação da disciplina, a homens cultos, como Ernesto de Vilhena, ou entusiastas, como Fernando Queiroz, não estariam alheios.



[96] Vista geral da piscina na floresta do Rio Mussungue, Dundo, 1946
[Postais Companhia de Diamantes de Angola, Bertrand & Irmãos, BNP]

Apesar de nunca concretizados, os Cadernos de Urbanização tiveram resultados práticos na Diamang. Vilhena, animado com a visão e com as propostas de Queiroz, que considerou alinhadas com a imagem que desejava para as povoações da Diamang desde a visita em 1941, lançou novas directrizes. Reconhecendo que os esforços e conhecimentos envolvidos na criação e manutenção do novo imaginário urbano eram demasiado exigentes para se manterem na esfera geral dos Chefes de Grupo, decidiu criar o cargo de “Encarregado de Urbanização da Zona Leste”, atribuído sem surpresa àquele funcionário. Queiroz deveria permanecer em trânsito entre Cassanguidi, Andrada, Maludi e respectivos centros de 2ª classe, fazendo duas visitas semanais de orientação e fiscalização a todos os trabalhos em curso⁷⁷⁰. A nomeação era já sintoma do início de um protocolo mais especializado na Diamang Por outro lado, foi defendida uma “urbanização do estilo nacional-como-racional”⁷⁷¹

⁷⁷⁰ Ordem de serviço nº23-D/48, 10 de setembro 1948. UC/AD.

⁷⁷¹ *Relatório Mensal dos Administradores por Parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola* (Maio de 1949). ANTT, AOS/CO-UL-84A, p. 12.

na orientação espacial empresa, numa expressão inusitada que possibilita várias interpretações. Por um lado, pensar no nacional como linha de raciocínio de um estilo edificado. Por outro, entender o nacional a par do racional, exigindo o equilíbrio da imagética portuguesa com as exigências de optimização da exploração. E, de facto, como vimos e continuaremos a questionar, a Diamang avançou num constante ajuste entre os dois caminhos.

Para concluir esta secção, voltamos a 1945, ano em que Marcelo Caetano visitou a Lunda. Caetano viajou na qualidade de Ministro das Colónias e no âmbito de uma longa viagem ministerial a África que tentou posicionar o império português num mundo pós-guerra, voltando, portanto, a reforçar a importância atribuída à Diamang no panorama colonial⁷⁷². O “aspecto” das povoações da companhia continuou a ser destacado e o Dundo, em particular, foi apresentado como uma “verdadeira maravilha no meio do deserto da Lunda”⁷⁷³. Já não era um “oásis” – uma miragem – mas algo sólido, “verdadeiro”; a ideia de deserto, essa, persistiria, como veremos. No prospecto elaborado para assinalar ocasião, a própria companhia sublinhou mais uma vez “forte impulso” de “urbanização, saneamento e aformoseamento dos 23 centros urbanos”⁷⁷⁴.

As memórias de Caetano, publicadas décadas mais tarde, deram conta deste cenário. O político português recordou a povoação “cuidadosamente planeada, nas ruas bem pavimentadas havia lindas casas com fachadas de tijolo à vista rodeadas de jardins; os bairros dos trabalhadores estavam igualmente ordenados e alinhados; e a visita mais acrescentava a admiração, ao encontrar os hospitais magníficos, os clubes, os campos de esporte, as igrejas, o museu, os grandes armazéns abastecidos de tudo”⁷⁷⁵, desvelando precisamente os lugares da “urbanidade”. Sem prejuízo desta admiração, são as notas seguintes que mais importa sublinhar: Caetano tinha ficado sobretudo impressionado com a inevitável decadência a que estaria destinado todo o conjunto⁷⁷⁶. Uma sensação depois partilhada por Gilberto Freyre, na sua visita de 1951, que apontava para o futuro ainda incerto daquele aparato⁷⁷⁷. Não eram os únicos: a administração da Diamang esteve consciente deste desacerto e começou a reajustar o seu espaço, como veremos no próximo capítulo. Para já, falta entender os contornos mais concretos das gramáticas laborais que contribuíram para esta transição.

⁷⁷² A visita foi seguida da assinatura de novo contrato entre a Diamang e o Estado Português (Contrato de 24 de Junho de 1946. Diário do Governo, II série, nº 162, 15 de julho de 1946). Marcelo Caetano representou o Estado Português e a Colónia de Angola, enquanto em nome da Diamang, na qualidade de administradores, assinaram Ernesto de Vilhena e António Lopes Mateus. Recordamos que na visita de 1936, explorada em capítulo anterior, Lopes Mateus estava do lado do aparelho estatal, como Governador de Angola, ilustrando a grande permeabilidade entre público e privado.

⁷⁷³ “No Dundo”. *Boletim Geral das Colónias*, 247, p.181 e ss.

⁷⁷⁴ *Programa da visita de Sua Excelência o Ministro das Colónias Senhor Doutor Marcelo Caetano*, 1945. UC/AD.

⁷⁷⁵ Marcelo Caetano (1977). *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo, p. 209.

⁷⁷⁶ Caetano recordou: “eram meia dúzia, ou mais, essas povoações dentro do couro mineiro, todas primorosas. Mas passei por uma ou duas em ruínas: aquela zona deixara de ter interesse para a exploração e fora abandonada, pelo que, a partir daí, as casas ficavam entregues à rápida destruição pelo tempo e pela Natureza. Apercebi-me então, com melancolia, que aquele centro supercivilizado era como uma linda mulher roída secretamente por um cancro. Servindo apenas em função da extracção de diamantes para albergar empregados, sem possibilidades de enraizamento das pessoas, no dia em que a riqueza mineira se esgotasse, com toda a probabilidade as povoações desapareceriam também”. Marcelo Caetano (1977). *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo, p. 210.

⁷⁷⁷ Freyre (1953). *Aventura e rotina...*

– Gramáticas laborais: o “aformoseamento” da aldeia indígena

“A companhia não se limita a facultar cubatas com a capacidade exigida pela regulamentação. Vai e quer ir muito além, procurando generalizar aldeias com dispositivo estudado para garantir ao indígena maior conforto e higiene, para que a evolução promovida seja gradual e mais bem aceite.”

– Exposição da Diamang ao Governo Geral de Angola, 1943⁷⁷⁸

O crescimento da massa trabalhadora na Lunda sustentou e foi sustentado por diversos desenhos e políticas do edificado e do espaço. A fundação da SPAMOI e os ensaios iniciais sobre os “modelos” e “tipos” de habitação, que temos vindo a analisar, imprimiram um novo vigor à (des)codificação da chamada “aldeia indígena”. De acordo com a exposição ao Governo de Angola, em 1943, a Diamang desejava “ir muito além” e, por isso, procurou então “generalizar aldeias com dispositivo estudado”. Este movimento foi apresentado pela empresa como uma “mudança de paradigma” com o objectivo de construir na zona das explorações um “novo habitat, melhor e mais salutar”, correspondendo a uma sistematização do dito “impulso” de urbanização.

Face ao aceleramento da produção industrial, o início da década de 1940 registou a maior subida alguma vez verificada no contingente laboral da Diamang. A guerra, apesar de “catastrófica”, foi encarada pelos agentes mineiros como um “estímulo para o progresso e espírito inventivo”, que impeliu a companhia a experimentar novas máquinas, materiais técnicas⁷⁷⁹. Em 1945, o número de trabalhadores da empresa tinha triplicado face a meados da década anterior, ascendendo para os 15.000⁷⁸⁰. Destacava-se o número crescente de “voluntários”, num aparente sucesso das “políticas de atracção”. Por isso, de modo a incrementar estratégias e dialogar com um conjunto cada vez maior de aldeias locais – recordando que a maioria dos “voluntários” permanecia nos seus núcleos de origem –, a Diamang deparou-se com a necessidade de investir na questão. Se o início da SPAMOI tinha sido dominado pela preocupação sobre a “higiene” do espaço, não tardou para que o serviço avançasse também para um protocolo dedicado à “urbanidade”, através de estratégias de “aformoseamento” e “ajardinamento” das aldeias. A sintonia com as orientações para as povoações de empregados europeus foi evidente, não só pelo acerto de linguagem, mas também pelo mapeamento do território e das estruturas edificadas. A integração das aldeias em redor do Dundo no levantamento da Concessão de 1940, revelou um pensamento holístico sobre o espaço, que passou a compor uma malha extensa. Neste capítulo procuramos compreender como as formas da “aldeia” e como esta unidade se tornou num lugar essencial ao ajuste da Diamang a novas imposições políticas e sociais, resultantes do um plano internacional em ebulição.

⁷⁷⁸ Exposição ao Governo Geral de Angola, por Jorge Figueiredo de Barros, a 11 de março de 1943. UC/AD.

⁷⁷⁹ *Relatório mensal...*, abril de 1947. ANTT, PT/AOS/D-D/2/4-1.

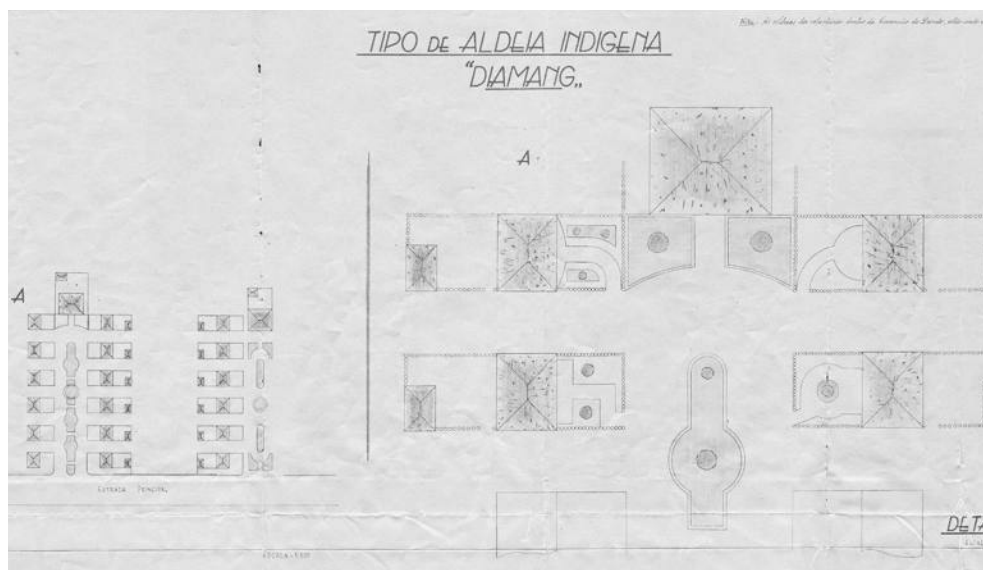
⁷⁸⁰ Em 1945 a Diamang empregava 16016 trabalhadores, distribuídos entre várias categorias: 20 “assalariados”, 125 “especializados” (empregados, tarefeiros, criados, serventes, música), 4696 “contratados” e 7589 “voluntários” (dos quais 400 menores). *Relatório...*, 1943-1945. ANTT, PT/AOS/D-D/2/4-1.



[97] Aldeia de Voluntários, no Dundo, aspecto geral, 1943

[98] Aldeia de Voluntários, no Dundo, tipo de casa, 1943

[Diamang, Mão de Obra, 1943-44, UC/AD]



[99] Tipo de Aldeia Indígena Diamang, 1942 [nota manuscrita: voluntários do Dundo]

[100] Tipo de Aldeia Indígena Diamang, plantas, 1942

[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD - projecto DiamangDigital]

“Aldeia-tipo” e “casa dupla com varanda”

À data do início do “capítulo de embelezamento” da Diamang, em 1942, a companhia oferecia 1533 casas para indígenas, distribuídas entre os vários grupos de trabalho e com tipologias muito variadas, todas em adobo, segundo dados nos relatórios da SPAMOI⁷⁸¹. Às anteriores tipologias de casas redondas, simples e duplas somaram-se as novas casas triplas, que representavam uma maior economia material. Apesar do aumento do número de trabalhadores, a aposta em novas habitações não respondia às necessidades. O ritmo de construção destes edifícios, longe de ser planeado, obedeceria sobretudo às oscilações decorrentes do programa de produção da empresa, ficando sempre aquém, dependente da mão de obra, recursos e meios disponíveis. Em 1939, por exemplo, foram construídas 416 habitações, enquanto em 1940 se registaram apenas 123 novas obras.

Como vimos, foi neste momento que o serviço ampliou o seu território de actuação e a abordagem aos núcleos populacionais sofreu mudanças: para além da consolidação dos trabalhos da SPAMOI junto das “aldeias de contratados”, era preciso incrementar a actuação junto dos homens e famílias locais. Aproveitando (e potenciando) o ajuste, a aldeia foi considerada através do dito “dispositivo regulamentado”, fixando as considerações ensaiadas em Mucunene: “casas alinhadas, devidamente espaçadas, com árvores e canteiros de flores, duas latrinas e nitreira para cada grupo de nove casas, com hortas e pomares”⁷⁸².



[101] Mina Mussolegi. Um trecho da aldeia, 1946
[Inspeção da Mão de Obra Indígena, UC/AD]

No início desta fase, que se definiu como “propaganda activa” de “hábitos de higiene”, a Diamang seguiu com a adopção de “planos-tipo”, confirmando o objectivo de construir uma paisagem mais uniforme e controlada. Logo em 1942, a SPAMOI singularizou a “aldeia indígena Diamang” para

⁷⁸¹ As únicas excepções eram as aldeias da Estação Central de Escolha (ECE) e da Central do Icongula, com 5 e 7 casas, respectivamente, construídas em tijolo.

⁷⁸² Exposição ao Governo Geral de Angola, por Jorge Figueiredo de Barros, a 11 de março de 1943. UC/AD.

voluntários, que terá sido testada em alguns lugares no Dundo⁷⁸³. Apesar das semelhanças em termos estratégicos com a “aldeia-modelo” de Mucunene, o contraste entre formas era significativo. Aos “contratados” de Mucunene tinha sido negada qualquer hierarquia espacial e exigiu-se que a aldeia se desenvolvesse paralela à estrada, de modo a facilitar o seu controlo. No “plano-tipo” da “aldeia Diamang” destinado às famílias da região, pelo contrário, as dinâmicas locais foram reconhecidas, provavelmente pela necessidade de “atração”: o aldeamento organizou-se num eixo perpendicular à estrada, enquadrado ao fundo pela casa do soba, de maiores dimensões. Em seu redor, ao longo desta via de acesso, somavam-se doze casas, mais pequenas. Cada uma das habitações teria varanda a todo o perímetro, cobertura de capim, um arranjo à entrada e um pátio posterior com um pequeno anexo, num compromisso entre o “ajardinamento” fomentado pela companhia e as vivências locais⁷⁸⁴. Apesar do “escasso” sucesso admitido pelos serviços, este projecto vale pela representação do imaginário então perseguido pela Diamang. Por outro lado, serviu de gatilho para uma discussão mais ampla e consequente sobre a localização das aldeias. De facto, o único resultado visível da “aldeia tipo” foi a fixação de “algumas dezenas de aldeias ao longo das estradas, (...) com casas alinhadas em locais previamente marcados”⁷⁸⁵.

Por outro lado, à escala da habitação, a SPAMOI reportou, em 1943, o lançamento de um “novo tipo” de habitação, a generalizar pelas “aldeias de contratados”: as “casas duplas com varanda”. A “novidade” estava na introdução da varanda, em todo o perímetro, a proteger a totalidade das paredes – ou seja, integrando a ideia tentada no ano anterior para os “voluntários”. Um primeiro ensaio foi feito na aldeia do Furi, na região de Cassanguidi, onde durante aquele ano se edificaram dezoito casas de “varanda em volta” ao lado das casas de “modelo antigo”, servindo para testar a durabilidade das estruturas e aferir o grau de aceitação dos habitantes. A partir da experiência, os responsáveis do serviço argumentaram que as novas “casas duplas com varanda”, de “aspecto muito agradável”, mostravam vantagens para todos os envolvidos. Por um lado, os trabalhadores pareciam manifestar por elas uma especial “predilecção” (sem que possamos medir o impacto real desta avaliação). Por outro lado, a maior área por compartimento e a protecção dos rebocos exteriores pela varanda representavam uma economia considerável para a empresa. Em comparação com as outras tipologias promovidas pela Diamang, as casas duplas albergavam até quatro pessoas por compartimento, permitindo duplicar o número de pessoas alojadas numa mesma habitação⁷⁸⁶. Foram ainda referidas questões de “elegância”, confirmando o maior cuidado no tratamento do espaço. As aldeias de Chifuto, Mucunene 2, Calemba, Caúma e Mussolegi, inauguradas neste período, já seriam compostas apenas por “casas de varanda” e destacadas pelo bom “aspecto inédito”⁷⁸⁷.

Trilhando (e contribuindo para) o ímpeto de “urbanidade” na Lunda, a “conservação e urbanização” destes lugares tornaram-se tópicos centrais nos documentos da SPAMOI. As 36 aldeias mantidas sob a alçada do serviço, em 1942, foram reduzidas a 28, nos anos seguintes, de modo a que fossem

⁷⁸³ “Tipo de aldeia indígena Diamang”. *Relatório anual da SPAMOI*, 1942. UC/AD.

⁷⁸⁴ *Relatório anual da SPAMOI*, 1942. UC/AD.

⁷⁸⁵ *Relatório anual da SPAMOI*, 1943. UC/AD.

⁷⁸⁶ De acordo com a SPAMOI, todas as antigas tipologias alojavam duas pessoas, com compartimentos a oscilar entre os 7 e 8 m². Na casa dupla, pelo contrário, eram oferecidos 11,50 m² de cada compartimento, permitindo quatro habitantes.

⁷⁸⁷ “Notas do director”. *Relatório anual da SPAMOI*, 1944. UC/AD.

generalizadas a contratação de guardas responsáveis pela fiscalização diária de cada aldeia⁷⁸⁸, a limpeza matinal dos terreiros feita por mulheres e a plantação sistemática de árvores e flores. Na opinião dos técnicos responsáveis, não haveria em Angola outras aldeias que pudessem “rivalizar” com as “aldeias de contratados” da Diamang, tanto em matérias de “higiene como em beleza”. De acordo com estes relatos, a aposta de um “ambiente cada vez mais agradável” na Diamang tinha ultrapassado as primeiras ansiedades sanitárias para abraçar protocolos mais preocupados com a imagem e a estética⁷⁸⁹.

Em 1945, ainda, os relatórios da SPAMOI inauguraram a rubrica de “conservação e urbanização”, convergindo para o léxico das equipas das “concessões” e sublinhando a amplitude da alteração operada no processo de espacialização da companhia. Com o propósito de garantir uma cada vez maior “assistência” às aldeias de contratados, foram organizados dois tipos de equipas: a “equipa fixa” de cada aldeia, composta por sentinelas, cantoneiros, guardas, granjeiros e auxiliares, e a “equipa móvel”, responsável pelos trabalhos de “embelezamento, saneamento e plantação”, que circulava pelos vários lugares⁷⁹⁰. À primeira coube a manutenção e vigilância diária, enquanto a segunda actuava na promoção de um cenário homogéneo. Numa escala mais especializada, cada grupo passou a contar com uma equipa exclusivamente alocada aos rebocos e à pavimentação. Pela primeira vez, foi referida a contratação de mulheres para os grupos de construção, que ficariam responsáveis pelo transporte de água e por amassar barro para tijolos. Por outro lado, registou-se o aumento do número de empreiteiros e tarefeiros: à época, a SPAMOI tinha sob a sua alçada 241 homens dedicados às obras de construção⁷⁹¹.

Neste âmbito, foram ainda exigidas actualizações na gestão dos materiais e métodos de trabalho, que permitissem ombrear o crescente volume de obra. Primeiro, perante a sinalização da escassez de madeira, foram plantados vários hectares de cássias junto às aldeias, apoiando a grande mancha de bambus cultivada em Andrada com o mesmo propósito. As coberturas executadas com cássias, por exemplo, tinham de ser substituídas duas vezes por ano, exigindo uma grande disponibilidade desta matéria prima. Depois, numa aposta na conservação do material, introduziu-se um “novo sistema” de construção das varandas, através da colocação de blocos de cimento na base das estacas que as sustentavam, eliminando os ataques da chamada “termite” e prolongando a vida útil da estrutura⁷⁹².

Ao longo da segunda metade da década de 1940, os serviços reportaram a construção de uma média de 300 casas por ano, distribuídas pelos vários grupos, que substituíram sobretudo casas antigas, e reparações várias na ordem dos milhares – coberturas, pavimentos, caiações. Neste âmbito, foi indicado um novo “plano-tipo”, número 43-94, que estaria na base de tudo quanto foi executado. Desconhecemos os contornos do desenho, mas a referência sugere uma estabilização e repetição morfológica, que as fotografias mostram ser próximo do ensaio de Mucunene, que vimos antes. Dando seguimento a este protocolo, as “casas triplas”, dominantes no início da década, foram

⁷⁸⁸ Ver capítulo 1.

⁷⁸⁹ Relatórios mensais da SPAMOI, março a julho de 1946. UC/AD.

⁷⁹⁰ *Relatório anual da SPAMOI, 1945*. UC/AD.

⁷⁹¹ 75 homens em Cassanguidi, 116 em Andrada e 48 em Maludi. *Relatório anual da SPAMOI, 1944*. UC/AD.

⁷⁹² *Relatório anual da SPAMOI, 1946*. UC/AD.

gradualmente preteridas pelas “casas duplas com varanda”. A inversão dos números foi notável: no grupo de Cassanguidi, por exemplo, as 36 “casas duplas com varanda” construídas em 1944 contrastavam com as 419 edificadas em 1952, enquanto as 260 casas triplas existentes naquela metade da década diminuíram para 100 no início da década seguinte⁷⁹³.



[102] Mina Cossa 2. Vista da aldeia, 1946
[Inspeção da Mão de Obra Indígena, UC/AD]

Para sustentar este “modelo”, os trabalhos de construção das aldeias, até então muitas vezes a cargo e/ou partilhado com os serviços de cada grupo de mineração, foram centralizados na SPAMOI. A excepção estava apenas nas equipas de rebocos e pavimentação, que continuaram segmentadas geograficamente. Esta mudança coincidiu com a expansão da área de actuação deste departamento, levando a um inevitável acréscimo da mão de obra contratada para trabalhos edificatórios. Em paralelo, foram iniciadas “inspecções periódicas” às “aldeias de contratados”, com um ritmo semestral⁷⁹⁴. O objectivo era formar uma “ideia do panorama geral das condições de trabalho nas minas, para estabelecer regras sistemática e eficientemente”. Importava responder à carência de materiais de construção, cada vez mais premente, assim como alavancar os “melhoramentos” do espaço, que se tinham tornado um imperativo protocolar. Neste sentido, foi organizado um “pacote de ajardinamento”, a generalizar por “todos recintos das minas e aldeias, [com] sebes de arbustos e de flores que as circundam e a plantação de árvores de fruto”.

As fotografias das inspecções revelam uma vulgarização deste “pacote” de sebes, arbustos e flores, presentes na maioria das aldeias, mas a ambicionada uniformização deste “dispositivo” terminava

⁷⁹³ *Relatórios anuais da SPAMOI, 1944 e 1952*. UC/AD.

⁷⁹⁴ A SPAMOI tinha a seu encargo uma “fiscalização trimestral” das explorações, mas a direcção da empresa decidiu instruir os Serviços de Administração para um reforço desta rede de vigilância. As inspecções eram apresentadas como um serviço “em regime independente de qualquer dos serviços ligados à exploração mineira, e sem prejuízo da fiscalização normal exercida pelos Chefes do Grupo, [e] a sua actuação, de surpresa, nas minas, verifican a forma como decorrem, em cada uma delas, os serviços relacionados com as condições de vida e utilização da mão-de-obra” Entre as matérias a fiscalizar estavam o “asseio, ordem e bom gosto dos refeitórios” e o “embelezamento das aldeias e higiene das habitações”. *Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1950*. ANTT, PT/AOS/D-D/2/5-1.

nesse plano. Apesar da proposta ousada de Ernesto de Vilhena para uma substituição imediata das antigas estruturas por “novas aldeias com o moderno tipo de casas” – sinalizando uma forte determinação em mudar a paisagem da companhia –, no terreno continuou a verificar-se uma heterogeneidade entre as habitações. O pragmatismo económico do projecto de exploração levou os engenheiros responsáveis a defender a manutenção “o melhor possível dos antigos aldeamentos e só substituir os que de todo se tornem indispensáveis”. Este foi, portanto, um trajecto lento, comandado por imperativos económicos: das 1415 casas mantidas em 1946, por exemplo, 655 eram ainda de “modelo antigo”. O aumento dos trabalhos – que entre 1944 e 1946 exigiu uma duplicação o número de casas construídas por ano pela SPAMOI, de 100 para 200 unidades – e a reparação “sistemática” de centenas habitações tinham gerado uma elevada despesa de materiais e recursos humanos. Pediu-se que qualquer alteração ao sistema vigente fosse planeada com detalhe e tempo, de modo a não sobrecarregar os serviços da Lunda.

Foi preciso chegar a 1950 para o serviço notasse um “espírito de unidade” entre as várias aldeias assim como a “sistematização dos melhoramentos”. A caiação de paredes interiores e a colocação de portas de madeira estavam entre os principais trabalhos de conservação. Tinham sido ainda inaugurados refeitórios e cozinhas, segundo um “projecto tipo” implementado em 1947. Por outro lado, as inspecções às aldeias, cada vez mais regulares, não só permitiram o mapeamento das condições materiais na Lunda, como se afirmaram como principais meios de transmissão dos planos de tratamento do espaço. Segundo a SPAMOI, estava em curso a “generalização” das chamadas “manifestações de arte e bom gosto”; porém, como veremos nos próximos parágrafos, a empresa não esgotava aqui os seus possíveis trunfos na transformação do espaço.

A Festa da Melhor Aldeia

Um dos projectos mais impactantes a propósito do processo de “embelezamento” da habitação dos trabalhadores da Diamang foi o “Concurso da Melhor Aldeia”, que decorreu durante largos anos, a partir de 1947. Desde meados da década de 1940 que as “aldeias de contratados” da zona mineira eram celebradas pela companhia devido ao “aspecto irrepreensível”⁷⁹⁵, todavia sem encontrar correspondência com as “aldeias da região”. A implementação da “aldeia modelo” e a produção de “casas duplas com varanda” tinham ficado circunscritas às povoações controladas pela SPAMOI, sendo que todas as outras continuavam sem alinhar nesta imagética particular. No relatório anual de 1945, o responsável daquele serviço notava a fragilidade da acção da empresa, sublinhando que “em questão da melhoria das casas, muito há a fazer”. A possível resposta surgia nos termos seguintes: “talvez que, criando um prémio, em cada uma das três zonas do Posto do Cambulo, a conferir à melhor casa construída, se despertasse o interesse”⁷⁹⁶.

Face à vontade de transformar o espaço corporativo, as críticas sobre as condições locais eram cada vez mais evidentes. De acordo com Simões Neves, administrador da Diamang, importava mudar

⁷⁹⁵ *Relatório mensal da SPAMOI, março de 1946. UC/AD.*

⁷⁹⁶ *Relatório anual da SPAMOI, 1945. UC/AD.* A direcção da Diamang aprovou a ideia numa nota lateral.

as “condições miseráveis” das aldeias da região, de “cubatas de dimensões acanhadíssimas e sem conforto, (...) sem janela e [com] uma porta rudimentar”. Neves entendia que tais condições serviam “para melhor se proteger do frio e intempéries, [uma vez que] na cubata crepita fogo permanente, para aquecer e afugentar insectos”, mas não considerava que os aspectos práticos fossem suficientes para a manutenção das estruturas ancestrais⁷⁹⁷.

A proposta da SPAMOI recebeu aprovação. Em Dezembro de 1946, três sobas de diferentes tribos, nomeados pela Diamang, percorreram juntos as “aldeias de voluntários” da Lunda, para premiar os lugares mais alinhados com os protocolos de “aformoseamento” e saneamento que vinham a ser promovidos pela empresa. A escolha resultava de um questionário organizado pela companhia, reunindo um conjunto particular de características construtivas concordantes com os planos que anteriormente vimos: paredes em adobe, patamar de elevação, varandas assentes em colunas de tijolo, reboco exterior e interior, assim como cobertura em bom estado. Outros pontos importavam pela quantificação, como o número e medidas de portas, janelas e compartimentos.

Na edição inaugural venceram três aldeias, junto a Cassanguidi, no cruzamento do Luxilo e na estrada do Iondi. As povoações eram díspares entre si, tanto ao nível da dimensão como dos materiais e acabamentos, manifestando a flexibilidade do modelo. Ou seja, a Diamang estaria a tentar perseguir uma imagem particular, mas sem entender quais os contornos possíveis. Ainda que nenhuma das casas cumprisse na totalidade com os requisitos examinados pelo júri, a falha seria aparentemente compensada por pormenores que a Diamang tinha interesse em destacar: pinturas murais, forros em esteiras ou lambris pintados, todos eles concorrentes para o processo de “beleza” em curso⁷⁹⁸. Sem prejuízo da escassa afluência, a estratégia foi validada e afinada ao longo dos anos seguintes. Em 1948, com a premiação da aldeia do soba Samuafu, em Andrada, foi notado o “entusiasmo para disputa dos prémios”, com um “número considerável de casas a serem construídas em condições de destaque”⁷⁹⁹.

Perante o “êxito crescente” – anunciado como “prova [que a] propaganda feita, e intensificada de ano para ano, não tem sido baldada”⁸⁰⁰ – a “Festa da Melhor Aldeia” rapidamente ganhou um lugar de “relevo” e permanência no protocolo de “assistência” da Diamang⁸⁰¹. Em 1949, o concurso foi associado às comemorações da “Grande Festa Anual do Indígena”⁸⁰², sendo a primeira actividade deste ciclo e geralmente realizada no verão⁸⁰³. A organização exigia uma equipa multidisciplinar,

⁷⁹⁷ Relatório da Viagem a África do Administrador J. Simões Neves, em 1945. ANTT, AOS/COL/UL-8A1 Cx. 713.

⁷⁹⁸ A SPAMOI notou “apreço pelas pinturas murais, [como] um dos enfeites mais interessantes que o indígena nos pode oferecer”. *SPAMOI: Relatório anual de 1948* [1949]. UC/AD.

⁷⁹⁹ *SPAMOI: Relatório anual de 1948* [1949]. UC/AD.

⁸⁰⁰ *Relatório do Conselho de Administração...*, 1951. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/5/1.

⁸⁰¹ Em 1951, a SPAMOI escreveu: “A Grande Festa Anual Indígena, instituída pela Companhia em 1949, e que se realizou, pela segunda vez, no final da estação seca do exercício de que estamos tratando, mostrou, pela afluência e forma como o elemento nativo a ela concorreu, que foram alcançados os nossos objectivos ao criá-la. Ela constitui hoje, com efeito, um acontecimento aguardado durante parte do ano com esperança e entusiasmo, e veio ocupar, por isso, no calendário da Lunda, lugar de relevo”. *SPAMOI: Relatório anual de 1951* [1952]. UC/AD.

⁸⁰² A “Grande Festa Anual do Indígena” foi organizada pela Diamang entre 1950 e 1963 e era composta por três eventos: Festa Desportiva Indígena, Festa da Melhor Aldeia e Festa Grande. Para uma análise destas festividades, ver Nuno Porto (2009). *Modos de objectificação...*, pp. 457 e ss.

⁸⁰³ Apesar desta periodicidade, a SPAMOI admitiu que o concurso “é uma realização que depende do estado do capim para

que envolveu a Direcção Geral, os Serviços de Administração, a SPAMOI, o Conservador do Museu e o Encarregado de Urbanização e Saneamento de cada grupo, sublinhando a gestão do espaço do trabalhador africano como uma questão fundamental para a companhia. Os responsáveis da Diamang acentuavam a importância da “Festa da Melhor Aldeia” para que “os aldeamentos obedeçam a boas regras de disposição, higiene e arranjo exterior”, fazendo notar que os “sobas reconhecem agora merecimento em apresentarem uma povoação limpa, cuidada, de habitações bem caiadas, com vegetação de sombra e árvores de fruto”⁸⁰⁴.

As aldeias vencedoras, localizadas sobretudo na região de Andrada⁸⁰⁵, eram assinaladas com um mastro de um boi em chapa, enquanto as três casas premiadas, representando cada uma das zonas de trabalho, recebiam uma chapa de um porco e o ano da nomeação⁸⁰⁶. As fotografias de cada edição, apesar de sempre num ângulo geral, mostravam o cumprimento do questionário inicial: casas alinhadas, construídas em tijolos de adobe, quase sempre pintados de várias cores, varandas e cobertura de capim. A presença de portas e janelas foi particularmente valorizada, como mostram os elogios à casa do soba Saquemba, em Maludi, vencedor de 1951. Até 1955, a adesão permaneceu gradual e consistente, impulsionando um conjunto alargado de prémios ou versões intercalares, como o “Concurso das melhores habitações indígenas”, com o objectivo de “manter o entusiasmo, por parte dos indígenas, na construção das suas habitações”⁸⁰⁷.



[103] Festa da Melhor Aldeia, 1950
[Viagem de Simões Neves, ANTT, AOS Cx. 718]

a cobertura das casas e do trabalho dos sobas e familiares. Não estando, portanto, unicamente dependente da nossa vontade, esta festa tem de efectuar-se quando possível”. *SPAMOI: Relatório anual de 1951* [1952]. UC/AD.

⁸⁰⁴ *SPAMOI: Relatório anual de 1950* [1951]. UC/AD.

⁸⁰⁵ Ver cronologia dos vencedores na Festa da Melhor Aldeia, em anexo.

⁸⁰⁶ *SPAMOI: Relatório mensal*, dezembro de 1946. UC/AD.

⁸⁰⁷ *SPAMOI: Relatório anual de 1952* [1953]. UC/AD, p. 42.

Por outro lado, o escopo da festa foi crescendo. A Diamang reconheceu que “os prémios são bons, não só pelas casas, mas pela influência que têm na fixação das aldeias, um dos problemas mais delicados”⁸⁰⁸. Nesta questão, em particular, estava cada vez mais patente o papel da mulher na manutenção e embelezamento das povoações, sendo, por isso, um alvo igualmente importante para os intentos da SPAMOI. Em meados da década de 1950, de acordo com as agentes da companhia, a “Festa da Melhor Aldeia” teria tornado “evidente a possibilidade de se obter a colaboração directa dos nativos e o interesse geral das populações negras por iniciativas úteis e muitas delas estranhas à sua tradição, quando concebidas de acordo com as características próprias dessas populações e executadas com boa organização, sequência e regularidade”; era, por isso, a principal estratégia que reconhecia a conexão entre a “estabilização” dos trabalhadores e o “embelezamento” das suas habitações, reportando à vontade de transformar as aldeias da Lunda segundo um modelo muito próprio de ordem e “bom gosto”⁸⁰⁹. Porém, não tardaria a que este propósito fosse desafiado.

Ainda que o propósito dos ciclos festivos fosse manter a “tradição”⁸¹⁰ e apesar de defender um concurso com “cunho essencialmente indígena”, a SPAMOI rapidamente admitiu que “não pod[ia] deixar de orientar e até executar” os trabalhos. Os relatórios enfatizavam a “renitência do negro do interior em introduzir novas fórmulas no conjunto dos seus usos e costumes ancestrais”, levando a Diamang a um dar um valor acrescido à festa por “representar a adopção de critérios que eram desconhecidos [às comunidades locais], como o de higiene nas habitações e o da arte no seu acabamento e apresentação geral”⁸¹¹. Neste ponto, importa considerar a inauguração da Aldeia Folclórica do Museu do Dundo, também em 1946, sinalizando o início dois caminhos distintos a serem trilhados pela companhia. Por um lado, a difícil “conservação” (imaginada?) de uma aparente “autenticidade” (manipulada?) entre as estruturas nativas, como mostrou Cristina Valentim⁸¹². Por outro, a tentativa de “modernização” do trabalhador africano através do espaço, que temos vindo a analisar.

Uma vez rodeada destas ambiguidades, e findo o impulso e o êxito da primeira década, a SPAMOI começou a notar “dificuldades” na realização do concurso. Em 1955, a companhia escreveu:

“A acção da SPAMOI a favor dos indígenas da região continuou a ser notável, mas as dificuldades são ainda grandes no capítulo dos aldeamentos, não obstante esforços por nós desenvolvidos. As casas onde se alberga a maior parte da população continuam a mostrar deficiências várias, devido à imprevidência e desinteresse dos moradores. Vão aparecendo em maior número as construções feitas com adobes, mas são casos isolados, não definindo uma acentuada evolução geral. Temos de reforçar assistência, por meio de uma acção de outra classe, que consistiria em nós próprios procedermos à substituição das cubatas deficientes por casas do modelo usados nas aldeias da companhia, como exemplo e estímulo; porém, o volume de outras construções tem sido tão importante que não foi ainda possível destacar pessoal”.⁸¹³

⁸⁰⁸ SPAMOI: *Relatório anual de 1950* [1951]. UC/AD.

⁸⁰⁹ SPAMOI: *Relatório anual de 1953* [1954]. UC/AD.

⁸¹⁰ “A ideia que presidiu à criação deste ciclo festivo correspondia, de resto, a uma tradição – a das grandes festas gentílicas, dos tempos tribais, ainda vivas na tradição oral.” SPAMOI: *Relatório anual de 1955* [1956]. UC/AD.

⁸¹¹ *Relatório dos representantes por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola*, 1950.

⁸¹² Valentim (2018). “Sons do Império...”, em particular o sub-capítulo 4.2. “A construção difícil da ‘autenticidade’”.

⁸¹³ *Relatório do Conselho de Administração da Companhia de Diamantes de Angola*, 1955.

A explanação do problema foi acompanhada pela “insistência” junto da população para tornar as aldeias “mais salubres e atraentes”. A “Festa da Melhor Aldeia” continuava a ser exaltada como excelente estratégia, com a premiação da aldeia do soba Chissanda, em Andrada, que naquele ano possuía o “aldeamento mais bem construído e cuidado”. Porém, a repetição do prémio ao soba Mutia, também em Andrada, no ano seguinte, e depois do soba Samuafo, em 1958, sugeria uma estagnação do projecto, remetendo para um circuito curto de influência. Para a companhia, a festa era um palco de “boas” práticas edificatórias; para os sobas participantes, era um modo de promoverem a sua influência local.

Numa evidente tentativa de dar novo impulso ao certame, a Diamang não só passou a ceder pedreiros e materiais às populações como, em 1957, escolheu pela primeira vez uma aldeia fora da região do Cambulo. Relembramos que a chegada de Paz Andringa à Direcção Geral, neste ano, tinha trazido uma maior lucidez sobre a situação real das “aldeias”, com o engenheiro a admitir que a “palavra nos relembra o muito que há a fazer”⁸¹⁴. Segundo os relatos da SPAMOI, o objectivo da expansão da área do concurso seria “demonstrar assim aos sobas que todos eles poderão vir a ser premiados, desde que de tal seja merecedores”; ainda que, de facto, o plano visasse sobretudo colmatar a falta de envolvimento das comunidades mais próximas.

Sem surpresa, foi a partir daquele momento que se manifestou uma mudança nas casas premiadas, iluminando não só a maior intervenção da companhia na construção das aldeias – com a SPAMOI a dispensar sucessivamente carpinteiros e a orientar obras – como a transformação no padrão e tipologia habitacionais oferecidos pela Diamang, que vimos antes. Se até 1957 os vencedores exibiam casas de paredes de adobe, com cobertura em capim e varanda, depois de 1958 o concurso passou a privilegiar habitações construídas em tijolo, com cobertura metálica, pisos de cimento, porta e várias janelas. Nesse ano, a povoação vencedora resultou da demolição integral da antiga aldeia e construção de novas casas, quatro das quais com a “novidade” da chapa de zinco⁸¹⁵.

Em 1962, contudo, o desânimo da SPAMOI era incontornável e traçado em extensos parágrafos: “como se vem focando em relatórios anteriores, esta festa não corresponde ao verdadeiro sentido para que foi criada. Os nativos aperceberam-se que a SPAMOI não se poupa a esforços para que na data prevista, a aldeia esteja apta a ser visitada pela direcção. Têm vindo a desinteressar-se a ponto de não haver aldeia com as características necessárias para tal fim. Aparecem casas definitivas em boas condições, mas sempre isoladas e não formando conjunto”. Por um lado, a orientação e materiais oferecidos pela companhia pareciam ter um efeito contrário ao desejado, iluminando a capacidade de instrumentalização das famílias locais. Por outro, era notado um certo aproveitamento do concurso para a ascensão social das comunidades, num aparente desvirtuamento dos padrões tradicionais. A este respeito, o serviço escreveu que “os trabalhadores que pretendem casa deste tipo pretendem elevar-se dos demais, criando um pseudo-prestígio e mantêm-se isolados. Raramente se vê soba com o antigo prestígio. Por isso vão rareando as tradicionais aldeias em que a casa grande, ao centro, pertencia ao soba”⁸¹⁶.

⁸¹⁴ Correspondência entre Andringa e Vilhena, 10 de dezembro de 1957. UC/AD.

⁸¹⁵ *Relatório anual da SPAMOI, 1958* [1959]. UC/AD.

⁸¹⁶ *Relatório anual da SPAMOI, 1962* [1963]. UC/AD.



[104] Casa na aldeia vencedora, 1951

[105] A melhor casa da aldeia vencedora, mandada construir pelo Txifulo, sobeta da aldeia, 1961

[106] Vista parcial da aldeia do Txifulo, 1961

[Relatórios Anuais da SPAMOI, UC/AD]

Na aldeia premiada nesse ano, do soba Mualuzanga, na área de Andrada, a SPAMOI admitia ter sido “forçada a colaborar excessivamente na construção de um grupo de seis casas, dentro daquele estilo, construindo inteiramente três delas e muito contribuindo para as restantes. Paredes de adobe, pavimentos e rebocos de cimento, com cobertura a chapa de alumínio”⁸¹⁷. A povoação era composta por casas muito semelhantes àquelas que então se construíam para europeus nos centros urbanos da companhia, ampliando a tentativa feita na aldeia do soba Mua Ela Txifulo, vencedora do ano anterior: alpendres de entrada, molduras trabalhadas em volta das janelas, com frisos e padrões, pisos elevados e uma escolha particular de materiais⁸¹⁸.



[107] Casa em Andrada, distinguida com um primeiro prémio. Construída exclusivamente a expensas do proprietário, 1961 [Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]

No momento em que se tornou evidente que o concurso não era mais do que numa bitola para aferir a resistência à mudança do modelo habitacional oferecido pela Diamang, as opiniões dentro da empresa começaram a dividir-se. Para os responsáveis no terreno, seria “preferível” deixar de atribuir o prémio e assumir que a SPAMOI construiria “em cada ano uma aldeia modelo” na Lunda. Afinal, era essa a constatação retirada da última edição, apontando para a vulgarização de uma imagética espacial que não fazia distinção entre grupos⁸¹⁹. Vilhena resistiu, alegando a manutenção daquela “tradição”, entretanto fabricada ao abrigo do projecto colonial, mas não foi bem-sucedido. A última edição da “Festa da Melhor Aldeia” aconteceu em 1963, com a premiação do sobeta Sapoco. No ano seguinte, após dezassete edições consecutivas do certame, a administração da Diamang reportou a impossibilidade de realizar não só esta festividade como o conjunto das Grandes Festas Anuais. A paragem, longe de ser inesperada, reflectiu não só os anos anteriores de repetidos obstáculos,

⁸¹⁷ Idem.

⁸¹⁸ *Relatório anual da SPAMOI, 1961* [1962]. UC/AD.

⁸¹⁹ “A aldeia premiada deste ano, com as suas casas de tipos bem distintos, serviu ao menos de modelo donde alguns trabalhadores têm copiado”. *Relatório anual da SPAMOI, 1962* [1963]. UC/AD.

como a mudança de conjuntura política, social e económica⁸²⁰. Como vimos no capítulo anterior, o início da década de 1960 exigiu uma mudança “radical” na paisagem da Lunda, resultante não só das tentativas de “reordenamento”, com impacto no tecido espacial do distrito, como da legislação que impunha novas regras sobre o “trabalho rural”. Em resultado, a Diamang apontaria a atenção para novos “dispositivos”, nomeadamente os bairros e os blocos colectivos, colocando a “aldeia indígena” num plano recuado.

Para fechar esta sequência valerá ainda a pena reflectir sobre as origens da festa, porque revelam mais sobre as intenções e o desfecho do concurso. A estratégia foi facilmente atribuída à influência do concurso “A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal”, organizado em 1938 pelo Secretariado Nacional de Propaganda. Seriam os próprios técnicos da Diamang, perante pares internacionais, a apontar as ligações com o certame português, comparando a acção da companhia ao escopo corporativo e assistencialista da FNAT⁸²¹. Todavia, se é certo que a prova que premiou a aldeia de Monsanto teve grande impacto no imaginário popular português à época⁸²², a Diamang precisou de outros impulsos para considerar a organização de uma festa que, na verdade, pouco partilhou dos objectivos da primeira, recordando a necessidade de questionarmos genealogias simplistas.

Uma leitura mais fina das interacções no terreno mostra que a sugestão avançada pela SPAMOI em 1945 resultou sobretudo de duas inspecções feitas às explorações da Diamang no decorrer daquele período. Assumindo que a “tradição” e o “corporativismo” se afirmavam como matérias essenciais para a produção espacial e afirmação política da Diamang, como veremos, o pragmatismo inerente ao projecto industrial não foi afastado do papel principal. Primeiro, Mottoulle regressou à Lunda, em Fevereiro, para acompanhar e a participar na orientação da SPAMOI. A promoção de concursos para premiar as “casas mais coquetes” estava na sua cartilha, publicada no ano seguinte⁸²³, sendo por isso razoável pensar que tenha deixado alguma indicação nesse sentido. Ainda que não tenhamos conhecimento de qualquer realização semelhante na Union Minière ou na Forminière, anos mais tarde os serviços da Diamang apontavam para o “interesse” de entidades estrangeiras naquela “fórmula valiosa de acção civilizadora”⁸²⁴, numa aparente validação da estratégia.

Depois, a Diamang recebeu comentários confidenciais de Henrique Galvão sobre a gestão da mão de obra na empresa, que foram alvo de muita atenção. Galvão tinha recentemente notado, perante a Assembleia Nacional, que “o desenvolvimento excepcional e consolador que nos últimos anos se tem observado nas cidades, vilas e aldeias coloniais, especialmente em Angola e Moçambique, trouxe – e já com sensível atraso – ao primeiro plano dos problemas a questão da urbanização desses povoados”. Crítico da actuação dos gabinetes públicos, que julgava condenados pela falta de conhecimento no

⁸²⁰ Apesar de insistir na realização da Festa, Vilhena sublinhou ser “indispensável ter presente a sensatez das dotações orçamentais e as possibilidades, capacidades dos Serviços de Construção Civil e outras necessidades”.

⁸²¹ A propósito do peso atribuído à questão da “assistência” ao trabalhador, a companhia justificou que “assim entendeu o governo [português] quando criou a FNAT; assim entende a Diamang, mais propriamente o Administrador-delegado, porque desde o início que assistência não tem cessado de expandir”. “Elementos destinados à Conferência Interafricana do Trabalho em Elizabethville, 1950”. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)*. UC/AD.

⁸²² Pedro Félix (2003). “O concurso A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal (1938)”, Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Jorge Freitas Branco (coords.). *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press, pp. 207-232.

⁸²³ Mottoulle (1946). *Politique Sociale* ... p. 36.

⁸²⁴ *Relatório anual da SPAMOI, 1953 [1954]*. UC/AD.

terreno, Galvão justificava a sua perspectiva depois de uma longa visita a Angola, que tinha incluído uma passagem nas explorações da Lunda.

Entre as notas de Galvão, foi notada a necessidade de “aperfeiçoar o sistema adoptado quanto às habitações” da Diamang, tanto a nível material como geográfico. Por um lado, recomendou a utilização de materiais que permitissem incendiar com regularidade das casas de modo a exterminar parasitas. Por outro, sublinhava a importância de expandir a “assistência” para lá dos locais de trabalho, explorando também o “habitat natural” das comunidades da Lunda. Nesta esteira, Galvão deu como exemplo o “serviço de propaganda” para trabalhadores voluntários da Sena Sugar Estates, em Moçambique. Esta instituição teria começado a organizar uma “grande festa gentílica” à chegada de cada contingente de mão de obra, aparentemente com bons resultados na construção de um espírito laboral e de integração do trabalhador na empresa⁸²⁵. A Sena Sugar operava na região da Zambézia desde 1920⁸²⁶. Pioneira da indústria açucareira daquela colónia, a empresa geria, à semelhança da Diamang, um grande número de trabalhadores, que convinha fixar nas plantações, numa área ainda sujeita aos “regimes de prazos” e das grandes concessões⁸²⁷. Pelos desafios comuns – e talvez porque a referência ameaçava o papel progressista que a Diamang quis reclamar para si em todos os assuntos da vida imperial – os representantes da companhia sugeriram uma visita àqueles territórios da chamada África Oriental.

Por fim, a par das recomendações de Galvão, circularam também entre os quadros da Diamang, no mesmo período, as palavras de Georges Moulaert, vice-Governador do Congo Belga, sobre a urgente “estabilização das comunidades indígenas”. Na opinião de Moulaert, aquele era o “problema colonial imediato” que dominava o presente e, acima de tudo, o futuro das colónias africanas, colocando qualquer mudança “económica, social ou moral” dependente da fixação da aldeia e consequente provisão de habitação, serviços médicos, escolas ou água potável. A este propósito, o administrador relembra a ideia dos “*agronomats*”, da década de 1930⁸²⁸, como modelo a ser seguido pelos diversos actores coloniais, sublinhando a responsabilidade e capacidade das companhias de mineração nestes esforços interdependentes de “estabilização” comunitária e agrícola⁸²⁹.

Sem que tenha sido possível confirmar a deslocação à Sena Sugar ou qualquer estudo aprofundado da composição dos “*agronomats*”, a organização da Festa da Melhor Aldeia na Lunda indiciou a adopção célere destas noções e estratégias, numa mistura das várias referências. Integrando todas as notas, nos meses seguintes foram elaborados mapas detalhados sobre as aldeias da SPAMOI, com registos sobre as áreas de repovoamento florestal, granjas e fruteiras. Segundo os engenheiros da companhia, “nenhuma empresa em Angola t[inha] tanta informação como a Diamang”, o que, na sua opinião,

⁸²⁵ Carta confidencial para Ernesto de Vilhena, 11 de janeiro de 1946 [idem].

⁸²⁶ Sobre a Sena Sugar ver Laperre (2022). *Doce Amargura...*; “O que é a Sena Sugar Estates, Limited” (1932). *Boletim Geral das Colónias*, 90.

⁸²⁷ Ver Direito (2013). “Políticas Coloniais...”

⁸²⁸ Em 1936, Moulaert patrocinou “*agronomats éducatifs*” em Ituri e Kivu, no Congo Belga, que integraram a longa genealogia dos modelos de exploração agrícola cooperativos como sistema de administração do território colonial.

⁸²⁹ George Moulaert (1946). “Problèmes coloniaux immédiats”. *La Revue Coloniale Belge*, 1 de Dezembro de 1946. Mão de Obra, SPAMOI, 1947 [80B, 5^o]. UC/AD.

possibilitaria “conclusões muito vantajosas” para “captar” e “orientar” as famílias africanas⁸³⁰. Como veremos na terceira parte, os anos seguintes foram, de facto, de profundas mudanças na habitação destas comunidades, através da generalização dos elementos construtivos promovidos pela festa. Contudo, o processo foi sempre heterogéneo, reforçando mais o peso das agendas individuais dos visados do que qualquer impacto efectivo ou duradouro deste concurso.



[108] Festa da Melhor Aldeia: Um pormenor da ala sul da Melhor Aldeia, do Caixilho, 1962

[109] Os sobas convidados pela SPAMOI em frente à casa do Caixilho, 1962

[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]

⁸³⁰ Carta confidencial para Ernesto de Vilhena, 11 de janeiro de 1946 [idem].



[110] Novo bairro residencial do Dundo; construção de novas habitações no talhão à direita, 1964
[Relatório de Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]

2.4. Diálogos especializados: da urbanização ao urbanismo

“Entre nós nunca se fomentou um sentido de paisagística na criação dos centros urbanos, faltaram-nos planeadores que se inspirassem no exterior. Os projectistas, assentes no anterior conceito de ‘povoação temporária’ (...), abdicaram de ambições arquitectónicas. Nos centros urbanos da Companhia advinha-se o quanto o esquadro andou teimosamente encostado à régua no traço das paralelas. (...) Hoje, é ver o novo tipo de urbanismo paisagístico no vasto conjunto habitacional do Dundo-Novo.”

– Relatório de Inspeção de Saneamento e Urbanismo da Diamang, 1965⁸³¹

Ao longo da década de 1950, o número de população “europeia” empregada na Diamang aumentou numa ordem de grandeza ímpar. Em contraste com os cerca de 200 funcionários do período entre guerras, a companhia contabilizou, em 1959, 533 empregados, aos quais se somavam 362 esposas e 427 filhos. Entre estes, permaneciam quase 1300 “europeus” na Lunda⁸³². A produção mais eficaz e a necessidade de maior especialização nos quadros tinham justificado a contratação de técnicos e, conseqüentemente, a chegada de novas famílias. A expansão territorial que observámos antes, através da construção das povoações a oeste, era causa e consequência deste crescimento, mas não seria a única transformação. Perante o pessoal recente e a diversificação de estruturas, a necessidade de ampliar as antigas povoações e ajustar métodos de trabalho tornou-se inevitável.

As circunstâncias evidenciaram a falta de “planeadores” profissionais na Lunda e, em resposta, os anos seguintes foram de novo reajuste. A Inspeção de Saneamento e Urbanismo da Diamang, criada em 1965, foi a epítome deste percurso. Para trás ficavam a nomeação de Fernando Queiroz como Urbanista da Direcção Geral, em 1960, assim como um conjunto de projectos que coincidiram com aquela transição. O cargo atribuído reconhecia o empenho do técnico nas obras da envolvente da Barragem do Luachimo, inaugurada a norte do Dundo, em 1957. A partir desta eleição, a Diamang tinha não só fortalecido o papel daquele funcionário na configuração espacial da Lunda, como vincava uma abordagem mais teórica e tecnicista aos planos de arquitectura e desenho urbano. A sua iniciativa revelou-se fundamental para a afirmação de um acerto disciplinar na companhia, dando palco à reforma de matérias urbanísticas e programas arquitectónicos. Porém, os dissabores também se acumularam, fruto da incompreensão da restante equipa no terreno, que procurou antes o pragmatismo necessário aos novos contextos políticos, técnicos e sociais. Se o técnico mostrava entusiasmo em “arrumar a casa” e aproveitar a “oportunidade única, excepcional, de se corrigirem os erros que se praticaram”, logo perceberia com tristeza que o descartavam propositadamente dos trabalhos na zona oeste⁸³³.

⁸³¹ Relatório de Inspeção de Urbanismo e Saneamento, 1966. *Urbanização e Saneamento*, 84X,5; 6º, 1966. UC/AD.

⁸³² “Pessoal branco, a 31 de Dezembro de 1959”. *Relatório do Conselho de Administração da Companhia de Diamantes de Angola relativo a 1959*. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1. À população “europeia” na Lunda acrescia 19 funcionários em Henrique de Carvalho e Luanda e 47 no período de “descanso” em Portugal.

⁸³³ Sobre o novo cargo de inspector de urbanismo, Queiroz relatou que “ninguém parec[ia] saber o que é” e que “nada cá está a fazer [na Lunda]”. A situação mais confrangedora aconteceu com o lançamento do centro urbano do Cuango, para

Sem prejuízo desta incompatibilidade, o léxico da Diamang sofreu uma expressiva actualização. Como lemos na epígrafe, em meados da década de 1960, estaria instalado um “novo tipo de urbanismo”, em contraste com o anterior protocolo de “urbanização”, demasiado ortodoxo, tolhido pela natureza “temporária” das minas e aparentemente desprovido de “ambições arquitectónicas”. A narrativa seria confirmada na “síntese” da empresa, em 1963, onde não só foi reconhecida a importância dos estudos do espaço, como se mostrou conhecimento do meio desta especialização. Ao explicar que “todas as unidades residenciais e de trabalho, que têm em conta a ordenação e diferenciação do espaço e das funções inerentes à vida e actividades humanas, são objecto não do acaso, mas de estudos urbanísticos feitos pelos serviços da Diamang”, a companhia citou o arquitecto John Dawe Tetlow. A escolha era reveladora do universo amplo de referências da companhia: Tetlow foi o primeiro arquitecto africano qualificado⁸³⁴, colaborador de Fry e Drew, que tinha assinado um artigo sobre o modelo “unidade de vizinhança”, no *Journal of the Town Planning Institute* de 1959, do qual a Diamang retirou a seguinte frase: “a função principal do urbanismo é criar um ambiente no qual o homem se sinta em casa”⁸³⁵.

O presente capítulo interroga as questões atrás enunciadas, procurando compreender o impacto de um protocolo mais especializado na produção do espaço da Diamang. Vimos que as primeiras décadas de exploração da Lunda tinham ficado marcadas pela exportação e apropriação de traçados estrangeiros, desenhados por americanos, sul-africanos e belgas, depois pontuados por uma retórica “nacional” que se desenvolveu a partir de meados da década de 1930. A inusitada mistura resultaria numa paisagem híbrida e particular, ancorada sobretudo em necessidades industriais. Porém, a expansão da companhia, que agora acompanhamos, inaugurou um caminho com novas referências. A necessária actualização do traçado nas povoações mineiras fez eco das experiências urbanas desenvolvidas por agentes especialistas em solo colonial, nomeadamente aquelas promovidas por organismos públicos, como o Gabinete de Urbanização Colonial. Esta aproximação – sem prejuízo da falta de formação e consequente cultura arquitectónica de homens como Queiroz – aponta para uma validação das práticas do Gabinete fora dos seus circuitos oficiais, traduzida na construção de uma paisagem cada vez mais homogénea, que deixou a racionalidade militar do início do século para incorporar outros esquemas mais orgânicos⁸³⁶.

o qual Queiroz não seria sequer consultado nos processos de implantação das novas vias e edifícios. Carta de Fernando Queiroz para Noronha Feyo, 25 de outubro de 1965. UC/AD.

⁸³⁴ John Dawe Tetlow (1913-?) foi o primeiro africano a formar-se na School of Architecture de Liverpool entre 1935 e 1938. Este facto foi celebrado por Maxell Fry, após contratação do técnico, cf. Ian Jackson e Jessica Holland (2014). *The Architecture of Edwin Maxwell Fry and Jane Drew. Twentieth Century Architecture, Pioneer Modernism and the Tropics*. Routledge.

⁸³⁵ J. D. Tetlow (1959). “Sources of the Neighbourhood Idea”. *Journal of the Town Planning Institute*, pp. 113-115.

⁸³⁶ Para uma vista panorâmica da evolução do desenho urbano nas colónias portuguesas ver Fonte (2012) *Arquitectura...*; Ana Vaz Milheiro (2012). “O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português”. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4 (2), pp. 215-232.

– Expandir e articular: o desenho de “cidadezinhas notórias”

“Tenho passado estes três meses na Lunda a arrumar a casa. Não estava destruída ou arruinada (...), mas a perder o ar de conforto. Era como mudar-me do Restelo para a Graça. O Dundo deixou de ser um pequeno aglomerado urbano para ser, dentro de Angola, uma cidadezinha notória. Cresceu, alindou-se, criou novos hábitos (que pena!), criou defeitos e indisciplina. (...) Apenas pergunto: mas quando já não puder ou não quiserem que eu venha cá, vão deixar morrer esta obra admirável da Companhia, tornando-se o Dundo numa banalíssima vila do tipo das que vemos ao longo das linhas férreas? Não pode ser!”

– Fernando Queiroz, Urbanista da Diamang, 1965⁸³⁷

Durante o seu cargo como Inspector de Saneamento e Urbanismo da Diamang, entre 1965 e 1966, Fernando Queiroz apresentou um extenso e cuidado relatório, no qual se propôs reflectir sobre a “crise de expansão” da companhia. Segundo o técnico, era urgente “fazer evoluir o progresso urbanístico” na Lunda através do “abandono do arcaísmo do canteiro feito a estaca e fio de sisal”⁸³⁸. Como vimos a respeito dos Cadernos de Urbanização, Queiroz tinha começado a aprofundar e afinar o seu discurso teórico na segunda metade da década de 1940. Por isso, quinze anos depois, as possibilidades oferecidas pela ampliação das povoações a oeste e pela “evolução do urbanismo e a lição que ela nos sugere” foram naturalmente acolhidas com muita expectativa por este funcionário. Nas suas palavras, a “escola estabelecida” na empresa – que traduzia em “mais casas, maiores jardins, mais canteiros e sebes”⁸³⁹ – tinha entrado em desalinho com os recentes desafios industriais, sociais e económicos.

Queiroz lutava contra o pragmatismo que se impôs perante o crescimento da Diamang. Na sua opinião, o Dundo já não era o dito “oásis” disciplinado e confortável, mas uma “cidadezinha notória”, “dentro de Angola”, que estaria a perder o seu carácter excepcional. O seu último objectivo profissional na empresa seria, por isso, evitar que as povoações da Diamang se banalizassem e conformassem ao “tipo” dos aglomerados construídos junto ao caminho de ferro. Em particular, a comunidade corporativa da Diamang, alicerçada na unidade e nos limites da *company town*, começava a diluir-se perante o crescente número de empregados na Lunda. À semelhança da nota sobre a amálgama de aldeias nos Kardex da concessão⁸⁴⁰, a administração da companhia admitia que se tornava cada vez mais difícil controlar a diversidade de “ideias” dos habitantes assim como garantir que mantinham as suas habitações salubres e asseadas. Por exemplo, as fiscalizações impostas em 1942, que vistoriavam cada pátio e quintal – para “civilizar” aquela “sociedade colonial, como veremos na terceira parte –,

⁸³⁷ Correspondência entre Fernando Queiroz e Noronha Feyo, 25 de Outubro de 1965. *Urbanização e Saneamento*, 84X,5; 5º, 1960-1966. UC/AD.

⁸³⁸ Relatório de Inspeção de Urbanismo e Saneamento, 1966. *Urbanização e Saneamento*, 84X,5; 6º, 1966. UC/AD.

⁸³⁹ Relatório..., 1966. *Urbanização e Saneamento*, 84X,5; 6º, 1966. UC/AD.

⁸⁴⁰ Cf. Relatório da Concessão do Dundo, de 1963, já citado na primeira parte, em que se lê a falta de “controlo que há uma década permitia manter centenas de árvores inventariadas e até [d]as próprias aldeias nativas, [que] mesmo que escondidas nos capinzais, estavam numeradas e faziam parte dos Kardex da Concessão”.

tinham sido abandonadas. Era por isso que Queiroz se queixava da “desarrumação” encontrada na Lunda, como sinaliza o parágrafo de abertura desta secção.

Aparentemente enredada no seu próprio crescimento, a Diamang caminhou para uma organização mais genérica e plural, que, como sabemos hoje, lhe permitiu sobreviver ao fim do projecto colonial. Porém, o estudo deste período de ajuste mostra que o caminho foi repudiado por aqueles que alinhavam no legado de Ernesto de Vilhena. Fernando Queiroz foi um agente activo deste grupo. Consciente do desenrolar da situação, o empregado defendeu que se fizesse “qualquer coisa” para que as povoações da companhia não perdessem as suas características assim que tivesse “desaparecido o escol que carinhosamente a criou”⁸⁴¹.

O Dundo-Novo e a expansão de Andrada

Em 1955, a concessão do Dundo reportou o início de uma “etapa de aperfeiçoamento”, através de uma “fase de trabalho activo e ordenado”. Os serviços tinham um “plano preestabelecido” para “dar à povoação a categoria correspondente à fama que conquistou em Angola e além dela”. Nas entrelinhas deste relato escapava o desalento perante a desadequação daquele lugar à disciplina urbanística. A ideia de “oásis” persistia, mas esclareceu-se que os “créditos” daquela povoação não resultavam falta de comparação, mas de mérito intrínseco:

“Muitos pensam que créditos do Dundo são filhos de um termo de comparação, dada a pobreza, desalinho e mau gosto da maioria das povoações espalhadas por Angola. A verdade, porém, é que o Dundo representa como que a imagem límpida de uma vontade apostada em erigir na Lunda uma obra que não tem rivais em todo o vasto território de Portugal; e que dificilmente admitirá comparações, dentro do campo da sua especialidade industrial, com o que existe lá fora. Outros pensam que o seu valor está, em parte, em ser uma espécie de “oásis” num deserto de anharas, quando a verdade é que dentro dum território fecundo de arborização, rico de paisagens, com ribeiros e regatos, quedas e rápidos sombreados, lagos ou baías com pontos, o Dundo seria na mesma aquilo que é: um jardim contínuo, um atractivo dos olhos, um sedativo do espírito”.⁸⁴²

A eloquência deste documento, grafado por Fernando Queiroz, mostra a evidente dedicação com que o técnico se entregou à “urbanização” das povoações da Lunda, em particular do Dundo, dando início a um período que chamou de “etapa de aperfeiçoamento”. Este entusiasmo pelo arranjo do espaço tinha levado o técnico à leitura de inúmeros títulos sobre arquitectura e arte, presentes na biblioteca da Casa do Pessoal⁸⁴³. A continuação do relato mostrava o despontar de visões divergentes na Diamang, não só entre os quadros da empresa como entre o cada vez maior e mais heterogéneo grupo de empregados “europeus”. Queiroz admitia que os esforços em matérias de “urbanização” não podiam “ultrapassar os limites daquele equilíbrio que é divisa da companhia”, mas lamentava a

⁸⁴¹ Correspondência.... *Urbanização e Saneamento*, 84X,5; 5º, 1960-1966. UC/AD.

⁸⁴² Relatório da Concessão do Dundo, de 1955. UC/AD.

⁸⁴³ Queiroz esteve sobretudo interessado nas publicações de Lester Walker, paisagista inglês.

perda de oportunidades para alavancar transformações no espaço e “fixar qualquer coisa de novo”.

A expansão do Dundo, em discussão desde o final da década de 1940⁸⁴⁴, assumiu uma importância premente. O centro urbano continuava a regenerar sobretudo dentro da sua malha original, através da renovação do edificado, mas a estratégia mostrava-se obsoleta. A área residencial tinha então pouco mais de 60 hectares, pelos quais se distribuíam cerca de 250 edifícios de habitação e 70 construções industriais (armazéns, oficinas, escritórios). A grande maioria (54ha) estava ocupada pelos 459 habitantes europeus, enquanto a restante parcela (7,5ha) – correspondente ao Bairro Norte – alojava 376 habitantes assimilados, numa clara desproporção na sua repartição (e não considerando sequer as aldeias de trabalhadores da “Concessão”, em torno do núcleo principal). Para os anos futuros, sem perspectivas de abrandamento da chegada de pessoal e perante a pressão para construir mais habitações, foi proposto um aumento de 50% na área a urbanizar e infraestruturar⁸⁴⁵. Apesar do surgimento de opções ousadas, como o “abandono [d]a construção de moradias e passar a erigir prédios em altura”, foi a expansão e a construção de mais quarteirões com “casas de campo, baixas” a prevalecer como sistema estruturante⁸⁴⁶.

Se a escassez era sobretudo habitacional, foram, porém, os planos para a construção de uma nova estrutura hospitalar a dar o derradeiro impulso ao projecto de expansão. Também devido ao crescimento da população, o hospital do Dundo, totalmente remodelado em 1944, depressa foi considerado desajustado, apenas uma década após a sua conclusão. Por um lado, a chamada “assistência ao indígena” tinha sido intensificada pela necessidade de atrair cada vez mais mão de obra para as minas e, por isso, o número de tratamentos médicos era muito superior. Por outro lado, a antiga estrutura, inicialmente construída na periferia da povoação, estava já inserida na malha urbana e importava voltar a afastar os serviços do dia-a-dia da população europeia.

O Projecto para o Novo Hospital do Dundo foi lançado em 1958, através da constituição de uma comissão interna para o seu estudo⁸⁴⁷. A organização de equipas dedicadas à preparação de projecto já era prática corrente, mas a sua formalização nestes termos era uma novidade que apontou para o novo paradigma na abordagem à arquitectura e ao espaço. Reconhecendo que o projecto estava alinhado com o “acentuado movimento de renovação do equipamento hospitalar” a que se assistia por “toda a África Tropical”, a companhia mostrou devida atenção a conjunturas mais amplas de transformação da paisagem⁸⁴⁸. As referências belgas, em particular, mantinham-se estruturantes. O estudo detalhado do Hospital Congolês em Elizabethville, inaugurado naquela década, servia de base para analisar as vantagens e desvantagens de diversos esquemas de circulação e implantação (dispersão em pavilhões articulados ou concentração num grande bloco vertical). Nas notas do arquitecto Noel

⁸⁴⁴ Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Quirino da Fonseca, 16 de julho de 1946. A propósito da construção de novas cavalariças de apoio à equitação, Fonseca referiu as “necessidades derivadas da eventual expansão do Dundo para poente”. *Construções nas Explorações*, 24 Agosto 1941 a 31 Dezembro de 1948. UC/AD.

⁸⁴⁵ “Projecto da rede de esgotos do Dundo”, 1957. *Urbanização e Saneamento na Lunda*, UC/AD.

⁸⁴⁶ Telegrama de João Bexiga, 25 Novembro 1962. *Urbanização e Saneamento*. Correspondência diversa. UC/AD.

⁸⁴⁷ Comissão constituída pelo engenheiro-administrador Noronha Feyo, médicos Dr. Bugalho Picoto, Dr. Santos David, Dr. Moura Pires, e engenheiro civil Alfredo Pino, espelhando a multidisciplinaridade com que a questão foi abordada. “Relatório da Comissão para o Estudo das Bases do Projecto do Novo Bloco Hospitalar do Dundo”, 1958. UC/AD.

⁸⁴⁸ “Relatório da Comissão...”, 1958. UC/AD.

Van Malleghem, autor daquele edifício e agente bastante envolvido na questão urbanística do Congo Belga⁸⁴⁹, sobressaía a preocupação em relacionar o edificado com a sua envolvente, em conformidade com o momento de expansão da companhia.

A proposta para o hospital da Diamang foi assinada por Alfredo Pino, uma aquisição recente nos quadros da empresa. Respondendo à conjuntura, o relatório do projecto apontou questões importantes que figuravam na (re)composição do protocolo edificatório da Diamang. O edifício hospitalar foi representado apenas num plano de massa, apontando para a preocupação em resolver, em primeiro lugar, o seu entorno. Pino admitia que a implantação do equipamento de saúde estava “intimamente ligada com a expansão da povoação, [sendo] boa lógica não resolver o primeiro sem o segundo”⁸⁵⁰. Se até então existia na Lunda pouca conexão entre o plano edificado e o plano de chão, ficava ali proposta uma nova orientação que visou uma maior integração dos vários elementos urbanos.

De facto, bloqueado na maioria dos quadrantes por oficinas, pelo curso do rio ou pela topografia demasiado inclinada, o Dundo só poderia desenvolver-se para sul, onde se previu precisamente a construção do novo bloco hospitalar. A fatalidade resultou em dois desafios: colocou em causa o desenho da entrada na povoação e entrou em conflito com a aproximação a uma das “aldeias de aclimação de indígenas contratados”, que gravitavam em torno do núcleo urbano. A proposta de Pino procurou resolver ambas as questões através do reposicionamento da chamada Rotunda da Chicamba, construída em 1949 para emoldurar o acesso dos visitantes vindos de Saurimo. O gesto, considerado uma “realização feliz e de inegável utilidade”⁸⁵¹, para além de ganhar espaço para o hospital, bissectou o acesso à povoação, dando-lhe novas possibilidades, conquistava espaço para um novo bairro para empregados e permitia um afastamento significativo da aldeia indicada. Na fundamentação do desenho, o técnico referiu ter obedecido aos “bons princípios do urbanismo tropical”, cuja “regra elementar” considerava a “separação entre indígenas e europeus por uma zona de protecção sanitária mínima de 800 metros (distância máxima de voo do mosquito)”⁸⁵². Esta era uma matéria cara aos especialistas coloniais, que discutiam, já desde a década de 1920, a validade e a configuração das chamadas “zonas neutras” – ainda que, como mostrou Luce Beeckmans, não existisse qualquer consenso na sua aplicação: era apenas um “mecanismo de segregação” sem fundamentação científica⁸⁵³.

Na análise desta memória descritiva importa destacar também a menção à disciplina do urbanismo. Pino mostrou estar atento à produção urbanística na colónia e em África, sob a etiqueta “tropical”, colocando a empresa a operar noutro nível teórico, que se afastava da rúbrica da “urbanização”, notoriamente mais empírica. Neste sentido, foi reveladora a tradução, quase literal, que Pino fez das

⁸⁴⁹ Em 1947, as autoridades belgas contrataram o arquitecto Noël van Malleghem para um estudo das áreas urbanas do Congo Belga. Malleghem criticou a falta de um “plano holístico” para as povoações mineiras, como Kolwezi, a cargo da Union Minière. Noël van Malleghem (1950). *L'urbanisation d'Elisabethville. L'urbanisme au Congo Belge*. Bruxelas: Ministério das Colónias; Kristien Geenen (2020). “Gnawing Away at the City: Narratives of Domestic Precarity in a Congolese Mining Town”. *African Studies Review*, pp. 1-22.

⁸⁵⁰ “Relatório da Comissão...”, 1958. UC/AD.

⁸⁵¹ Carta de Ernesto de Vilhena para Tavares Paulo, 24 de Fevereiro de 1950. UC/AD.

⁸⁵² “Relatório da Comissão...”, 1958. UC/AD.

⁸⁵³ Beeckmans apresentou um estudo comparativo entre os projectos “sanitários” discutidos pelas autoridades coloniais inglesas, francesas e belgas. Beeckmans (2013). “Making...”

linhas orientadoras compiladas por M. Bruyère, engenheiro belga, no livro *Contribution à l'étude des habitations pour indigènes au Congo Belge*, publicado em 1952 pelo Instituto Colonial Belga (IRCB)⁸⁵⁴. Neste estudo, Bruyère apresentou vários “princípios gerais” sobre “urbanismo colonial” – oscilando entre preocupações sanitárias e estéticas, através de autores como os arquitectos ingleses Jane Drew e Maxell Fry e os médicos belgas Mouchet e Van Nitsen, ou de publicações como a *L'Architecture d'Aujourd'hui* e os *Bulletins* do CEPESI, que informaram estudos da Diamang sobre “habitações indígenas”, métodos de construção, materiais, redes de água e instalações sanitárias, como aprofundaremos na terceira parte. Respondendo à exigência de ser um “guia prático” para o desenho de projectos e para a construção de futuros Centros *Extra-Coutumiers* do Congo Belga⁸⁵⁵, o documento de Bruyère foi ilustrado com várias fotografias e plantas. Era mais um sintoma do momento de intensa sistematização do estudo do urbanismo em território colonial⁸⁵⁶, cujos resultados, como mostram os relatórios e desenhos de Queiroz e Pino, contagiaram a Diamang naquele final de década, sem prejuízo da evidente escassez de conhecimento mais técnico e disciplinar.

Em conformidade com o plano, os trabalhos nas ruas do Dundo iniciaram em 1960 (após um susto de recessão internacional, que levou a Diamang a adiar algumas obras, reforçando a constante dependência dos trabalhos em relação às flutuações da conjuntura económica)⁸⁵⁷. A Rotunda da Chicamba – ou dos Pioneiros, por ali se ter colocado o monumento do Obelisco, em homenagem aos homens principais da história da Diamang⁸⁵⁸ –, concluída em 1963, serviu de ponto de ancoragem do projecto. A Avenida Principal, conhecida como Avenida do Obelisco, daria acesso à ambicionada expansão da zona residencial para europeus, que ficou conhecida como o Bairro Novo. A proposta inicial, composta por 111 casas distribuídas por 21 talhões, organizava o bairro através de um “novo tipo de arruamentos, circulares, que contrastam com os anteriores e que afastam as habitações europeias da aldeia indígena”⁸⁵⁹ (e que exigiriam ainda o reposicionamento do parque zoológico e da aldeia do museu). Como explicou Fernando Queiroz, também envolvido na concretização do plano, os técnicos pretendiam sair da “concepção hermética” do passado, com o “abandono”, recordamos,

⁸⁵⁴ Ainda que não seja feita qualquer referência a Bruyère, esta apropriação surge sem surpresa, pois, como notámos no capítulo anterior, a colecção patrocinada pelo ICB era conhecida e instrumentalizada pelos diversos serviços da Diamang.

⁸⁵⁵ Pierre Charles (1936). *Le problème des centres extra-coutumiers et quelques-uns de ses aspects*. Bruxelas: Institut Colonial International; Grévisse (1951). *Le Centre Extra-Coutumier...*

⁸⁵⁶ Recordamos que a publicação da obra era coeva, por exemplo, com a realização do XXI Congresso da *Fédération Internationale de l'Habitation et de l'Urbanisme*, em Lisboa, e consequente publicação do título *L'Habitation dans les pays tropicaux*, que reuniu três comunicações de João de Aguiar no referido certame.

⁸⁵⁷ O mercado de diamantes encontrava-se em franca expansão desde 1950, até que um anúncio de recessão nos Estados Unidos da América, em 1957, perturbou fortemente os investidores. Vilhena temia o fim do “boom” dos diamantes – e, por isso, adiou obras como o bloco hospitalar do Dundo e nova estação de Sink and Float –, mas a gestão de Harry Oppenheimer na Diamond Corporation permitiu que o ritmo positivo fosse rapidamente retomado. Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Salazar, 1958. *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.

⁸⁵⁸ O monumento do Obelisco foi inaugurado a 27 de agosto de 1960. No relato da cerimónia, publicado no jornal *O Comércio*, a peça foi descrita como um “monumento de linhas singelas e elegantes, que se elava a 19 metros do solo e consagra a memória do Pioneiro, fórmula que abrange descobridor, que partindo do extremo ocidente europeu, foi o primeiro Capitão a aportar em Angola; o Restaurador, que expulsou os holandeses; o Ocupante da Lunda hostil e insubmissa, e tardia por demasiado distante à penetração do europeu; e o Colono, que com o auxílio e cooperação dos naturais da região tirou da terra o melhor que ela possuiu, num esforço heroico, deixando rasto de Progresso, Civilização e Beleza”. As quatro faces do monumento registaram os quatro momentos históricos “a que se deve a existência da Lunda como património de Portugal” – a chegada dos portugueses ao Zaire, a Reconquista de Angola, a 1ª expedição ao Matianvua e as primeiras pesquisas mineiras –, respectivamente representados por Diogo Cão, Salvador Correia, Henrique de Carvalho e Ernesto de Vilhena. ANTT, PT/TT/AOS/E/0281/00281.

⁸⁵⁹ “Relatório da Comissão...”, 1958. UC/AD.

“do arcaísmo do canteiro feito a estaca e fio de sisal, justificado em tempos idos, mas a todos os títulos não de aceitar agora”. O objectivo era dar palco a um “novo tipo de urbanismo-paisagístico”, que transformaria o Dundo numa “povoação-parque”⁸⁶⁰.

Dificuldades posteriores no avanço dos trabalhos – não só devido à grande dispersão que se vivia devido à expansão a oeste, como também pela destabilização crescente que resultou do conflito armado nos anos subsequentes – levaram ao abandono da construção desta área semicircular. Em alternativa, foi projectada apenas uma via circular de acesso ao Bloco Escolar do Caxinde. Porém, a principal consequência desta actualização do traçado, pouco óbvia e nem sequer destacada por qualquer um dos agentes envolvidos, mas muito significativa do ponto de vista da percepção do espaço, estava lançada: a definição de um novo eixo regulador para a povoação. O traçado da nova avenida do Dundo quebrou a anterior ligação directa aos escritórios e oficinas, ao mesmo tempo que revigorou outra linha que terminava no Museu, justificando a implantação de uma praça ao lado deste equipamento. Ou seja, a povoação passou a ser assumidamente “urbana” e não industrial. Em 1969, todos estes eixos seriam renomeados para celebrar importantes figuras da Diamang: a Avenida Principal como Avenida Quirino da Fonseca; a Praça Comandante Ernesto de Vilhena, junto ao Museu; e a Avenida Brandão de Melo, na ligação entre as duas. Conforme outros processos que antes notámos, a mudança nominal reforçava um modo diferente de leitura do espaço. Na cerimónia solene seria destacado o trabalho de Quirino da Fonseca, a quem a companhia “devia a urbanização do Dundo, com o seu lindo traçado de ruas, largos, parques e jardins”⁸⁶¹, remetendo para a relevância dos seus “alicerces” nesta esteira urbana.



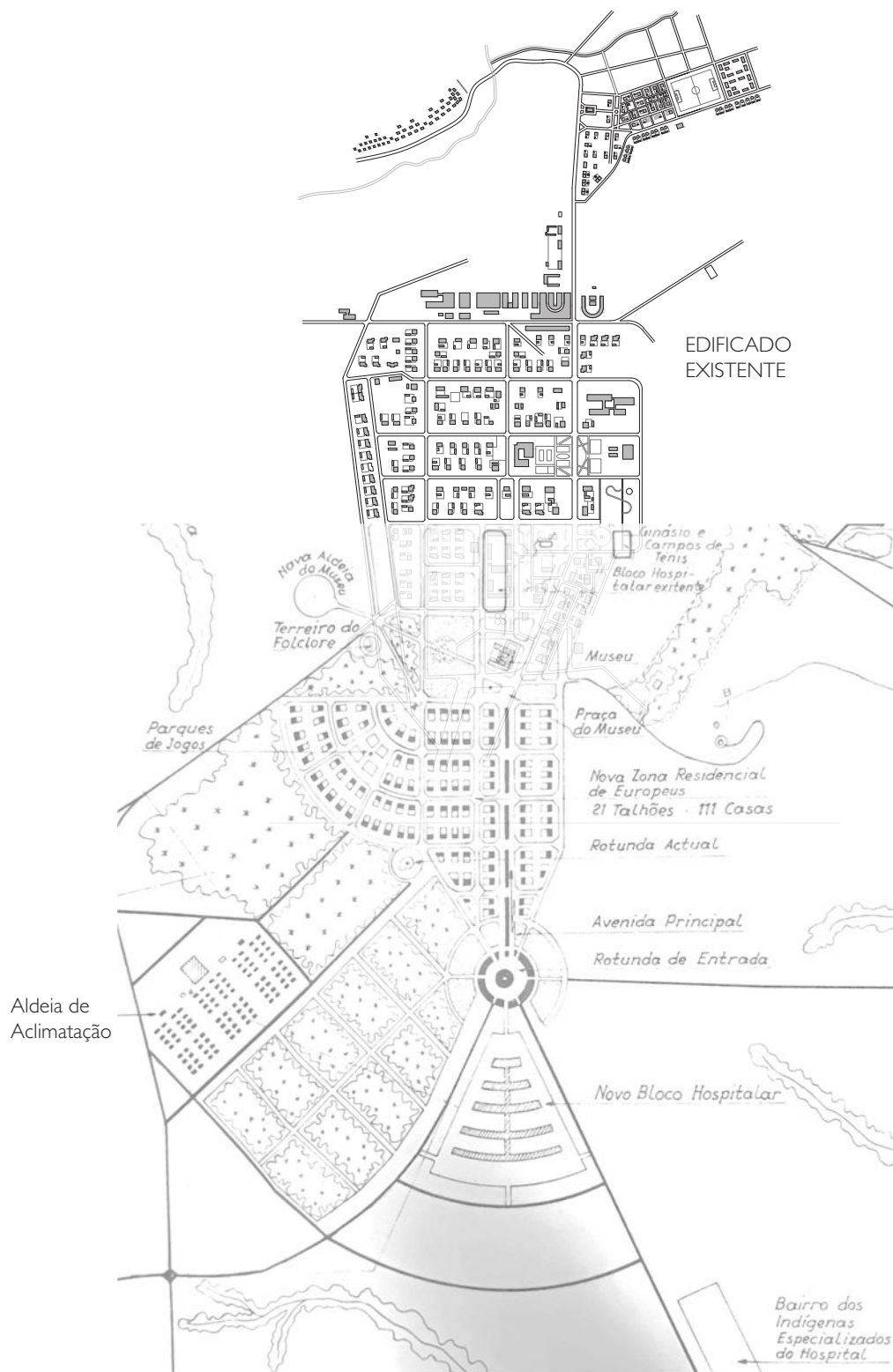
[111] Casas de habitação para empregados no Dundo-Novo, 1963

[Relatório do Serviço de Construção Civil, UC/AD]

⁸⁶⁰ “Inspeção de Urbanismo e Saneamento: relatório de 1965-1966”. *Lunda. Urbanização e Saneamento*. 1 de julho de 1966 a 31 de dezembro de 1966 [84X, 5] 6^a. UC/AD.

⁸⁶¹ “Discursos proferidos pelo Sr. administrador-delegado, em 21 de Setembro de 1969 na Lunda, por ocasião das solenidades em memória do comandante Ernesto de Vilhena, coronel Brandão de Melo e engenheiro Quirino da Fonseca, bem como algumas palavras dirigidas a sua excelência o governador-geral de Angola”.

PLANO PARA EXPANSÃO DO DUNDO, 1958



[112] Proposta para ampliação do Dundo: Esboço da Urbanização, 1958

[Relatório da Comissão para o estudo das bases do projecto do Bloco Hospitalar; UC/AD]

CENTRO URBANO DO DUNDO, 1970



[• I 12-B] Planta do Dundo, c. 1970
 [Arquivo digital diamang.com]

POVOAÇÃO DO DUNDO, 2023



[•I12-C] Ortofotomapa do Dundo, 2023
[Google Earth]

Em paralelo, Andrada também cresceu em população e rapidamente exigiu novas orientações para o seu traçado, como povoação de maior importância nos grupos de exploração da Diamang. O *Plano para expansão de Andrada no sentido oeste*⁸⁶², apresentado em 1961, seguiu as mesmas premissas experimentadas no Dundo, confirmando a mudança de paradigma na empresa. O centro urbano deveria alongar-se pelo planalto entre os vales do Nzargi e do Icongula, duas das ribeiras que sulcavam o local. Fernando Queiroz, que nesse ano acumularia também funções como Encarregado da Concessão daquele grupo – depois de ter assumido o mesmo papel durante a discussão sobre o crescimento do Dundo –, assinou o projecto.

Aproveitando a memória descritiva para continuar a dissertar sobre o percurso de espacialização da Diamang, o técnico não se coibiu de criticar as anteriores experiências urbanas, mostrando uma orientação cada vez mais sólida. A avaliação das larguras das ruas e dos pátios, construídos ao longo de quarenta anos, tinha revelado uma heterogeneidade métrica que Queiroz atribuiu à ausência de planificação⁸⁶³ e ao crescimento orgânico, típico das primeiras cidades mineiras. Em alternativa, o funcionário defendeu a aposta em “medidas mais modestas”, que resultassem em maior economia e facilidade de conservação, ambas a “favor da estética e da sanidade”. À semelhança de Pino, Queiroz dizia querer aplicar “as regras correctas do urbanismo”. No entanto, na explicação do conceito, que apresentou como “ciência do arranjo citadino: sanear, engrandecer e embelezar”, o técnico citou o Dicionário Lello como manual de referência⁸⁶⁴, expondo mais uma vez a sua falta de cultura arquitectónica – ao arrepio do reconhecimento que a própria administração da companhia tinha feito de profissionais como Tetlow, como vimos.

Para cumprir o seu propósito, Queiroz começou por ignorar o aglomerado existente e desenhar a extensão de Andrada como um “satélite”, mostrando atenção às propostas experimentadas noutros pontos de Angola⁸⁶⁵. Todavia, num gesto menos arrojado, a solução passou antes por “vincar profundamente a ligação que dê ao novo aglomerado uma expressão de continuidade da cidade actual”. Tal como no desenho para o Dundo, a argúcia da proposta para Andrada estava na alteração subtil do eixo primário, a que Queiroz chamou a “espinha dorsal” da povoação. Deslocado de uma posição periférica, de comunicação directa com as explorações, para uma rua no centro do núcleo urbano, o trajecto principal de acesso passava a ser uma via “airosa e dignamente integrada no plano geral”, que apontava à Casa do Pessoal⁸⁶⁶.

⁸⁶² “Paiva de Andrada: memória descritiva do plano de expansão (no sentido w)”, 4.03.1961, pelo urbanista da Direcção Geral, Fernando Queiroz. As citações apresentadas nos próximos parágrafos, até indicação seguinte, são retiradas deste documento. UC/AD.

⁸⁶³ De acordo o levantamento de Queiroz, não existiam quaisquer elementos urbanos com medidas iguais entre pares. A largura das avenidas oscilava entre os 12,50m e os 16,20m, enquanto as ruas de serventia tinham entre 6 e 14m. Já os quintais das casas tinham fundos a medir entre os 15 e os 20m. “Paiva de Andrada: memória descritiva do plano de expansão (no sentido w)”, 4.03.1961, pelo urbanista da Direcção Geral, Fernando Queiroz. As citações apresentadas nos próximos parágrafos, até indicação seguinte, são retiradas deste documento.

⁸⁶⁴ Sem indicar a sua referência, Queiroz apresenta uma cópia literal da entrada da palavra *Urbanização* no Dicionário Lello Universal: **ur·ba·ni·za·ção** (nome feminino): 1. Acto de urbanizar; 2. Ciência ou teoria do arranjo citadino (sanear, engrandecer, embelezar). Ver “urbanização”, *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, elaborado a partir do *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa* (Porto, Lello Editores, 1996 e 1999).

⁸⁶⁵ Por exemplo, a tese de Vasco Vieira da Costa, para Luanda; ou o plano de Simões de Carvalho, para a mesma cidade.

⁸⁶⁶ “Paiva de Andrada...”, Fernando Queiroz. UC/AD.

A entrada da povoação, que passou a privilegiar a relação com os restantes “centros urbanos” do grupo (e não com o posto administrativo Cambulo, como até então acontecia), seria pontuada pela sucessão de duas rotundas. De acordo com a proposta, as avenidas ficariam normalizadas numa largura de 12 metros, enquanto as ruas de serventia passariam a ter uma bitola de 8 metros. Foi ainda traçada uma via circular para tirar o “pesadelo” do tráfego pesado do interior da povoação, resguardando a tranquilidade dos habitantes e a conservação das ruas. Mais uma vez, esta preocupação com a questão viária alinhava-se, no conteúdo e no tempo, com as discussões que então aconteciam sobre a expansão da cidade de Luanda, onde se propunha a hierarquização clara das vias através dos princípios reguladores da Carta de Atenas⁸⁶⁷. Ou seja, Queiroz não era especialista – e sabia-o –, mas foi capaz de traduzir as principais premissas orientadoras da época.

Na área em estudo, com cerca de 18 hectares, foi prevista a construção de um “novo sector habitacional”, com 76 moradias, uma praça, uma escola, uma casa de recreio para crianças e outra para adultos, um parque infantil (com piscina e tanques de areia), vários parques relvados e, ainda, um edifício para os serviços de urbanização (que, ficava claro, Queiroz queria beneficiar e apetrechar). À semelhança do Dundo, o desenho favorecia a vida social da comunidade, com o espaço público a ganhar outra dimensão, através da presença de avenidas arborizadas, rotundas e praças. Para lá dos armazéns, construídos em 1950, foi proposta uma zona de “expansão oficial”, uma zona desportiva e as instalações para a futura delegação das Secções de Relações Exteriores e Diligências. No conjunto, Queiroz experimentava as ferramentas de “sectorização” que, como veremos, estariam também na base do traçado das povoações a oeste.

Por fim, ainda num paralelo com o Dundo, foi desenhada uma área para trabalhadores africanos na periferia na povoação, mostrando que estas unidades tinham definitivamente entrado no desenho do conjunto urbano, não podendo ser ignoradas. Mais uma vez, recorreu-se a uma solução subtil para manter a separação racial, ainda que Queiroz fosse transparente na sua opção: atribuíra um talhão para “a construção de alguns grupos de cubatas, uma aldeia indígena (...) no mesmo alinhamento, mas devidamente separada”⁸⁶⁸. O estádio de futebol, palco das Grandes Festas Indígena, seria, tal como noutros lugares em África, o grande mecanismo de corte⁸⁶⁹. O gesto foi justificado com preocupações de estética, rendimento de mão de obra e aproveitamento do espaço.

Devido às contingências do conflito armado, que começou pouco tempo depois, esta expansão não foi integralmente concluída. Andrada acabou por ganhar uma ampla zona residencial, edificada através de um único plano-tipo de habitação⁸⁷⁰ – remetendo para a optimização dos planos e para a uniformização da paisagem –, mas ficariam a faltar a meia circular, fecho do conjunto, com escola e zonas de recreio.

⁸⁶⁷ Cf. Correia (2018). “O modelo do urbanismo...”. Documento da Câmara Municipal de Luanda, assinado por Vasco Vieira da Costa, em 1958, pp. 175 e 176.

⁸⁶⁸ “Paiva de Andrada...”, Fernando Queiroz. Apesar da escala de conjunto, pouco pormenorizada, a proposta para aldeia parece ainda remeter para os planos da “aldeia Diamang” de 1943. UC/AD.

⁸⁶⁹ Beeckmans (2013). “Making the African City...”.

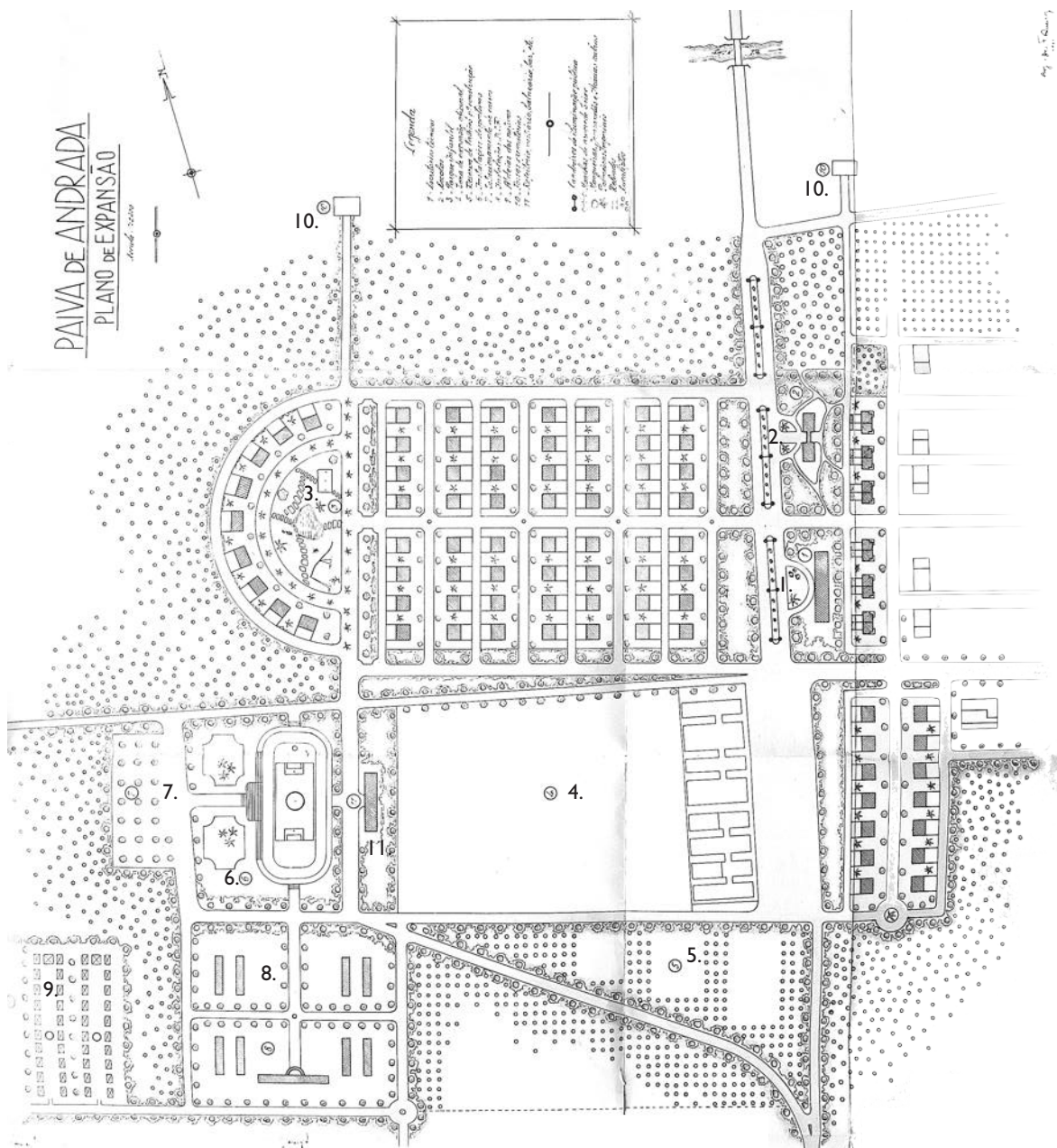
⁸⁷⁰ “Centro Urbano de Andrada: parte nova (planta de localização das casas a construir), 1968”. UC/AD.



[113] Nova estrada noroeste da povoação de Andrada, 1970

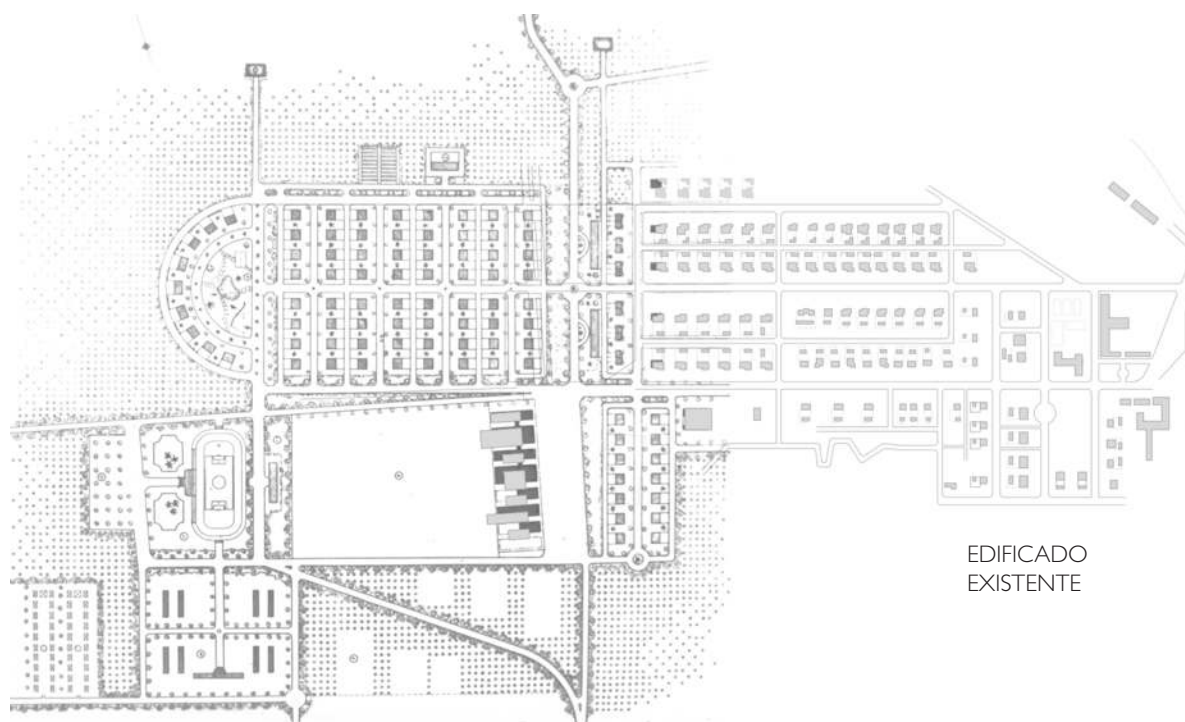
[114] Blocos de habitação de 3 quartos, derés-do-chão e 1º andar, K-293 e k-292, 1970
[Construções nas Explorações; Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]

1. Escritórios técnicos; 2. Escolas; 3. Parque infantil; 4. Zona de Expansão Oficial; 5. Reserva de talhões para construção; 6. Instalações desportivas; 7. Estacionamento; para carros
8. Instalações DSR; 9. Aldeias de nativos; 10. Fossas crematórias; 11. Refeitório, vestiário



[115] Paiva de Andrada: plano de expansão, 1962
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]

PLANO DE EXPANSÃO PARA ANDRADA, 1962

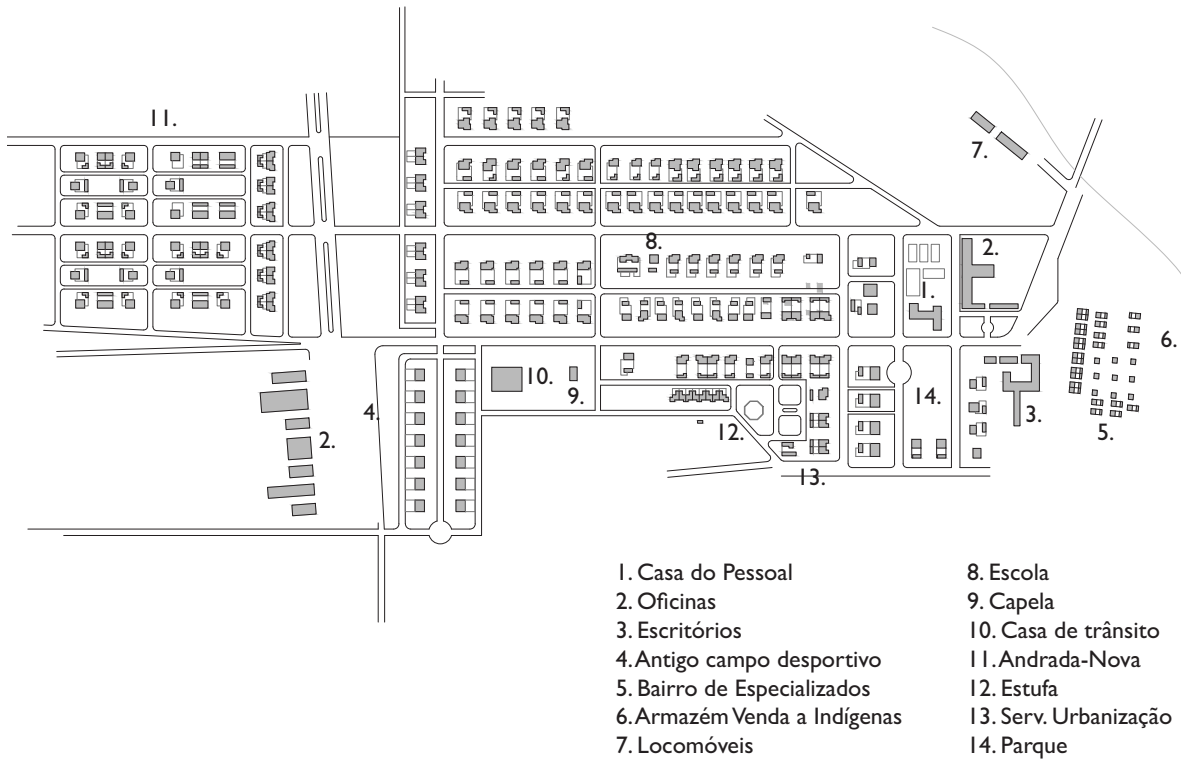


[•116] Paiva de Andrada: plano de expansão, 1962

[117] Vista aérea de Andrada, vendo-se em primeiro plano as oficinas e armazéns, 1964

[Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]

CENTRO URBANO DE ANDRADA, 1968



POVOAÇÃO DE NZARGI, 2023



[• I 18] Planta de Andrada, 1968 (Andrada-Nova: plano de construções)

[I 19] Ortofotomapa de Nzargi, 2023

[Urbanização e Saneamento Lunda, UC/AD; Google Earth]

Os traçados de Calonda, Lucapa e Luzamba

As possibilidades oferecidas pela ampliação e construção de novas povoações, em finais da década de 1950, num particular “*far west*”⁸⁷¹, foram acolhidas com muita expectativa. Como vimos a propósito da expansão do Dundo e Andrada, a Diamang vivia um momento de reflexão e ajuste sobre as suas práticas urbana e arquitectónica. As semelhanças significativas que os núcleos urbanos do Calonda, Lucapa e Luzamba, apresentam entre si permitem equacionar uma análise conjunta. É lógico e natural que, dentro de uma mesma empresa, as opções de projecto e técnicas de construção utilizadas em determinado momento tenham sido consideradas e empregues em povoações coevas, como temos vindo a perceber. Porém, uma vez que estes factores estiveram também presentes no caso da zona este (recordamos que o primeiro conjunto de postos da companhia foi também construído através de relações de contiguidade e ao longo da mesma década), a centralização e especialização promovidas por Paz Andringa, em 1957, destacam-se como novas condições preponderantes para a distinta sincronia técnica e estética.

Os três principais planos (e sucessivas alterações) para as povoações da zona oeste, desenhados na primeira metade década de 1960, são claros quanto à actualização das matrizes orientadoras do espaço da companhia, em contraste com os antigos modelos. Sobre o plano de Luzamba, por exemplo, escreveu-se que:

“A elaboração, na actualidade, de um plano de um novo centro urbano da Companhia que, tão longe do Dundo, se propõe vir a servir a área de promissoras explorações mineiras do Cuango, não podia deixar de entusiasmar quem, como nós, se tem batido na defesa de determinados princípios urbanísticos. Acresce (...) dar-se ao Luzamba uma expressão acentuadamente evolutiva”⁸⁷².

O primeiro ponto a destacar na “evolução” dos referidos “princípios urbanísticos” foi a crescente importância dada aos equipamentos urbanos na organização do traçado. Para além de apresentar pequenos grupos de habitações e estruturas energéticas (postos de abastecimento de combustível ou motores eléctricos), o lançamento das novas povoações fixou-se através de ambiciosos planos constituídos pela Casa do Pessoal, Escritórios, Oficinas, Hospital-dispensário, Escolas, Posto Climatológico e Armazém de Venda a Indígenas – ou seja, o conjunto de edifícios que a Diamang tinha vindo a experimentar nos antigos centros urbanos, já totalmente consolidados na imagem da companhia. As dimensões ou o tratamento estético dados a estes edifícios seria coerente com a relevância de cada centro urbano dentro da hierarquia da empresa: o Lucapa mais destacado, como centro principal, e o Calonda e Luzamba mais simples, de relevância menor. É justo notar que esta aposta se manteve tímida e, por vezes, até hesitante, como mostra o sucessivo adiamento

⁸⁷¹ A expressão foi utilizada em diversos contextos relacionados com a territorialização da Diamang. A propósito do percurso de ocupação, Vilhena disse: “por isso que ainda há pouco, saltando o Lóvua que logo dotámos com uma ponte definitiva, fomos procurar nessa parte do território, que é o nosso *Far West*, populações remotas e atrasadas, para as assistir nas suas necessidades e doenças e lhes inculcar a prática de cultura da terra”. “Notas...”, 2º, 1957. ANTT, PT/TT/CDA/1/0. Ver ainda *Relatório da inspecção efectuada à Diamang*, 1971. ANTT, PT/TT/ASC/D/00021.

⁸⁷² *Algumas Anotações...* Inspecção de Urbanismo e Saneamento, 1966. Arquivo Fernando Queiroz (particular).

na construção de uma capela do Calonda⁸⁷³. O que sobressai, então, é a apresentação integrada dos equipamentos, que podemos considerar fruto da compreensão da permanência dos assentamentos no território e do futuro para além do propósito de exploração.

Segundo, foi assumida uma clara ruptura com o anterior sistema de quadrícula, assumindo-se a linha curva como parte fundamental no equilíbrio do desenho urbano. A companhia descolou da ortogonalidade típica da *company town* e dos assentamentos de carácter militar do início do século e abraçou traçados reguladores mais orgânicos e harmónicos com a topografia. Como antes sugerimos, a opção entrava em linha com a paisagem promovida pelos técnicos dos gabinetes públicos⁸⁷⁴ e mostrava uma maior sensibilidade às condições locais. Para a justificar, estaria uma maior capacidade de reconhecimento físico do território (através de levantamentos topográficos e estudos geológicos mais precisos, por exemplo) e de equilíbrio entre as exigências sociais e industriais.

Terceiro, do ponto de vista do edificado, a Diamang promoveu uma maior uniformidade construtiva. Pela rapidez e centralização do processo de composição urbana, qualquer uma das três povoações apresentou um conjunto mais homogéneo de habitações, quando comparada com o Dundo ou Andrada, por exemplo. Os conjuntos habitacionais seriam delineados por planos sucessivamente repetidos e pela definição de projectos-tipo, implementados em diferentes povoações, apenas com algumas variações mínimas entre eles⁸⁷⁵ – um tema a que voltaremos na terceira parte. Ainda nesta lógica, foi desenvolvido o primeiro “equipamento-tipo” da Diamang: a escola primária que foi reproduzida e adaptada não só nestes centros como noutras geografias⁸⁷⁶.

Depois, para além destas características gerais, importa notar algumas questões particulares de cada povoação. O Calonda, por ter sido o primeiro centro em construção, representou naturalmente a primeira linha de mediação entre as duas grandes linhas de planeamento do território adoptadas pela Diamang. Enquanto os antigos centros apresentavam o traçado ortogonal da *company town*, o Calonda foi integrado na topografia através de um eixo curvo que se abria sobre o vale. A mudança de traçado foi valorizada nas notas dos técnicos:

“O centro urbano de Calonda, situado num planalto, apresenta-se-nos com miradouro sobre as baixas onde se processam as explorações mineiras. No aspecto panorâmico, é a Povoação mais bem situada da Companhia, pelo que de todo merece o traçado que plano apresenta”⁸⁷⁷.

O plano de urbanização foi apresentado num gesto célere, logo após a confirmação de diamantes

⁸⁷³ O projecto para capela num ponto central do Calonda, por exemplo, era uma novidade que seria consonante com o crescente fomento de uma paisagem não-extractiva (e que se alinharia com o conjunto standard de equipamentos então promovido pelas Obras Públicas em Angola). Porém, o constante adiamento da sua construção, em favor de outros edifícios necessários às actividades industriais, mostrou insegurança quanto ao rumo urbano que se perseguia.

⁸⁷⁴ Nomeadamente pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar. Para um entendimento das várias fases desta instituição, ver Milheiro (2012). “O Gabinete de Urbanização Colonial...”

⁸⁷⁵ Desenhos nº 62-359, 64-14 (casa de habitação com dois quartos), 66-358, 66-358 (casa de habitação com três quartos, tipo I), 67-418 e 68-89. UC/AD.

⁸⁷⁶ *Escola primária a construir nos centros urbanos*. Plano nº 62-387. 10 de setembro de 1962. UC/AD.

⁸⁷⁷ *Algumas Anotações sobre os Planos de Luzamba e Calonda*. Inspeção de Urbanismo e Saneamento da Diamang, 1966. Arquivo Fernando Queiroz (particular).

de excelente qualidade naquela região. Foi o último projecto a ser assinado pela equipa de Brás Santos, Carlos Jorge e Américo Teixeira (engenheiro, desenhador e copião, respectivamente). Estes homens representariam o traço antigo da companhia – mais contido, rígido e amador –, que não encontrou lugar na pretendida renovação espacial. A organização inicial baseou-se num núcleo central, onde foram colocados equipamentos mais relevantes, como o escritório do chefe de grupo, as oficinas e a capela, à volta do qual se implantaram as habitações para empregados europeus. Este semicírculo habitacional seria apenas interrompido pela Casa do Pessoal, que se debruçou sobre a paisagem. Mais recuados ficaram o hospital, o posto climatológico e o chamado “armazém de venda a indígenas” (AVI) – mais tarde Posto de Compra e Venda (PCV), como veremos. Após a fixação deste grupo inicial de edifícios, a povoação recebeu ainda um novo impulso entre 1964 e 1966, passando de 16 edifícios para 33. Neste período, foram construídas a escola primária, uma piscina e uma habitação da SPAMOI, assim como várias outras casas para empregados.



[120] Calonda. Casa de habitação, simples, de 3 quartos, para empregados K-65, 1970
[Relatório anual da DSOVC, 1970]

A poucos quilómetros do Calonda, servindo as minas abertas no rio Luachimo, a povoação Lucapa foi fruto de dois projectos que ilustram a transição urbanística da empresa. O primeiro plano, desenhado em 1961 pelas equipas dos Serviços de Construção Civil, reproduziu ainda os grandes alinhamentos ortogonais. Através desta proposta, a povoação foi lançada através de um grande eixo com um ponto central de acesso: a mais tarde apelidada “Rotunda dos Bacalhaus”⁸⁷⁸, adornada com espelho de água e placas relevadas. À semelhança das povoações anteriores, este esquema linear sugeria a distribuição das habitações no sistema de quarteirão e concentrava os equipamentos junto ao centro⁸⁷⁹. Porém, sem prejuízo destes trabalhos iniciais, foi o “Plano urbanístico do Lucapa”⁸⁸⁰,

⁸⁷⁸ Nome atribuído informalmente pelos empregados da Diamang, devido à peça escultórica colocada na rotunda.

⁸⁷⁹ Plano nº 61-209, elaborado pelo Serviço de Construção Civil. Não foi possível determinar os contornos deste desenho, que apenas conhecemos devido às menções escritas em correspondência. De acordo com Fernando Queiroz, esta solução era “representada pelo traço geométrico de uma Avenida Central, 18 ruas e uma vasta rotunda à volta da qual se previam escritórios, igreja e uma das escolas”.

⁸⁸⁰ “Plano urbanístico do Lucapa”, 66-266, estudado por Alfredo Pino e Fernando Queiroz, levantado por Valdoleiros e M.

apresentado em 1966, a mediar o verdadeiro avanço da construção. No novo traçado, proposto por Fernando Queiroz e Alfredo Pino, a sectorização surgiu como principal instrumento de organização do espaço, sem deixar de estar ancorada no eixo já edificado. Numa crítica à “escola estabelecida”, a memória descritiva do plano defendeu a importância de “alargar os horizontes conceptivos” dos estudos técnicos e dos traçados urbanísticos⁸⁸¹.

De acordo com este estudo, o Lucapa foi dividido em cinco sectores: o sector habitacional, uma mancha “densa”, com 80 casas (num total de 104 fogos), bissectada pela avenida principal e coroada pela Casa do Pessoal (servida por parque infantil, campos de ténis, patinagem, hóquei, voleibol); o sector central, apoiado na rotunda, com um segundo conjunto habitacional “para sair da rotina do alinhamento rígido e monótono”, escola, igreja e parque-jardim; o sector hospitalar, a maior área, com um equipamento de saúde e habitações para pessoal do corpo clínico; o sector comercial, oficial e de bairros, para diversos serviços, como a Casa de Trânsito e Loja Principal, armazéns, oficinas e bairros para “pessoal especializado” e do “quadro auxiliar”; e, por fim, o sector desportivo, na base da povoação, de modo a aproveitar as facilidades de construção do terreno e da vegetação envolvente, para “defender praticantes dos ventos prejudiciais (...) e purificar o ar”⁸⁸². Neste documento foi ainda sublinhada a preocupação em desviar o trânsito pesado através de uma via circular, também ensaiada em Andrada, numa indicação que se quis concorrente com as “preocupações” dos “princípios que regem as concepções urbanísticas”.

Em traços largos, o plano do Lucapa representou a mais significativa aproximação ao modelo adoptado pelo Gabinete de Urbanização Colonial na sua década de arranque, balizada entre 1945 e 1955. Esta primeira fase, assente na batuta do arquitecto João de Aguiar⁸⁸³, foi caracterizada pelo cruzamento dos modelos da City Beautiful e da Cidade Jardim, resultando no lançamento de avenidas monumentais, na aplicação de instrumentos de zonamento e na construção de um conjunto-base de equipamentos⁸⁸⁴. Na Diamang, chegou-se a este esquema com o desfasamento temporal próprio de um processo empírico de apropriação e tradução das práticas de desenho.

Já na zona do Cuango, o Luzamba e o Cafunfo foram os últimos centros urbanos a serem estudados e construídos, rematando a ampliação da zona de trabalhos da Diamang. Num processo semelhante ao do Lucapa, o Luzamba foi inicialmente estudado pelos Serviços de Construção Civil, em 1965, obedecendo a um traçado ortogonal que apenas perdia a sua forma no limite curvo do planalto, contornando-o. Partindo da pista do aeródromo, a povoação era definida por uma avenida principal, a eixo da Casa de Trânsito, e por cinco quarteirões rectangulares, numa hierarquia de tipos de habitação: casas de maiores dimensões no centro, casas geminadas e menores depois. Junto à Casa de Trânsito foram colocadas a escola e a Casa do Pessoal, enquanto o hospital e a capela se implantavam numa

Batista, desenhado por Fernando Queiroz, copiado por Luvirés Lulissa (?). 8 de julho de 1966. UC/AD.

⁸⁸¹ Perante os comentários, os Serviços de Construção Civil defenderam-se na necessidade de resolver as instalações mais urgentes, classificando o plano anterior do Lucapa como um simples “ensaio”.

⁸⁸² *Algumas Anotações...* Inspeção de Urbanismo e Saneamento, 1966. Arquivo Fernando Queiroz (particular).

⁸⁸³ Sobre a obra de João de Aguiar ver Joana Bastos Malheiro (2016). “A cidade no Estado Novo: o desenho urbano na obra de João de Aguiar”. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

⁸⁸⁴ Milheiro (2012). “O Gabinete...”

faixa lateral, assim como oficinas e armazéns⁸⁸⁵.

No ano seguinte, porém, surgiu novo estudo pelo traço de Queiroz, através do plano 66-390. O técnico ambicionou a referida “expressão acentuadamente evolutiva” e, tal como no Calonda, os aspectos físicos da paisagem voltavam a ser notados como linhas de trabalho:

“Sob todos os aspectos, a escolha do local, feita pela nossa Direcção-Geral, não podia ter sido mais feliz. Do ponto de vista paisagístico e de sanidade, o pequeno planalto, visto do ar, assemelha-se a uma tampa gigantesca assente na imensidade de montes e planuras; e o Cuango, correndo em sua volta de sul para norte, parece marcar, propositadamente, os limites do centro urbano (...). O vento representa um elemento purificados. Tomámo-lo em muita conta no traçado da Povoação e na [concepção] das instalações de trabalho, pelo que ficam removidos, por seu efeitos, ruídos e cheiros que possam a vir a prejudicar a tranquilidade e o saneamento dos habitantes. No mesmo sentido, o Serviço de Construção Civil traça a rede de esgotos”⁸⁸⁶.

Reproduzindo a lógica sectorial do Lucapa, o Luzamba foi pensado através de parcelas: um sector principal com escritórios, Casa de Trânsito e Casa do Pessoal, um sector hospitalar, três sectores residenciais e uma área de armazéns e oficinas. Para os técnicos da empresa, a povoação resultava de um “critério de parcelamento diferente do usado”, numa busca de novas lógicas reguladoras⁸⁸⁷. De acordo com as notas, procurou-se não deixar “grande razões à crítica condenatória (...), para que os vindouros não nos acusem de não termos sabido evoluir...”⁸⁸⁸. O traçado orgânico, adaptado à topografia, distinguiu o Luzamba dos restantes centros urbanos da companhia. A habitação foi organizada através de uma praceta e, de modo particular, foi prevista a utilização de um destes sectores pelo “pessoal africano especializado”. O sector hipotecado era o mais distante, no “extremo sul”, com 30.000m², separado da restante povoação pelas instalações do hospital. No caso desta alteração acontecer, a escola aqui implantada deveria ser transformada numa Casa de Convívio ou Recreio. Por isso, apesar dos 500 metros deste ponto ao centro serem uma distância desadequada no caso da ocupação escolar, eram justificados pela distância mínima a assegurar no segundo cenário⁸⁸⁹.

Apesar do estudo, o Luzamba nunca chegou a desenvolver-se nestas dimensões. Porém, foi o ponto de partida de um conjunto de intenções que contagiaram os restantes centros do oeste. De facto, uma vez conhecido o plano para o Luzamba, a administração da empresa considerou “interessante aplicar” a mesma proposta de parcelamento nas povoações do Calonda e do Lucapa, apontando para

⁸⁸⁵ “Centro Urbano de Luzamba, área do Cuango”. Plano 65-443, copiado por Dibué. Serviço de Construção Civil, 12 de novembro de 1965. UC/AD.

⁸⁸⁶ *Algumas Anotações...* Inspecção de Urbanismo e Saneamento, 1966. Arquivo Fernando Queiroz (particular).

⁸⁸⁷ Carta de Guilherme Moreira para Fernando Rego, 30 de setembro de 1967. *Direcção Administrativa. Construções: Explorações Diversas*, 1967. 3a), 6º vol. UC/AD.

⁸⁸⁸ *Algumas Anotações...* Inspecção de Urbanismo e Saneamento, 1966. Arquivo Fernando Queiroz (particular).

⁸⁸⁹ De acordo com a memória descritiva do Plano 66-390, ficava a “impressão de que falhámos” na implantação do bloco escolar, “quando agora consideramos a distância a que fica do chamado sector principal, 500 metros”. Porém, uma vez “prevista a hipótese de este sector residencial ser ocupado pelo pessoal africano especializado, (...) se escolheria mais apropriado para o bloco escolar”. *Algumas Anotações...*, 1966. Arquivo Fernando Queiroz (particular).

uma lógica circular de acumulação e aplicação de conhecimento⁸⁹⁰. No Calonda, foi construído um “bairro do quadro auxiliar para trabalhadores assimilados”, a norte do hospital, que duplicou de tamanho entre 1966 e 1968, num total de 22 habitações. No Lucapa, foi edificada uma unidade para “especializados”, a sul, depois das oficinas, também a partir de 1966. Pela primeira vez na paisagem da Diamang, experimentou-se a inclusão de bairros para africanos na malha dos centros urbanos, ainda que sempre na sua periferia, abrindo o território corporativo a novas dinâmicas. Os técnicos salvaguardavam que as “habitações compactas”, geminadas, com dois pisos, para maior economia, destinadas a este pessoal, estabeleciam um “contraste marcado” com os edifícios dos empregados europeus, mas já não encontravam argumentos válidos para um promover uma maior distância na implantação destes bairros.



[121] Casas de habitação para o Quadro Auxiliar no Lucapa, 1965
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66, UC/AD]

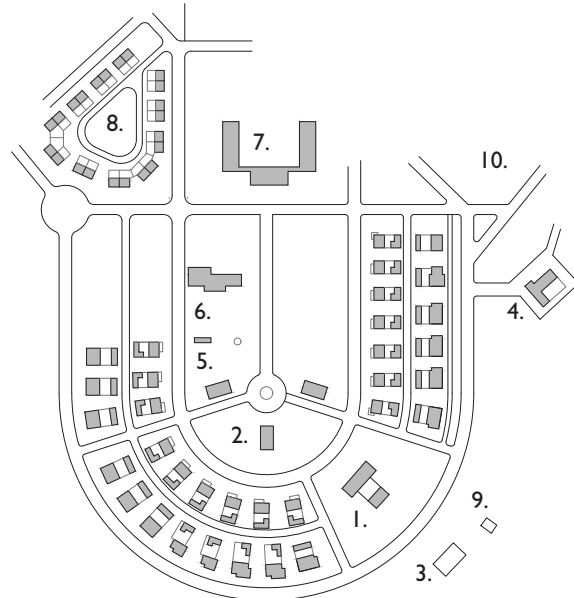
Todas estas operações deram destaque à imagem de “urbanidade” da Diamang, tanto na qualificação do espaço público como na nomeação urbana e específica das estruturas espaciais (em contraste com a anterior numeração genérica, também típica da *company town*). A companhia procurou transformar as suas povoações em “marcos inapagáveis da sua presença numa Angola em progresso”⁸⁹¹. Em paralelo, deu-se uma actualização dos modos e métodos de construir, como veremos na próxima secção.

⁸⁹⁰ Cf. carta de Guilherme Moreira para Fernando Rego, 1 de setembro de 1967. Pede-se “a exemplo do que está projectado para o centro do Luzamba”, que se estudem as possibilidades de “incluir na área residencial do Calonda habitações para o pessoal do quadro auxiliar”.

⁸⁹¹ “Inspeção de Urbanismo e Saneamento: relatório de 1965-1966”. UC/AD.

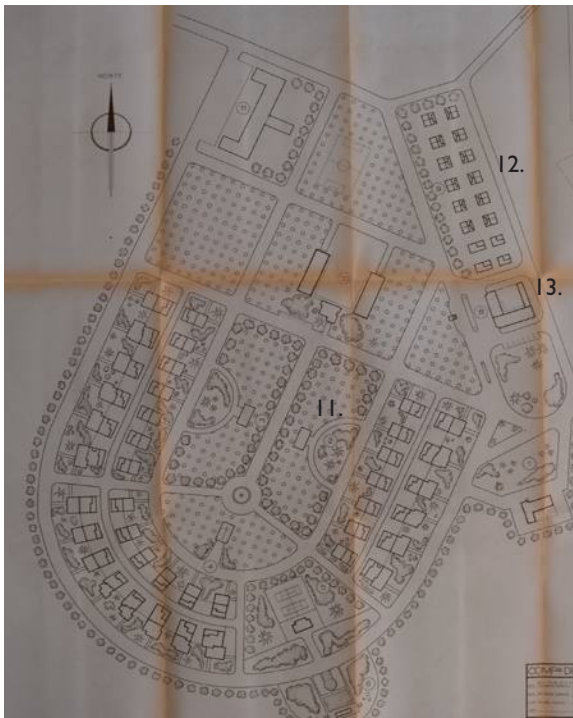
CALONDA

1. Casa do Pessoal
2. Capela
3. Piscina
4. Escola
5. Escritórios
6. Oficinas
7. Hospital
8. Casas geminadas
9. SPAMOI
10. Posto climatológico



[proposta do plano 66-405]

11. Casa de Trabalho
12. Bairro do Quadro Auxiliar
13. Armazém de Retalho

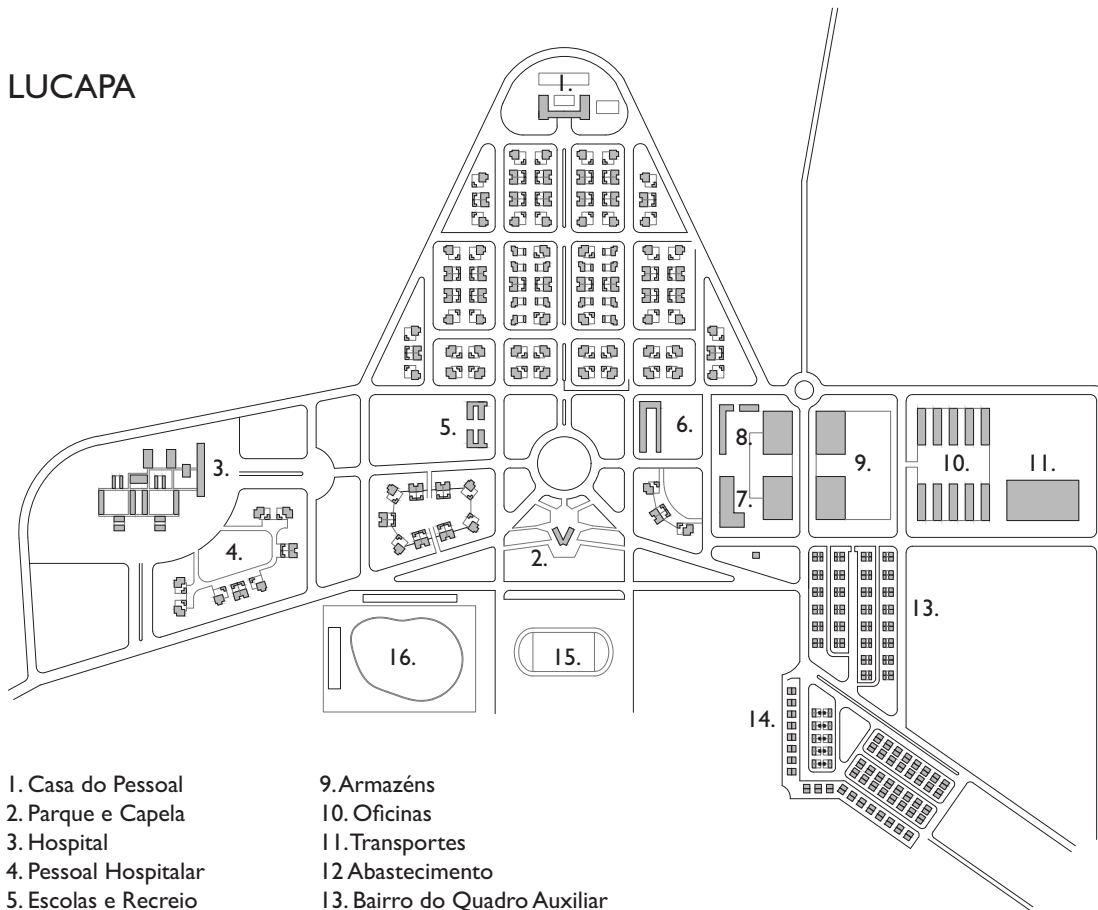


[122] Plano de Urbanização do Calonda, 1966 (proposta)

[123] Povoação do Calonda, 2023 (ortofotomapa)

[Arquivo Fernando Queiroz, particular; Google Earth, 2023]

LUCAPA



- | | |
|-----------------------|-------------------------------|
| 1. Casa do Pessoal | 9. Armazéns |
| 2. Parque e Capela | 10. Oficinas |
| 3. Hospital | 11. Transportes |
| 4. Pessoal Hospitalar | 12. Abastecimento |
| 5. Escolas e Recreio | 13. Bairro do Quadro Auxiliar |
| 6. Casa de Trânsito | 14. Quadro de Especializados |
| 7. Escritórios | 15. Desporto |
| 8. Zona comercial | 16. Piscina |



[•124] Plano de Urbanização do Lucapa, 1966 (proposta)

[125] Povoação do Lucapa, 2023 (ortofotomapa)

[Arquivo Fernando Queiroz, particular; Google Earth, 2023]



[126] Andrada: Casas destinadas ao pessoal do Quadro Auxiliar, 1965

[127] Calonda: Casas de habitação para especializados, blocos de 4 fogos, 1970

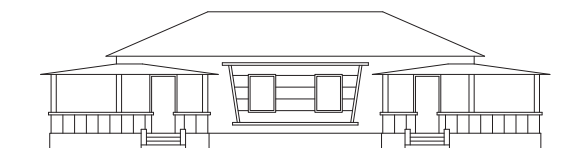
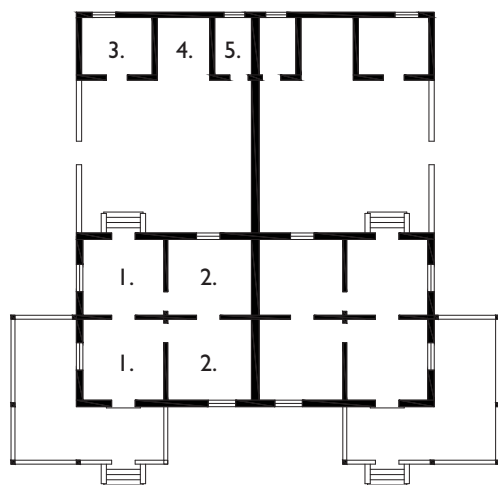
[128] Bairros de Especializados, em Andrada e no Calonda (ortofotomapa, 2023)

[ANTT,AOS/D-N/2-13-1; Relatório Anual da DSOVC, UC/AD; Google Earth]

Casas de Habitação Geminadas (Quadro Auxiliar)

[desenho 62-336]

1. Sala
2. Quarto
3. Cozinha
4. Lavagem de Roupa
5. WC



Alçado frontal



Alçado lateral

LUCAPA | Bairro do Quadro Auxiliar



[129] Casas de habitação geminadas para o Quadro Auxiliar no Lucapa, 1966

[129-A] Bairro do Quadro Auxiliar, a sul do Lucapa (ortofotomapa, 2023)

[Construção e Reparação de Edifícios, UC/AD; Google Earth, 2023]

– Eixos genéricos: modos e métodos de construir

A expansão do assentamento da Diamang não se traduziu apenas numa actualização do dispositivo urbano, mas também numa reforma dos métodos de trabalho. A contratação de especialistas, como Pino, ou a nomeação de Queiroz como Urbanista, foram sintomas da reorganização chefiada por Paz Andringa, mas não os únicos. A construção da Central Hidroelétrica do Luachimo, através de um ambicioso projecto⁸⁹², a norte do Dundo, foi um importante ponto na materialização destas mudanças, reforçando o conjunto das questões. A abertura da barragem, a 28 de Setembro de 1957, não só impulsionou uma significativa alteração no esquema energético e laboral da Diamang⁸⁹³, como fortaleceu o papel da empresa na modernização da paisagem de Angola⁸⁹⁴. Por outro lado, a construção do conjunto voltou a sublinhar as inquietações lançadas pela direcção da empresa. Queiroz, empenhado no planeamento da envolvente da barragem, mas receando que a sua falta de formação compromettesse o conjunto, alertou para as falhas de formação dos envolvidos, em linha com o esquema de Andringa. Na sua opinião, se o objectivo era transformar a obra na “barragem mais bem urbanizada de Portugal”, aumentando a colecção de “títulos honrosos” da companhia⁸⁹⁵, impunha-se a contratação de um arquitecto-paisagista conhecedor das matérias em causa.

O repto, ainda que recebido negativamente, marcou o início de um período mais aberto às vantagens da especialização dos quadros. Sem prejuízo da hesitação da empresa, observou-se a partir de então uma maior valorização da educação formal, consonante com a crescente profissionalização da arquitectura.

⁸⁹² Os trabalhos começaram em 1952, depois de um contacto preliminar com a sociedade belga *Constructions et Entreprises Industrielles* (CEI) a fim de obter toda a documentação necessária para os empreiteiros (a CEI forneceu o programa de montagem de turbinas hidráulicas, geradores e alternadores e dos trabalhos gerais de engenharia civil, assim como uma série de desenhos técnicos que acompanham os relatórios). A cargo da Diamang ficaram a recolha de elementos meteorológicos, hidrológicos e geológicos, o cálculo das obras e instalações e o desenho dos detalhes a executar. Os trabalhos de engenharia civil foram adjudicados à Sociedade Lusitana de Obras e Empreitadas (Solusel), enquanto o projecto da rede de transporte e distribuição da energia eléctrica em alta tensão (60.000 e 30.000 volts), foi assinado pelo engenheiro Barreto de Carvalho, em 1953. *Relatório mensal dos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola*, novembro de 1952. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

⁸⁹³ A barragem permitiu suspender a actividade das antigas infraestruturas de produção energia (dando como encerrados os trabalhos das centrais hidroelétricas do Icongula e de Nzargi e das centrais diesel do Dundo, Luxilo e Maludi), substituir praticamente todas as antigas locomóveis a lenha, com grande impacto no modo de laboração das minas, e abastecer a totalidade dos centros urbanos. A energia seria distribuída através de oito subestações espalhadas pela Lunda: Fucaúma, Cassanguidi, Luxilo, Andrada, Muca, Muazanxa, Maludi e Mussolegi. Cf. “Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício de 1957”.

⁸⁹⁴ Vivia-se a “época de ouro das barragens”, encaradas como instrumento essencial para promoção do desenvolvimento social e económico do território. Em Portugal continental, estavam em conclusão inúmeros empreendimentos por quase todas as bacias hidrográficas do país – como exemplo, Cávado (Penide, Caniçada, Salamonde, Paradela), Douro (Picote, Vilar), Mondego (Covão do Meio), Tejo (Cabil, Montargil), Sado (Campilhas), Algarve (Arade), todos construídos entre 1951 e 1958 –, enquanto em Angola se inauguravam as Barragens das Mabubas (1954), do Biópio (1956) e da Matala (1958) e em Moçambique se avançava com a irrigação do vale do Limpopo, através da barragem Trigo de Morais (1956). Sobre as barragens e sua relação com o território e a arquitectura ver Manuel de Azevedo Antunes *et al.* (2004). “Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com passagem pelo Douro Internacional”. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*; Michele Cannatá e Fátima Fernandes (1997). *Moderno Escondido: Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro, 1953-1964*, FAUP, Porto; Domingos Tavares (1999). “A arquitectura das hidroeléctricas portuguesas do Douro internacional – Picote”, *Arquitectura e Indústria Modernas, 1900-1965*, DOCOMOMO Ibérico; César Moreira (2020). “Hidroelétrica do Cávado (1944-1966): a construção da paisagem hidroelétrica do Cávado e as obras de Januário Godinho”. Tese de doutoramento. FAUP. Numa tentativa de ombrear a profusão destes empreendimentos, a Barragem do Luachimo foi apresentada aos administradores da Diamang como uma das “grandes centrais” a construir em Angola, que contribuiria para a modernização do cenário hidroelétrico da colónia. *Relatório mensal dos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola*, outubro de 1953. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

⁸⁹⁵ “Relatório Final da Urbanização do Luachimo, de setembro de 1959 a março de 1960”, por Fernando Queiroz, enviado a Ernesto de Vilhena a 7 de abril de 1960

A consciência da inaptidão profissional para um futuro mais especializado cresceu entre colegas. Queiroz evidenciou esta necessidade de disciplina na abordagem ao desenho do espaço através da solenidade com que encarou a sua missão no Luachimo, ao arrepio de qualquer outro projecto: extensos documentários fotográficos no decorrer da obra⁸⁹⁶, pedidos de cópias aguareladas em tela ou ainda planos para elaboração de uma “*maquette* perfeita” (suporte nunca antes considerado para o estudo de projecto na companhia). Talvez devido a este empenho ímpar, a proposta foi celebrada pelo quadro da administração como uma “concepção estética extraordinariamente feliz”⁸⁹⁷, “de visão larga, com competência e bom gosto”, e, por isso, com luz verde para avançar⁸⁹⁸.

Técnicos: do empregado ao especialista

A história edificatória da Diamang não se fez de arquitectos. Bem pelo contrário, grande parte do trajecto construtivo da companhia foi cumprido por equipas de empregados “polivalentes”, como sempre defendeu a administração. Fazendo jus a uma (com)unidade corporativa, a maioria dos projectos e desenhos identificam os serviços produtores, mas não qualquer autor singular. Porém, houve excepções a este caminho, que propomos agora conhecer e compreender. A afirmação de alguns técnicos foi simultaneamente causa e consequência das transformações do protocolo construtivo da empresa, sinalizando mudanças conjecturais a várias escalas.

Fernando Ravazzini Queiroz, já destacado em secções anteriores, foi sem dúvida a principal figura da “urbanidade” produzida na Lunda. Os seus percursos pessoal e profissional espelham de modo evidente as opções e desafios da companhia, não podendo ser dissociados. O funcionário chegou à Diamang em Fevereiro de 1937, enquadrado na vaga de contratação de empregados portugueses para consolidar os “alicerces nacionais” da empresa. Então com 33 anos, Queiroz, como ficou conhecido entre os colegas, estava fora da idade limite para as candidaturas à empresa, fixada nos 30 anos, mas a experiência laboral fez sobressair o seu pedido. O currículo era simples, como o da grande maioria dos funcionários⁸⁹⁹, porém apresentava dois pontos de significativo interesse. Primeiro, os anteriores trabalhos na Companhia do Assúcar⁹⁰⁰ e na Companhia de Cabinda⁹⁰¹, ambas em Angola, foram muito valorizados por prometerem uma melhor adaptação à vida na Lunda. Depois, a passagem na Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola⁹⁰², como desenhador de 2ª classe, tinha garantido

⁸⁹⁶ Documentário fotográfico da zona urbanizada nos últimos cinco meses (antes e depois). “Relatório Final...”.

⁸⁹⁷ Correspondência entre Vilhena e Paz Andringa, 16 de janeiro e 18 de março, 1958. UC/AD.

⁸⁹⁸ Para a obra foram destacados um auxiliar europeu, um assimilado, quinze pedreiros e 120 trabalhadores africanos, que colaboraram durante trinta meses de trabalho.

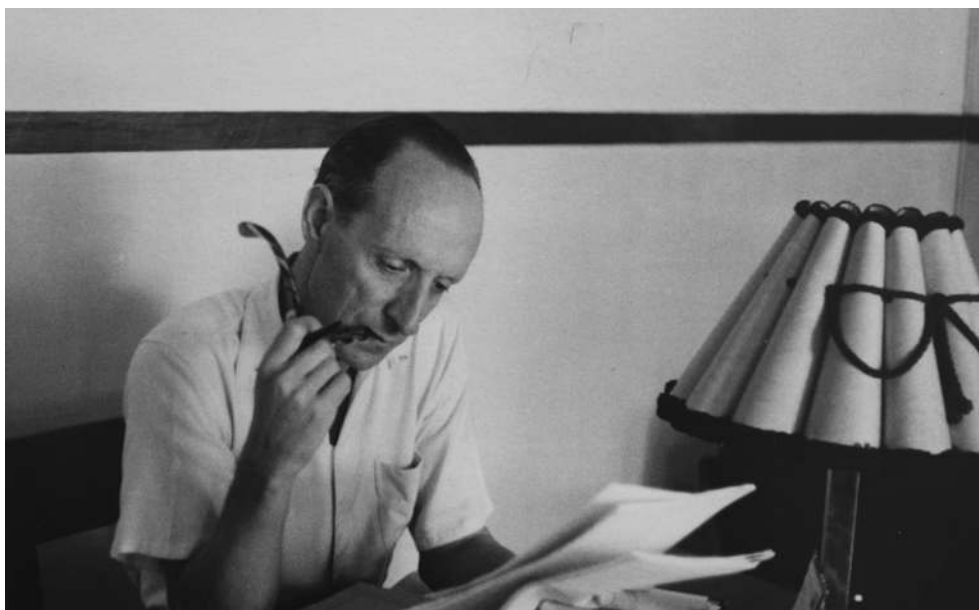
⁸⁹⁹ A administração da Diamang sempre valorizou a experiência prática dos seus funcionários. Apesar de ser uma questão que extravasa os objectivos deste trabalho, é importante notar que os empregados eram requisitados para diversas funções, muitas vezes eram alteradas entre os sucessivos contratos. Deste modo, a companhia conseguiu criar uma força laboral mais polivalente, menos especializada e mais comprometida com a “corporação”. Fernando Queiroz, para além de Encarregado de Urbanização e Saneamento ou Urbanista da Direcção Geral, assumiu funções de desenhador, encarregado da Reserva do Cossa, adjunto da secção agrícola, chefe da secção de desenho e cartografia, encarregado do expediente e fotografia e ainda de adjunto da secção principal de estatística e relatório técnicos.

⁹⁰⁰ Fundada em 1920 por António Souza Lara, com várias fazendas por Angola (Caxito, Dombe, Cubal e Lobito).

⁹⁰¹ Situada na região do Mayombe, em Cabinda, e dedicada à plantação de várias culturas.

⁹⁰² Organismo criado em 1931, sob a tutela do Ministério da Agricultura, com o principal objectivo promover o estudo e construção de obras de hidráulica agrícola. Sobre algumas destas realizações à época, ver Ruy Mayer (1943). “A água

uma boa prestação na prova de desenho de ingresso na Diamang. Recordamos a sua participação no primeiro levantamento da planta da “concessão” do Dundo, logo em 1937, ano de entrada, iluminando o reconhecimento que lhe foi atribuído à partida.



[130] Fernando Queiroz no seu escritório, no Dundo (s.d.)
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]

Nos anos seguintes, conseguindo surpreender a direcção com conhecimentos práticos de agricultura colonial e desenho, alicerçados num grande espírito de iniciativa, Queiroz ascendeu rapidamente à chefia da Secção de Desenho e Cartografia. O interesse e empenho colocado no arranjo do jardim da sua casa, no Dundo, contribuíam para a apreciação positiva. Por isso, apesar do pouco tempo de serviço, o funcionário foi um dos agentes cruciais nas mudanças estratégicas de 1942. Nesse mesmo ano, a pedido e expensas da empresa, realizou um estágio no Instituto Geográfico Cadastral, em Lisboa, e foi promovido a desenhador-encarregado de 1ª classe⁹⁰³. Aos ingredientes iniciais, seria então acrescentado o reconhecimento de um “grande sentido estético”⁹⁰⁴. Foi a própria administração da empresa a exigir a distinção de Queiroz em “trabalhos de urbanização e saneamento”, admitindo que a “urbanização do Dundo tem sempre recebido marcado impulso a que não é estranho o seu reconhecido bom gosto” e “um certo agrado superior”⁹⁰⁵.

Neste caminho da especialização, também se destacou Alfredo Pino. Inicialmente colega de Fernando Queiroz na Secção de Desenho e Projecto, Pino foi depois nomeado responsável pela Secção de Construção Civil, num gesto que contribuiu para que se instalassem dois caminhos concorrentes no

na Defesa da Terra: a obra da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola”. *I Congresso Nacional de Ciências Agrárias*, Lisboa. O trabalho da JAOHA seria fundamental para sustentar a constituição da Junta de Colonização Interna, cf. Guerreiro (2015). “Colónias Agrícolas...”.

⁹⁰³ No novo posto, Queiroz passou a ganhar 1900 escudos, mais do dobro de um desenhador do MOP, ilustrando as regalias que a Diamang teve de assumir para fixar os seus quadros.

⁹⁰⁴ “Nota de apreciação”, 1942. Pasta individual do empregado Fernando Queiroz. UC/AD.

⁹⁰⁵ Telegrama de Ernesto de Vilhena, 2 de agosto de 1956. UC/AD.

pensamento sobre a paisagem da companhia. Antigo colaborador da ARS Architectos⁹⁰⁶, no Porto, o engenheiro civil foi o primeiro da sua especialidade na Lunda. Ao contrário de Queiroz, seria um homem “mais de gabinete”, com “excelente formação profissional”, que trazia uma abordagem mais técnica e outra cultura espacial. A sua actividade, considerada pelos superiores como “sóbria e assaz produtiva”, foi apoiada por um adjunto e um desenhador, permitido avançar com a realização de diferentes obras e generalizando, por exemplo, a utilização de estruturas em betão armado⁹⁰⁷.

Por outro lado, a propósito da ampliação do Dundo, haveria a registar vários eventos significativos no que diz respeito ao decurso da “especialização” na Diamang. Primeiro, as cinco equipas dos Serviços de Concessão, que se mantinham estáveis desde a década de 1940, foram aumentadas para sete, totalizando mais de 700 trabalhadores⁹⁰⁸. A partir deste aumento da força de trabalho, seguiram-se outras tarefas. Ao nível do sistema viário, fizeram-se ensaios de pavimentação com alcatrão⁹⁰⁹, construíram-se os primeiros parques de estacionamento e praticamente todas as ruas foram dotadas com iluminação eléctrica, inclusive nas aldeias. Foi ainda implementada uma rede de esgotos subterrânea na povoação⁹¹⁰, que potenciou outros pequenos melhoramentos, como a instalação de placas de identificação da designação numérica ou nominal de cada rua (através de marcos semelhantes aos utilizados na África do Sul⁹¹¹), o alargamento das faixas de rodagem e a construção de passeios lajeados. Ao nível do edificado, foram estudados e construídos – entre 1961 e 1965, por ordem cronológica da sua conclusão – o novo laboratório de biologia (junto ao Museu), o Centro Emissor, a Estação Sismógrafa, o Bloco Escolar do Caxinde e o Hospital de Isolamento do Sacavula. Cimentaram-se vários pátios e foram distribuídos caixotes do lixo a cada habitação.

O projecto do bloco hospitalar do Dundo, que referimos antes e que permaneceria por terminar, ainda ilustrou mais um passo de mudança. Uma vez iniciados os trabalhos na zona sul da povoação, tinha ficado óbvio que aquele não seria o lugar óptimo para a sua implantação. As novas avenidas e praças eram fortes elementos de representação, que emolduravam o núcleo urbano, e, neste plano, não caberia um edifício de saúde. Por isso, a construção seria desviada para a zona do Sacavula, ao lado de Portugália, onde já existia uma estrutura de isolamento profilático⁹¹². Foi neste âmbito

⁹⁰⁶ Na carta de recomendação enviada ao Comandante Lemos Peixoto, responsável pela contratação do pessoal em Lisboa, os arquitectos do coletivo ARS (Cunha Leão, Moraes Soares e Fortunato Cabral) apontavam a Alfredo Pino uma “boa cultura profissional, acima da média”. Sobre o atelier ARS architectos, ver João Paulo Pereira Delgado (2015). “Uma concepção totalitária: “Ars Architectos”: cultura, ideologia e tecnologia construtiva na década de 1930 em Portugal”. Tese de doutoramento. ISCTE-IUL.

⁹⁰⁷ Cf. as várias notas da pasta do funcionário Alfredo Pino. UC/AD.

⁹⁰⁸ *Relatórios anuais da Concessão do Dundo*, 1964-1966. UC/AD.

⁹⁰⁹ Estes ensaios beneficiaram a Rotunda dos Pioneiros e a Avenida do Obelisco, através de colaboração entre os vários serviços de construções, vias e comunicações. No pedido de aquisição de aparelho para aplicação de betumes asfálticos, de julho de 1963, explicou-se que estava prevista a pavimentação dos campos de aviação do Dundo e Lucapa, das ruas principais dos centros urbanos de 1ª classe e em alguns troços de estrada de mais difícil conservação em terra. Telegrama de João Bexiga, 27.07.1963. *Lunda. Urbanização e Saneamento*, 84X,5 (5º). 1. UC/AD.

⁹¹⁰ Desenho nº 57-69. “Rede de esgotos do Dundo”, escala 1:2000, copiado por Zebedé Dibwé. 24 de maio de 1957. A concretização de esgotos visava ultrapassar o sistema de fossas absorventes, considerado desadequado perante o crescimento da povoação. Carta de Rolando Sucena para Ernesto de Vilhena, 31 de julho de 1957. UC/AD.

⁹¹¹ Por indicação de Ernesto de Vilhena, o empregado Carlos Jorge, do serviço de construção civil, ficou encarregue de desenhar e moldar um “interessante modelo (...) sugerido por fotografia de marco de idênticas funções na África do Sul”. “Relatório anual da Concessão do Dundo de 1965, pelo chefe da concessão João Mendonça”. *Lunda. Urbanização e Saneamento – Organização, relatórios e correspondência conexa*. janeiro a dezembro de 1965 [84X,6]. 25º. UC/AD.

⁹¹² Cf. Levantamento da Concessão do Dundo, de 1940. UC/AD.

que a Diamang contrata pela primeira vez os serviços de um arquitecto para o desenvolvimento de um projecto na Lunda. O arquitecto João Barros Caetano⁹¹³, colaborador do Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, em Lisboa (GEFEL), foi o técnico escolhido. Em 1965, a Diamang convidou Caetano a fazer uma viagem ao terreno, justificada pela necessidade de “conhecimento directo das condições locais”⁹¹⁴, mas a sua proposta nunca se materializou. O hospital do Sacavula seria inaugurado em 1967, sem qualquer referência ao arquitecto.

Depois, já no início da década de 1970, a Diamang contactou o arquitecto Fernando Schiappa de Campos para fazer vários estudos para a Lunda, vincando o peso deste caminho técnico. Schiappa de Campos apresentou esquemas e estimativas de custos não só para o hospital do Sacavula (confirmando o afastamento de Barros Caetano), como também para novos edifícios da Casa do Pessoal, Casa de Trânsito, e Casa de Visitas, todos no Dundo, e ainda para o hospital de Andrada⁹¹⁵. Entre estes, o projecto da Casa do Pessoal foi o mais desenvolvido⁹¹⁶, com respectivo “programa preliminar”, diagramas e quantificação de áreas. O contraste com o equipamento existente era significativo, através de uma composição de vários edifícios, dispostos em U, conectados através de um percurso de circulação exterior, mas coberto, entre os quais: um salão de chá com zona de exposições, uma biblioteca, um auditório com 1000 lugares, para cine-teatro ou conferências, um pavilhão gimnodesportivo com sala de jogos, que poderia ser transformado em salão de festas; no exterior, parque infantil, campos de jogos e piscinas. A proposta, orçamentada em 22.233.000 contos, foi distribuída entre os vários administradores da Diamang, mas nunca passou à fase de obra, possivelmente pelo clima de instabilidade política que pouco tempo depois levou à independência de Angola. No entanto, consideramos tanto esta aproximação como o episódio de Barros Caetano como importantes sinais de mudança no protocolo da empresa.

Materialidade: do reboco à pré-fabricação

Impulsionando e alimentando o paradigma de especialização que se instalou na Lunda, os serviços e os processos construtivos também começaram a ser questionados. A rigidez denunciada por Queiroz estendia-se aos modos vigentes de construção na Diamang, gradualmente incompatíveis com as intenções espaciais da empresa e materiais disponíveis. Em 1950, perante o aumento incessante do volume de obras, foi criada uma equipa de “Construções” dentro da Divisão dos Serviços Gerais da companhia. Ao contrário dos anteriores Serviços de Concessão ou de Urbanização e Saneamento, responsáveis pelas várias etapas de gestão do espaço, esta equipa ocupou-se exclusivamente de trabalhos edificatórios. Foi, por isso, a primeira intenção, que, por sua vez, abriria caminho para os Serviços de Construção Civil, em 1957. Este caminho continuou com a sucessiva reorganização dos serviços, cada vez mais especializados: a Divisão dos Serviços de Obras e Vias de Comunicação

⁹¹³ João de Barros Alves Caetano (1931-2009), filho de Marcelo Caetano, trabalhou como arquitecto no GEFEL, onde desenvolveu vários projectos na região do Algarve, como o Antepiano de Urbanização das Sesmarias e o Plano de Urbanização da Quinta da Piedade/Vale de Lobo. Desenvolveu ainda actividade na ASSO - Arquitectos Associados.

⁹¹⁴ “Relatório do Conselho de Administração relativo a 1965”. *Companhia de Diamantes de Angola. Relatórios e actas relativos aos exercícios de 1956 a 1964*. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/13/1.

⁹¹⁵ Correspondência de Schiappa de Campos, 16 de julho de 1973. *Construções nas Explorações*, 1973. UC/AD.

⁹¹⁶ Sabemos ainda que a Casa de Trânsito teria 60 quartos e a Casa de Visitas era composta por 11 apartamentos.

(DSOVC), em 1968, e a Divisão de Engenharia Civil e Edificações (DECE), em 1973, como vemos nos organogramas das páginas seguintes.

O ano de arranque da equipa de Construções serviu precisamente para sistematizar a “técnica de construção” da Diamang. O “processo de construção usual”, para edifícios de menor dimensão, resultava em fundações de alvenaria de pedra com massa de barro, paredes de tijolo, rebocadas com argamassa de cal e areia pelo interior e com tijolo à vista pelo exterior, pavimentos betonilhados, tectos com esteiras da região e coberturas de chapa de alumínio ondulada. As obras de grande envergadura, pelo contrário, utilizavam o betão armado na estrutura principal, pavimentos e palas, apresentavam os paramentos exteriores rebocados e na generalidade tinham pavimentos forrados com mosaicos hidráulicos, fabricados localmente⁹¹⁷. Para produzir ambas as realidades, as “Construções” começaram por gerir inicialmente um conjunto de 1193 homens, distribuídos por vários sectores: nove equipas na construção, com cerca de 600 serventes, quatro tijolarias com 168 homens, quatro carpintarias com 127 trabalhadores e três serrações com 213 pessoas⁹¹⁸. Estes números subiram rapidamente nos anos seguintes, sustentando o volume crescente de construções na zona mineira. Em 1954, já existiam onze equipas de construção e mais uma serração, com o número total de trabalhadores a fixar-se perto dos 1600.

Para além do evidente propósito de atenuar a carga dos restantes serviços, as “Construções” foram também encarregues de um outro objectivo: encontrar novos métodos e materiais construtivos para aplicar futuramente na Lunda, não só porque o consumo de tijolo e madeira estaria a exceder as possibilidades de obtenção e fabrico locais, como era necessário encontrar formas mais céleres de trabalho. Por um lado, os ensaios plurais e simultâneos no espaço da companhia espelhavam o meio “laboratorial” e científico que crescia em África. Por outro lado, emergiam à época vários focos de escrutínio por parte de agentes e instituições internos e externos, reafirmando a necessidade de resolver “definitivamente” a habitação para trabalhadores – em termos sociais e materiais – e que assim concorreriam para esta conjuntura, como veremos na terceira parte.

A primeira experiência das “Construções” ocorreu na aldeia de contratados da mina do Chilupuca, na zona do Fucaúma, que se serviu de um projecto recentemente elaborado para uma aldeia de trânsito do Dundo, em 1953. À salubridade, que vimos como primeira linha orientadora na produção do espaço, foram então “cuidadosamente” somados dois “requisitos”: a economia da edificação e um pendor tecnicista que informou o desenho e a construção. Voltaremos a este caso em particular para entender os contornos políticos que informaram a mudança, mas para já, importa entender a sua materialização. No Chilupuca foram construídas seis “casas quádruplas”: uma nova tipologia com novos materiais. No local, foram fabricados blocos de terra doseada com cimento, “a título experimental”, com máquinas importadas de Inglaterra. Importou também quantificar o tempo de execução: uma equipa de 120 trabalhadores africanos orientada por um empregado europeu tinha terminado uma casa em 44 horas, estabelecendo um recorde de concretização⁹¹⁹.

⁹¹⁷ Relatório anual, “Construções”, 1950. UC/AD.

⁹¹⁸ Relatório anual, “Construções”, 1951. UC/AD.

⁹¹⁹ Relatório anual, “Construções”, 1953. UC/AD.

Em paralelo, continuava a procura por um método rápido que evitasse o tijolo e a madeira, sobretudo porque esta última escasseava e exigia um conhecimento técnico que se estava a perder entre as comunidades locais. Em alternativa, foram experimentadas “casas *airform*” no Dundo. Estas estruturas, criadas pelo arquitecto Wallace Neff em 1941, podiam ser construídas em poucas horas, com recurso a um balão de ar e betão projectado. O seu impacto em África era substancial, sobretudo no Dakar, Senegal, onde se ergueram milhares destas estruturas entre 1948 e 1953⁹²⁰. Porém, o léxico da Diamang, que as referiu como “casamatas”, revelou desconhecimento da tecnologia envolvida⁹²¹. A influência da empresa continuaria na “nuvem mineira”, uma vez que a Union Minière tinha construído nove destas casas em Elisabethville apenas uns meses antes⁹²². Na Lunda, estes primeiros “balões” – como ainda hoje são conhecidos – eram destinados ao alojamento de homens “especializados” da Solucel⁹²³, empresa que realizou a obra da barragem do Luachimo, e foram implantados nas vias periféricas antigo Bairro-Escola, então renomeado Bairro Norte⁹²⁴. A construção de doze “casas balão”, nos primeiros meses de 1954, foi acompanhada de perto pela administração, para avaliar a adequação daquele modelo para adoptar nas “aldeias definitivas para contratados”.



[131] Experiências com blocos de terra na aldeia do Chilupuca
[Relatório das Construções, 1954. UC/AD]

Apesar dos esforços, nenhuma das experiências foi bem sucedida. Os blocos de terra utilizados nas casas de Chilupuca não resistiam à chuva, exigindo posteriormente a rebocagem das paredes exteriores com argamassas de cimento e areia. Já as “casas balão”, ainda que geminadas, seriam rejeitadas pela “morosidade, menor área e elevado custo (30 mil escudos por casa)”, quando comparadas com o modelo das “casas quádruplas”, que mais tarde seria efectivamente vulgarizado nas explorações⁹²⁵.

⁹²⁰ Jeffrey Head (2011). *No nails, no lumber: the bubble houses of Wallace Neff*. Princeton Architectural Press.

⁹²¹ Nota de João Bexiga. Relatório anual, “Construções”, 1954. UC/AD.

⁹²² Lagae e Boonen (2012). “Des Pierres...”.

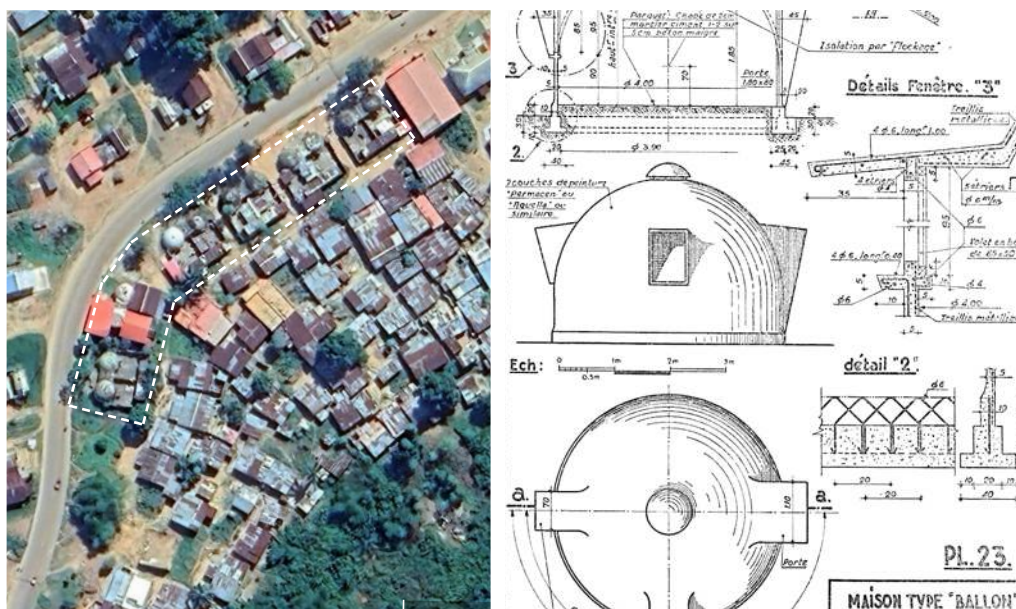
⁹²³ Relatório anual, “Construções”, 1954. UC/AD.

⁹²⁴ Relembramos que a Diamang tinha organizado aquele lugar como um “escaparate” de uma putativa “modernidade” promovida pelo projecto colonial.

⁹²⁵ Nota de João Bexiga. Relatório anual, “Construções”, 1954. UC/AD.

A necessidade de diversificar materiais passou a afectar todos o tipo de edifícios da Diamang. Em 1954, a equipa de “Construções” reportou algumas mudanças nas casas para empregados europeus. A anterior “técnica de construção” da empresa seria alterada: os tectos passavam a ser em celotex, os pavimentos utilizavam mosaicos hidráulicos fabricados no local e as fachadas começaram a ser estudadas “de modo a predominarem superfícies rebocadas, ficando o tijolo como elemento decorativo”. Esta transformação seria um dos mais visíveis pontos de ruptura entre os centros urbanos da zona leste e oeste, uma vez que nestes últimos, também devido às condições físicas locais, as habitações seriam totalmente rebocadas. Pela primeira vez, o tijolo vermelho, até então característico na moldura espacial da Diamang, desaparecia para dar lugar a outra imagem.

Sem desistir de novas soluções, a equipa de “Construções” continuou em ensaios, que em breve se tornaram mais sólidos. Em 1955, a Direcção Geral da Diamang celebrou a “actividade intensa e de grande utilidade” daquele departamento, que teria “contribuído para resolver satisfatoriamente e em pouco tempo o problema da habitação”⁹²⁶. A afirmação era contrariada pela realidade no terreno, como veremos, mas não deixava de ser um incentivo à continuidade deste grupo. Por um lado, para os tijolos para as aldeias de trabalhadores foram adquiridas novas máquinas e estudadas as suas formas. Com a modificação de moldes duplos para quádruplos, passava a ser possível duplicar a quantidade de tijolos de adobe recorrendo à mesma mão de obra. A experiência, levada a cabo na tijolaria do Dundo, rapidamente se generalizou às restantes oficinas fixas, situadas em Cassanguidi, Andrada e Maludi, assim como às instalações provisórias no Fucaúma, Luxilo e Cossa. Por outro lado, a propósito das alterações introduzidas nos centros urbanos, reconhecia-se que, “sob o aspecto arquitectónico”, os novos edifícios apresentavam “fachadas sensivelmente enriquecidas”, mas sem dúvida mais económicas, sem que perdessem as “primitivas características”⁹²⁷.



[132] Casas-Balão no Bairro-Norte, Dundo, 2023

[133] Maison type “Ballon”, arquitecto M. Bruyère, 1953 (para Lubumbashi)

[Google Earth; Lagae e Boonen (2012). “Des pierres...”]

⁹²⁶ *Relatório anual*, 1955. “Diamang: Construções”, R5. UC/AD.

⁹²⁷ *Idem*.

Depois, antes do fim daquele ano, surgiu uma última novidade a respeito dos métodos construtivos, com a introdução de algumas estruturas pré-fabricadas e desmontáveis na área de explorações. Mais uma vez, os testes começaram por múltiplas referências. Primeiro, foram ensaiadas algumas “casas desmontáveis Studal” em Cassanguidi, através do conhecido modelo das *Maisons Tropicales*, projectado pelo arquitecto Jean Prouvé, em 1949⁹²⁸. O léxico da Diamang voltaria a demonstrar desconhecimento da genealogia, sem prejuízo da sua aplicação. De seguida, foi testada a construção de alguns armazéns e oficinas da companhia através de estruturas de alumínio “Arcon”, uma tecnologia britânica disseminada durante a Segunda Guerra Mundial, de montagem e desmontagem rápidas e simples⁹²⁹.

As provas dadas pela equipa de “Construções” foram reconhecidas na reestruturação de 1957, com Carlos Jorge a ser nomeado como chefe da nova Secção de Construção Civil. Seguindo o trajecto anterior, o departamento continuou responsável pela maioria das construções na Lunda, partilhando responsabilidades com os Serviços de Concessão e Serviços de Urbanização e Saneamento, no caso dos centros urbanos, ou com a SPAMOI, no caso das aldeias. Sem que tenhamos maneira de conferir o grau de sucesso de experiências anteriores, seria preciso esperar até ao final da década seguinte para que a pré-fabricação fossem efectivamente aprovada pela Diamang – num contexto já completamente distinto, cumpre notar. Em 1968, já através de nova reestruturação, a Divisão dos Serviços de Obras tornou-se responsável por dar “especial atenção” ao estudo de “edificações desmontáveis parcial ou totalmente pré-fabricadas, com vista à multi-utilização”⁹³⁰. Nesse mesmo ano, a SPAMOI relatava preocupação sobre o “ritmo [de construção] insuficiente para as necessidades”, que se traduzia em “muitos trabalhadores a viver em condições deficientes (...), minas sem qualquer aldeamento e abrigos provisórios”⁹³¹. Face à situação, foram inicialmente pedidos estudos a firmas americanas e inglesas⁹³², mas seriam as “Casas Trajinha”, apresentadas pela firma portuguesa R. Zoio, a chegar à região mineira⁹³³.

As “Construções Trajinha”, modulares e desmontáveis, de construção contínua para 4, 6 ou 8 habitações unifamiliares, tinham sido redesenhadas para assumirem um “modelo tropical”, também utilizado noutras realizações coloniais, como no alojamento para trabalhadores no aproveitamento hidroeléctrico de Cabora Bassa, em Moçambique⁹³⁴ – iluminando a presença de diversas redes de troca de conhecimento, a várias escalas e contextos. Estas casas podiam desenvolver-se em cinco tipologias (e uma variante), que iam da habitação unifamiliar, ao bloco de apartamentos e ao bloco

⁹²⁸ Kathleen O’Day (2009). “Tropical or colonial? A reception history of Jean Prouvé’s prefabricated houses for Africa”. Tese de Mestrado, Louisiana State University.

⁹²⁹ Modelo desenhado e produzido pela firma Taylor Woodrow, de dois quartos e cozinha, sala e casa de banho. Construído com painéis de amianto e uma cobertura curva. As casas “Arcon” podiam ser concluídas em menos de 22 horas por 8 homens. Lesley Gillilan (2002). “The prefab four”. *The Daily Telegraph*. Londres [s.p.].

⁹³⁰ Relatório anual da Divisão dos Serviços de Obras e Vias de Comunicação, 1968.

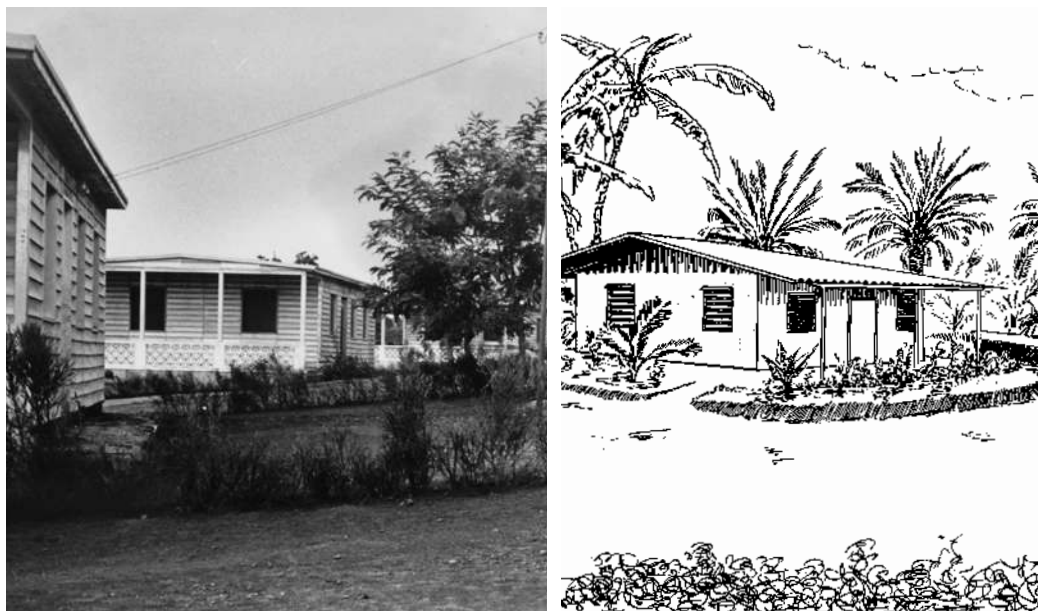
⁹³¹ Relatório anual da SPAMOI, 1968.

⁹³² Firms George Cohen Machinery Limited, Coseley Buildings e Multipurpose Buildings Limited.

⁹³³ Sem que os documentos indiquem qualquer informação sobre esta empresa, a hipótese mais plausível parece ser a firma “Rafael Zoio”, que terá fornecido barracas alemãs à Direcção dos Serviços do Ultramar, em 1956. “Material de Guerra”. Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra. Arquivo Histórico Militar. PT/AHM/FO/006/G/16. Caixa 198.

⁹³⁴ Os desenhos para as “Construções Trajinha – Modelo Tropical” não constam no arquivo da Diamang, mas antes em documentação sobre Cabora Bassa, produzida pelo Ministério do Ultramar/Central de Barragens de Moçambique, levantada no AHU no âmbito do projecto *Coast to Coast*.

colectivo. Após algumas reuniões com a R. Zoio, a solução final “satisfatória” a aplicar na Lunda consistiu em “edifícios do tipo T2 e T3, respectivamente de um e dois quartos além de cozinha, sala, varanda (alpendre), em bloco de quatro habitações”. Apesar do preço por m² ser quase 50% superior ao das “casas duplas definitivas” habitualmente construídas, a Diamang contava recuperar o investimento através das sucessivas utilizações que se tornavam possíveis.



[134] Casas pré-fabricadas junto à Central do Luachimo, 1960?
[134-A] R-Zoio: Construções Trajinha, Modelo Tropical (para Cabora Bassa)
[Arquivo Fernando Queiroz, particular; AHU/MU-CBM-0-10]

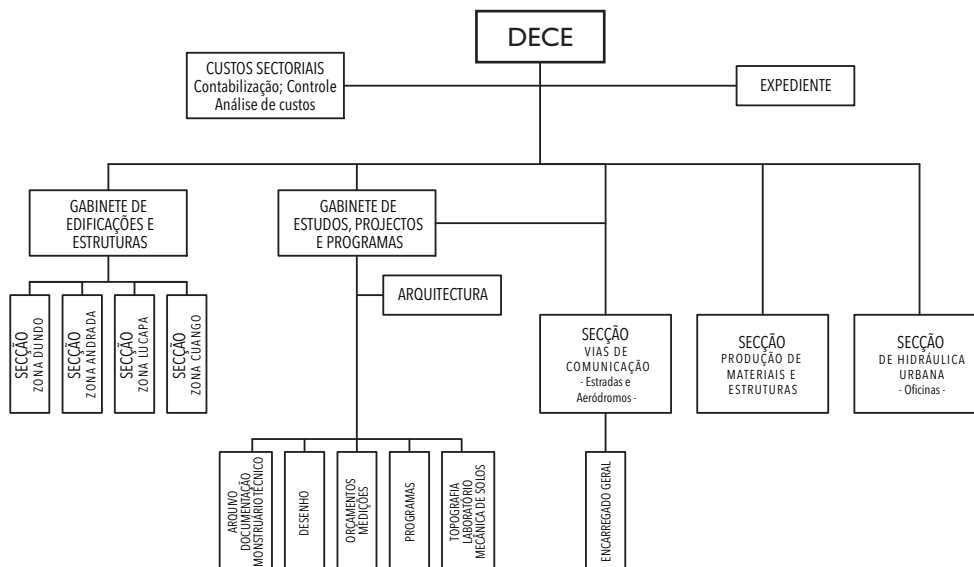
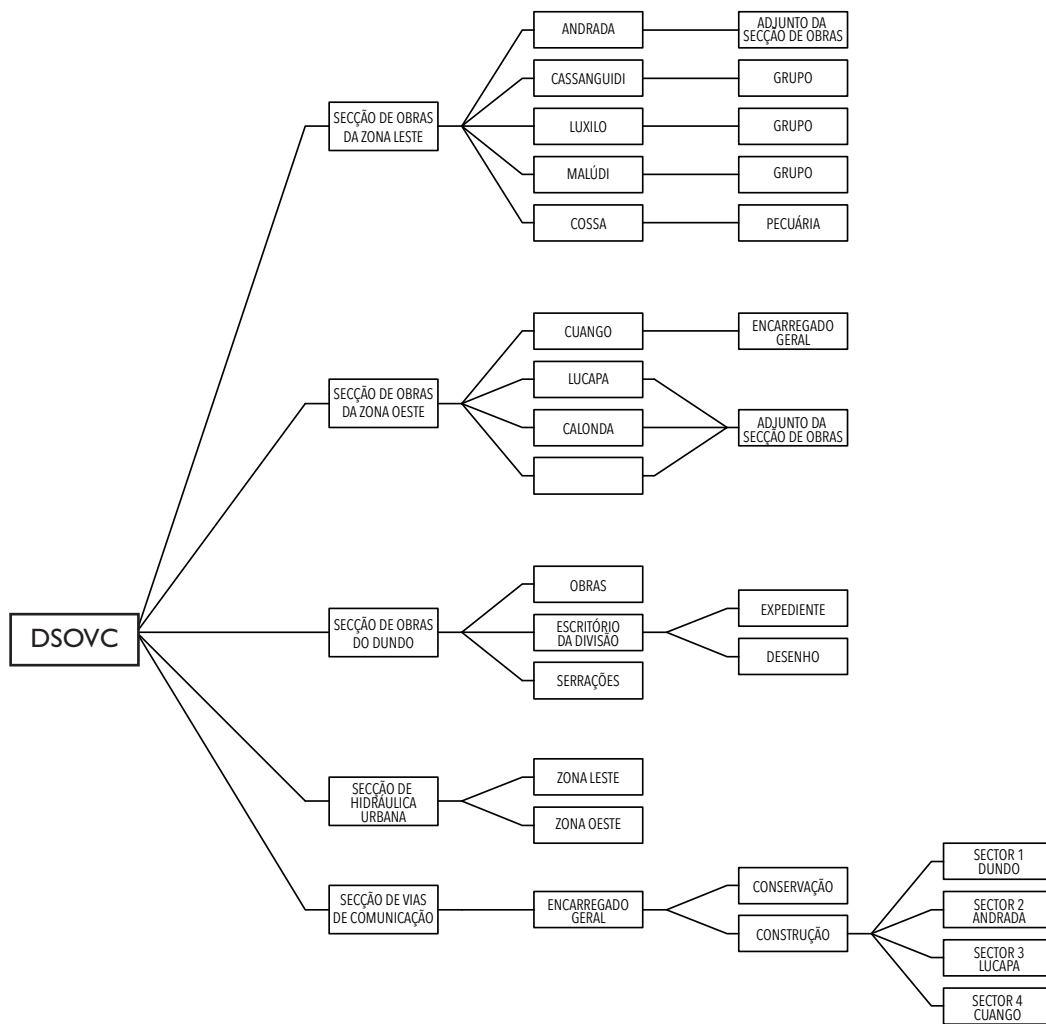
Por outro lado, a utilização de elementos pré-fabricados tinha ainda a óbvia “vantagem” de permitir o alojamento “conveniente” os trabalhadores desde o início da laboração e não muito tarde, como até então se admitia ser usual⁹³⁵. Porque as aldeias se fixavam com frequência em terrenos com declive, a opção escolhida deveria ser um compromisso entre o menor comprimento possível, para facilitar a implantação, e o maior número de pessoas a alojar, para otimizar o investimento. Em janeiro de 1970, foi aprovada a aquisição de um bloco de banda contínua do modelo T3 (oito fogos, cada um com cozinha, sala e dois quartos), a título experimental.

À semelhança das experiências anteriores, não foi possível reproduzir o trajecto de implantação das Trajinha na Diamang. Porém são várias as fotografias actuais que mostram a permanência destas casas no território. Também as “casas balão” continuam a ser habitadas no Bairro Norte, provando a importância destes ensaios e a resiliência das estruturas.

⁹³⁵ *Relatório da SPAMO*, 1969. UC/AD.



[135] Dundo-Luachimo: antigas casas metálicas préfabricadas, remodelação, 1967
[136] Reconstrução de arruamento no Dundo sob orientação técnica da DSOVC, 1967
[137] Cerâmica do Luzamva, vista da zona de moldagem e secagem, 1969
[Relatório Anual da DSOVC, 1967-69. UC/AD]



[•138] Organograma da Divisão dos Serviços de Obras e Vias Comunicação, 1968

[•139] Organograma da Divisão de Engenharia Civil e Edificações, 1973

[Relatório Anual da DSOVC; Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]

2.5. Síntese

A segunda parte do trabalho tomou a “urbanidade” como linha de observação e inquérito dos vários planos, formas e agentes participantes na configuração do espaço da Diamang. Após o enquadramento territorial da companhia, que simultaneamente esgrimiou processos mais amplos de ajustes físicos e sociais, avançámos para uma visão mais granular dos protocolos edificatórios, nas suas dimensões teóricas, práticas, técnicas e disciplinares. Ou seja, voltámos a percorrer os espaços e tempos já identificados para questionar a mobilização de ferramentas do desenho urbano e da arquitectura na fabricação de um putativo “oásis” laboral e social. Neste sentido, somámos a “legibilidade” à moldura, procurando entender como a qualidade do “urbano” foi imaginada e recrutada na Lunda para construir lugares de matriz industrial e corporativa.

O primeiro capítulo revelou os planos da Diamang para concretizar os seus “postos” através de planos nítidos ao olhar colonial. Entendemos que as companhias de exploração mineira em África partilharam modelos espaciais, nomeadamente através do traço regulador *company town* e da implementação de formas de “estabilização” dos trabalhadores. A grelha ortogonal foi tomada como linha estruturante nas principais povoações, fruto da presença de engenheiros americanos. Na Lunda, a “aldeia” foi o lugar primordial de acção, como evidenciaram as primeiras unidades “de propaganda”. A este respeito, a companhia mobilizou sobretudo os planos esgrimidos pelas equipas belgas, devido à experiência que estas acumulavam na região do Copperbelt. Ficaram evidentes as conexões entre a salubridade e o potencial imagético do espaço. A materialidade das construções, em particular, foi um tema fundamental e traduziu-se na instrumentalização da casa unifamiliar e do tijolo de adobe como resposta simultânea a ambas as questões. Na avaliação dos agentes coloniais, uma aldeia “alinhada” foi fundamental para o exercício do controlo, enquanto as estruturas em tijolo tanto ofereciam condições de higiene como vincavam a ambicionada “modernização” social e física.

Este período foi caracterizado pela inauguração de “modelos” de aldeias e “tipos” de habitação, patente na sistematização das “casas standard”, nas “casas do tipo moderno” ou na “aldeia-modelo de Mucunene”. O processo foi essencial para as tentativas de construir um espaço “legível” à Diamang, ainda que a resistência das comunidades locais tenha sempre confrontado os planos da empresa. Longe de constituírem um conjunto homogéneo, estes lugares expuseram as diferenças entre processos de edição da companhia e a sua adequação às condições locais, assim como as discrepâncias entre os projectos e as concretizações. Por outro lado, enfatizaram a multiplicidade de contextos técnicos, políticos e ideológicos cotejados na Lunda – caso do Bairro-Escola, inaugurado na Lunda em 1936, que divulgou a aproximação da Diamang ao plano português.

O segundo capítulo questionou o processo de “embelezamento” e “aformoseamento” do espaço da companhia, a partir de 1942. Esta transformação foi sinalizada pela nomeação dos “postos” em “centros urbanos” e de algumas “aldeias” em “aldeamentos”. O acerto do léxico fez notar várias questões. Primeiro, sobressaiu um trajecto sincrónico de abordagem ao espaço, reforçando uma estratégia concertada e transversal. Povoações e aldeias foram trabalhadas num mesmo sentido, através de “planos de construções”, da generalização de arranjos exteriores e de uma crescente fiscalização da “higiene”. Ainda nesta esteira, a determinação de uma hierarquia física entre os

assentamentos e a correspondente demarcação do edificado revelou um pensamento cada vez mais sério sobre a disciplina do espaço corporativo e através dele. O traço regulador ortogonal continuou na base das povoações, mas progrediu em opções diversas: o crescimento do Dundo foi fixado num grupo de quarteirões, com impasses interiores; enquanto em Andrada, por exemplo, se optou por um sistema de ruas secundárias.

Segundo, e à semelhança do capítulo anterior, ficou evidente a história cruzada entre modelos e referências portuguesas e belgas, que sustentou uma composição formal própria da Diamang – o tal “dialecto urbano”. Vimos o conjunto de referências mescladas pelas equipas da companhia, directa ou indirectamente: os trabalhos em Portugália, as transformações urbanísticas em Luanda, o sistema de construções e arquitectura de Joanesburgo e os edifícios de Tshikapa. Neste decurso, o planeamento dos Cadernos de Urbanização, em 1947, provou o começo de uma etapa de maior especialização na empresa, sem prejuízo da escassa cultura arquitectónica entre os seus técnicos – também por intenção da administração, que preferiu a polivalência destes funcionários. Em paralelo, e dando seguimento ao trajecto anterior, a SPAMOI apostou em novos *moldes*. A sistematização da “casa dupla com varanda” e a organização da Festa da Melhor Aldeia foram os dois exemplos que revelaram a intenção deste organismo em “embelezar” o espaço. Todavia, os vários obstáculos à sua implementação deixaram a descoberto os processos de resistência, cooperação e confronto entre a companhia e as comunidades africanas, que fragilizam a verdadeira extensão e poder da Diamang e que não podem ser descurados na análise.

O terceiro capítulo explorou a especialização do percurso edificatório da Diamang, na passagem da “urbanização” ao “urbanismo”. Este movimento, entre meados da década de 1950 e finais da década seguinte, tomou o período de ampliação das explorações como oportunidade de acerto da linguagem e das práticas espaciais na Lunda, a várias escalas. Nos projectos de expansão das povoações antigas, como Dundo e Andrada, e de lançamento de novos lugares a oeste, caso do Calonda, Lucapa e Luzamba, ficou patente uma significativa actualização dos traçados, através de formas mais orgânicas, ancoradas ao território, e a novos modos de articular as parcelas. Vimos, em particular, a definição evidente de novos eixos, que fizeram sobressair equipamentos sociais (quase sempre a Casa do Pessoal) e potenciaram espaços qualificados e mais urbanos – como as praças Henrique de Carvalho ou do Museu, no Dundo, ou as avenidas centrais de Andrada e do Lucapa. O afastamento da ortogonalidade da *company town* e da conexão com o edificado laboral (oficinas, minas) decorreu não só da verificação de actualizações formais no campo do planeamento urbano, como do desígnio da Diamang em criar povoações na Lunda para um “futuro” além da exploração mineira. Ainda a este respeito, os bairros de trabalhadores “especializados” começaram a ser integrados no planeamento dos centros urbanos, num processo paralelo, e não apenas consequente, à abolição legal do “indigenato” – ou seja, sublinhando a importância dos processos no terreno para lá das disposições no papel.

Em paralelo, foram exploradas as potencialidades dos novos materiais e métodos de construção, mais céleres e otimizados – caso de tipologias maiores, como as “casas quádruplas”, ou dos pré-fabricados, como as “Casas Balão”, as “Casas Studal” e as “Construções Trajinha”. Mais uma vez, as opções revelaram a pluralidade de referências presentes na Diamang, sinalizando a capacidade

da empresa em recrutar diferentes repertórios, adaptando-os. São sobretudo estas tipologias que hoje têm presença no terreno, reforçando o peso das opções tomadas neste período de aceleração infraestrutural em Angola. As mudanças estiveram ancoradas em dois factores: por um lado, o número crescente de técnicos especializados, como Alfredo Pino, ou tornados especialistas, como Fernando Queiroz; por outro lado, a necessidade de resposta face ao escrutínio social e político do colonialismo português tardio. Como veremos na próxima parte, esta foi uma das questões com maior impacto na configuração da paisagem da Diamang.

PARTE 3. [a forma] Espacializações de poder

3.1. A construção de uma “torre de comando”

3.2. A arquitectura da “civilização” (1945-1968)

- Construções corporativas: recreação e evasão
 - . Casa do Pessoal
 - . Casa de Repouso do Cossa
 - . Estufa Fria do Dundo
- Uma “sociedade colonial”: habitação nos centros urbanos
 - . As kapas de tijolo vermelho
 - . Projectos-tipo

3.3. O património em Luanda (1948-1966)

- Representação: “projecto e importância”
 - . Bairros para empregados em Miramar
 - . Bairro para servidores “indígenas” na Estrada de Catete
- Tradição: contra os “maníacos da linha recta”
 - . Casa de fim de semana na Ilha de Luanda
 - . Escritórios na Rua de Avelino Dias

3.4. A desconstrução da “fúria psico-social” (1950-1974)

- Instâncias internacionais, respostas locais
 - . Alojamento, a “estabilização” e as críticas
 - . Habitações “definitivas”?
- Programas expeditos
 - . Em trânsito: blocos e camaratas
 - . Nas minas: bairros e acampamentos
- Progresso demorado
 - . Propriedade e melhoramentos
 - . Tipologias de “bem-estar”

3.5. Síntese



[140] Construção de casa de habitação no Dundo, 1954

[141] Diamang: alguns aspectos da sua actividade (visita de Craveiro Lopes), 1954

[Relatório de Construções, UC/AD; ANTT, AOS/D-N/-2-1-1]

3.1. Introdução: a construção de uma “torre de comando”

“[O Dundo não é] uma qualquer simples vila ou lugar habitado de Angola, mas o centro administrativo de uma grande empresa industrial, amplíssima nos seus objectivos e na área em que presentemente actua (30.000 km²: quase um terço de Portugal continental), com uma população de cerca de 80.000 almas, verdadeira ‘torre de comando’ e centro vital de uma organização em que trabalham 332 europeus (acompanhados por 417 mulheres e crianças) e cerca de 17.000 indígenas, reunidos e organizados com vista a um objectivo bem determinado (...). Esse conjunto de actividades diversas, mas todas necessárias, formam já, pelo pessoal que delas se ocupa e os enormes valores que representam, todo um mundo, um enorme complexo de órgãos humanos e mecânicos cuja concatenação e funcionamento harmónico exigem um código e regulamentos adequados, e um comando que a tudo presida e tudo decida em última instância.”

– Ernesto de Vilhena, *Aventura e Rotina*, 1954⁹³⁶

Em 1954, a visita do General Craveiro Lopes, Presidente da República, à Diamang foi mobilizada para um ponto de situação, com a projecção de uma imagem renovada da paisagem construída na Lunda. À semelhança da passagem de Lopes Mateus, em 1936, a Diamang produziu uma compilação gráfica que aferiu o grau de mudança e mostrou, acima de tudo, um conhecimento maior sobre o espaço da empresa. Este traduziu-se num programa que detalhou os assentamentos no território, assim como num vasto conjunto de fotografias que provava a presença de edifícios e formas de “conforto, ensino, cultura, desportos, recreio e previdência”. Em Dezembro do ano anterior, a *Portugal – Belgique*, “revista de interesses luso-belgas”, tinha publicado uma “visita ao Dundo”, na qual se evidenciavam precisamente estas estruturas. Julien Vanhove, inspector do Ministério das Colónias da Bélgica e autor do artigo, após ter passado por Tshikapa e Bakwanga, frisou a Casa do Pessoal da Diamang na Lunda como um “verdadeiro palácio social que a solicitude da companhia trouxe para os agentes e as suas famílias”. O edifício do Dundo foi descrito como “grandioso, com tijolos rosa e ocre, e um delicioso pátio onde se ouve o murmúrio da água”⁹³⁷.

Em paralelo, Ernesto de Vilhena definiu a Diamang como um “enorme complexo de órgãos humanos e mecânicos”, a trabalhar sob um “código e regulamento adequado”, dando força ao dito “palácio social”. O Dundo seria a “torre” no terreno, enquanto ele próprio se afirmou como “comando” daquele conjunto. Porém, ao arripio das celebrações das comitivas visitantes, estas notas surgiram como resposta a um período de intenso escrutínio à companhia. O resultado esteve na aferição de novas formas na Lunda. A habitação, em particular, tornou-se palco e veículo da gestão das quase 18.000 pessoas envolvidas nas “actividades diversas” – e será a tipologia dominante destes últimos capítulos, através das múltiplas dimensões que assumiu na paisagem da empresa.

⁹³⁶ “Lunda”. *Terras e Gentes de Angola*, 7º caderno (1972). ANTT, PT/TT/ASC/D/0002.

⁹³⁷ Julien Vanhove (1953). “Visite a Dundo”, *Portugal - Belgique*, 22, pp. 13-16.

Depois de termos analisado o território e os léxicos construídos a partir da presença da Diamang na Lunda, esta terceira e última parte incide sobre temas particulares que permearam os espaços antes apreendidos. Neste sentido, o conjunto de capítulos que se segue procura unir matérias e questões ainda soltas, agora olhadas e questionadas de outras perspectivas. Em causa estará a distinção entre as múltiplas formas de “poder sobre” e o “poder de” e nos vários modos como o planeamento urbano e arquitectónico “permite” ou “constringe”¹, na esteira de Kim Dovey. No primeiro capítulo, seguindo as pistas da visita de Craveiro Lopes e da *Portugal – Belgique*, inquirimos a construção de uma paisagem corporativa na Lunda, para a comunidade europeia que se estabeleceu nas várias povoações da companhia. No segundo capítulo, observamos a extensão da Diamang em Luanda, em período semelhante, através da análise de diferentes projectos de “representação”. Por fim, o terceiro capítulo aborda a habitação para trabalhadores e famílias africanas como principal “arena” de poder, contestação e resistência na Lunda.



[141-A] Diamang: alguns aspectos da sua actividade (visita de Craveiro Lopes), 1954
[ANTT,AOS/D-N/2-21-1]

¹ Dovey (1999). *Framing Places...*

3.2. A arquitectura da “civilização” (1945-1968)

“São de todos conhecidos os cuidados que a Companhia dedica ao melhoramento da situação dos seus empregados. Temos feito esforços para criar uma verdadeira e bem equilibrada sociedade colonial. No amargurado período que a Humanidade vai atravessando, a Companhia conseguiu criar um meio e ambiente de facilidade e alegria que difícil será encontrar em qualquer outra parte (...). Só parece fácil a quem ignore os preços excessivos dos materiais indispensáveis às construções necessárias. Somos idealistas práticos e não puramente ideólogos.”

– *Situação do Pessoal Contratado* [Despacho], 1944⁹³⁸

A 8 de Novembro de 1941, numa curta missiva a Donald Doyle, um dos conselheiros técnicos da Diamang em Londres, Ernesto de Vilhena revelou a vontade de desenhar um futuro diferente para a paisagem da empresa. A ideia de “civilização” era já relevante no discurso da companhia: entre colegas, o Dundo era celebrado como uma povoação “civilizada e muito interessante”, mas o administrador afirmava que estaria a “trabalhar para a civilizar ainda mais”⁹³⁹. A Ordem de Serviço nº 12-D, publicada no dia anterior, mostrava que a orientação estava em marcha na Lunda. O documento informava os serviços e funcionários que não seriam permitidas “a abertura de novas estradas para as minas, reparações ou modificações nos edifícios que alterem a planta original sem prévia autorização da Direcção Técnica”⁹⁴⁰. Ou seja, qualquer trabalho futuro deveria ser acompanhado por justificação escrita e peças desenhadas, oferecendo aos vários níveis da administração, e sobretudo a Vilhena, detalhes claros do que estava a ser feito no terreno.

A directiva espelhava a insatisfação do administrador após longa estadia na área das explorações no ano anterior⁹⁴¹. De acordo com as notas de Vilhena, era visível o “pouco cuidado nas trazeiras [sic] e quintais de algumas residências do Dundo e outros centros, onde roupa posta a secar às três pancadas, celhas e lavadouros mal emborcados, águas a escorrer, patinhadas pelos moleques, galinhas e patos dejectando onde lhes convém, capoeiras coxas ou mal cuidadas e o desalinho geral do conjunto”⁹⁴². O cenário estaria a ser escondido pela construção de vários muros em torno das habitações, mas a solução improvisada era inconveniente: não só desconsiderava eventuais problemas de salubridade como, na opinião de Vilhena, não resolvia a referida “despreocupação dos aspectos estéticos de uma residência de gente civilizada”⁹⁴³.

⁹³⁸ “Ordem de Serviço nº 9-D/44”. Dundo, 8 de fevereiro de 1944. UC/AD.

⁹³⁹ Carta de Vilhena para Donald B. Doyle, Conselheiro Técnico na Selection Trust, 8 de novembro de 1941. UC/AD.

⁹⁴⁰ “Ordem de Serviço nº 12-D/41”. Dundo, 7 de novembro de 1941. UC/AD.

⁹⁴¹ Entre 1940 e 1941, Vilhena passou onze meses na Lunda, seguindo depois para uma visita a Ernest Oppenheimer na África do Sul. A avaliação do director da Anglo American sobre o administrador da Diamang era positiva: “em todos os assuntos que tratou e nos doutos despachos que lavrou, ficaram, como de costume, bem vincadas as impressões da sua forte personalidade”. *Relatório apresentado pelos administradores*, 1941 e 1942. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/5/1.

⁹⁴² “Ordem de Serviço nº 12-D/42”, 2 de março de 1942. *Urbanização e Saneamento*, 1929-1945. UC/AD.

⁹⁴³ Idem.

O destaque atribuído à pasta de “Melhoramentos e Urbanização” na reorganização da Diamang, no início de 1940, tinha anunciado a crescente preocupação da administração da companhia sobre a imagem do seu espaço⁹⁴⁴. A partir de então, esta rúbrica ficou sobre alçada directa do Director, encurtando os circuitos de decisão. A configuração da Concessão, em 1942, foi o primeiro passo evidente em direcção a uma paisagem controlada e disciplinada, como tivemos oportunidade de explorar. De acordo com as directivas então publicadas nos meios internos da empresa, havia o desejo de construir uma “ordem material e moral do pessoal [da Diamang], que o sobreleve aos de todas as outras empresas da colónia”, sendo que, para além dos benefícios a conceder em Angola, a Diamang acreditava poder contribuir para a “formação de novos proprietários rústicos e urbanos em Lisboa”, ampliando a geografia do seu papel “civilizador”⁹⁴⁵.

A *Situação do Pessoal Contratado*, de 1944, que lemos na epígrafe, reproduziu a mesma ideia, reforçando-a: a empresa dizia verter esforços para criar uma “verdadeira e bem equilibrada sociedade colonial, (...) [n]um meio e ambiente de facilidade e alegria que difícil será encontrar em qualquer outra parte”. Todavia, para além da duplicação, somava uma relação importante, que propomos discutir: os “melhoramentos” previstos pela Diamang consideravam tanto o espaço físico das povoações da Lunda como o espaço social e quotidiano dos empregados europeus, interligando-os. Havia “construções necessárias” a fazer, que, na opinião da administração, sustentariam a tal noção “civilizadora” transversal às narrativas e intentos da corporação.

Para lá das narrativas sobre as “missões civilizadoras” destinadas à população africana, este capítulo interroga a extensão de um propósito semelhante à comunidade branca que habitou a Diamang. Sem prejuízo do contexto colonial que mediou as relações sociais na Lunda, espelhado com evidência na segregação racial, questionamos as estratégias da companhia em criar um espaço “incorporado”⁹⁴⁶, que se terá traduzido na imposição de ideais de “civilização” a todos aqueles que compuseram a dita “sociedade” mineira. Como notou Ducan Money, apesar dos estudos sobre as companhias coloniais terem quase sempre privilegiado a habitação dos trabalhadores e famílias africanas, porque foi nesse campo que as maiores e mais impactantes transformações ocorreram, não deixa de ser relevante explorar os espaços das comunidades europeias, uma vez que estas intersectaram outros contextos históricos e historiográficos, muitos deles significativos, que dão novos sentidos aos eventos no terreno⁹⁴⁷.

Neste âmbito, analisamos de seguida alguns edifícios que sustentaram o esforço da Diamang na construção da sua comunidade nacional e corporativa, desbravando dois caminhos programáticos. Primeiro, estudamos algumas estruturas de recreação e evasão: a Casa do Pessoal, a Casa de Repouso do Cossa e a Estufa Fria, construídas entre 1945 e 1951. A escolha destes edifícios reflecte diferentes questões. Por um lado, sinaliza a importância que assumiram na reconfiguração urbana da Lunda, tanto pela repetição como singularidade. Por outro lado, permite a observação de diversas práticas

⁹⁴⁴ Pasta “Melhoramentos e Urbanização”, sob dependência directa do Director da Companhia, cf. “Ordem de Serviço nº 3-D/41”, 27 de janeiro de 1941. Organização da Direcção Técnica na Lunda. UC/AD.

⁹⁴⁵ “Circular nº 12-D/42”, 10 de março de 1943. UC/AD.

⁹⁴⁶ Bremner e Caltana (2012). “Corporations...”

⁹⁴⁷ Ducan Money (2016). “‘No matter how much or how little they’ve got, they can’t settle down’: A social history of Europeans on the Zambian Copperbelt, 1926-1974”. Tese de doutoramento, Universidade de Oxford.

de projecto na companhia, mostrando destreza na instrumentalização dos saberes e na organização das redes de projecto e decisão – que por vezes passaram por Lisboa, dando palco a preocupações superiores, e noutras vezes permaneceram no local, privilegiando o saber empírico no terreno. Por fim, convoca a relação com estruturas idênticas edificadas em Luanda e em Portugal continental em igual período, revelando intersecções entre geografias e diálogos da e com a Diamang para lá da Lunda (algumas inclusive presentes no próximo capítulo). O espaço limitado da dissertação obrigou a que ficassem de fora outros lugares participantes neste processo de urbanidade corporativa, como o Museu Etnográfico⁹⁴⁸, a Estação Meteorológica⁹⁴⁹ ou o Jardim Zoológico⁹⁵⁰, construídos na década de 1940 no Dundo, cujas características particulares, de contexto e desenho, certamente levantam questões relevantes a futuras investigações⁹⁵¹.

Depois, abordamos as tipologias de habitação oferecidas a funcionários europeus, recorrendo a uma genealogia longa, entre as décadas de 1940 e 1960, que acompanha as sucessivas abordagens formais e construtivas a estes edifícios. A organização dos “centros urbanos” e das respectivas equipas da concessão permitiu à Diamang centralizar e alavancar processos edificatórios, como vimos, e um dos resultados desta transformação materializou-se nas casas para funcionários europeus, que preencheram grande parte das povoações mineiras. Num processo que teve evidentes paralelos às tentativas de promover novas condições de alojamento para famílias africanas, a Diamang apostou numa linguagem muito própria para as casas das suas povoações: afastou-se do léxico puramente industrial, do tijolo vermelho, para então considerar formas mais cuidadas e estudadas.

⁹⁴⁸ O Museu do Dundo foi organizado em 1936 e recebeu um edifício próprio em 1946, com cerca de 460m², associado a várias dependências e à Aldeia Etnográfica. O projecto recebeu grande atenção por parte da Diamang, como provam os vários desenhos e pareceres científicos de técnicos da empresa, como José Redinha, Janmart e Barros Machado. O trabalho “Algumas notas sobre o Museu do Dundo”, assinado por este último, esclarece as principais preocupações: o estudo da iluminação por um “técnico especialista de Lisboa”; requisições especiais para compra de vidros; cuidadosa escolha das tintas para o exterior. A organização do conjunto do Museu resultou sobretudo das indicações de Barros Machado, cf. Correspondência sobre o Museu do Dundo, 1947-1948. UC/AD. Sobre as actividades do Museu, ver Porto (2009). *Modos de objectificação...*

⁹⁴⁹ A Estação Meteorológica foi inaugurada em 1951, na zona sul do Dundo. Segundo a Diamang, o seu projecto seguiu “todos os requisitos de ordem científica que a primor se conjugam com a elegância de linhas e bom gosto”, destacando-se pela “beleza arquitectónica” e por ser um “verdadeiro modelo no género”. Nos anos seguintes foram criados Postos Meteorológicos em Cassanguidi, Andrada, Maludi e Cossa para apoio à estação, dando origem a uma extensa rede de observação climatológica na Lunda. *Relatório do Conselho de Administração e parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1951*, ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

⁹⁵⁰ A construção de um jardim zoológico no Dundo esteve associada à organização do Museu. A proposta foi lançada em 1947: “Barros Machado propôs a construção de várias dependências para uma actividade mais desenvolvida no campo das investigações biológicas. Para tal, o melhor seria uma construção isolada, dentro do quarteirão destinado ao museu. Poderá considerar-se, nessa planta, a construção de um pequeno jardim zoológico com animais da fauna local”. Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Tavares Paulo, 26 de março de 1947. UC/AD.

⁹⁵¹ É possível consultar as plantas e fotografias destes edifícios no volume II do trabalho.

– Construções corporativas: recreação e evasão

A criação dos “centros urbanos” da Diamang resultou numa evidente actualização dos programas a edificar na zona mineira. Ainda que o “plano de melhoramentos e obras”, organizado em 1942 e publicado em 1944, não mostrasse antecipação ou preparação desta mudança, os anos seguintes trouxeram novos equipamentos para as povoações da companhia, concorrentes para o paradigma de “urbanidade” que ali se instalou. Em causa estava não só o “embelezamento” dos lugares, com a criação de pontos notáveis na malha urbana, geralmente associados a dispositivos de excepção, mas também o fomento de uma comunidade simultaneamente “corporativa” e “científica”, que ultrapassava os propósitos iniciais do conjunto industrial.

Casa do Pessoal da Diamang

Um dos equipamentos mais estruturantes na arquitectura corporativa da Diamang foi a Casa do Pessoal. Centralizada no Dundo, onde se localizou a sede, a Casa do Pessoal foi estendida aos restantes grupos de trabalho da companhia através de várias delegações e sub-delegações. O seu principal objectivo centrou-se no desenvolvimento de actividades “recreativas, sociais, morais, culturais e desportivas”⁹⁵², servindo de “centro aglutinador” da comunidade europeia fixada na Lunda⁹⁵³. Segundo a administração, eram múltiplas as vantagens deste espaço: “atenuar as condições do isolamento que a distância e a particularidade da indústriam obrigam”, “criar indispensável incentivo ao interesse e rendimento do trabalho”, “intensificar o convívio entre pessoal e ampliar relações de camaradagem” ou ainda “promover manifestação de ordem cultural e desenvolver o gosto pelas belas artes, bons autores e suas obras”⁹⁵⁴. Nestes lugares, empregados e famílias organizaram festas, jantares e bailes, peças de teatro, torneios desportivos e exposições. Tiveram ainda acesso a momentos de recreação através de uma extensa biblioteca⁹⁵⁵, cinema, bilhar ou os chamados “jogos florais”. Financiada em partes iguais pelos funcionários e pela administração da companhia⁹⁵⁶, a Casa do Pessoal esteve associada à Estação Emissora⁹⁵⁷ e à “Folha de Informações”, dois outros importantes suportes de

⁹⁵² A natureza das actividades da Casa do Pessoal foi alterada ao longo dos anos. Em alguns momentos foi frisada a questão social e moral, enquanto noutros o destaque pendeu para a ordem recreativa. *Relatório do Conselho de Administração e parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1951* [1952]. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

⁹⁵³ “Não descuro a companhia o recreio e bem-estar dos seus empregados havendo com este objectivo várias instituições no Dundo e nos três grupos de minas. Existe a chamada Casa do Pessoal, que como nome indica, é instituição creada para recreio e festas do pessoal da companhia e que constitui centro aglutinador à volta do qual gravita tudo o que diz respeito a divertimentos e desportos: campos de ténis, croquet, ping pong, biblioteca, mesa de bilhar”. “Relatório da Viagem a África do Administrador Dr. J. Simões Neves, em 1945”. ANTT, AOS/COL/UL-8A1 Cx. 713.

⁹⁵⁴ “Relatório Trimestral dos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, de 1950. Pequeno esboço histórico da vida da Diamang desde a sua origem até à actualidade”. ANTT, AOS 8A1 Cx. 718.

⁹⁵⁵ A biblioteca da Casa do Pessoal da Diamang foi valorizada pela empresa como equipamento de “importante e insubstituível função”. Em 1944, Vilhena confidenciou ao filho Júlio: “A Biblioteca continua com muito movimento e é bom ver gente de cultura literária muito reduzida requisitarem obras de fôlego”, cf. Correspondência, 5 de julho de 1944. *Construções nas Explorações, 1941-1948*. UC/AD. Na década de 1950 registava mais de 5300 títulos, distribuídos pelas várias delegações, entre livros, revistas e periódicos, disponíveis à comunidade europeia na Lunda.

⁹⁵⁶ “As receitas da Casa do Pessoal são formadas, como sabeis, pelas cotas de todos os nossos empregados e por um subsídio mensal da Companhia igual ao total daquelas cotas. São, porém, frequentes os auxílios extraordinários da Sede, sempre que se trate de satisfazer encargos muito pesados, ou de dotar a Casa de melhoramentos que lhe seriam excessivamente dispendiosos”. *Relatório...* ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

⁹⁵⁷ A programação da Estação Emissora incluiu “programas de interesse, compostos pelos melhores trechos de música

divulgação cultural na Lunda. De acordo com a direcção da empresa, houve preocupação sistemática em dotar os edifícios desta instituição com as mais diversas novidades tecnológicas, literárias e musicais, dando um carácter “modernizador” ao equipamento⁹⁵⁸. Por outro lado, a Casa foi sempre palco de recepção aos vários visitantes nas explorações, assumindo, portanto, a representação interna e externa da Diamang. Em 1966, a empresa contava com seis destes equipamentos, distribuídos pelo Dundo, Andrada, Cassanguidi, Malúdi, Lucapa, Luxilo, Fucaúma e Calonda.



[142] Primeira Casa do Pessoal no Dundo, 1937?
[Arquivo diamang.com]

As primeiras referências à Casa do Pessoal da Diamang apareceram entre o final de 1936 e o início de 1937⁹⁵⁹, sem que tenha sido possível esclarecer exactamente este início. É certo que a estreita relação da empresa com a organização industrial trazida pelos americanos e ingleses tinha naturalizado a presença de um organismo desta natureza desde os primeiros anos de exploração, ainda que de modo informal⁹⁶⁰. Simões Neves, um dos administradores, referiu a fundação do primeiro “clube” da Diamang em 1929, “entregue exclusivamente às directrizes do pessoal”⁹⁶¹. Afinal, o “clube” sempre tinha feito parte do léxico da *company town* e era também lugar essencial noutras povoações mineiras, tanto no Congo Belga como na África do Sul⁹⁶². Em todas elas, o programa assumiu uma posição central no plano urbano, resultando em edifícios singulares, de grandes dimensões, amiúde associados a grandes salões de festa, jardins, desporto e piscinas.

gravada, clássica, de concerto e de dança, e peças e palestras radiofónicas, não faltando as alusivas às datas históricas nacionais, de maior relevo”. Em 1951, contava com mais de 2500 discos.

⁹⁵⁸ *Relatório...* ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

⁹⁵⁹ Cf. Planta de Cassanguidi, desenho nº52-34, actualizado até outubro de 1958, copiado por Mourão; Planta de Malúdi, desenho nº 58-69, julho de 1958, copiado por A. Teixeira. UC/AD.

⁹⁶⁰ Várias notas dispersas reportam a organização da Casa do Pessoal a partir da fusão de antigos clubes.

⁹⁶¹ “Relatório Trimestral...”. ANTT, AOS 8A1 Cx. 718.

⁹⁶² Lund, Tshisuaka e Robert (2017). “L’architecte Guillaume Serneels...”; Carstens (2001). *In the Company...*

Na Lunda, foi a visita de Lopes Mateus e o lançamento dos mencionados “alicerces civilizadores”, em 1936, a dar um novo impulso a este modelo recreativo, alterando-o. A nomenclatura escolhida afastou o programa do léxico mineiro, contribuindo para desbravar um protocolo de “urbanidade nacional” na Diamang. Nesse período foram inauguradas as delegações no Dundo e em Andrada, no centro de cada uma das povoações. No Dundo, a Casa do Pessoal ocupou o talhão em frente à Casa de Representação, entre as Avenidas 3 e 5. Em Andrada, repetiu-se o mesmo dispositivo, com a Casa a assumir frente na Avenida principal, ao lado dos escritórios e oficinas. Ambas as Casas foram inicialmente acomodadas em edifícios adaptados, com o característico tijolo vermelho⁹⁶³. Por outro lado, nas povoações com obra a decorrer, caso de Cassanguidi, Luxilo e Maludi, a Casa do Pessoal foi inaugurada em edifícios próprios, entre 1936 e 1937⁹⁶⁴, indiciando a relevância que desde logo lhe foi atribuída.

A posição sempre proeminente da Casa do Pessoal na malha urbana foi utilizada para organização espacial e social da companhia, convergindo com e sustentando a mudança de paradigma. Como vimos antes, a actualização dos traçados nas povoações antigas e o desenho de novos lugares, nas décadas de 1950 e 1960, teve em conta a localização da Casa, enfatizando a sua presença no plano compositivo. Somando à implantação central, estes edifícios foram sempre singularizados em talhões próprios e, por isso, a Casa impulsionou a qualificação do espaço exterior envolvente, através de zonas ajardinadas e múltiplos recintos para actividades desportivas, como patinagem, croquet, volleyball, ténis e, em alguns casos, piscinas.

Por outro lado, cada edifício da Casa do Pessoal foi trabalhado e dimensionado de acordo com a relevância da povoação onde se inseriu, iluminando tempos e camadas do programa edificatório da empresa. No caso do Dundo, a Casa do Pessoal assumiu a mencionada relação com a Praça Henrique de Carvalho e com a Casa de Representação, para além de articular um campo de jogos exterior. Em termos de linguagem estética, a Casa do Pessoal do Luxilo, edificada em 1950, foi aquela que mais desafiou os protocolos instaurados. A sua fachada desenhada com a repetição de elementos quadrados, salientes, com recurso a plasticidade do betão armado, assinalou os anos de “ensaios” do serviço de “Construções”. A Casa do Lucapa, uma das últimas a ser construída, em meados da década de 1960, definiu e corou a avenida principal da povoação. Em sentido semelhante, recordamos que a expansão de Andrada resultou numa alteração do seu eixo notável para privilegiar a Casa existente.

Para além do impacto na (re)configuração das povoações da Diamang e nos vários acertos de linguagem, a fundação da Casa do Pessoal materializou um contexto político e social muito que nos importa compreender, porque coloca a companhia em redes de produção de conhecimento para lá da “nuvem mineira”, ampliando a sua relevância para novos caminhos de investigação. Recordamos que a Casa do Pessoal foi um edifício vulgarizado pelo paternalismo patronal da década de 1940 em Portugal⁹⁶⁵, iluminando, desde logo, um diálogo estreito entre a companhia e a estrutura corporativa do

⁹⁶³ As primeiras fotografias da Casa do Pessoal da Diamang foram registadas em Andrada, em 1938, onde se vislumbram apenas as paredes em tijolo vermelho, em grande plano. *Relatório apresentado pelos administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, relativo ao ano de 1938*. ANTT, PT/TT/AOS/D/N/2/5/1. “Vila Paiva de Andrada. O Sr. Ministro das Colónias à saída da Casa do Pessoal”, p. 69.

⁹⁶⁴ Ver nota 954.

⁹⁶⁵ Vários grupos empresariais em Portugal criaram a sua própria Casa do Pessoal, como a Cimentos Maceira Liz, em

Estado Novo português. Assim, a Casa serve-nos neste capítulo para explorar possíveis semelhanças tipológicas e formais na observação do modo como a Diamang se relacionou com o conhecido “aparelho” de “inculcação ideológica” do Estado Novo⁹⁶⁶, intersectando os modos de espacialização da estrutura política portuguesa⁹⁶⁷ – argumento anteriormente lançado que continuamos agora a esgrimir através dos contornos particulares da produção do edificado.



[143] Casa do Pessoal no Dundo, 1960
[Arquivo Júlio Pedro, particular]

Primeiro, esta conexão permite equacionar que, em correspondência com a imagética concebida pelo regime de Salazar, o papel atribuído pela Diamang ao espaço da Lunda neste período tenha sido mais direccionado para “satisfazer a necessidade de legitimidade e coesão social do que concentrado em aspectos formais ou estéticos”⁹⁶⁸ – ou seja, sustentar a dita “sociedade civilizada”. De facto, é isso que aponta a contínua rejeição da companhia em contratar profissionais qualificados em arquitectura. Ao contrário da “irmã” Forminière, que na mesma época contratou o arquitecto Guillaume Serneels para desenhar o seu “club”⁹⁶⁹ – projecto seguido de outros estudos e propostas a várias escalas para as

Leiria. A Casa do Pessoal desde grupo foi construída entre 1933 e 1934, cf. Bolas (2021). “Tecnologia e Estado Novo...”, em particular o subcapítulo 3.4, pp. 199 e ss.

⁹⁶⁶ Segundo Fernando Rosas, este “aparelho corporativo” foi parte relevante da “espinha dorsal do sistema de inculcação ideológica” do Estado Novo que compôs um quadro mítico de “nacional-ruralismo” e de reinvenção dos costumes e hábitos. Fernando Rosas (2008). “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40”. Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo (coord). *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Pombalina, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 31-48.

⁹⁶⁷ Como mostrou Mathias Alencastro, “a Diamang evoluiu de um apêndice da indústria mineira belga para uma empresa poderosa, totalmente integrada no espaço colonial português, mas distante das autoridades coloniais em Luanda. À semelhança da Primeira República, o Estado Novo exerceu o seu poder na periferia através da empresa diamantífera e à custa da administração colonial. A empresa de diamantes, por sua vez, gozava de poderes estatais em todo o seu domínio”. Alencastro (2014). “Diamond Politics...”, p. 157.

⁹⁶⁸ Rita Almeida de Carvalho (2018). “Ideology and Architecture in the Portuguese ‘Estado Novo’: Cultural Innovation within a Para-Fascist State (1932–1945)”. *Fascism*, 7, p. 143.

⁹⁶⁹ Lund, Tshisuaka e Robert (2017). “L’architecte Guillaume Serneels...”

idades de Bakwanga e Luluabourg⁹⁷⁰ –, a Diamang não equacionou convocar qualquer especialista para empreitadas semelhantes. Ainda que os edifícios da Casa do Pessoal da companhia tenham sido aqueles que maior atenção receberam no desenho da planta e tratamento das suas fachadas, por exemplo, a ausência de discussões ou declarações elaboradas sobre o seu aspecto aponta para a prevalência de um pragmatismo orientador da construção nas explorações.

Assim, a arquitectura “nacionalista” que despontou na Lunda, tal como aqui a entendemos e temos vindo a debater, “não era uma questão de gosto, mas uma necessidade de reconstrução da nação”⁹⁷¹ – neste caso, uma “nação” mineira que se quis actualizar e modernizar, mas que, para desgosto dos administradores, teimava ainda nos “arraiais minhotos sem imaginação”⁹⁷². Nesta sequência, foi essencial – e estruturante – a intervenção constante de Ernesto de Vilhena na construção da companhia, uma vez que o diálogo que manteve com o governo português, mas não com o governo colonial em Angola, acabou por contribuir para opções mais “conservadoras”, longe do movimento do “moderno tropical”. Como veremos no próximo capítulo, Vilhena era bastante crítico dos “maníacos da linha recta”, rejeitando a adopção de estilo e progresso semelhantes na Lunda⁹⁷³. A “modernidade” da companhia esteve, portanto, ancorada no projecto social que se quis materializar através do espaço e da arquitectura, mas sem recurso às “formas modernas”.

Do ponto de vista cronológico, a organização da Casa do Pessoal na Lunda aconteceu em paralelo com a construção de uma extensa rede recreativa em Portugal, sob a batuta da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)⁹⁷⁴, colocando a Diamang em evidente e admitida relação com os seus pares metropolitanos⁹⁷⁵. A partir de 1935, foram construídas Casas do Povo, Casas de Pescadores e Centros de Alegria no Trabalho, com o objectivo comum de formar uma nova comunidade trabalhadora por todo o país⁹⁷⁶. Se as funções da Casa do Pessoal da Diamang se acercavam sobretudo da realidade promovida pelos Centros de Alegria no Trabalho – com programa e ofertas muito semelhantes –, a imagem transportada para África aproximou-se antes das Casas do Povo⁹⁷⁷, evidenciando o afastamento dos grandes centros, onde importou estender a ideologia do Estado; ou, neste caso, da companhia.

⁹⁷⁰ Em 1956, por exemplo, Serneels estudou e dirigiu vários projectos em Bakwanga, através da sua própria empresa: piscina, casas para europeus, expansão do hospital, escritórios Cf. “Planing des travaux de construction confiés à M. Serneels, 1956”. AGR, Sibeka [696].

⁹⁷¹ Carvalho (2018). “Ideology and Architecture...”, p. 163.

⁹⁷² Na reorganização espacial da empresa, em 1944, foram discutidos os novos projectos “sociais”, os atritos que se viviam no Serviço de Concessão, a importância da divulgação científica, as experiências estrangeiras, a concretização das aspirações dos empregados e os arraiais minhotos “sem grande imaginação”. Carta de Pinto Ferreira para Júlio de Vilhena, 6 de setembro de 1944. *Urbanização e Saneamento*, 1^o. [84X,5], 1929-1945. UC/AD.

⁹⁷³ Discurso de Ernesto de Vilhena, 28 de abril de 1957. *Notas...* 2^o. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.

⁹⁷⁴ Para um olhar amplo sobre a FNAT, ver José Carlos Valente (2010). *Para a História dos Tempos Livres em Portugal: da FNAT ao INATEL (1935-2010)*. Edições Colibri / Fundação Inatel; Daniel Melo (2003). “A FNAT entre Conciliação e Fragmentação”. *Vozes do Povo: A folclorização em Portugal*. Etnográfica, pp. 37-57.

⁹⁷⁵ A propósito da “assistência ao trabalhador”, a Diamang apresentou uma comparação directa com esta instituição, conforme veremos no próximo subcapítulo: “Assim entendeu o governo quando criou FNAT e outras obras de assistência; assim entende Diamang, mais propriamente administrador delegado, porque desde o início que assistência não tem cessado de expandir.” “Elementos...”. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1^a, 2^a e 3^a)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

⁹⁷⁶ Dulce Freire (2012). “Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo”. *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.). Coimbra: Almedina, pp. 273-302.

⁹⁷⁷ Jessica Jaramillo (2012). *Casas do Povo, Casas dos Pescadores. A dimensão arquitectónica de um organismo para o desenvolvimento social*. Dissertação de Mestrado, FAUP.

Nesta esteira, são incontestáveis as analogias com a construção da Casa do Pessoal da Cimenteira Maceira Liz, em Leiria, por exemplo, que, exactamente na mesma altura, enquadrou a sua estrutura corporativa na rede de Casas do Povo⁹⁷⁸. Não caberá aqui a extensão destes trâmites (estando ainda por estudar o papel da Diamang neste seguimento corporativo), mas o seu conhecimento ilumina os múltiplos e amplos contornos da visão espacial da empresa. A “tradução” para Angola destes edifícios para fomento da corporação mostra como a construção do espaço foi impactada e impactou a consolidação do referido “estilo” que a Diamang entendeu como “nacional-como-racional”⁹⁷⁹.

Mais tarde, no processo de ampliação de algumas Casas do Pessoal na Lunda, a aproximação a uma imagética “nacionalista” tornou-se ainda mais óbvia, com reflexos na arquitectura destes edifícios. Os novos projectos edificados no Dundo, em 1948, e em Andrada, em 1952, clarificaram o afastamento de uma estética industrial, concorrendo para consolidar a imagem “urbana” para a companhia. Segundo os agentes no terreno, apontou-se para um “aspecto arquitectónico que tentamos aproximar o quanto possível do nível actual das nossas construções urbanas”⁹⁸⁰, sugerindo a preocupação em validar o novo “dialecto” da Diamang.

A renovação na Lunda coincidiu com operações similares em Portugal, reforçando o diálogo entre contextos. Durante a elaboração do projecto para o edifício do Dundo, em 1947, o Mensário das Casas do Povo publicou uma série de artigos sobre o “aspecto a dar às Casas do Povo”⁹⁸¹, assinados pelo arquitecto Raul Lino. Sem que seja feita qualquer referência a estas publicações, as sucessivas alterações feitas pelos técnicos da Diamang evidenciam conhecimento do conteúdo do Mensário. Em particular, a descrição de uma típica Casa do Povo foi vertida, em traços largos, na Casa do Pessoal do Dundo: “imaginamos uma edificação distribuída por três alas formando U, em que o centro é ocupado por pátio descoberto. As extremidades das alas laterais são ligadas por uma alpendrada (...)”⁹⁸². As notas e indicações sobre o tratamento do pátio, com tanque decorativo, também encontravam estreita correspondência na Lunda.

O próprio programa das Casas do Povo, distribuído em dois andares – ginásio, cantina, salões para festas, secretaria, sala de aula, dispensário médico, instalações sanitárias, biblioteca, sala para jogos –, foi emulado com bastante exactidão nos dois pisos da Casa do Pessoal do Dundo. Nesta última, singularizou-se o acrescento de uma ala residencial de modo a aumentar o número de quartos para empregados em trânsito⁹⁸³. A nível estético, as alterações resultaram num desenho mais limpo,

⁹⁷⁸ Bolas (2021). “Tecnologia e Estado Novo...”

⁹⁷⁹ *Relatório Mensal dos Administradores por Parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, Maio de 1949*. ANTT, AOS/CO-UL-84A.

⁹⁸⁰ Carta para Ernesto de Vilhena, 1 de abril de 1948. *Construções Explorações*. 1941-1948. UC/AD.

⁹⁸¹ “Que aspecto deveremos dar às Casas do Povo?”. *Mensário das Casas do Povo* (1947).

⁹⁸² “Que aspecto deveremos dar às Casas do Povo? (III)”. *Mensário das Casas do Povo*, nº 10 (Abr. 1947)

⁹⁸³ “Surgiu-nos a ideia de ampliar o edifício [da Casa do Pessoal] para construção de quartos de trânsito. A execução de trabalhos ainda mais indispensáveis tem-nos impedido de incluir um novo edifício para Casa de Trânsito, uma vez que os 6 quartos em serviço mais as duas habitações do Dundo não chegam para o movimento actual e estão longe de oferecer aspecto e conforto que proporcionam as restantes congéneres instalações da Companhia, desde Saurimo aos grupos de minas. As vantagens dos quartos na Casa do Pessoal são: a magnífica localização; aproveitamos o “bar-restaurant”. Mais ainda, hoje em dia a escolha de um local apropriado para Casa de Trânsito no Dundo é um verdadeiro problema. A solução liberta 4 casas (cantina, 2 casas de trânsito e casa de visitas K-9-X), que voltarão a servir para residências de empregados”. Correspondência entre Rolando Sucena e Vilhena, 23 de outubro de 1948. UC/AD.

sempre em sincronia com as sucessivas instruções do Mensário. Exultavam-se então as proporções em desfavor dos ornamentos, garantindo a harmonia dos processos de construção tradicionais, dimensões equilibradas, com vãos largos e não esguios⁹⁸⁴. No Dundo, avançou-se no mesmo sentido, em comunhão com a abordagem regionalista, historicista e ruralista do Estado Novo⁹⁸⁵. Neste ponto, será ainda importante sublinhar o decurso quase simultâneo deste projecto com a concepção do Bairro Residencial da empresa em Luanda, que estudaremos no capítulo seguinte, considerando a influência mútua das opções tomadas na Lunda e na capital de Angola.

Casa de Repouso do Cossa

A Casa de Repouso do Cossa foi outro dos edifícios particularmente relevantes para a afirmação corporativa da Diamang. Inaugurada em 1945, na reserva agrícola do grupo de Maludi, a Casa de Repouso destacou-se pela grande cobertura de colmo e varanda de toldos às riscas vermelhas, no “melhor e mais aprazível recanto, dominando os pomares e os vales do Luembe”⁹⁸⁶. Com quartos de dimensões generosas, escritório e sala de jantar, a Casa foi destinada a altos quadros ou em situações excepcionais, como a lua-de-mel de alguns empregados da companhia. Serviu ainda de edifício-âncora ao Centro Agrícola-Pecuário da Diamang⁹⁸⁷ (que se juntaria à produção da Reserva da Cacanda, junto ao Dundo), onde ao longo das décadas seguintes se plantaram milhares de árvores de fruto em talhões ordenados de terreno⁹⁸⁸. O conjunto foi composto por habitações, armazéns, escritórios, leitaria, estábulo, galinheiros, pocilgas, carpintaria, central termoelétrica⁹⁸⁹, e dois bairros periféricos que alojavam criados e trabalhadores cabo-verdeanos⁹⁹⁰. A cronologia da sua organização aponta para uma adaptação do modelo das *fermes* da Forminière, admirado por Delville na visita a Tshikapa, em 1942.

Ao contrário da Casa do Pessoal, a Casa de Repouso foi pensada como um edifício único, que se quis irrepetível e exclusivo. A grande distância do Dundo afastou o lugar da grande maioria das visitas oficiais, transformando o Cossa num produto interno, mas sem menosprezar o seu papel relevante na espacialização da hierarquia empresarial, que se resumiu em dois sentidos. Por um lado, a sua construção espelhou a convicção então emergente sobre o papel crucial da “evasão” no bem-estar dos funcionários europeus em África⁹⁹¹ – a que se juntaria a organização coeva da Casa de Fim de

⁹⁸⁴ “Que aspecto deveremos dar às Casas do Povo? (I)”. *Mensário das Casas do Povo*, nº 8 (Fev. 1947).

⁹⁸⁵ Eduardo Fernandes e Rui Pereira (2016). “A dicotomia nacional / estrangeiro na arquitetura portuguesa da primeira metade do século XX: o papel da Exposição do Mundo Português”. *O Estranho e o Estrangeiro no Teatro*. Universidade do Porto: Centro de Estudos Teatrais, pp. 173-198.

⁹⁸⁶ A localização era estratégica: “Não desprezamos as condições topográficas e que bem aproveitadas podem dar grande realce à construção”. Correspondência entre Pinto Ferreira e Ernesto de Vilhena, 6 de outubro de 1944. *Construções nas Explorações*, 1941-1948. UC/AD.

⁹⁸⁷ A que se somou a Reserva Agrícola da Cacanda, organizada junto ao Dundo.

⁹⁸⁸ A pujança do conjunto traduziu-se nos seguintes números: “Encomendámos 6000 árvores da colónia e dos 22 talhões projectados, com 4950 árvores, seis já estão preparados”. Correspondência, 6 de outubro de 1944. UC/AD.

⁹⁸⁹ Centro Agrícola-Pecuário do Cossa, planta de conjunto e planta das dependências e plantações, escalas 1:10000 e 1:1000, desenhos nº 48-13 e 48-18, por Lázaro, Santos Ribeiro e Maniês, atualizados em dezembro de 1951. UC/AD.

⁹⁹⁰ Uma nova tipologia que despontou na década de 1950, como veremos na próxima secção deste capítulo.

⁹⁹¹ Sobre este tema, ver Ana Vaz Milheiro (2016). “Architecture and Spirit: the role of Tourist Resorts for Public Servants during Late Portuguese Colonialism”. *Proceedings of the 14th International Docomomo Conference: Adaptive reuse: The*

Semana da Diamang, em Luanda, objecto do próximo capítulo. Aqui, interessa também considerar o momento de afirmação em Portugal das estruturas turísticas enquanto instrumentos de propaganda da cultura popular rural e de reconciliação entre a “tradição” e o “progresso”⁹⁹², sendo este um tema caro à administração da empresa. Neste âmbito, a Casa de Repouso parece ter despontado como importante estratégia de mutação social, iluminando as tentativas da Diamang em participar na formação de “homens novos”⁹⁹³. Segundo a avaliação da companhia, à época, as expostas “aspirações” dos seus funcionários europeus tinham crescido, mas não corresponderiam ainda a qualquer materialização no espaço⁹⁹⁴.

Para além dos esclarecimentos sobre contexto e objectivo, interessa-nos ainda explorar o processo de projecto, por ter assumido contornos singulares. A Casa de Repouso resultou de uma complexa sequência de concepção, que analisamos como ilustração do confronto entre as concretizações estrangeiras, sempre admiradas pela Diamang, e as tentativas de tornar o espaço mineiro “mais português”. A este propósito, foi também exemplo do funcionamento das redes de projecto e concretização da companhia, numa permanente troca de desenhos entre a Lunda e Lisboa.

Os planos começaram a ser discutidos em Maio de 1944. Ao longo dos meses seguintes, António Pinto Ferreira, um dos técnicos mais antigos da empresa⁹⁹⁵, enviou para Lisboa três propostas, na tentativa de validar aquela que apresentasse, nas suas palavras, “a mais genuína inspiração metropolitana”⁹⁹⁶. O primeiro projecto teve como “grande inspiração” um postal enviado por Jean Janmart, geólogo da companhia que chefiava o Serviço de Prospecções. O bilhete ilustrado, anexo aos desenhos, mostrava a *Tea Room* do Jardim Botânico de Kirstenbosh, na Cidade do Cabo, África do Sul, construída em 1924⁹⁹⁷. Na perspectiva colorida da casa de chá, que Ferreira classificou de “inspiração indígena”, sobressaíam um edifício principal, protegido por uma longa varanda, e um anexo lateral, ambos com telhados de colmo e emoldurados por vegetação abundante. Apesar de admitir que o projecto da Diamang era em tudo idêntico, o técnico mostrou a facilidade em defendê-lo como uma “estilização da casa clássica de pau a pique do colono português de outros tempos”⁹⁹⁸. O programa, previamente acordado, fugia ao combinado “por causa do arranjo da fachada”. Afinal, a Casa de Repouso era um edifício de “representação” e, por isso, com naturalidade, a imagem exterior sobrepunha-se.

modern movement towards the future, pp. 93-101.

⁹⁹² Ver Cândida Cadavez (2013). “A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940”. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

⁹⁹³ Rosas (2008). “O Salazarismo...”

⁹⁹⁴ Em discussão estariam os novos projectos “sociais”, os atritos que se viviam no Serviço de Concessão, a importância da divulgação científica, as experiências estrangeiras no Dundo, a concretização das aspirações dos empregados e os arraiais minhotos “sem grande imaginação”. Carta de Pinto Ferreira para Júlio de Vilhena, 6 de setembro de 1944. *Urbanização e Saneamento; Abastecimento de águas; correspondência conexa*. 1º. [84X,5] 1929-1945. UC/AD.

⁹⁹⁵ António Pinto Ferreira entrou ao serviço da Diamang em 1921, com apenas 19 anos. Desempenhou vários cargos na empresa, nomeadamente na construção de estradas, até se tornar Sub-Director dos Serviços Administrativos e Técnicos. De acordo com as notas da companhia, era o “o empregado português mais antigo na Lunda”. “Algumas notas sobre o pessoal branco das explorações”. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/2/1.

⁹⁹⁶ Correspondência entre de Pinto Ferreira e Júlio de Vilhena, 17 de maio de 1944. UC/AD.

⁹⁹⁷ A *Tea Room* foi construída sob a orientação do botanista Robert Harold Compton (1886-1979), a par de outros edifícios que ainda hoje marcam a paisagem nos jardins de Kirstenbosh.

⁹⁹⁸ Carta de Pinto Ferreira para Júlio de Vilhena, 6 de setembro de 1944. *Urbanização e Saneamento; Abastecimento de águas; correspondência conexa*. 1º. [84X,5] 1929-1945. UC/AD.

A segunda proposta manteve as dimensões e a articulação programática do projecto anterior, mas a varanda corria apenas metade das fachadas principal e lateral. Segundo o técnico, correspondia a uma tentativa de desenhar uma “filiação mais nacional”, através da apropriação da linguagem da “casa portuguesa”⁹⁹⁹: duas chaminés estilizadas, arcos no limite da varanda e cunhais em pedra. Ferreira descreveu a solução como uma casa “bonita, [de] tipo rústico”, mas não hesitou em reconhecer que se tratava de uma “colagem” de “elementos portugueses”, sem aparente critério, com um “estilo incerto e tanto artificial”.



[144] Postal da Tea Room em Kirstenbosh
[Construções nas Explorações, 1941-49. UC/AD]

O conjunto de propostas terminou com um terceiro desenho, finalmente considerado por Ferreira como “nitidamente português”. Apesar de admitir a influência persistente do “bungalow inglês”, o engenheiro identificou uma nova fonte de “inspiração”, complementar, que lhe dava margem para aquela avaliação: o livro *Notas sobre Portugal*¹⁰⁰⁰, que tinha “descoberto” na biblioteca da Casa do Pessoal do Dundo. Nesta publicação de 1908, em particular no capítulo “Arquitectura e a Casa de Habitação em Portugal”, assinado por João Barreira¹⁰⁰¹, Ferreira teria ficado cativado pelos adufes, através de exemplos de edifícios em Beja, Braga e Viana do Alentejo¹⁰⁰². A este elemento da fachada, somava também apreço pelas características da dita “casa típica nacional”, igualmente explanadas no livro: pátio rectangular, cobertura de telhas curvas, beiral saliente e ornamentos em olaria, varanda

⁹⁹⁹ Movimento da “Casa Portuguesa”, que teve Raul Lino como figura tutelar, na passagem para o século XX.

¹⁰⁰⁰ António Teixeira Júdice e António Arroyo (orgs.) (1908). *Notas sobre Portugal*. Exposição Nacional do Rio de Janeiro / Secção Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional. A obra foi dividida em dois volumes: “destinado o primeiro á nossa vida scientifica, industrial, agricola e comercial, e o segundo simplesmente á expressão esthetica do país em si e dos trabalhos portugueses”.

¹⁰⁰¹ João Barreira (1908). “Arquitectura e a Casa de Habitação em Portugal”. *Notas sobre Portugal* [vol. II], António Arroyo (org.). Sobre João Barreira ver João Leal (2000). *Etnográficas portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional*. Publicações Dom Quixote; Catarina Barreira (2006?). O” historiador João Barreira, o manuelino e o conceito de “nomadismo artístico”. *Apha Boletim*, 4, pp. 1-7.

¹⁰⁰² O único exemplo identificado era a Casa Paço Água de Peixe, em Viana do Alentejo. Foi classificada em 2002 como Monumento Nacional (Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19 de fevereiro de 2002).

“larga e soalheira”, orientada a sul ou nascente, azulejos na frontaria e chaminés, escadas exteriores e alpendres. Seria precisamente este o imaginário transportado para a proposta do Cossa: telhado de zinco, mas com beirado em telha nacional, e uma varanda ao centro, decorada com painéis de azulejos.

Apesar de extensas e fundamentadas, as preocupações “nacionais” de Pinto Ferreira – que se estenderiam à aquisição do mobiliário¹⁰⁰³ –, não foram partilhadas pelo clã Vilhena¹⁰⁰⁴. Sem grande discussão, o Administrador-delegado elegeu o primeiro projecto para ser construído na Lunda. Nos meses seguintes, a Casa de Repouso do Cossa foi edificada como uma cópia fiel da Casa de Chá sul-africana, através da primeira solução: ao centro dois quartos de dimensões generosas, cada um com uma casa de banho privada; nas laterais de um lado, um escritório, e, de outro, uma sala de jantar. O conjunto, coberto a capim, foi rematado por dois anexos, articulados por um pátio anterior: um para garagem e armazém; outro para cozinha, copa e despensa. A vegetação do postal sul-africano foi considerada também “digna de ser estudada”; evitou-se os canteiros geométricos, utilizados nas povoações mineiras, optando por maciços de flores e verdura com irregularidade aparentemente natural. A escolha, em desalinho com a opinião dos agentes no terreno, não só demonstra a importância de questionar as agendas particulares dos actores participantes, como reforça a persistente soberania de Vilhena sobre a condução do ambiente projectado e construído pela Diamang, sem prejuízo dos vários contributos envolvidos.

Estufa Fria do Dundo

Ao mesmo tempo que se discutiu o projecto da Casa de Repouso, a Estufa Fria do Dundo esteve também em estudo. Como vimos na organização da Concessão, a vegetação tinha-se tornado num elemento estruturante da paisagem da Diamang. Por isso, e para acomodar o crescimento da colecção botânica da companhia¹⁰⁰⁵, a construção da Estufa Fria, num ponto central do Dundo, era mais uma “ideia antiga” de Ernesto de Vilhena, que se pensava contribuir para o “enriquecimento das explorações”¹⁰⁰⁶. Mais tarde, também Andrada recebeu a sua própria estufa, revelando a importância deste equipamento na paisagem da empresa.

O “Projecto de uma Estufa Fria e recinto para exposição de plantas a construir no Dundo” foi assinado por Fernando Queiroz, em Abril de 1944, marcando o primeiro projecto que o técnico desenvolveu a solo na Lunda. Queiroz propôs uma estrutura rectangular, com ambiente de “sol coado”, composta

¹⁰⁰³ Aprovado o projecto de arquitectura, surgiu uma segunda questão a reforçar a pretensão por uma “solução nacional”: para a escolha do mobiliário, Ferreira pediu a Vilhena sugestões de publicações portuguesas com “coisas mais nossas”, ainda que nas revistas americanas se encontrasse “muita coisa bonita”. Queria mobília “de feição rústica”, difícil de conseguir em Angola. Por isso, a encomenda acabou por ser feita a um carpinteiro de Vila Nova de Gaia, acompanhado pela Casa Lello, no Porto. As cortinas chegaram do Brasil, uma vez Ferreira defendia que “o que faz em Lisboa é mau”. Correspondência entre Pinto Ferreira e Júlio de Vilhena, 4 de julho de 1945. UC/AD.

¹⁰⁰⁴ A maioria do projecto foi discutido com Júlio de Vilhena, mas Ernesto de Vilhena tomou as últimas decisões.

¹⁰⁰⁵ Desde a década anterior que a companhia se dedicou a organizar viveiros para aclimatar espécies vegetais na Lunda, mas estes espaços tornaram-se insuficientes com a chegada recorrente de novas plantas. A colecção de vinte e três antúrios, transportados da Ilha da Madeira em 1943, tinha impulsionado a organização deste novo espaço.

¹⁰⁰⁶ Carta de Ernesto de Vilhena para Quirino da Fonseca, 11 de maio de 1943. UC/AD.

em torno de quatro peças: um lago de peixes, uma pirâmide de begónias, um tabuleiro de flores e uma fonte monumental¹⁰⁰⁷. À semelhança dos móveis do Cossa, a cerâmica era portuguesa, desta vez das Caldas da Rainha. E, tal como a Casa de Repouso, a construção da Estufa mostrava atenção ao ambiente metropolitano: recordamos que a Estufa Fria de Lisboa tinha sido intervencionada por Keil de Amaral pouco tempo antes¹⁰⁰⁸, servindo de exemplo para o que se fizesse na Lunda¹⁰⁰⁹.

Apesar das afinidades, e sem prejuízo da brevidade desta análise, o projecto da Estufa é aqui apresentado em contraponto com o anterior porque permite observar a diversidade de práticas de projecto na Diamang, a instrumentalização de diversos saberes e a reorganização das redes de decisão e desenho – que, por vezes, também ficaram no local, privilegiando o conhecimento empírico adquirido no terreno. De facto, apesar da contratação de John Gossweiler, um dos botanistas mais experientes em Angola¹⁰¹⁰, para ditar as “particularidades a observar”, as equipas na Lunda acabaram por ignorar as suas opiniões especializadas¹⁰¹¹. Na verdade, as várias sugestões de Gossweiler foram sobrepostas pelas experiências “particulares” de Queiroz, com resultados comprovados naquela geografia em particular. A propósito, o funcionário organizou uma estufa provisória para determinar o local, dimensões e tipos de materiais a utilizar. Por isso, ainda que, por exemplo, o botanista recomendasse um tecto de madeira, utilizado com frequência neste tipo de estruturas, Queiroz concluía serem “grandes os inconvenientes” na sua colocação no Dundo: a humidade local exigia um ar constantemente renovado, que justificava uma cobertura por sebes e latadas de buganvílias.

Deste modo, e apesar da sincronia temporal, percebemos que a dependência face a Lisboa não se estendeu de igual modo a todos os edifícios a construir pela Diamang. Por outro lado, o processo acentua a dimensão experimental que a cultura de projecto assumiu na Diamang. Nesta época, os condutores de obra da companhia, por exemplo, reconheceram que a “mão de obra [da companhia], quando sai fora dos trabalhos correntes, em geral, falha, sendo preciso fazer várias tentativas até se acertar”¹⁰¹². Ainda que a situação se tenha alterado na década de 1960, como se provou no final da segunda parte, argumentamos que, até então, os técnicos da Diamang aprenderam sobretudo pela prática e reprodução, sem incentivo a uma especialização mais formal. A valorização deste saber local terá estado, inclusive, na origem de alguns atritos dentro dos Serviços de Concessão, que reagiam mal a conhecimento recém-chegado, sobretudo aquele baseado na metrópole¹⁰¹³.

¹⁰⁰⁷ Memória descritiva, “Projecto de uma estufa fria e recinto para exposição de plantas a construir no Dundo”, Fernando Queiroz, 1944. *Construções Explorações e Diversas*, 1941-1948. UC/AD.

¹⁰⁰⁸ A Estufa Fria foi originalmente desenhada por Raul Carapinha em 1926 e inaugurada em 1933, no Parque Eduardo VII. A estrutura ganhou a configuração actual em 1942, através do traço de Keil do Amaral.

¹⁰⁰⁹ O projecto de Queiroz remeteu várias vezes para a “admirável estufa” da Metrópole.

¹⁰¹⁰ John Gossweiler (1873-1952) foi um influente botanista suíço, que dedicou grande parte da sua vida profissional a Angola. Trabalhou para os Serviços de Agricultura e a Sociedade de Fomento de Angola, foi director do Jardim Colonial do Cazengo e participou em várias missões pelo território.

¹⁰¹¹ Na opinião do técnico, deveria garantir-se uma orientação este/oeste, ao abrigo dos ventos; tecto inclinado com a parte mais alta a sul; e um pé direito não inferior a três metros. Carta de John Gossweiler para Ernesto de Vilhena, 30 de abril 1943. *Construções Explorações e Diversas*. 1941-1948. UC/AD.

¹⁰¹² Carta para Júlio de Vilhena, a propósito das obras do coreto para a banda de música, construído no parque de aclimação do Dundo. 05 de julho 1944. *Urbanização e Saneamento; Abastecimento de águas; correspondência conexa*. 1º. [84X,5] 1929-1945. UC/AD.

¹⁰¹³ A propósito de um atrito entre empregados do Serviço de Concessão, um deles, mais velho, teria argumentado que “um homem sabe muito em Lisboa, mas pouco na prática da Lunda”. Carta de António Pinto Ferreira para Júlio de Vilhena, 6 de setembro de 1944. *Urbanização e Saneamento; Abastecimento de águas; correspondência conexa*. 1º. [84X,5] 1929-1945.



[145] Casa de Repouso, no Cossa, 1950

[146] Estufa do Parque de Aclimação, no Dundo, 1962

[Construções nas Explorações; Relatório da Concessão, UC/AD]

UC/AD. Encontramos o mesmo tipo de atrito entre os profissionais de arquitectura em Luanda, em igual período, como veremos no próximo capítulo.



[147] Casa do Pessoal em Andrada, 1953

[148] Casa do Pessoal em Maludi, 1953

[149] Casa do Pessoal no Luxilo, 1960

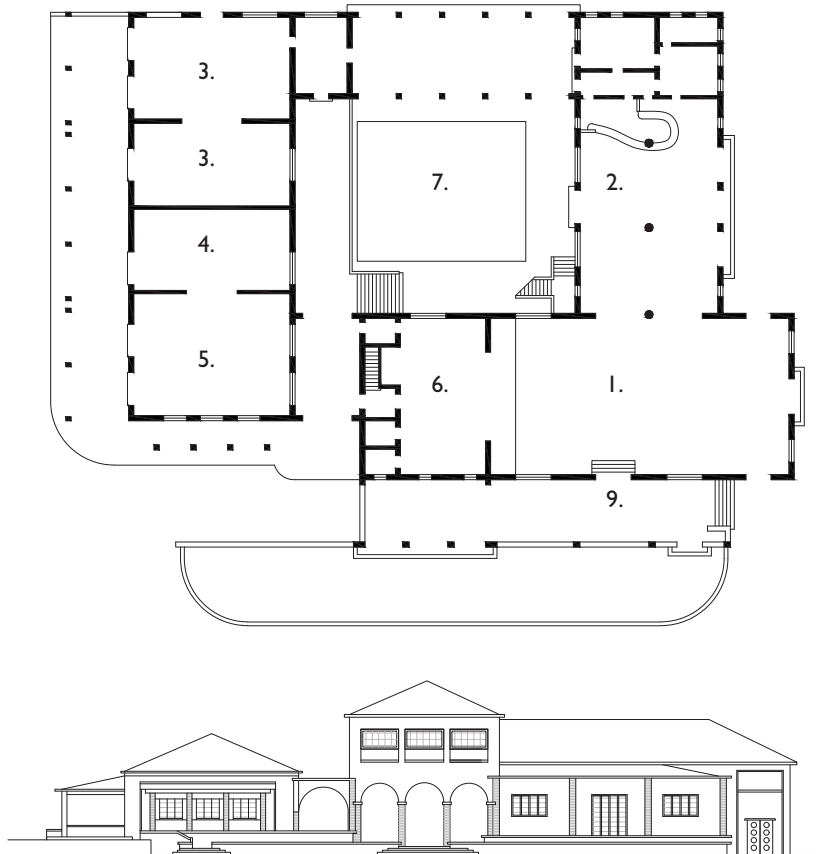
[Relatórios de Construções; Relatório do Serviço de Construção Civil, UC/AD]



- [150] Casa do Pessoal no Fucaúma, 1960?
[151] Casa do Pessoal no Calonda, 1965?
[152] Casa do Pessoal no Lucapa, em construção, 1967
[Arquivo Júlio Pedro, particular; Relatório Anual DSOVC, UC/AD]

Casa do Pessoal do Dundo
[desenho 48-122c]

- 1. Salão
- 2. Restaurante
- 3. Biblioteca
- 4. Bilhares
- 5. Pingue-Pongue
- 6. Palco
- 7. Pátio
- 9. Varanda coberta



Alçado frontal



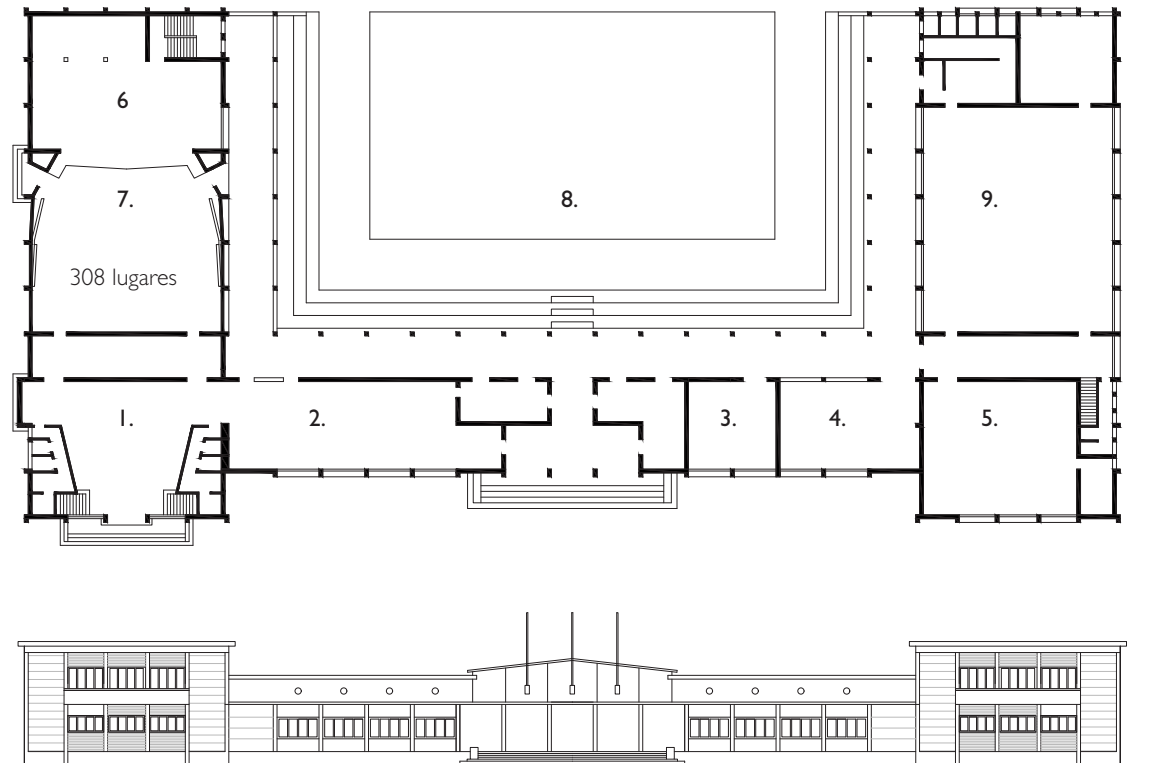
[153] Pátio da Casa do Pessoal do Dundo, 1960?

[154] Casa do Pessoal do Dundo, 2023 (ortofotomapa)

[Arquivo Júlio Pedro, particular; Google Earth]

Casa do Pessoal do Lucapa
 [estudo preliminar, desenho 65-42]

- | | |
|------------------|--------------------|
| 1. Vestíbulo | 6. Palco |
| 2. Botequim | 7. Plateia |
| 3. Leitura | 8. Patinagem |
| 4. Bilhares | 9. Salão de festas |
| 5. Pingue-Pongue | |



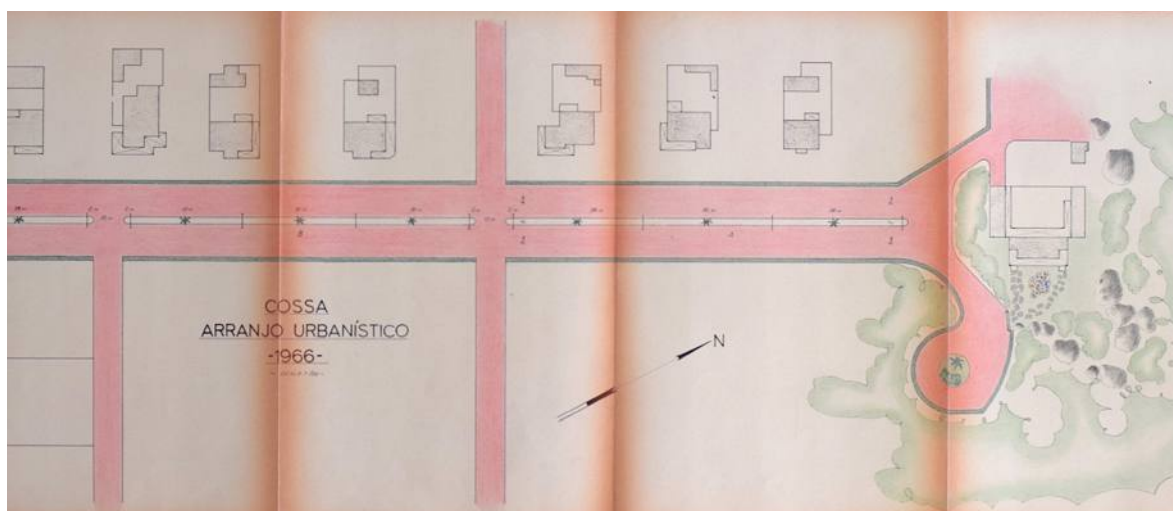
Alçado frontal



[155] Lucapa: Casa do Pessoal, fachadas sul e poente, 1967

[156] Casa do Pessoal do Lucapa, 2023 (ortofotomapa)

[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD; Google Earth]

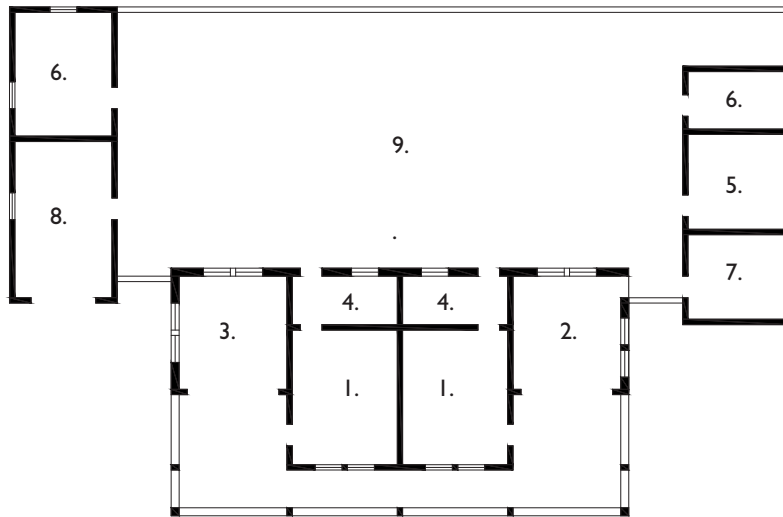
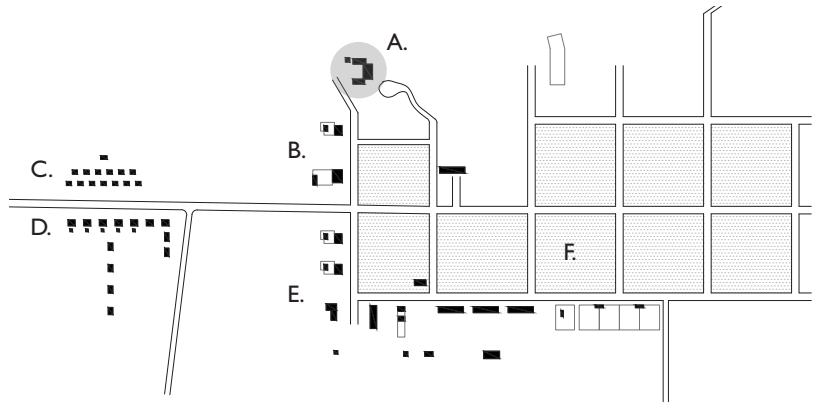


[157] Cossa: Arranjo Urbanístico, 1966
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]

Casa de Repouso, Cossa

[?]

- A. Casa de Repouso
- B. Habitação
- C. Aldeia Cabo-Verdeanos
- D. Aldeia Criados
- E. Estábulos, Leitaria
- F. Pomares



[A.]

- 1. Quarto
- 2. Sala de jantar
- 3. Escritório
- 4. WC
- 5. Cozinha
- 6. Despensa
- 7. Copa
- 8. Garagem
- 9. Pátio



Alçado frontal

Projecto I
 "Inspiração indígena"
Tea Room Kirstenbosh



Alçado frontal

Projecto III
 "Nitidamente português"
Notas sobre Portugal

[158] Casa de Repouso, Cossa: propostas, 1944
 [Construções nas Explorações, UC/AD]

– Uma “sociedade colonial”: habitação nos centros urbanos

“Casa de residência para empregados, de alvenaria a tijolo e cobertura de zinco ou fibro-cimento. Confrontadas com as primitivas revelam um grande progresso e bom gosto. Todas as casas modernas, além das divisões internas, espaçosas e claras, são rodeadas de belo jardim.”

– Simões Neves, *Relatório da Viagem a África*, 1950¹⁰¹⁴

O carácter de “civilização” atribuído às povoações da Diamang amiúde destacou as “kapas” de tijolo vermelho como uma das imagens mais expressivas deste cenário – assim chamadas as habitações para empregados e famílias europeus, a partir da letra K, de *key* (chave), assumida pelos primeiros engenheiros americanos. A respeito destes edifícios, as avaliações internas e externas seriam consistentes ao longo do tempo: se Simões Neves, administrador da companhia, sublinhou o “progresso e bom gosto” destas “casas modernas”, “espaçosas e claras”, em 1950, já Francisco de Almeida Garrett, nos seus estudos sobre a “casa colonial”, de 1940, tinha indicado as habitações da Diamang como casos “de referência” entre as construções para colonos na chamada “África Tropical”¹⁰¹⁵. Também João de Aguiar, director do GUC, apresentou as residências da Diamang como importantes casos de estudo da habitação em contexto tropical¹⁰¹⁶. Notas idênticas vinham de momentos anteriores: a propósito da visita de Lopes Mateus, em 1936, os jornalistas presentes tinham exultado os “pequenos *chalets* para repouso”, no Dundo”, notando varandas e vegetação como elementos dominantes¹⁰¹⁷. Por outro lado, na correspondência entre directores, à época de expansão da “urbanidade” da Lunda, celebrava-se o “espírito de bairrismo” de Andrada, por exemplo, considerado “legítimo e salutar” por traduzir brio e gerar uma “saudável rivalidade” entre os empregados na manutenção do seu espaço doméstico¹⁰¹⁸. Os “progressos de urbanização” eram acompanhados de perto e com “muito interesse” por Ernesto de Vilhena, sempre preocupado com o impacto que as vicissitudes dos empregados poderiam ter no “aspecto geral” das povoações¹⁰¹⁹.

Estas mesmas habitações continuaram a ser examinadas ao longo dos anos seguintes, reforçando o

¹⁰¹⁴ Relatório Trimestral dos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola, setembro de 1950, por Simões Neves. “Pequeno esboço histórico da vida da Diamang desde a sua origem até à actualidade”. ANTT, AOS/8A1 Cx. 718.

¹⁰¹⁵ Francisco de Almeida Garrett (1940). *A casa do colono em terras da África tropical: condições a que deve obedecer a construção da habitação do colono e do indígena*. Lisboa: Bertrand, p. 15 [Comunicação apresentada ao Congresso Colonial do Mundo Português]. Para além da Diamang, Garrett refere ainda o exemplo da Companhia de Moçambique e “uma interessante tentativa de estilo colonial, projecto do Sr. Arquitecto Vasco Palmeiro (Regaleira)”, apresentada na Exposição do Mundo Português. Regaleira foi contratado pela Diamang para projectar o seu bairro em Luanda, como veremos no próximo capítulo.

¹⁰¹⁶ João de Aguiar (1952). *L’habitation dans les pays tropicaux: organisation des communautés : disposition des logements: considérations d’hygiene dans les logements*. Lisboa: Federation Internationale de l’Habitation et de l’Urbanisme.

¹⁰¹⁷ “O Senhor Governador...”, *A Província de Angola*, 7 de julho de 1936.

¹⁰¹⁸ Carta de Ernesto de Vilhena para Pinto Ferreira, 11 de junho de 1945. *Direcção Administrativa. Urbanização e Saneamento*. Correspondência Diversa, 1945-1947. UC/AD.

¹⁰¹⁹ Telegramas entre Ernesto de Vilhena e Henrique Quirino da Fonseca. 30 de janeiro e 18 de outubro de 1946. *Direcção Administrativa...*, 1945-1947. UC/AD.

seu peso na imagética da empresa. Porém, as avaliações mudaram de sentido: as “formas civilizadas” começaram a ser alvo de críticas, reflectindo transformações no paradigma edificatório da Diamang e nos seus contextos político e social, que temos vindo a explorar. As notas equiparavam-se, uma vez mais, tanto dentro como fora da empresa. Em 1951, Gilberto Freyre deixou uma avaliação negativa: sobre as “casas de tijolo vermelho, que me dão a impressão de estar nos Estados Unidos ou na Califórnia”, que dizia serem “bonitas, com gramados, com sebes de buganvílias, com jardins à inglesa” criticava o “controlo profilático e quase clínico”, e também “científico”, que resultaria numa “vida artificial” dentro de uma “cenografia tropical” e de um “pitoresco de superfície”. Perante os confortos dos “óptimos apartamentos com chuveiros e lavatórios modernos”, Freyre lembrava uma frase escutada em Andrada: “parece que estamos na Europa!”¹⁰²⁰. Em paralelo, mas do ponto de vista técnico, os serviços da companhia começaram também a questionar a imagem industrial e homogênea do tijolo vermelho, como veremos de seguida.

Se antes encontramos os edifícios de habitação em plano de fundo para as transformações territoriais e teóricas da companhia, propomos agora avançar para uma análise mais formal destas estruturas. Os objectivos são múltiplos: primeiro, compreender de que modo as casas contribuíram para e foram reflexo das tentativas de criar a dita “comunidade corporativa” e “civilizada” entre os empregados brancos na Lunda; segundo, analisar as mudanças a nível conceptual e de projecto; terceiro, testar possíveis aproximações às referências espaciais já sinalizadas na companhia, nomeadamente as habitações para funcionários em Angola, as casas para europeus noutras povoações mineiras da África Central e ainda aquelas oferecidas por empresas industriais à época em Portugal.

As “kapas” de tijolo vermelho

Uma das singularidades da Diamang, tanto no contexto colonial em Angola como em comparação com as congéneres belgas, foi o isolamento geográfico e social. A Union Minière, por exemplo, gravitava em torno de Elizabethville, mas nunca assumiu a propriedade da cidade, ao contrário do que aconteceu com os “centros urbanos” na Lunda, intrinsecamente e totalmente relacionados com a presença da Diamang. Mesmo Tshikapa, sede da Forminière, estava mais conectada com rotas de comércio e transportes no Congo Belga. Em consequência, a companhia susteve na Lunda uma obrigação mais centralizada de todos os componentes do quotidiano. Esta autonomia – que se traduziu em maior responsabilidade e encargos – ficou evidente na gestão da habitação. Ainda na comparação com as entidades belgas, a Union Minière tinha patrocinado a Compagnie Foncière du Katanga (COFOKA), logo a partir de 1922 e a par com outras empresas no espectro da SGB. Esta sociedade imobiliária, gerida em regime subsidiário, era responsável por planear, construir e gerir o alojamento em Elizabethville e Likasi¹⁰²¹. As suas casas não se destinaram apenas a funcionários das companhias mineiras, mas também aos restantes colonos e técnicos que poderiam habitar na cidade

¹⁰²⁰ Freyre (1953). *Aventura...*, pp. 350 e 360.

¹⁰²¹ A COFOKA geriu os seus próprios recursos técnicos e materiais. Em 1930, tinha nas suas equipas 50 agentes brancos – apresentados como especialistas com experiência em arquitectura e construção – e 700 trabalhadores africanos – que dizia serem “beneficiados pela aprendizagem em vários ofícios da construção”. Para garantir o bom ritmo dos trabalhos, a empresa construiu a sua própria tijolaria em 1924 (totalmente mecanizada em 1927), em Kabufu, perto de Elizabethville. Em 1929, a produção anual de tijolos era estimada em 8285000 peças.

(de novo ao arripio da exclusividade das povoações da Diamang, onde só habitavam empregados).

O trabalho da COFOKA, sintetizado na publicação “La Maison au Katanga”, através de 32 “tipos” de “bungalows”¹⁰²², era admirado por Ernesto de Vilhena. O administrador teria, inclusive, tentado reproduzir a mesma organização na Construang e na Prediang, duas companhias subsidiárias da PEMA que tinham tentado vingar no meio da construção em Angola, nomeadamente no Huambo, Benguela, e Luanda, ao longo da década de 1920, mas sempre sem sucesso¹⁰²³. Na Diamang, uma estrutura desta envergadura e grau de dedicação só apareceria na década de 1950, como vimos, através dos Serviços de Construção Civil, perante a necessidade de expandir os “centros urbanos”. Contudo, ainda que esta equipa equivalesse em termos de tarefas e estrutura à subsidiária belga, a principal diferença manteve-se em termos da sua especialização: a COFOKA trabalhou amiúde com arquitectos e engenheiros civis, mas a Diamang nunca contratou os primeiros e só tarde admitiu os segundos. E mesmo estes, ao estarem inseridos na estrutura da empresa, respondiam de forma exclusiva, num controlo absoluto sobre o espaço.



[159] Futura habitação K-158 no Dundo, 1945
[Construções nas Explorações, 1941-49, UC/AD]

Nas décadas seguintes, enquanto o espaço da Diamang foi observado a partir da ideia de “povoação

¹⁰²² No referido catálogo, a COFOKA mostrou casas para diferentes perfis de habitantes (altos funcionários, empregados, baixa renda), distribuídos pelos 315 edifícios sob sua gestão, que tinham em comum a varanda, as paredes em tijolo, os telhados de várias águas e grandes jardins. A preocupação sobre as questões climáticas (sobretudo a protecção contra o sol) era também uma constante. Através das diferentes soluções, muitas descritas em contraponto com a habitação na Europa, ensaiava-se a localização da cozinha (no conjunto principal, acessível pelo interior ou apenas pelo exterior, em anexo), de modo a torná-la compatível com a presença de criados africanos. Justificava-se a quantidade de projectos-tipo como forma de evitar “uniformidade e monotonia”, sem perder, contudo, um “conjunto harmonioso” e a rápida capacidade de resposta.

¹⁰²³ Durante o seu curto período de actividade, a Construang enviou aos Serviços de Obras Públicas e ao Governo Geral de Angola pedidos para várias empreitadas na colónia, como o Laboratório de Patologia e Central Agronómica do Huambo, o Palácio do Comércio em Luanda e o Quartel da Guarda Fiscal e o edifício dos correios do Lobito. O catálogo da “La Maison au Katanga”, utilizado como fonte de referência, parecia não ter colhido frutos entre o Governo e outros particulares. Correspondência Construang, por Jorge Figueiredo de Barros para Henry Jean Demol, engenheiro chefe. Pasta *Geral*. 18 de maio de 1920 a 31 de dezembro de 1930. [Arquivo Construang] UC/AD.

temporária”, tanto as demolições das habitações como a sua reutilização para diferentes funções eram bastante comuns – caso das primeiras Casas do Pessoal ou escolas, por exemplo. Foi apenas no fim da década de 1950, quando o modelo de ocupação do território começou a ser questionado internamente, que a empresa começou a fixar tipologias de habitação para europeus, em resposta ao protocolo de “optimização”, e em paralelo com outros “projectos-tipo”, temas prévios desta dissertação. Se, em 1950, Simões Neves notava aparente “progresso” nas habitações de alvenaria a tijolo e cobertura de zinco ou fibro-cimento, foi nos anos seguintes que estas estruturas sofreram evidentes alterações face aos antigos protocolos construtivos. À partida, a Diamang mostrou saber o que não queria: os seus trabalhos coincidiam com um momento de forte disseminação do ideário do “moderno tropical” em Angola, mas este não seria participado na Lunda, bem pelo contrário. Foram reconhecidas e exploradas as possibilidades dos novos métodos de construção, os edifícios de maior envergadura, como armazéns, refeitórios, reservatórios de água ou silos de cereais, começaram a ser erguidos em estruturas em betão armado ou em perfis metálicos; contudo, no que diz respeito à habitação – vista como unidade primária da imagética da companhia, como referimos – não houve grande abertura para mudanças ao “dialecto”. Não por desconhecimento, mas por expressiva recusa. Para a expansão de Andrada, em 1961, por exemplo, os serviços da Diamang sublinharam que o “embelezamento” das avenidas só ficaria garantido “se não se insistir em construir casas de linhas modernas no meio delas”¹⁰²⁴. Em causa estaria o repúdio aos “maníacos da linha recta”, como Vilhena confirmou mais tarde em Luanda¹⁰²⁵.

Firmados estes limites, o debate seguiu. A respeito da construção do Dundo-Novo, onde a maioria das habitações ainda seria concebida com a “mesma ligeireza de concepção que ditou a moldura das antigas”, os Serviços de Concessão notavam:

“O tipo característico da habitação do Dundo em que o tijolo avivado a branco a tornou distinta de qualquer outro aglomerado urbano de Angola, viveu, até há pouco tempo, um tanto subordinado à marca de bairro essencialmente industrial. Não só a massa conjunta do tijolo, mas também a forma hermética do rectângulo habitacional, com meias janelas sem relevo, fachada de rede e telhado sem águas reentrantes e salientes, subordinaram a casa a uma expressão inferior que impossibilitou de dar à Povoação um conjunto mais leve e garrido.”¹⁰²⁶

Procurando impulsionar mudanças futuras, a equipa tomou a construção de três casas recentes nesta povoação “como bitola a marcar um salto da rotina”. Considerou-se que o “surto” de novas habitações na empresa permitia “perspectivas diferentes à construção”, e, nesse sentido, foram testadas transformações em vários elementos e planos construtivos, descritas da seguinte forma: “não só se jogou o tijolo com zonas lisas e coloridas (nem sempre equilibradamente coloridas) como se lhes deu varandas espaçosas, com colunas, delgadas e, em certos casos, floreiras fixas e vistosas. Telhados deixaram de ser apenas uma tampa numa caixa para ser participantes indispensáveis à formação de

¹⁰²⁴ “Paiva de Andrada: memória descritiva do plano de expansão (no sentido w)”, 4 de março de 1961, pelo urbanista da Direcção Geral, Fernando Queiroz. UC/AD.

¹⁰²⁵ Discurso de Ernesto de Vilhena, Luanda, 28 de abril de 1957. *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02. Voltaremos a este tema no próximo capítulo.

¹⁰²⁶ *Relatório da Concessão do Dundo*, 1955. UC/AD.

residência de linhas airoas”¹⁰²⁷. Pedia-se, em particular, um “bom sentido de estética”¹⁰²⁸.

À época, a maioria dos agentes na Lunda defendia a familiaridade das “primitivas características” do “aspecto arquitectónico do conjunto” – reconhecendo-lhe uma unidade estilística –, mas estas seriam interpretadas de diferentes formas. O rumo manteve-se incerto. Num momento inicial do debate, o Serviço de Construções declarou estar a estudar as fachadas “de modo a predominarem superfícies rebocadas e ficando o tijolo como elemento decorativo”¹⁰²⁹; ou seja, a intenção quebrava de forma significativa com a linguagem anterior. Seria assim no Calonda e Lucapa. No entanto, denunciando uma certa hesitação por parte da empresa, as proporções voltariam a ser alteradas logo depois e a favorecer o domínio do “tijolo à vista, [com] alguns paramentos rebocados”¹⁰³⁰. Para as fachadas, foi recomendada “parcimónia” nas cores utilizadas para pintura, de modo a promover “tons suaves”¹⁰³¹. As coberturas continuariam a ser executadas em chapas onduladas de alumínio, que ampliavam o som da chuva, ainda hoje recordado pelos antigos funcionários da empresa¹⁰³². Nos interiores, introduziram-se algumas beneficiações, como o uso de “celotex”¹⁰³³ nos tectos e mosaicos hidráulicos de fabrico local nos pavimentos (depois de experimentados com sucesso em algumas Casas do Pessoal).

A situação ficou resolvida através da solução de compromisso que se tinha vislumbrado e que reforçou a distinção entre as duas áreas do território mineiro, para além das diferenças no traçado urbano: o tijolo vermelho foi mantido como elemento dominante no Dundo e Andrada, enquanto os paramentos rebocados se instituíram nas casas das novas povoações da zona oeste.

¹⁰²⁷ *Relatório da Concessão...*, 1955. UC/AD.

¹⁰²⁸ Leia-se nas palavras da equipa da Concessão do Dundo: “Iniciada esta etapa de aperfeiçoamento, traçado dos jardins não deve continuar a ter feição incaracterística que hoje patenteiam. Perdeu-se oportunidade de fixar qualquer coisa de novo neste capítulo quando se ergueram os dois novos e elegantes bairros do Dundo. A arquitectura tem as suas regras; nas novas residências não se fugiu delas. E, mesmo considerando a parte em que a regra é atraída pela decisão fácil e cómodo do gosto pessoal de quem traça ou manda traçar, a verdade é que não se podem emoldurar estas casas dentro da mesma ligeireza de concepção que ditou a moldura das antigas. (...) A verdade é que em todos os aglomerados urbanos se disciplinam estas coisas de estética. Por isso se proibem roupas estendidas nas janelas, se constroem longas floreiras como parte integrante da arquitectura e, nos bairros modernos das grandes cidades, de que Lisboa e Roma são exemplos, se obrigam os proprietários a tê-las sempre floridas. Caminha-se seguramente no sentido de eliminar os elementos comprometedores dum bom sentido de estética.” *Relatório da Concessão...*, 1955. UC/AD.

¹⁰²⁹ “Relatório anual dos Serviços de Construção Civil”, 1954. *Relatórios de Construções R5*. UC/AD.

¹⁰³⁰ “Relatório anual dos Serviços de Construção Civil”, 1959. *Relatórios de Construções R5*. UC/AD.

¹⁰³¹ “Relatório anual dos Serviços de Construção Civil”, 1955. *Relatórios de Construções R5*, UC/AD.

¹⁰³² Cf. testemunho gentilmente cedido por Dionisio Chiuale, por correspondência electrónica, em junho de 2020: “Eu estive no Dundo até 1977, vivi em duas casas diferentes. Eram grandes, pelo menos para a minha idade. Uma delas tinha 4 quartos, uma sala ampla, um corredor que varria a casa de norte a sul dois quartos do lado norte e dois no sul, a cozinha era ampla, podíamos fazer lá as refeições e ficava paralela à sala e o corredor os quartos nas pontas dos corredores. Dentro de casa, dois quartos de banho e um de serviço no quintal. Uma varanda vasta, em L, em frente à casa, com acesso por degraus mais ou menos 10 degraus. Atrás da casa um quintal enorme e fechado com um muro de dois metros, mais ou menos, sem acesso a carros, com três anexos uma capoeiras e a garagem que mais se parecia um quarto de casa, para guardar o carro, com acesso a parte de traz da casa um contentor de lixo de parede, de metal com a possibilidade de se abrir por baixo para tirar o lixo e por cima para se colocar. No quintal alguns canteiros um baloiço era assim a casa onde vivi dois anos. O acesso da garagem para o quintal era por porta de madeira com a dimensão normal. À volta da casa vastos jardins, mas isso pode-se ver nas fotografias. Hoje olho para essas fotografias e pergunto-me como foi possível fazer casas tão bonitas e acolhedoras com materiais tão baratos, tijolo burro, chapas de zinco, ouvia-se a chuva a bater na chapa, janelas de madeira etc. Hoje pergunto-me de que material era o tecto falso? Chão cinza, se não me engano. Para mim o Dundo era o paraíso”.

¹⁰³³ Marca inglesa de placa de isolamento térmico produzida com fibras fenólicas de cana, prensadas e coladas.

Projectos-tipo

Em paralelo aos debates estilísticos, com devida correspondência no sistema construtivo, o início da década de 1960 foi marcado pela persistência da dificuldade em alojar a quantidade crescente de empregados europeus nas povoações da Diamang. Sem prejuízo das expansões em curso e previstas para os centros urbanos, as previsões de crescimento foram recebidas com ponderação, dando origem a dois processos que agora analisamos: a generalização de “projectos-tipo” e a introdução das “casas de 2º andar”.

Regra geral, as moradias da Diamang, em qualquer uma das principais povoações, funcionavam em modo isolado ou, no máximo, num sistema geminado de duas habitações. Seriam garantidos dois acessos: um principal, mediado por escadas e varanda, a eixo do edifício ou num dos cantos frontais, e outro traseiro, tanto através de impasses ou de ruas secundárias. No volume principal, sempre elevado em relação ao terreno, situavam-se quartos e salas de estar, entre três e quatro, eram voltados para a frente. A distribuição interna fazia-se por um pequeno corredor. Tal como nas casas da COFOKA, as cozinhas assumiam maior liberdade na composição: tanto figuravam no exterior, em quarto anexo para criados, como no interior, junto aos sanitários, sempre recuadas e em diálogo com o pátio, eventualmente através de um segundo alpendre de dimensões mais reduzidas. O pátio traseiro dava acesso a garagem, arrumos e, por vezes, gaiolas para animais.

Durante a década de 1960, foram produzidos vários “projectos-tipo”, todos dentro deste esquema geral¹⁰³⁴. Sem fugir das recomendações dos serviços, as fachadas tinham cores suaves e elementos decorativos salientes. Nas povoações novas a oeste, a totalidade dos edifícios obedeceu a estes planos parcelares, revelando um processo de planeamento do espaço mais estruturado. Este foi o modelo de habitação predominante na Diamang até ao final da sua actividade – e que ainda hoje é reconhecido como “património” na imagética e na materialidade da Lunda¹⁰³⁵ –, mas houve ainda espaço para algumas novidades na organização das casas da empresa. Em 1962, João Bexiga, então Director-Geral da empresa, colocou a hipótese de “abandonar a construção de moradias e passar a erigir prédios em altura onde se instalassem vários empregados num mesmo edifício”¹⁰³⁶. Esta solução permitia não só aumentar o número de fogos, mas também reduzir a área a ajardinar, cuja matriz se revelava incomportável perante a pressão urbanística. A propósito da expansão de Andrada, por exemplo, Queiroz tinha notado que as povoações da Diamang sofriam de “exageradas áreas de jardins, inconcebíveis espaços entre casas, desnecessária largura das ruas de serviço” e, por isso, as

¹⁰³⁴ Foi possível levantar 13 projectos, cujas plantas e alçados se encontram no volume II.

¹⁰³⁵ Veja-se, por exemplo, a notícia recente na imprensa local: “Com um estilo arquitectónico caracterizado pelo uso de tijolo queimado, as habitações têm também a particularidade de uma ornamentação com espaço verde considerável que lhes conferia uma imagem singular, acolhedora e atraente. Os pormenores do desenho arquitectónico das vilas urbanas da Lunda-Norte, têm até certo ponto uma dimensão identitária e por isso considerado com um Património histórico local. (...) As residências, na sua maioria de tipologia T2 e T4, foram construídas pela então Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) no Dundo (a sede provincial), Nzagi (antiga vila do Andrada), Cassanguidi, Fucauma, Luxilo Cossa, Maludi, Lucapa, Calonda e Cafunfu. As casas tinham sido projectadas para finalidade de albergar, trabalhadores da multinacional diamantífera. O estilo das habitações da agora cidade do Dundo e as outras vilas urbanas construídas pela Diamang, constituem um acervo cultural que carece de preservação”. “Lunda-Norte: Um património por reconhecer”, *Jornal de Angola*, 4 de julho de 2020.

¹⁰³⁶ Telegrama de João Bexiga para Ernesto de Vilhena, 25 de novembro de 1962. Direcção Administrativa. Urbanização e Saneamento. Correspondência Diversa, 1958-1965. UC/AD.

áreas exteriores deveriam ser “radicalmente remodeladas em obediência a um novo critério que visa a economia de conservação”¹⁰³⁷.



[160] Dundo: Blocos de habitação, de rés-do-chão e 1º andar, K-368, 1970
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]

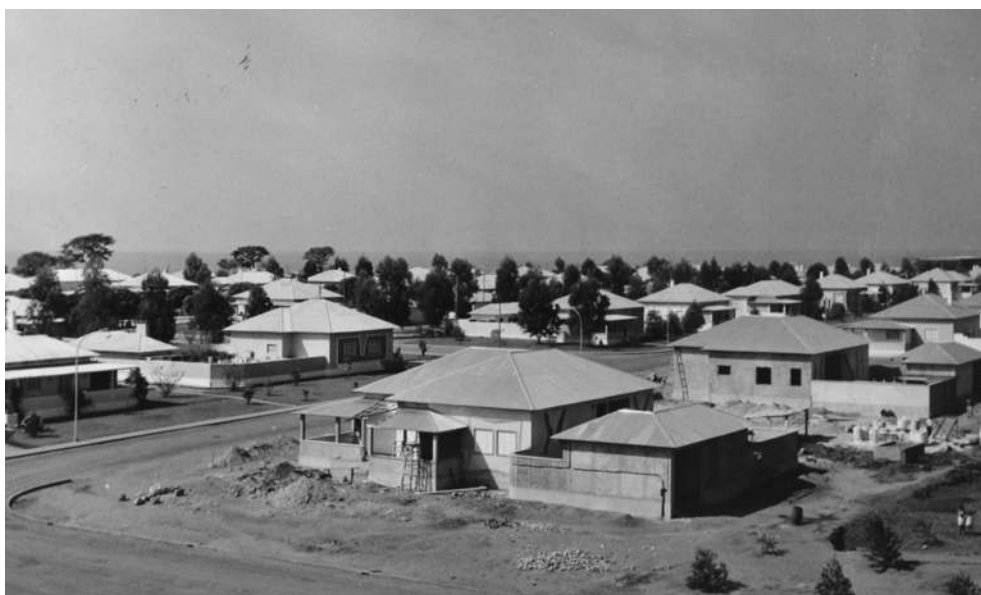
Os “prédios” de Bexiga foram chumbados, mas originaram uma solução intermédia. Ainda que Vilhena não aceitasse a construção em altura para a Diamang, admitiu que se pensasse numa nova tipologia em banda com dois andares. A consequência foi materializada em Andrada, primeiro, com a construção de algumas habitações de dois pisos, no final da década de 1960; e mais tarde no Dundo, através de “quatro blocos, de quatro habitações, com cave, rés-do-chão e primeiro andar, de quatro quartos”. Segundo os testemunhos de alguns moradores, estes edifícios de quatro moradias geminadas ficaram conhecidos como casas “J. Pimenta”, numa referência popular ao construtor civil João Pimenta, cuja actividade proliferava em Lisboa e Cascais, à época¹⁰³⁸. Não havendo nenhuma semelhança formal entre ambos, é possível considerar a atribuição toponímica como uma alusão à “modernidade” do universo dos “apartamentos de rendimento” dos subúrbios.

As “casas de 1º andar” pouco divergiam das opções consolidadas noutras tipologias de habitação. Foram mantidos os relvados, a entrada desenhada por um alpendre protegido com grelhas num dos topos e os apontamentos em tijolo à vista nas fachadas. A cada moradia foi atribuído um anexo, acessível através de um pátio comum nas traseiras; o rés-do-chão era composto pela cozinha, copa, quarto da criada, sanitário e duas salas, e no primeiro piso existia um escritório, uma casa de banho completa e dois quartos¹⁰³⁹.

¹⁰³⁷ *Urbanista da Direcção Geral. Apontamento sobre a situação urbanística de Paiva de Andrada*, 1963 [AFQ].

¹⁰³⁸ A J. Pimenta foi uma empresa de construção civil fundada por João Gonçalves Pimenta, em 1956. A empresa teve grande impacto na expansão dos subúrbios de Lisboa, nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo nas zonas da Reboleira, Cascais e Paço de Arcos. A publicidade dos apartamentos “Pois, pois, J. Pimenta” ficou no imaginário colectivo.

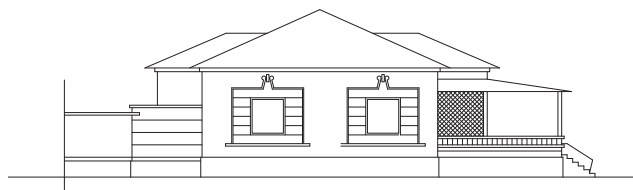
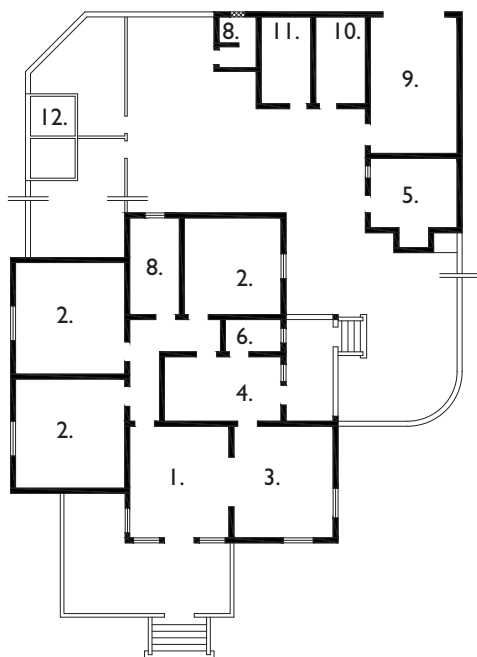
¹⁰³⁹ Cf. “Bloco de 4 habitações – rés-do-chão e 1º andar – de 4 quartos, Dundo”. Programa de Concurso, por França Machado, 1973, DSOVC. Para além de normas e desenhos, o caderno de encargos tem mapa de acabamentos. UC/AD.



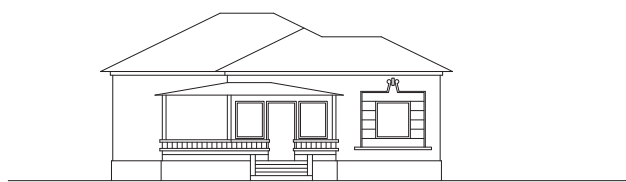
[161] Dundo. Zona sul. Casas de habitação, geminadas de 3 quartos, para empregados K-387, 1970
[162] Lucapa. Casa de habitação, geminada de 3 quartos, para empregados K-92 1970
[163] Lucapa. Casas de habitação para empregados em construção, 1970
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]

Casa de Habitação com 3 quartos
[desenho 63-98]

- | | |
|---------------|---------------|
| 1. Sala | 7. Despensa |
| 2. Quarto | 8. WC |
| 3. Refeições | 9. Garagem |
| 4. Copa | 10. Malas |
| 5. Cozinha | 11. Engomados |
| 6. Escritório | 12. Capoeiras |



Alçado lateral



Alçado frontal

LUCAPA

K-56



ANDRADA

K-262

K-264

K-266

K-?



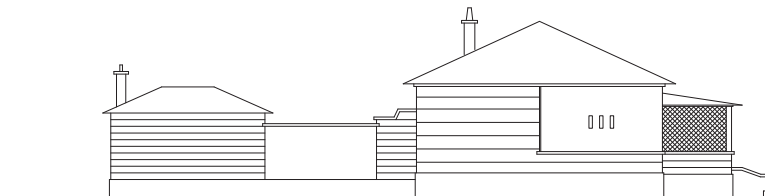
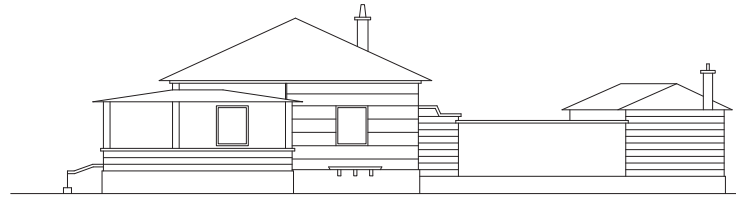
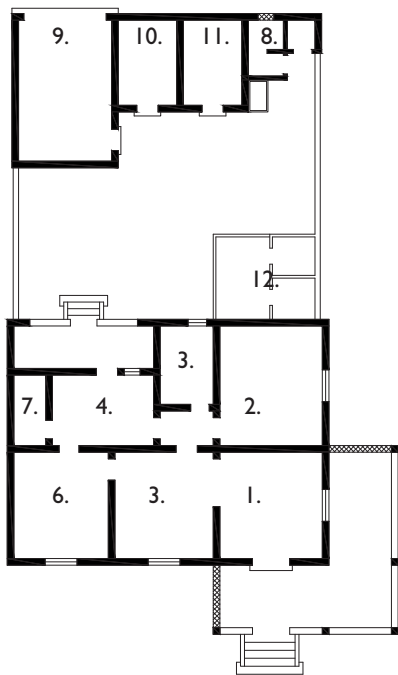
[164] Localização da K-56, no Lucapa, construída pelo plano 63-98

[165] Localização das K-262, 264 e 266, em Andrada, construídas pelo plano 63-98

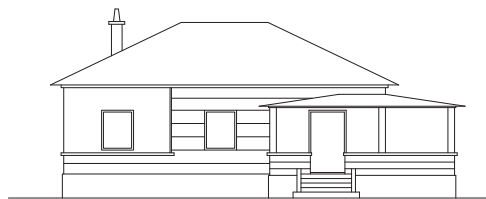
[Google Earth, 2023]

Casa de Habitação com 2 quartos
[desenho 64-15 / 34]

- | | |
|---------------|---------------|
| 1. Sala | 7. Despensa |
| 2. Quarto | 8. WC |
| 3. Refeições | 9. Garagem |
| 4. Copa | 10. Malas |
| 5. Cozinha | 11. Engomados |
| 6. Escritório | 12. Capoeiras |



Alçados laterais



Alçado frontal

CALONDA K-26 K-27 K-28 K-34 K-36

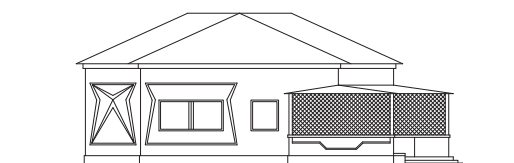
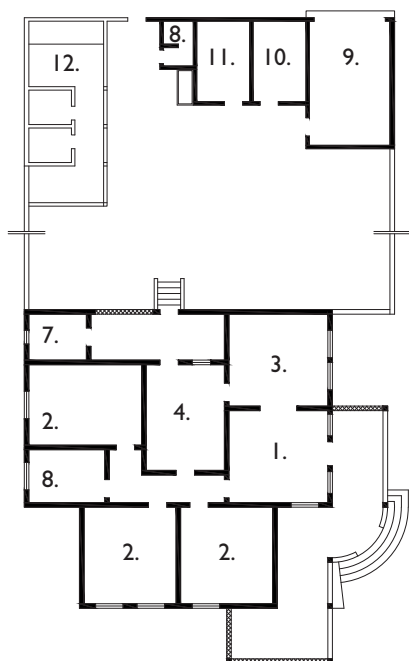


[166] Casas de habitação no novo centro urbano do Calonda, 1959

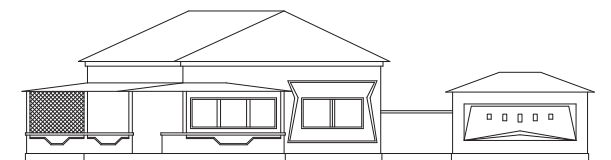
[167] Localização das K-26, 27, 28, 34 e 36, no Calonda, construídas pelo plano 64-14/34
[ANTT, AOS/D-N/2-11-1; Google Earth, 2023]

Casa de Habitação com 3 quartos, tipo 2 (B)
[desenho 66-360]

- | | |
|---------------|---------------|
| 1. Sala | 7. Despensa |
| 2. Quarto | 8. WC |
| 3. Refeições | 9. Garagem |
| 4. Copa | 10. Malas |
| 5. Cozinha | 11. Engomados |
| 6. Escritório | 12. Capoeiras |



Alçado frontal



Alçados laterais

LUCAPA

K-60



CALONDA

K-49



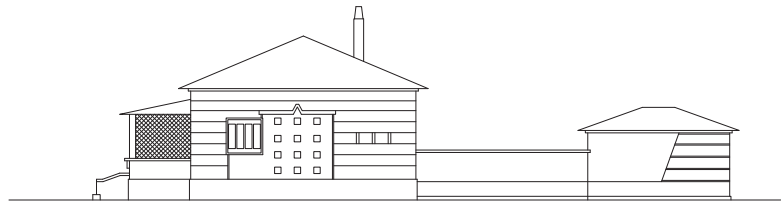
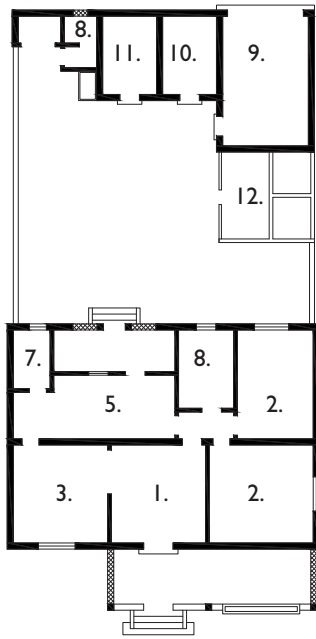
[168] Localização da K-60, no Lucapa, construída pelo plano 66-360

[169] Localização da K-49, no Calonda, construída pelo plano 63-98

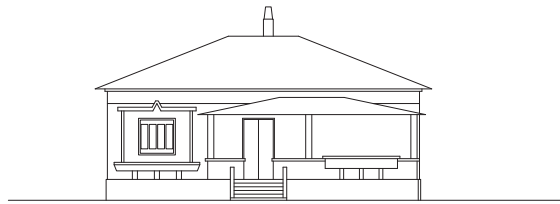
[Google Earth, 2023]

Casa de Habitação com 2 quartos, tipo 3 (C)
 [desenho 67-247]

- | | |
|---------------|---------------|
| 1. Sala | 7. Despensa |
| 2. Quarto | 8. WC |
| 3. Refeições | 9. Garagem |
| 4. Copa | 10. Malas |
| 5. Cozinha | 11. Engomados |
| 6. Escritório | 12. Capoeiras |



Alçado lateral



Alçado frontal

CALONDA

K-52 K-53



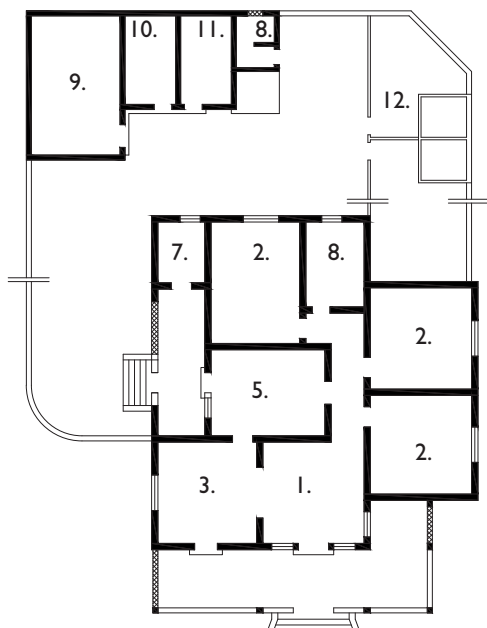
[170] Calonda: Casa de habitação simples, de 3 quartos, para empregados, K-68, 1970

[171] Localização das K-52 e 53, no Calonda, construídas pelo plano 67-247

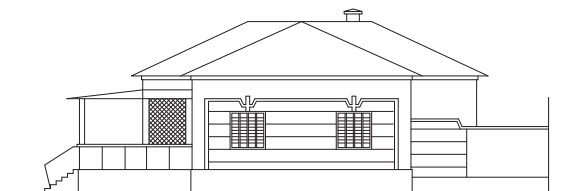
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD; Google Earth, 2023]

Casa de Habitação com 3 quartos
[desenho 68-53]

- | | |
|---------------|---------------|
| 1. Sala | 7. Despensa |
| 2. Quarto | 8. WC |
| 3. Refeições | 9. Garagem |
| 4. Copa | 10. Malas |
| 5. Cozinha | 11. Engomados |
| 6. Escritório | 12. Capoeiras |



Alçado frontal



Alçados laterais

ANDRADA

K-283

K-234



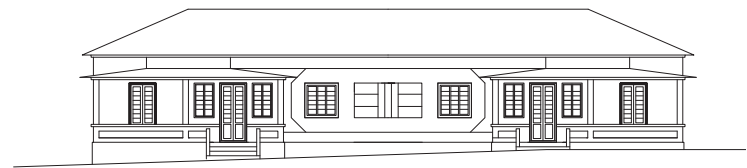
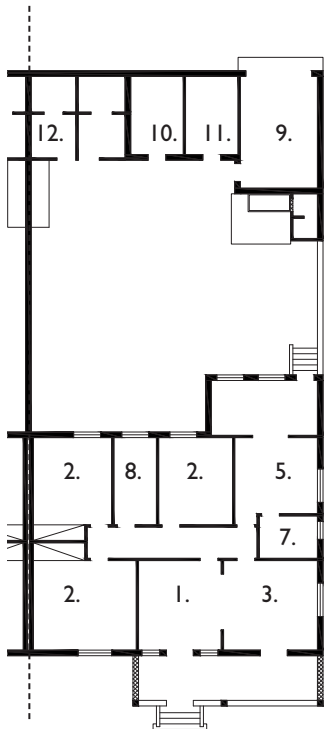
[172] Andrada. Zona nascente. Casa de habitação geminada de 3 quartos K-307, 1970

[173] Localização das casas K-283 e 234, em Andrada, construídas pelo plano 68-53

[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD; Google Earth, 2023]

Casa de Habitação Geminada, simples, com 3 quartos
 [desenho 72-274]

- | | |
|---------------|---------------|
| 1. Sala | 7. Despensa |
| 2. Quarto | 8. WC |
| 3. Refeições | 9. Garagem |
| 4. Copa | 10. Malas |
| 5. Cozinha | 11. Engomados |
| 6. Escritório | 12. Capoeiras |



Alçado frontal



Alçado lateral

ANDRADA K-438 e 439



[174] Andrada. Zona nascente. Casa de habitação geminada de 3 quartos K-307, 1970

[175] Localização das casas K-438 e 439, geminadas, em Andrada, construídas pelo plano 72-274

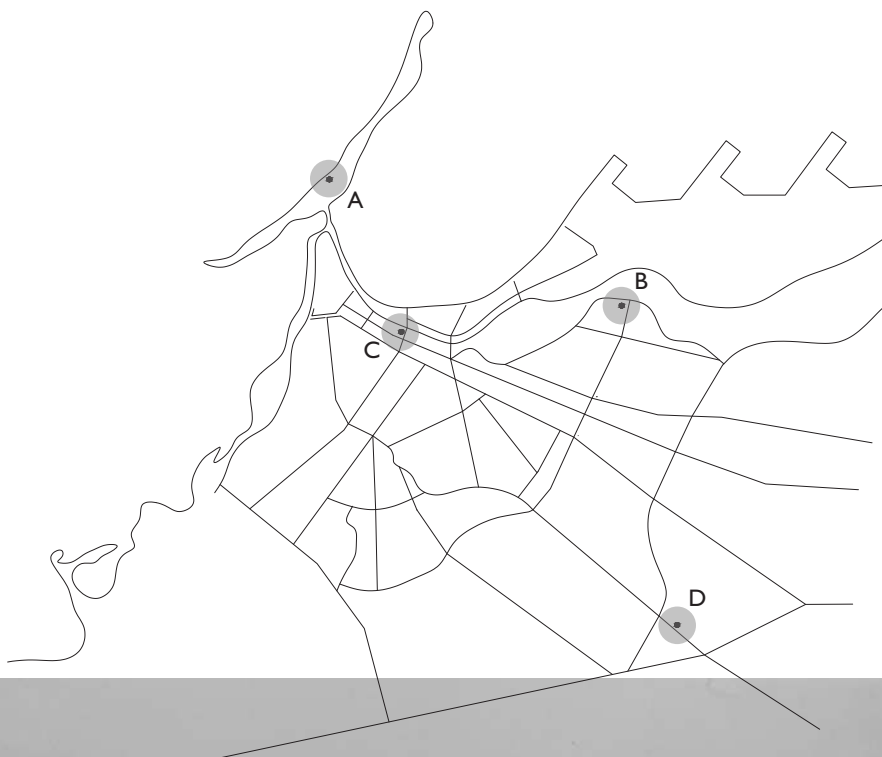
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD; Google Earth, 2023]

A Casa de fim de semana
Ilha de Luanda

B Bairro Residencial
Miramar

C Escritórios
Rua Avelino Dias

D Bairro Indígena
Estrada de Catete



[•176] Esquema de localização dos projectos da Diamang em Luanda

[177] Bairro residencial em Miramar (em construção), vista de conjunto, 1953

[Construções em Luanda, 1952-53, UC/AD]

3.3. O património em Luanda (1948-1966)

“Agora são as grandes Companhias que promovem a instalação condigna do seu pessoal para que este possa viver e dar melhor rendimento no trabalho. Entre esta é justo destacar, neste momento, a Companhia de Diamantes de Angola, que acaba de iniciar a construção de dois importantes bairros residenciais para o pessoal branco da Representação e outro para os seus servidores indígenas.”

– Jornal *O Comércio*, 1953¹⁰⁴⁰

Em Fevereiro de 1953, a imprensa matutina n’*O Comércio*¹⁰⁴¹ publicou vários parágrafos sobre a renovação urbanística em curso na cidade de Luanda. Em “justo destaque” estava a Companhia de Diamantes de Angola, com dois importantes conjuntos residenciais a inaugurar brevemente no centro urbano. A informação, logo reproduzida no *Diário de Notícias*, em Portugal, e em jornais diários na colónia, sublinhava repetidamente o “exemplo” da empresa mineira¹⁰⁴². Enquanto se debatia com questões locais e internacionais na Lunda, que integram o primeiro e último capítulos desta parte, a Diamang procurou afirmar-se num dos maiores palcos do império português.

As comemorações do Tricentenário da Restauração de Angola, a 15 de Agosto de 1948¹⁰⁴³, tinham sido o derradeiro impulso para avançar na concretização de novos edifícios, em duplo sentido. Por um lado, o evento simbolizara a “conquista” de Luanda por parte da companhia, inaugurando uma outra etapa na cidade, de acordo com os administradores¹⁰⁴⁴. Em particular, a apresentação de “grandes e magníficas” maquetes da povoação do Dundo, “num conjunto harmónico e gracioso de casas, jardins, parques, ruas e arvoredo”, e de uma aldeia indígena, “com típicas habitações e árvores de fruto, sebes de arbustos e flores que as circundam”, atestava a importância dada pela Diamang à imagem construída¹⁰⁴⁵. Por outro lado, num sentido mais pragmático, resultavam do cortejo alegórico

¹⁰⁴⁰ “A Companhia de Diamantes está a construir em Luanda dois importantes bairros para residência dos seus empregados”. *Jornal O Comércio*, 27 de fevereiro de 1953. UC/AD.

¹⁰⁴¹ Fundado por Joaquim Faria, *O Comércio* foi um jornal semanário, distribuído em Angola, com a primeira edição em dezembro de 1933. Alinhado com o Estado Novo, anunciava-se como “Jornal de propaganda e defesa da actividade económica de Angola”. Foi publicado durante mais 40 anos e encerrou definitivamente em 1975. Ver João Manuel Rocha (2019). “Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial”, *Ler História*, 74, pp. 213-238.

¹⁰⁴² “Mais dois bairros em Luanda”, *Diário de Notícias*, 4 de março de 1953; “Companhia de Diamantes”, *A Huila*, 4 de março de 1953. UC/AD.

¹⁰⁴³ O 3º Centenário da Restauração de Angola comemorou a chamada “Reconquista de Angola”, a 15 de agosto de 1648, quando os portugueses terminaram com o domínio holandês na cidade de Luanda. O Tricentenário resultou na organização de um extenso programa de festas, entre agosto e setembro, que integrou um cortejo e várias exposições pela cidade. A Diamang participou com um carro alegórico e um pavilhão.

¹⁰⁴⁴ A companhia encerrou a sua participação nas comemorações do Tricentenário com uma exibição do orfeão de trabalhadores, dizendo criar uma “imagem viva da obra de civilização e de cultura (...) e a prova de que essa obra nos tem merecido um carinho em tudo igual ao que dedicamos ao progressivo desenvolvimento industrial das nossas explorações”, noticiada na imprensa local sob o título “A Diamang conquistou Luanda”. *Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1948*. *Diário do Governo*, nº 155, 1949.

¹⁰⁴⁵ Estas maquetes foram expostas no pavilhão da Diamang, montado sob o tema “Um empreendimento industrial de primeira grandeza no seio de uma notável obra de colonização”. A “complexa actividade” da companhia foi ilustrada nas várias “modalidades da vida da empresa”, através de gráficos, mapas, fotografias, quadros e maquetas. *Relatório do*

e pavilhão associados às festividades um volumoso conjunto de materiais de construção que poderiam ser rapidamente reutilizados. Em suma, o objectivo da empresa era evidente, conforme exposto pelos seus agentes: “mostrar que também em Luanda esteve à altura da sua importância, aqui como na Lunda, isto é, em tudo e em toda a parte, como sempre”¹⁰⁴⁶.

A presença da Diamang na capital não era recente, bem pelo contrário. À semelhança de tantas outras companhias a operar em Angola, os seus escritórios e imóveis em Luanda sempre foram entendidos como uma extensão natural da actividade económica. Foi a nova corrente migratória para as colónias africanas, registada a partir dos anos 1940¹⁰⁴⁷, a incentivar uma reconfiguração e ampliação desta estrutura. As questões de “representação” estavam na ordem do dia. Luanda começava a transformar-se numa “grande cidade”, sendo naturalmente considerada “reflexo do desenvolvimento da Província”¹⁰⁴⁸. Alinhando neste discurso, a Diamang defendeu os novos projectos como “um complemento na capital do que modelarmente se vem fazendo na Lunda”¹⁰⁴⁹, mostrando manifesta consciência do papel da arquitectura como forma de “política visível ou performance política”¹⁰⁵⁰ da “monumentalidade colonial”¹⁰⁵¹. Os representantes da empresa na cidade admitiam que “no geral, quem cá vem acha isto pobre; e muito mais quando se lembram da grandeza, em todo o sentido, da nossa companhia, da sua importância, projecção e generosidade”¹⁰⁵². Assim, ao longo das décadas seguintes, a companhia ergueu diversos edifícios para afirmar o seu poder no seio do aparelho colonial, recorrendo a excelentes localizações, grandes áreas, bons materiais, técnicos conhecidos e uma estética particular.

Este capítulo estuda os vários projectos promovidos pela Diamang em Luanda, entre o final da década de 1940 e meados da década de 1960. Para além dos bairros residenciais, que nos ocupam na primeira secção, a companhia construiu uma Casa de Fim de Semana na Ilha do Cabo (onde efectivamente foram reutilizados os materiais das comemorações) e novos escritórios na Rua de Avelino Dias, que veremos depois. No concretizar destas aspirações, a companhia cruzou-se com vários arquitectos, muitos deles já (re)conhecidos pela historiografia do “Moderno Tropical”, como Vasco Vieira da Costa. Se nas explorações da Lunda a capacidade prática se sobrepôs à instrução formal e ao peso da autoria, em Luanda, pelo contrário, os técnicos foram valorizados pelo reconhecimento e influência na praça pública. Apesar de serem resultado de um esforço conjunto e integrado, a concretização de

Conselho de Administração... 1948.

¹⁰⁴⁶ Correspondência entre Mário Costa e Ernesto de Vilhena, dezembro de 1948. *Direcção Administrativa: Construções em Luanda, 1935-1948*. UC/AD.

¹⁰⁴⁷ Cláudia Castelo (2007). *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.

¹⁰⁴⁸ “A Companhia de Diamantes...”. *O Comércio*, 27 de fevereiro de 1953. UC/AD.

¹⁰⁴⁹ Correspondência entre Mário Costa e Ernesto de Vilhena, dezembro de 1948. UC/AD.

¹⁰⁵⁰ Sibel Bozdogan (2002). *Modernism and Nation Building: Turkish Architectural Culture in the Early Republic*. Seattle e Londres: University of Washington Press; Sibel Bozdogan (2016). “EAHN Conference, Dublin June 2–5, 2016: Closing Remarks”. *Architectural Histories*, 4 (1), p.14.

¹⁰⁵¹ Este é um debate que tem merecido atenção na historiografia em arquitectura. Como defendemos ao longo deste trabalho, é importante sublinhar que a “estetização da política”, ancorada em edifícios monumentais e reconhecíveis ao poder colonial, e os estudos sobre as estruturas “cinzentas”, que permitiram veicular outras formas de poder mais capilar, não são opostos, mas complementares. Ver, por exemplo, Jiat-Hwee Chang (2014). “Multiple Power in Colonial Spaces”, *ABE Journal*, 5 [https://journals.openedition.org/abe/808, acessado a 3 de setembro de 2023].

¹⁰⁵² Correspondência entre Mário Costa e Ernesto de Vilhena, 1 de junho de 1948. UC/AD.

cada um destes programas reflectiu questões particulares.

As preocupações oscilaram entre as matérias da “representação” e da “tradição”, estabelecendo importantes pontos de contacto com o capítulo anterior e sublinhando uma história feita de várias camadas. Primeiro, apesar dos milhares de quilómetros de distância entre as explorações mineiras e a capital de Angola, notamos a presença quase simultânea da máquina propagandística de Henrique Galvão em ambos os planos – tanto na preparação da Diamang nas comemorações em Luanda, onde foi acolhido como “verdadeiro perito”¹⁰⁵³, como na avaliação das condições físicas da mão de obra na Lunda, como notaremos no capítulo seguinte. Esta simultaneidade atestou a importância da imagem fabricada pela Diamang na defesa do império português, num momento em que as instituições internacionais e os grupos locais começaram a repelir o colonialismo com maior evidência. Depois, no que diz respeito à “tradição”, o percurso da companhia em Luanda enfatiza a visão conservadora de Vilhena, associada à salvaguarda do património, que explica muitas das opções tomadas nas minas, sobretudo na criação de povoações “embelezadas”, na rejeição da linguagem moderna para as habitações da empresa ou ainda na organização da Festa da Melhor Aldeia.

Por fim, cumpre ainda sublinhar o trajecto da Diamang em Luanda como ponto de entrada para questões significativas sobre o universo edificatório da cidade, cujo estudo está por fazer. Por um lado, ficamos a conhecer outras faces dos trâmites burocráticos e políticos dos processos de legalização e obra. De acordo com as notas da empresa, foram várias as particularidades vividas na expansão urbana da capital de Angola, em meados do século XX: preços altos, insuficiência de terrenos, uma Comissão de Estética interventiva, fiscais de pouca confiança, empreiteiros sem cumprir prazos, obras abandonadas, dificuldade em encontrar bons materiais e a necessidade de contratação de presos como serventes auxiliares a servir de exemplo à grande escassez de “boa” mão de obra¹⁰⁵⁴. Por outro lado, questionamos os relatos celebratórios do cânone da Arquitectura Moderna nas colónias portuguesas como resposta útil ao “progresso” e à “modernização”, ainda predominantes na produção historiográfica. Apesar da ampla difusão deste movimento, a sua recepção não foi consensual, como a intervenção da Diamang deixa patente.

¹⁰⁵³ Uma vez convidada para participar nas comemorações do Tricentenário, a Diamang relatou os vários esforços para “tão patriótica finalidade”. Entre eles, estava a “valiosa” ajuda de Henrique Galvão, que, “como verdadeiro perito na técnica de tais trabalhos, obsequiosamente nos deu indicações muito interessantes sobre o delineamento do carro e do pavilhão”, colocando a estrutura da empresa a trabalhar “afanosamente em Lisboa, Luanda e na Lunda”. *Relatório do Conselho de Administração...* 1948.

¹⁰⁵⁴ Numa velada crítica ao método de “colonização” então patrocinado pelo Ministério das Colónias, a crescente massa de colonos portugueses em Luanda foi descrita pelos representantes da Diamang como um conjunto de “incapazes ou falhados vindos da metrópole, que têm chegado às centenas”. Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Mário Costa, abril de 1950. *Direcção Administrativa: Construções em Luanda, 1950-51*. UC/AD.

– Representação: “ projecção e importância”

“É de desejar, pois, que outras empresas e sociedades, que mantenham ao seu serviço privativo muito pessoal europeu ou indígena, sigam o exemplo desta importante Companhia [de Diamantes], que tem erguido em Angola uma obra de carácter social que não pode deixar de merecer a simpatia plena.”

– Jornal *O Comércio*, 1953¹⁰⁵⁵

Em evidência no título e no corpo da notícia d’ *O Comércio*, estavam os mais recentes projectos da Diamang, a serem finalizados no ano de 1953: “dois importantes bairros residenciais” para alojar os trabalhadores da empresa na capital de Angola. Em breve, os empregados europeus mudar-se-iam para o conjunto habitacional em Miramar, apresentado como “um dos mais bonitos e confortáveis bairros residenciais em Luanda”, enquanto os serventes africanos passariam a habitar na Estrada de Catete, nas “melhores casas que até ao presente se constroem em Angola para empregados daquela categoria”, com “todos os requisitos de conforto e higiene”. Os vários superlativos do recorte jornalístico frisavam o “exemplo” da companhia, validando os esforços de transportar a “obra de carácter social” para a cidade¹⁰⁵⁶.

Este subcapítulo explora a concepção e a concretização dos bairros da Diamang em Luanda, entre 1948 e 1954, interrogando as suas formas, processos de concretização e agentes envolvidos. À época, vários arquitectos integrados na estrutura pública trabalharam em soluções residenciais para funcionários nas colónias africanas, aprofundando as possibilidades de uma “casa portuguesa ultramarina”, ou seja, de “arquitetura doméstica inspirada em modelos metropolitanos, onde os elementos tradicionais portugueses são adaptados às especificidades climatéricas dos trópicos”¹⁰⁵⁷. Os parágrafos que se seguem tentam contribuir para o estudo sobre estes modelos, observado o papel e as opções da Diamang enquanto promotora privada. A propósito da escassez de habitação em Luanda, o aparelho colonial esperou “ser seguido por particulares, nos mesmos moldes, como já fez o Montepio Ferroviário de Angola”¹⁰⁵⁸. Porém, à semelhança dos trâmites adoptados na Lunda, a companhia procurou trilhar outros modelos, excedendo-se na sua “representação”.

Bairro para empregados em Miramar

O conjunto residencial para empregados da Representação da Diamang foi planeado e construído no Bairro de Miramar, na zona oriental da cidade de Luanda, entre Dezembro de 1948 e Janeiro de 1954.

¹⁰⁵⁵ “A Companhia de Diamantes está a construir em Luanda dois importantes bairros para residência dos seus empregados”. Jornal *O Comércio*, 27 de fevereiro de 1953. UC/AD.

¹⁰⁵⁶ “A Companhia de Diamantes...”. *O Comércio*, 27 de fevereiro de 1953. UC/AD.

¹⁰⁵⁷ Ana Vaz Milheiro (2012). “Casa portuguesa? Sempre! Mas portuguesa ultramarina”. *Nos Trópicos...*, pp. 310-363.

¹⁰⁵⁸ “Casas económicas em Luanda”. *Boletim Geral das Colónias*, 223 (1944), pp. 47-49.

O complexo, composto por sete moradias, amplos espaços ajardinados e uma garagem, destinou-se a funcionários europeus com vários cargos na hierarquia da empresa¹⁰⁵⁹.

O processo teve início na véspera de Natal de 1948. Nesse dia, a Diamang arrematou o último lote no futuro bairro “aristocrático” de Miramar, a erguer nos terrenos da antiga Exposição-Feira de 1938 e da Rádio Marconi¹⁰⁶⁰. As expectativas de Vilhena, que dois meses antes tinha lançado um esquisso de um “Bairro para empregados da Representação” em Luanda, com escritório, três moradias e prédios gémeos para empregados em família, eram excedidas por esta aquisição¹⁰⁶¹. Apesar de se situar numa área onde só seria possível construir moradias unifamiliares, o terreno com cerca de 6500m², no prolongamento da Rua Mousinho de Albuquerque¹⁰⁶², foi considerado “magnífico”: “sobranceiro à baía, quase fronteiro ao cais (...) num local batido pelos ventos e, mesmo no tempo quente, não se sente calor”¹⁰⁶³. Mais ainda, por se tratar de um bairro “da Diamang”, a Câmara Municipal procurou, “com a melhor boa vontade”, ceder algumas benesses, como a venda do terreno com dispensa de hasta pública e sem obrigatoriedade de construção de primeiro andar (como seria exigido às restantes edificações no local)¹⁰⁶⁴. Também na capital a companhia pretendia e, aparentemente conseguiu, ser tratada com alguma “excepção”.

O arquitecto Vasco Regaleira¹⁰⁶⁵ foi escolhido para conduzir o projecto, dando sequência à vontade da administração em acompanhar de perto os trabalhos de concepção, desenho e pormenorização nas “construções de maior responsabilidade” (em contraponto com a Casa da Ilha ou o Bairro para trabalhadores indígenas, como veremos). Com atelier no Bairro de Alvalade, em Lisboa, Regaleira era um profissional experiente, conhecido em Angola e considerado pela Diamang como técnico “distinto, com importantes funções em organismos oficiais de índole arquitectónica e urbanística”¹⁰⁶⁶. Na colónia assumiu e assumiria ao longo dos anos seguintes a autoria de vários edifícios: as “Moradias para Funcionários em Luanda”¹⁰⁶⁷, em 1944, para o Bairro do Cruzeiro, o Banco de Angola¹⁰⁶⁸ e a

¹⁰⁵⁹ Representante-Adjunto, Chefe da Secção Especial, Secretário, Administradores e três casas para empregados.

¹⁰⁶⁰ Os restantes oito talhões foram adquiridos pela Casa Inglesa, a Casa Americana e o Consulado Americano.

¹⁰⁶¹ Telegrama de Ernesto de Vilhena para a Representação em Luanda, 12 de outubro de 1948. UC/AD.

¹⁰⁶² Hoje Rua Houari Boumediene, no Bairro de Miramar, onde se situam a maioria das embaixadas de Luanda.

¹⁰⁶³ Carta de Mário Costa para Ernesto de Vilhena, 24 de dezembro de 1948. *Direcção Administrativa: Construções em Luanda, 1935-1948*. UC/AD.

¹⁰⁶⁴ O bairro estava enquadrado na “Zona Residencial H1”, na qual o “Regulamento de Zonas” da Legislação Urbana de Luanda previa: apenas uma casa individual e unifamiliar por talhão (art. 28º); altura de dois pisos (art. 29º); superfície coberta do talhão igual ou menor a 25% da sua área total (art. 30º); edificações recuadas entre 8 a 10 metros da rua (art. 33º); pé direito mínimo de 3,25m. “Elementos necessários à elaboração dos projectos de moradias que a Diamang pretende levar a efeito no seu terreno situado no prolongamento da Rua Mousinho de Albuquerque”. UC/AD.

¹⁰⁶⁵ Vasco de Moraes Palmeiro (1897-1968), conhecido como Vasco Regaleira, diplomou-se em arquitectura pela Society of Architects de Londres, em 1926. Trabalhou em diversas obras ligadas ao regime do Estado Novo, muitas delas de grande dimensão, como os sanatórios de D. Manuel II e D. Carlos, em Lisboa. Participou ainda na exposição dos Centenários de 1940 e desenhou o Pavilhão do Banco de Angola na Exposição-Feira de Luanda de 1938. *Revista do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 9 (1939), p. 279; *Arquitectura: revista mensal*, 2 (1927), pp. 18-19; Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian / Estúdio Mário Novais.

¹⁰⁶⁶ Carta de Ernesto de Vilhena para a representação em África, 14 de abril de 1954. UC/AD.

¹⁰⁶⁷ Projecto promovido pela Direcção Geral do Fomento, constituído por moradias unifamiliares isoladas e geminadas, rodeadas por amplas varandas. PT/AHU/MU/DGOPC-DSUH/2621/01-03/5.

¹⁰⁶⁸ Edifício concluído em 1956 na Avenida 4 de fevereiro (antiga Avenida Paulo Dias de Novais ou Avenida Marginal). De acordo com Isabel Martins, é o “edifício que melhor simboliza a arquitetura do Estado Novo de feição neoclássica e revivalista em Luanda”. “Banco de Angola”, HPIP.

Casa de Governo, ambos também na capital, ou ainda a Catedral¹⁰⁶⁹ e a Residência do Intendente de Nova Lisboa e a Escola do Tchivinguiro¹⁰⁷⁰, na Huíla.

A primeira proposta de Regaleira chegou a Luanda em Dezembro de 1950. O conjunto inicial de nove talhões, sinalizados pela Representação em África¹⁰⁷¹, tinha sido reorganizado de acordo com o pedido de Vilhena e sublinhava a hierarquia empresarial de forma evidente. O topo do lote, na Rua Mousinho de Albuquerque, foi ocupado com um portentoso edifício da Administração, num talhão com quase o dobro da dimensão dos restantes. Ao seu lado, e junto à Casa Americana, estava o edifício de habitação para os administradores, também com vista para o mar. Na parte de trás do lote, já no interior bairro de Miramar, ficavam as restantes cinco moradias, de menores dimensões, e cada uma com acesso independente. Na memória descritiva deste estudo preliminar, Regaleira esclarecia que as opções de projecto, para além de considerarem “todas as disposições tendentes a enfrentar as condições impostas pelo clima”, tinham sobretudo obedecido à vontade de traçar um particular “tipo arquitectónico”. O objectivo, nas palavras do arquitecto, era “dar ao conjunto uma forte expressão nacional (...), inspirado na nossa arquitectura tradicional e que simultaneamente se integrasse no ambiente local”¹⁰⁷².

Apesar do cuidado e da aparente sobrançeria da Diamang sobre a burocracia local¹⁰⁷³, os desenhos ficaram retidos no crivo da Delegacia de Saúde, iluminando as malhas sobrepostas e, por vezes divergentes, do aparelho colonial. Em causa estavam questões de cêrcea, áreas e cubicagens mínimas, ventilação e dimensionamento, que seriam afinadas e aprovadas apenas no final do ano seguinte¹⁰⁷⁴. Em paralelo, a companhia iniciou uma ampla pesquisa sobre as “firmas mais idóneas” a operar em Angola, observando o panorama da construção na capital e na colónia¹⁰⁷⁵. Por indicação coincidente de Regaleira e da própria Câmara de Luanda, a empresa Obras Metálicas Electro Soldadas (OMES)¹⁰⁷⁶

¹⁰⁶⁹ “Anteprojecto da Catedral de Nova Lisboa em Angola”, 1945. PT/AHU/MU/DGOPC-DSUH/2621/02-03/7.

¹⁰⁷⁰ Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro, construída em 1942, na Huíla, para formar capatazes agrícolas. Hoje funciona como Instituto de Ciências Agrárias e Veterinárias. A Diamang recolheu fotografias de todos estes edifícios para avaliar a técnica de Regaleira.

¹⁰⁷¹ Correspondência com a Representação em África, 24 de Dezembro de 1948. UC/AD.

¹⁰⁷² “Memória descritiva das moradias destinadas a empregados europeus”, maio de 1951. UC/AD.

¹⁰⁷³ Apesar dos alertas para a crescente oposição que os arquitectos e engenheiros estabelecidos em África vinham a fazer ao trabalho dos colegas sediados em Portugal, os quadros da Diamang acreditavam que bastaria manter uma boa “rede de influência” na estrutura camarária local – de que faziam parte o Arquitecto José Morais Amado e os Engenheiros Francisco Ferraz, Martins e Frederico Santos – para conduzir a obra sem problema acrescidos. Com efeito, a promiscuidade entre técnicos e seus os cargos públicos revelar-se-ia muito expressiva: Morais Amado assinaria a implantação dos projectos seguintes da companhia, devido à “atitude simpática na aprovação dos escritórios” e à “marcada influência na CML”, enquanto Frederico dos Santos seria sucessivamente contratado para os necessários levantamentos de terreno, por “ser técnico da CML e por isso ter de os fiscalizar a aprovar”. Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Sílvio de Guimarães, 4 e 14 de abril de 1951. UC/AD.

¹⁰⁷⁴ “Parecer da Delegacia de Saúde sobre o projecto do Bairro de Miramar”, 20 de dezembro de 1951. UC/AD.

¹⁰⁷⁵ A Diamang recolheu informações sobre a OMES (ver nota seguinte); a *Sociedade de Construção de Angola*, dos irmãos Castilho, autores das “maiores construções” em Luanda, como a Casa Americana, a União Comercial de Automóveis e o Cinema Restauração; a *Sociedade Construtora* (SOCOL), dos engenheiros Ferraz, Américo Verdades e Carlos Dias, responsáveis pelas Moradias do Banco de Angola para pessoal superior, pelo Cinema Tropical e pelo abastecimento de água a Malange e Nova Lisboa; e ainda a *Construções Técnicas*. Carta de Sílvio de Guimarães para Ernesto de Vilhena, 14 de abril de 1951. UC/AD.

¹⁰⁷⁶ *Obras Metálicas Electro Soldadas* (OMES), constituída em 1947 pelos engenheiros Emídio Correia Guedes e José de Lucena, e com trabalhos em Angola, Guiné, Moçambique e Portugal. Considerada de “grande prestígio” pela Diamang devido às obras das Pontes Bero e Giraúl, filiais do Banco de Angola em Benguela e Silva Porto, fábrica de cerveja de Luanda e Barragem do Biópio. Carta de Sílvio de Guimarães... 14 de abril de 1951. UC/AD.

acabou por ficar com a empreitada.

O conjunto, aprovado e adjudicado em Dezembro de 1952¹⁰⁷⁷, apresentava casas separadas por sebes e voltadas para o exterior do lote. Os edifícios tinham uma distribuição interior simples, com entrada marcada por um terraço alpendrado. Cada casa foi dotada com o seu próprio anexo, para criados e arrumos, ao qual se acedia por uma passagem coberta¹⁰⁷⁸. Todas as escalas e fases do projecto foram pensadas com minúcia, desde a execução ao mobiliário interior e espaços exteriores. Regaleira detalhou a utilização de azulejos, mosaicos hidráulicos e tacos de madeira, tintas específicas, telha canudo, caixilhos “verde lusitano”, gradeamentos de ferro forjado a preto mate, floreiras a vermelho e porta principal em madeira local. À semelhança do que aconteceu nos centros da Lunda, a vegetação foi muito valorizada, de modo a “beneficiar o futuro conjunto arquitectónico com o agradável e útil elemento decorativo, que proporciona a presença de arvoredo”¹⁰⁷⁹. Foi solicitado à OMES um projecto de exteriores, cuja execução se documentou com o envio de várias fotografias para Lisboa. Os jardins de “espírito romântico” e desenhados com recurso a sinusoidais, de modo a evitar o “excessivo domínio” de linhas rectas, foram pensados como complemento das fachadas decoradas com azulejos da Fábrica de Sant’Anna, vindos de Lisboa, e do lago artificial colocado no centro do conjunto¹⁰⁸⁰.



[178] Bairro residencial em Miramar: Casa tipo O
[Construções em Luanda, 1954, UC/AD]

¹⁰⁷⁷ “Adjudicação das obras do novo Bairro Residencial da Companhia, em Luanda: parecer”, 31 de dezembro de 1952.

¹⁰⁷⁸ Ainda que se desconheçam os desenhos de Regaleira, o projecto técnico de estruturas, assinado pelo engenheiro Carlos Pinheiro da Silva, e o projecto de exterior copiado pelo desenhador José Pino, funcionário da OMES, permitem uma análise completa da proposta. “Bairro Residencial da Companhia de Diamantes de Angola. Moradias tipos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e garagem”. Projecto Técnico pelo engenheiro José Carlos Pinheiro da Silva. 1951; “Plantas das casas tipos 1, 2 e 3” pelo desenhador José Pino, 1952. UC/AD.

¹⁰⁷⁹ *Relatório do Conselho de Administração...* 1951. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

¹⁰⁸⁰ Carta de Vasco Regaleira para Júlio de Vilhena, 11 de novembro de 1953. UC/AD.



[179] Bairro residencial em Miramar (em construção), vista de conjunto, 1953
 [180] Fachada principal da Casa tipo 3, depois de concluída, 1953
 [181] Pátios e jardins interiores: zona do lago (em construção), 1954
 [Construções em Luanda, 1952-54, UC/AD]

Uma vez fixado o projecto-base de Regaleira, a administração da companhia delegou na estrutura local alguma responsabilidade sobre o decorrer dos trabalhos¹⁰⁸¹. O bairro foi orçamentado num valor global de 4000 contos, provando a vontade de “projecção” da Diamang na cidade¹⁰⁸². Por valor apenas ligeiramente superior, por exemplo, o estado português tinha elaborado um projecto de quarenta habitações para funcionários, que esperou ser apetecível ao investimento privado¹⁰⁸³. Em contraponto a esta economia, a companhia mineira procurou demonstrar a capacidade de construir a um nível superior.

A estética do conjunto mereceu particular atenção e serviu para marcar posições políticas que nos importa compreender, por espelharem também parte da visão da empresa sobre a importância e as formas do espaço construído. De acordo com os intervenientes, o projecto para o Bairro da Representação da Diamang tentava conservar a “feição geral dos antigos e característicos palácios, e casas e comércio da cidade”, considerados por Vilhena e Regaleira como o “estilo nobre por excelência de Luanda”¹⁰⁸⁴. Neste sentido, o arquitecto afirmou ter procurado “impor o cunho tradicionalista, conservando a simplicidade que o meio requer”¹⁰⁸⁵. Seria precisamente este o teor das críticas que Vilhena lançou ao processo de transformação da cidade de Luanda, revelando uma recepção menos positiva do ideário moderno, como veremos na próxima secção.

O Bairro em Miramar foi considerado concluído em Janeiro de 1954, com os primeiros habitantes a chegarem nessa data, após assinatura de um “modelo de compromisso”¹⁰⁸⁶. No mês seguinte, a imprensa local publicou uma fotografia do “aspecto do novo e moderno bairro dos empregados da Diamang”¹⁰⁸⁷. Os acabamentos, tanto interiores como exteriores, continuaram até ao final do ano seguinte, num processo fotografado e reportado a Lisboa¹⁰⁸⁸.

Uma década depois, Júlio de Vilhena, numa passagem por Luanda, notou um clima de disputa entre os arquitectos da cidade, que se traduzia numa “grande guerra” a Vasco Regaleira. A obra da Diamang, apesar de consolidada, estaria envolvida nestas críticas, pelas casas “muito juntas umas às outras, sem aquele desafogo que dá a qualquer construção uma mais agradável aparência”¹⁰⁸⁹. Vilhena sabia do “defeito”, mas reconhecia ter sido inevitável.

¹⁰⁸¹ Na correspondência entre as administrações da Diamang em Lisboa e Luanda, lê-se que “o facto de ser esta Sede a decidir sobre o assunto das obras em curso, não impede que V. Exa antes de nos remeter os desenhos dos empreiteiros, relativos a pormenores não considerados nos projectos iniciais, os examine e os faça corrigir, quando sejam inviáveis. Isto evitar-nos-á a perda de tempo resultante de termos de nos ocupar aqui de emendar erros grosseiros ou comuns”. *Representação e Organização dos Serviços em África*. Alojamento do Pessoal da Representação e Bairro Residencial, 1953-1954 (4^o). UC/AD.

¹⁰⁸² Correspondência entre Regaleira e a Administração da Diamang, 20 de dezembro de 1950. UC/AD.

¹⁰⁸³ Em 1945 o Ministério das Colónias abriu um crédito de 5000 contos para construção de casas para funcionários públicos em Luanda, cf. “Casas económicas em Luanda”. *Boletim Geral das Colónias*, 223 (1944), pp. 47-49.

¹⁰⁸⁴ Correspondência entre Regaleira... 1950. UC/AD.

¹⁰⁸⁵ Idem.

¹⁰⁸⁶ “Concessão de habitações mobiladas a empregados”, 1955. UC/AD.

¹⁰⁸⁷ Jornal *O Comércio*, 6 de fevereiro de 1954.

¹⁰⁸⁸ “Alojamento do pessoal da Representação e Bairro Residencial”, 1953-1954. UC/AD.

¹⁰⁸⁹ Correspondência entre Júlio e Ernesto de Vilhena, 20 de Março de 1966. UC/AD.

Bairro para servidores indígenas na Estrada de Catete

Em paralelo ao Bairro de Miramar, o Bairro para servidores indígenas da Diamang, situado no quilómetro 2 da Estrada de Catete, junto ao cemitério de Sant’Ana, foi concretizado entre 1948 e 1954. O conjunto reuniu dezasseis habitações, escola, posto sanitário e armazém numa área de cerca de 10.500m², então na periferia ocidental de Luanda. À semelhança dos restantes projectos da companhia na capital, o seu propósito de “representação” foi entendido desde o início. Os administradores da empresa na cidade notavam o “desinteresse geral dos particulares pela habitação dos servidores nativos” e, por isso, propuseram somar ao Bairro de Miramar a “repercussão” e o “exemplo de protecção” de um bairro indígena “com honras de ser o primeiro na cidade”. Até então, os serviços da companhia viviam em “palhotas”, em condições ditas “miseráveis”, em crescente desajuste com a “assistência” promovida pela Diamang na Lunda¹⁰⁹⁰.

A habitação para africanos era uma matéria na ordem do dia, intrinsecamente relacionada com o crescimento urbano e a manutenção do colonialismo em África¹⁰⁹¹. Em Luanda, em particular, as discussões e projectos sobre o reordenamento da cidade multiplicavam-se desde o início de 1940, traduzidos na produção e revisão de vários planos urbanísticos ao longo daquela década e da seguinte¹⁰⁹². A construção célere de um primeiro “bairro indígena” em 1943¹⁰⁹³, ainda que de modo “experimental”¹⁰⁹⁴, tinha sublinhado a necessidade de desenhar novas estruturas para as comunidades locais. Segundo Álvaro de Freitas Morna¹⁰⁹⁵, Governador de Angola e promotor daquele projecto, a generalização de dispositivos análogos era essencial para uma administração conciliadora da cidade colonial: a somar ao “alcance social”, os bairros eram considerados “ao mesmo tempo em vantagem da população europeia, a quem os hábitos e os costumes não permitem que as habitações indígenas se misturem com a construção citadina destinada a brancos”. Era evidente que Morna repudiava qualquer “promiscuidade” espacial, ilustrando bem a vincada “visão compartimentalizada” do colonialismo, mais tarde descrita por Frantz Fanon¹⁰⁹⁶. No seu pensamento do administrador, a segregação era não

¹⁰⁹⁰ Ao contrário do Bairro para a Representação, a proposta para o Bairro Indígena da Diamang partiu da Representação da companhia em África. Foi apresentada a Ernesto de Vilhena também no final do ano de 1948, ao mesmo tempo que se esboçavam a Casa da Ilha e o Bairro de Miramar. Carta de Mário Costa para Ernesto de Vilhena, 23 de dezembro de 1948. *Direcção Administrativa. Construções em Luanda, 1935-1948*. UC/AD.

¹⁰⁹¹ A legislação sobre a habitação para populações africanas que surgiu em meados da década de 1940 respondeu sobretudo à onda de insatisfação registadas em várias geografias coloniais ao longo dos anos anteriores, nomeadamente entre trabalhadores de portos, minas, caminhos de ferro. Para este contexto ver Frederick Cooper (1987). *On the African Waterfront: Urban Disorder and the Transformation of Work in Colonial Mombasa*. Londres: Yale University Press; Richard Harris e Allison Hay (2007). “New Plans for Housing in Urban Kenya, 1939–1963,” *Planning Perspectives*, 22, pp. 195-223; Barker-Ciganikova *et al.* (2020). *The Politics of Housing...*, pp. 9 e ss.; Cruz (2022). “As origens institucionais...”

¹⁰⁹² Ver, entre outros, Correia (2018). “O modelo do urbanismo...”

¹⁰⁹³ “Plano de localização e implantação do Bairro Indígena em Luanda”. Repartição Central dos Serviços de Obras Públicas da Colónia de Angola. Relatório referente ao ano de 1942. AHU, OP2039; Álvaro de Freitas Morna (1944). *Angola, um ano no governo geral* (1942-1943). 1º vol. Lisboa: Livraria Popular.

¹⁰⁹⁴ “Bairros indígenas de Luanda – Considerações de *A Província de Angola*”. O bairro, composto por “35 moradias com 95 compartimentos, em blocos murados e ajardinados”, era descrito como uma “experiência coroada de inteiro êxito”, mas “apenas aquilo – para mostrar”. *Boletim Geral do Ultramar*, 356, p. 265. Estas casas foram rapidamente ocupadas por mestiços e europeus, não servindo, portanto, o seu propósito original. Por isso, segundo os representantes da Diamang, as honras de uma verdadeira iniciativa pioneira estariam ainda do lado da companhia.

¹⁰⁹⁵ Álvaro de Freitas Morna (1885-1961) foi Oficial da Armada Portuguesa e exerceu o cargo de Governador de Angola entre 1942 e 1943.

¹⁰⁹⁶ Frantz Fanon (1961). *The Wretched of the Earth*. Grove Press. Para uma aplicação da visão de Fanon na arquitectura ver Mark Crinson (2020). “Compartmentalized world”: Race, architecture, and colonial crisis in Kenya and London”. *Race*

só justificada pelas anteriores teorias raciais, como passava também a ser naturalizada pela disciplina urbana, através da “estética das cidades que em África se estão dia a dia desenvolvendo sob os modernos métodos de urbanização ditados pela ciência”¹⁰⁹⁷.

Fruto deste contexto, o projecto da Diamang acabou por espelhar a (r)evolução urbana vivida em Luanda. O conjunto finalmente inaugurado em Catete era substancialmente diferente da proposta original, com as sucessivas alterações na implantação do bairro e desenho dos seus edifícios a evidenciarem múltiplos obstáculos ao “pioneirismo” desejado pela companhia. Ao contrário do Bairro da Representação, a sua concepção foi sobretudo entregue a actores locais e, por isso mesmo, convocou um conjunto distinto de questões.

A primeira proposta para o Bairro indígena da Diamang foi encomendada ao arquitecto António Ribeiro Martins¹⁰⁹⁸, técnico da Direcção dos Serviços de Obras Públicas, em Dezembro de 1948. O projecto previa um conjunto de vinte e quatro casas geminadas, um lavadouro e um alpendre, num bairro com cerca de 5000 m², com disposição longitudinal. Cada lote de 165m² receberia uma casa de 56m², composta por cozinha, casa de banho com chuveiro, sala para refeições, quarto para casal e possivelmente outro para filhos. A configuração do interior obedeceu à preocupação em assegurar condições para uma boa salubridade, segundo a cartilha da “construção tropical”. Apesar das dimensões mínimas, todas as divisões recebiam luz directa e podiam ser ventiladas naturalmente, enquanto a varanda no alçado principal protegia a construção da incidência directa dos raios solares. A cobertura, de duas águas, utilizava telha marselha. As habitações foram apresentadas como “casas económicas”, em sintonia com as discussões sobre modelos e tipologias espaciais a adoptar em Portugal. No início de 1945, a Assembleia portuguesa debateu precisamente este tema, oferecendo mais perguntas do que respostas: “Como devem ser delineadas as novas construções? Casas isoladas para uma única família? (...) E que sistema se deve adoptar? Bairros económicos? Bairros-jardins? Cidades-jardins? Bairros comunais, como os de Viena? Subúrbios de tipo rural, como as célebres Greenbelt Villages norte-americanas?”¹⁰⁹⁹. Não podendo desenvolver aqui a extensão desta relação, sublinhamos como é pouco frutuoso pensar ambos os casos de forma isolada; ou seja, mais uma vez entendemos a importância de atravessar, interligar e conectar debates e contextos mais amplos.

and Modern Architecture: A Critical History from the Enlightenment to the Present, Irene Cheng, Charles L. Davis II and Mabel O. Wilson (eds.). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, pp. 259-276.

¹⁰⁹⁷ Morna (1944). *Angola...*, p. 183.

¹⁰⁹⁸ António Dias Ribeiro Martins foi autor de alguns projectos em Luanda, como a primeira proposta para o antigo edifício dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, em 1952 (depois terminada por João Aguiar em 1953), e o porto da cidade. Ver Ana Vaz Milheiro (2014). “Praças do Império no espaço colonial português durante o Estado Novo”. *Estudo Prévio*. Universidade Autónoma de Lisboa.

¹⁰⁹⁹ De um modo mais completo, lê-se: “A questão dos terrenos envolve a definição de uma política de urbanismo. Como devem ser delineadas as novas construções? Casas isoladas para uma única família? Grupos de duas, quatro ou mais casas para uma família? Prédios de dois, três ou quatro andares, segundo a prática corrente? Prédios de maior número de pavimentos, destinados a alojar maior número de pessoas, restringindo a área destinada a cada família? Possibilidade de compra de andares, realizando-se por esta forma a propriedade horizontal? E que sistema se deve adoptar? Bairros económicos? Bairros-jardins? Cidades-jardins? Bairros comunais, como os de Viena? Subúrbios de tipo rural, como as célebres Greenbelt Villages norte-americanas? Que densidade de habitantes deve ser permitida por hectare? Como se poderá obter essa densidade? Pela mistura de casas de diversos tipos — moradias, prédios de vários pavimentos e blocos — ou simplesmente por casas de um tipo, como agora muitas vezes tem sido realizado, e nem sempre com êxito no ponto de vista estético, nos nossos bairros económicos?”. Assembleia Nacional, Diário das Sessões, 137, 9 de fevereiro de 1945.

O plano foi desenvolvido sem que houvesse ainda terreno atribuído. Estimou-se a construção na zona dos Musseques, afastada a este centro da cidade, junto ao bairro do Rangel, onde o município previa concentrar as futuras construções para indígenas, mas a confirmação tardava em chegar. Quando finalmente o projecto voltou a ser considerado, em 1950, António Martins foi afastado. Sem prejuízo da flexibilidade formal (e económica) da sua proposta, a Diamang considerou-a insuficiente para satisfazer as mais recentes necessidades da empresa. A precisar de alimentar a rede de influência no panorama arquitectónico e político da cidade, como vimos a respeito do Bairro de Miramar, a Diamang voltou a contactar José Morais Amado para um novo estudo das casas e do conjunto¹¹⁰⁰. Apesar da insatisfação também com este técnico, a quem os agentes mineiros atribuíam “falta de grandes ideias e falta de gosto”¹¹⁰¹, era reconhecida a sua capacidade em fazer transitar e aprovar projectos dentro da estrutura camarária, prevalecendo esta dimensão.

Desta vez, o trabalho de Morais Amado apareceu com uma novidade: o arquitecto tinha começado uma colaboração com Vasco Vieira da Costa, apresentado como jovem “bolseiro no estrangeiro e especialista em trabalhos de urbanização”, recém-chegado à cidade. O plano apresentado pela dupla, em Março de 1950, enquadrava três tipos de habitação – de acordo com a número e situação matrimonial dos ocupantes¹¹⁰² –, escola e casa para capataz, e destacava-se pela sua linguagem moderna, em ruptura evidente com a anterior proposta de Martins, tanto a nível estético como de implantação. Propunha um esquema em C, resultado do traçado director para aquela zona¹¹⁰³, entretanto publicado, e traduzia-se numa área central, com parque, zona escolar e lavadouro comum. Através desta solução, explicavam os autores, os “problemas capitais, que são a orientação das habitações e a localização da escola (...) parec[iam] ficar lógica e inteligentemente resolvidos”, beneficiando dos ventos dominantes¹¹⁰⁴.

As diferenças entre propostas eram igualmente notórias no desenho da habitação, com a cozinha e as instalações sanitárias afastadas do corpo principal da casa, “como o indígena está habituado”. Segundo Vieira da Costa, a configuração da cozinha – um telheiro, com fogão e despensa, abertos para o exterior, que mais tarde seriam fechados com persianas, aparentemente devido à violência das chuvas – obedecia “rigidamente à preocupação de satisfazer os hábitos e preferências”¹¹⁰⁵. Através destas opções, o arquitecto revelava o seu interesse pelo habitar africano, posteriormente celebrado em muitos dos seus projectos.

Familiarizados com o trabalho de Morais Amado, os agentes da companhia atribuíram a autoria do projecto exclusivamente a Vieira da Costa¹¹⁰⁶. Diziam tratar-se de “arquitectura moderna”, especialmente pela concepção dos telhados de uma só água, a lusalite colorida, e pelas grelhagens

¹¹⁰⁰ Carta de Mário Costa para Vilhena, 22 de fevereiro de 1950. *Construções em Luanda, 1935-1948*. UC/AD.

¹¹⁰¹ Carta de Mário Costa para Vilhena, 24 de maio de 1948. *Construções em Luanda, 1935-1948*. UC/AD.

¹¹⁰² Tipo 1: habitações para celibatários; Tipo 2: habitações destinadas a casais com filhos de um só sexo; Tipo 3: habitações destinadas a casais com filhos de ambos os sexos. “Projecto-esboço para habitação dos serviçais indígenas: Memória justificativa”, 29 de março de 1950. UC/AD.

¹¹⁰³ “Habitações para indígenas”, pelos arquitectos José Morais Amado e Vasco Vieira da Costa. UC/AD.

¹¹⁰⁴ “Projecto-esboço...”. UC/AD.

¹¹⁰⁵ Idem.

¹¹⁰⁶ Carta de Mário Costa para Vilhena, 22 de fevereiro de 1950. *Construções em Luanda, 1935-1948*. UC/AD.

de betão, a utilizar nas paredes da dispensa e do átrio. Ao contrário de Vilhena, os representantes da Diamang em África mostraram afinidade pelo vanguardismo da estética moderna, revelando admiração pela sua possível utilização em edifícios para “modestos servidores”¹¹⁰⁷. A apreciação feita ao plano pelos órgãos competentes – Repartição Central dos Negócios Indígenas, à Direção Geral de Saúde e aos Serviços de Obras Públicas – resultou em sentido semelhante, com pareceres “inteiramente favoráveis, que louvam a iniciativa e consideram digna de ser imitada pelas empresas congéneres da província”¹¹⁰⁸. Por isso, a Diamang foi rápida a fazer a encomenda desta proposta, considerando um bairro com uma casa do tipo 1 (para celibatários) e 20 casas dos tipos 2 e 3 (para casais com filhos do mesmo sexo ou sexos diferentes) – certamente com o aval de Vilhena, ainda que não tenhamos tido conhecimento da sua avaliação relativa a este plano.

Seguiu-se nova discussão sobre alternativas possíveis à localização do empreendimento, uma vez que o plano esbarrava com os afastamentos mínimos exigidos no plano director. Ficando vedada a construção na zona dos Musseques, a Câmara Municipal sugeriu outra área a sul da cidade, no Musseque Prenda. No decorrer deste processo técnico-burocrático, Vieira da Costa abandonou o projecto, sem qualquer justificação conhecida. Podemos supor, pela cronologia de trabalho que lhe é atribuída, que o projectista tenha decidido dedicar-se ao projecto do Mercado Quinaxixe¹¹⁰⁹, a sua primeira obra pública que o ocupou entre 1950 e 1952 e que seria o verdadeiro ponto de partida para o seu percurso profissional em África. Todavia, pelas semelhanças com o seu CODA, intitulado “Cidade satélite nº3”¹¹¹⁰ em Luanda, de 1948, será pertinente considerar o plano para a Diamang como um segundo ensaio para a afirmação do pensamento urbanístico do arquitecto, já fora do contexto académico¹¹¹¹.

Quando foram entregues novos desenhos à Diamang, em Junho de 1951, a única assinatura era de Morais Amado. A composição, curiosamente acompanhada pela mesma memória descritiva da solução anterior, foi reorganizada numa estrutura ortogonal. Era composta por dezasseis casas do tipo A (correspondendo ao anterior tipo 2) e uma casa do tipo B (precedendo o tipo 1), uma escola para 48 alunos e um lavadouro com doze tanques. O prazo de conclusão da empreitada foi estimado em 18 meses. Contudo, no momento em que a Diamang se preparava para avançar, alguns pormenores do plano geral de urbanização de Luanda estavam a ser ultimados por João Aguiar, autor do projecto e director do GUC e, por isso, os pedidos urbanísticos estariam bloqueados¹¹¹². À semelhança do

¹¹⁰⁷ Idem.

¹¹⁰⁸ Carta de Sílvio de Guimarães para Ernesto de Vilhena, 16 de outubro de 1951. UC/AD.

¹¹⁰⁹ Diogo Cruz (2012). “Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe e Vasco Vieira da Costa”. Tese de mestrado, Universidade de Coimbra.

¹¹¹⁰ Vasco Vieira da Costa (1948). *Luanda – Plano para a Cidade Satélite nº3*. Concurso para obtenção do diploma de arquitecto (CODA). Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP); Departamento de Arquitectura da Faculdade de Engenharia da Universidade de Angola.

¹¹¹¹ Na análise comparada entre projectos, assemelham-se as zonas residenciais autónomas, com habitações para celibatários, habitações colectivas para casais com filhos ou apenas um filho e habitações individuais para casais com filhos. Em qualquer uma destas unidades foi prevista a implantação ao longo de sinuosas vias, rodeadas de espaço verde. Apenas a planta das habitações divergia: no CODA, Vieira da Costa apostou em estruturas circulares, muito próximas do desenho das cubatas africanas, enquanto no bairro da Diamang a solução de compromisso traçou um corpo principal apoiado por anexos (uma proposta muito semelhante àquela que o arquitecto João Aguiar apresentou em 1952, na sua resenha “Habitação em países tropicais”, numa genealogia ainda por explorar).

¹¹¹² Carta de José Moraes Amado para a Companhia de Diamantes, 5 de julho de 1951. UC/AD.

primeiro processo com Martins, a espera resultou em mudanças: a localização a sul foi novamente colocada em causa, iluminando o rebuliço urbanístico que assolava Luanda e que testou a paciência da companhia. No plano da cidade, finalmente publicado em 1952, a zona foi destinada a outra ocupação: as cinco unidades de vizinhança – conhecidas como o Bairro Prenda¹¹¹³ – que seriam desenhadas pelo arquitecto Simões de Carvalho (da qual apenas se construiu a Unidade 1, entre 1961 e 1963) e destinadas à população branca. Para dar resposta ao tumultuoso processo, a estrutura camarária destacou um terreno na “zona residencial dos Bairros Populares”¹¹¹⁴, na Estrada de Catete, onde o projecto da Diamang finalmente foi iniciado, bem perto da proposta inicial.



[182] Aspecto geral do Bairro indígena na Estrada de Catete, 1953

[183] Aspecto parcelar do Bairro indígena na Estrada de Catete, 1953

[Construções em Luanda, 1952-53, UC/AD]

¹¹¹³ Sobre o Bairro Prenda, ver Ana Vaz Milheiro e Filipa Fiúza (2013). “Uma Experiência ‘Brutalista’ nos Trópicos: O Bairro Prenda (Luanda, década de 1960)”. *X Seminário Docomomo Brasil: Conexões Brutalistas 1955-75*. Curitiba; Joana Venâncio (2013). “O Bairro Prenda em Luanda: entre o Formal e o Informal”. Tese de mestrado, FAUP; Filipa Fiúza e Ana Vaz Milheiro (2015). “The Prenda District in Luanda: Building on Top of the Colonial City”. *Urban Planning in Lusophone African Countries*, Carlos Nunes (ed.). Londres: Ashgate, pp. 93-100; Beatriz Serrazina (2016). “Utopia moderna em África. O Bairro Prenda na Luanda do Futuro”. Tese de mestrado, FAUL. O papel estratégico do Bairro Prenda para contra-subversão e controlo social em Luanda foi recentemente questionado, cf. Cruz (2022), “As origens...”, p. 277 e ss.

¹¹¹⁴ “Informação nº 325”, Câmara Municipal de Luanda, 3 de setembro 1958, por Vasco Vieira da Costa, *apud* Correia (2018). “O modelo...”, p.180.

As obras terminaram em 1954, sob a fiscalização do técnico Artur Nunes Tiago¹¹¹⁵, cumprindo com o último projecto de Amado. As casas foram dotadas de mobiliário em madeira, fabricado localmente. Ao conjunto inicialmente previsto, a Diamang juntou um pequeno posto sanitário, um armazém, uma garagem e uma capela, também da autoria de Morais Amado, com o objectivo de tornar o bairro “independente do meio exterior”, atendendo à distância dos “recursos normais da cidade”¹¹¹⁶. Estes edifícios permanecem na paisagem de Luanda, apesar de já muito alterados.

Por fim, ainda a propósito desta incursão da Diamang em Luanda, vale a pena notar outro projecto pensado pela companhia, na mesma altura: um “bairro social” para “velhos colonos pobres”¹¹¹⁷. A intenção nunca saiu do papel, mas o planeamento revela as motivações e o empenho significativos da empresa tanto em afirmar o seu peso “social” na construção da capital como consolidar o papel “civilizador”, que vimos antes. Esclareceu-se por parte da Diamang:

“Esta obra social seria digna da nossa companhia. E até ficando o bairro para os pobres (seja este o nome ou de bairro económico ou bairro social, mais ajustados às designações de hoje) próximo do que estamos construindo para nossos serviçais indígenas, bem à evidência ficaria que a companhia trata de todos – brancos e pretos”¹¹¹⁸.

O repto foi lançado no final de 1952, por parte dos representantes na cidade, precisamente quando se discutia a possível localização do “bairro para indígenas”. O objectivo seria aproveitar qualquer espaço livre nos terrenos em causa – junto ao Posto de Belas, na zona do Prenda, ou perto da Vila Alice, na Estrada de Catete – para construir habitações “para classe remediada, que vive de funcionalismo e profissões pequenas”. Segundo os agentes da Diamang, eram várias as “famílias aglomeradas numa mesma casa; garagens adaptadas a péssimas habitações; alguns europeus, por miséria, fazem já vida comum com os indígenas ou vivem como tal. A zona dos musseques é mostuário dessa penúria”¹¹¹⁹.

De acordo com o plano, a companhia apenas construiria as casas – e “o resto seria entregue”. A preferência recaía sobre as Conferências Vicentinas, um movimento católico, mas uma vez que estas não teriam “capacidade jurídica”, concluiu-se que “a única instituição de beneficência séria e progressiva capaz de aceitar a doação do bairro (...) seria o Instituto de Assistência Social”¹¹²⁰. O “delineamento da obra” seria pedido ao arquitecto Morais Amado, a título gratuito, enquanto a fiscalização ficava a cargo da própria esposa do representante da Diamang em Luanda – opções que deixavam a descoberto uma rede informal de trabalho.

Após aprovação de Vilhena, e uma vez decidido que o “bairro para indígenas” se fixava na Estrada de Catete, a Diamang contactou a Câmara Municipal a respeito de possíveis auxílios financeiros

¹¹¹⁵ “Relatório referente às obras do Bairro Indígena da Companhia de Diamantes de Angola, pelo agente da fiscalização Artur Nunes Tiago”. 09.11.1953. *Direcção Administrativa. Construções em Luanda, 1952-1953*. UC/AD.

¹¹¹⁶ Correspondência entre Sílvio de Guimarães, Mário Costa e Vilhena, 23 de janeiro 1953 e 14 de janeiro 1954. UC/AD.

¹¹¹⁷ Correspondência entre Mário Costa e Ernesto de Vilhena, 1 de dezembro de 1952. “Projecto dum bairro social”. Representação em Luanda. UC/AD.

¹¹¹⁸ Correspondência entre Mário Costa e a Câmara de Luanda, 26 de julho de 1953. UC/AD.

¹¹¹⁹ Correspondência... 1 de dezembro de 1952. “Projecto dum bairro social”. Representação em Luanda. UC/AD.

¹¹²⁰ Correspondência entre Mário Costa e Ernesto de Vilhena, 15 de março de 1953. “Projecto...” UC/AD.

ou burocráticos na aquisição de um terreno próximo, na Vila Alice. O momento foi considerado oportuno. Não só estavam em curso outras obras que projectavam a importância da Diamang na cidade, como o próprio aparelho público tinha anunciado a construção, num futuro breve, de “75 casas de renda barata”, para ampliar o antigo “Bairro Económico” (ocupado por funcionários públicos), precisamente ao lado do terreno pedido pela companhia. Pela avaliação dos agentes da empresa, “seria, pois, muito interessante e de grande alcance político, e de benemerência, se construíssemos também um bairro como sugerimos, designado preferencialmente económico ou social”¹¹²¹. Ou seja, este era também um processo de disputa face à iniciativa do estado.

A rapidez com que se elaboraram plantas confirmou a competição. Ao contrário do anunciado, Morais Amado não chegou a participar no projecto, ficando este a cargo de um construtor local¹¹²². Previu-se um conjunto de 16.500m², com 25 ou 30 casas, a maior parte geminadas – “obra pequena para a grandeza da Empresa que a viria a realizar”, defendeu-se na Diamang¹¹²³. À semelhança do “bairro para indígenas”, foram propostos 3 tipos de habitação, a distribuir de acordo com a situação conjugal ou existência de filhos. A organização interna dos fogos seria semelhante entre as várias tipologias, divergindo apenas na dimensão: entrada a partir de uma varanda coberta, na lateral; quartos e sala de jantar à frente (no caso da tipologia maior, também atrás); vestíbulo para distribuição; e cozinha e quarto de banho nos fundos¹¹²⁴. Cada casa teria quintal e logradouro, mas não chegou a ser estudado qualquer esquema de implantação.

A Câmara Municipal concordou em apoiar a iniciativa através da venda do terreno por um valor bastante inferior aos preços praticados na cidade¹¹²⁵, mas, em contrapartida, pediu à companhia que “concretizasse ao pormenor que deseja fazer e os benefícios sociais em vista”, assim como “constituir uma fundação que assegure a obra de caridade que tem em vista”¹¹²⁶. Terá sido esta última exigência a fazer a Diamang desistir de imediato do projecto; a rivalidade, porém, perdurou pelos anos seguintes, naquela mesma parcela da cidade. A propósito da visita de Craveiro Lopes, então Presidente da República, a Luanda, em 1954, a empresa acusaria a Câmara Municipal de apressar a construção do “Bairro Indígena do Estado”, uma vez que seria “desagradável” ver aquela zona destinada à habitação de africanos apenas ocupada por uma obra da Diamang. A obra pública foi erguida em poucos meses, no terreno adjacente, aparentemente através da modificação de uma estrutura pensada para um hospital-enfermaria de isolamento. A companhia, no entanto, mostrou estar confortável com a sua concretização. Por um lado, “façam o que fizerem, o nosso [bairro] não será suplantado: basta as casas serem separadas uma das outras e ter tudo o mais: escola, posto sanitário, lavadouro, garagem”¹¹²⁷. Por outro lado, o novo projecto era apresentado e criticado da seguinte forma: “trata-

¹¹²¹ Correspondência entre Mário Costa e Ernesto de Vilhena, 31 de março de 1953. “Projecto...” UC/AD.

¹¹²² Nos desenhos apenas foi possível identificar o primeiro nome, Jorge; o apelido é ilegível.

¹¹²³ Correspondência entre Mário Costa e Ernesto de Vilhena, 25 de março de 1953. “Projecto...” UC/AD.

¹¹²⁴ “Projecto-tipo de uma moradia para Casal Europeu com filhos de ambos os sexos (tipo 1)”; “Projecto-tipo de uma moradia gémea para Casal Europeu com filhos (tipo 2)”; “Projecto-tipo de uma moradia gémea para Casal Europeu sem filhos”. UC/AD. O título sugere que os projectos eram anteriores e não exclusivamente desenhados para a Diamang.

¹¹²⁵ Leia-se: “A edilidade viu com bons olhos a ideia, a ponto de se propor ceder à Companhia o terreno por 5 angolares por metro quadro, quando é certo que no local, e bem mais longe, os terrenos vão à praça por 40 angolares, com tendência a subir na licitação”. Correspondência entre Mário Costa e Vilhena, 16 de julho de 1953. UC/AD.

¹¹²⁶ Parecer da Câmara Municipal de Luanda, 7 de julho de 1953. UC/AD.

¹¹²⁷ Correspondência entre Mário Costa e Vilhena, 2 de Março de 1954. UC/AD.

se de conjunto de dois grandes blocos, em alvenaria, cada um para 14 famílias. [O corpo central] aloja 6 famílias numerosas, cada uma ocupa o rés-do-chão e 1º andar. Temos dúvida que assim seja. Cada casa tem pequeno recinto (entrada), dois quartos e cozinha. O 1º andar têm mais dois quartos espaçosos. A nosso ver, o principal defeito deste bairro, feito em blocos de cimento, é a indesejável promiscuidade que não pode deixar de resultar em grande porcaria. O conjunto tem aspecto, mas não quadra ao fim a que se destina”¹¹²⁸. A imprensa local estava em desacordo, publicitando os novos blocos “modernos e higiénicos”¹¹²⁹.

Tudo isto aconteceu sem qualquer referência ou correspondência com as normas legisladas desde 1948 para “casas para funcionários” e “bairros indígenas” em Angola, tanto por parte da Diamang como do aparelho público¹¹³⁰. Por um lado, as hipotéticas casas do “bairro social” da companhia não tinham relação com as tipologias previstas para os empregados civis, de acordo com a hierarquia laboral. Por outro lado, nenhum dos bairros registou qualquer envolvimento de uma “Comissão Administrativa de Bairros Indígenas (CABI)”, figura então organizada para promover estruturas semelhantes¹¹³¹. A Diamang, todavia, cumpriu a exigência de construir “recintos de divertimentos, campos de jogos e educação física, zonas arborizadas, estabelecimento de saúde e educação profissional”, garantindo superioridade neste ponto.



[184] Bairro indígena: Uma casa em construção (faltando-lhe ainda a varanda à frente), 1953
[Construções em Luanda, 1952-53, UC/AD]

¹¹²⁸ Idem.

¹¹²⁹ Jornal “O Diário de Luanda”, 22 de fevereiro de 1954.

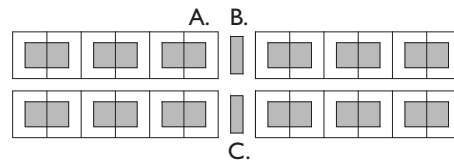
¹¹³⁰ “Casas para funcionários de Angola” e “Bairros Indígenas” (Diploma Legislativo n.º 2097, de 17 de Novembro de 1948), cujos artigos foram publicados no *Boletim Geral das Colónias*, 284, pp. 133-137.

¹¹³¹ Cada distrito de Angola teria a sua própria CABI, que ficaria responsável pela demarcação e gestão dos bairros. Porém, registaram-se amiúde conflitos a respeito das competências que caberiam aos vários organismos públicos envolvidos na habitação das comunidades africanas, inviabilizando, muitas vezes o seguimento dos projectos. Para uma visão geral da construção de “bairros indígenas” em Angola, ver Amadeu de Castilho Soares (1961). *Política de bem-estar rural em Angola*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Estudos de Ciência Políticas e Sociais, 49.

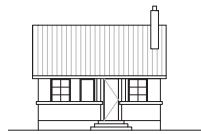
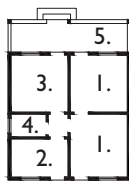
Casas para Serventuários Indígenas da Diamang [António Martins, 1949]

- A. Casa geminada
- B. Lavadouro e fontenário
- C. Alpendre

Área cada grupo de 2 casas: 330m²
Área total do terreno: 4896m²



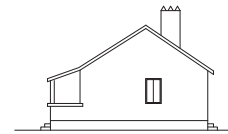
- 1. Quarto
- 2. Cozinha
- 3. Refeições
- 4. Sanitários
- 5. Varanda



Alçado frontal

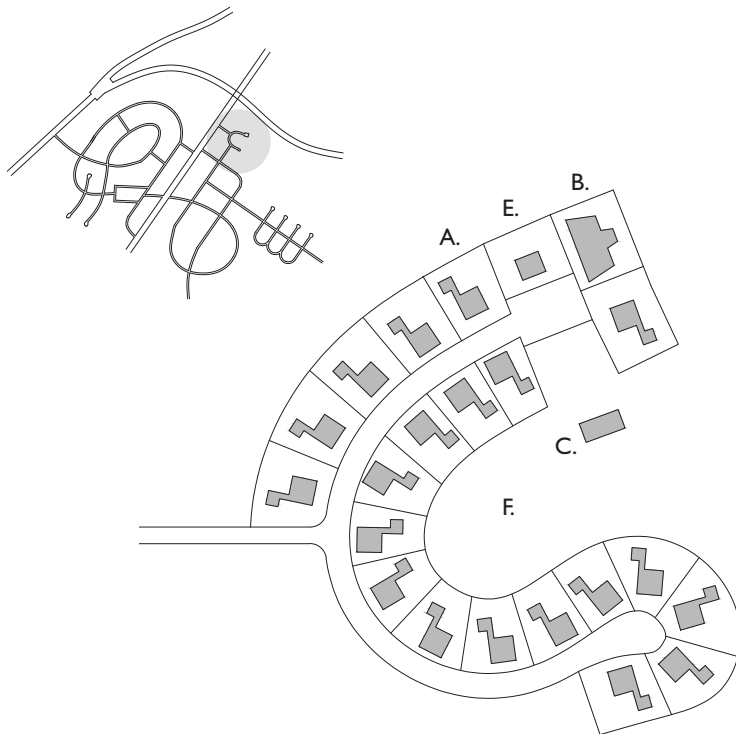


Alçado posterior

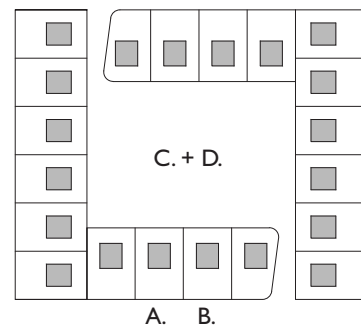


Alçado lateral

Habitações para Indígenas, Musseque Prenda, 1950



- A. Casa tipo A
- B. Casa tipo B
- C. Escola
- D. Lavadouro
- E. Capataz
- F. Parque Verde

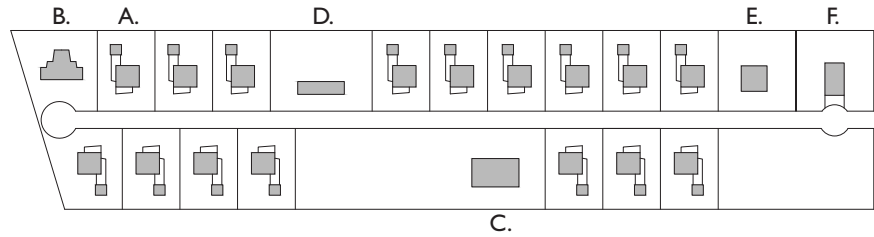


[Morais Amado e Vasco Vieira da Costa, 02.1950]
Área total do terreno: 7500m²

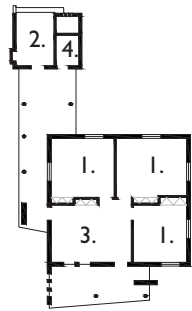
[Morais Amado, 09.1950]
Área total do terreno: 10.000m²

Bairro Indígena da Diamang, Estrada de Catete
 [Morais Amado, 1951]

- A. Casa tipo A
- B. Casa tipo B
- C. Escola
- D. Lavadouro
- E. Posto de Saúde



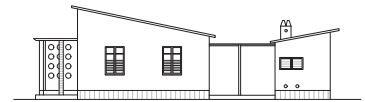
- 1. Quarto
- 2. Cozinha
- 3. Sala comum
- 4. Sanitários



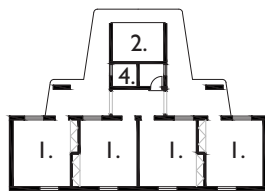
A. Casa tipo A



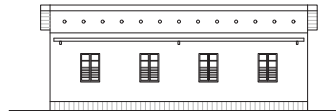
Alçado frontal



Alçado lateral



B. Casa tipo B

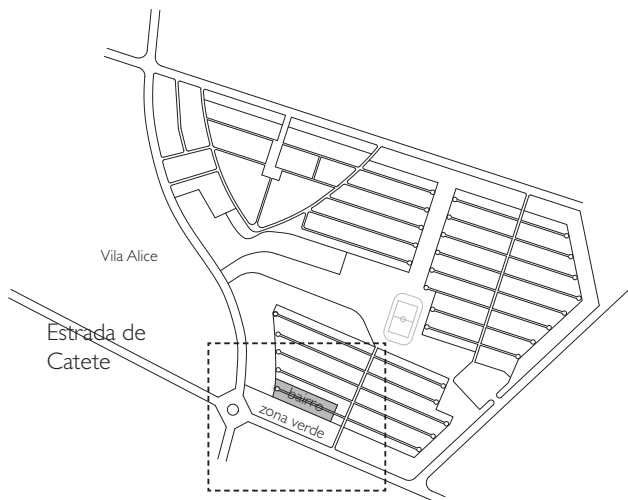


Alçado frontal



Alçado lateral

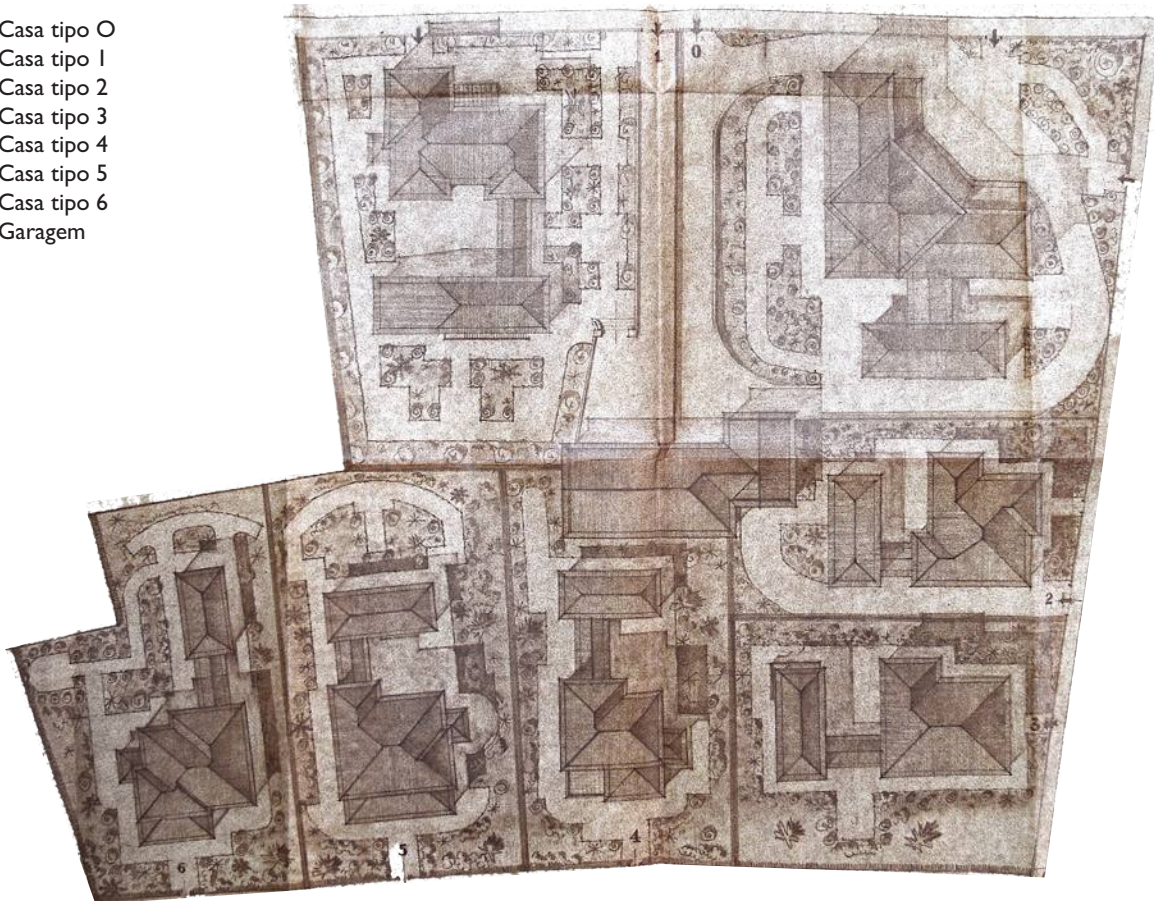
Área total do terreno: 10.500m²



[185] Localização do Bairro Indígena, junto à Estrada de Catete
 [Google Earth, 2023]

Bairro da Representação da Diamang, Miramar
[Morais Amado, 1951]

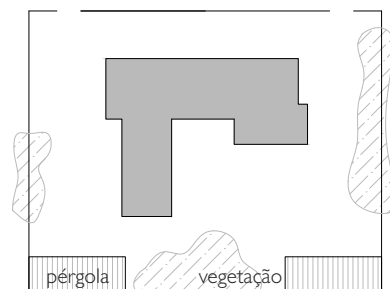
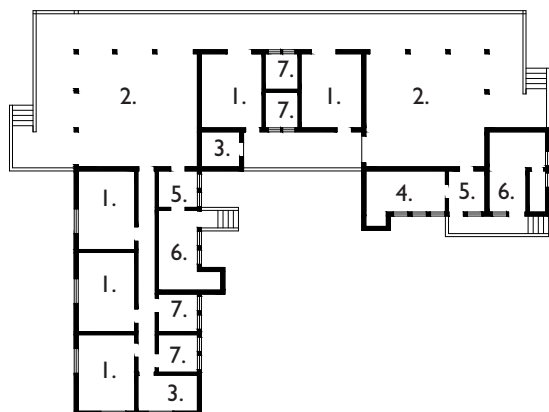
- Casa tipo 0
- Casa tipo 1
- Casa tipo 2
- Casa tipo 3
- Casa tipo 4
- Casa tipo 5
- Casa tipo 6
- Garagem



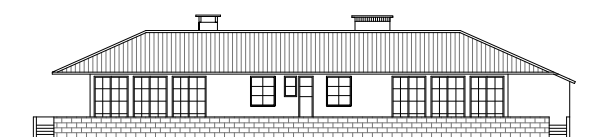
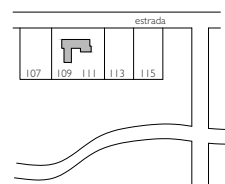
[186] Bairro de Representação, Planta de jardins (OMES), 1954
[187] Grupo de casas tipo VI,V, IV e III, 1954
[Construções em Luanda, UC/AD]

Casa tipo de fim de semana da Diamang
[António Martins, 1949]

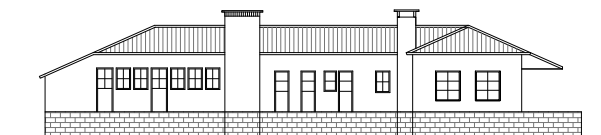
área do lote: 1540m²



oceano



alçado frontal



alçado posterior

- 1. Quarto
- 2. Sala
- 3. Arrumos
- 4. Cozinha
- 5. Copa
- 6. Guarda
- 7. WC



[188] Casa da Ilha: recinto do campo de jogos, 1954

[189] Casa da Ilha: recinto do campo de jogos, 1954

[Construções em Luanda, UC/AD]

– Tradição: contra os “maníacos da linha recta”

“O pior que se observa nesta subversão da antiga Luanda é a ausência, entre nós, de um verdadeiro espírito colonial, a ignorância da história pátria e o desprezo da tradição. Era tão fácil harmonizar a Luanda antiga com as novas exigências do progresso bem compreendido! Mas foi o contrário o que se fez. Entregou-se a velha cidade de São Paulo da Assunção (São Paulo para os musseques e suprimida a Assunção pela impossibilidade da sua representação em cimento armado) de pés e mãos ligados aos ‘urbanizadores’, a quem eu chamo ‘os maníacos da linha recta’, aos ‘construtores’ que, da mesma geração dos primeiros, enxertaram a ‘ortopedia’ e as ‘redes de pesca’ na construção civil, e se entregaram a outros desvarios, abrindo portas que parecem janelas e janelas que de facto são portas, reproduzindo no desenho geral dos prédios formas do mais avançado ‘cubismo’ e do mais disparatado ‘picassismo’, a ponto de se poder afirmar que, exceptuadas algumas construções do Estado (que se não esqueceu do que deve a si próprio), as novas construções do Luanda são, em grande parte, ‘um mostruário abracadabrante de imbecilidades arquitectónicas’. E os pintores, para não ficarem atrás dos urbanizadores e construtores aplicaram cores das mais espampanantes tonalidades, que vão desde o azul celeste à cor da icterícia ou do vômito negro. Tudo ausência de cultura, excesso de exibicionismo, do superficial e do espectacular.”

– Ernesto de Vilhena, Jantar do Governador Geral em Luanda, 1957¹¹³²

O discurso de Ernesto de Vilhena junto do Governo Geral de Luanda, no final de Abril de 1957, deixou evidente o seu posicionamento a respeito da expansão urbana e arquitectónica da capital de Angola. O administrador da Diamang tinha proposto discutir o assunto, que dizia ser “de mais alto interesse nacional”, e não foi moderado nas críticas: as novas construções da cidade, que classificou como “um mostruário abracadabrante de imbecilidades arquitectónicas”, estariam a “subverter a Luanda antiga”, transformada num “espectáculo cómico”. A culpa deste cenário era apontada aos vários técnicos participantes no processo edificatório, dos “urbanizadores”, aos construtores e pintores, que revelavam “ausência cultural” e “excesso de exibicionismo. Por outro lado, a “especialização excessiva” que, na sua opinião, valorizava os cálculos de engenharia em detrimento do bom português dos relatórios, era considerada um erro grave, também porque contribuía para as análises superficiais e repentinas que tinham sido feitas sobre a expansão da cidade. Luanda estaria então a tornar-se uma “má cópia” de outras “cidades modernas” que “nada representam”. Algumas das suas casas de praia podiam ser comparadas a “gaiolas de grilos”, enquanto os prédios mais recentes exibiam formas “do mais avançado cubismo e do mais disparatado picassismo”. Vilhena esclarecia não se opor ao “progresso bem compreendido”, mas queria harmonizá-lo com a “cidade multissecular”, não sendo isso que observava¹¹³³. As suas preocupações não eram apenas de natureza estética: para rematar,

¹¹³² Discurso de Ernesto de Vilhena, 28 de abril de 1957. *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.

¹¹³³ *Idem*.

alertava para a importância do edificado – a que chamou “manifestações históricas materiais da colonização” – na manutenção dos “processos históricos e tradicionais de relações inter-raciais”, ou seja, da ordem imperial que começava a ruir nos países vizinhos.

O administrador da Diamang comunicava com a confiança resultante do percurso edificatório da companhia em Luanda. Ao longo da década anterior, a empresa tinha afirmando a sua presença na capital de Angola não só através dos bairros residenciais, mas também de dois importantes edifícios de “representação”: a Casa de fim de semana na Ilha do Cabo e os Escritórios na Rua de Avelino Dias. Os projectos, objecto dos próximos parágrafos, abrem duas frentes temáticas: por um lado, permitem acompanhar novos programas e actores nas práticas espaciais da Diamang; por outro, levantam questões sobre a aparente tirania do moderno que se vivia em África, tal como denunciou Vilhena, ao mesmo tempo que permeiam questões sobre práticas e discursos patrimoniais.

Casa de fim de semana na Ilha de Luanda

A Ilha do Cabo – também conhecida como ilha de Luanda – sempre teve um papel fundamental no espaço da capital de Angola. Com uma extensão de sete quilómetros e formando uma larga baía, este cordão de areia foi amiúde uma linha crítica nos momentos de organização da cidade. Mediante o crescimento urbano na década de 1940, a ilha passou a ser considerada um lugar idílico, destinado ao turismo e ao repouso das classes mais altas. As “potencialidades turísticas e de lazer” desta dita “ilha das riquezas”, por nela se encontrar uma “esplêndida estância balnear, de frescura e recreio”, com águas calmas, vegetação e um Clube Náutico¹¹³⁴, seriam evidenciadas na propaganda colonial¹¹³⁵. De acordo com as notas de Álvaro Morna, erguiam-se “graciosos chalés” num “dos pontos mais pitorescos dos subúrbios, centro de turismo e praia de banhos”¹¹³⁶. Construir na Ilha de Luanda era um privilégio e os vários actores coloniais sabiam-no. Entre os quadros da Diamang comentava-se que “quase todos os terrenos da parte norte da Ilha já estão cedidos, o que mostra o interesse manifestado pela população por aquele local com o fim evidente de recreio”¹¹³⁷. Por isso, com o objectivo de concorrer àquele lugar de lazer, a empresa foi célere a materializar o seu próprio projecto, no último trimestre de 1948.

Os administradores da Diamang em Luanda diziam-se então “curiosos das construções”¹¹³⁸ e, de facto, demonstravam atenção à evolução do panorama edificatório na cidade. Nesse mesmo ano, o GUC tinha lançado projectos para uma série de moradias “tipo fim de semana” para veraneio dos funcionários coloniais. O programa esperava combater a “dureza do clima”, permitindo proveito de férias e períodos de descanso. Um dos lugares indicados para implantação daquela tipologia era precisamente a Ilha do Cabo¹¹³⁹.

¹¹³⁴ O Clube Náutico da Ilha de Luanda foi fundado em 1924, então com o nome de Clube Desportivo Nun’Alvares.

¹¹³⁵ Ver, por exemplo, documentário “Ilha de Luanda”, de 1961, na série “Portugal de Além-Mar”, RTP1.

¹¹³⁶ Morna (1944). *Angola...*, p. 186.

¹¹³⁷ Carta de Mário Costa para Ernesto de Vilhena, 5 de fevereiro de 1949. *Construções em Luanda*, 1949. UC/AD.

¹¹³⁸ Carta de Mário Costa para Ernesto de Vilhena, 25 de abril de 1950. *Construções em Luanda*, 1949. UC/AD.

¹¹³⁹ Moradias “tipo fim de semana”, assinadas pelo Arquitecto Luís Coelho Borges. Ministério das Colónias, Gabinete de Urbanização Colonial [AHU, OP7979]. A Ilha de Luanda foi uma das localizações escolhidas para a implantação destes

António Ribeiro Martins foi o técnico escolhido pela companhia para avançar com o processo, em simultâneo com a primeira proposta para o Bairro Indígena, como vimos. A futura Casa de Fim de Semana da Diamang deveria reciclar material do pavilhão, vindo de Lisboa, assim como dos carros alegóricos utilizados nas referidas comemorações do Tricentenário na cidade. Uma vez que o armazenamento destes elementos era oneroso e a época das chuvas chegaria breve, impôs-se uma obra rápida. Em dois lotes contíguos, numerados 109 e 111, com frente para o mar, num total de 2.800m², entretanto adquiridos pela empresa, o técnico propôs uma “moradia de representação”, com um salão e dois quartos de visitas, e uma “casa gémea” para empregados, mais pequena, com duas salas e quatro quartos. Ambos os edifícios seriam totalmente circundados por varandas e no terraço foram previstos depósitos para recolha das águas pluviais. Fazendo eco do processo de “urbanidade” em curso na Lunda, as principais exigências de Lisboa foram a respeito da envolvente, valorizando a imagem exterior: o jardim deveria ser “embelezado” com palmeiras, pérgolas com colunas de pedra, traves de madeira, trepadeiras e mobiliário de ferro¹¹⁴⁰.

Quando comparado com as propostas do Gabinete, o plano inicial de Martins ganhava destaque pelas dimensões generosas de todos os compartimentos, na evidente tentativa de enfatizar a capacidade material, política e económica da empresa, tal como no bairro de Miramar. Contudo, o orçamento global para duas casas resultava num valor demasiado elevado, até mesmo para as ambições de “ projecção” da Diamang¹¹⁴¹. A administração decidiu então avançar numa proposta mais contida, concentrada num único edifício e num único lote de 1500m², prescindindo do segundo terreno. As indicações foram mais precisas e assinadas directamente por Ernesto de Vilhena: uma casa que “sirva de base ou apoio ao Representante, Representante-Adjunto, Adjunto, empregados e famílias, quando queiram passar o dia na ilha, regressando à noite às suas casas”, com “duas salas-varandas, suas cadeiras, chaises-longues, com mesinhas para chá e refeições; duas cosinhas [sic] de tipo prático e correspondentes copas; quartos de vestir, e três ou quatro W.C. com duche; arrumações”. Para o exterior, manteve-se o pedido de um “aspecto geral leve e prático, pérgola coberta com vegetação, jarras para flores”¹¹⁴². Tal como na Lunda, e “por todas as razões e pela categoria dos visitantes”, não se admitia uma construção de “aspecto, materiais e acabamentos inferiores”¹¹⁴³. Entende-se, portanto, que a Casa da Ilha deveria ser excepcional na sua aparência, sobretudo perante as restantes moradias que por ali se erguiam.

O programa finalmente aprovado cumpriu na íntegra com as indicações de Vilhena. A Casa de fim de semana da Diamang oferecia duas salas amplas, de canto, com vista sobre o oceano, que articulavam duas alas privadas, num total de cinco quartos, com respectivas instalações sanitárias e apoiados por cozinhas, copas e um quarto para o guarda. De acordo com a memória descritiva, elaborada pelos

edifícios. Ver Milheiro (2012). “Casa portuguesa?...”

¹¹⁴⁰ Carta..., 25 de abril de 1950. *Construções em Luanda*, 1949. UC/AD.

¹¹⁴¹ As casas inicialmente projectadas por Martins foram orçamentadas em 230 contos cada, superando largamente as expectativas orçamentais da empresa, que inicialmente apenas queria umas “casas de lusálie”. A este valor haveria que somar as taxas anuais de ocupação dos terrenos, em harmonia com a “tabela especial de licenças da Ilha de Luanda”, publicada no Boletim Oficial, nº 14, de 4 de abril de 1936: 1,50 angolares por cada m² de área coberta e 0,50 angolares por cada m² de área descoberta. Correspondência, 5 de fevereiro de 1949. UC/AD.

¹¹⁴² Correspondência entre Vilhena e Mário Costa, 28 de fevereiro de 1949. *Construções em Luanda*, 1949. UC/AD.

¹¹⁴³ Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Mário Costa, abril de 1950. *Construções em Luanda*, 1950-51. UC/AD.

serviços da companhia, a lógica distributiva do projecto, com planta em L, teve como princípio assegurar entrada independente às diversas zonas da casa, garantindo sobretudo o isolamento das cozinhas, viradas para o interior do lote. A varanda coberta, exclusiva do alçado principal, frente ao mar, foi considerada “absolutamente indispensável, quer como prolongamento da sala de estar, quer como elemento de protecção contra raios solares”. O tecto desta estrutura, em materiais leves, foi terminado com “furos de ventilação para arejamento completo da caixa de ar do telhado”, revelando preocupação com questões climáticas. A relação entre o interior e o exterior foi ainda trabalhada pelas portas de correr, que, podendo encostar-se todas a um canto, permitiriam um “desafogo óptimo a toda a casa”. Na parte posterior do terreno, do lado da baía, ergueram-se pérgolas para estacionamento automóvel¹¹⁴⁴.



[190] Casa tipo “fim de semana” na Ilha de Luanda, 1951
[Construções em Luanda, 1950-51, UC/AD]

A construção, em alvenaria de tijolo e telha tipo marseilha, foi adjudicada ao mestre de obras José Bértolo Ferreira, após análise de vários orçamentos. Cumprindo com o prazo previsto, a sua conclusão celebrou-se em Junho de 1950. Ao longo das décadas seguintes, a Casa da Ilha recebeu centenas de convidados ilustres, mas não servia ainda todas as aspirações da companhia.

Escritórios da Representação na Rua de Avelino Dias

Os Escritórios da Representação da Diamang, situados num gaveto entre a Rua de Avelino Dias (actual Rua Friedrich Engels) e a Rua Cerveira Pereira, no Bairro dos Coqueiros, na zona baixa de Luanda, foram concluídos em Dezembro de 1960¹¹⁴⁵. O conjunto, que ficou conhecido como

¹¹⁴⁴ “Projecto de uma casa de fim de semana que a Diamang deseja construir na Ilha de Luanda”: desenhos à escala 1/100 e memória descritiva. UC/AD.

¹¹⁴⁵ Cf. “Certificado de Habitabilidade” – Instalações da Diamang (escritórios), no gaveto das Ruas Avelino Dias e Cerveira Pereira, de 22 de Dezembro de 1960, pela Delegacia de Saúde de Luanda.

“Casa Setecentista”¹¹⁴⁶ – e que é hoje o Museu Nacional de Antropologia de Angola –, resultou do restauro e ampliação de uma antiga casa nobre, através da intervenção dos arquitectos Vasco Regaleira e Fernando Batalha. O conjunto compõe-se por dois edifícios, ambos com dois pisos, à volta de um amplo pátio exterior. Os próximos parágrafos estudam este projecto e reforçam uma série de questões que temos vindo a explorar: dificuldades na construção em Luanda, conflitos entre arquitectos, imposições da burocracia camarária, várias perspectivas da sociedade e técnicos locais sobre a salvaguarda do património edificado e a relação deste processo com a afirmação de uma linguagem “moderna”, assim como o peso da imagem que a Diamang quis afirmar.



[191] Aspecto de conjunto da casa nobre setecentista restaurada pela Diamang, 1966
[Batalha (1966). *Uma casa setecentista...*]

Segundo Batalha, no eloquente opúsculo que dedicou à obra, os escritórios da companhia foram o maior exemplo em Luanda, à época, de boas práticas patrimoniais e “colonizadoras”, entendidas como auxiliares. O arquitecto considerou a “graciosa edificação” como um “valioso repositório de elementos arquitectónicos e construtivos que caracterizam e dão personalidade étnica ao nosso património cultural”; e, por isso, um “padrão real da nossa acção civilizadora em Angola, uma obra-expoente da nossa arte e da nossa técnica das centúrias passadas, um modelo da nossa arquitectura e da nossa integração no meio local”¹¹⁴⁷. Os elogios foram múltiplos, revelando o apreço concedido à iniciativa da Diamang: “gesto altruísta”, “alto serviço”, “caso singular”, “sem precedentes e até mesmo insólito, no meio angolano”, onde as únicas situações de salvaguarda tinham partido do Estado e eram limitadas a poucos edifícios religiosos e militares.

Ao arrepio da rapidez que configurou a Casa da Ilha, o processo durou várias décadas. Perto da conclusão dos bairros residenciais, em finais de 1953, na imprensa local “estranhava-se, e com razão, que estivesse a companhia a construir modernos bairros para os seus empregados europeus e nativos

¹¹⁴⁶ Fernando Batalha (1966). *Uma casa setecentista de Luanda*. Luanda: Edições SPAL.

¹¹⁴⁷ Idem.

e continuasse a manter os seus importantes escritórios de Luanda em velhas instalações de uma casa alugada”¹¹⁴⁸. Não tardaria para que a Diamang encontrasse solução para o problema, com vários pontos de exclamação, mas, para já, cumpre entender o início deste percurso.

A vontade de criar um espaço considerado “digno” para o ofício da empresa em Luanda estava sinalizada desde 1922. De passagem na capital de Angola, Vilhena notou que a habitação da PEMA na Avenida Salvador Correia era “deprimente”¹¹⁴⁹. A aquisição de um edifício, em meados da década de 1930, na Calçada de Santo António, tinha melhorado a situação; e aquele veio a afirmar-se como Casa de Representação da companhia, com vários salões de festa, quartos, campos de ténis e uma estufa. Brandão de Melo, instalado na cidade com a família, elogiou a nova residência “espaçosa e agradável”. Todavia, não “suficientemente boa para receber hóspedes de categoria”: na avaliação do coronel, faltava-lhe “aquele conforto de *chez soiz* que se sente no Dundo ou num hotel como o Terminus do Lobito”¹¹⁵⁰. O requisito da aparência já era decisivo: a “impressão geral” dava conta de uma casa “muito pequena e menos que modesta para uma companhia como a Diamang”.

Ao longo dos anos seguintes, foram propostas várias remodelações, entre as quais a construção de torreões e jardins, assim como a compra de terrenos anexos para edificar dois apartamentos, mas sem que nada avançasse. Seria preciso chegar a 1947, com o aproximar das comemorações do Tricentenário em Luanda, para que o arquitecto Morais Amado fosse contactado para avançar com o projecto, encetando ali a sua colaboração com a empresa¹¹⁵¹. Em sintonia com a anterior crítica de Melo, os agentes na cidade diziam que a falha era agravada pela falta de correspondência com “esmerada” fisionomia dos centros urbanos da Lunda¹¹⁵². Ou seja, era evidente a ambição de tornar o cenário em Luanda “consonante” que a urbanidade promovida na zona das explorações.

Para além desta concretização, a Diamang tinha outro objectivo já bem definido: “dotar a cidade de um edifício que prolongue, no capítulo das construções, tradição que profundamente sentimos, admiramos e respeitamos”¹¹⁵³. Neste sentido, os futuros Escritórios da Representação na capital deveriam impor-se, “como aliás é característica das casas portuguesas da época, pelo andar nobre, com varandas, largas portas de dois batentes (...), pela linha de cobertura, resultante do emprego dos

¹¹⁴⁸ “Luanda monumental”. Jornal *O Comércio*, 9 de dezembro de 1953.

¹¹⁴⁹ A PEMA estava instalada num primeiro andar de um edifício da firma Mendes Valadares, em frente ao quartel da polícia de Luanda. A posterior mudança para a sede da Fogerang, junto ao Largo da Mutamba, tinha melhorado a situação, mas sem a resolver. Correspondência de Ernesto de Vilhena, 27 de abril de 1922.

¹¹⁵⁰ Correspondência entre Brandão de Melo e Ernesto de Vilhena, 8 de julho de 1937. *Direcção Administrativa: Construções em Luanda, 1935-1948*. UC/AD. Referência ao Hotel Terminus, inaugurado no início do século XX, no Lobito, Angola. Iniciativa da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, com projecto do arquitecto Rodrigues de Lima e do engenheiro Gonçalo Cabral. Ver “Lobito” [Portal HPIP: <https://hipip.org/pt/contents/place/284>].

¹¹⁵¹ Morais Amado trabalhou largos anos no projecto de remodelação da Casa de Representação. No entanto, a Diamang nunca mostrou apreço pelo trabalho do arquitecto. Leia-se, por exemplo, na correspondência entre Mário Costa e Júlio de Vilhena: “Chamei o Arquitecto Amado, conversámos sobre o assunto [projecto da casa]. O Arquitecto não me pareceu ter grandes ideias. De grande, só lhe notei a falta de gosto...”. Correspondência particular, 24 de maio de 1948. UC/AD.

¹¹⁵² A dois meses das comemorações do Tricentenário, era visível preocupação: as propostas de Amado não tinham ainda saído do papel e a casa da companhia era considerada “desoladora” e desadequada para receber os importantes convidados que em breve chegariam à cidade. O interior estava desabitado, a precisar de urgentes reparações, os jardins abandonados e campo de ténis em mau estado. Correspondência entre Mário Costa e Ernesto de Vilhena, 1 de julho de 1948. *Direcção Administrativa: Construções em Luanda, 1935-1948*. UC/AD.

¹¹⁵³ Correspondência entre a Diamang e a CML, 6 de janeiro de 1954. UC/AD.

curiosos e engraçados telhados parciais [característicos de Luanda]”. A esta escolha de “estilo”, a empresa dizia estar “implícita uma homenagem à ocupação dos portugueses”¹¹⁵⁴.

Em 1944, celebrou-se um aparente primeiro passo: a 25 de Abril desse ano, representantes da empresa tinham assinado a aquisição de um terreno na Avenida Marginal para os escritórios¹¹⁵⁵. O lote era anexo ao talhão do Banco de Angola¹¹⁵⁶, cujo chumbo do projecto inicial deixara livre aquela parcela com cerca de 6000 m², numa artéria urbana relevante e central. De imediato, o arquitecto Vasco Regaleira, também autor do projecto do Banco, foi contratado para ali desenhar a obra da Diamang, antecedendo a proposta que fez para o Bairro em Miramar. No entanto, após a encomenda do Plano de Urbanização a Etienne de Groer e Moreira da Silva, em 1942, a cidade estava em acelerado crescimento – espelhado em inúmeros processos de compra e venda de lotes, demoras burocráticas, escalada de preços e falta de técnicos para assegurar os vários pedidos de obra –, frustrando as aspirações da companhia.

O processo foi retomado apenas em 1951, revestindo-se de novidades incómodas, à semelhança do que sucedia nos bairros residenciais. Neste âmbito de “representação”, porém, os obstáculos não eram de localização, mas antes estilísticos. Por imposição do novo plano para a cidade, já da autoria dos técnicos do GUU¹¹⁵⁷, os edifícios contíguos teriam de conciliar estilos; e o já aprovado “pórtico de arquitectura moderna, isto é, com colunas e verga recta” do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio na Avenida Marginal obrigava futuros edifícios a seguir linguagem idêntica, em confronto com a estética solicitada pela Diamang. As “características puramente tradicionais” do projecto de Regaleira foram avaliadas pelo município como “absolutamente incompatíveis” com a harmonia prevista para o largo. Não foi possível ter acesso à proposta, mas cumpre sublinhar a referência: os protagonistas apresentaram-na como um plano inspirado na Casa de Sobrado da Rua de Avelino Dias, então classificada como imóvel de interesse público¹¹⁵⁸ – ou seja, precisamente aquela que a Diamang iria adquirir e transformar anos mais tarde.

A apreciação foi ditada pela Comissão de Estética da Câmara Municipal de Luanda, órgão público “meramente consultivo”, mas que exerceria peso nas decisões camarárias (sobre o qual está ainda por conhecer o impacto na gestão urbanística de Luanda¹¹⁵⁹). Nesta estrutura estavam reunidos o Engenheiro Azevedo Noura, chefe da Divisão de Estudos e Construção da Direcção dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, o Engenheiro Eurico Gonçalves, chefe da Repartição

¹¹⁵⁴ *Relatório dos Administradores da Companhia de Diamantes de Angola*, 1950.

¹¹⁵⁵ Ofício 374/44/ADM, dirigido ao Director do Serviço de Fiscalização das Obras do Porto de Luanda. Carta de para Ernesto de Vilhena, 13 de outubro 1947. “Direcção Administrativa: Construções em Luanda” 1935-1948. UC/AD.

¹¹⁵⁶ O edifício do Banco de Angola foi projectado por Vasco Regaleira e concluído em 1956.

¹¹⁵⁷ “Plano Geral de Urbanização de Luanda”, 1950-1952, GUU, sob a coordenação de João de Aguiar.

¹¹⁵⁸ Portaria nº 7534, publicada no Boletim Oficial de Angola, nº 30, 1 de agosto de 1951, após proposta da Comissão de Monumentos Nacionais: “Tem a cidade de Luanda assistido ao desaparecimento de antigos e belos exemplares da arquitectura portuguesa que lhe emprestavam carácter inconfundível e testemunhavam a nobreza da sua tradição como baluarte de colonização europeia em África. Entre os exemplares poupados à usura do tempo e não vitimados por infelizes mutilações, destaca-se prédio na esquina da rua Avelino Dias com a rua de Cerveira Pereira, pelo equilíbrio e sobriedade da sua traça arquitectónica, dos mais belos exemplares das casas de sobrados do século XVIII”.

¹¹⁵⁹ Este é um tema que merece ser aprofundando em pesquisas posteriores, não só pelo possível impacto na evolução das opções arquitectónicas tomadas em Luanda como pelos paralelos que se possam estabelecer com as estruturas semelhantes que então operavam em Portugal (ver nota seguinte).

dos Edifícios e Monumentos Nacionais da Direcção dos Serviços de Obras Públicas, Sousa Vales, vereador e gerente da Sociedade de Comércio e Construções, e dois homens bem conhecidos da Diamang: Vieira da Costa, entretanto promovido a “arquitecto urbanista” da estrutura camarária – depois de ter participado enquanto tirocinante no projecto para o Bairro indígena da companhia, como explorámos –, e António Martins, autor da Casa da Ilha.

A Comissão (ou Conselho), cuja estrutura e objectivos parecem ter sido semelhantes a organismos homónimos que então trabalhavam em Lisboa e no Porto¹¹⁶⁰, aprovou rapidamente as moradias de Regaleira em Miramar, mas o “estilo tradicional” do edifício de escritórios na Avenida Marginal seria impossível de aceitar. Para a discussão tinham sido pedidos pareceres à grande maioria dos arquitectos a exercer em Luanda, numa deliberação que reflectiu a relevância que também ali a Diamang conquistava como agente de transformação da cidade. Nas considerações assinadas por João Garcia Castilho, Morais Amado e João António de Aguiar, foi referido o “título excepcional [da convocatória], visto tratar-se de um conjunto devida e criteriosamente estudado”¹¹⁶¹. Contudo, nada se alterou: caso fosse para persistir naquela via, aconselhou-se a Diamang a escolher outro local, dando “preferência a um talhão isolado para não acarretar problemas de conjunto”¹¹⁶².

Em Outubro de 1953, a companhia deu a busca como perdida¹¹⁶³; mas, com surpresa, nos últimos dias do ano chegaram boas notícias a Lisboa, sublinhadas com pontos de exclamação: vagavam dois lotes na zona baixa e nobre da cidade, junto ao Largo Infante D. Henrique, sendo um deles lugar de implantação da Casa de Sobrado estimada pela Diamang¹¹⁶⁴. A aquisição foi rápida e Vasco Regaleira continuou ao leme do projecto, pedindo a contratação de um técnico local “muito competente e sério”. Este contacto serviria não só para a elaboração de minuciosos desenhos de apoio ao processo¹¹⁶⁵ – tido como um trabalho de “grande pormenorização e exactidão, porquanto se trata de uma reintegração de grande responsabilidade” – como para acompanhamento posterior da obra¹¹⁶⁶. Devido ao rigor necessário à “representação”, Morais Amado, até então cúmplice da companhia neste tipo de

¹¹⁶⁰ A *Comissão de Estética da Cidade do Porto*, depois *Conselho de Estética Urbana*, operou entre 1913 e 1979 (com remodelações em 1934 e 1946) e “tinha por funções o exame e informação, sob o ponto de vista estético e da sua integração no plano geral de urbanização, de todos os projetos de construção ou modificação de fachadas de edifícios, e de outros projetos acerca dos quais a Câmara ou o Vereador do Pelouro das Obras solicitassem um parecer”. Ver *Arquivo Municipal do Porto*, “Serviços Produtores”. Em Lisboa, o *Conselho de Estética Cidadã da Câmara Municipal* foi criado em 1933 e deveria “emitir parecer sobre os problemas gerais de estética urbana e sobre as questões relacionadas com as transformações a realizar na cidade de Lisboa, de forma a evitar quaisquer atentados à arte, à tradição ou à história da capital”. Ver Helena Elias (2006). “Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)”. Tese de doutoramento. Universidade de Barcelona. Curiosamente, Henrique Quirino da Fonseca, pai do engenheiro Quirino da Fonseca, da direcção técnica da *Diamang* na Lunda, é apontado como arquitecto chefe da repartição de estética de Lisboa.

¹¹⁶¹ Idem.

¹¹⁶² “Parecer do Conselho de Estética da cidade de Luanda”, por Eurico Gonçalves Machado, 21 de novembro de 1951.

¹¹⁶³ Dizia-se que na zona baixa de Luanda, local nobre por excelência, a “tendência” era para construir edifícios de vários andares, ao mesmo tempo que começavam a escassear os lotes livres.

¹¹⁶⁴ Carta de Mário Costa para Ernesto de Vilhena, 22 de dezembro de 1953. UC/AD.

¹¹⁶⁵ Regaleira solicitou “planta de localização, planta topográfica e levantamento do existente: alçados, cortes, planta do sobradinho e telhados, pormenorização rigorosa das sacadas, janelas, portadas, cimbalhas e pilastras (para efeitos de reintegração), desenho do ferro das sacadas e carpintarias, e uma série de fotografias interiores e exteriores elucidativas de pormenores”. UC/AD.

¹¹⁶⁶ Vasco Regaleira chegou a visitar o local da obra em maio de 1954, mas não poderia garantir acompanhamento.

trabalhos, foi afastado por ser considerado “pouco capaz”¹¹⁶⁷. Em alternativa, a Diamang contratou Bernardino Augusto Gomes, topógrafo e desenhador da Câmara Municipal.

O projecto de Regaleira cumpriu com a visão da Diamang. A relevância da imagem seria óbvia, pelos repetidos desenhos das fachadas. As alterações ao edifício principal foram mínimas e resultaram apenas na transformação de alguns vãos de sacada em janelas de peito, no rés do chão. No terreno anexo, a construção existente foi demolida¹¹⁶⁸ e deu lugar a um corpo em L, que reproduziu a composição simétrica da casa de sobrado existente. Foi acrescentada uma arcada coberta para circulação exterior, sobre o pátio.

A proposta foi aprovada por “unanimidade” pelo Conselho de Estética, em Abril de 1954¹¹⁶⁹, mas apenas após um intenso jogo de relações públicas por parte da Diamang, que revelou o clima de debate face às opções arquitectónicas e estilísticas em Luanda, como veremos em seguida. Foi nestas circunstâncias que a companhia contactou o arquitecto Fernando Batalha para acompanhar a decurso da empreitada, numa escolha que seria também uma tomada de posição da empresa. Segundo Vilhena, Batalha era um simpatizante da “Luanda antiga” e ocupava “o primeiro lugar entre os defensores da sobrevivência dos edifícios da época colonial, pela qual a companhia batalha também”¹¹⁷⁰.

Fernando Batalha¹¹⁷¹ chegou a Angola em 1935, onde manteve actividade profissional até 1991. Profícuo na escrita sobre a urbanização da colónia, deu à estampa inúmeras obras que reflectem o seu intenso percurso de estudo e defesa do património angolano¹¹⁷². À data do primeiro contacto com a Diamang, Batalha não tinha integrado ainda a Comissão dos Monumentos de Angola (tal viria a acontecer em 1962), mas pautava já o seu trajecto pela defesa da tradição. Foi com evidente entusiasmo que recebeu a encomenda da companhia¹¹⁷³. O potencial do envolvimento das grandes empresas nos processos de salvaguarda suscitava-lhe grande interesse. Com outros pares, discutiu a instrumentalização do poder económico privado e da sua projecção dentro da malha imperial em benefício de mudanças na opinião pública quanto às questões patrimoniais¹¹⁷⁴.

¹¹⁶⁷ Carta de Sílvio Guimarães para Ernesto de Vilhena, 8 de maio de 1954. UC/AD. O pedido de afastamento de Morais Amado foi feito directamente por Vasco Regaleira.

¹¹⁶⁸ Prédio adquirido a Francisco José Lavador e demolido pela Diamang em 1957.

¹¹⁶⁹ Parecer do Conselho de Estética proferido em sua sessão de 5 de maio de 1954, sobre o Ante-projecto do edifício da Companhia de Diamantes de Angola, assinado pelo Engenheiro Presidente Luis Filipe Colaço. Apenas com ressalvas sobre o devido afastamento ao edificado adjacente: pede que “o corpo lateral esquerdo fique separado da construção vizinha por uma faixa livre *non aedificandi* de dez metros de largura mínima”. UC/AD.

¹¹⁷⁰ Carta de Vilhena para Sílvio Guimarães, 4 de maio de 1961. *Construções em Luanda, 1957-66*. UC/AD.

¹¹⁷¹ Fernando Batalha (1908-2012) cursou arquitectura em Lisboa e urbanismo em Paris. Em Angola chefiou o Gabinete de Urbanização de Benguela (1940-1947), foi delegado do GUC (1950-1955), vogal da Comissão Provincial dos Monumentos Nacionais de Angola e funcionário do Instituto de Investigação Científica do Ultramar, na secção de História e Arqueologia. A partir de 1962 chefiou a Monumentos da Direcção de Obras Públicas e Transportes. Sobre esta última actividade ver Vera Mariz (2014). “Fernando Batalha: a actividade na Comissão dos Monumentos de Angola e a relação com o Brasil”. *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza*. ARTIS, Universidade de Lisboa, pp. 323-330.

¹¹⁷² Destacam-se alguns títulos como “A urbanização de Angola” (1950), “A arquitectura tradicional de Luanda” (1950), “Em defesa do património histórico de Angola” (1963) e “Povoações históricas de Angola” (2008).

¹¹⁷³ Cf. correspondência entre Fernando Batalha e a Diamang, 17 de abril de 1961. UC/AD.

¹¹⁷⁴ Vera Mariz (2014). “Fernando Batalha...”. Cf. nota 23: troca de correspondência entre Fernando Batalha e o Director do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, 1961.

De acordo com Batalha, o edifício a recuperar pela Diamang tinha as “feições arquitectónicas características” da típica “casa luandense”: “frontaria simétrica, geralmente de cinco vãos em cada andar, porta ao centro, duas janelas de cada lado, muito frequentemente enquadradas por pilastras” e “telhado parcelar”, com telha curva, “à maneira portuguesa”. Para além do rés-do-chão e primeiro andar, existia ainda um pequeno pavilhão no segundo andar, muito comum na cidade antiga, conhecido como “sobradinho”; assim como varandas com arcada na fachada posterior, em diálogo com o pátio de serviço. Seria, por isso, reconhecida como “um dos dois ou três mais apreciáveis e requintados espécimes da antiga arquitectura privada de Luanda”¹¹⁷⁵. Apesar de qualificada como imóvel de interesse público pela Comissão dos Monumentos Nacionais na década anterior, a casa tinha sido abandonada devido ao “frenesi especulativo” em Luanda e, em consequência, desclassificada alguns anos depois. Durante o restauro, foram reconstruídos “elementos tradicionais” previamente existentes, entre os quais “dois grandes arcos interiores de suporte às paredes do andar nobre, um pavimento de ladrilhos de bairro, telhados parcelados para cada compartimento, um tecto e um soalho com as traves redondas e as largas tábuas antigas, a estrutura da cobertura numa sala e da varanda com o madeiramento à vista, e o forro de dois tectos com varas de bordão à maneira de Luanda”¹¹⁷⁶. Como resultado, defendeu Batalha, a iniciativa da Diamang tinha vindo “demonstrar, cabalmente, que as velhas construções de outrora podem continuar a servir eficientemente para uma vida moderna”¹¹⁷⁷. A opinião, contudo, não era consensual.

Como referimos, a aprovação do projecto, que coincidiu com uma viagem de Regaleira a Luanda, tinha ficado envolta em controvérsia. Por um lado, a companhia foi alvo de alguns “argumentos tirados de princípios de ordem urbanística e regulamentar”, por parte da própria Comissão de Estética, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento de fachadas e espaço exterior¹¹⁷⁸, que, não obstante desconsiderados, mostram o empenho das entidades técnicas em controlar uma certa imagem “moderna” da cidade. Por outro lado, as opiniões dividiram-se na imprensa local. Se os jornalistas – muitas vezes pagos por empresas como a Diamang, note-se – informavam o conjunto como “um dos mais bonitos e confortáveis bairros residenciais de Luanda, a constituir exemplo para novas iniciativas do género”¹¹⁷⁹, alguns artigos de opinião, ditados por parte da elite colonial luandense, opunham-se à manutenção da “velha paisagem”, defendendo que a cidade não continuasse a ser “uma vilória como muitas da metrópole ou do ultramar”¹¹⁸⁰.

A polémica face ao “património” da paisagem luandense prolongar-se-ia nos anos seguintes e espelhava acertos na legislação para maior envolvimento das autoridades municipais nas missões de salvaguarda nas colónias portuguesas¹¹⁸¹. O discurso de Ernesto de Vilhena, em 1957, que lemos na

¹¹⁷⁵ Batalha (1966). *Uma casa setecentista...*, pp. 5 e 6.

¹¹⁷⁶ Batalha (1966). *Uma casa setecentista...*, p. 12.

¹¹⁷⁷ Batalha (1966). *Uma casa setecentista...*, p. 16.

¹¹⁷⁸ Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Mário Costa, 4 de Maio de 1954. UC/AD.

¹¹⁷⁹ “A Companhia de Diamantes está a construir em Luanda dois bairros importantes para residência dos seus empregados”. *Jornal O Comércio*, 27 de fevereiro de 1953.

¹¹⁸⁰ “As ruas e os largos de Luanda não estão bem delineados”, por José Bordalo. *Jornal O Comércio*, 5 de maio de 1954. Nos dias seguintes o mesmo jornal publicou uma entrevista a Vasco Regaleira, na qual o arquitecto defendeu a “Luanda monumental Setecentista” e apresentou uma proposta para a implementação de urgentes medidas de protecção dos “edifícios de épocas passadas que não podem ser sacrificados ao progresso da urbanização”.

¹¹⁸¹ Cf. Vera Mariz (2016). “A ‘memória do império’ ou o ‘império da memória’: a salvaguarda do património arquitectónico

epígrafe, seria parte activa da discussão. O comandante tinha uma opinião vincada sobre a evolução urbana de Luanda, aqui observada simultaneamente como chave de leitura das opções arquitectónicas tomadas pela Diamang e como um significativo questionamento da recepção do “moderno tropical” na cidade.



[192] Casa adquirida pela Diamang na Rua de Avelino Dias (antes do restauro)
[Construções em Luanda, 1954, UC/AD]

Dados os canais de comunicação privilegiados de Vilhena, a exposição chegou inclusive às mais altas instâncias da política portuguesa. O espanto de Salazar seria notório, alegando julgar que os “pseudo arranha-céus” em construção na capital de Angola – criticados pelo administrador como símbolos do “anti-colonialismo”¹¹⁸² – “faziam modernismo nos terrenos vagos e tinham respeitado a cidade histórica e secular”. Contudo, para o chefe de governo a derrota era evidente; perante “a doença que invade tudo e não poupa nada”, dizia: em Lisboa, “tenho que desistir”; em Angola, seria de questionar a “disposição e a força” do governador para “salvar o que ainda possa ser salvo”. A sua preocupação, importa notar, não era a preservação dos valores estéticos que inquietou Vilhena (e este último estava ciente desta discrepância¹¹⁸³). A angústia política estava relacionada, acima de tudo, com o “remate” feito pelo comandante da Diamang: “o problema da interdependência do sistema de colonização e do carácter das cidades africanas” e consequente ameaça da situação imperial.

Face às condições, Salazar devolveu o pedido de ajuda a Vilhena, solicitando “alguma expansão útil a estas ideias [de salvaguarda]”¹¹⁸⁴. O Administrador tratou de enviar para São Bento vários recortes de

português ultramarino: (1930-1974). Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, pp. 365 e ss.

¹¹⁸² Discurso de Ernesto de Vilhena, 1957. *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.

¹¹⁸³ Nas notas de Ernesto de Vilhena, de 1951, o administrador queixara-se junto de Vasco Regaleira da aparente apatia com que Salazar encarava o panorama de construções no país. A propósito da “falta de senso artístico” que Regaleira via na construção de Coimbra, o chefe de governo teria proposto “um pacto para impôr concepções tradicionalistas no que houvesse se se fazer, de futuro”, ao qual Vilhena respondia: “Cantigas! Era a elle que cabia visita-los a todos e não o tem feito: por desanimo, por timidez, por fraqueza ou já impotencia para impôr a sua vontade?” (Espólio Ernesto Jardim de Vilhena (Herdeiros), cf. Carvalho (2014). “As esculturas...”, p. 305.

¹¹⁸⁴ Carta de Salazar para Vilhena, 29 de maio de 1957. *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.

jornal com notícias sobre a situação no terreno: por um lado, não se conseguia evitar a “destruição do passado”, reportada em vários momentos¹¹⁸⁵; por outro, actores como Regaleira ou o próprio Vilhena desdobravam-se em entrevistas e alertas sobre a preservação patrimonial de Luanda, em títulos de valorização da “Luanda monumental” e “tradicional”¹¹⁸⁶. Sabemos hoje, pelo decurso da história, que a linguagem moderna prevaleceu na construção da cidade – tendo, inclusive, dado origem a um conjunto importante de trabalhos que celebraram estes esforços no campo da arquitectura¹¹⁸⁷; e cujos contornos políticos, sociais e estratégicos começaram, entretanto, a ser questionados¹¹⁸⁸.

Os Escritórios da Representação da Diamang foram inaugurados a 28 de Dezembro de 1961. Devido aos sucessivos confrontos à manutenção do colonialismo português¹¹⁸⁹, sobretudo depois da muitíssimo recente perda das possessões na Índia, a 19 de Dezembro, as instalações foram abertas “discretamente e sem qualquer solenidade”¹¹⁹⁰. Curiosamente, Batalha terminou a sua publicação com um capítulo intitulado “Casa-Museu”, num acertado pronúncio da história. Como referimos, o Museu Nacional de Antropologia de Angola foi fundado precisamente naquele edifício, a 13 de Novembro de 1976, e ainda hoje sobressai na paisagem na zona baixa da cidade¹¹⁹¹.

¹¹⁸⁵ “A destruição sistemática do passado”, *A Província de Angola*, Frederico Cruz; “Dentro de três dias começará a destruição da Casa dos Contos”. *Notas...* 2º. ANTT, PT/TT/CDA/1/02.

¹¹⁸⁶ “Ecos e comentários: Luanda Monumental”, de 8 de maio de 1954, *Jornal O Comércio*; “A defesa do passado dentro da Luanda moderna feita por Mestre Vasco Regaleira”, de 6 de maio de 1954, *Jornal A Província de Angola*; “O arquitecto Vasco Regaleira maravilhado com Luanda não se cansa de louvar os admiráveis progressos da cidade”, de 1 de maio de 1954, *Jornal A Província de Angola*.

¹¹⁸⁷ Fernandes (2005). *Arquitectura e Urbanismo...*; Fernandes (2009). *Geração Africana...*; Fonte (2012). *Urbanismo e Arquitectura...*; Milheiro (2012). *Nos trópicos...*; Tostões (2014). *Arquitectura Moderna...*

¹¹⁸⁸ Domingos (2020). “Arquitecturas coloniais...”; Cruz (2022). “As origens institucionais...”.

¹¹⁸⁹ Pontuado pelas revoltas na Baixa do Cassange, os assaltos a Luanda e a Queixa do Gana junto da OIT.

¹¹⁹⁰ Batalha (1966). *Uma casa setecentista...*, p. 15.

¹¹⁹¹ Em 2015, sem que a investigação sobre a Diamang estivesse sequer pensada, tivemos a oportunidade de fazer uma visita guiada ao Museu de Antropologia em Luanda, a primeira instituição cultural criada em Angola após a independência. O edifício, integrado no Bairro dos Coqueiros, tinha sido alvo de recente projecto de reabilitação.



[193] Parque infantil na Aldeia do Caingági, 1966
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]

3.4. A (des)construção da “fúria psico-social”

“Como se vê, entrou no Sr. Baruch a preocupação pelas ‘working conditions of housing and general treatment of native workers’. Vou responder àquele nosso colega que pode por ‘at rest’ o ‘mind’ do Sr. Baruch. Os nossos indígenas têm tudo aquilo e muito mais.”

– Ernesto de Vilhena, Correspondência confidencial, 1960¹¹⁹²

As preocupações de Bernard Baruch, partilhadas entre Ernesto de Vilhena e Oliveira Salazar, em 1960, deram conta da dimensão internacional da Diamang e das matérias que à época dominaram as instâncias políticas e sociais da empresa. Como vimos em capítulos anteriores, a habitação dos trabalhadores e famílias foi um instrumento fundamental para as operações na Lunda – e é a essa tipologia que voltamos agora, para a inquirir como “arena de contestação” e uma “lente que permite questionar como experiências quotidianas aparentemente insignificantes influenciaram e moldaram questões tão importantes como a reformulação de políticas e ideologias”, tal como recentemente notado a propósito do estudo das políticas de habitação na África colonial¹¹⁹³. Na Lunda, desde os primeiros ensaios de povoamento em 1927 até às manobras de reordenamento de 1972, passando pelos debates políticos e experiências construtivas da década de 1950, a casa esteve continuamente no centro das relações entre a massa laboral e a companhia, incluindo nas mais diversas instâncias com o estado português, o estado colonial em Angola e em conexões imperiais e internacionais.

No início de 1960, o presumido desempenho habitacional excelente (e até excedente) da Diamang, garantido por Vilhena, foi desafiado. As circunstâncias eram particulares, mas interligadas: por um lado, registou-se um forte período de escrutínio, de homens como Baruch ou entidades como a OIT, num mundo cada vez menos colonial; por outro lado, a oposição ao projecto português, por parte de grupos de guerrilha, deu início a um longo conflito pela independência de Angola, alcançada em 1975. Nesta esteira, os debates sobre as condições físicas nas explorações ganharam grande projecção, obrigando a Diamang a novas actualizações tipológicas e construtivas.

A discussão, no entanto, antecedeu esta conjuntura. Para trás ficavam vários anos de encontros, estudos e críticas a respeito das condições de habitação da mão de obra em contextos coloniais. O período de experimentação da década de 1950, analisado na segunda parte, foi precisamente sintoma deste panorama. Neste sentido, a sequência deste capítulo – que começa por interrogar dois episódios, em 1951 e 1953, associados ao escrutínio externo e a ansiedades internas – serve para questionar o grau de ruptura muitas vezes associado a eventos políticos significativos de um modo geral – neste caso, o início da guerra colonial, em 1961, e legislação que lhe esteve associada –, mas nem sempre determinantes (e quase nunca inaugurais) em casos específicos. Se foi notório o impacto

¹¹⁹² “Informações em relação ao grupo americano da Companhia”. Correspondência confidencial entre Vilhena e Oliveira Salazar, 27 de junho de 1960. *Companhias Coloniais*, ANTT, PT/TT/AOS/E/0281/00281. Bernard Mannes Baruch (1870-1965), conselheiro dos Presidentes americanos Wilson e Roosevelt, foi acionista da Diamang através do grupo americano Ryan-Guggenheim, detendo 10% das acções. Baruch ficou conhecido como “Lone Wolf of Wall Street” [Lobo solitário de Wall Street] ou “Park Bench Statesman” e cunhou o termo “Guerra Fria”.

¹¹⁹³ Barker-Ciganikova *et al.* (2020). *The Politics of Housing...*

do conflito na produção e gestão do espaço da Diamang, este não foi o primeiro motivo a operar nas transformações da paisagem, como veremos. Bem pelo contrário, há que considerar uma genealogia mais longa, desde o início da década anterior, participada por múltiplos agentes e intenções, tanto em Angola como em planos inter-imperiais e internacionais.

De acordo com a companhia, neste período de mais de duas décadas, esteve sobretudo em causa a “fúria psico-social” do estado português, que se traduziu na preocupação em “atender às chamadas ‘recomendações’ das organizações internacionais”, sem perceber que estas traziam restrições descomedidas “àqueles que tinham experiência real no terreno”¹¹⁹⁴. Longe de original, esta era uma ampliação da crítica que Ernesto de Vilhena fez a Gilberto Freyre, em 1951, a propósito da habitação na Lunda, numa tentativa de externalizar e desconsiderar a situação. Nas palavras do administrador, “as dificuldades que têm prejudicado a solução prática de muitas das questões que se nos deparam no campo da acção colonial, provêm, precisamente, do alarido que, presentemente, se faz à roda delas, da tendência para ver problemas em toda a parte, de os inventar quando eles não existem, de supor que é à força de literatura, de reuniões, de congressos e das inevitáveis discursatas que elas mais rapidamente, e mais prática e sensatamente se resolvem”¹¹⁹⁵. Ou seja, sem prejuízo do impacto dos movimentos no terreno, a Diamang sinalizou outro inimigo.

Apesar da resistência às alterações exigidas pelas agendas de governo, a empresa não demorou em reportar “uma profunda e radical mudança” na sua paisagem¹¹⁹⁶. Neste capítulo exploramos episódios que concorreram para esta transformação e que mostram que não houve no processo qualquer profundidade ou radicalismo. Ao invés, o processo de putativa “modernização” espacial e social na empresa resultou de décadas de debate, sublinhando, por um lado, a influência das gramáticas da “estabilização” nas raízes dos discursos “desenvolvimentistas”; e, por outro, uma implementação demorada, hesitante, incoerente e nem sempre bem sucedida. No primeiro subcapítulo, abordamos as discrepâncias entre as “aldeias-modelo” apresentadas pela Diamang em momentos próximos, mas em palcos distintos, na Conferência Inter-Africana do Trabalho e às autoridades em Angola. Na esteira deste escrutínio, sinalizamos ainda as críticas e argumentos esgrimidos entre a companhia e observadores externos, como Robert Gavin ou Gilberto Freyre, assim como o reconhecimento dos estudos belgas para a produção do espaço das minas. Na segunda secção, questionamos a contribuição da empresa para o dito “desenvolvimento expedito”, estruturado por Soares Carneiro em resposta ao conflito pela independência. Se no início do trabalho procurámos compreender os contornos territoriais deste programa, agora aprofundamos as várias tipologias habitacionais que daí derivaram, nomeadamente os blocos colectivos, camaratas e novos “aldeamentos. No terceiro e último subcapítulo, o ritmo muda para o “progresso demorado”, com a análise das tentativas de materialização da Diamang na Lunda para lá do projecto colonial português. Neste plano, interrogamos a gestão da “propriedade” entre a empresa e os seus trabalhadores, assim como a activação (diminuta) de um conjunto de programas de “bem-estar” na zona das explorações, nomeadamente cantinas e centros recreativos.

¹¹⁹⁴ *Notas...* 1º. ANTT, PT/TT/CDA/1/01. Esta observação reforça a importância de inquirir as relações entre as autoridades portuguesas e os circuitos internacionais. Ver Jerónimo e Pinto (2013). “International Dimensions...”; Monteiro (2018). *Portugal...*; Monteiro (2019). “The International...”; Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro (2020). “Colonial Labor Internationalized: Portugal and the Decolonization Momentum”. *International History Review*, 42 (3), pp. 485–504.

¹¹⁹⁵ Vilhena (1954). *Aventura...*

¹¹⁹⁶ “Mão de obra indígena não especializada – Recrutamento, Salários, Alojamento. 1967-1971” 6º vol. UC/AD.

– Instâncias internacionais, respostas locais

“São sobejamente conhecidas as vantagens que oferecem as habitações de tipo definitivo. Para além dos reflexos na produtividade e estabilidade da mão de obra, deve citar-se a propaganda. Na verdade, que valioso instrumento de propaganda é uma casa de tipo definitivo! (não só em relação ao trabalhador contratado, mas também ao especializado). Ocorre-me a má impressão causada a alguns visitantes de categoria, logo à chegada, pelas pobres habitações que ladeiam a estrada de acesso ao Dundo, ao lado do aeródromo de Portugália.”

– José Feronha, *Relatório da SPAMOI*, 1961¹¹⁹⁷

O pós-guerra fez coincidir diversas circunstâncias que generalizaram a ideia de “urbanização” aos lugares de alojamento dos trabalhadores e famílias africanas da Diamang. A organização da Festa da Melhor Aldeia, estudada em capítulo anterior, seria um sintoma evidente da fixação de novos protocolos de espacialização, sem prejuízo da manutenção do (já antigo) objectivo “civilizador” das populações subjogadas. Pelo contrário, este intento, ainda que transformado através de léxicos de putativa “modernização”, seria constantemente revigorado como um dos argumentos para justificar projectos de “fomento” ou “desenvolvimento”, em curso e futuros¹¹⁹⁸. A este respeito, o conhecimento produzido sobre e a partir dos territórios coloniais, tornou-se fulcral. O problema da habitação, em particular, ultrapassou as primeiras questões de higiene e controlo, passando a ser afirmando também (e sobretudo) como uma discussão política.

Estas circunstâncias resultaram em e foram alimentadas por organismos e fóruns internacionais e inter-imperiais, crescentes produções científicas e tecnológicas, assim como anseios das várias administrações coloniais, a que a Diamang não ficou alheia. Por um lado, seria visível a atenção dada às “estratégias de estabilização” da mão de obra africana, que, para lá do círculo restrito das companhias de exploração, começaram a serem trabalhadas por outros organismos e fóruns particulares. Por outro, registaram-se mudanças legais e transformações cognitivas, ainda que os resultados no terreno fossem lentos (e nem sempre efectivos). Na Lunda, esta conjuntura foi enfatizada por dois episódios do início da década de 1950, que exploramos nas próximas secções para questionar a “casa de tipo definitivo” como “valioso instrumento de propaganda”, utilizando as palavras acima de José Feronha, chefe da SPAMOI. Num processo paralelo à transformação das habitações nos “centros urbanos”, a Diamang foi confrontada com a necessidade de construir um número cada vez maior – e sobretudo definitivamente – as casas para trabalhadores africanos. A consolidação destas estruturas seria ainda essencial para sustentar a actividade da companhia, mesmo após a independência de Angola, como veremos.

¹¹⁹⁷ *Relatório anual da SPAMOI*, 1961. UC/AD.

¹¹⁹⁸ Para uma reflexão sobre as relações entre a arquitectura e a ideia de “desenvolvimento” no contexto da colonização em África no século XX ver Ayala Levin (2022). *Architecture and development: Israeli construction in Sub-Saharan Africa and the settler colonial imagination, 1958–1973*. Durham: Duke University Press.

Antes de avançar nas matérias em debate, importa sublinhar sucintamente uma série de questões que necessariamente informam a análise. Primeiro, cumpre apreender a pluralidade de desígnios dos fóruns inter-imperiais que olharemos, como explicou José Pedro Monteiro: não só visaram uma “resposta concertada aos desafios internacionais”, como se manifestaram como “resultado de uma transformação substancial do que poderia ser considerado um modelo e praxis coloniais legítimos e sobre a natureza e lugar das populações nativas enquanto actores políticos, sociais e económicos”¹¹⁹⁹. Ou seja, reflectiram e alimentaram diferentes dinâmicas, externas e internas, da colaboração à emulação e competição, ao mesmo tempo que questionaram um conjunto cada vez maior de pessoas como agentes participantes na situação colonial.

Depois, e dada a área científica deste trabalho, recordamos a existência, neste mesmo período, de um crescente corpo teórico dedicado à habitação em contexto colonial produzido por especialistas e ferramentas da arquitectura e do planeamento urbano, como o influente trabalho de Jane Fry e Maxell Drew sobre “*Village Housing in the Tropics, With Special Reference to West Africa*”, de 1947¹²⁰⁰, ou ainda, no caso português, a publicação de João Aguiar a propósito da “*L’Habitation dans les pays tropicaux*”, de 1952¹²⁰¹. Não obstante argumentarmos que o impacto deste círculo nas práticas da Diamang foi muito escasso, consideramos a sua influência num inevitável cruzamento mais amplo de saberes: por um lado, porque a companhia sempre foi um actor vigilante às suas circunstâncias técnicas e científicas – aliás, confirmado em capítulos anteriores pelas referências a John Tetlow ou pelo percurso em Luanda; por outro lado, pelos próprios contornos políticos e éticos da etiqueta “tropical”, que têm vindo a ser interrogados no campo historiográfico, para lá das simples (e simplistas) considerações estéticas¹²⁰².

Por último, será pertinente lembrar os sucessivos entrosamentos entre os temas da colonização, industrialização e urbanização, à época, como o colossal volume sobre as “*Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara*”, de 1956¹²⁰³, que reforçaram os lugares mineiros como pontos relevantes de produção e investigação¹²⁰⁴.

¹¹⁹⁹ José Pedro Monteiro (2017). “A internacionalização das políticas laborais “indígenas” no império colonial português (1944-1962)”. Tese de doutoramento, PIUDHist, p. 90.

¹²⁰⁰ Jane Fry, Maxell Drew e Harry L. Ford (1947) [2004]. *Village Housing in the Tropics, With Special Reference to West Africa*. Londres: Routledge.

¹²⁰¹ João António de Aguiar (1952). “L’Habitation dans les pays tropicaux”, *XXI Congres, Federation Internationale de L’Habitation et de L’Urbanisme*. Lisboa: Federation Internationale de L’habitation et de L’urbanisme.

¹²⁰² Ver, por exemplo, Roux (2020). “Comfort, Violence...”; Jiat-Hwee Chang (2011). “Building a (Post)Colonial Technoscientific Network: Tropical Architecture, Building Science, and the Power- Knowledge of Decolonization”. *Third World Modernism: Architecture, Development, and Identity*, Lu Duanfang (ed.). Nova Iorque: Routledge, pp. 211-235; Phokaides (2013). “De-Tropicalizing...”; Jiat-Hwee Chang (2020). “Race and Tropical Architecture: The Climate of Decolonization and ‘Malayanization’”. *Race and Modern Architecture: A Critical History from the Enlightenment to the Present*, Irene Cheng et al (eds.), Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, pp. 241-258 ; Warwick Anderson (2021). “Decolonizing...”

¹²⁰³ *Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara*. Prepared under the auspices of UNESCO by the International African Institute, London. Paris: UNESCO, 1956.

¹²⁰⁴ Muitos dos capítulos do volume *Social Implications...* trataram de lugares associados às companhias de exploração. A parte III, sobre a África Central, esclarece na primeira linha “Mining is the chief source of wealth and employment in both Northern Rhodesia and Katanga”, tratando depois das várias povoações resultantes desta exploração: Jadotville, Kipushi, Kolwezi, Lubumbashi e Elisabethville (Alto Katanga) e Mufulira, Nchanga, Nkana e Roan Antelope (Rodésia do Norte).

Alojamento, a “estabilização” e as críticas

No início de 1950, a Diamang foi abertamente confrontada com o escrutínio emergente em vários fóruns inter-imperiais, sobretudo a respeito das ditas “condições de assistência” à mão de obra africana. Entre estes palcos, estiveram as Conferências Inter-Africanas do Trabalho, cuja segunda edição aconteceu em Elisabethville, no Congo Belga, no mês de Julho daquele ano. A propósito deste certame, a companhia foi convidada pelo Director dos Serviços de Administração Civil de Angola a apresentar “com urgência” vários elementos sobre as actividades na Lunda¹²⁰⁵. O pedido, que enfatizava a posição de realce da empresa no império português, foi rapidamente atendido: um extenso dossier, com informação escrita e fotografias, que sublinhou a habitação como uma das materializações mais influentes no espaço da exploração.

Antecipando o contexto de acelerada mudança, as Conferências Inter-Africanas do Trabalho foram organizadas regularmente desde 1948 pela Comissão de Cooperação Técnica em África ao Sul do Saara (CCTA), entidade de cooperação científica que então se estabeleceu naquele continente¹²⁰⁶, para discutir um vasto conjunto de questões laborais. A adesão de França, Inglaterra, Bélgica, Portugal (e depois da África do Sul, Federação da Rodésia e Niassalândia) transformou estas assembleias em auspiciosos lugares de diálogo entre as principais potências europeias em solo africano, ainda que a sua relevância prática se encontre em avaliação¹²⁰⁷. Segundo Cláudia Castelo, a participação neste grupo terá representado para Portugal um momento “decisivo” para a evolução da política científica nas colónias, impulsionando a criação de uma extensa estrutura de investigação¹²⁰⁸, que também impactou o espaço da Diamang¹²⁰⁹.

No encontro de Elisabethville, um dos objectivos principais foi a discussão da chamada “estabilização” dos trabalhadores africanos – então traduzida em boa habitação, dieta adequada, promoção da vida familiar e segurança social¹²¹⁰. Pelas décadas de preparação das companhias de exploração, havia vontade e até entusiasmo na exibição do estado das coisas¹²¹¹. Como notámos anteriormente, estas

¹²⁰⁵ “Elementos destinados à Conferência Interafricana do Trabalho em Elisabethville, 1950”. *Mão de obra indígena. Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²⁰⁶ A CCTA foi formalmente criada em 1950, sob a orientação científica da CSA (Scientific Council for Africa South of the Sahara). Sobre a fundação e orientações da CCTA, ver John Kent (1992). *The Internationalization of Colonialism: Britain, France, and Black Africa 1939-1956*. Oxford: Clarendon Press [em particular o capítulo “The Creation and Development of the CCTA, 1950–1956”, pp. 263-285]; Isebill Gruhn (1971). “The Commission for Technical Co-Operation in Africa, 1950-65”. *The Journal of Modern African Studies*, 9, pp. 459-469. Para entender a centralidade da estabilização da mão de obra e mobilidade dos trabalhadores neste contexto, ver Frederick Cooper (1996). *Decolonization and African Society: The Labor Question in French and British Africa*. Cambridge University Press. Finalmente, para o caso português, no âmbito de questões das ciências sociais, ver Frederico Ágoas e Cláudia Castelo (2019). “Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio: a participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA)”. *Estudos Históricos*, 32 (67), pp. 409-428.

¹²⁰⁷ Apesar de a historiografia ter desprezado a actividade da CCTA/CSA, classificando os resultados como fracos e sem grande aplicação prática, Castelo defendeu recentemente uma reavaliação desta ideia, ainda que no enquadramento das ciências sociais. Cláudia Castelo (2022). “Recherche et développement dans les colonies portugaises d’Afrique: l’impulsion de la coopération scientifique interimpériale (1950-1962)”, *Revue d’Histoire Contemporaine de l’Afrique*, 3, pp. 35-48.

¹²⁰⁸ Castelo (2022). “Recherche et développement...”

¹²⁰⁹ Recordamos, a título de exemplo, as operações conjuntas da Diamang com a Junta Autónoma de Estradas de Angola, organismo que resultou deste contexto tecnocrático.

¹²¹⁰ Cooper (1996). *Decolonization...*; Cooper (1989). “From free labor...”, p. 755.

¹²¹¹ Como revela o episódio de Robert Gavin, que analisamos nas páginas seguintes.

questões eram há muito ponderadas pelas empresas do referido eixo do “Cabo ao Katanga”. No âmbito das condições físicas do alojamento, que aqui propomos estudar, recordamos, em jeito de resumo, as primeiras “*villages routiers*”, de 1927, em torno de Tshikapa, que foram consideradas um dos “esforços mais inovadores” na região¹²¹², logo depois copiado pela Diamang. Ou ainda o “carinho evidente” notado por Raymond Buell, em 1928, nas várias “aldeias familiares” da Forminière, levando o observador a classificá-las como “infinitamente superiores” àquelas de Joanesburgo¹²¹³. Após estes ensaios iniciais, a década de 1930 tinha sido profícua na análise de questões materiais e resoluções hierárquicas, tomadas como dependentes: por exemplo, em 1938, a Union Minière reportou ser “impossível continuar a alojar especializados no mesmo tipo de casa da mão de obra inferior. O negro não é indiferente à categoria do alojamento que lhe é atribuído, nem o seu conforto. Esta questão é tão importante como o salário, a ração ou o casamento para a estabilização dos trabalhadores...”¹²¹⁴. Como se foi sublinhando, qualquer uma destas “ambições sociais”, estaria vinculada sobretudo a imperativos económicos, tanto a nível da rentabilidade dos trabalhadores como da optimização das despesas ou materiais para construção de alojamento.

O dossier apresentado pela Diamang em Elisabethville começou por esclarecer que a “instalação nas aldeias é rodeada de especiais cuidados de modo a evitar-se a coabitação de adultos e menores de famílias diferentes”, situação que se traduziria na “construção de grande número de habitações separadas, contando-se por milhares as que, para o efeito, ela [a companhia] teve de custear”¹²¹⁵. À época, eram mantidas 1713 casas entre os grupos de explorações¹²¹⁶. Como vimos, e o próprio documento salientava, a SPAMOI era a entidade responsável por esta empreitada. Ainda que os trabalhos corresse há mais de uma década, pouco tinha mudado no seu *modus operandi*: os funcionários deste serviço continuariam a viver em “tendas de campanha levantadas junto das aldeias ou outros locais onde hajam tarefas a cumprir”, com o objectivo de estabelecer “estreitos laços de cooperação” com a população africana na Lunda¹²¹⁷. Para tal, muitos dos principais pontos de acção estavam ainda focados em acções edificatórias ou de organização espacial: “interessar o indígena no aformoseamento e higiene das suas aldeias”, “mostrar as vantagens de permanência no mesmo local”, “dirigir a construção de novas aldeias”, “promover a criação de mercados” e apoiar as lavras de produção agrícola, que produziriam já quantidades consideráveis de alimento para consumo local¹²¹⁸.

Na informação subsequente, dividida pelas três grandes categorias laborais que então operavam na companhia – trabalhadores contratados, trabalhadores cabo-verdeanos e voluntários, num total de 15.000 pessoas¹²¹⁹ –, as notas justificaram, acima de tudo, as opções materiais das habitações. Para

¹²¹² Derksen (1983). “Forminière...”, p. 59

¹²¹³ Buell (1928). “The native problem...”, p. 560.

¹²¹⁴ Department MOI, Union Minière, *Rapport annuel*, 1938. AGR/UM.

¹²¹⁵ Esta era uma das recomendações de Mottouille para o início do contrato, não sendo aplicável para situações posteriores, mais permanentes e equilibradas. Contudo, não era esse o propósito da Diamang, como se entende na leitura do relatório.

¹²¹⁶ 627 em Andrada, 559 em Maludi e 527 em Casanguidi, para um total de 9721 pessoas, numa média de 5,6 pessoas por habitação (sendo que a maioria destas casas eram “duplas). cf. *Relatório anual da SPAMOI*, 1952. UC/AD.

¹²¹⁷ “Elementos...”. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²¹⁸ A Diamang reportou a colheita de 900 toneladas de mandioca, 23 de batata doce, 13 de feijão, 6 de sorgo, 10 de milho, 1 de vegetais e 35 de cana sacarina, em 1950, com o objectivo “que a região se baste a si mesma no relativo aos principais géneros de consumo”. “Elementos...”. *Mão de obra indígena*.

¹²¹⁹ Cf. “Variação anual do número médio de trabalhadores, contratados e da região, ao serviço da DG na Lunda de 1917 a

o alojamento de “contratados” e respectivas famílias, o relatório divulgou a aplicação de matérias primas da região, que seriam “vulgarmente utilizadas pelo indígena nas edificações: as paredes, caiadas interiormente, feitas de adobe; o telhado é constituído por armação de madeira com cobertura de colmo, em pequenos feixes, à maneira indígena, mas em camada mais espessa e disposta com maior perfeição; o piso é em terra batida, situado em nível superior ao do terreno que circunda a casa”¹²²⁰.



[194] Vista de aldeia de trabalhadores contratados, 1952
[Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho, UC/AD]

Conhecedora que a opção por “materiais económicos obtíveis localmente” não alinhava com as orientações técnicas mais recentes¹²²¹ – nem tão pouco com a legislação colonial portuguesa, como veremos de seguida –, a Diamang tentou justificar o seu sistema caduco. A razão mais sublinhada disse respeito à duração “relativamente pequena” das minas da Lunda, que, de acordo com os agentes no terreno, tornaria “muito mais prático e económico o simples abandono das aldeias, uma vez terminada a exploração, do que serem demolidas e reconstruídas noutra local com os mesmos materiais”¹²²². Sendo certo que o raciocínio comungava com práticas idênticas em minas do Congo Belga, Rodésia ou África do Sul, nestes lugares estava a ser feito um esforço intenso, já desde o final da década de 1930, para aumentar o número de casas em “materiais duráveis”¹²²³. Na Union Minière, por exemplo, em 1947, eram reportados cerca de $\frac{3}{4}$ de área de alojamento em materiais “definitivos” (em betão ou tijolo cozido); nos campos mais recentes, em particular, o número de construções “não duráveis ou provisórias” (em tijolo seco ou adobe) seria residual¹²²⁴. O motivo era evidente: “temos hoje [nas

1963”. *Relatório do Conselho ...*, 1963 [1964]. ANTT, PT/TT/AOS/D-N/2/11/1.

¹²²⁰ “Elementos...”. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²²¹ Recordamos a extensa produção das equipas técnicas belgas, de Mottoulle a Nitsen, que indicavam a utilização de alvenaria de tijolo como opção mais “saudável”.

¹²²² “Elementos...”. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²²³ A Union Minière admitiu várias situações: “as casas, todas individuais, são construídas em materiais duráveis sempre que a duração da exploração justifica. Por vezes, são construções semi-definitivas e, naquelas que não duram, provisórias”; porém, foi seu intento, desde cedo, alterar a situação. No relatório anual de 1938 lê-se: “o número de casas em materiais duráveis continua a aumentar” A aposta na construção de “casas tipo 1928”, de tijolo cozido, seria reflectida nos números de 1947 (ver nota seguinte). *Raport annuel*, 1938. AGR/UM.

¹²²⁴ Nos 11 campos da Union Minière, existiam 162.000m² de alojamento em “materiais duráveis” em contraponto com

aldeias das minas] o maior interesse no melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e famílias. Estas são condições *sine qua non* do sucesso da política de estabilização”¹²²⁵.

Ainda a propósito dos materiais de construção, a Diamang defendeu a manutenção das antigas estruturas em adobe – ainda em maior número na Lunda – pela “facílisma reparação das coberturas e pisos”¹²²⁶. Para sustentar o ponto, a companhia utilizou fundamentos de especialistas, transcrevendo notas antigas de José Firmino Santa’Anna, Professor da Escola de Medicina Tropical de Lisboa. Em 1923, no âmbito do Primeiro Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental¹²²⁷, o médico português tinha alegado que “as condições higiénicas das choupanas dos indígenas, dentro do seu plano tradicional de construção, uma vez bem executadas e conservadas, (...) são em geral superiores às habitações das classes pobres na Europa, atentas as diferenças climatéricas existentes”. Do ponto de vista sanitário, continuava, “as construções rurais do indígena e o seu modo de viver corrente” ofereciam vários “benefícios”: “ventilação abundante do interior em virtude da extrema permeabilidade da cúpula de colmo ao ar, possuindo esta ainda a vantagem de ser má condutora do calor e estanque à chuva, quando bem construída”; “relativo asseio interior” pela “vida quase permanente ao ar livre, sendo as palhotas ou sanzalas utilizadas principalmente como quartos de dormir” e “regulação da temperatura pela lareira tradicional”¹²²⁸.

Os peritos da Diamang admitiram que as notas diziam respeito a panoramas sociais e tecnológicos distantes e distintos, mas sublinhavam ter comprovado a sua “evidência e actualidade” pelo acumular da “experiência”¹²²⁹. Ora, os relatórios da SPAMOI contrariavam esta argumentação, provando que a empresa não tinha domínio na situação. Em discordância com os argumentos de Sant’Anna, eram vários os inconvenientes do modelo que se mantinha na Lunda: segundo a companhia, a “dificuldade nos trabalhos de conservação, materiais são de pouca duração, conservação é quase sem interrupção, aquisição de materiais é dispendiosa, transporte às vezes é de mais de 10km sempre a corta mato. Rebocos não resistem à chuva; madeiras não resistem aos insectos; capim deteriora-se”¹²³⁰. Seria, de facto, esta realidade a justificar os vários estudos da década de 1950, que analisámos antes. Apesar do que se defendeu em Elisabethville, os planos eram de mudança: o relatório da SPAMOI de 1951 explicava que a “administração está a pensar mandar estudar pelos serviços competentes e logo que tenham tempo para o efeito, processos e materiais de construção que, sem aumentar o preço, eliminem os inconvenientes”¹²³¹.

45.000m² de construções “não duráveis e provisórias”. “Situation des logements des les camps”. Department MOI, Union Minière, *Raport annuel*, 1947. AGR/UM.

¹²²⁵ “Oeuvres et Action Sociales”. *Raport annuel*, 1947. AGR/UM.

¹²²⁶ “Elementos...”. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²²⁷ Realizado em Luanda, entre os dias 16 e 23 de Julho de 1923, para promover o “estudo, troca de ideias e resolução dos assuntos que a saúde e a higiene dos povoados europeus e indígenas da África Ocidental (...) entre as questões a resolver *sobrevalerá* a da assistência médica ao indígena”. Reuniu representantes de 11 países. Sobre os contornos políticos e científicos do congresso, ver Maria de Fátima Nunes (2022). “Medicina Tropical no espaço de Angola (1923): Sinais de encontros científicos em África”. *Olhares cruzados sobre a história da saúde da Idade Média à contemporaneidade*. Alexandra Esteves e Helena Silva (eds.). Universidade do Minho: Lab2PT, pp. 84-107.

¹²²⁸ José Firmino Sant’Anna (1924). “O problema da assistência médico-sanitária ao indígena em África”. Actas do Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, Luanda / *Revista Médica de Angola*, 2, pp.71-178.

¹²²⁹ “Elementos...”. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²³⁰ *Relatório anual da SPAMOI, 1948*. UC/AD.

¹²³¹ *Relatório anual da SPAMOI, 1951*. UC/AD.

Outra das informações reportadas apareceu com maior verdade: a “adopção definitiva da casa dupla com varanda”, sendo aquele o “único modelo que presentemente se constr[uía]” na Lunda. Sem que esta alteração tivesse reflexos imediatos no terreno – onde co-existiriam diversos tipos de habitação, inclusive “casas inteiramente feitas de capim”¹²³² –, as várias fontes de informação confirmam a consolidação deste modelo¹²³³. O documento entregue na conferência referia as suas dimensões exactas”: 3x3,50 metros, numa área total de 10,50m²; paredes a 2,50 metros de altura e 1,50 metros de altura do triângulo formado pela cobertura, medidos a partir do sítio onde assenta sobre as paredes. Em causa para a precisão estavam as diferenças entre a legislação portuguesa e belga, que a Diamang acentuou para demonstrar o cumprimento das obrigações mais apertadas dos vizinhos¹²³⁴.



[195] Bairro para trabalhadores cabo-verdeanos, 1952
[Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho, UC/AD]

Se os “contratados” eram evidentemente a principal preocupação da Diamang, por serem o grupo a que se referiam a maioria das disposições legais, a companhia quis também mostrar aos pares presentes em Elisabethville que existiam outras realidades habitacionais na Lunda, até porque seriam “exemplos mais dignos”. O alojamento de um contingente de duzentos trabalhadores de Cabo Verde, recém-chegados às minas de Angola, em 1949¹²³⁵, foi o exemplo que se seguiu. A presença destes homens tinha levado à introdução de outro nível de desigualdade, justificado pela “diferença de

¹²³² Em 1950, as aldeias de contratados da Diamang eram constituídas por casas simples, simples com varanda, duplas, duplas com varanda e triplas. *Relatório anual da SPAMOI, 1951*. UC/AD.

¹²³³ *Relatório anual da SPAMOI, 1952*. UC/AD.

¹²³⁴ A legislação do Congo Belga à época permitia o alojamento de três homens solteiros num compartimento de 3x3 ou 3x4 metros, com paredes entre os 2,25 e os 2,40 metros de altura.

¹²³⁵ Em 1949 a Diamang contratou cerca de 400 homens de Cabo-Verde, após pedido do Ministério das Colónias. A experiência, no entanto, não foi considerada positiva. Segundo a companhia.: “Não podemos, infelizmente, em relação à gerência de 1951, apresentar-vos melhores resultados da utilização dos trabalhadores de Cabo Verde nas explorações do que os traduzidos pela deplorável situação que vos referimos nos relatórios anteriores. Não será demais repetir quão infeliz, a todos os títulos, se mostrou a experiência da admissão dos cabo-verdeanos na Lunda, sendo certo que os precários resultados a que ela conduziu não constituíram para nós surpresa, pois de antemão os havíamos previsto — e só por obediência ao apelo e prementes instâncias do Ministro das Colónias de então, é que a ela nos abalançámos”. *Relatório do Conselho de Administração e parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1951*, PT/TT/AOS/D-N/2/10/1.

evolução” e pelo “grau de civilização superior ao dos indígenas da Lunda”, que resultaria num “certo antagonismo rácico”¹²³⁶. Longe de original, a ponderação desta “diferença” tinha paralelos dentro do aparelho colonial português, registados noutros contextos laborais¹²³⁷. No caso da Diamang, foi exibida a organização de “aldeias especiais”, nas quais as casas “duplas com varanda”, construídas com os mesmos materiais, tinham recebido determinados “melhoramentos”, como áreas maiores e cobertura em chapa de alumínio. As fotografias do relatório serviam como prova, em substancial contraste com as restantes situações¹²³⁸. As cartas produzidas à época mostram uma destas aldeias na Reserva do Cossa, não tendo sido possível localizar outras do mesmo género, que existiriam também nos restantes grupos¹²³⁹.

Por último, as informações sobre a habitação dos “trabalhadores voluntários” eram mais difusas, ainda que a empresa garantisse oferecer os cuidados “adequados” e “compatíveis” a cada uma das “categorias” incluídas nesta etiqueta. Admitia-se que o “nível de civilização [dos ‘voluntários’] varia imenso, deste o nativo boçal, de mentalidade primitiva, até aos trabalhadores especializados, muitos deles sabendo ler e escrever, formados pelas nossas escolas e nas nossas oficinas, que são empregados como operários, auxiliares de caixeiros, de escritório, etc. Além destes, há ainda assimilados, pretos ou mestiços, aos quais também fornecemos alojamento”¹²⁴⁰.



[196] Casa para trabalhador assimilado, 1952
[Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho, UC/AD]

¹²³⁶ “Elementos...”. *Conferências Inter africanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²³⁷ Cf. Ana Vaz Milheiro (2023, no prelo). “Gendered Work in Former Portuguese Colonial Africa: Mass Labor and Public Works”. Para uma análise da “singularidade” de Cabo-Verde no contexto do colonialismo português, ver, entre outros, Sérgio Neto (2008). “Insularidade, idiossincrasias e imaginação: representações de Cabo Verde no pensamento colonial português”, *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*, Luís Reis Torgal, Fernando Pimenta, Julião Soares Sousa (coord). Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 181-192.

¹²³⁸ Fotografia 4322 “Village des travailleurs du Cap Vert”. “Elementos...”. UC/AD.

¹²³⁹ Centro Agrícola-Pecuário do Cossa, ... 1951. A aldeia de cabo-verdeanos do Cossa tinha 13 habitações e uma cozinha, e localizou-se em frente à aldeia de motoristas e criados, na entrada poente da povoação. Esta informação não coincide com os dados da SPAMOI, que relatam um total de 17 “casas duplas com varanda para cabo-verdeanos” distribuídas entre os três grupos de exploração: 7 em Andrada, 5 em Maludi e 5 em Cassanguidi, cf. Relatório anual da SPAMOI, 1951). UC/AD.

¹²⁴⁰ “Elementos...”. *Conferências Inter africanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

Em suma, no documento foi exposto um quadro global das realidades que examinámos noutros capítulos, adicionando novos dados, alguns ambíguos: aos “naturais da terra”, “agregados” numa aldeia sob jurisdição de um soba, a Diamang sublinhou dar “ampla liberdade, procurando não os coagir a habitar em aldeias que lhes não agradem” – por outras palavras, pouco seria feito junto destas populações, até pela sua resistência ao modelo habitacional oferecido, como em seguida veremos; os “indígenas mais civilizados”, por outro lado, aceitariam residir nos lugares construídos pela companhia nas proximidades dos centros urbanos ou locais de trabalho. Para estes, a empresa dizia ter “bairros” reservados para cada profissão – num contraponto de léxico com as aldeias, consideradas mais “primitivas” –, conforme o “grau de evolução” proporcionado pelas diversas ocupações, entre as quais guardas, motoristas, criados, auxiliares dos serviços de saúde. Nestes casos, as habitações teriam piso cimentado, paredes em tijolo cozido, cobertura em zinco e ofereciam um quintal murado com cozinha e capoeiras. Existiria ainda uma terceira realidade, dos “muitos” que preferiam construir a sua própria casa, sem que a Diamang especificasse a posição laboral ou geográfica destas pessoas. Sabemos somente que, nestes casos, a SPAMOI tinha indicações para marcar o terreno e “assistir e orientar” a edificação, “impondo apenas a aceitação de certos princípios estéticos e de higiene”¹²⁴¹ – uma liberdade condicionada, portanto.

Estas operações de alojamento foram narradas pela Diamang como base indispensável à aplicação dos vários “métodos indirectos” para “aproveitamento da mão de obra indígena”¹²⁴², enquadrados no capítulo da “assistência ao trabalhador e sua família”. Leia-se: a casa era o principal veículo para a pretendida “estabilização”, que assumia contornos particulares na Lunda¹²⁴³. Nesta esteira, e fazendo pontes com a afinidade à época com a cartilha estado-novista, estudada em capítulos anteriores, a companhia comparou a sua “assistência humanitária, civilizadora” e de “rendimento” às actividades promovidas pela FNAT em Portugal¹²⁴⁴.

No entanto, a realidade no terreno não se adivinhava fácil ou estável – uma vez mais em comunhão com a situação de aldeias mineiras vizinhas¹²⁴⁵. Ao longo da documentação da Diamang, falhas legais foram sistematicamente distorcidas e afirmadas em suposto “respeito” pelas comunidades africanas. Segundo o relatório que temos vindo a acompanhar, se os materiais utilizados não eram “definitivos”, tal reflectia não só a duração das minas e as facilidades (falsas) de reparação, como sobretudo o facto de o trabalhador “não aceita[r] de bom grado transformações radicais do seu modo de vida, ainda que sejam em seu benefício (...) [e, assim, se] considerar confortavelmente instalado e à sua vontade

¹²⁴¹ “Elementos...” UC/AD.

¹²⁴² “Elementos...” UC/AD.

¹²⁴³ A companhia sublinhou que “os métodos de aproveitamento da mão de obra indígena na Diamang não podem ser esquemáticos ou uniformes, como em certas empresas que têm o seu campo de acção em cidades ou locais de livre acesso, e especializadas em um ou poucos ramos de actividade”. “Elementos...” UC/AD.

¹²⁴⁴ Na introdução ao tema da “assistência ao trabalhador”, lê-se no relatório: “Assistência pode considerar-se, abstraindo da sua função humanitária e civilizadora, um método indirecto, mas bastante eficaz, de melhorar rendimento. Na realidade, qual indivíduo, civilizado ou não, se a sua saúde for cuidada, vida calma e tranquila, se tiver amparo moral e religioso, será automaticamente elemento mais útil à sociedade. Assim entendeu o governo quando criou FNAT e outras obras de assistência; assim entende Diamang, mais propriamente administrador delegado, porque desde o início que assistência não tem cessado de expandir.” “Elementos...” UC/AD.

¹²⁴⁵ Os relatórios da Union Minière notaram: “a situação nos campos definitivos não é brilhante. O departamento responsável tem encontrado grandes dificuldades: falta de empreiteiros, materiais. Existem outros programas de construção urgente, como as escolas”. “Oeuvres et Action Sociales”. *Raport annuel*, 1947. AGR/UM.

em casas do tipo a que se habituou”¹²⁴⁶. Para ilustrar o argumento, foi apontado o insucesso recente do “bairro para estágios” perto do Dundo, construído com casas de tijolo, cozinha e instalações sanitárias, onde “nunca os indígenas mostraram o mínimo agrado em residir”¹²⁴⁷ – em completa contradição com o discurso interno apresentado junto do Governo de Angola, como entenderemos na próxima secção. A este exemplo, somaram-se outras situações relatadas pela SPAMOI. Em 1949, por exemplo, após a cessação da mina do Calemba, o serviço teria tentado oferecer casas aos grupos da região, para que “não se perdesse uma das aldeias mais interessantes da companhia”. O plano, porém, não teve qualquer sucesso: “não houve soba que aceitasse viver em casas de contratados”¹²⁴⁸. O mesmo aconteceu no ano seguinte, com a recusa das comunidades na Lunda em receber as antigas “aldeias de trânsito” da Diamang, após o seu abandono pela mecanização dos transportes¹²⁴⁹. No conjunto, estes episódios expunham a rejeição das tipologias e modos de habitar ocidentais.

Perante este cenário, a Diamang voltou a aproximar-se da ideia experimentada em Mucunene, em 1942. Ou seja, sem prejuízo dos discursos e intenções de mudança, o território compôs-se frequentemente da reciclagem de formas antigas, até porque eram aquelas mais testadas e que se mantinham mais próximas das estruturas locais. A nova “aldeia modelo” da companhia, ilustrada por uma perspectiva colorida, foi descrita da seguinte forma:

“Agrupamento de nove casas, dispostas em duas filas, sendo cinco casas na frente e quatro atrás. Estão situadas em arruamentos regulares e rectilíneos. No mesmo bloco podem ser reunidas duas ou mais aldeias. Estas são edificadas em vastos terrenos, sempre em locais altos e desafogados. Numa vasta área em redor, todo o terreno é limpo de capim e arbustos. Nestes terreiros, sempre impecavelmente limpos e varridos, são preparadas mesas para secagem de mandioca, existem nitreiras onde se lançam varreduras da aldeia; a distância conveniente, constroem-se latrinas, duas por cada grupo de nove casas; instalam-se fontes de água potável, edificadas com pedra e cimento. As aldeias possuem sebes de buganvília e cássias, separando-as da estrada; [preparam-se] ajardinamentos com arbustos decorativos. Em volta e pelo meio da aldeia são plantadas árvores de sombra, geralmente cássias; e nas traseiras pomares. A certa distância instalam-se lavras ou granjas, orientadas e fiscalizadas pela SPAMOI”¹²⁵⁰.

Faltavam latrinas, cozinhas e refeitório – elementos obrigatórios segundo a lei; mas, segundo a companhia, a falha seria aparentemente legitimada pelas preferências dos trabalhadores, que, ditos “aferrados aos seus hábitos”, não mostravam “grande simpatia” por estas estruturas¹²⁵¹. De acordo com as equipas no terreno, a sua construção, apesar de ponderada, fora abandonada pela escassa utilização dos habitantes. Entendemos, assim, que apesar das sucessivas tentativas e do trabalho constante da SPAMOI, a Diamang continuou a ser incapaz de impôr habitação mais próxima do paradigma ocidental – também porque esta despreocupação lhe convinha em termos económicos.

¹²⁴⁶ “Elementos...” UC/AD.

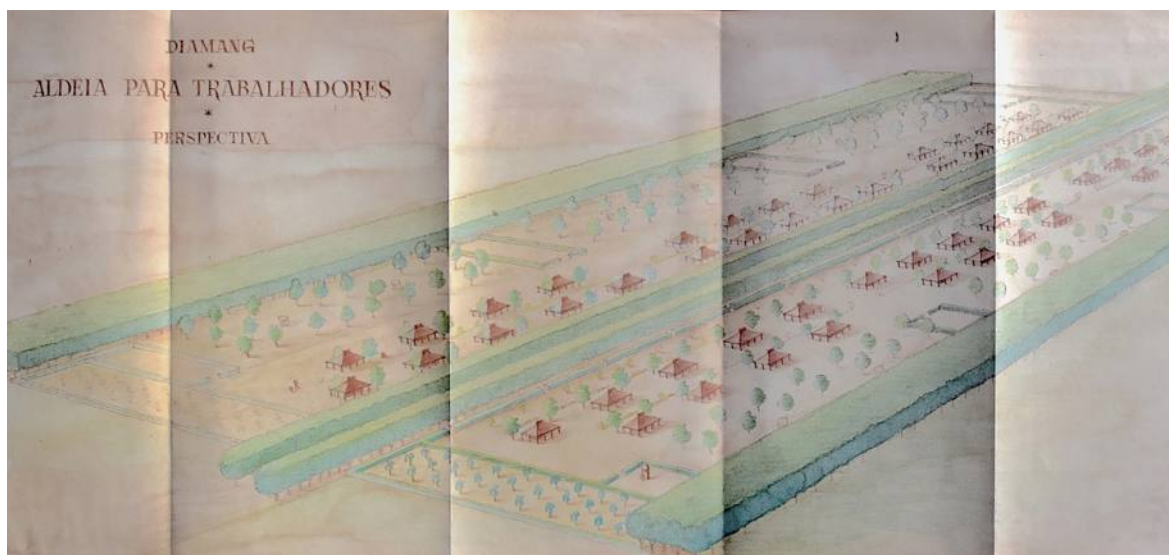
¹²⁴⁷ “Elementos...” UC/AD.

¹²⁴⁸ *Relatório anual da SPAMOI, 1949.* UC/AD.

¹²⁴⁹ De acordo com o serviço: “Quisemos convencê-los de todas as vantagens [destas aldeias], mas em vão. As suas crenças anulam, muitas vezes, a coerência”. *Relatório anual da SPAMOI, 1950.* UC/AD.

¹²⁵⁰ “Elementos...” UC/AD.

¹²⁵¹ “Elementos...” UC/AD.



[197] Aldeia-modelo para trabalhadores da Diamang: perspectiva, 1952
 [Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho, UC/AD]

Associada à realização da conferência, estiveram ainda as visitas a Angola e a Moçambique¹²⁵² por parte de Robert Gavin¹²⁵³, observador da Organização Internacional do Trabalho, cujo impacto particular na Lunda nos serve para abrir outra linha de investigação sobre as críticas externas às condições de alojamento. A Diamang era a primeira paragem prevista de Gavin, ainda antes do encontro em Elisabethville, aproveitando a sua estadia em Tshikapa¹²⁵⁴. O programa da visita foi rapidamente preparado, numa exibição extensa que tanto reconhecia o peso daquele observador como mostrava os edifícios e lugares considerados relevantes para a “imagem” da empresa, todos localizados no Dundo: Casa do Pessoal, piscina, Museu, biblioteca, estação emissora, Estrada de Turismo, Estufa Fria, parques, banda e orfeão, Aldeia do Museu¹²⁵⁵. No entanto, a rota foi alterada sem qualquer explicação, levando à desistência de Gavin e deixando os responsáveis da companhia consternados. Na sua avaliação, aquela “deslealdade”, que se julgou “intencional” por parte dos poderes portugueses em Luanda, reforçava a excepcionalidade das condições na Lunda, servindo

¹²⁵² Segundo Álvaro Fontoura, que acompanhou a missão, Gavin estaria sobretudo interessado na “acção das autoridades administrativas, dos organismos técnicos e das missões na promoção do bem-estar das populações indígenas”, que teria avaliado de forma positiva. De Angola levou “as melhores impressões”, sem que, no entanto, fossem especificados os lugares visitados. Em Moçambique, Gavin fez uma extensa missão pela Missão do Alvor, o Parcelamento Agrícola da Barra do Limpopo, o Posto Agrícola do Chongoene, as concentrações agrícolas do Chibuto e do Bilene, a Estação Experimental de Maniquenique e os trabalhos em Muianga. Deste conjunto, destacou o elevado número de escolas, maternidades e postos sanitários, assim como o “sistema cooperativo” criado no Limpopo, cf. “Conferência Interafricana do Trabalho”, *Boletim Geral das Colónias*, 304, 1950, pp. 134-135.

¹²⁵³ Robert Gavin foi Chefe da Divisão de Territórios Não-Metropolitanos da OIT, entre 1949 e 1966. Durante este período, contactou várias vezes com as autoridades coloniais portuguesas. No cargo seguinte, como consultor da Ford Foundation no Shri Ram Centre for Industrial Relations, em Nova Deli, Índia, questionou a “importância prática” das directrizes da OIT para cada estado-membro. Ver Monteiro (2017). “A internacionalização...”; Robert Gavin (1967), “Índia and the I.L.O”, *Indian Journal of Industrial Relations*, 3 (1), pp. 74-86.

¹²⁵⁴ A companhia admitiu “o maior interesse que, pessoa de tão alta categoria, e pelo sentido, especialmente da missão que o trazia a África, visitasse o Dundo”. Correspondência, 25 de julho de 1950. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²⁵⁵ Apesar da “certeza” da Diamang quanto à atribuição de culpa externa no desenrolar da situação, é referido o acidente no campo de aviação do Dundo, que vitimou 9 pessoas poucos dias antes, e que teria deixado Gavin reticente com a viagem até à Lunda. Correspondência, 19 de julho de 1950. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

apenas para que “o juízo de Gavin não sofresse, pendendo ainda mais para o nosso lado, com a comparação do que lhe fosse mostrado noutras empresas”¹²⁵⁶.

O episódio reflectiu um período de relações conturbadas com o governo de Angola, em particular com a chefia de Agapito de Carvalho¹²⁵⁷, que coincidiu com (e aqui introduz) uma época de intensa averiguação das condições laborais, sociais e físicas na Lunda. Nos anos seguintes à Conferência Inter-Africana do Trabalho, a empresa foi alvo de duas publicações que a colocaram numa posição muito delicada, contrariamente às supostas “excelentes condições” de habitação oferecidas pela Diamang, e que nos servem para interrogar de outras perspectivas os elementos apresentados em Elisabethville. Afinal, como admitiria José Feronha, da SPAMOI, em 1961, voltando ao relatório da epígrafe, causava “má impressão”, logo à chegada, as “pobres habitações que ladeiam a estrada de acesso ao Dundo, ao lado do aeródromo de Portugália”¹²⁵⁸.

A primeira avaliação foi feita por Gilberto Freyre, após visitar as povoações mineiras da Lunda, em 1951. No seu livro *Aventura e Rotina* – que resultou da viagem a Portugal e pelas colónias portuguesas a pedido do governo de Salazar e da sua máquina propagandística¹²⁵⁹ –, o sociólogo brasileiro expôs várias reticências a propósito dos cenários fabricados pela Diamang. Sobre a habitação dos trabalhadores africanos, sublinhou a “relutância” face aos seus pedidos para ver o interior. Apenas do exterior, observou “casas cobertas por umas folhas de zinco que devem torná-las infernais, nos dias mais quentes”¹²⁶⁰. Como entendemos antes, este tipo de habitações não reflectia sequer o panorama global da região, onde prevaleciam ainda as casas em adobe com cobertura de colmo, mas seria aquele que se apresentava aos visitantes, por se entender mais concordante com as expectativas externas. Freyre sabia-o, denunciando:

“É inútil aformosear-se cenograficamente uma cidade, enquanto problema tão seriamente básico permanece sem solução. A não ser a conhecida solução para turistas: o da simulação. Mais do que isto: a mistificação. Com dois ou três conjuntos visíveis ou ostensivos de casas economicamente impossíveis de ser construídas no número necessário a atender às necessidades da vila ou da cidade.”¹²⁶¹

Face à situação, que dizia não ser “problema ecológica e economicamente resolvido; nem sequer considerado a sério” pela Diamang, o sociólogo provocou a empresa, para que, “rica como é, e tecnicamente arrojada como se mostra, se colocasse na vanguarda dos modernos estudos em torno

¹²⁵⁶ Carta para Ernesto de Vilhena. *Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª)* 86A,4. 1948-53. UC/AD.

¹²⁵⁷ José Agapito da Silva Carvalho foi Governador-Geral de Angola entre 1947 e 1955.

¹²⁵⁸ *Relatório anual da SPAMOI*, 1961. UC/AD.

¹²⁵⁹ Freyre foi convidado por António Ferro e Sarmiento Rodrigues como potencial aliado do regime português, cada vez mais ameaçado pela oposição ao colonialismo. Sobre as relações portuguesas com a teoria “lusotropicalista” de Gilberto Freyre, ver Cláudia Castelo (1999). “*O Modo Português de Estar no Mundo*”. *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999. Para o contributo particular de *Aventura e Rotina*, ver Cristiana Bastos (2015). “Aventura e rotina: um livro de meio de percurso revisitado”, *Gilberto Freyre. Novas leituras de outro lado do Atlântico*, Marcos Cardão e Cláudia Castelo (orgs.), São Paulo: Editora da Universidade, pp. 35-48.

¹²⁶⁰ Freyre (1953). *Aventura...*, p. 353.

¹²⁶¹ Freyre (1953). *Aventura...*, p. 354.

do problema de casas para trabalhadores nos trópicos”¹²⁶². Assinalava, em particular, o encontro internacional de *experts* em “Tropical Housing” em Caracas, co-organizado pelas Nações Unidas e pelo Governo da Venezuela, em 1947¹²⁶³, sem aparentemente validar as matérias produzidas por outros fóruns com temas semelhantes, a decorrer em África, como seria o caso da CCTA, ou até os estudos de Fry e Drew, antes mencionados.

A resposta por parte da companhia não tardou, com a “crítica de uma crítica” assinada por Ernesto de Vilhena, em 1954¹²⁶⁴. Face às notas de Freyre sobre a (falta de) consciência técnica na produção de habitações Diamang, o administrador defendeu o conhecimento empírico e individual – “das condições especiais do clima, do indivíduo a alojar, do trabalho que ele presta, e ainda da economia geral da indústria em cujo quadro o problema tem de ser resolvido” –, que considerava mais revelante que qualquer teoria genérica debatida na “vanguarda dos modernos estudos em torno do problema”, entre “literatura, reuniões, congressos e inevitáveis discursatas”. Ou seja, não era sequer uma questão sobre o fórum de discussão mais adequado, mas uma rejeição de qualquer tipo de debate externo. O comentário seria inclusive estendido às actividades de “assistência” promovidas do Congo Belga, que Vilhena criticava como excessivas, porque, “sempre no receio de não parecer assaz progressivo, se abalança a realizações ou projectos de socialismo indígena cujos encargos deveria ele saber bem quanto lhe pesam na Europa”¹²⁶⁵.

Mais adiante, procurando exemplos práticos, Vilhena referiu a recente demolição de mais de uma centena de habitações pela cessação da respectiva mina, repisando o argumento apresentado em Elisabethville¹²⁶⁶. Era, portanto, “nesta ordem de ideias” – contra o “deslumbre” de “exemplos alheios”¹²⁶⁷ –, que a Diamang encarava e “resolvia o problema da habitação dos trabalhadores na exploração mineira”, sem deixar de “evidentemente, de complet[ar] e aperfeiço[ar] o tipo indígena e agrupando as casas de maneira a formarem verdadeiras aldeias na proximidade das minas a que haviam de servir”. A situação habitacional na Lunda seria resumida nestes termos:

“A construção foi feita com adobes, com suas juntas a imitar o tijolo, portas e janelas na medida do necessário, varanda à roda, que o indígena muito aprecia, e cobertura a colmo. Casas separadas umas das outras, mas com serventia comum de latrinas, terraços para a secagem da mandioca, recintos cobertos para reuniões e outras necessidades da vida indígena, seus pomares e cercados de vedação, tudo de maneira a formar conjuntos de boa aparência e mesmo de apreciável estética. Uma secção especial de serviços, a «Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena», tem, entre outros seus numerosos deveres, o de vigiar, constantemente, pela boa ordem, limpeza e aparência geral desses agrupamentos, pela reparação

¹²⁶² Freyre (1953). *Aventura ...*, p. 353.

¹²⁶³ *Reunión internacional de expertos sobre la vivienda tropical / International Meeting of Experts on Tropical Housing*, Caracas, Venezuela, 2 a 12 de Dezembro de 1947, organizado conjuntamente pelo Secretariado da ONU e pelo Governo da Venezuela. A agenda, participantes, planos e relatórios do encontro estão disponíveis no arquivo das Nações Unidas, Departamento de *Social Affairs*, Divisão de *Social Welfare* [S-0921-0077-0001-0007].

¹²⁶⁴ Ernesto de Vilhena (1954). *Aventura e rotina: crítica de uma crítica*. Luanda: Empresa Gráfica de Angola.

¹²⁶⁵ Vilhena (1954). *Aventura e rotina...*, pp. 27 e ss.

¹²⁶⁶ “Elementos...” UC/AD.

¹²⁶⁷ Vilhena (1954). *Aventura e rotina...*, p. 29.

das habitações depois da época das chuvas, pela desinfecção interior delas, e de prover a outras necessidades que, no geral ou em particular, os seus habitantes venham a manifestar. Para os trabalhadores indígenas especializados, ou outros que hajam de permanecer, por tempo apreciável, junto dos centros urbanos da Companhia, adoptou-se um tipo de casa com características de maior avanço, quanto aos materiais empregados, à sua aparência exterior e disposição interna; a casa é já de tijolo de barro cozido, pavimento cimentado e cobertura.”¹²⁶⁸

*

A defesa estava ainda em fase de publicação quando a Diamang foi alvo de outra ofensiva escrita. Desta vez, um artigo de Basil Davidson¹²⁶⁹, dado à estampa em Maio de 1954. O título evidenciava a leitura feita pelo jornalista inglês a propósito das condições laborais em Angola: “An African Slavery. Little corner of Paradise”¹²⁷⁰. Vedado de qualquer visita à região das minas, ao contrário de Freyre, Davidson tinha aparecido de surpresa nos escritórios em Luanda, sem ser reconhecido pelos agentes da companhia¹²⁷¹. Da sua breve observação no local, a que mais tarde somou informações obtidas junto do “amigo” Mottouille, em Bruxelas¹²⁷², tinha sobressaído os “vários posters onde [a Diamang] publicita[va] as maravilhas da sua política social”¹²⁷³.

Sem menosprezar o contexto das acusações de Davidson, as estratégias de defesa das autoridades portuguesas e posteriores ramificações internacionais, que já foram bem esgrimidos¹²⁷⁴, o seu artigo interessa-nos aqui para sublinhar, mais uma vez e sobretudo, a existência de vozes críticas à Diamang, que relembram a importância de uma leitura prudente, e de várias perspectivas, sobre os relatos produzidos pela empresa, tal como aqueles expostos em Elisabethville. Na publicação, o parecer do jornalista inglês sobre a natureza do trabalho na Lunda era evidente: “em 1947, [a empresa] tinha 17500 homens, dos quais 5000 foram contratados pela intervenção das autoridades – isto é, escravos”. Apesar desta nota, acrescentava: “os trabalhadores livres no interior são normalmente mais mal pagos e mal tratados do que os contratados. Podemos ver isso nas plantações ou nas minas da Lunda”. Do ponto de vista da habitação, Davidson notava que os planos de “aformoseamento” das

¹²⁶⁸ Vilhena (1954). *Aventura e rotina...*, p. 31.

¹²⁶⁹ Basil Davidson (1914-2010) foi um jornalista e historiador britânico. Destacou-se no contexto português não só pelas críticas às condições coloniais, como por ter sido o primeiro repórter a acompanhar os guerrilheiros em Angola e Guiné-Bissau. Durante vários anos participou activamente nas lutas pelas independências africanas.

¹²⁷⁰ Basil Davidson (1954). “An African Slavery. Little corner of Paradise”, *The New Statesman and Nation*, 8 de Maio de 1954. Após este artigo, Davison publicou um segundo no mesmo jornal, sobre as mesmas matérias, a 16 de maio de 1954. Davidson compilou uma série dos seus artigos no livro *The African Awakening*, de 1955.

¹²⁷¹ Mário Costa alertou Ernesto de Vilhena da passagem de “um Sr. Basil Risbridger Davidson” pelos escritórios em Luanda, nos primeiros dias de Fevereiro de 1954. Sem quaisquer mostrar credenciais, Davidson apresentou-se como homem “dedicado a estudos respeitantes à vida indígena, sendo especialista em serviços de mecanização do trabalho”, mas foi vedado de qualquer informação depois de questionar sobre os salários da empresa. Alarmados pela situação, os agentes da Diamang procuraram informações junto da polícia e compilaram uma série de elementos sobre a sua identidade. Davidson entrou em Angola por Teixeira de Souza, passou no Lobito e seguiu de Luanda para Leopoldville, no Congo Belga. Na capital de Angola, contactou ainda com a Repartição dos Negócios Indígenas, que autorizou a sua visita ao recente Bairro Indígena do Estado (classificado pela Diamang como “bastante fraco”). Correspondência entre Costa e Vilhena, 16 de Fevereiro de 1954. UC/AD.

¹²⁷² Correspondência entre Costa e Vilhena, 16 de Fevereiro de 1954. UC/AD.

¹²⁷³ Davidson (1954). “An African Slavery...”

¹²⁷⁴ Monteiro (2017). “A internacionalização...”, pp. 164 e ss.

aldeias e das casas, a par da alimentação e dos serviços de saúde, não eram mais do que estratégias “da moda” para “mimar” estes homens e respectivas famílias¹²⁷⁵. Por outras palavras: apesar dos propósitos condenáveis, ancorados a questões de maior rentabilidade e controlo, os “contratados” viveriam em melhor situação face aos trabalhadores da região, uma vez que, da perspectiva do jornalista, o seu espaço seria mais qualificado.

Como vimos, a afirmação tinha alguma verdade, mas falhava em fundamentar a complexidade da situação: as condições do espaço, em particular da casa, eram (e continuariam a ser) um dos mais relevantes veículos da Diamang não só para lidar com questões práticas e locais, mas também para enfrentar outros desafios: o escrutínio externo, nos diversos planos internacionais e inter-imperiais, a competição técnica entre empresas de mineração ou ainda os anseios da administração colonial. É sobre este último ponto que avançamos em seguida.

Habitações “definitivas”?

Pouco tempo após o encontro de Elisabethville, várias empresas a operar na região de Malange, entre as quais a Diamang (que ali dispunha de um significativo reservatório de trabalhadores¹²⁷⁶), começaram a ser surpreendidas com a anulação de pedidos para “angariamento” de mão de obra. Em Março de 1953, todas as licenças foram indeferidas pela administração distrital até à apresentação de projectos de habitação para trabalhadores¹²⁷⁷. Em causa estava a portaria 5921, publicada em Junho de 1946, no Boletim Oficial de Angola, cujo artigo 43 insistia na construção de alojamento “definitivo” para todos os “contratados”¹²⁷⁸. A situação traduzia o desconforto e as preocupações do aparelho colonial português face à conjuntura de amplo escrutínio que vimos antes, e serve-nos nesta secção para continuar a testar duas questões: por um lado, explorar a flexibilidade da linguagem edificatória da Diamang e a sua adequação aos vários contextos; por outro, aferir o grau de concretização no terreno. Como se materializaram então as “casas de tipo definitivo”? A partir de que intenções, cedências e contextos?

A directriz da portaria 5921 convergia com as anteriores orientações do CTI, que desde finais da década de 1920 tinha comprometido as empresas coloniais a alojar os seus contingentes fixos¹²⁷⁹. O problema resultava, então, da interpretação da lei: ambos os decretos faziam uso da expressão “definitivo”, mas o Governo Geral de Angola tinha decidido dar um sentido diferente ao novo diploma, trazendo dificuldades à resposta das entidades patronais. O centro da contenda estava na materialidade das construções: o CTI especificava a legitimidade em construir “tipos de habitação

¹²⁷⁵ Davidson (1954). “An African Slavery...”

¹²⁷⁶ Em particular na Circunscrição do Songo.

¹²⁷⁷ O “despacho de indeferimento” seguiu nos seguintes termos: “[o Governo Geral de Angola] não dá licença para o angariamento sem que o interessado apresente o projecto de habitação para instalação de trabalhadores, acompanhado da respectiva memória descritiva e do plano de trabalhos para a execução do mesmo projecto”. Correspondência confidencial com Ernesto de Vilhena, 3 de Abril de 1953. UC/AD.

¹²⁷⁸ Correspondência ..., 3 de Abril de 1953. UC/AD.

¹²⁷⁹ Artigo 236º: “Os patrões de trabalhadores cuja residência habitual não seja junto do local do serviço serão obrigados a dar-lhe alojamento.”. *Código do Trabalho dos Indígenas*, Decreto 16:199, 6 de Dezembro de 1928. Capítulo VIII “Da alimentação, alojamento e vestuário”. Secção II “Do alojamento”.

para cada região da colónia, tendo em vista condições climatéricas, os hábitos do indígena e os recursos locais em materiais de construção¹²⁸⁰; em consequência, os padrões tinham entendido que casas em barro e capim – os ditos materiais locais – eram suficientes para cumprir com as obrigações legais. Existiam alguns ensaios em alvenaria de tijolo, também patrocinados na Lunda pela Diamang através da SPAMOI, mas, como provámos, não cobriam a totalidade das estruturas oferecidas. A portaria 5921, pelo contrário, era mais vaga em indicações no que diz respeito à natureza material. Por isso, na leitura crítica das autoridades – que, como notámos, espelhava os desenvolvimentos tecnológicos e, acima de tudo, as disposições morais e sociais da época, a par da maior atenção pública – o “carácter definitivo” passou a traduzir-se em “tijolo”.

Consciente dos problemas que este pedido levantava às empresas, a administração de Malange encomendou um “projecto-tipo” à repartição local de Obras Públicas, que incluía um “aldeamento definitivo para contratados” e um “plano complementar de uma fossa para dez habitantes”¹²⁸¹. Sem que tenha sido possível encontrar estes desenhos, ficamos a entender alguns dos seus contornos pela resposta da Diamang, não obstante o conteúdo vago. Os técnicos da companhia não foram comedidos nas críticas em respeito à solução arquitectónica: o “sistema gemelar” proposto não funcionaria por “falta de condições de ventilação”, sobretudo nas tipologias maiores, destinadas a seis ocupantes. O projecto era comparado com as habitações recentemente construídas pela empresa “Cerâmica Imperial”, baseada em Malange, onde se verificava um arejamento deficiente, devido à janela única de dimensões reduzidas¹²⁸².

Sem prejuízo desta análise, os agentes da Diamang concordavam que, na “interpretação técnica da construção”, a razão estava do lado do governo, mas não deixariam de repudiar a tradução “demasiado literal” do diploma, que, na sua opinião, excedia aquele que deveria ser o verdadeiro objectivo: combater a “construção de acampamentos feitos apenas de capim, cobertos de ramos de árvore, o conhecido sistema pau a pique, como é vulgar ver-se ainda hoje nos serviços do estado”. Sobre o sistema oferecido na Lunda, eram categóricos: “já é até bom de mais”¹²⁸³.

Os relatórios da SPAMOI não permitem confirmar a realidade no terreno, ainda que reportassem as “casas duplas” como a tipologia dominante na Lunda, como antes referimos. Em 1951, nas 39 aldeias sob a alçada do serviço, 1300 habitações seriam do tipo “dupla com varanda”, em contraste com as cerca de 400 casas distribuídas pelas restantes categorias¹²⁸⁴. Não obstante os quadros anuais detalhados sobre o número e tipo de habitações (que, por si só, estão várias vezes em discordância com outras contagens apresentadas pela empresa), é impossível fixar a efectiva materialidade destas casas, por dois motivos evidenciados pela performance da Diamang no tratamento da questão:

¹²⁸⁰ Artigo 237º, número 1, *Código do Trabalho dos Indígenas*, 1928.

¹²⁸¹ Correspondência, 10 de Abril de 1953. *Mão de obra indígena. Recrutamento. Períodos dos contratos, salários, taxas e alojamentos*, 1953-1954. 86B, 6, 5º. UC/AD.

¹²⁸² Correspondência, 10 de Abril de 1953. UC/AD.

¹²⁸³ De acordo com a avaliação do Governador de Malange, estava em causa, em particular, as condições de habitação oferecidas pelos “agricultores de tabaco, que têm descuidado grandemente o alojamento, limitando-se à construção de simples abrigos”. Para rematar, os técnicos da Diamang defendiam: “Agora, o que tem a nossa companhia actualmente já é até bom de mais”. Correspondência..., 3 e 10 de abril de 1953. UC/AD.

¹²⁸⁴ *Relatório anual da SPAMOI*, 1951. UC/AD.

primeiro, porque entendemos que parte dos relatos oficiais seria simulada, mesmo que parcialmente; depois, porque as ditas “casas duplas” eram, afinal, uma solução arquitectónica que admitiu vários materiais, desde o “definitivo” ao “semi-definitivo”.

A deliberação do óbice seguiu os seguintes trâmites: numa inusitada operação de cosmética acertada com a administração de Malange¹²⁸⁵, a Diamang decidiu submeter ao Governo Geral de Angola algumas cópias do plano da “aldeia para trabalhadores em trânsito” que estava prevista construir nos arredores do Dundo. Naquela situação, a utilização prolongada justificaria, de facto, as casas “definitivas” em tijolo. O projecto – que a Diamang apresentou como o “plano-modelo” a transportar para todas as aldeias da região, ainda que esta afirmação fosse falsa – era composto 72 para um total de 576 trabalhadores, numa média de 8 pessoas por cada casa de quatro compartimentos. Na implantação ortogonal, através de grupos de 6 habitações, figurava também um armazém e escritório, no topo do eixo central, várias fontes, cozinhas e refeitórios nos acessos laterais, e algumas instalações sanitárias, já fora do perímetro arborizado. À volta, uma zona totalmente capinada, ou seja, livre de vegetação. A orientação das habitações tinha em conta os “ventos dominantes”¹²⁸⁶, obedecendo às regras do “urbanismo tropical”. Para todos os edifícios, desenhados em planta e alçado, estava prevista a construção em alvenaria de tijolo, pavimento de cimento e cobertura de alumínio¹²⁸⁷. Apenas três anos após o “plano-modelo” de Elisabethville, e face a uma audiência distinta, a putativa “aldeia-tipo” da Diamang apresentava-se de um modo e formas completamente diferentes, sugerindo que as propostas tivessem um carácter fictício.

Julgou-se ser “o suficiente” para fazer aprovar rapidamente novas “guias de angariamento”¹²⁸⁸; e assim aconteceu. Mais tarde, o próprio Governador Geral confirmou confidencialmente pretender apenas que outras empresas em Angola não invocassem a Diamang como “exemplo” para a falta de alojamento apropriado – querendo, por isso, apresentar a empresa como “padrão” no sentido contrário¹²⁸⁹. De acordo com a nota do Inspector de Assistência Médica ao Trabalhador Indígena, o projecto da Diamang “satisfaz[ia] absolutamente, não só quanto a condições higiénicas como até sob o aspecto urbanístico”¹²⁹⁰. Ainda neste parecer, seria notório o comentário a propósito da elaboração do desenho “em todos os pormenores, o que pela primeira vez sucede”, mostrando que a produção de habitação na Lunda (e provavelmente em Angola) era, regra geral, e até então, feita sem recurso a qualquer projecto, empregando apenas o empirismo.

¹²⁸⁵ Leia-se: “Não desconhece o Governador de Malange como os nossos trabalhadores estão alojados. E por isso, pela sua parte (ainda que a ele pertença determiná-lo), não nos obrigaria ao cumprimento do disposto no referido art. 43 da Portaria nº 5921 (...). Tudo isto fizemos ver ao Governador de Malange e ele sabe bem que é assim. (...) Segundo nos disse o Governador de Malange, a quem falámos no que fica dito [enviar plantas de outro bairro], no plano de execução das 200 casas poder-se-ia indicar prazos de grande amplitude, dando assim lugar a muito tempo de espera”. Correspondência entre Mário Costa e Vilhena, 3 de abril de 1953. UC/AD.

¹²⁸⁶ “Aldeia para Trabalhadores Indígenas”, 53-8e, 2 de janeiro de 1953. *Mão de obra indígena. Recrutamento. Períodos dos contratos, salários, taxas e alojamentos*, 1953-1954. 86B, 6, 5º. UC/AD.

¹²⁸⁷ “Habitação para trabalhadores indígenas”, 53-8a; “Retretes e balneários”, 53-8b; “Refeitório para 144 trabalhadores indígenas”, 58-c; “Armazém e escritório a construir na aldeia para trabalhadores”, 53-8d; “Cozinha para trabalhadores”, 47-47. *Mão de obra indígena*. 86B, 6, 5º. UC/AD.

¹²⁸⁸ Correspondência entre Mário Costa e Vilhena, 3 de abril de 1953. UC/AD.

¹²⁸⁹ Telegrama de Sá Carneiro para Ernesto de Vilhena, 18 de maio de 1954. “Fosse qual fosse o programa que companhia apresente quanto a alojamentos, o Governado Geral aprova”. UC/AD.

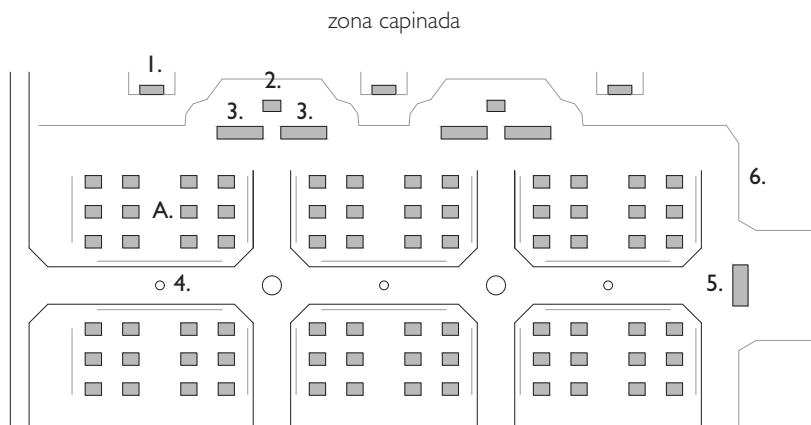
¹²⁹⁰ Nota do médico inspector João Araújo Freitas. Carta de Mário Costa para Ernesto de Vilhena, 16 de junho de 1953. *Diamang, Direcção Geral. Sede e Serviços*, 1942-1943. UC/AD.

Aldeia para trabalhadores indígenas

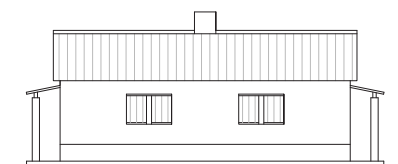
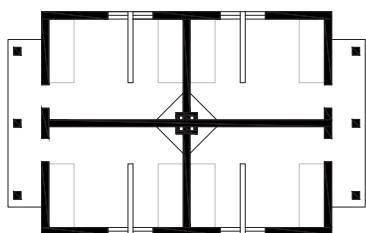
[desenhos 53-8a / 8e]

A. Casas 4 compartimentos

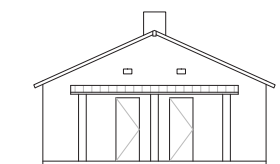
- 1. Instalações sanitárias;
- 2. Cozinhas;
- 3. Refeitórios;
- 4. Fontes;
- 5. Armazém e escritório
- 6. Vegetação



[A.]



Alçado lateral



Alçado frontal



[198] Vista lateral da aldeia para contratados, no Fucaúma, 1961

[199] Localização do Bairro-Sul para especializados, no Dundo (ortofotomapa, 2023)

[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD; Google Earth]

O plano, ainda que não tenha sido generalizado, foi aplicado não só na aldeia de trânsito do Dundo como nas aldeias do Furi 1, Furi 2 e Caiuma e na aldeia da mina do Chilupuca, todas na zona do Fucaúma. Recordamos que esta última seria utilizada para fazer experiências com novos tipos de blocos de alvenaria, como vimos na segunda parte, ilustrando o carácter experimental da época. Em 1954, das 900 “casas quádruplas” aprovadas de acordo com este programa, tinham apenas sido construídas cerca de 100, distribuídas por estes diferentes lugares¹²⁹¹. Mais importante: como revelou Ernesto de Vilhena na sua resposta a Freyre, as comunidades locais tinham precisamente rejeitado este “modelo”, levando ao abandono imediato de muitas das casas – num processo que reforçava a instrumentalização do projecto, em desalinho com a realidade e práticas no terreno.



[200] Aspecto da aldeia do Chilupuca, 1966
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]

Face a todas as circunstâncias, a Diamang acabou por apostar numa solução intermédia para a paisagem laboral da Lunda. Por um lado, para as minas com duração superior a dez anos, ficou prevista a dita “construção definitiva” – até porque, segundo o olhar estratégico da SPAMOI, “há zonas com dificuldades em obter madeiras, [nas quais] haverá vantagem na construção em alvenaria”¹²⁹². Por outro lado, para explorações com duração inferior, insistiu-se na manutenção, “como não podia deixar de ser, [d]o tipo de instalação semi-definitiva em uso, de construções em adobe devidamente rebocado”¹²⁹³, argumentando que nestes lugares o “definitivo deveria ser a construção para esse tempo [de trabalho]”, ou seja, indefinidamente temporário.

¹²⁹¹ “Novo projecto de habitações para alojamento dos trabalhadores indígenas contratados com intervenção da autoridade, estas de carácter definitivo, conforme Portaria Provincial 5921 de 4 de junho de 1946. (...) O programa tem como primeira fase de tão importante melhoramento a construção de 200 casas quádruplas para o pessoal em trânsito do Dundo, em dezembro já tínhamos concluídas 84, num total de 336 alojamentos, a completar com mais 900 casas, de igual modo quádruplas e distribuídas pelos locais onde seja de admitir uma mais provável estabilidade dos nossos trabalhados. Destas, foram já edificadas, 18 habitações – 12 na povoação de Fucaúma, servindo o pessoal das minas do Furi 1, Furi 2 e Caiuma, e 6 junto à mina de Chilupuca – prefazendo o total de 102 casas com 408 compartimentos”. *Relatório do Conselho de Administração e parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1954*.

¹²⁹² *Relatório anual do SPAMOI, 1962*. UC/AD.

¹²⁹³ Carta de Tavares Paulo para Mário Costa, 23 de abril de 1963. UC/AD.

Sem prejuízo desta decisão, a concretização de “casas definitivas” foi demorada. Como veremos no próximo capítulo, foi apenas no início da década seguinte que a Diamang registou a pretensa inversão numérica entre habitações “definitivas” e “temporárias”, já também como resposta às exigências políticas do conflito colonial. Os responsáveis no terreno tinham imediatamente alertado que o programa das “aldeias definitivas” aprovado junto das autoridades não poderia ser cumprido “tão depressa como se desejaria”: por um lado, estavam para breve várias obras de ampliação das explorações, como a Barragem do Luachimo ou a nova estação de “Sink and Float”; por outro lado, lembravam “que as possibilidades [da companhia] são muitas vezes condicionadas por muitos factores que ultrapassam o nosso controle, nomeadamente as dificuldades ligadas à aquisição e transporte de materiais necessários para todas as obras, por vezes difíceis de obter (...)”¹²⁹⁴. Os anos subsequentes foram de experimentação de novas tipologias, tecnologias e materiais construtivos, como estudámos em capítulo anterior, revelando um intenso processo cruzado entre a técnica, o espaço e a política.

Ainda a propósito deste episódio, e com significativo interesse para os temas deste trabalho, foi confidenciada entre os agentes da Diamang, em correspondência privada, uma certa insatisfação face à atitude míope das autoridades portuguesas, descrita pela “pena que não se executem [casas] em Angola, tanto quanto possível, por cópia ou por imitação pelo que já está lá fora devidamente estudado e experimentado”¹²⁹⁵. Como alternativa a esta visão curta, foi referida a “muitíssimo interessante” publicação do *Bulletin du Centre d'Études des Problèmes Sociaux Indigènes*, em particular os números 12 e 18, de 1950 e 1952, respectivamente¹²⁹⁶, que nos leva necessariamente para uma análise do seu conteúdo. Sobre ambos os volumes, editados pelo Institut Royal Colonial Belge, os agentes da companhia elogiavam os “curiosos e apropriados modelos de habitação” e a “ampla matéria para ajudar eficazmente a resolver o problema do alojamento dos indígenas”¹²⁹⁷. Ou seja, ao contrário da postura em Elisabethville e dos argumentos contra as críticas de Freyre, a consulta de conhecimento externo voltava a ser valorizada, também por conveniência¹²⁹⁸.

O periódico em questão tinha sido inaugurado em 1946, acompanhando a fundação do centro que lhe dava nome: o Centre d'Étude des Problèmes Sociaux Indigènes (CEPSI), instituição baseada em Elisabethville, com financiamento da Union Minière. O CEPSI estava debruçado sobre matérias de alojamento, o chamado “progresso rural” e infraestruturas de saúde¹²⁹⁹. Comprovando o enorme interesse nestes temas, tinha organizado, em 1949, um volume sobre as “Maisons indigènes au Congo”, onde foi analisada a habitação para trabalhadores da Centrale Electrique du Congo (CEC) e da Compagnie du chemin de fer du bas-Congo au Katanga (BCK)¹³⁰⁰. Recordamos que este foi o tempo de ambiciosos “planos de fomento” nas colónias em África¹³⁰¹, de alavancagem das ciências

¹²⁹⁴ Carta de Tavares Paulo para Mário Costa, 23 de abril de 1963. UC/AD.

¹²⁹⁵ Correspondência, 10 de Abril de 1953. UC/AD.

¹²⁹⁶ *Bulletin CEPSI*, 18, 1952: “Contribution à l'étude des Habitations pour Indigènes au Congo Belge”, por M. Bruyere.

¹²⁹⁷ Correspondência..., 10 de Abril de 1953. UC/AD.

¹²⁹⁸ Como se evidenciou noutros capítulos, a valorização externa foi a postura preponderante na Diamang, inclusive de Vilhena, aquando do confronto com dificuldades. A transformação do discurso da empresa conforme os objectivos e a audiência relembra da necessidade de leituras atentas e críticas.

¹²⁹⁹ Cf. Benjamin Rubbers e Marc Poncelet (2015). “Sociologie coloniale au Congo belge. Les études sur le Katanga industriel et urbain à la veille de l'Indépendance”, *Genèses*, 99 (2), pp. 93-112.

¹³⁰⁰ *Maisons indigènes au Congo: B.C.K. et C.E.C., Elisabethville*, CEPSI, 1949.

¹³⁰¹ Entre os quais os *Colonial Development and Welfare Acts*, instituídos por Inglaterra em 1940 e 1945, o *Fonds*

sociais e de ampla produção de conhecimento científico sobre as mais diversas matérias coloniais¹³⁰² – a época do “imperialismo do conhecimento”, nas palavras de Frederick Cooper¹³⁰³ –, numa onda acompanhada (e apoiada) pelas companhias de exploração, entendidas como “focos de modernidade” no continente¹³⁰⁴. O CEPSI tornou-se um destes pontos nevrálgicos – em paralelo, por exemplo, com o Rhodes Livingstone Institute, na Rodésia, também atento à espacialização laboral e social a partir da exploração mineira¹³⁰⁵ – e o boletim seria o seu principal “escaparate”¹³⁰⁶, com vários números dedicados ao espaço e às formas de alojamento das comunidades africanas¹³⁰⁷.

Vale a pena conhecer os conteúdos do bulletin referidos pela Diamang, para que seja possível entender a visão dos técnicos da empresa. O volume 12 condensou várias páginas sobre o “agrupamento de casas e anexos para pessoal indígena” na Union Minière¹³⁰⁸, com plantas, respectivas dimensões e fotografias. O projecto para um “General Camp M.O.I.” [Campo Geral de Mão de Obra Indígena], destinado aos trabalhadores menos qualificados da empresa belga, determinava uma implantação linear, ao longo de uma “via para trânsito automóvel”, com 6 metros de largura. A 4 metros deste eixo, seriam implantados, de ambos os lados, sucessivos lotes de 15,66x16,50 metros, num total de 258,39m² por talhão, para a construção de uma casa dupla, ou seja, com dois alojamentos, cada um com dois quartos e uma cozinha posterior. Para completar o conjunto, era proposta uma ampla “área arborizada”, entre cada duas fileiras de edifícios, com 47 metros de largura, com instalações sanitárias e duches, sempre obedecendo a espaçamentos rigorosos entre edifícios. Por outro lado, para situações de natureza mais urbana, o plano para um “Quartier M.O.I. de 12 Maisons Doubles” previa, como o nome indica, um “bairro de doze casas duplas”, num talhão bem delimitado, organizado em volta de uma zona exterior interna, numa área rectangular de cerca de 1 hectare (178x56 metros). Apesar da proposta utilizar também casas “duplas”, estas eram de maiores dimensões, com três ou quatro quartos cada, e, por isso, incluía um conjunto mais numeroso de equipamentos: cozinhas com alpendres, grupos de instalações sanitárias, duches, lavatórios e fontenários de água potável¹³⁰⁹. Todas as vias de acesso estariam equipadas com esgotos e drenagem adequada.

d'Investissements pour le Développement Économique et Social (FIDES), pela França, em 1946, *Plan Décennal du Congo Belge*, pela Bélgica em 1949, ou o Primeiro Plano de Fomento, em Portugal, entre 1953 e 1958.

¹³⁰² Ver, entre outros, Helen Tilley (2011). *Africa as a Living Laboratory: Empire, Development, and the Problem of Scientific Knowledge, 1870-1950*. The University of Chicago Press; Brett M. Bennett e Joseph M. Hodge (eds.) (2011). *Science and Empire: Knowledge and Networks of Science across the British Empire, 1800-1970*. Basingstoke: Palgrave Macmillan; Castelo (2022). “Recherche et développement...”

¹³⁰³ Cooper (1997) [2016]. “Burocratas modernizadores...”, p. 129.

¹³⁰⁴ Cooper (2004). “Development, Modernization...”.

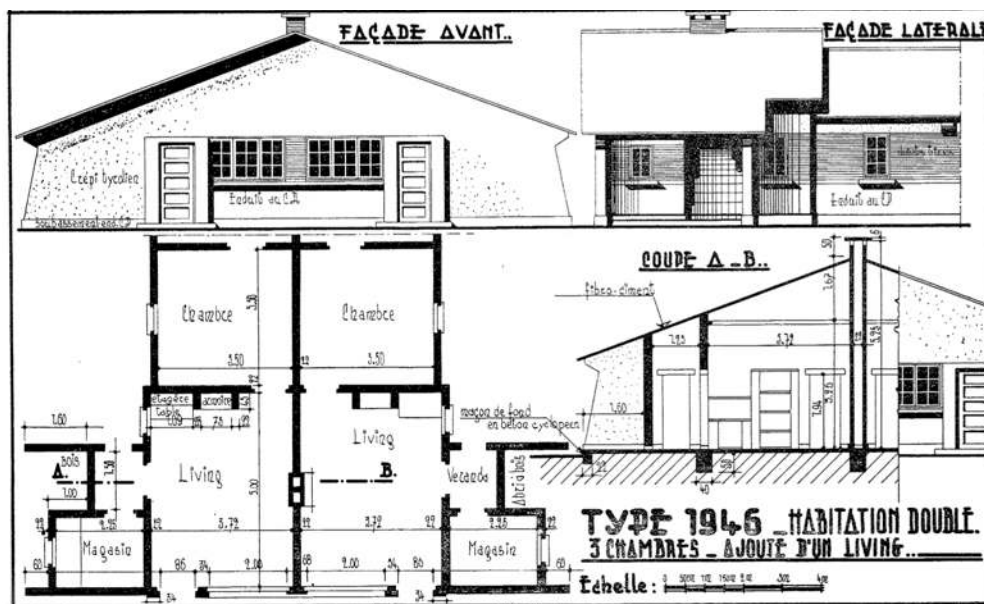
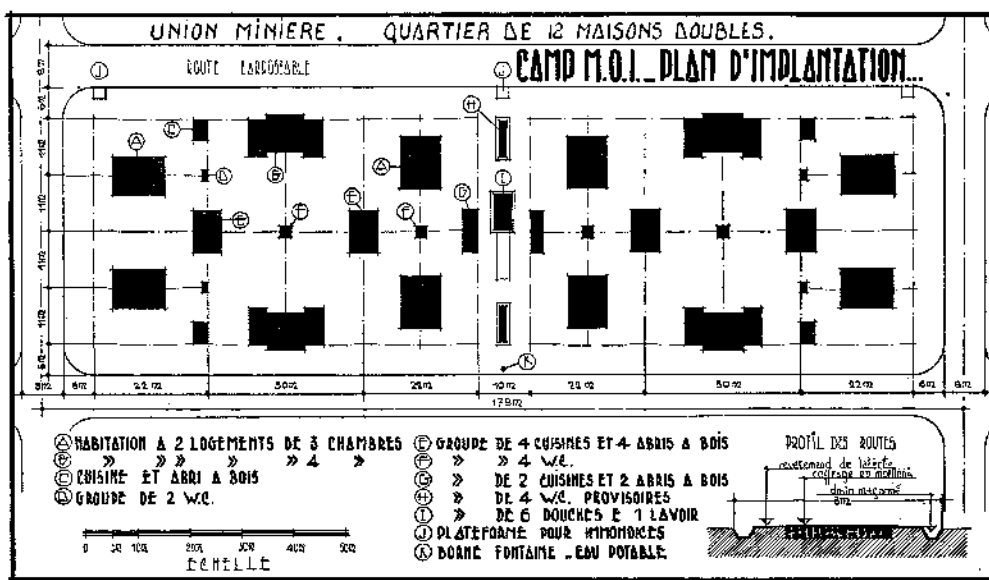
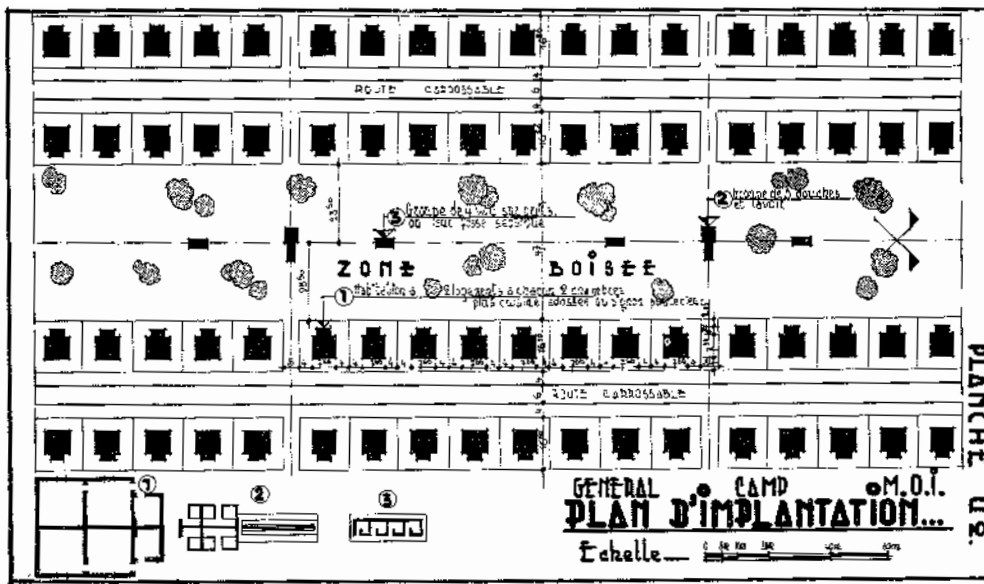
¹³⁰⁵ Lynette Schumaker (1996). “A Tent with a View: Colonial Officers, Anthropologists, and the Making of the Field in Northern Rhodesia, 1937-1960”. *Osiris*, 11, pp. 237-258.

¹³⁰⁶ Rubbers e Poncelet (2015). “Sociologie coloniale...”; Marc Poncelet (2020). “Colonial Ideology, Colonial Sciences and Colonial Sociology in Belgium”. *The American Sociologist*, 51, pp. 148-171.

¹³⁰⁷ Para além dos números 12 e 18, veja-se, por exemplo, o número 13, com artigos de M. Willaert, “Les coopératives indigènes”, pp. 7-33; e J. Noyen “Quelques remarques sur le paysannat résultant d’observations faites dans les groups pilotes du district de Kabinda”, pp. 98-107; ou o número 15, com o estudo de F. Grévisse, “Le Centre Extra-Coutumier d’Élisabthville”.

¹³⁰⁸ “Union Minière du Haut-Katanga. Groupment des maisons et annexes pour le personnel indigène. Plans, métrés et photos”. *Bulletin du CEPSI*, 12 [“Consacré aux maisons indigènes au Congo”], 1950, pp.129-181.

¹³⁰⁹ *Bulletin du CEPSI*, 12, 1950, pp. 129-181.



Para além destes planos gerais, o guia divulgou mapas de materiais detalhados, que permitem fixar, àquela época, as nomenclaturas nem sempre evidentes das várias habitações consideradas pelas companhias – ponto que tem de ser acautelado antes de qualquer comparação. Por exemplo, apesar de a Union Minière construir também “habitações provisórias”, estas não correspondiam inteiramente à solução de mesmo nome adoptada pela Diamang. Nos campos do Congo Belga, uma casa “provisória” seria edificada com tijolos de Kimberley (blocos de adobe seco), piso de terra batida e cobertura de chapa de alumínio; na Lunda, recordamos, mantinha-se o colmo em utilização. Uma habitação “provisória” da Union Minière corresponderia, portanto, a uma “casa semi-definitiva” na Lunda. As casas “definitivas”, por outro lado, eram semelhantes a nível de material: betão nas fundações, pavimentos em cimento, paredes de alvenaria com tijolo cozido, janelas envidraçadas e placas de fibrocimento na cobertura. Nesta categoria, a diferença residia sobretudo na organização interior: do lado belga expunha-se um conjunto bem mais diverso de tipologias, que variavam no número de quartos, integração da cozinha e localização da varanda ou ainda na moderna introdução de uma “living-room” no mais recente “tipo 1946”¹³¹⁰.

O volume 18, por outro lado, deu à estampa uma versão resumida dos estudos de M. Bruyère¹³¹¹, já mencionados. Lembramos que o engenheiro belga tinha compilado as suas “Contribuições para o estudo das habitações para indígenas no Congo Belga”¹³¹², em 1952, que seriam bem conhecidas (e ensaiadas) pela Diamang, como mostra a construção das “casas balão” no Dundo, em 1953 – ou seja, coincidindo com o episódio que agora examinamos – e também a expansão desta povoação, em 1958¹³¹³. A propósito da habitação oferecida na Lunda, notamos os pontos mais relevantes no pensamento de Bruyère, para que se possa entender o grau da sua aplicação nas minas em Angola. Partindo de uma crítica aos planos urbanos em forma de “tabuleiro de xadrez”, que dizia “sacrificar o uso da terra em prol da perfeição de um desenho geométrico”, Bruyère defendeu a aplicação de “aldeias satélites” como resposta à expansão urbana em África. A este “princípio geral”, somou várias considerações sobre a organização do espaço, correspondentes às realidades propostas tanto pela Diamang como pela Union Minière para as suas “aldeias-modelo” (sem prejuízo das diferenças atrás mencionadas): “o tipo linear alongado ao longo de uma via de comunicação como forma de via de acesso mais favorável”; “recriação de pequenos grupos, reminiscentes da aldeia ancestral, privilegiando os encontros ao ar livre, facto essencial da vida africana, [pelo que] parte das casas deve ser construída em torno de pequenos logradouros públicos; definição de uma “praça mais importante”; amplas zonas verdes, formando “um pulmão” entre áreas construídas. Em suma, o autor dizia que “um layout irregular com grandes espaços abertos é o novo projecto indicado por especialistas”, sendo de “evitar alinhamentos intermináveis e deprimentes de casas que são todas semelhantes”¹³¹⁴; em evidente contraste, portanto, com as aldeias construídas na Lunda.

[201] Planos para campos e habitações da mão de obra na Union Minière, 1950
[Bulletin du CEPSI, 12]

¹³¹⁰ “Type 1946: Habitation double, 3 chambres ajout d’un living”, *Bulletin du CEPSI*, 12, 1950, p. 181. Sobre esta sala, a empresa afirmou: “Para os novos tipos de casa, adoptados em 1946, existe uma living-room, espaçosa. Esta é a etapa mais difícil, mas será uma enorme realização na evolução da mulher indígena e na constituição de famílias segundo a concepção europeia”. *Rapport annuel*, 1947: Oeuvres et Action Sociales. AGR/UM.

¹³¹¹ *Bulletin du CEPSI*, 18-19, 1952.

¹³¹² M. Bruyère (1952). “Contribution à l’étude des habitations pour indigènes au Congo belge”. IRCB.

¹³¹³ Ver segunda parte.

¹³¹⁴ Bruyère (1952). “Contribution...”, pp. 29 e ss.

Sobre a organização e materialidade da casa, analisou os prós e os contras de soluções testadas no Congo Belga, assumindo as dificuldades daquela “panaceia”. As únicas certezas, poucas, seriam também aplicadas pelas companhias de exploração, que tanto demonstraram atenção ao conhecimento técnico como contribuíram para a sua produção: parcelas-tipo dimensionadas de acordo com a estrutura a construir, distinção hierárquica dos trabalhadores através da habitação; o “compromisso razoável é a casa geminada”; casas com vários quartos e sala comum; localização da cozinha de acordo com o perfil dos ocupantes; generalização das varandas; instalações sanitárias partilhadas; galinheiro e arrumações no fundo do terreno; “os materiais tradicionais, bem utilizados, são sem dúvida os mais económicos, mas dado o peso da tarefa, novos métodos devem ser experimentados”. A conclusão, longe de oferecer uma receita, resumia-se ao seguinte: a habitação “deve ser muito bem estudada, considerando a grande repetição que uma solução pode trazer”¹³¹⁵. Seria impreterível convocar especialistas para este processo, sublinhou, mas a Diamang nunca o faria de modo sistemático.

Para finalizar esta parte, propomos uma comparação, ainda que sumária, entre os planos que temos vindo a analisar: aqueles que a Diamang expôs em Elisabethville, os desenhos da Union Minière publicados pelo CEPSI, ambos em 1950, os esquemas de Bruyère, de 1952, e as propostas apresentadas ao governo para desbloquear a situação da mão de obra, em 1953; e destes elementos com outras informações produzidas pela companhia, nomeadamente os relatórios da SPAMOI. Como referimos, é preciso sublinhar, à partida, a maleabilidade estratégica dos discursos e planos conforme os palcos e públicos, que colocam em causa a validade dos dados arquivados. Porém, sem prejuízo desta consideração – e sem a perder de vista –, argumentamos que os projectos são úteis para questionar a imagética que as empresas quiseram projectar ou fabricar, assim como o decurso do pensamento dos seus agentes sobre a organização espaço.

Entre o grupo de elementos mencionado, há um evidente desacerto na “aldeia-modelo” exibida pela Diamang na Conferência Inter-Africana do Trabalho, que continuaria a reproduzir o espaço linear defendido no início da década de 1940. Sendo que esta situação já não se colocou em 1953, com a mudança para uma organização através de lotes, lugares mais contidos e pequenas praças internas, podemos considerar aquele momento como um ponto de mediação, ponderação e ajuste da forma urbana oferecida na Lunda. Recordamos que o plano apresentado às autoridades portuguesas era fantasioso – e os próprios agentes da companhia sublinhavam o tempo demorado da sua concretização –, mas as transformações nas décadas subsequentes confirmam a mudança de paradigma na produção da habitação para trabalhadores e famílias africanos. Como vimos no último capítulo da segunda parte, este período de escrutínio foi prosseguido por anos de intensa experimentação de novos modelos e materiais para uma construção mais expedita, eficiente e de baixo custo, que prova o reconhecimento da necessidade de acerto (mais por razões económicas do que sociais). O grau de aproximação a um modelo ocidental também seria estimado (sobretudo através da Festa da Melhor Aldeia), mas sempre como questão secundária.

Por outro lado, se são evidentes as práticas menos sistematizadas da Diamang face aos trâmites das companhias belgas, estas podem ser notadas como superiores aos estudos sobre habitação para trabalhadores nos contextos rurais do colonialismo em Angola. Nesta situação, o foco do aparelho

¹³¹⁵ Bruyère (1952). “Contribution...”, pp. 144 e ss.

público ao longo da década de 1950 esteve nas casas destinadas a trabalhadores colonos, em particular nos colonatos¹³¹⁶. As populações locais foram sobretudo consideradas a partir do interesse na tipificação da “casa africana”, em estudos marginais à prática da arquitectura, ou em cenários urbanos – a par do alojamento do funcionalismo público¹³¹⁷ – e esta situação só veio a alterar-se na década de 1960, em resposta à guerra e através dos programas de “desenvolvimento comunitário” em regiões interiores como a Lunda, tema que veremos em seguida.



[202] Aldeia para contratados no Dundo, 1953

[203] Aspecto da Aldeia para contratados no Chilupuca, em construção, 1955

[Relatórios das Construções, UC/AD]

¹³¹⁶ Cláudia Castelo (2016). “Reproducing Portuguese Villages in Africa: Agricultural Science, Ideology and Empire”. *Journal of Southern African Studies*, 42 (2), pp. 267-281.

¹³¹⁷ Milheiro (2012). “Casa portuguesa? Sempre!...”

– Programas expeditos

“Em 1961 ampliou-se as casas em modelo chamado definitivo, em substituição do tipo tradicional das casas pequenas de adobe e capim. Vantajosas em todos os aspectos, incluindo a agradável impressão que deixam nos contratados. Será o futuro. Tornava-se imperioso abandonar o modelo antigo e estudar outro em moldes definitivos. Mais económico e melhores condições. Depois de estudado e postas em prática várias soluções, assentou-se construir blocos que comportassem o maior número de quartos e cozinhas, tendo em vista economia e rapidez da construção, estética e preferências dos trabalhadores.”

– Relatório anual da SPAMOI, 1961¹³¹⁸

“Será o futuro”, defendeu a SPAMOI a propósito da construção de casas “definitivas” na Lunda, no final de 1961. Poucos anos após o encontro de Elisabethville, a “Aventura e Rotina” de Vilhena e as fantasias acordadas com o Governador de Malange, a Diamang deixou de equacionar a manutenção de habitações em adobe nas aldeias junto às minas. Para além da questão material, estava também em causa a aprovação de novas tipologias, como os “blocos”, que responderiam à “economia, rapidez da construção, estética e preferências dos trabalhadores”. Este último ponto também era observado num outro sentido, sendo garantida a “agradável impressão” das estruturas em tijolo por parte da comunidade laboral africana.

A mutação no discurso da Diamang, conforme a epígrafe, reflectiu importantes alterações de contexto, que passamos a considerar neste subcapítulo: por um lado, novas disposições técnicas e tecnológicas, como vimos no final da segunda parte, que alteraram o modo de construir; por outro lado, crescentes reivindicações que ultrapassavam o plano de escrutínio científico para firmar questões políticas. Naquele ano, em particular, coincidiram dois episódios fulcrais, ambos envolvendo a companhia: primeiro, o governo português foi confrontado com a queixa do Gana, que denunciava a existência de trabalho forçado nas colónias; e, logo depois, a guerra colonial iniciou o seu curso, chamando um programa de “desenvolvimento expedito” para a Lunda, num duplo confronto à estabilidade de projecto colonial em Angola.

A acusação do Gana foi, acima de tudo, um alerta para a Diamang; e serve-nos aqui para traçar um ponto de situação neste período de mudança. A este propósito, a empresa foi solicitada como testemunha de Portugal pelo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Naquele ano, a exploração das minas empregava mais de 25.000 pessoas, entre as quais cerca de 11.000 “trabalhadores da região” e respectivas famílias (categoria que abrangia principalmente o anterior grupo de “voluntários”, mas também alguns “especializados”). Qualquer debate sobre condições laborais teria, portanto, de considerar o peso e as condições da actividade na Lunda. Neste âmbito,

¹³¹⁸ Correspondência entre Jorge de Barros, Representante da Diamang, e a Direcção Técnica da Lunda, 15 de julho de 1939. *Vias de Comunicação*, 1936-39. 84Y,4. UC/AD.

a companhia preparou várias “Notas sobre regimes de trabalho e modalidade de assistência na Companhia de Diamantes de Angola”, entre as quais a importância do alojamento voltou a ficar evidente¹³¹⁹. Os argumentos da década anterior tinham sido afinados, uns em concordância, outros em oposição. Reforçando que a obrigação legal estava apenas na habitação de “trabalhadores do exterior” (antes “contratados”), o dossier esclareceu que “simplesmente, sendo diferentes os dados do problema [de alojamento] para uns e para outros, diferentes hão de ser as soluções”¹³²⁰.

Estas “soluções” ditavam, de modo geral, o percurso edificatório que temos vindo a acompanhar. Para o caso dos “trabalhadores do exterior”, pouco parecia ter mudado no terreno, duas décadas depois do projecto da “aldeia-modelo” de Mucunene¹³²¹. É certo que, em harmonia com o “futuro” previsto pela SPAMOI, a “tendência” seria para a “substituição gradual” desta realidade por “outro tipo de casas, com blocos de cimento ou tijolo e cobertas a chapa de zinco ou alumínio”, devido a “dois poderosos incentivos”: “conforto dos trabalhadores e menor custo, desde que utilizadas por tempo suficiente”. Todavia, as “casas definitivas” eram de “aparecimento difícil” e constituíam apenas 15% da oferta da empresa.

A respeito dos “trabalhadores da região”, mantinha-se a diversidade de situações antes descrita, apesar dos devidos acertos de linguagem e na categorização laboral¹³²². O ponto mais relevante foi a síntese tentada pela Diamang sobre a (putativa) “influência na melhoria das habitações da população”, que iluminou a pluralidade de estratégias em curso: “a) estímulo da convivência com europeu; b) facilidades no transporte de materiais locais: pedra, areia, cascalho, água, madeira; c) facilidades na compra a baixo preços de materiais do exterior: cimento, vidros, tintas, ferragens, chapas de zinco; d)

¹³¹⁹ “Notas sobre regimes de trabalho e modalidade de assistência na Companhia de Diamantes de Angola”. Lisboa, Agosto de 1961. UC/AD.

¹³²⁰ “Notas...”, *Queixa do Gana*. UC/AD.

¹³²¹ Para os trabalhadores do exterior, a Diamang disse construir aldeias “junto aos locais de trabalho, procurando locais arejados, de amplo horizonte, e, quanto possível, planos. Casas em blocos de terra batida e seca ao sol, cobertas a capim, rebocadas e caiadas por dentro e fora. Circunda-as varanda, onde trabalhador recupera”. A companhia continuava a defender um “equilíbrio” entre modelos espaciais – que, como provámos antes, longe de ser apenas uma opção da empresa, era consequência dos sucessivos ajustes entre as partes envolvidas. Neste âmbito, esclarecia-se que: “o género de construção é típico das zonas rurais de África, embora os preceitos de higiene que fazemos observar pelos seus habitantes e cuidados que dispensamos às casas, e que constam principalmente de constantes caições e rebocos, reparação de portas e janelas, aros ou caixilhos, renovação de cobertura, concorram substancialmente para uma diferença fundamental no aspeto e na limpeza, entre estas aldeias e as que habitam nas terras de origem. As aldeias dispõem de latrinas em número suficiente e nitreiras (...); mesas para secagem de mandioca e de amplo terreiro para danças. Circundam-nas cortinas de cássias, árvores de sombra e fruteiras, que delimitam o espaço urbanizado, constituindo cortina quebra ventos, como dão ar de frescura permanente. Temos em vista proporcionar ambiente aos trabalhadores e famílias que, por pouco diferente, na aparência do que deixaram nas suas terras, lhes facilite adaptação, embora sem transigências no que respeita à higiene”. “Notas...”, *Queixa do Gana*. UC/AD.

¹³²² “Embora sem obrigação, companhia faculta igualmente alojamento a grande número de africanos da região e suas famílias. Estão neste caso todos os cidadãos, a maioria dos trabalhadores especializados, que adquirem esse direito a partir de certo grau de evolução, e também muitos não especializados, quando circunstâncias particulares o justificam. Cidadãos e famílias são alojados, como os europeus, em casas equipadas e mobiladas com o necessário, de acordo com hierarquia na empresa. Aos especializados são distribuídas casas de uma maneira geral mais pequenas e simples, embora sem seguir padrão rígido, pois é norma da companhia não diferenciar demasiado por classes. Beneficiam desta regalia todos os que desempenham ofício com razoável eficiência: caixeiros, motoristas, auxiliares de enfermagem, serralheiros, eletricitas, escriturários, decalquistas, etc. Dos trabalhadores não especializados têm alojamento aqueles cujos serviços obrigam a habitação em local determinado longe das aldeias: pastores, estradas, guardas pomares, de lavras, de edificações, em número superior a um milhar. Casas variam muito de caso para caso, por influência da urbanização dos locais onde se encontram, mantendo, no entanto, ou excedente, o que consideramos as características mínimas de conforto e higiene”. “Notas...”, *Queixa do Gana*. UC/AD.

ação de serviços especializados que orientam as populações na construção e manutenção de aldeia, dispensando conselhos técnicos e de higiene (limpeza de casas e aldeias, conselhos técnicos sobre construção, alinhamentos, arranjo, carpinteiros, pedreiros, pintores das equipas de construção, dádiva de materiais, utilização das oficinas pelos próprios); e) organização de um concurso anual chamado Festa da Melhor Aldeia”. Sem prejuízo desta apresentação, a Diamang mostrava ser conhecedora da necessidade de alterar a configuração espacial das aldeias e, em particular, da habitação oferecida aos trabalhadores e, por isso, garantiu “estar em estudo um tipo de construção que permite aplicar em nova aldeia os materiais desmontados de outra”. Ou seja, apesar dos ensaios da década de 1950, ainda não estava em prática qualquer solução.

Foi necessário o início da guerra pela independência de Angola, logo depois deste episódio, para não só apressar o ritmo da mudança, como também alterar a postura da Diamang face à construção do espaço colonial. São estes os temas que movem este subcapítulo. Se os discursos anteriores tinham um tom utópico – num possível reflexo da falta de verdadeiro escrutínio –, a urgência e o ímpeto dito “modernizador” do conflito levaram a empresa a adoptar posições mais pragmáticas e defensivas, insistindo nas diferentes “ordens de prioridades” entre os agentes participantes na defesa e “progresso” de Angola, então vistos como parcelas da mesma equação. Numa crítica à atitude do governo português, a companhia pediu cautela com o “excesso de zelo”, para que não se desvalorizassem as diferenças entre as “possibilidades reais” e o “tecnicamente possível”. Por outro lado, lançou um novo raciocínio para a gestão sócio-económica na Lunda: o “preenchimento do fosso” do “desenvolvimento” deveria caber ao estado português; num argumento que, em certa medida, invertia a “responsabilidade civilizadora” até então fomentada pela corporação¹³²³.

Face às circunstâncias, as hipóteses de “autonomia” na região das minas começaram a ser testadas com cuidado, ao longo da década seguinte. A tentativa de imputar a construção de aldeamentos para trabalhadores à Junta Provincial de Povoamento, durante as manobras de “reordenamento” na Lunda, em 1967, foi exemplo desta atitude¹³²⁴. Ou ainda as experiências sobre a cedência de “propriedade” às famílias africanas na habitação da Diamang, como veremos.

Para ler esta sequência, há que considerar o peso das mudanças legais à época. Ao pacote legislativo de 1961, que, como vimos, exigia mudanças na organização do território, sobretudo em consequência da abolição do “indigenato”, somou-se a publicação do “Código do Trabalho Rural” (CTR), de 1962¹³²⁵. Como participante na redacção de diplomas, a Diamang tinha deixado bem patente a sua preocupação com a habitação. Em particular, requereu e conseguiu a alteração de alguns pontos, nomeadamente a respeito da materialidade das construções e do afastamento entre aldeias e locais de trabalho¹³²⁶. Este contexto foi especializado em dois planos diferenciados, que acompanhamos nos próximos parágrafos. Primeiro, foi implementada uma rede de camaratas nas várias zonas de

¹³²³ “Apontamento sobre os assuntos tratados no ITPAS nas reuniões de 12 de dezembro findo e seguintes”. SPAMOI – Alteração das condições de trabalho na zona das explorações, 1963-1964. UC/AD.

¹³²⁴ “Elementos preparatórios para um esquema expedito de desenvolvimento”. Arquivo António Soares Carneiro, cx.16, nº4, doc. 1., ANTT, PT/TT/ASC/D/0005.

¹³²⁵ Decreto 44.309, de 27 de abril 1962.

¹³²⁶ “Regulamento do Código do Trabalho Indígena e principais inconvenientes que para nós resultarão”, 1957. UC/AD. Neste diploma a Diamang repudiou a redacção de “habitação definitiva”, pedindo uma formulação mais genérica.

angariação de trabalhadores. Ou seja, a Diamang inaugurou esforços nos pontos de contacto com o aparelho colonial e com as populações locais, mostrando consciência do interesse em alterar rapidamente o olhar externo face à sua oferta edificada. Depois, junto às minas, começaram a ser construídos e melhorados novos “bairros” e “acampamentos”. A mudança de nome, ao contrário do que tinha acontecido noutros momentos, sinalizou alterações espaciais significativas.

Em trânsito: blocos e camaratas

Entre finais de 1963 e início de 1964, a Diamang participou numa série de reuniões no Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social de Angola (ITPAS), organismo recente no aparelho colonial¹³²⁷. Em causa estava um aparente “defeito de perspectiva” sobre as “condições de vida e relações sociais da população” ao abrigo da companhia. Perante um relatório pouco abonatório por parte da inspecção do ITPAS – que frisou sobretudo a habitação –, a empresa tentou esgrimir argumentos para contornar a acelerada “renovação legislativa” na colónia, posicionando-se como um “complexo económico”, a ser tratado “como qualquer coisa à parte” em Angola¹³²⁸. Embora considerasse “talvez excessivo o caminho que em curto prazo [o estado português] pretende percorrer” nas condições habitacionais dos trabalhadores, a Diamang sublinhava não criticar as intenções do aparelho colonial, uma vez que correriam “paralelas ao que sempre temos feito de nossa iniciativa”¹³²⁹. A questão do alojamento dos “trabalhadores do exterior” – ou seja, aqueles a quem a Diamang continuava obrigada a oferecer habitação, por contraste aos “trabalhadores da região” – tinha ganho outra amplitude, abrangendo diferentes tempos e espaços: nos lugares de origem, durante a assinatura do contrato, e depois no local de trabalho, junto às minas.

O primeiro contexto estava a ser cotejado desde o início do ano anterior, através da construção de camaratas para trabalhadores em trânsito. A nova tipologia resultou de alterações no sistema de angariamento¹³³⁰. Desde o início da exploração, na década de 1920, que o processo tinha estado a cargo das autoridades administrativas e realizava-se entre duas a seis vezes por ano, através da mobilização de contingentes muito numerosos, para os quais não havia uma rede estruturada de apoio. No entanto, com a transferência desta responsabilidade para a Diamang, veiculada pela publicação do CTR, o recrutamento começou a ser mensal, em cada uma das circunscrições, através de grupos mais pequenos, a alojar nestes dormitórios. Foram inauguradas instalações para trabalhadores nas sedes

¹³²⁷ O ITPAS foi criado em 1962 para operacionalizar os procedimentos administrativos da questão do trabalho em Angola, após a publicação do CTR. Afonso Mendes, nomeado director do instituto, era antigo funcionário colonial e tinha passado os anos anteriores a estudar o tema em Angola [Afonso Mendes (1968). *A Huila e Moçâmedes: considerações sobre o trabalho indígena*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958]. Ver Monteiro (2017). “A internacionalização...”, pp 78 e ss.; Carla Abrantes (2014). “Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950”, *Anuário Antropológico*, 39, pp. 195-218.

¹³²⁸ “Apontamento sobre os assuntos tratados no ITPAS nas reuniões de 12 de dezembro findo e seguintes”. SPAMOI – Alteração das condições de trabalho na zona das explorações, 1963-1964. UC/AD.

¹³²⁹ “Apontamento sobre os assuntos...”, p. 16.

¹³³⁰ Esta alteração foi debatida a partir de 1956 e desde logo criticada por Ernesto de Vilhena: “Um projecto de novo regulamento de trabalho indígena pretende suprimir radicalmente a contribuição da autoridade no recrutamento de trabalhadores. (...) O que desde já posso dizer é que, sem o apoio da autoridade, não será possível a companhia levar 15 a 20.000 pretos quicocos a contratar-se para trabalhar em minas e outros serviços pesados, em intensidade e permanência. Não estaremos sacrificando, em excesso, interesses próprios às arengas anticolonialistas dos americanos e comunistas?” Cf. Carta de Vilhena a Raúl Ventura, 4 de Outubro de 1956. *Notas...* 1º. ANTT, PT/TT/CDA/1/01.

das diferentes zonas onde a empresa firmava “contratos”: Henrique de Carvalho, Cacolo, Cahungula, Nova Chaves, no distrito da Lunda, e Nova Gaia, no distrito de Malange. A construção em bloco, até então rejeitada, foi estimada a opção mais rápida e económica. Foram previstos conjuntos iguais, à excepção de Nova Gaia, que, por estar mais afastado, tinha secretaria e casa de habitação para empregado.

Foi precisamente neste lugar que a Diamang iniciou a construção das camaratas, depois de dois breves ensaios¹³³¹. Logo à partida, a empresa deparou-se com a pressão do administrador local, que esperou retirar algum aproveitamento político da obra. A ligação destes edifícios às redes de água e luz seria, inclusive, um tema em debate durante vários meses, reflectindo agendas diversas. Em causa estava a tentativa de encontrar uma “solução de conjunto”, conforme as necessidades da companhia, dos funcionários civis nas referidas localidades e das forças armadas. A Diamang garantiu estar a “oferecer ampla colaboração”, sem, no entanto, querer tomar a “exclusivo encargo a realização e o custeio da totalidade das obras necessárias”.¹³³² Prontificou-se para participar com dinheiro, equipa e materiais, mas nunca com mão de obra ou técnicos – reforçando a posição de crescente recusa em fazer obra fora da área de exploração, que notámos anteriormente.



[204] Aspecto de uma camarata para alojamento de trabalhadores solteiros, 1966
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]

O conjunto, desenhado pelos Serviços de Construção Civil da Diamang no início de 1963¹³³³, foi considerado “agradável e harmonioso” pelo aparelho colonial – com potencial para modificar, inclusive, o “aspecto” das povoações onde se inseria¹³³⁴. As instalações eram compostas por dois

¹³³¹ As construções inaugurais, a título de ensaio, tiveram lugar no Minungo e Camaxilo, duas zonas em prospecção no extremo oeste da Lunda.

¹³³² “Apontamento sobre os assuntos...”, p. 11.

¹³³³ *Nova Gaia: Bloco para trabalhadores em trânsito*. Dormitório (plano nº 63-202); Cozinha, WC e banho, casa do guarda (plano nº 63-203); Plano de conjunto (nº 63-204), 29 de julho de 1963, estudado por Alfredo Pino.

¹³³⁴ Informação para o Ex. Sr. Director Geral da Diamang, do Agente Borges de Sousa, 8 de abril 1963. Serviço de Mão de Obra Nativa. *Habitação*. Dossier 16.

blocos de quatro dormitórios, emoldurados por um alpendre e apoiados por chuveiros, instalações sanitárias e cozinha. A implantação foi limitada num recinto murado, de 3300m², controlado por uma casa do guarda. Devido a imperativos económicos, a direcção da Diamang pediu aos técnicos um aumento do número de camas por dormitório (mesmo o projecto admitisse a futura duplicação dos blocos dentro da implantação estabelecida): foram previstas 12 pessoas por dormitório (num total de 96 por conjunto), sem que a mudança se traduzisse em diferentes dimensões, tanto da área disponível nos compartimentos como nas instalações de apoio.

A última empreitada deste programa aconteceu em Henrique de Carvalho, em 1966. Neste caso, o tempo superior de estudo e concretização levaram a um afastamento do modelo anterior. Aquela seria a estação de recrutamento com mais movimento e o projecto sofreu alterações nesse sentido. Os contingentes em trânsito podiam abranger um máximo legal de 188 homens, mas, ao contrário das restantes instalações, aquela admitiria também famílias. Foi previsto, portanto, um conjunto de dois blocos de camaratas duplas, cada um com 16 compartimentos de seis beliches, destinados a homens, dois blocos de camaratas simples, com 6 compartimentos de seis beliches, para mulheres e crianças (num total de 288 pessoas), instalações sanitárias para cada camarata, um refeitório com cozinha mecanizada e uma lavandaria. Os técnicos da companhia justificaram a proposta tanto do ponto de vista estético – com “características arquitectónicas que nos parecem adequadas ao fim a que se destinam” – como legal – “dentro do que prescreve o Ante-Projecto do Regulamento do Código do Trabalho Rural”¹³³⁵ (ainda que as normas a obedecer tivessem sido seleccionadas de modo criterioso: se a exigência da cubicagem mínima por trabalhador era até ultrapassada, os serviços da empresa ignoravam a organização de trabalhadores em famílias, por se tratar de curtas permanências, dando à lei a sua própria interpretação).

Sem prejuízo dos esforços de interpretação, a obra em Henrique de Carvalho acabou por esbarrar numa nova imposição orçamental, que cortou o valor previsto para metade e impôs alterações no plano original. Foram mantidas duas camaratas para homens, mas mulheres e crianças receberam apenas uma, e a instalação de cozinha a vapor foi anulada a favor de lareiras, mais económicas¹³³⁶. Não conhecemos qualquer desenho que permita confirmar o aspecto e dimensões finais desta estrutura¹³³⁷, mas a informação nos relatórios da empresa revela semelhanças com outro projecto desenvolvido em 1968 no concelho do Songo¹³³⁸.

Em Abril de 1968, a DSOVC lançou a concurso seis empreitadas para construção de alojamento nos lugares de Dumba-Cabango, Capunda, Luquembo, Quirima, Sautar e Quitapa, em Malange. Afastando-se da tipologia da camarata, o edifício para os homens e famílias em trânsito foi composto por quatro conjuntos de dois quartos independentes (um com 12,72m² e outro com 9,6m²) com varanda comum, cozinha-refeitório, instalações sanitárias e dois pátios murados, num total de 285m².

¹³³⁵ Carta de João Bexiga para Vilhena, 1 de agosto de 1966. Serviço de Mão de Obra Nativa. *Habituação*. Dossier 16.

¹³³⁶ A estimativa inicial de 5000 contos foi chumbada por Ernesto de Vilhena, que autorizou apenas o gasto de 2500. Telegramas de Ernesto de Vilhena para a DT na Lunda, 23 a 30 de agosto de 1966. Serviço de Mão de Obra Nativa. *Habituação*. Dossier 16. UC/AD.

¹³³⁷ “Planos 65-197, 65-202 e 65-248”. UC/AD.

¹³³⁸ Carta de Abílio Conde, agente em Henrique de Carvalho, para João Bexiga. 22 de outubro de 1968. *Mão de Obra Indígena (não especializada)*. *Recrutamento, Salários e Alojamento*, 1967-1971. UC/AD.

Para a materialização, o caderno de encargos definiu paredes em tijolo, pavimentos em cimento e cobertura em chapas onduladas de fibrocimento e previa canalização de água, mas não instalações eléctricas¹³³⁹. Na avaliação do Governador de Malange: “bom e bonito”¹³⁴⁰.



[205] Acampamento em Dumba-Cabango, fachada principal, 1968
[Construções nas Explorações, UC/AD]

Apesar dos esforços, as estruturas de trânsito tiveram vida curta. No início da década de 1970, a companhia deixou de contratar fora da região do Chitato, empregando apenas trabalhadores que espontaneamente se apresentassem ao serviço. Em consequência, estes edifícios foram colocados à disposição de missões religiosas¹³⁴¹, sem que tenha sido possível verificar a sua utilização. Por outro lado, ainda a propósito desta alteração na mão de obra, foi notada uma “certa deterioração do estado de limpeza das casas e terreiros” na zona das minas, atribuída à oposição da “mulher da região” em cuidar da casa¹³⁴². Por outras palavras, a Diamang nunca deixou de se confrontar com as agendas das comunidades locais.

Nas minas: bairros e acampamentos

Para além das camaratas para contingentes em trânsito, a Diamang apresentou outra tipologia ao ITPAS: os blocos de habitações geminadas. Durante 1963, a companhia tinha inaugurado vários “bairros” junto às explorações, todos eles compostos por estas estruturas. As minas de Tchibaba, Luapasso, Catcheca (Lucapa) e Caingági (Maludi) foram escolhidas para um programa de setenta

¹³³⁹ Cf. DSOVC. *Concurso Instalações para trabalhadores em trânsito*. Memória descritiva e caderno de encargos, assinados por França Machado, 20 de abril de 1968. UC/AD.

¹³⁴⁰ Carta de Abílio Conde... UC/AD.

¹³⁴¹ Cf. *Informe de Pierre Juvigny, representante del Director General de la Oficina Internacional del Trabajo, acerca de los contactos directos con el Gobierno de Portugal respecto de la aplicación del Convenio sobre la abolición del trabajo forzoso* (número 105). Oficina Internacional del Trabajo (OIT), Ginebra, 1971.

¹³⁴² *Relatório Anual do SPAMO*, 1969. UC/AD.

blocos de oito habitações, cada um com 190 m², a distribuir pelos então (re)nomeados “trabalhadores rurais”. A mudança tipológica na abordagem à habitação era sintoma do novo paradigma edificatório de pragmatismo e economia. Foram impostas, por isso, transformações metodológicas, com a substituição da SPAMO pelos Serviços de Construção Civil na construção de habitação para trabalhadores¹³⁴³. A alteração foi justificada pela necessidade de construir com maior rapidez, através de materiais como o tijolo e o cimento, e pelos desafios construtivos, cuja complexidade técnica se considerou estar apenas ao alcance dos técnicos mais especializados em obra.

A meio caminho entre as exigências da concentração de populações face à guerra e a manutenção da “familiaridade” facultada pela casa isolada – que Ernesto de Vilhena defendeu sempre como valor fundamental da Diamang –, a solução avançou num compromisso. Os “blocos” continuaram a reproduzir a lógica da habitação unifamiliar, através de conjuntos geminados de varanda e sala, quarto, pátio e cozinha, totalizando 23m². O agrupamento foi pensado para reduzir os custos e tempo de construção, assim como facilitar o esquema de composição das aldeias. O plano para o “Bairro para o Caingági”¹³⁴⁴, de Março de 1963, aferiu o desenho de implantação, extrapolado para as restantes localizações: uma primeira fila completa alinhada com a rua principal e duas filas posteriores, interrompidas por uma área central com arborização, fontenário, tanque para roupa e depósito de água e por dois eixos laterais, com balneários e instalações sanitárias para cada um dos sexos. O projecto estava, portanto, já muito longe dos modelos apresentados em Elisabethville ou ao Governo de Angola, no início da década anterior, aproximando-se antes das configurações propostas pela Union Minière no Boletim do CEPSI em igual período.

Perante as instituições coloniais, porém, a Diamang nunca referiu esta semelhança. Pelo contrário, explicou ter tomado como bitola para este projecto as várias condições das “casas nativas”, das casas construídas por “outras empresas em Angola” e dos “alojamentos dos trabalhadores rurais na metrópole”¹³⁴⁵. A comparação, que não oferecia quaisquer exemplos concretos, foi aproveitada para continuar a defender um aparente pioneirismo da companhia, uma vez que já tinham sido concluídas na Lunda duas aldeias com rede de água e instalações sanitárias (e não excluía a posterior instalação de electricidade), em contraste com as condições dos trabalhadores rurais em Portugal, que dizia serem inferiores. As afirmações não eram verdadeiras, não só pelos planos belgas, atrás mencionados, como pelas provas que apresentam os estudos sobre os já mencionados “bairros do pessoal” da Maceira Liz¹³⁴⁶, em Leiria, ou da Hidroeléctrica do Cávado¹³⁴⁷, por exemplo, onde se ofereceriam valências semelhantes.

Sem prejuízo destas ambições e construções inaugurais de “blocos”, resultados mais expressivos demoraram a aparecer – sobretudo face ao contexto de ameaça crescente, que exigia rapidez¹³⁴⁸. Na

¹³⁴³ *Relatório anual dos Serviços de Construção Civil*, 1963.

¹³⁴⁴ Bairro para trabalhadores no Caingági. Projecto: plano de conjunto (nº 63-68). 29 de Março de 1963. Estudado por Alfredo Pino. UC/AD.

¹³⁴⁵ “Apontamento sobre os assuntos...”, pp. 14 e 15.

¹³⁴⁶ Bolas (2021). “Tecnologia e Estado Novo...”

¹³⁴⁷ Moreira (2020). *Hidroeléctrica do Cávado...*

¹³⁴⁸ Em 1966, por exemplo, a Administração na Lunda mencionou a crescente pressão das autoridades, sobretudo na zona do Cuango, onde existia mais exposição às movimentações militares.

análise da exposição ao ITPAS, entendemos que a preocupação das autoridades continuaria presa às questões materiais, à semelhança dos debates anteriores. Logo nas reuniões de 1963, a Diamang esclareceu que 86% das casas para “trabalhadores do exterior” eram construídas em “adobes de terra seca ao sol, cobertas a capim, de piso térreo, rebocadas interior e exteriormente e caiadas ao sol” – ou seja, do tipo “provisório”, ainda que não fosse feita esta correspondência. As restantes seriam assumidamente do “tipo definitivo”; no entanto, em contraste com o grupo anterior, incluíam soluções distintas. Os argumentos eram antigos: as casas “definitivas” incluíam não só as construções de “paredes de tijolo ou blocos de cimento, cobertura a zinco ou alumínio, chão cimentado, rebocadas por dentro e por fora, com reboco de cimento; todas caiadas por dentro e grande parte delas também por fora”, mas também “algumas em que se tem usado o adobe, mas os travamentos das paredes são em blocos de cimento, para maior duração, sendo os aros das portas e janelas isolados por cercaduras de blocos, para impedir a penetração do salalé”. Para além destes elementos, estas casas – que, recordamos, previamente tinham sido apresentadas como “semi-definitivas” – seriam “a toda a volta e na base protegidas com uma sapata cimentada, que evita a infiltração das águas das chuvas nas fundações”. O critério utilizado pela Diamang resumiu-se numa avaliação subjectiva: “a duração dessas casas é menor que as de paredes só de bloco ou de tijolo, mas as condições de higiene e de comodidade que oferecem aos trabalhadores são precisamente as mesmas”¹³⁴⁹.

Para o final do ano, a empresa previu uma duplicação percentual de “compartimentos definitivos”, admitindo que a comparação tinha de ser feita nestes termos porque a zona das minas contava com casas de dimensões muito variáveis, desde dois até oito quartos. Garantiu ainda que não seria construída mais nenhuma casa do tipo “provisório”; mas esta informação foi contrariada no mesmo documento, uma vez que também sublinhou que “para as minas de duração mais curta, até dois anos, haverá sempre que construir casas mais simples, chamadas provisórias”. Ou seja, à semelhança de outros episódios, a situação real no terreno foi sempre difícil de descortinar. Aliás, noutro dos pontos entregue ao ITPAS, no qual a Diamang exibiu processos intensivos de “higiene” e conservação, admitia-se que “parte das casas que contamos agora por definitivas, porque na realidade passaram a ter todos os requisitos desse tipo, resultou da completa transformação de casas antigas”¹³⁵⁰.

Confirmando a necessidade de mudança, a verba total para as construções da Diamang continuou a crescer. A maior fatia estava destinada às “construções especiais”, uma rubrica que integrava as aldeias para trabalhadores¹³⁵¹. Para 1964, foram alocados 13.805.000 escudos em “construções de interesse imediato para trabalhadores”, distribuídos entre instalações hospitalares¹³⁵² e conjuntos escolares¹³⁵³ – enfatizando a ampliação da rede territorial, que vimos na primeira parte –, “aldeias

¹³⁴⁹ “Apontamento sobre os assuntos...”, p. 12.

¹³⁵⁰ Leia-se: “Tudo isso mostra bem o interesse que nos merece o alojamento dos trabalhadores, que ficará mais patente se mencionarmos as contantes medidas de higiene que procedemos, tais como, substituição anual das coberturas de capim, renovação da camada superior dos pisos de terra, caiações, rebocos, desinsectizações, substituição ou reparação de portas e janelas, trabalhos estes em que permanentemente se ocupam várias equipas que vão passando de aldeia em aldeia, em cada um, 2 a 4 vezes por ano”. “Apontamento sobre os assuntos...”, p. 14.

¹³⁵¹ Telegrama de Ernesto de Vilhena, 18 de janeiro de 1966. *Construções Explorações*. 3a, 5º. 1966. UC/AD.

¹³⁵² Ampliação e remodelação de hospitais existentes, várias novas enfermarias e cozinhas-refeitório, distribuídos pelo Dundo, Andrada, Maludi, Lucapa, Sombo, Canzar, Lóvuá, Capaia e Cuango.

¹³⁵³ Três pavilhões de aula para ensino primário no Dundo; quatro blocos escolares de quatro salas de aula (Cassanguidi, Luxilo, Andrada e Lucapa); sete “escolas-catequese” (duas no Dundo, duas em Andrada, Lucapa, Calonda, Canzar, Lóvuá e Xá-Cassau).

para rurais”, “habitações para não rurais” e “diversos”. Entre os três últimos pontos, as tipologias e escalas eram diversas: os trabalhadores rurais seriam alojados em cerca de 70 novos blocos de oito habitações¹³⁵⁴, enquanto trabalhadores não rurais, localizados no Dundo, Cassanguidi, Luxilo e Lucapa, recebiam 20 casas geminadas nos recentes “bairros auxiliares”. Ainda sobre as condições de habitação, a companhia notou que a maior “melhoria” que se vinha a registar era a construção sistemática de cozinhas: no final de 1962 contabilizavam-se 1195 cozinhas, em contraste com as 888 no ano anterior. Para 1963, não estava prevista nenhuma casa sem esta valência.



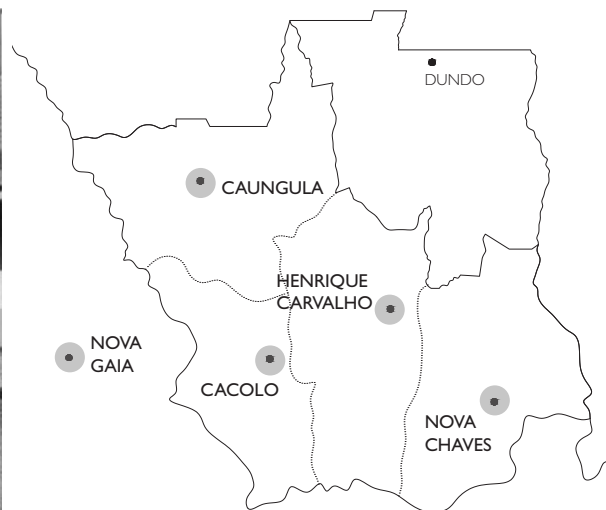
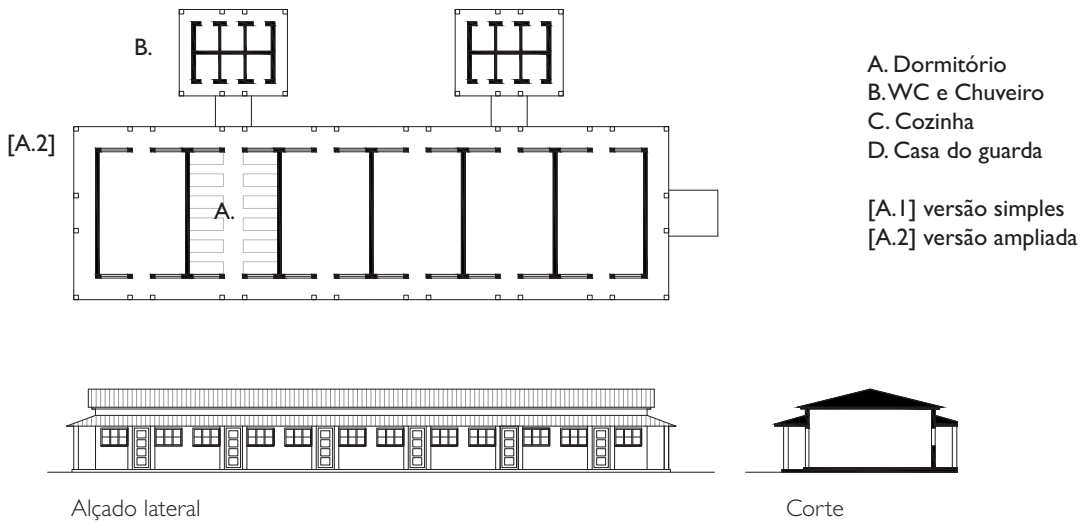
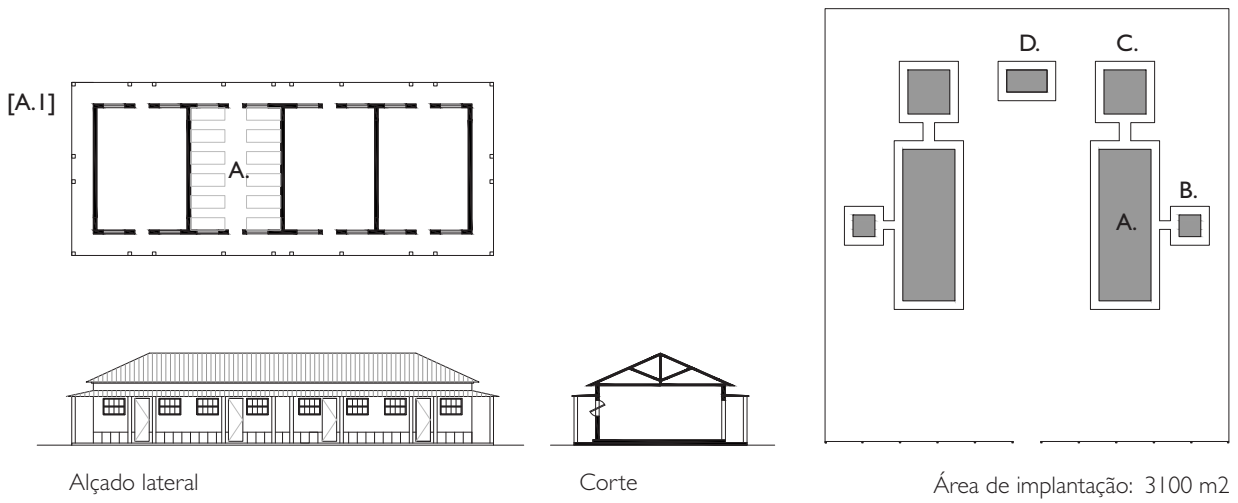
[206] Bairro para trabalhadores no Caingági: aspecto dos blocos de oito habitações, 1963

[207] Aldeia para trabalhadores no Luapasso, 1963

[Relatório Anual do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]

¹³⁵⁴ Blocos entre 1300 m² e 1900m² construir nas aldeias de Candombe 2, Chissanguidi, Capala, Sambuisse, Camessessami, Chambuage e Muita 2.

Bloco para trabalhadores em trânsito
[desenhos 63-202 e 63-204]

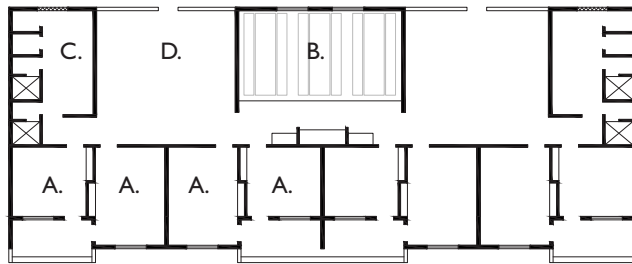


[208] Bloco de instalações para trânsito de trabalhadores, 1964

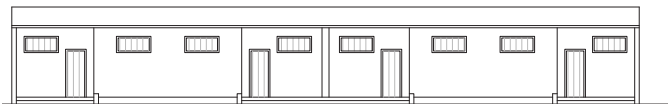
[•209] Localização dos blocos para trabalhadores em trânsito do plano 63-202

Relatório do Conselho de Administração da Diamang, ANTT/AOS-D-N/2-11-1]

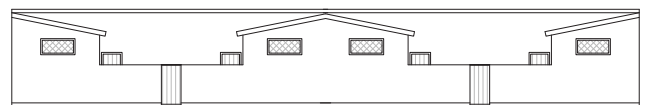
Bloco para trabalhadores tipo colectivo
[desenhos 67-125]



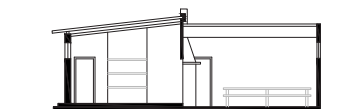
- A. Quarto
- B. Refeitório
- C. Sanitários
- D. Pátio



Alçado frontal



Alçado posterior



Corte

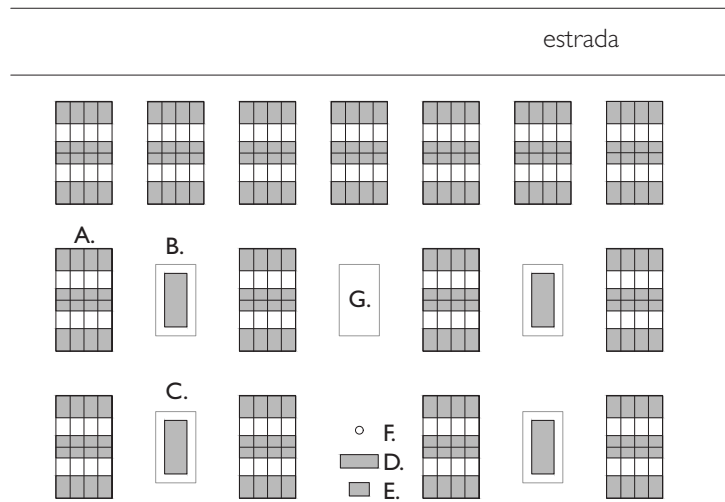


[210] Acampamento no Luquembo, 1968
[•211] Localização dos blocos colectivos do plano 67-125
[Relatório Anual da SPAMO, UC/AD]

Bairro para trabalhadores no Caingági [desenho 63-68]



- A. Blocos com 8 habitações
- B. Balneários e retretes (mulheres)
- C. Balneários e retretes (homens)
- D. Tanque roupa
- E. Depósito de água
- F. Fontenário
- G. Vegetação

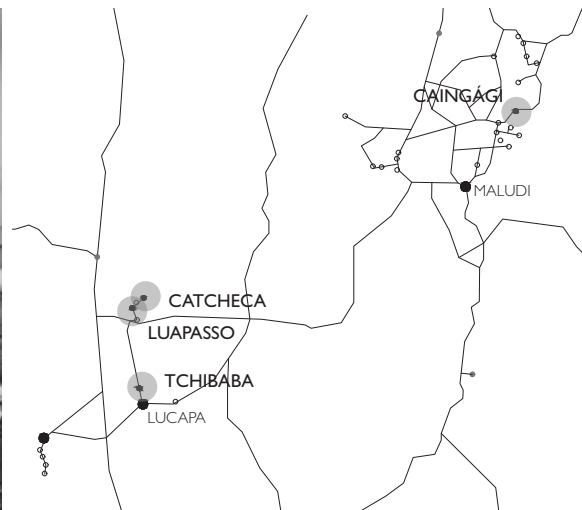
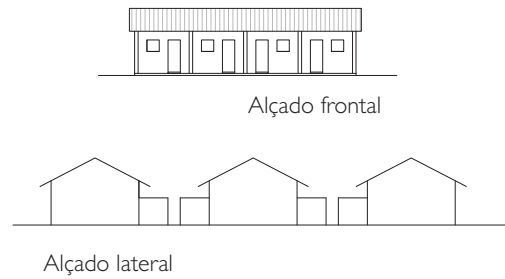
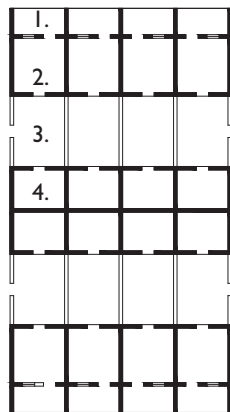


[A.]

- 1. Varanda
- 2. Quarto
- 3. Pátio
- 4. Cozinha

Habituação: 10.85m²
 Varanda: 4.65m²
 Cozinha: 7.75m²
 Total: 23.25m²

Total bloco: 289.80m²

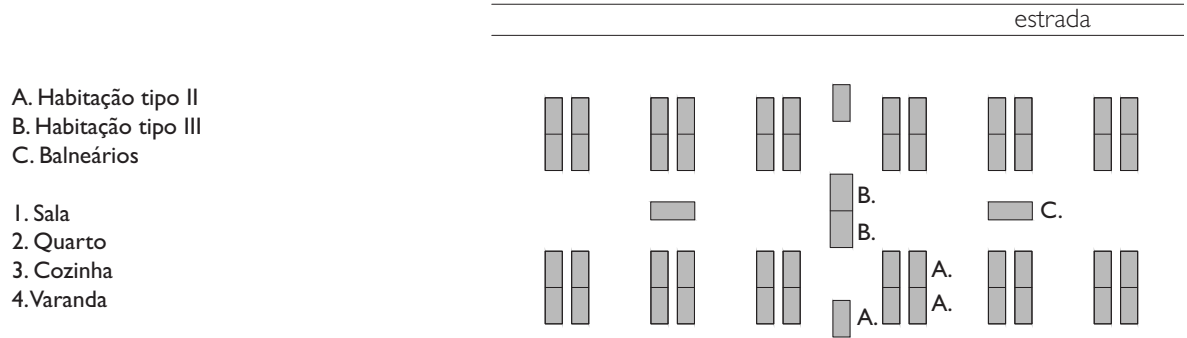


[212] Bairro para trabalhadores no Caingági: aspecto dos blocos de oito habitações, 1963

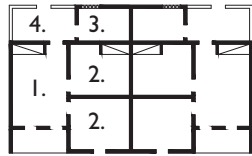
[•213] Localização das aldeias do plano 63-68

[Relatório Anual do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]

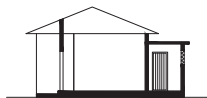
Bairro para trabalhadores no Lôva
[desenho 68-591]



A. Habitação tipo II

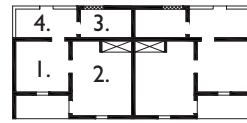


Alçado frontal

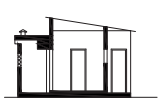


Corte

B. Habitação tipo III

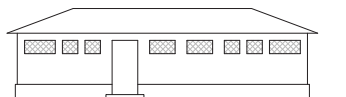
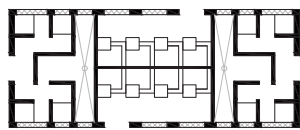


Alçado frontal



Corte

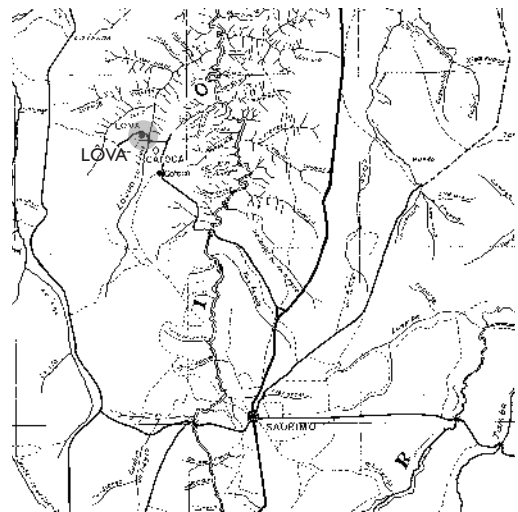
C. Balneários



Alçado frontal



Corte



[214] Localização do Lôva, na mina de Catoca, em Henrique de Carvalho (Saurimo)
[Mapa da Região Diamantífera da Lunda, 1970]

A questão da materialidade foi invertida a partir de 1966, com o registo de 2288 compartimentos “tradicionais” – numa supressão do título “provisório”, note-se –, em contraste com o conjunto “definitivo” de 2090 casas e 16 camaratas, para alojar um total de 7288 “contratados” e 2072 mulheres¹³⁵⁵. No entanto, o programa de edificações para a aldeia do Dunge, nesse ano, revelaria a persistência de dificuldades. O projecto, cuja construção voltou a estar pontualmente a cargo da SPAMO (regressão talvez explicada pela ampliação de várias moradias unifamiliares nos centros urbanos, interessando à companhia aliviar a carga de trabalho dos SCC), previu cem casas de dois compartimentos, vinte casas para “casais especializados”¹³⁵⁶ e quinze camaratas para seis homens cada, totalizando 300 pessoas. Todavia, após três anos de vários ensaios e perante as sucessivas inspecções das autoridades coloniais, a companhia escudou-se em “dificuldades técnicas” para alterar o plano. A composição da aldeia para o Dunge acabou por ser revista e tornada menos ambiciosa: apenas trinta casas, sem qualquer distinção laboral, e quatro blocos para vinte e quatro solteiros cada. Por outro lado, a companhia optou por uma construção “definitiva de sistema misto”; ou seja, como estudámos, paredes de adobe com blocos de cimento nas primeiras fiadas, assim como no guarnecimento dos vãos, chão cimentado e cobertura de chapa¹³⁵⁷, que visavam equilibrar os custos da edificação com imperativos técnicos e legais. À semelhança do plano para o Caingági, o conjunto foi complementado por dois fontanários, lavadouros, dois conjuntos de instalações sanitárias e uma escola – novidade planeada por exigência do ITPAS.

Esta constância de obstáculos seria confirmada pela SPAMO¹³⁵⁸, em vários planos. Em 1966, o serviço admitiu que no Calonda, por exemplo, “não obstante o incremento [de casas], a situação dos alojamentos ainda é muito deficiente, devido à abertura de diversas minas sem que construção de aldeamentos acompanhasse o ritmo. Só existem 3 aldeias definitivas, maioria mal instalados, vivendo em aldeias provisórias”. Por outro lado, nos restantes grupos, verificava-se a existência de “aldeias com grande número de habitação devolutas”, levando à destruição de várias estruturas. Em resposta, os Serviços de Construção Civil estariam a estudar a “hipótese” de casas e materiais pré-fabricados – uma situação que voltou a remeter para a introdução das “Casas Trajinha”.

Por outro lado, estes relatos mostram que várias mudanças reflectiram situações impostas pelas populações locais, ainda que a sua resolução fosse ao encontro das imposições legais. A propósito da generalização das cozinhas, por exemplo, a SPAMO esclareceu que a “preocupação” vinha da verificação que as mulheres faziam fogo nas próprias casas. Noutra assunto, entendeu-se que era “conveniente a substituição gradual de casas de capim por definitivas” porque haveria grande “dificuldade em recolher material para grandes reparações” e seria necessária “muita persistência para que as mulheres colhessem o capim”¹³⁵⁹. Notas sobre o tema eram constantes, sublinhando inversões nos motivos para as transformações materiais e tipológicas na habitação:

“Os trabalhadores mostram nítida preferência pelos aldeamentos definitivos, não sabemos se pelo conforto ou porque libertam as mulheres da apanha de capim. O trabalho é bem

¹³⁵⁵ *Relatório anual da SPAMO*, 1966. UC/AD.

¹³⁵⁶ Notamos a presença normalizada da mulher nos trabalhos da empresa, através da figura do “casal especializado”, numa interessante questão de género ainda por explorar.

¹³⁵⁷ Telegrama de Ernesto de Vilhena, 18 de janeiro de 1966. *Construções Explorações*. 3a, 5º. 1966. UC/AD.

¹³⁵⁸ Após a abolição do Indigenato, em 1962, a secção foi renomeada como “Secção de Apoio à Mão de Obra” (SPAMO).

¹³⁵⁹ *Relatório anual da SPAMO*, 1966.

remunerado, mas é encarado com relutância e má vontade, o que nos atrasa nas coberturas. Somam-se ainda as grandes distâncias para se ir buscar paus. O trabalho de coberturas torna-se cada vez mais caro, pelas repetidas elevações do salário mínimo. Este motivo é quase tão forte como o desejo de dar melhor alojamento aos trabalhadores para apressarmos, na medida do possível, a remodelação das aldeias do tipo tradicional”¹³⁶⁰.

A esta situação, somou-se, nos anos seguintes, a evidência de que eram cada vez menos as pessoas a saber executar coberturas em capim¹³⁶¹. Em 1972, por exemplo, foi organizada uma “equipa temporária especial” para renovar as coberturas, revelando o carácter cada vez mais excepcional da tarefa¹³⁶². Ou seja, as alterações construtivas tinham transformado o saber edificatório da região; e esta última mudança, por si, reforçava o abandono das tipologias ditas “tradicionais”.

Apesar dos obstáculos, o panorama de habitação para trabalhadores da Diamang transformou-se significativamente até ao final da década de 1960: a SPAMO trabalhava com 39 aldeias, em “cinco sectores” – Cassanguidi, Maludi, Andrada, Calonda e Lucapa –, num total de 1079 casas (3335 fogos), 1964 cozinhas, 418 camaratas e 33 blocos de sanitários. De acordo com o serviço, as casas oferecidas eram “de maneira geral de construção definitiva, com 2 compartimentos, varanda e cozinha, esta normalmente em anexo”; ainda que esta afirmação não considerasse as disparidades entre grupos: no Lucapa e Calonda não existia, de facto, qualquer casa “tradicional”, nos grupos de Andrada e Maludi a proporção já se tinha alterado, mas no grupo de Cassanguidi esta tipologia ainda estava em maioria¹³⁶³. Entre os vários sectores, o Lucapa concentrava a maior oferta habitacional, com 866 fogos (apesar do número mais pequeno de casas, que traduzia a generalização dos blocos geminados) e 131 camaratas¹³⁶⁴.

Relatórios externos confirmaram a mudança; mas esta terá de ser sempre lida com atenção às diferentes realidades no terreno. O relatório do ITPAS de Capenda-Camulemba, publicado no início de 1970, por exemplo, notou que o “aspecto” dos aldeamentos das minas do Luzamba e do Cafunfo era “confrangedor”, em contraste “chocante” com as restantes habitações da companhia. Por outras palavras: o esforço global da empresa era reconhecido, mas naquela região, onde todas as casas seriam ainda construídas em capim, notavam-se falhas de higiene e precariedade construtiva. As redes de água e electricidade, apesar de instaladas, não beneficiavam os habitantes, numa situação que foi apresentada como “autêntica discriminação funcional”¹³⁶⁵.

No ano seguinte, a Diamang recebeu os delegados da OIT, que fizeram uma avaliação favorável às condições oferecidas na Lunda¹³⁶⁶. No que diz respeito à habitação unifamiliar, as proporções tinham

¹³⁶⁰ *Relatório anual da SPAMO*, 1966. UC/AD.

¹³⁶¹ “A conservação é cada vez mais complicada, pela dificuldade em obter madeira e capim e também pela falta de mão de obra que as saiba executar”. *Relatório anual da SPAMO*, 1973. UC/AD

¹³⁶² *Relatório anual da SPAMO*, 1972. UC/AD.

¹³⁶³ Cassanguidi: 211 casas tradicionais e 136 definitivas; Andrada: 129 definitivas e 76 tradicionais duplas; Maludi: 76 definitivas e 30 tradicionais. “Quadro IV. Alojamento para trabalhadores e famílias, dezembro de 1969”. *Relatório anual da SPAMO*, 1969. UC/AD.

¹³⁶⁴ Por exemplo, Lucapa: 177 casas com 866 fogos, em contraste com Andrada: 205 casas e 600 fogos. “Quadro IV...”

¹³⁶⁵ “Subdelegação do ITPAS de Capenda-Camulemba, janeiro de 1970”. SPAMOI, 1967-71. UC/AD.

¹³⁶⁶ OIT, *Informe de Pierre Juvigny...*

sido completamente invertidas: 11% de construções “provisórias” contra 89% de “casas definitivas”. As entrevistas feitas pela entidade internacional aos trabalhadores revelavam que a grande maioria habitava em casa própria, geralmente com condições satisfatórias. A única crítica dizia respeito às restrições à criação de animais, que a Diamang autorizava apenas em aldeias ditas “tradicionais”¹³⁶⁷. Notoriamente, nenhuma outra empresa¹³⁶⁸ foi abordada pela OIT a respeito do alojamento dos trabalhadores, reforçando a amplitude espacial das explorações mineiras.



[215] Aldeamentos definitivos para trabalhadores do exterior e suas famílias: aldeia Nzargi-II, depois da transformação das suas casas de capim em construção de tipo semi-definitivo, 1962
[Serviço de Mão de Obra da Diamang, UC/AD]

Apesar de tudo, se este “pioneirismo” foi prezado pelos observadores externos, não é certo que fosse totalmente apreciado pelas comunidades locais. Estudos coevos, reunidos pelo aparelho colonial na Lunda, apontariam para a insatisfação com o modelo habitacional oferecido nas minas, em particular face aos novos “blocos”. Perante o “padrão europeu” dos bairros da Diamang, traduzido em “casas boas, de material bom, de tijolo e cimento, cobertas a chaparia, amplas, bem divididas e com todos os requisitos de salubridade e higiene”, alguns trabalhadores, sobretudo de regiões mais remotas, mostravam relutância em aderir, “preferindo habitar ao lado, em palhotas de capim construídas por eles próprios que, indiscutivelmente, segundo concepções ocidentais, não reuniam todo o necessário para uma vida decente”¹³⁶⁹. A situação seria confirmada por relatórios de inspeção da própria empresa, que encontravam amiúde casas vazias¹³⁷⁰.

¹³⁶⁷ OIT, *Informe de Pierre Juvigny...*, 1971, p. 27 e seguintes.

¹³⁶⁸ O relatório da OIT abordou também a Companhia Agrícola do Cassequel e a Companhia de Celulose do Ultramar Português, mas apenas do ponto de vista salarial.

¹³⁶⁹ “Alguns aspectos da cultura quioca”. Mensário administrativo, jan. a set. 1962, p. 1973. ANTT, António Soares Carneiro, cx. 16, nº3, doc. 1 a 13, PT/TT/ASC/D/0004. O autor do estudo, desconhecido, justificava este “fenómeno geral na África tropical” pela à excelente resposta climática das cubatas, não igualável pelas casas construídas.

¹³⁷⁰ Cf. *Inspecções da Mão de Obra*, 1970, 11-E, UC/AD. Alguns exemplos: “O pessoal começou a sair da aldeia para construir as suas próprias casas. Encontrámos 49 casas vagas”; “Percorremos as aldeia, com 11 casas vagas...”; “Alguns homens começaram a construir casas próprias em local relativamente perto da mina, formando uma pequena aldeia”.

– Progresso demorado

“É na Lunda, distrito eminentemente mineiro, onde os diamantes arrancados à terra ocupam o segundo lugar nas exportações da província, onde se encontra a morada do progresso. Progresso em valores culturais, comerciais e industriais, tal como, embora lentamente, se começa a fazer notar. (...) São aglomerados populacionais em franco desenvolvimento urbanístico, rodeados por largas extensões rurais. (...) Mais alto nível de vida, melhores condições de assistência social e cultural, são reflexos deste progresso, que mora na Lunda!”

– “O progresso mora na Lunda!”, *Jornal Magazine*, 1966¹³⁷¹

Em 1966, Joaquim da Silva Cunha, responsável pela pasta do Ultramar, apresentou as obras públicas como “condições do progresso” nas colónias portuguesas em África, fazendo dialogar a edificação de infraestruturas económicas, hospitalares, escolares, culturais e recreativas com o “desenvolvimento” e defesa do território colonial, a “segurança” das populações e ainda com a cooperação e colaboração com territórios vizinhos. Sublinhando a “urgência” da época, devido à escalada dos conflitos pela independência¹³⁷², o ministro expôs a necessidade em executar, com “máxima eficiência”, vários “melhoramentos” para cumprir o “especial” objectivo de “fomentar a realização de empreendimentos de carácter local e interesse económico e social, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações”¹³⁷³. Nesta esteira, e ao longo dos anos seguintes, o colonialismo português tardio foi preenchido por planos regionais, que colocaram as pequenas obras na base dos programas de “reordenamento”, organização de “regedorias”, estratégias militares e esquemas de “contra-subversão”.

No ano das afirmações de Silva Cunha, o “progresso” também assegurou “morada” na Lunda, conforme o recorte do *Jornal Magazine*. Em causa estava a melhoria de “condições de assistência social e cultural”, sempre em associação com os “diamantes” e o “desenvolvimento urbanístico”. Como vimos na primeira parte, o distrito foi alvo, neste período, de vários projectos de “desenvolvimento”, entre eles o “esquema expedito” de Soares Carneiro e o empenho da Diamang na ampliação e consolidação das suas redes de escola, postos de compra e venda, hospitais e estradas¹³⁷⁴.

Esta aposta nos “melhoramentos locais” foi transversal em Angola e mostra como os programas de “progresso” foram pensados (e têm de ser questionados) a várias escalas. À presença das barragens, estradas e caminhos de ferro, frequentemente associados a uma “modernização” bombástica e

¹³⁷¹ Correspondência entre Jorge de Barros, Representante da Diamang, e a Direcção Técnica da Lunda, 15 de julho de 1939. *Vias de Comunicação*, 1936-39. 84Y,4. UC/AD.

¹³⁷² Joaquim da Silva Cunha (1966). “Obras Públicas, condições de progresso”. *Boletim Geral do Ultramar*, Agência Geral das Colónias.

¹³⁷³ Decreto n.º 47 580, de 8 de março de 1967, do. Ministério do Ultramar, Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações. *Diário do Governo* n.º 57/1967, Série I de 1967-03-08, pp. 259-262.

¹³⁷⁴ Como sinalizou, por exemplo, a inauguração da Avenida João Augusto Bexiga, em Portugal, em 1973.

“musculada” da paisagem¹³⁷⁵, o ímpeto “desenvolvimentista” fez somar dimensões mais pequenas e capilares, consideradas elementares na estabilização do poder colonial. Através destes projectos – que tanto no “ultramar” como na “metrópole” mostraram a relevância de uma “descentralização controlada” para cumprir a infraestruturização territorial¹³⁷⁶ –, foram concebidos inúmeros trabalhos de abastecimento e construção, com o duplo propósito de “elevar” e “controlar” as populações. A instalação do funcionalismo público, até então em destaque, foi relegada para segundo lugar, enquanto as redes de transporte foram ampliadas¹³⁷⁷ e as estruturas colossais, com localização estratégica, passaram a enquadrar a “promoção social” e o “povoamento” como parte essencial de programas económicos, “comunitários” e laborais¹³⁷⁸. Todavia, os percursos muitas vezes precários dos projectos e obras – espelho da debilidade do estado, da sua complexidade administrativa e múltiplas reconfigurações, certamente sem uma “política una”¹³⁷⁹ – apontam para o “desenvolvimento” como “alvo em movimento”¹³⁸⁰, hesitante e sujeito às dinâmicas das ocasiões, agendas, políticas, actores e circunstâncias históricas que mediaram o planeamento do espaço físico e social.

É sobre este contexto que nos debruçamos em seguida, tentando entender as contribuições mais pontuais da Diamang, para lá das redes territoriais já estudadas. De facto, no seguimento do tema da habitação, que temos vindo a explorar, a casa continuou a ser uma “arena” essencial de relações e construção da paisagem. O ano de 1964 motivou um conjunto de novos projectos na Lunda, devido a uma série de acontecimentos particulares, que acentuam a relevância de teias locais. Primeiro, o comando militar na região colocou à disposição da companhia vários homens “conhecedores dos diversos ramos de construção”, que até então estavam ocupados em trabalhos de quartéis. Através da disponibilização destes especialistas, Carlos Jorge, encarregado experiente do serviço de construção civil da Diamang, poderia passar os últimos meses do seu contrato dedicado ao estudo e desenho de novos projectos. Depois, a companhia ambicionou que o aumento de salários previsto pela lei¹³⁸¹ revertesse a seu favor e, por isso, considerou ser benéfico “influir gastos dos interessados para que deles tiremos o maior proveito no respeito à habitação”¹³⁸². Perante as possibilidades oferecidas, João Bexiga, director técnico em funções na Lunda, avançou com várias propostas, que analisamos em seguida: a venda de habitações a trabalhadores e a concretização de novas tipologias de “bem-estar”.

¹³⁷⁵ Como explorou Casper Andersen para o estudo da Barragem de Aswan, no Nilo, impulsionada pelo projecto colonial britânico, entre interesses de “modernização muscular” e “preservação paternalista”. Ver Casper Anderson (2011). “The Pilae Controversy: Muscular Modernization and Paternalistic Preservation in Aswan and London”. *History and Anthropology*, 22 (2), pp. 203-220.

¹³⁷⁶ Agarez (2020). “Obras públicas e ‘melhoramentos’ locais...”, p. 149.

¹³⁷⁷ Ana Vaz Milheiro (2021). “Colonial landscapes in former Portuguese Southern Africa: a brief historiographical analysis based on the colonial transport networks”. *African Geographical Review*, 40, pp. 214-230.

¹³⁷⁸ Como revelam os casos expoentes dos aproveitamentos hidroeléctricos de Cambambe, em Angola, e de Cabora Bassa, em Moçambique, ou ainda dos colonatos da Cela e do Limpopo.

¹³⁷⁹ “Alguns polos do desenvolvimento económico africano”. *Boletim da Associação Industrial de Angola*, 42, pp. 17-39.

¹³⁸⁰ Nick Cullather (2000). “Development? It’s history”. *Diplomatic History*, 24 (4), pp. 641-653.

¹³⁸¹ Durante a década de 1960, os salários médios dos trabalhadores da Diamang duplicaram de valor, tornando-se equivalentes ao ordenado auferido por um trabalhador rural em Portugal. Cf. “Cuadro 3. Companhia de Diamantes de Angola: promedio de efectivos y remuneracion de la mano de obra africana (em escudos, 1960-1970)”. OIT, *Informe de Pierre Juvigny...*

¹³⁸² Carta de João Bexiga para Vilhena, 19 de março 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa. *Habitação*. UC/AD.

Propriedade e melhoramentos: “casa tipo Diamang”

Em paralelo às construções de novos bairros e camaratas ao longo da década de 1960, as equipas da Diamang sugeriam a organização de visitas a outras empresas em Angola que tivessem também a seu cargo a construção de aldeias para trabalhadores. Entre os serviços da Lunda era reportada a falta de “conhecimento mais profundo e com um carácter mais técnico” para que fosse facilitado o estudo de “modelos mais convenientes para as habitações e processos mais expeditos e económicos a adoptar na sua construção”¹³⁸³. Rapidamente se endereçou um pedido a Vilhena, admitindo que “outras empresas da província, com menores responsabilidades e possibilidades, resolveram prontamente o problema [da construção] por processos bem mais satisfatórios e expeditos”¹³⁸⁴. Alfredo Pino seria destacado para visitar instalações e contactar com os técnicos responsáveis pela sua planificação e construção. Em causa estavam várias questões, algumas já notadas: por um lado, o experimentalismo que guiou as primeiras décadas de trabalho foi tido como insuficiente entre os técnicos no terreno; por outro, o panorama edificatório em Angola estava a desenvolver-se (e os novos técnicos na companhia tinham outro entendimento e formação); por fim, a situação política era completamente diferente, com as sucessivas independências, e as visitas a geografias vizinhas já não seriam tão bem enquadradas.

Apesar da conjuntura, Vilhena foi célere a dar um parecer negativo: na sua opinião, a ideia de “procurar por toda a Angola a casa ideal para indígenas” era “uma vergonha”, sobretudo quando a Diamang tinha sob a sua alçada um conjunto de técnicos competentes. Segundo o administrador, o diploma em engenharia civil de Alfredo Pino deveria ser suficiente para que a empresa conseguisse aprovar um “tipo de casa que satisfaça as condições exigidas pelos regulamentos em vigor e outras condições de estética, solidez e possível economia”. Ia mais longe: “poderá chamar-se Casa tipo Diamang”¹³⁸⁵. Determinado a manter a companhia em destaque, Vilhena admitiu apenas a consulta pontual a uma instituição ou universidade portuguesa. Notamos que sempre tinha apoiado aprendizagens através de visitas de estudo, mas, segundo mostra este episódio, estas não poderiam acontecer em solo colonial português. Ao contrário dos engenheiros, cujas preocupações eram sobretudo práticas, Vilhena não queria perder a imagem de excepcionalidade da Diamang, que, na sua opinião, permitira que os seus “métodos servissem de padrão aos que na província tinham de resolver problemas semelhantes”¹³⁸⁶.

A “inversão de posições” intuída pelos serviços da Diamang foi, todavia, um processo sem retrocesso. À medida que as exigências técnicas cresceram nos anos seguintes, a companhia não foi capaz de se actualizar, como mostra, por exemplo, o desalento perante os excelentes resultados da JAEA nas estradas de Angola, num capítulo que até então era dominado na Lunda¹³⁸⁷. A inaptidão foi internamente justificada tanto pela política de compressão de despesas, essencial para sustentar os

¹³⁸³ Carta de João Bexiga para Sílvio de Guimarães. 20 de maio de 1964. *Habitação*. Dossier 16. UC/AD.

¹³⁸⁴ Não é feita qualquer referência às empresas em causa. Telegrama de João Bexiga para Vilhena, 23 de junho de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa. *Habitação*. Dossier 16. UC/AD.

¹³⁸⁵ Telegrama de Ernesto de Vilhena, 27 de julho de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa... UC/AD.

¹³⁸⁶ Telegrama de Ernesto de Vilhena, 16 de junho de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa... UC/AD.

¹³⁸⁷ Nesta troca de correspondência, assumiu-se que “no capítulo de vias de comunicação já estamos [a companhia] perdendo uma posição favorável até aqui desfrutada porquanto o troço de estrada Luso-Henrique de Carvalho ficará dentro de dois meses uma verdadeira pista asfaltada, ao passo que o troço Henrique de Carvalho-Dundo a nosso cargo vai continuar a terra batida”. O trabalho da JAEA começava a dar frutos, enquanto na Diamang não existiam técnicos e meios para acompanhar a evolução dos processos de construção. Telegrama de João Bexiga... *Habitação*. Dossier 16. UC/AD.

níveis de produtividade, como pela resistência na manutenção de processos edificatórios cada vez mais inadequados. Face às circunstâncias, Bexiga apresentou outra estratégia para tentar gerir o problema do alojamento: a disponibilização de casas de habitação para venda aos trabalhadores africanos, abrindo caminho à ideia de “propriedade”. O processo ficou a cargo da SPAMO, que no início de Novembro de 1964, colocou em hasta pública a aquisição das casas. De modo a estudar a “melhor resposta” – equilibrando custos, tempo de construção e grau de aceitação dos habitantes – o serviço construiu um “mostruário” com cada tipologia disponível, para ensaiar e exhibir resultados¹³⁸⁸. As casas podiam ser vendidas já construídas, na Aldeia do Camatundo, no Posto do Luachimo, a norte do Dundo, ou a construir em local a indicar pelos interessados. A oferta foi distribuída por cinco tipos de casas, entre o A.2 e o B.3. Todas eram em tijolo e número de compartimentos oscilava entre os 2 e os 4 quartos. A tipologia A tinha varanda em toda a largura da casa enquanto na tipologia B a varanda era de tamanho reduzido. A área mínima era de 30m² e a máxima de 49m², correspondendo aos preços mínimos e máximos de 13 000 escudos e 20 000 escudos, respectivamente¹³⁸⁹.



[216] e [217] Casas para venda a nativos. Camatundo (Dundo). Um aspecto
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65, UC/AD]

¹³⁸⁸ Carta de João Bexiga para Ernesto de Vilhena, 24 de dezembro de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa... UC/AD.

¹³⁸⁹ Secção de Expediente de Mão de Obra. 2 de janeiro de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa... UC/AD.

Esperou-se que a venda revertesse em benefício próprio da empresa, uma vez que estava previsto um aumento salarial que poderia deste modo reingressar nos balanços orçamentais. Para regular a atribuição dos imóveis, o estado português – então envolvido também num “momento crucial de inflexão” na promoção da habitação¹³⁹⁰ – foi apontado como modelo a copiar, tanto no modo de pagamento como ao nível da legislação aplicada. Um mês depois do aviso da SPAMO, foram construídas as três primeiras habitações em locais isolados, numa escolha dos habitantes que se revelou “espontaneamente” consentânea as orientações políticas – ou seja, contra a aglomeração populacional que se entendeu ser prejudicial ao conflito que se vivia em Angola¹³⁹¹. Todavia, a subsequente falta de procura por parte dos trabalhadores mostrou com evidência que a viabilidade do projecto estava ainda dependente das facilidades de crédito que a companhia conseguisse oferecer¹³⁹², não bastando o ajustamento dos salários.

A ideia de “criar um ramo de construção civil destinado à venda de habitações”¹³⁹³ parece confirmar que a tentativa da Diamang em assumir o papel de agente de promoção na Lunda. Cumpre notar, contudo, que as obras iniciais foram feitas à revelia de Vilhena, reforçando o desajuste que se instalou entre a Lunda e Lisboa. Quando o administrador foi informado, sobretudo pelas questões financeiras que se colocavam, não hesitou em classificar a iniciativa como “inconveniente” e “fantasiosa”¹³⁹⁴, colocando-lhe um ponto final. Vilhena considerou a visão dos agentes em África demasiado “estreita”, defendendo ser necessário analisar a questão “sob todo os seus aspectos e não somente pelo vagamente socializante”. Na sua opinião, a hipotética alienação de propriedade aos trabalhadores resultaria em vários “perigos” que prejudicavam, sobretudo, a manutenção das regalias da ZUP, já de si ameaçadas por uma decisão recente do governo em autorizar na região a construção de estabelecimentos estranhos à Diamang.

Nos anos seguintes, e já depois da morte de Ernesto de Vilhena, a empresa continuou a cotejar a questão da propriedade, conferindo-lhe peso na gestão da paisagem das explorações. Apesar de nunca mais ter sido referida a intenção de promover uma “Casa tipo Diamang”, a equipa da Concessão do Dundo aproveitou o processo de construção da estrada Dundo - Aeroporto, em 1973, para fomentar novos tipos de habitação em torno do centro urbano. Ainda na aldeia do Camatundo, foi planeada a concretização de 14 habitações para compensar a demolição de casas existentes no traçado do referido eixo viário. A este conjunto, somou-se ainda uma nova casa para o antigo jardineiro da Casa da Direcção Geral e pensionista da companhia, e outra para a viúva de um dos criados de Noronha Feyo. Os trabalhos foram apresentados pela Diamang como uma “obra de certo vulto e

¹³⁹⁰ Em Portugal, a habitação começou a ser encarada como “técnica estatal de ordenamento social”. Vários especialistas, entre os quais os arquitectos Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira, a par de auxílios pedagógicos e financeiros de diversos organismos internacionais, articularam-se na defesa de uma maior intervenção e promoção pública, que resolvesse a degradação do parque habitacional dos trabalhadores portugueses. Ver José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides, Joana Gouveia Alves (2018). “O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982 Ordenamento, alternativas e mercado”. *Habitação: 100 anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, Ricardo Agarez (org). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda / IHRU, pp. 235-279.

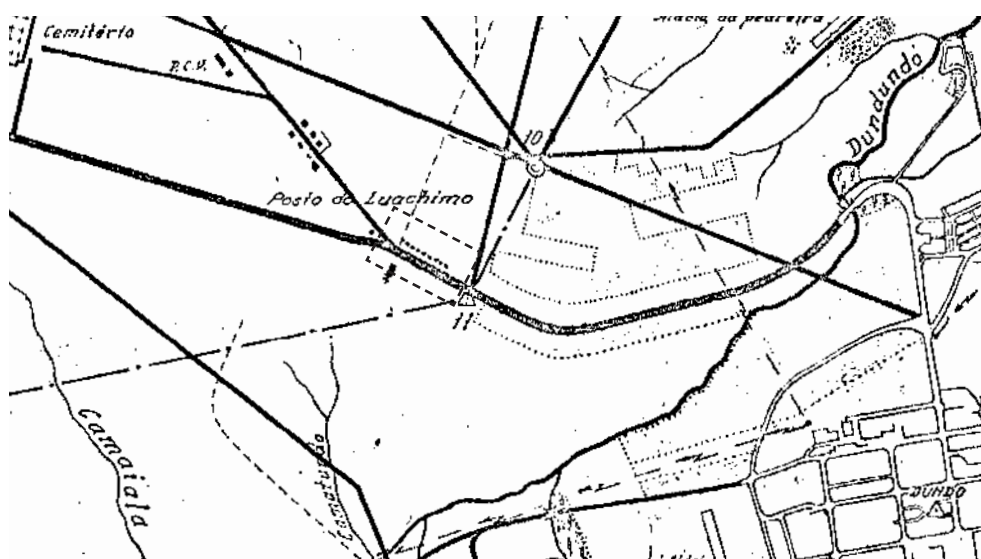
¹³⁹¹ Carta de João Bexiga..., 24 de dezembro de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa... UC/AD.

¹³⁹² A publicação do Plano Intercalar de Fomento, neste mesmo ano, deixou fortes críticas à especulação, às habitações de alto custo e à descoordenação produtiva e urbanística, ao mesmo tempo que recomendava a criação de uma entidade que resultasse em intervenções mais concretas.

¹³⁹³ Telegrama de Vilhena, 7 de janeiro de 1964. Serviço de Mão de Obra Nativa... UC/AD.

¹³⁹⁴ Idem.

largo alcance social”¹³⁹⁵, numa inequívoca avaliação da casa como um dos instrumentos participantes no “desenvolvimento”. As fotografias da época mostram o contraste entre o estado precário das casas antigas, de paredes de adobe rebocado, cobertura de zinco e portas e janelas em mau estado de conservação, com as novas estruturas, que sintetizaram o modelo habitacional ambicionado pela empresa: paredes de tijolo, pintadas, com faixa negra no rodapé, varanda ou alpendre a mediar a entrada e com sombreamento através de grelhas, janelas envidraçadas. A sua entrega aos moradores foi feita numa cerimónia solene, com a presença do administrador do concelho de Portugália, provando a relevância política do gesto. Estas casas ainda marcam presença na povoação do Camatundo, numa exibição do impacto da oferta construída pela Diamang



[218] Localização do Posto do Luachimo, a norte do Dundo, 1970

[219] Conjunto de habitações no Camatundo, 2023 (ortofotomapa)

[Levantamento da Concessão do Dundo, UC/AD; Google Earth]

¹³⁹⁵ Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1973. UC/AD.



[220] Algumas das casas demolidas, 1973

[221] Aspectos vários das novas e interessantes vivendas, conjunto geral, 1973

[222] Aspectos vários das novas e interessantes vivendas, uma das casas, 1973

[Relatório anual da Concessão do Dundo, UC/AD]

Tipologias de “bem-estar”

Outras das transformações da segunda metade da década de 1960 na paisagem da Diamang foi a generalização de várias estruturas de “bem-estar” nos bairros de trabalhadores, entretanto renomeados “acampamentos”. Em sintonia com os repertórios de “welfare” que se impuseram nas gramáticas do colonialismo do pós-guerra, como temos vindo a explorar, a “assistência” e a “melhoria” de condições tornaram-se tópicos significativos para a SPAMO. Os conjuntos mais recentes foram equipados com fontanários, sanitários, parques infantis, arrecadações e armazéns. O aldeamento de Chilupuca, onde vimos terem sido testadas algumas soluções construtivas nos anos de 1950, recebeu inclusive uma piscina.

De facto, em 1973, os números nas aldeias da Diamang eram já significativamente diferentes e cada vez mais detalhados face ao final da década anterior: em 41 acampamentos, existiam 3541 fogos, 5667 quartos (ou seja, a contabilização ia para lá dos anteriores “compartimentos”, revelando a implementação de novas tipologias), 2860 cozinhas, 127 camaratas, 18 blocos de sanitários e lavadouros, 26 blocos apenas de sanitários, 11 lavadouros, 32 fontanários, 14 postos escolares, 14 centros recreativos. Entre estes lugares, 21 ofereciam água canalizada e 15 tinham sido dotados de iluminação eléctrica¹³⁹⁶. Sublinhamos a questão numérica porque, sem prejuízo das mudanças espaciais, a SPAMO continuaria a assinalar tanto o “estado precário das construções” como o número de casas “insuficiente”. Estas situações eram sobretudo registadas entre o “pessoal mais evoluído”, alojado nos bairros de Andrada e Icongula, onde havia famílias com vários filhos em casas de dois “pequenos compartimentos”¹³⁹⁷. Os comentários reflectiam as novas expectativas e padrões de exigência da companhia para estas comunidades.



[223] Parque infantil na Aldeia do Caúma, 1966

[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65, UC/AD]

¹³⁹⁶ *Relatório Anual do SPAMO*, 1973. UC/AD.

¹³⁹⁷ “Alojamento do pessoal especializado”. *Relatório Anual do SPAMO*, 1973. UC/AD.

Para além destes equipamentos de apoio imediato, a Diamang organizou Centros Recreativos, Centros de Formação Doméstica, Centros de Formação Profissional e Cantinas, todos dentro do mesmo período. Estes lugares importam para a leitura do espaço num modo duplo: não só pelo seu impacto físico na paisagem, como pela sua instituição como potenciais veículos de transmissão de conhecimento construtivo. Como vimos, a Festa da Melhor Aldeia tinha sido extinta, levando a companhia a procurar um conjunto de alternativas para a espacialização do seu domínio.

Os Centros Recreativos destinaram-se sobretudo ao público masculino. A Diamang pretendeu que estes lugares fossem pólos de “educação e integração sociais” para os trabalhadores fora do horário laboral¹³⁹⁸. A organização reproduziu a estrutura e intentos da Casa do Pessoal e, por isso, foi conhecida pelo mesmo nome na Lunda¹³⁹⁹. As primeiras instruções foram pedidas pela Sede da empresa, em Lisboa, “para indagar qual a forma mais apropriada de concretizar a directiva ali traçada de se ocuparem os ócios dos trabalhadores com distrações que sejam do seu agrado. Concluímos que se tornava necessário fundar, nas proximidades das povoações principais, centros no género dos pequenos grupos desportivos da Metrópole que, como aqueles, servem de base às actividades desportivas, recreativas e culturais, o que responderia a desejos dos mais evoluídos”.

O programa de construções de 1964, apresentado ao ITPAS, já previa uma “Casa do Pessoal dos Especializados” no Dundo¹⁴⁰⁰; mas foi apenas em 1966, que se concretizaram os centros inaugurais nos bairros do Camatai e Icongula, em Andrada, “a título de experiência, por ser mais fácil vigiar os primeiros passos e dar amparo”¹⁴⁰¹. A funcionar em edificios próprios, os Centros Recreativos ofereciam salas de jogos e leitura¹⁴⁰², campo desportivo e botequim, acessíveis entre as 17 e as 21 horas. O seu sucesso justificou a organização de novos centros no início da década de 1970 – num máximo de 14, em 1973, incluindo a concretização da proposta do Dundo, junto às “casas balão” do Bairro-Norte¹⁴⁰³. No entanto, muitos destes lugares foram encerrados nos anos seguintes devido a “divergências entre os componentes”¹⁴⁰⁴. Adivinhamos, por isso, que seriam estruturas precárias ou facilmente seriam adaptadas a outros usos – até porque algumas delas já tinham resultado da transformação de camaratas para aquele uso recreativo¹⁴⁰⁵.

Os Centros de Formação Doméstica, também chamados Casas de Trabalho, distribuíram-se pelos principais centros urbanos e estavam a cargo de monitoras sociais contratadas pela SPAMO¹⁴⁰⁶.

¹³⁹⁸ *Relatório Anual do SPAMO*, 1968. UC/AD.

¹³⁹⁹ “É uma “Casa do Pessoal”, como lhe chamam”, lê-se no relatório da SPAMO de 1966. Tal como na Casa do Pessoal, os sócios dos Centros estavam organizados em torno de uma direcção própria e pagavam as suas cotas, apesar da companhia não prescindir de um acompanhamento estreito de cada associação.

¹⁴⁰⁰ “Apontamento sobre os assuntos...”: Anexo 3, 1964.

¹⁴⁰¹ *Relatório Anual do SPAMO*, 1966. UC/AD.

¹⁴⁰² Foram disponibilizados alguns periódicos, como os jornais *O Comércio*, *A Mocidade Portuguesa*, *A Província de Angola*, ou *O Século ilustrado*. Relatório Anual do SPAMO, 1969.

¹⁴⁰³ Cf. Planta do Bairro do Quadro Auxiliar, Dundo, que identifica a “Casa do Pessoal do Quadro Auxiliar” com o número 48, ao lado de um pequeno campo de jogos.

¹⁴⁰⁴ Se em 1973 os serviços geriam 14 Centros Recreativos, em 1974 já só estavam em funcionamento 9. Nos documentos, os agentes da Diamang justificaram esta situação pela “incapacidade” da comunidade local em seguir as regras impostas. *Relatórios Anuais do SPAMO*, 1972 e 1973. UC/AD.

¹⁴⁰⁵ Centros Recreativos nos acampamentos de Calonda 1 e 2 e Calonda 4, cf. *Relatório Anual da SPAMO*, 1971.

¹⁴⁰⁶ Em 1969 estavam a funcionar Centros de Formação Doméstica no Dundo, Andrada, Lucapa, Calonda, Luxilo e

Para além de serem responsáveis por ministrar cursos nos centros, as monitoras deslocavam-se semanalmente às aldeias, onde se dirigiam às mulheres. Em 1969, por exemplo, cerca de 160 alunas receberam “noções práticas” de arranjo do lar, higiene, puericultura e culinária¹⁴⁰⁷. Esta estrutura revelou a intenção da Diamang em forjar uma concepção particular do quotidiano e do espaço doméstico, à semelhança do que aconteceu tanto noutras companhias mineiras no Congo Belga – através por exemplo, do *Foyer Social*, criado pela Union Minière como “veículo para completar eficazmente a evolução das populações indígenas”, através de serviços “educativos”, de “assistência familiar” e “recreativos”¹⁴⁰⁸ – como também no âmbito educativo e ideológico em Portugal¹⁴⁰⁹.

As cantinas, por outro lado, derivaram da intenção de reactivar os anteriores Postos de Compra e Venda (PCV), entretanto encerrados pelas disposições jurídicas que alteraram os moldes da ocupação comercial na Lunda (já sinalizado a propósito da venda de habitações)¹⁴¹⁰. No decurso da organização das cantinas, haveria condições impostas pela legislação no que diz respeito à implantação e à materialidade. Segundo o CTR, as “cantinas só poder[iam] funcionar em edifícios de construção definitiva e que se localizem a mais de 10km de qualquer casa comercial”¹⁴¹¹. Todavia, nenhuma destas regras foi respeitada. Pelo contrário, o tema deu lugar a uma discussão sobre a posição da empresa no campo da política colonial, revelando a persistência do seu carácter dito “excepcional”: “O artigo 3 [do CTR] é aplicável à Diamang, como concessionária do direito de pesquisa de diamantes, dado o regime especial da sua concessão, que a diferencia das empresas privadas contempladas no mencionado diploma? Abrange nas suas malhas a Diamang, como empresa concessionária e associada do estado?”¹⁴¹²

Notamos ainda que as cantinas foram consideradas sob múltiplos propósitos, conforme telegrama da companhia, de Outubro de 1974: “evitar excessivo poder de compra concentrada, permitir adquirir bens de consumo e utilidades, aumento de propaganda das agências bancárias e o lançamento de

Cassanguidi, cada um com uma monitora destacada.

¹⁴⁰⁷ *Relatório Anual do SPAMO*, 1969. UC/AD. Sublinhamos a semelhança com os “cursos de formação familiar” oferecidos pelos Centros Sociais da Junta de Colonização Interna, no início da década de 1960, cf. Elisa Lopes da Silva (2011). “A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo”. Tese de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, pp. 97-98.

¹⁴⁰⁸ Mottoulle (1946). *Politique Sociale...*, pp. 35-36; Union Minière (1950). *Monographie*, pp. 70 e ss; Nancy Rose Hunt (1990). “Domesticity and Colonialism in Belgian Africa: Usumbura’s Foyer Social, 1946-1960”. *Signs*, 15, (3) pp. 447-474; Miguel Bandeira Jerónimo (2018). “Restoring Order, Inducing Change: Imagining a ‘New (Wo)man’ in the Belgian Colonial Empire in the 1950s”. *Comparativ*, 28 (5), pp. 77-96.

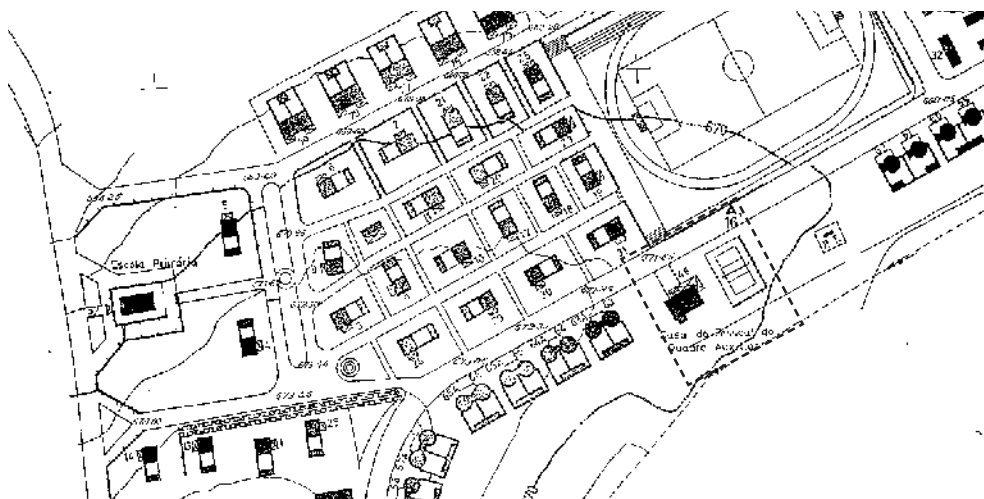
¹⁴⁰⁹ Caso da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), criada em 1936, no âmbito do Estado Novo, para fomentar a educação feminina e difundir noções de família e puericultura em Portugal. Ver, por exemplo, Irene Flunser Pimentel (2011). *A cada um o seu lugar; a política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores.

¹⁴¹⁰ “A Diamang e a ocupação comercial da Lunda”, Março de 1971: “Importa acentuar o interesse demonstrado pela Diamang em encontrar solução para a continuação em actividade dos Armazéns de Venda Empresa. Entende-se que a solução mais conveniente seria de transformar os Armazéns em cantinas. Assim pretende a Diamang continuar a beneficiar todo o seu pessoal e propiciar o abastecimento dos excedentes de produção agrícola às populações rurais residentes nas zonas de exploração”. UC/AD.

¹⁴¹¹ Acrescentou-se: “Na economia do CTR, todas as empresas com trabalhadores efectivos podem criar e manter cantinas, economatos ou outras organizações em benefício dos trabalhadores, mas sem intuito lucrativo. Condiciona a lei o funcionamento de cantinas à licença prévia a conceder pelo Governo da província. Assim, pode a Diamang criar cooperativas de consumo dos seus trabalhadores. O diploma 3612, de 15 de janeiro de 1966, reconhece a importância das cantinas para a mão de obra e a utilidade de tais organizações como instrumento importante de política social e meio indirecto e supletivo de retribuição do trabalho, recomendado pelas normas internacionais”. “Parecer de Veiga, advogado em Luanda, sobre as cantinas da Diamang”. UC/AD.

¹⁴¹² “Parecer de Veiga, advogado em Luanda, sobre as cantinas da Diamang”. UC/AD.

propaganda de autoconstrução”¹⁴¹³. Ou seja, para além da sua função imediata, foram idealizadas como meios para fomentar protocolos particulares de construção entre as comunidades locais, sucedendo assim a outras estratégias e até mesmo à própria actuação da SPAMO, já bem perto da declaração de independência de Angola.



[224] Interior de um Centro Recreativo 1970

[225] Localização da Casa do Pessoal do Quadro Auxiliar no Bairro-Norte, no Dundo, 1970?

[Relatório OIT, UC/AD; Arquivo diamang.com]

¹⁴¹³ Telegrama para o Administrador Delegado da Diamang, 17 de outubro de 1974. UC/AD.

3.5. Síntese

A terceira e última parte do trabalho prescindiu dos espaços e ciclos temporais anteriores para questionar determinadas espacializações de poder na Diamang. Nesta esteira, identificámos três circunstâncias que espelharam diferentes contextos e facetas do tema, em termos de agência, programas, geografias ou intenções. Uma vez entendidos o território e a sucessão de protocolos na companhia, a escala do edificado foi assumida como ponto primordial de observação. A casa sobressaiu como programa principal, reforçando o seu papel fundamental na configuração do colonialismo em África, como espaço de controlo, representação e negociação.

O primeiro capítulo tratou das construções para funcionários europeus nos “centros urbanos” da Lunda. No momento inicial, percorremos os processos de concepção, desenho e concretização de três equipamentos: a Casa do Pessoal, a Casa de Repouso do Cossa e a Estufa Fria do Dundo. A partir deste conjunto, foi possível entender diferentes práticas de projecto na Diamang, a organização e volatilidade das redes de decisão e algumas das intenções veiculadas através do edificado. A simultaneidade destas obras evidenciou uma estratégia concertada por parte da companhia para produzir uma paisagem de pendor corporativo e científico. Se, por um lado, ficou em destaque a aproximação à imagética estado-novista, através dos sucessivos redesenhos da Casa do Pessoal do Dundo, por outro, vimos a estreita relação da Casa de Repouso com referências sul-africanas, num processo de cruzamento de modelos editados na Lunda. Num segundo ponto, estudámos de modo breve as habitações para empregados europeus. À semelhança da análise anterior, foi revelada uma mistura de padrões materiais e estéticos, que contribuiu para uma imagem muito particular destes edifícios – e consequentemente da paisagem da Lunda, amiúde traduzida a partir do conjunto destas casas, de tijolo vermelho, varandas e jardins. Vimos ainda como estes projectos de habitação foram participantes no processo de especialização da empresa, através da fixação de “projectos-tipo” e diferentes protocolos construtivos.

O segundo capítulo mudou de esfera geográfica para analisar a presença da Diamang em Luanda, através de dois bairros residenciais, em Miramar e na Estrada de Catete, e dois projectos de representação, na Ilha de Luanda e na Rua de Avelino Dias. Ao revelar o impacto da companhia para lá da área das explorações, a análise colocou a descoberto a amplitude espacial da própria empresa, cujo escopo físico e social não pode ser circunscrito à Lunda (e não contamos aqui com as contribuições monetárias da Diamang para a concretização de várias obras em Angola, num processo que fica por estudar), assim como a importância de enquadrar outros agentes na configuração da capital de Angola, pela pluralidade de agendas que mobilizaram. Neste sentido, e face ao enfoque que a historiografia em arquitectura tem colocado nas formas do “moderno tropical”, o caso da Diamang permite questionar a validação e a extensão desta recepção na cidade, conferindo-lhe contornos mais complexos. Como vimos, as intenções formais e estéticas da empresa esbarraram no crivo público, por se apresentarem em dissonância com a corrente “moderna” estimada entre os profissionais em África. Ou seja, assistimos a uma “tirania” institucional que restringiu as práticas da arquitectura à época, disciplinando-as num molde particular.

Extrínseca e paralelamente ao escopo da actuação do Gabinete de Urbanização Colonial e aos arquitectos a ele associados, a companhia enfrentou em Luanda alguns obstáculos que até então desconhecia: falta de controlo sobre os técnicos e sobre os métodos e materiais de construção, conflitos sobre questões de estética ou ainda desafios impostos pelas condicionantes dos planos urbanos. Os processos que estudámos mostram, por um lado, o reforço do seu papel robusto e exigente nas dinâmicas edificatórias, através de limites claros e autonomia suficiente para a resolução das questões se foram colocando, ainda que sempre sujeitos às malhas do aparelho burocrático. Por outro lado, a sua análise dá a conhecer técnicos activos na construção da paisagem colonial em Angola, como José Morais Amado, cujo percurso profissional ainda está por avaliar, assim como os trâmites burocráticos que acompanharam as obras e as diversas entidades que os regulavam, caso da Comissão de Estética. Será curioso notar, por exemplo, a apreciação de Vilhena sobre os obstáculos à construção em Luanda, que atribuiu, “em parte, ao Sr. Morais Amado e a outros arquitectos na cidade, que parecem desejar ter uma participação, ou uma intervenção profissional mais importante, nas obras referentes a projectos assinados por técnicos da metrópole”¹⁴¹⁴.

Mais ainda, este capítulo revela que os técnicos da Diamang contactaram com as mais relevantes personagens da urbanização do país. Não será, por isso, de menosprezar o seu papel como agentes informados de transformação da paisagem colonial. Apesar de parecer, à partida, um intervalo na narrativa principal desta investigação, o percurso edificatório da companhia em Luanda revela as relações ponderadas entre a capital e a Lunda, num processo de contágio e edição que coloca locais remotos de exploração em diálogo com importantes rotas de expansão da arquitectura e urbanização em África. Como vimos, as orientações sobre o espaço das explorações mudaram na década de 1950. Certamente fruto do tempo e dos contextos técnico, social e político, mas também através de algumas aprendizagens que chegaram de Luanda. Assim, para além de contribuir para o estudo urbano da capital de Angola e fornecer algumas chaves de leitura importantes para o estudo da estrutura urbana que a Diamang edificou na Lunda, consideramos que este capítulo lançou, acima de tudo, perguntas por responder. Qual foi o papel da Comissão de Estética na definição da imagem da cidade? Como se articulavam os projectistas dentro da pesada estrutura burocrática composta por diversas entidades, como a Câmara Municipal e a Delegacia de Saúde? Qual foi, afinal, a contribuição conjunta das grandes empresas para as mudanças do cenário urbano da capital de Angola¹⁴¹⁵?

Por fim, o terceiro capítulo tomou a habitação dos trabalhadores e famílias africanos como objecto de estudo. Sem retirar peso aos percursos antecedentes, desde os “*postes routiers*” às “aldeias de propaganda” – até porque estes indiciam precisamente o interesse de genealogias amplas e apontam para a reciclagem persistente de modelos espaciais –, o pós-guerra foi identificado como o principal momento de debate em torno do alojamento em contexto colonial, sobretudo pela profusão de modelos e tipologias. Neste âmbito, a análise das estratégias e concretizações da Diamang não expôs só as várias agendas que concorreram no conflito em Angola, para lá da dualidade simplista entre colonizadores e colonizados, como evidenciou um circuito longo de planeamento e estratégia, que

¹⁴¹⁴ Correspondência entre Ernesto de Vilhena e Mário Costa, 14 de abril de 1954.

¹⁴¹⁵ De acordo com a pesquisa de Maria Alice Correia, Luanda expandiu-se também através dos vários bairros para trabalhadores construídos por entidades privadas: Montepio dos Ferroviários, Caminhos de Ferro de Luanda, Porto de Luanda ou ainda Correios Telégrafos e Telegramas (CTT), cf. Correia (2018). “O modelo...”, p. 178.

não pode ser reduzido ao impulso da guerra colonial. Como vimos, a empresa começou a gizar planos sérios desde o início da década de 1950, inclusive em estreito diálogo com os seus pares mineiros e, por isso, a baliza política de 1961 não traçou qualquer ruptura no percurso edificatório. Pelo contrário, mudanças mais profundas na paisagem e nas tipologias oferecidas pela Diamang foram atribuídas sobretudo a episódios locais, sem prejuízo das pressões e instâncias legais que as podem ter orientado.

No que diz respeito ao conjunto edificado, entendemos a pluralidade de respostas testadas pela Diamang, em percursos e instâncias paralelas, mas nem sempre coincidentes. O início da década de 1950 ficou marcado pelo escrutínio que atingiu a Lunda e com as consequentes tentativas da companhia em oferecer soluções de acordo com os fóruns visados. Vimos que a materialidade continuou como factor predominante, ainda que tenha então iniciado a discussão sobre os possíveis modelos de organização das aldeias. Por outro lado, a própria empresa frisou o amplo conhecimento produzido noutras geografias, com impacto nas explorações. Todavia, foi apenas na década de 1960, já após a procura de modelos construtivos mais céleres, que se registaram significativas alterações na oferta tipológica e programática da Diamang. Primeiro, através da aposta nas camaratas para trabalhadores em trânsito; depois, na generalização de casas quádruplas, verdadeiros blocos colectivos de habitação, que deram origem a novos “bairros”. Foram estes planos que permitiram à empresa inverter a situação “provisória” da habitação na Lunda, com o domínio das estruturas “definitivas” a partir da década de 1970. Ao mesmo tempo, a empresa avançou com a construção de estruturas de recreio e “cultura”, à semelhança da oferta para a comunidade europeia. Apesar dos intentos e da maior permeabilidade aos modelos da Diamang, foi ainda possível registar neste decurso o impacto constante das comunidades locais no desenho da habitação – ainda que muitas vezes distorcido e tomado como “respeito” por parte da empresa, como vimos a propósito da Conferência Inter-Africana do Trabalho em Elisabethville, na opção por determinadas configurações da casa e do espaço da aldeia.

Considerações Finais

Problemas das conexões em arquitectura

As histórias do espaço e da espacialização da Diamang revelam como as construções do quotidiano, talvez menos espectaculares em termos formais, foram provavelmente mais eficazes na consolidação das redes capilares do aparelho colonial português, assim como na produção de uma putativa legibilidade imperial, tanto no sentido político como nas suas vertentes sócio-cultural e económica. Como notámos na introdução, os actores especialistas e edifícios canonizados representaram apenas uma pequena parte da paisagem que foi sustentada e que sustentou o colonialismo em África. Neste sentido, a amplitude social, política, espacial, cronológica e tecnológica da Diamang, permitiu explorar camadas mais complexas da construção do espaço em Angola, confirmando a importância de questionar o território através de diferentes actores, processos, ângulos e escalas. Esta actuação nunca foi “panóptica” ou deixou de ser “arterial”¹⁴¹⁶; pelo contrário, como vimos, a produção da paisagem na Lunda foi sempre mediada e moldada também pela agência local.

O conjunto edificado pela Diamang permanece no território, com grande impacto na sua sociedade, como discutiremos adiante. Por isso, o presente trabalho argumenta que para uma discussão patrimonial sobre o espaço físico importa ir além do levantamento dos edifícios e, nesse sentido, equacionou a importância conjunta das formas, da história e dos múltiplos processos que levaram à materialização da paisagem, tantos os concretizados como aqueles que ficaram por executar. Este exercício, numa relação entre a arquitectura e história, que julgamos muito frutuosa, visa ainda contribuir ainda para uma imagem mais complexa do colonialismo português, de modo a refutar anteriores visões “idílicas e idealizadas”¹⁴¹⁷.

A estrutura tripartida desta tese serviu-nos precisamente para observar e problematizar estas sobreposições no espaço da Diamang a partir de perspectivas distintas, identificadas no decorrer da investigação. Haverá outras, igualmente pertinentes e estimulantes, que aguardam estudos futuros, como apontamos adiante. Cada um destes prismas lançou questões que entendemos serem cruciais para leituras mais poliédricas sobre os processos e práticas espaciais e espacializadas: a **moldura** convocou a importância das circunstâncias e dos processos de ajuste e moldagem; o **léxico** sinalizou as mutações na linguagem operativa da arquitectura assim como o peso e os limites de planos e concepções; e as **formas** serviram para a análise da materialização – física e ideológica – dos projectos que compuseram os repertórios construtivos na Lunda. Para além do contributo para formalização interna de cada parte, estes enquadramentos – que, pela sua natureza operativa, foram inquiridos numa fase inicial do estudo como protocolos – valem também pelo modo como se informaram mutuamente. Ou seja, mais do que diferentes pontos de interpretação, foram vistos como linhas autónomas, mas indissociáveis, de uma grelha de análise ampla e plural, que procurou (des)construir sucessivamente o objecto de estudo, entrelaçando contextos, linguagens, desenhos, concretizações e fontes.

¹⁴¹⁶ Frederick Cooper (2004). “Conflict and Connection: Rethinking Colonial African History”. *The American Historical Review* 99 (5), pp. 1516-1545.

¹⁴¹⁷ Nuno Domingos (2015). “Colonial architectures, urban planning and the representation of Portuguese Imperial history”. *Portuguese Journal of Social Science*, 14 (3), pp. 235-255.

Ainda que as conclusões parcelares já tenham dado conta de contornos mais particulares acerca dos episódios que seleccionámos para estudar a produção urbana e arquitectónica da Diamang, sintetizamos nas próximas linhas as principais ideias que resultaram do trabalho. A primeira parte problematizou as **construções do território**, evidenciando a reciprocidade entre o impacto da Diamang na configuração espacial de Angola e o peso das formações territoriais (em termos geográficos, topográficos, administrativos e legais) na espacialização da companhia. Como se provou, o percurso espacial da empresa foi indissociável das sucessivas mutações políticas, económicas e tecnológicas que tiveram lugar no distrito da Lunda, desde a sua incorporação no projecto colonial português e para lá do fim deste mesmo aparato. A concretização necessária de uma **infraestrutura** económica e de povoamento (com todos os programas associados), a ambição de **controlo** sócio-político do espaço e através dele, assim como a **administração** de pessoas e recursos numa região limítrofe, de escopo sobretudo extractivo, estiveram dependentes da definição e ajuste de inúmeros propósitos, nem sempre convergentes ou sobrepostos, mas amiúde correlacionados. Neste sentido, a Diamang, não sendo governo, foi evidentemente participante de uma estratégia de governabilidade, não só da Lunda, em particular, como de Angola, de um modo mais geral, com repercussões no modo de pensar e moldar o território, através de planos, normas e edifícios. Por sua vez, a estrutura material, longe de ser mera tradução das várias conjunturas, sustentou estes próprios processos, em lógicas notoriamente circulares.

A segunda parte questionou os **imaginários de urbanidade** forjados pela Diamang ou sobre ela. Interrogámos a ideia de “oásis” – que não só esteve enraizada no discurso da empresa como foi frequentemente associada às configurações físicas e aos intuitos sociais das *company towns* – para pensar o potencial imagético do espaço, num duplo sentido: por um lado, considerando o peso associado à imagem da paisagem e do edificado, evidente na procura de planos e formas mais nítidos ao olhar colonial ou na sistematização de “casas-tipo”; por outro lado, questionando a extensão das divergências entre a imaginação dos agentes envolvidos e as práticas no terreno, vertidas nos inúmeros processos de tentativa e erro que produziram diferentes espaços coloniais. Esta parte demonstrou ainda outros pontos significativos. Primeiro, revelou a “aldeia” como principal lugar de acção da Diamang, ainda que tenha sido o carácter “urbano” das povoações a sobressair no imaginário português, até aos dias de hoje. Segundo, provou a abundância de referências e imagens participantes na codificação de um “dialecto” espacial particular – que inserem a Diamang em redes amplas e distintas de produção de conhecimento –, sem prejuízo da carga ideológica que a companhia quis veicular (também) através do espaço. Terceiro, apresentou o decurso cumulativo da especialização dos técnicos e das técnicas na Diamang – visíveis na actualização de formas, tipologias e traçados, na instrumentalização dos materiais de construção e na organização das equipas – com evidentes paralelos às instituições formais de desenho do espaço, e, por isso, com óbvios desafios à hegemonia que tem sido atribuída a estes últimos pela análise historiográfica.

A terceira parte interrogou a diversidade, a extensão e a materialização de **espacializações de poder** na Diamang. A habitação foi utilizada como principal programa de estudo para confrontar a diversidade de práticas de projecto, tipologias e agendas dentro da própria empresa, em paralelo com particularidades impostas pela geografia, materiais, circunstâncias ou audiências. Primeiro, a partir da persistência e abrangência da ideia de “civilização”, observámos como o espaço foi também um

instrumento das formas de pensar. Neste sentido, sinalizámos uma tentativa notória de desracialização e despolitização de um léxico muito particular, por parte de Ernesto de Vilhena – actor central não só à Diamang como ao universo político, económico e cultural português da época –, num momento de manifesta turbulência política, que acentua a necessidade de inquirir as extensões e reorientações dos discursos “civilizadores”. Por outras palavras, a formação do conjunto edificado pela Diamang mostrou que o argumento da “civilização” não se esgotou na espacialização de um único grupo racial; bem pelo contrário, serviu para montar uma estratégia política, social e corporativa mais ampla. Segundo, através do edificado da companhia em Luanda, percebemos a pertinência e a necessidade de interrogar outros agentes participantes na transformação urbana e arquitectónica na cidade. Em particular, sobressaíram desafios à recepção da arquitectura de filiação moderna, questões sobre o patrocínio estratégico a determinados profissionais e evidentes processos de competição e mimese entre o público e o privado. Terceiro, o estudo da habitação para trabalhadores, nas suas várias formas, materialidades, planos, propósitos e fóruns, serviu para averiguar um conjunto de pontos fundamentais: a centralidade do espaço da mão de obra na constituição da paisagem colonial; a relevância da casa como instrumento de controlo e contestação; e a importância de atravessar e interligar debates, cronologias e contextos.

Posto isto, que premissas foram então estruturantes na espacialização da Diamang e quais os temas que encerram? Primeiro, importa considerar a natureza extractiva da companhia, que ditou uma apropriação do território a partir de lógicas associadas à exploração das minas (em paralelo a imperativos económicos, que tratamos adiante). Nesse sentido, os rios da Lunda sobressaíram como eixos estruturantes do assentamento da empresa. Depois, esta ancoragem ao território – nas suas vertentes física, social e política – foi sobretudo informada, nos primeiros anos, pelo pensamento urbano dos engenheiros americanos ao comando das actividades mineiras, que para ali transportaram a matriz espacial e ideológica da *company town*, vincada pela numeração de ruas e edifícios. Este modelo condicionou o traçado das povoações e os programas edificados, de evidente pendor industrial e paternalista – caso das oficinas e lavarias, do club, da casa de representação, dos jardins e estufas ou dos hospitais. No entanto, esta leitura não fica completa sem recrutar uma série de outras condicionantes: por um lado, uma conjuntura colonial baseada na segregação racial, pontuada por preocupações de saúde (evidentes na profusão de hospitais) – co-associadas à produtividade, em particular no caso dos trabalhadores africanos – e de povoamento, assim como pelas tentativas de impor uma paisagem “legível” e “agradável” ao olhar europeu; por outro lado, uma localização de fronteira, causa e consequência de um diálogo amplo com os pares belgas, na tradução de planos espaciais, mas também de uma conexão estreita com o aparelho português, na mobilização da companhia como um veículo de espacialização política.

Segundo, o exercício de leitura sistemática dos lugares, ideias e tempos da Diamang revela importantes nuances que não só complexificaram o trajecto edificatório na Lunda, como dão palco a desafios metodológicos. A este respeito, notamos a impossibilidade de examinar o planeamento e a construção de povoações brancas ou de aldeias africanas através de duas linhas distintas, sem atender aos contágios entre as várias realidades. A companhia promoveu, neste sentido, uma concepção integrada do espaço; ainda que não tinha sido certamente um organismo monolítico, de visão e materialização únicas. Ou seja, notámos que a mesma chave de leitura do território – porque

codificada num mesmo contexto e porque no palco industrial da Lunda todos eram estrangeiros¹⁴¹⁸ – serviu à composição dos múltiplos espaços da Diamang. Como esclareceu Ernesto de Vilhena, já na década de 1960, todos os espaços e sujeitos foram considerados parte da máquina industrial e corporativa criada pela Diamang¹⁴¹⁹. Ainda que, à época, tais declarações tenham servido para escudar a empresa face às críticas externas que denunciavam as condições segregadoras vividas pela comunidade africana nas minas, propusemos utilizá-las neste trabalho para questionar a validade e a persistência de leituras “dualistas” – que não fazem mais do que repetir os padrões do colonialismo, obscurecendo pontos de relação, conexão e resistência, como tem alertado a historiografia. É certo que os instrumentos e o controlo exercido sobre cada grupo foram notoriamente distintos, numa demonstração da inegável violência e assimetrias coloniais, mas matrizes de desenho na Lunda informaram-se de forma constante, como pudemos provar. Nesta esteira, recordamos as palavras de Gwendolyn Wright sobre a flexibilidade e multiplicidade de faces do desenho urbano, que “muitas vezes [foi] utilizado de modo radicalmente diferente dentro da mesma cidade, assumi[ndo] um papel essencial nos esforços de tornar o colonialismo mais popular entre os europeus e mais tolerável para os colonizados”¹⁴²⁰. É neste ponto que a dimensão controlada e controladora da Diamang aportou benefícios, porque facilita a leitura conjunta de múltiplos pontos de vista dentro de um mesmo universo geográfico, enquadrando traços disputados – e por vezes silenciados – que participaram na codificação espacial em Angola.

Terceiro, a dificuldade em fixar balizas temporais reforçou a presença de várias dinâmicas na construção do espaço das minas. Se a Diamang foi formalmente criada em 1917, ficou evidente que não podemos entender a sua ancoragem ao território sem recuar às dinâmicas espaciais decorrentes das discussões ocorridas antes, durante e depois da Conferência de Berlim (1884-1885); e que as formas deste assentamento não se esgotaram com a fixação dos primeiros postos. Bem pelo contrário, foram constantemente repensadas nas décadas seguintes, quando, por exemplo, a companhia organizou a “concessão” como unidade estruturante, em 1940, ou durante a expansão para oeste, em 1960, que resultou em novas povoações e, por isso, numa diferente abordagem ao seu traçado e formas. Não podemos, por isso, comungar com imagens fixas da paisagem produzida pela empresa, que necessariamente aplanam realidades que estiveram em constante mutação. Outro exemplo que reforçou a pertinência da problemática das conexões esteve patente na análise das estratégias “urbanas” da Diamang: ainda que o ano de 1942 tenha sido um momento óbvio de transformação no protocolo edificatório da companhia, através de uma instrumentalização mais consciente e criteriosa das ferramentas do planeamento do espaço, é necessário considerar as aprendizagens produzidas pelos “alicerces” corporativos em 1936, que, por sua vez, se relacionaram tanto com a afirmação ideológica do Estado Novo, em Portugal, como com as políticas de “estabilização laboral” promovidas pelas corporações belgas. Do mesmo modo, esta “urbanidade” continuou a desdobrar-se no tempo, originando outros repertórios de “urbanização” e “urbanismo”, acertando com a cultura arquitectónica da época, cada vez mais pragmática e tecnicista¹⁴²¹. Este último ponto, em particular,

¹⁴¹⁸ Guha, Ranajit (1997). “Not at Home in Empire”. *Critical Inquiry*, 23 (3), pp. 482-493.

¹⁴¹⁹ Vilhena (1954). *Aventura e rotina...*

¹⁴²⁰ Gwendolyn Wright (1987). “Tradition in the Service of Modernity: Architecture and Urbanism in French Colonial Policy, 1900-1930”. *The Journal of Modern History*, 59 (2), pp. 291-316.

¹⁴²¹ Milheiro (2017). *Arquitecturas Coloniais...*

foi materializado ao arrepio do discurso oficial da empresa, mostrando a importância de questionar a influência do ambiente construído na formulação de repositórios cognitivos e técnicos.

Neste âmbito, o percurso da Diamang deu ainda ênfase aos problemas cronológicos e formais do “moderno colonial”, já sinalizados, e aos desafios lançados pelas continuidades entre projectos políticos. Estes temas assumem duas direcções: por um lado, espelham o modo como a linguagem da arquitectura foi (re)utilizada – e muitas vezes reconfigurada – por actores fora das estruturas especializadas no desenho do espaço, sem prejuízo dos processos de tradução, distorção e interpretação; por outro lado, destacam as diferentes velocidades e, acima de tudo, direcções na construção do espaço, rejeitando as narrativas lineares de “progresso” que têm sido associadas ao colonialismo, sobretudo na sua configuração pós-guerra e na relação com as gramáticas do “desenvolvimento”. Mais ainda, sublinham novamente a importância de envolver escalas locais e internacionais, complicando analogias aparentemente simples.

Por fim, cabe ainda aqui recuperar as implicações da dinâmica extractiva da Diamang como um aspecto fundamental, que a tese não abordou em profundidade e que será um dos tópicos que merece ser aprofundado. Por outras palavras: é evidente que os temas tratados neste trabalho têm de ser pensados, enquadrados e cotejados com questões de natureza económica. A Diamang foi empresa que gerou enormes recursos num mercado altamente competitivo, amiúde pautado por lógicas miméticas e reputacionais entre companhias, com óbvias repercussões no espaço. Ou seja, determinados edifícios e tipologias, em particular no campo da habitação, só foram pensados e concretizados porque existiram condições económicas; e a sua perpetuação apenas aconteceu na medida em que contribuíram para o aumento do lucro financeiro e rendimento dos trabalhadores. A transformação da paisagem não pode, por isso, ser reduzida a questões ideológicas – porque estas foram sempre meditadas em conjunto com a viabilidade económica. Recordamos, nesta esteira, as notas da SPAMOI em 1961 sobre as potencialidades das casas do “tipo definitivo”, nas quais o peso atribuído à promoção da “produtividade” se tornou evidente¹⁴²².

Recuperando e cruzando alguns números, é possível entender as relações que aqui enunciamos. Sem quaisquer pretensões de exaustividade e sem esquecer as limitações na recolha e análise dos próprios dados, notamos as correspondências entre o produto das vendas de diamantes, os lucros gerais da companhia, o número de trabalhadores e as despesas associadas à rubrica das “construções”. A título de exemplo, a pujança da retórica “urbana” do início da 1940 foi alicerçada pela boa performance do mercado de diamantes durante o conflito mundial, e deu suporte, por sua vez, à contratação de mais mão de obra e à duplicação dos lucros até ao começo da década seguinte. Entre 1942 e 1943, o produto das vendas passou dos 769 milhares de libras para os 2329 milhares de libras no exercício seguinte. Em 1950, este mesmo produto ascendeu aos 5120 milhares de libras¹⁴²³. Mais adiante, o escrutínio político do início da década de 1950 fez duplicar as despesas com os “edifícios para trabalhadores” entre 1951 e 1954 – em 1951, a Diamang gastou 4.371.699 angolares com a rubrica “edifícios e construções”; em 1954, o valor alocado a esta mesma rubrica ascendeu aos

¹⁴²² *Relatório anual da SPAMOI*, 1961. UC/AD. Parágrafo transcrito no início da secção “Instâncias internacionais, respostas locais”, p. 359.

¹⁴²³ Relatórios do Conselho de Administração e Pareceres do Conselho Fiscal da Diamang, 1942, 1943 e 1950.

10.716.574 angolares¹⁴²⁴ –, mas não sem que este aumento tivesse reflexos também na maior prosperidade da empresa ao longo dos anos subsequentes. Ou seja, entendemos que os momentos de significativo ajuste no espaço e através dele – de que foram caso também os inícios da guerra colonial em Angola, em 1961, e na Lunda, em 1966, traduzidos na construção dos novos bairros, camaratas e equipamentos sociais – foram sempre cobertos por e facilitadores de bons desempenhos económicos, em processos altamente recíprocos. Mais uma vez, veja-se a evolução das despesas com a rubrica “edifícios e construções” nesta década de escrutínio e conflito, em comunhão com a retórica do “desenvolvimento”: em 1960, 17.424 contos; em 1962, 36.585 contos; em 1964, 29.795 contos; em 1966, 40.308 contos¹⁴²⁵. Ainda que este seja evidentemente um exercício de carácter sumário, de invocação selectiva e propósito meramente exemplificativo, serve-nos de ilustração para a importância histórica e analítica da questão.

Explanados estes pontos, terminamos esta secção com o reforço de ideias e possibilidades que nos levam para discussões historiográficas mais amplas, intersectando os tópicos da modernização, da representação e da circulação. Primeiro, a análise do espaço industrial da Diamang, nas formas da sua “modernização” – desde as “casas standard” da década de 1920 aos blocos colectivos e às “casas de segundo andar” de 1960 – permite entrar num debate já avançado noutros contextos¹⁴²⁶, mas que se mantém pouco expressivo no estudo do caso português, sobre a necessidade de problematizar e deslocalizar a arquitectura do “modernismo” para além das suas dimensões técnicas e formais. Na esteira de Jiat Chang, Hannah Le Roux e Tim Livsey, a tese procurou explorar a pertinência de genealogias longas, que desafiam o olhar afunilado, estético e canonizado, que foi dado à materialização do “moderno” em África. Ou seja, como vimos, a “modernidade” também se fez na dita “ruralidade” do adobe e da materialização de “tradições” edificatórias, sem oposição.

Segundo, a respeito da representação, olhámos simultaneamente para a arquitectura como “política visível” e como forma de “espacialização de poder”; ou seja, para um espaço fabricado como reflexo de intenções de controlo e mobilizado como instrumento e arena de domínio, força e contestação. A Diamang sinalizou, testou e reforçou o potencial do ambiente construído para transformar e veicular políticas, imaginários, objectivos económicos, sociais e culturais. Na Lunda, esta questão ficou visível no desenho cuidado dos “centros urbanos”, nas moradias para funcionários (através de fachadas ornamentadas e materiais de boa qualidade, por exemplo), na procura sistemática de aldeias e casas “modelo” para trabalhadores e famílias africanos, através de ideias de “embelezamento”, ou ainda na oferta de equipamentos sociais e espaços comuns qualificados, como jardins, avenidas arborizadas, saneamento, iluminação pública, piscinas, campos de desportos, instituições recreativas, científicas, escolares e de saúde. Em Luanda, foram somadas outras inquietações na construção de uma imagem “representativa” da companhia, iluminando a compatibilização estratégica entre uma linguagem formal e estética conservadora e um conjunto programático que se quis “inovador”.

Por fim, sublinhamos a circulação (de ideias, actores e tipologias) como instrumento fundamental

¹⁴²⁴ Relatórios do Conselho de Administração e Pareceres do Conselho Fiscal da Diamang, 1951 e 1954.

¹⁴²⁵ Relatórios do Conselho de Administração e Pareceres do Conselho Fiscal da Diamang, 1960 a 1966. Feita a conversão para valores correntes, através do simulador do Pordata, estes montantes equivalem a 8, 17, 13 e 16 milhões de euros.

¹⁴²⁶ Lim e Chang (2012). *Non West Modernist Past...*

para leituras mais caleidoscópicas do espaço colonial. A intersecção de debates e contextos na Diamang prova a importância de rejeitar análises isoladas, e supostamente auto-suficientes, assim como trocas passivas e lineares, conformadas aos limites do estado-nação e aos binómios da cidade-campo, colonizador-colonizado ou tradição-modernidade. Neste ponto foi particularmente útil a ideia de “tradução” para entrar no “estudo das circunstâncias, dinâmicas e mecanismos que suportaram reproduções pragmáticas, apropriações estratégicas e reinterpretções selectivas”¹⁴²⁷, explorando diálogos que não foram “neutros” e que continuaram a evidenciar “estruturas de poder, hierarquias, tensões e conflitos”¹⁴²⁸. Por isso, o trabalho analisou não só formas, normas, materiais e modelos editados na Lunda como também aqueles que foram descartados, enfatizando a companhia como um espaço “excêntrico”, mas em contínua interlocução com as várias escalas que integrou¹⁴²⁹. A Diamang oferece, assim, importantes contributos e matérias para os estudos sobre a “transmutação” e os “processos híbridos” entre materiais, tipologias e saberes construtivos em contexto colonial¹⁴³⁰ – recentemente questionados como “tecnologias creolas” ou “conhecimento incorporado”¹⁴³¹, por exemplo –, que mostram a complexidade destas relações, para lá de transferências ou importações.

Património: do arquivo à resiliência edificada

Para além das considerações sobre os temas abordados, julgamos oportuno concluir este trabalho com uma breve reflexão sobre a utilidade e o relevo da história e do presente exercício historiográfico para pensar o património. Por outras palavras: o que nos diz esta análise sobre o que é património, quais os seus usos, propósitos e limitações, em que situações, por e para quem, “de quem”¹⁴³²? Estas são questões sobre as quais reflectimos no decorrer da investigação através de várias publicações e comunicações em encontros científicos¹⁴³³. Em particular, foram-nos úteis os debates sobre os patrimónios “culturais”, “críticos”, “contestados” e “partilhados”, que têm vincado a natureza política,

¹⁴²⁷ Jiat Hwee Chang e Imran Bin Tajudeen (2019). *Southeast Asia's modern architecture: questions of translation, epistemology and power*. Singapura: NUS Press.

¹⁴²⁸ Esra Akcan (2012). *Architecture in Translation: Germany, Turkey, and the Modern House*. Duke University Press.

¹⁴²⁹ Geert Castryck (2013). “Ex-Centring the Global Liminality and Interconnectedness in Urban Kigoma”. *Self-reflexive Area studies*, pp. 59-78.

¹⁴³⁰ Este é um debate amplo que tem recebido importantes contributos nos campos do desenho da cidade, da habitação e das tecnologias construtivas. Ver, entre outros, Beeckmans (2013). “Editing...”; Viviana d’Auria (2014). “In the laboratory and in the field: hybrid housing design for the African city in late-colonial and decolonising Ghana (1945–57)”. *The Journal of Architecture*, 19 (3), pp. 439-454; A. M. Martin e P. M. Bezemer (2020). “The concept and planning of public native housing estates in Nairobi/Kenya, 1918–1948”. *Planning Perspectives*, 35 (4), pp. 609-634;

¹⁴³¹ David Edgerton (2007). “Creole technologies and global histories: rethinking how things travel in space and time”. *History of Science and Technology Journal*, 1 (1), pp. 75-112; Ayala Levin (2015). “Beyond Global vs. Local: Tipping the Scales of Architectural Historiography”. *ABE Journal*, 8 [acessado a 20 de julho de 2023].

¹⁴³² Stuart Hall (1999). “Whose Heritage? Un-settling ‘The Heritage’, Re-imagining the Post-nation”. *Third Text*, 49, pp. 3-13.

¹⁴³³ Beatriz Serrazina (2019). “On heritage”. *Oficina Histories of development: global, national, colonial*, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; Beatriz Serrazina (2023). “Industrial colonial heritage: shared and transnational?”. *Other landscapes of Cultural Heritage(s): history and politics*, Miguel Bandeira Jerónimo, Walter Rossa e Nuno Lopes (eds.). Coimbra University Press (resultado da comunicação apresentada na conferência *Worlds of Cultural Heritage(s): history and politics*, Coimbra, 2019); Beatriz Serrazina (2022). “Company space and colonial heritage: the resilience of grey architecture”. Conferência *Heritage(s): Past, present, future*, Patrimónios & Cambridge Heritage Research Centre, Coimbra; Beatriz Serrazina (2023). “Colonial Enterprises and Urban Design in Africa: Transnational Knowledge, Local Agency and the Diamond Company of Angola (1917-1975)”. *Architectures of Colonialism: constructed histories, conflicting memories*, Vera Egbers, Christa Kamleithner, Özge Sezer e Alexandra Skedzuhn-Safir (eds.). Basle: Birkhäuser, 2023 (no prelo).

social, circunstancial e mutável deste conceito, das suas práticas e discursos¹⁴³⁴, acrescentando novas perspectivas, desafios e metodologias para a análise do ambiente construído e das leituras feitas sobre o espaço e a partir dele¹⁴³⁵. Em suma, que têm interrogado, nas palavras de Laurajane Smith, o património como um “processo social e cultural”, um “acto de comunicação”, de “negociação e regulação” e de “criação e recriação de identidade”¹⁴³⁶.

A pertinência de pensarmos sobre este tema relaciona-se com a atenção crescente nos últimos anos sobre a paisagem produzida pela Diamang na Lunda, com particular foco no Dundo. Este interesse não só dá peso às questões aqui tratadas, como veicula alguma informação que importa destrinçar. À excepção de Maludi, destruída durante a guerra civil, todas as outras povoações de maiores dimensões – Dundo, Andrada, Cassanguidi, Luxilo, Lucapa, Calonda, Luzamba e Cafunfo – permanecem hoje como principais assentamentos humanos da Lunda. A sua matriz continua, por isso, a suportar o quotidiano da região, numa herança particularmente sólida, mas nem sempre vista como pesada.

Em Julho de 2020, já no decurso deste trabalho, o *Jornal de Angola* publicou um caderno especial sobre a Lunda-Norte, que iluminou a leitura feita pelas autoridades locais sobre aquele território. Entre os vários artigos, ficou patente a importância da Diamang na infraestrutura da região. Em particular, um dos textos frisou “o património por reconhecer” no distrito, expondo a “procura em dar passos céleres para o futuro [da Lunda-Norte], sem esquecer o seu passado, reconhecidamente valioso”. A este propósito, foi sobretudo nomeado o valor da “estrutura arquitectónica das suas vilas”, defendendo que “a arborização e o verde da relva tratada era a imagem que o Dundo e as antigas vilas construídas pela Diamang tinham a oferecer aos moradores e visitantes das outras paragens do país e do mundo”. Nos parágrafos seguintes, foram constantemente sublinhados a “imagem singular, acolhedora e atraente”, o “estilo arquitectónico caracterizado pelo uso de tijolo queimado” e os “jardins zoológicos e botânicos que constituíam verdadeiros postais para os visitantes” – e, por isso, defendeu-se que “o estilo das habitações da agora cidade do Dundo e as outras vilas urbanas construídas pela Diamang, constituem um acervo cultural que carece de preservação”¹⁴³⁷.

O recorte jornalístico evidenciou questões que nos interessam: primeiro, sobressai a constância da linguagem da companhia, numa reprodução acrítica das narrativas previamente fabricadas; depois, a persistência do peso da imagem daqueles lugares. Ainda assim, se o dito “passado” não foi esquecido, encontra-se certamente distorcido. O carácter “multinacional” da Diamang e a sua actividade económica permitiram que o artigo não apresentasse qualquer referência ao projecto colonial português. A origem das povoações da Lunda, por exemplo, foi atribuída à exploração

¹⁴³⁴ Ver, entre outros, Laurajane Smith (2006). *Uses of Heritage*. Londres: Routledge; Johan Lagae (2008). “From ‘Patrimoine partagé’ to ‘whose heritage’? Critical reflections on colonial built heritage in the city of Lubumbashi, Democratic Republic of the Congo”. *Afrika Focus*, 21 (1), pp. 11-30; Margarida Calafate Ribeiro e Walter Rossa (2015) (org.). *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Imprensa da Universidade de Coimbra; Hein Vanhee (2016). “On Shared Heritage and Its (False) Promises”, *African Arts*, 49 (3), pp. 1-7; Miguel Bandeira Jerónimo e Walter Rossa (2021) (coord.). *Patrimónios Contestados*. Público; Knudsen, Oldfield, Buettner e Zabunyan (eds) (2021). *Decolonizing...*

¹⁴³⁵ Anoma Pieris, Stuart King e Mirjana Lozanovska (2018). “Architecture/Heritage/Politics”. *Fabrications*, 28 (2), pp. 133-135; Corina Oprea, Alessandro Petti, Marie-Louise Richards, Tatiana Pinto, Roberta Burchardt (2021) (eds.). *Architectural Dissonances* [www.internationaleonline.org, acessado a 10 de setembro de 2023]

¹⁴³⁶ Smith (2006). *Uses...*, pp. 4-6.

¹⁴³⁷ “Lunda-Norte: Um património por reconhecer”. *Jornal de Angola* (Especial Lunda-Norte), 4 de julho de 2020, p. 21.

mineira, enquanto as clivagens sociais se esbateram na categoria única dos “trabalhadores”. Por outro lado, a Aldeia do Museu do Dundo foi apresentada como “um lugar privilegiado que servia para a transmissão de ofícios, da velha para novas gerações”¹⁴³⁸.

Este artigo não expôs uma perspectiva pontual ou original, bem pelo contrário. Nas semanas seguintes, foi emitida uma reportagem na Televisão Pública de Angola (TPA), a principal rede televisiva no país, sobre a cidade do Dundo. Os habitantes da região apresentaram as residências da cidade como “únicas” e “exclusivas”: “a estrutura arquitectónica da nossa cidade tem uma imagem diferente das outras cidades; se andares por Angola, é uma característica, um sinal de diferença”, ouve-se no início¹⁴³⁹. “Na Lunda as casas foram construídas com espaço em aberto, jardins verdes; e são vivendas grandes”. A “herança” foi atribuída à Diamang, na década de 1980 – ou seja, mais uma vez sem associação ao processo de independência do país. Os entrevistados, moradores e um sociólogo, referiram o “valor histórico” e o “património” do lugar. Na sua opinião, “as casas que devem ficar como estão”. Por isso, as transformações em curso, com o fecho das antigas garagens ou a destruição dos jardins, foram criticadas por colocarem em causa a “matriz” e a “originalidade” da povoação. Um dos “mais-velhos” defendeu, inclusive, a implementação de um processo de selecção e aprendizagem para viver no “centro urbano”, como “antigamente”. Apesar de se referir à Diamang, esta foi identificada como o “construtor” – numa opção reveladora, de novo, de uma suavização da história.

Processos semelhantes a estes têm sido analisados à luz das políticas, práticas e discursos patrimoniais como formas de “distorção” ou “negação”. O espaço construído, em particular, oferece um confronto incontestável – visível, palpável – com realidades “escondidas à vista de todos, o que não pode ser nomeado, porque isso seria ser confrontado com verdades ou realizações incómodas”¹⁴⁴⁰ – neste caso, a violência do colonialismo. Para pensar e questionar a persistência de formas e discursos na memória colectiva destas comunidades, evidente nos artigos, o campo do património tem defendido “um rastreio crítico das genealogias, uma descoberta de arquivos ocultos e um seguimento das fontes ainda invisíveis de práticas e ideias”¹⁴⁴¹, prestando, na nossa opinião, importantes ferramentas e perspectivas de análise à historiografia em arquitectura.

Um outro artigo no *Jornal de Angola*, de Julho de 2019, serve-nos para testar precisamente este tema. Com o intuito de elencar uma série de “lições para os vários Dundos”, o jornalista registou o confronto entre a “Centralidade do Mussungue”, construída em 2012 na parte sul da povoação, em 115 hectares, com 5000 fogos distribuídos por cerca de 400 prédios de 5 a 18 pisos, e da “organização e eficiência” das “casas antigas da Diamang”. A avaliação foi perentória: “Não há dúvida que a Diamang [fez] um bom trabalho na construção de casas. Havia, até, edifícios com arquitectura bastante interessante”¹⁴⁴². A centralidade foi criticada pela oferta de um modelo desadequado, em altura, no qual os angolanos não mostram interesse em viver. Pelo contrário, o colunista defendeu

¹⁴³⁸ Idem.

¹⁴³⁹ “Cidade do Dundo entre os lugares históricos mais procurados”. Televisão Pública de Angola / TPA Online, 3 de julho de 2020 [https://www.youtube.com/watch?v=bZ_vYbCvDN8, acessado a 8 de setembro de 2023].

¹⁴⁴⁰ Nick Shepherd (2022). “Spectres of Cecil Rhodes at the University of Cape Town”. *Decolonizing Colonial Heritage: New Agendas, Actors and Practices in and beyond Europe*, Britta Timm Knudsen, John Old eld, Elizabeth Buettner e Elvan Zabunyan (eds.). Routledge, p. 67.

¹⁴⁴¹ Idem.

¹⁴⁴² “Lições para os vários Dundos”. *Jornal de Angola*, 26 de julho de 2019.

que estas comunidades preferem “viver em localidades com muito espaço e em casas capazes de conter grandes famílias, com anexos, e possibilidade de jardins” – ou seja, concluiu, através “da filosofia que norteou a Diamang nas Lundas”. Não decorre daqui uma validação da companhia, nem tão pouco um desconhecimento do sistema repressivo e segregador do colonialismo. Aliás, como vimos ao longo do trabalho, a dita “filosofia” espacial da Diamang, longe de compassiva, foi instrumentalizada na medida em que serviu as actividades da empresa. De facto, o mesmo texto notou as críticas dos “mais-velhos” face à desigualdade perpetuada pela companhia. No entanto, face ao panorama habitacional actual, no qual abundam erros de projecto, com ravinas por consolidar, o lixo acumulado, a falta de manutenção das estruturas, o centro do Dundo é celebrado pelo seu potencial e pelas condições que oferece.

Não foi, nem é, nossa intenção avançar com uma análise das condições actuais de habitabilidade na Lunda-Norte. Todavia, a resiliência destas paisagens sublinha a impossibilidade de observar e analisar estes espaços sem (re)conhecer as suas genealogias. Não é esse o caso da investigação que tem sido feita recentemente sobre estas cidades como “boomtowns” de ambientes muito precários¹⁴⁴³. Sem prejuízo de outros factores, podemos justificar esta ausência também pela incapacidade da historiografia da arquitectura em revelar estas paisagens como andaimes cruciais na construção do espaço colonial, dificultando o seu questionamento a longo prazo – ainda que estas empresas tenham sido abordadas e estejam a ser questionadas como actores fundamentais nos processos de descolonização¹⁴⁴⁴, com potencial para intersectar diferentes disciplinas¹⁴⁴⁵. Por esta razão, defendemos a necessidade de interrogar estes edifícios não como restos inertes, mas como “formações imperiais persistentes que ocupam múltiplos tempos históricos, que são histórias inacabadas que correm no passado contínuo”, como Ann Laura Stoler argumentou¹⁴⁴⁶.

O estudo do espaço da Diamang ilumina a persistência de estratégias até aos dias de hoje, não só na linguagem, como vimos, mas também na prática, até porque as companhias mineiras continuam a ser os principais agentes económicos e administrativos na região. A Sociedade Mineira do Catoca, por exemplo, apresentou um projecto recente para a “Vila Sagrada Esperança”, a construir em Saurimo, no qual foram reproduzidos os jardins amplos, um museu, as habitações ditas “exemplares”. Notamos que foi um processo idêntico de “distorção” do espaço e das formas construídas que sustentou os modelos da “estabilização” na Lunda, através da fabricação de plantas, alçados, materiais e programas.

¹⁴⁴³ Cristina Udelsmann Rodrigues e Ana Paula Tavares (2012). “Angola’s planned and unplanned urban growth: diamond mining towns in the Lunda Provinces”. *Journal of Contemporary African Studies*, 30, pp. 687-703; Justin Pearce (2004). “War, peace and diamonds in Angola: Popular perceptions of the diamond industry in the Lundas”. *African Security Review*, 13 (2), pp. 51-64; Cristina Udelsmann Rodrigues e Deborah Bryceson (2018). “Precarity in Angolan diamond mining towns, 1920–2014: Tracing agency of the state, mining companies and urban households”. *The Journal of Modern African Studies*, 56 (1), pp. 113-141.

¹⁴⁴⁴ Ver, entre outros, Sarah Stockwell (2000). *The Business of Decolonization*. Oxford: Oxford University Press; Stephanie Decker (2008). “Building up goodwill: British business, development and economic nationalism in Ghana and Nigeria, 1945–1977”, *Enterprise & Society*, 9 (4), pp. 602-613; Nicholas White (2017). “Imperial Business Interests, Decolonization and Post-Colonial Diversification”. *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, Martin Thomas e Andrew Thompson (eds.). Oxford Handbooks. Nicholas White, em particular, apontou como a “arquitectura modernista” foi um dos factores fundamentais para reconfigurar as identidades das empresas, que passaram de “empresas imperiais” a “embaixadoras do mundo moderno, estrangeiras e benevolentes.

¹⁴⁴⁵ Alexander Keese e Marie Huber (2022). “Introduction: State enterprises in Africa: a postcolonial history”. *Zeitschrift für Unternehmensgeschichte*, 67 (2), pp. 167-187.

¹⁴⁴⁶ Ann Laura Stoler (2006). “On Degrees of Imperial Sovereignty”. *Public Culture*, 18 (1), pp. 125-146; Ann Laura Stoler (2013). *Imperial Debris: On ruins and Ruination*. Durham e Londres: Duke University Press.

Ao longo dos últimos anos, tem sido evidente uma mudança de ênfase do pressuposto da aceitação passiva de influências externas por parte de África para o estudo das circunstâncias, dinâmicas e mecanismos de empréstimo, apropriação e reinterpretação selectiva dos edifícios e projectos. Este estudo da Diamang corrobora o papel essencial das comunidades locais na configuração do espaço, seja através das técnicas e materiais de construção, como através da recusa em habitar determinados modelos. Neste âmbito, consideramos que o discurso do “património” realça os papéis significativos, mas frequentemente ignorados, que a arquitectura desempenha¹⁴⁴⁷. Se está hoje bem estabelecido que a arquitectura e o ambiente construído não são apenas artefactos materiais isolados – eles moldam e são moldados pelas condições culturais, políticas e económicas da sua produção e consumo, num reconhecimento da política como parte integrante da arquitectura –, continuamos a precisar de enquadramentos alargados, que examinem a paisagem quotidiana e o ambiente construído comum. O objectivo será, portanto, uma abordagem inclusiva, que englobe múltiplos pontos de vista, contribuições e envolvimento.

Questões futuras

O estudo do espaço da Diamang evidentemente não se esgota na extensão limitada deste trabalho. Para além deste documento ser resultado de uma série de escolhas que, à partida, excluíram temas, projectos e programas, a própria análise sinalizou um conjunto de questões que importa esgrimir no futuro. Resumimos de seguida os principais temas em aberto, a somar a algumas perguntas elaboradas nas sínteses parciais – por exemplo, sobre o que falta saber a propósito da construção de Luanda ou dos programas e tipologias que não foram interrogados.

Primeiro, apesar de a Diamang ter sido a maior companhia a operar no período colonial português, em termos de área e recursos humanos, outras tantas empresas traçaram percursos paralelos noutras partes do território africano. São os casos da Cotonang ou da Companhia do Cassequel, em Angola, ou da Sena Sugar Estates, em Moçambique, cujos contornos físicos estão por avaliar e, depois, comparar. No mesmo sentido, acreditamos haver por explorar conexões muito significativas entre a Diamang e outras empresas portuguesas, a partir de relações empresariais e contextuais em torno da figura de Ernesto de Vilhena, nomeadamente a Maceira Liz e a Companhia da União Fabril.

Segundo, no que diz respeito à habitação, que se revelou o principal programa deste trabalho, há importantes conexões por entender. As genealogias que tentámos traçar deixaram a descoberto a necessidade de fazer um trabalho mais focado na evolução do desenho das casas para trabalhadores, para que se possa compreender com detalhe os paralelos e as discrepâncias entre as propostas da Diamang, da Union Minière e da Forminière, por exemplo. Por outro lado, no âmbito das instituições portuguesas, como é que os bairros e as camaratas em trânsito promovidas pela Diamang se relacionam com esforços semelhantes noutros pontos de Angola, relacionados com a presença do ITPAS? E a gestão da propriedade, por exemplo, teve iniciativas análogas, por parte da Junta Provincial de Povoamento?

Terceiro, há uma outra geografia participante no universo edificatório da Diamang que ficou ausente do trabalho: a cidade de Lisboa, onde a empresa promoveu a construção da sede da Dialap, sucursal

¹⁴⁴⁷ Knudsen, Oldfield, Buettner e Zabunyan (eds) (2021). *Decolonizing...*

de lapidação de diamantes, na década de 1960¹⁴⁴⁸. O edifício de filiação moderna, localizado em Marvila e projectado pelos arquitectos Carlos Manuel Ramos e António Teixeira Guerra, introduz novas questões sobre o modo como a companhia instrumentalizou o seu universo arquitectónico. Fica, por isso, por entender, a selecção entre linguagens formais diferentes, de acordo com o contexto metropolitano ou colonial.

Por último, ficou por esclarecer o peso das continuidades evidenciadas pelo território. Os vários ortofotomapas provam a presença actual do edificado da Diamang na Lunda, mas não sabemos ainda explicar o momento de transição após a independência de Angola e a dissolução da empresa, nem a leitura que novos actores fizeram destas estruturas e projectos. Neste sentido, faltou evidentemente o reconhecimento físico das estruturas, no local, que tornaria viável o tratamento de outras questões junto das populações e no próprio edificado. É certo que foi possível localizar grande parte destes edifícios à distância, através das ferramentas digitais disponíveis, mas este processo não ultrapassa limitações severas, aos níveis físicos e humanos, que pretendemos colmatar em investigações futuras. Por outro lado, entendemos que esta estratégia metodológica de identificação foi facilitada pelo próprio contexto espacial da companhia, num meio rural, onde a paisagem se mantém mais estável e a maioria das mudanças no edificado são mais paulatinas – ainda que, em contraponto, a extinção de algumas estruturas também seja mais imediata.

¹⁴⁴⁸ Deolinda Folgado (2014). “Dialap – o contributo de uma fábrica de lapidação de diamantes na modernização de Lisboa”. *Revista de História da Arte*, 11, pp. 253-265.

Fontes

Arquivo Diamang, Universidade de Coimbra [UCIAD]

Urbanização e Saneamento

Plantas e jardins. 84X7, 1928-42 (1º)

Lunda. Abastecimento de águas. Correspondência conexa. 84X5. 1929-45 (1º); 1946-57 (2º); 1960 (5º); 1965 (6º); 1966 (7º)

Relatório de Maludi, Cassanguidi e Andrada. 84X10, 1942-44 (1º)

Zona Leste. Relatórios anuais. Vila Paiva de Andrada e Maludi, 1947-48

Relatórios de construções e reparações de edifícios. 84X9, 1950-53 (1º); 1964-65 (7º)

Concessão do Dundo. Organização. Regulamento. Correspondência conexa, 1942-43 (1º)

Concessão do Dundo. Organização. Relatórios. Correspondência conexa. 84X6, 1962 (21º); 1963 (23º); 1964 (24º); 1965 (25º);

Vários Grupos. Relatórios mensais. 1C, 1980 (4º)

Relatórios anuais da Concessão do Dundo, 1942-66

Construções Explorações. 7A, 1941-49 (1º); 1965 (4º); 1966 (5º)

Hospital de Lucapa, estudos de projeto, 1966

Centro Urbano do Lucapa [dossier], 1976

Construções [dossier], 1976

Direcção Administrativa

Novo Bloco Hospitalar do Dundo. Comissão para o estudo das bases do projecto, 1958

Código de Estradas. Escolas. Visitas Várias. Diversos, 1965

Construções em Henrique de Carvalho; Estradas [dossier 33-B], 1973

Queixa da República do Gana contra Portugal. Visita Delegados do BIT [dossier 6-A], 1970

Construções Luanda, 1935-48; 1949; 1950-51; 1952-53; 1954; 1957

Bairro Residencial em Luanda. Projecto técnico, 1950

Bairro Indígena em Luanda, 1951

Garagem na Rua Lopes Lima, 1960

Direcção Técnica

Relatórios do Serviço de Construção Civil, 1964-65

Divisão de Engenharia Civil e Edificações. Relatório anual, 1973

Divisão dos Serviços de Obras e Vias de Comunicação. Relatórios anuais, 1967-72

DSOVC [concurso para empreitada]

Armazém de venda a retalho e casa de habitação para caixeiro no Lôva, 1968

Bairro para trabalhadores no Lôva, 1968

Escola primária no Lôva, 1968

Casa de habitação em Andrada, 1972

Aquartelamento para o Corpo de Voluntários no Cafunfo, 1972

Casa de habitação no Calonda, 1972

Bloco de 4 habitações (rés do chão e 1º andar) de 4 quartos no Dundo, 1973

Mão de obra

Mão de obra indígena. 86, 1938 (36º); 1941-42 (41º); 1942-43 (42º)

Secção de Assistência e Propaganda à Mão de Obra Indígena. 86D, 1945-46 (4º); 1946-47 (5ª);

Inspecções à mão de obra contratada. 86A, 1946-48 (1º)

Conferências Interafricanas do Trabalho (1ª, 2ª e 3ª). 86A4, 1948-53.

Alteração das condições de trabalho na Zona das Explorações. Reuniões no Instituto de Trabalho (ITPAS), Luanda. 862A, 1963-64

Recrutamento (períodos de contratos, salários, taxas e alojamento). 86B6

Habitação [dossier 16], 1965

MOI não especializada. Recrutamento. Salários. Alojamento, 1967-71 (6º)

SPAMOI. Relatórios anuais, 1937-52 [via diamangdigital]
SPAMOI. Relatórios anuais. 11-E1, 961-62; 1968; 1969-73
Mão de Obra. Inspecções. 11-E, 1970

Serviços de Saúde

Recenseamento demográfico e prospecção sanitária do Concelho do Chitato. 126B6, 1957 (2°)
Relatórios da Direcção dos Serviços, 1970-72

Vários

Bruxelas, Dickinson. 5A, 1925; 1930-40
Representante, Sede. Confidencial. 2, 1927; 1930-31; 1934-36; 1954
Representante, Diversos. Confidencial. 5, 1938-46
Representante, Sede. Bairro indígena, 1952
Representação e Organização dos Serviços em África. Escritórios de Luanda (instalações em edifício próprio). 121G1, 1927-53 (1°)
Representação e Organização dos Serviços em África. Alojamento do Pessoal da Representação (bairro residencial). 121G1, 1948-52 (2°); 1952-53 (3°); 1953-54 (4°)
Construam, geral. 17. 1929-30 (1°)
Carbonam, construções para indígenas. 15, 1935
Vias de Comunicação. 84Y4, 1933; 1936-39 (5°); 1939-43 (6°); 1944-48 (7°)
Direcção Geral, Sede e Diversos. 8, 1942-43; 1949
Representação Luanda, Consultas e comunicações à Sede, 1943
Representação Luanda, Projecto dum bairro social, 1952
Diamang. Programa da Visita do Ministro das Colónias, Marcelo Caetano, 1945
Agência de Henrique Carvalho, Saurimo, 1945-47
Construções no Luso, 1946-65
Relatórios de Companhias de diamantes estrangeiras (Bécéka), 1948
Regulamento, plantas e fotografias relativos aos terrenos onde serão construídos o Bairro de empregados e escritórios de Luanda, 1950
Bairro indígena a construir pela Diamang, Arquitecto Morais Amado, 1952
Defesa e Propaganda, Publicidade. 111A, 1967-71.
Cantinas [dossier], 1971-74

Peças Desenhadas

Concessão do Dundo, 1948
Reserva do Cossa,
Reserva da Cacanda,
Planta de Cassanguid, 1952-58
Planta Topográfica de Andrada e Bairros Especializados, 1955-58
Planta dos centros urbanos de Andrada e bairros especializados do Luxilo, 1956-58
Plano de Urbanização do Centro Urbano de Calonda, 1958
Planta dos centros urbanos de Maludi, 1958
Planta de Maludi, 1958

Publicações

Relatórios do Conselho de Administração e Pareceres do Conselho Fiscal, relativos aos exercícios de 1942-68 [também publicados em Diário do Governo]

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]

Brigada de Estudos do Caminho de Ferro Além Malange, 1932 [OP6977]
Projecto de Habitação para o Delegado de Saúde em Portugal, 1940 [OP1277]
Projecto de Urbanização para a Zona Central de Portugal, 1940 [OP1484]
Relatório de Obras Públicas, 1941 [OP2038]
Relatório da Inspecção Superior de Administração Colonial, 1944 [ISAU/A2.01.002/012.00067]

Instalações Hospitalares do Dundo, Angola, 1945 [OP199]
Conferência Inter-Africana do Trabalho, Elisabethville, 1950 [AMU3897.12]
Curadoria de Joanesburgo, Curador Dr. Carlos Sampaio, 1947 [AMU10431]
Relatório da Repartição Central dos Negócios Indígenas de Angola, 1943 [AMU10436]
Relatório do Governador da Lunda, Artur Carmona, 1961-63 [ISAU/A2.01.001/02.00009]

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

Arquivo Burnay

Administração da Companhia dos Diamantes de Angola. *Rapports de la Direction Technique*, 13 a 20, 1926-33 [PT/TT/HB/C-2/5]

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivo Companhia de Diamantes

Notas e Apontamentos Diversos, 1 a 10.

Arquivo António Soares Carneiro

Lunda, 1966-71 [PT/TT/ASC/D/0001-0006]

Recortes de Imprensa sobre a Lunda, 1969-73 [PT/TT/ASC/D/0012]

Álbum discriminativo das Obras de Promoção social das populações, executadas na área do Concelho de Veríssimo Sarmento, 1972 [PT/TT/ASC/E/0011]

Cinemateca Portuguesa [ANIM]

A Caminho do Dundo, s/d, filme amador, 17'

Ciclo da Festa Grande, 1955, filme amador, 15'

Diamang - Roteiro Florido, 1954, filme amador, 17'

Experiências no Dundo, em Setembro de 1944, 1944, 7'

Festa Grande Integrada na "III Grande Festa Anual Indígena", 1953, 21'

Finais das Provas Desportivas Integradas na "III Grande Festa Anual Indígena", 1953, 14'

Lunda dos Diamantes, 1961 (?), 22'

Mandioca, 1966 (?), 24'

Viagem por Estrada entre Saurimo e Dundo - Julho de 1961, 1961, 5'

O Romance do Luachimo – Lunda, Terra de Diamantes, Baptista Rosa, 1968, 163'

Instituto de Higiene e Medicina Tropical [IHMT]

Fotografia de detalhe da Exposição Documental das Atividades Sanitárias do Ultramar mostrando a Maqueta da Diamang (Album do 1º CNMT 1952) [IHMT.0001557]

Archives Générales du Royaume, Depot Joseph Cuvelier [AGR 2]

Arquivo Union Minière [BE-A0545.189, 1er versement]

Notes sur les exploitations de l'U.M.H.K., 1923-1938 [309-312]

Note sur la main-d'œuvre indigène de l'U.M.H.K. réalisée en réponse à un questionnaire établi par la Commission de M.O.I (main-d'œuvre indigène), 1928 [350]

Note du docteur Léopold Mottoulle sur la main-d'œuvre indigène, son rendement et sa formation au travail, 1933 [351]

Rapports annuels du département à la direction de Bruxelles (rapport préliminaire présenté à la direction locale, rapport définitif avec annexes, commentaires et statistiques, prévisions budgétaires)

pour l'année suivante): notes et statistiques sur le recrutement, la stabilité des travailleurs, les œuvres sociales, le rendement, la discipline, les barèmes, les logements, le prix de revient d'une journée, les accidents de travail, l'approvisionnement, 1922-1965 [653-659]

Arquivo Sibéka [BE-A0545.189]

Constructions à Bakwanga, 1952-1960 [686]

Construction de nouveaux bureaux à Tshikapa, 1951-1953 [687]

Construction des nouveaux bureaux de l'Administration Générale en Afrique - Forminière à Bakwanga, 1953 [688]

Visites de mines de diamants en Afrique du Sud, 1948-1957 [1471]

Voyages d'A. Moeller de Laddersous au Congo et en Afrique, 1953-1959 [1477]

Mission Mason Farnham (Congo Belge-Angola-Rhodésie-Afrique du Sud), 1921-1923 [1611]

Constructions médico-sociales diverses à Bakwanga (Hôpital Président Galopin, maternité, écoles), 1946-1954 [2099]

Construction de maisons pour travailleurs dans les cités de Bakwanga, 1949-1953. 2101

Construction de deux écoles rurales à Bakwa-Nyanguile, 1951. 2103

Construction des cités Baudine à Bakwanga, 1952-1955. 2105

Construction des bâtiments destinés aux œuvres sociales à Bakwanga, 1953-1954. 2106

Construction de la cité-jardin Floréal à Tshikapa, 1953-1955 [2107]

Construction des cités Baudine à Bakwanga, 1955 [2121]

Construction d'un dispensaire rural à Tshibombo, 1956 [2129]

Construction du dispensaire rural des Bakwa Sumpi, 1956 [2130]

Construction de maisons à la cité de travailleurs de Miabi, 1956 [2131]

Construction des cités Baudine à Bakwanga, d'une cité pour gardes miniers à Bakwanga, d'un local pour réunions syndicales à Bakwanga, rapport technique sur l'urbanisation de Bakwanga, 1958-1960 [2153]

Installations sociales de Bakwanga (centre social de la cité Baudine I, urbanisation de la cité Baudine IV), 1950 [2156]

Poste et installations sociales de Bakwanga, 1954 [2157]

Kisenge. Maisons d'agent, complexe hospitalier, écoles, foyer social, mess [3677]

Photos de Kisenge. Mess, événements mondains, bassins de natation, maisons d'agent, complexe hospitalier, laverie, carrière, bureaux, magasins, ateliers, activation et broyage fin, Afripile, Tabacongo, 1966-1967 [3678]

Plans de divers aménagements urbanistiques et constructions pour la cité indigène de Kisenge, 1951-1953 [3708]

Plans de divers aménagements urbanistiques et constructions à Kisenge: cité pour la main-d'œuvre indigène, cité pour Européens, infirmerie, 1952 [3709]

Société Minière du Bécéka, pour la société Bécéka-Manganèse. Projet de cité-jardin pour 220 travailleurs à Kisenge. Territoire de Malonga [3711]

Société Bécéka-Manganèse Kisenge. Cité résidentielle. Cité des travailleurs congolais. Centre hospitalier, 1951-1956 [3717]

Diamang

Rapports annuels (en portugais) [4180-4183]

Notes documentaires sur les exploitations, 1964-1965 [4196]

Preliminary and Final Report on the Angola and Belgian Congo Diamond Fields, P.F.W. Beetz, 1930 [4201]

Álbuns fotográficos

Lukulenge, Lomuele, Bakwanga. Camps de travailleurs, 1925-1939 [4918]

Secteur d'exploitation Entre-Kasaï-Luebo. Kabelekese, Lunyeka, Lulemba. Postes, mines et exploitations, 1926 [4919]

Installations, exploitations, machines, oeuvres sociales à Bakwanga, 1940 [4923]

Installations, œuvres médico-sociales, exploitations à Bakwanga, 1946 [4924]

Exploitations, installations, vie sociale à Bakwanga, 1946 [4925]

Tshikapa et Bakwanga. Installations, œuvres médico-sociales, exploitations, 1949-1952 [4926]

Musée Royal de l'Afrique Centrale, Tervuren [MRAC]

Arquivo Société Internationale Forestière et Minière du Congo (Forminière) [HA.02.0058]

Rapport du Comité Technique sur la réalisation du programme des constructions pour 1930 pendant le 1er semestre [HA.02.0058.134]

Cartes des champs diamantifères du Kasai. Carte de développement, 1929 [HA.02.0058.216]

Dossier projets [76]

Rapport n°20: janvier 1927 [HA.02.0058.97]

Rapport n°104: janvier 1934 [HA.02.0058.120]

Vários

Rapport sur les travaux de prospection exécutés en Angola par les compagnies "Pema" et "Diamang" pendant les années, 1920-1923 [HA.01.0633.1]

Carte des concessions minières de l'État Indépendant du Congo, 1908 [HA.01.0100.2]

Carte des concessions de l'Union Minière du Haut Katanga, 1910 [HA.01.0100.3]

Les gisements diamantifères du Kasai par Hector de Rauw, 1923 [HA.01.0633.9]

« Commercial Map of Africa », Carte montrant les chemins de fer, présents et futures, les routes de steamer, les possessions européens et frontières [HA.01.0100.4]

Bibliografia

- Agarez, Ricardo (2019). “Obras Públicas e ‘melhoramentos’ locais: entre Lisboa e o país (real)”. *Obras Públicas no Estado Novo*, Joana Brites e Miguel Correia (coords.). Imprensa da Universidade de Coimbra;
- Ágoas, Frederico e Cláudia Castelo (2019). “Ciências sociais, diplomacia e colonialismo tardio: a participação portuguesa na Comissão de Cooperação Técnica na África ao Sul do Saara (CCTA)”. *Estudos Históricos*, 32 (67), pp. 409-428;
- Aguiar, João António de (1952). “L’Habitation dans les pays tropicaux”. *XXI Congres Federation Internationale de L’Habitation et de L’Urbanisme*. Lisboa;
- Aguiar, João de, Eurico Machado e Schiappa de Campos (1956). *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino profissional nas províncias ultramarinas*, Lisboa: Gabinete de Urbanização Colonial;
- Akcan, Esra (2012). *Architecture in Translation: Germany, Turkey & the Modern House*. Duke University Press;
- Alencastro, Mathias (2014). “Diamond Politics in the Angolan Periphery: colonial and Postcolonial Lunda (1917-2012)”. Tese de doutoramento, Universidade de Oxford;
- ____ (2019). “Diamantes, desenvolvimento e conflito: o papel do setor mineiro na política de estado e de guerra no Estado colonial tardio de Angola 1961-1974”. *Revista de História*, 178, pp. 1-27;
- ____ (2022). “Creating extractive provinces”. *Análise Social*, 244, pp. 594-615;
- Alexander, Cristopher (1965). “A city is not a tree”, *Architectural Forum* 122, p. 45-63;
- Alexandre, Valentim (1979). *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Sá da Costa;
- ____ (1993). “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”. *Análise Social*, 123-124, pp. 1117-1136;
- Allina, Éric (2012). *Slavery by Any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press;
- Almada, José de (1944). “Relações de vizinhança das colónias portuguesas com os territórios limítrofes”. *Boletim Geral das Colónias*, 232. Agência Geral das Colónias;
- Amaral, Ilídio do (1968). “Elementos Estatísticos: Ultramar: Angola”. *Finisterra*. Revista Portuguesa de Geografia, Centro de Estudos Geográficos;
- Anderson, Warwick (2021). “Decolonizing the Foundation of Tropical Architecture,” *ABE Journal*, 18;
- Antunes, Manuel de Azevedo, Lucinda Duarte, João Reino. (2004). “Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com passagem pelo Douro Internacional”. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, pp. 13-21;
- Areia, Manuel Laranjeira (1995). *Diamang. Estudo do Património Cultural da Ex-Companhia de Diamantes de Angola*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos;
- d’Auria, Viviana (2014). “In the laboratory and in the field: hybrid housing design for the African city in late-colonial and decolonising Ghana (1945–57)”. *The Journal of Architecture*, 19 (3), pp. 439-454;
- Avermaete, Tom e Cathelijne Nuijsink (2021). “Architectural Contact Zones: Another Way to Write Global Histories of the Post-War Period?” *Architectural Theory Review*, 25, pp. 350-361;
- Avermaete, Tom, Serhat Karakayali e Marion von Osten (2010). *Colonial Modern: Aesthetics of the Past – Rebellions for the Future*. Londres: Black Dog;
- Azevedo, Rogério (2019). “Redesenho como método analítico e instrumento de investigação em arquitetura”. *Expressão múltipla II: teoria e prática do desenho* (Acta da conferência), pp. 167-177;
- Bailey, Adrian e John Bryson (2007). “A Quaker Experiment in Town Planning: George Cadbury and the Construction of Bournville Model Village”, *Quaker Studies*, 11, pp. 89-114;
- Ball, Jeremy (2012). “Little Storybook Town”: Space and Labor in a Company Town in Colonial Angola”. *Company Towns: Labor, Space, and Power Relations across Time and Continents*, Marcelo Borges e Susana Torres (eds.). Palgrave Macmillan, pp. 91-110;
- ____ (2015). *Angola’s Colossal Lie. Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913–1977*. Leiden: Brill;
- Bandeira, Pedro (2014). “Projecto como investigação em arquitectura”. *Modern Building Reuse: Documentation, Maintenance, Recovery and Renewal*, Vincenzo Riso (ed.). Universidade do Minho, pp. 228-231;
- Bandeirinha, José António, Tiago Castela, Rui Aristides, Joana Gouveia Alves (2018). “O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982 Ordenamento, alternativas e mercado”. *Habitação: 100 anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*, Ricardo Agarez (org). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; IHRU;
- Barker-Ciganikova, Martina, Kirsten Rüther, Daniela Waldburger e Carl-Philipp Bodenstern (2020). *The Politics of Housing in (Post)colonial Africa: Accommodating Workers and Urban Residents*. Berlin e Boston: De Gruyter;

- Bastos, Cristiana (2015). “Aventura e rotina: um livro de meio de percurso revisitado”. *Gilberto Freyre. Novas leituras de outro lado do Atlântico*, Marcos Cardão e Cláudia Castelo (orgs.), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 35-48;
- Battacharya, Nandini (2012). *Contagion and Enclaves: Tropical Medicine in Colonial India*. Liverpool University Press;
- Batalha, Fernando (1966). *Uma casa setecentista de Luanda*. Luanda: Edições SPAL;
- Beeckmans, Luce (2013). “Editing the African city: reading colonial planning in Africa from a comparative perspective,” *Planning Perspectives*, 28 (4), pp. 615-627;
- ____ (2013). “Making the African City: Dakar, Dar es Salaam, Kinshasa, 1920-1980”. Tese de doutoramento, Universidade de Groningen;
- Beetz, Paul (1929). “Preliminary and Final Report on the Angola and Belgian Congo Diamond Fields”;
- Bennett, Brett M. e Joseph M. Hodge (eds.) (2011). *Science and Empire: Knowledge and Networks of Science across the British Empire, 1800-1970*. Basingstoke: Palgrave Macmillan;
- Benroune, Mahfoud (1988). *The Making of Contemporary Algeria, 1830-1987*. Cambridge: Cambridge University Press;
- Bhabha, Homi K. (1990). “The Other Question: Difference, Discrimination and the Discourse of Colonialism”. *Out There: Marginalization and Contemporary Culture*, Russell Ferguson et al (eds.), pp. 85-86;
- Bigon, Liora (2016). “Bubonic plague, colonial ideologies, and urban planning policies: Dakar, Lagos, and Kumasi”. *Planning Perspectives*, 31, pp. 205-226;
- Bigon, Liora e Yossi Katz (2014) (eds.). *Garden Cities and Colonial Planning: Transnationality and Urban Ideas in Africa and Palestine*. Manchester University Press;
- Billington, Ray Allen (1956). *The Far Western Frontier, 1830-1860*. Harper & Brothers Publishers;
- Boeck, Filip De (2001). “Garimpeiro Worlds: Digging, Dying & ‘Hunting’ for Diamonds in Angola”. *Review of African Political Economy*, 28 (90), pp. 548-562;
- Bolas, Isabel (2021). “Tecnologia e Estado Novo: os cimentos e a materialização do corporativismo português”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais;
- Boone, Catherine (2003). *Political Topographies of the African State: Territorial Authority and Institutional Choice*. Cambridge University Press;
- ____ (2012). “Territorial politics and the reach of the state: unevenness by design”. *Revista de Ciência Política*, 32, pp. 623-641;
- ____ (2014). *Property and Political Order in Africa: Land Rights and the Structure of Politics*. New York and Cambridge: Cambridge University Press;
- Boonen, Sofie e Johan Lagae (2015). “A City Constructed by *des gens d’ailleurs*. Urban Development and Migration Policies in Colonial Lubumbashi, 1910–1930”. *Comparativ. Zeitschrift für Globalgeschichte und Vergleichende Gesellschaftsforschung*, 25 (4), pp. 51-69;
- Borges, Marcelo e Susana Torres (2012). *Company Towns: Labor, Space, and Power Relations across Time and Continents*. New York: Palgrave Macmillan;
- Bozdogan, Sibel (2002). *Modernism and Nation Building: Turkish Architectural Culture in the Early Republic*. Seattle e Londres: University of Washington Press;
- ____ (2016). “EAHN Conference, Dublin June 2–5, 2016: Closing Remarks”. *Architectural Histories*, 4 (1);
- Bremner, Alex e Diego Caltana (2012). “Corporations, Corporate Identity, and Imperial Architectures?” (editorial). *ABE Journal*, 2;
- Bremner, Alex, Johan Lagae e Mercedes Volait (2016). “Intersecting interests: Developments in networks and flows of information and expertise in architectural history”, *Fabrications*, 26, pp. 227-245;
- Brites, Joana (2017). “Estado Novo, arquitetura e «renascimento nacional»”. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pp. 100-113;
- Brites, Joana e Luís Miguel Correia (orgs.) (2019). *Obras Públicas no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra;
- Bruyère, M. (1952). “Contribution à l’étude des habitations pour indigènes au Congo belge”. *Mémoires de la Classe des Sciences techniques*. Bruxelas: Institut Royal Colonial Belge;
- Buell, Raymond (1928). *The native problem in Africa*. Harvard University e Radcliffe College;
- Cadavez, Cândida (2013). “A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940”. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- Caetano, Marcelo (1977). *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo;
- Calvão, Filipe (2017). “The Company Oracle: Corporate Security and Diviner-Detectives in Angola’s Diamond Mines”. *Comparative Studies in Society and History*, 59, pp. 574-599;
- Caminho de Ferro de Benguela a Lobito. A mais curta estrada para a África Central* (1928). Londres: Tipografia Hudson & Kearns Ltd;

- Cannatá, Michele e Fátima Fernandes (1997). *Moderno Escondido: Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro, 1953-1964*. Porto: FAUP;
- Carlos, Ann e Stephen Nicholas (1988). “Giants of An Earlier Capitalism: The Early Chartered Companies as an Analogue of the Modern Multinational”, *Business History Review*, 26, pp. 398-419;
- Carstens, Peter (2001). *In the Company of Diamonds: De Beers, Kleinzee and the control of a town*. Atenas: Ohio University Press;
- Carvalho, Henrique de (1890-94). *Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua pelo chefe da expedição*. Lisboa: Imprensa Nacional;
- ____ (1890). *A Lunda ou os estados do Muatiânvua: domínios da soberania de Portugal*. Lisboa: Adolpho, Modesto;
- Carvalho, Luís (1947). “Os métodos de construção: necessidade económica da aceleração das obras”. Estudo apresentado ao II Congresso da União Nacional. *Boletim Geral das Colónias*, 259;
- Carvalho, Rita Almeida de (2018). “Ideology and Architecture in the Portuguese ‘Estado Novo’: Cultural Innovation within a Para-Fascist State (1932–1945)”. *Fascism*, 7, pp. 141-174;
- Carvalho, Tito Augusto de (1902). *As companhias portuguesas de colonização*. Lisboa: Imprensa Nacional;
- Castelo, Cláudia (1999). “O Modo Português de Estar no Mundo”. *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- ____ (2007). *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Edições Afrontamento.
- ____ (2016). “Reproducing Portuguese Villages in Africa: Agricultural Science, Ideology and Empire”. *Journal of Southern African Studies*, 42 (2), pp. 267-28;
- ____ (2020). “«Village Portugal» in Africa. Discourses of differentiation and hierarchisation of settlers, 1950s–1974”. *Rethinking White Societies in Southern Africa 1930s–1990s*, Duncan Money e Danelle van Zyl-Hermann (eds.), Routledge, pp. 115-133;
- ____ (2022). “Recherche et développement dans les colonies portugaises d’Afrique: l’impulsion de la coopération scientifique interimpériale (1950-1962)”. *Revue d’Histoire Contemporaine de l’Afrique*, 3, pp. 35-48;
- Castrycck, Geert (2013). “Ex-Centring the Global Liminality and Interconnectedness in Urban Kigoma”. *Self-reflexive Area studies*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, pp. 59-78;
- Çelik, Zeynep (1997). *Urban Forms and Colonial Confrontations: Algiers under French Rule*. University of California Press;
- Chami, Yasmina El (2021). “A Jesuit-Lyonnais Project in Nineteenth-Century Beirut: Multiplicities of the Local and Global at the Université Saint-Joseph”. *ABE Journal*, 19;
- Chang, Jiat Hwee e Imran Bin Tajudeen (2019). *Southeast Asia’s modern architecture: questions of translation, epistemology and power*. Singapura: NUS Press;
- Chang, Jiat-Hwee (2011). “Building a (Post)Colonial Technoscientific Network: Tropical Architecture, Building Science, and the Power- Knowledge of Decolonization”. *Third World Modernism: Architecture, Development, and Identity*, Lu Duanfang (ed.), Nova Iorque; Routledge;
- ____ (2014). “Multiple Power in Colonial Spaces”, *ABE Journal*, 5.
- ____ (2016). “Thermal comfort and climatic design in the tropics: an historical critique”. *The Journal of Architecture*, 21 (8), pp. 1171-1202;
- ____ (2016). *A Genealogy of Tropical Architecture*. Routledge;
- ____ (2020). “Race and Tropical Architecture: The Climate of Decolonization and ‘Malayanization’”. *Race and Modern Architecture: A Critical History from the Enlightenment to the Present*, Irene Cheng et al. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press;
- Chang, Jiat-Hwee e Anthony D. King (2011). “Towards a genealogy of tropical architecture: Historical fragments of power-knowledge, built environment and climate in the British colonial territories”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 32, pp. 283-300;
- Charles, Pierre (1936). *Le problème des centres extra-coutumiers et quelques-uns de ses aspects*. Bruxelas: Institut Colonial International;
- Chee, Lilian Jiat-Hwee Chang e Bobby C.T. Wong (2011). “Introduction – ‘Tropicality-in-motion’: Situating tropical architecture”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 32, pp. 277-282;
- Cheng, Irene, Charles L. Davis II e Mabel O. Wilson (eds.) (2020). *Race and Modern Architecture: A Critical History from the Enlightenment to the Present*. Pittsburgh University Press;
- Chernilo, Daniel (2006). “Social Theory’s Methodological Nationalism: Myth and Reality”. *European Journal of Social Theory*, 9 (1), pp. 5-22;
- Chernilo, Daniel (2011). “The critique of methodological nationalism: Theory and history”. *Thesis Eleven*, 106 (1), pp. 98-117;
- Choay, Françoise (1965). *L’Urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*. Paris: Editions du Seuil;

- Christopher, A. J. (1985). "Patterns of British overseas investment in land 1885-1913". *Transactions of the Institute of British Geographers*, 10, pp. 452-466;
- Clarence-Smith, William Gervase (1983). "Les investissements belges en Angola, 1912-1961". *Actes du Colloque Entreprises et Entrepreneurs en Afrique, XIXe et XXe siècles*, Catherine Coquery-Vidrovitch e Alain Forest (orgs.). Paris: L'Harmattan, pp. 423-441;
- _____ (1985). "Business Empires in Angola under Salazar, 1930-61". *African Economic History*, pp. 1-13;
- _____ (1985). *The third portuguese Empire: A study in Economic Imperialism, 1825-1975*, Manchester University Press;
- Clegg, Lewis (2020). "Chocolate and Paradise: An Analyzation of George Cadbury's Bournville Model Village". *The General*, 5, pp. 69-78;
- Cleveland, Todd (2014). *Stones of Contention: a history of Africa's diamonds*. Atenas: Ohio University Press;
- _____ (2015). *Diamonds in the Rough: Corporate Paternalism and African Professionalism on the Mines of Colonial Angola, 1917-1975*. Atenas: Ohio University Press;
- Coghe, Samuel (2017). "Reordering Colonial Society: Model Villages and Social Planning in Rural Angola, 1920-45", *Journal of Contemporary History*, 52 (1), pp. 16-44;
- Collier, Delinda (2016). *Repainting the Walls of Lunda: Information Colonialism and Angolan Art*. Minneapolis, Minnesota University Press;
- Connelly, Matthew (2000). "Taking Off the Cold War Lens: Visions of North-South Conflict during the Algerian War for Independence". *The American Historical Review*, 105, pp. 739-769;
- Cooper, Frederick (1966). *Decolonization and African Society. The Labor Question in French and British Africa*. University of Michigan Press;
- _____ (1983). *Struggle for the City: Migrant Labor, Capital, and the State in Urban Africa*. SAGE Publications;
- _____ (1987). *On the African waterfront: urban disorder and the transformation of work in colonial Mombasa*. New Haven e Londres: Yale University Press;
- _____ (1989). "From free labor to family allowances: labor and African society in colonial discourse". *American Ethnologist*, 16 (4), pp. 745-765;
- _____ (2016). "Burocratas modernizadores, africanos atrasados e conceito de desenvolvimento". *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Lisboa: Edições 70;
- _____ (2004). "Development, Modernization, and the Social Sciences in the Era of Decolonization: the Examples of British and French Africa". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 10, pp. 9-38;
- _____ (2016). "Para que serve o conceito de globalização? O ponto de vista de um historiador de África". *Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70;
- Cooper, Frederick e Ann Laura Stoler (1997). "Between Metropole and Colony: Rethinking a Research Agenda". *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Oakland: California Scholarship;
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (1972). *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires 1898-1930*. Mouton;
- Correia, Maria Alice (2018). "O modelo do urbanismo e da arquitectura do movimento moderno. Luanda 1950-1975". Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Côrte-Real, A. (1930). *Concessões em Angola: : legislação anotada, comentada e actualizada sobre concessões de terrenos, águas minero-medicinais, lavra de pedreiras, pesquisa e lavra de minas, aproveitamento da energia das águas correntes, concessão de exclusivos industriais e de florestas* [Tomo I]. Loanda: Imprensa Nacional;
- Crawford, Margaret (1995). *Building the Workingman's Paradise: The Design of American Company Towns*. Londres e New York: Verso;
- Crinson, Mark (2013). "The Powers that be: Architectural potency and spatialized power". *ABE Journal*, 4;
- _____ (2020). "Compartmentalized world": Race, architecture, and colonial crisis in Kenya and London". *Race and Modern Architecture: A Critical History from the Enlightenment to the Present*, Irene Cheng et al. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, pp. 259-276
- Crowder, Michael (1990). "The First World War and its consequences in Africa". *UNESCO General History of Africa* [Africa Under Colonial Domination]. Londres: University of California Press;
- Crush, Jonathan (1994). "Scripting the compound: power and space in South African mining industry". *Environment and Planning: Society and Space*, 12, pp. 301-324;
- Cruz, Bernardo Pinto da (2022). "As origens institucionais da moderação da violência: regedorias e políticas de concentração em Angola (1914-1974). Tese de doutoramento, Nova-FSCH;
- Cruz, Diogo (2012). "Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe e Vasco Vieira da Costa". Tese de mestrado. Universidade de Coimbra;
- Cullather, Nick (2000). "Development? It's history". *Diplomatic History*, 24 (4), pp. 641-653;
- Curto, Diogo Ramada (2015). "Um álbum fotográfico da Diamang", *Mulemba*, 5;

- Curto, Diogo Ramada e Bernardo Pinto da Cruz (2012). “Terror e saberes coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa de Cassange, Janeiro e Fevereiro de 1961”. *O Império Colonial em Questão*, Miguel Bandeira Jerónimo (ed.). Lisboa: Edições 70, pp. 3-35;
- _____. (2015). “Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965)”. *Práticas da História*, 1, pp.113-172;
- _____. (2017). “The Good and the Bad Concentration: *Regedorias* in Angola”. *Portuguese Studies Review*, 25, pp. 205-231;
- Dainese, Elisa (2015). “Histories of Exchange: Indigenous South Africa in the South African Architectural Record and the Architectural Review”. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 74 (4), pp. 443-463;
- Danker, Anita Cardillo (1991). “From Christian Utopia to Company Town: Communal Life and Corporate Paternalism in 19th and 20th Century Hopedale, Massachusetts”. *Utopian Studies*, 4, pp. 71-78;
- Davidson, Basil (1954). “An African Slavery. Little corner of Paradise”. *The New Statesman and Nation*;
- Decker, Stephanie (2008). “Building up goodwill: British business, development and economic nationalism in Ghana and Nigeria, 1945–1977”. *Enterprise & Society*, 9 (4), pp. 602-613;
- Declercq, Robrecht (2020). “From Cape to Katanga’: South African Expansionism, White Settlers and the Congo (1910–1963)”. *South African Historical Journal*, pp. 604-626;
- Delgado, João (2015). “Uma concepção totalitária: “Ars Architectos”: cultura, ideologia e tecnologia construtiva na década de 1930 em Portugal”. Tese de doutoramento, ISCTE-IUL;
- Demissie, Fassil (1998). “In the Shadow of the Gold Mines: Migrancy and Mine Housing in South Africa”. *Housing Studies*, 13 (4), pp 445-469;
- _____. (2004). “Controlling and ‘Civilising Natives’ through architecture and town planning in South Africa”. *Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture*, 10 (4), pp. 483-507;
- Derksen, Richard (1983). “Forminière in the Kassai, 1906–1939”. *African Economic History*, 12, pp. 49-51;
- Derrick, Jonathan (2018). *Africa, Empire and Fleet Street: Albert Cartwright and West Africa Magazine*. Oxford University Press;
- Direito, Bárbara (2013). “Políticas Coloniais de terras em Moçambique: Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942”. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais;
- Distretti, Emilio e Alessandro Petti (2021). “Architectural Demodernization as Critical Pedagogy: Pathways for Undoing Colonial Fascist Architectural Legacies in Sicily”; *Architectural Dissonances*. L’internationale/DAAS;
- Domingos, Nuno (2020). “Arquitecturas coloniais, planeamento urbano e a representação da história imperial portuguesa”, *(Des)controlo em Luanda: urbanismo, polícia e lazer nos musseques do Império*, Bernardo Pinto da Cruz (org.). Outro Modo Cooperativa Cultural, pp. 27-59;
- Donatien Dibwe dia Mwembu (2001). *Histoire des conditions de vie des travailleurs de l’Union Minière du Haut-Katanga/Gécamines (1910-1999)*. Presses universitaires de Lubumbashi;
- Dovey, Kim (1999). *Framing Places: Mediating power in built form*. London and New York: Routledge;
- Drobney, Jeffrey A. (1996). “Company Towns and Social Transformation in the North Florida Timber Industry, 1880-1930”. *The Florida Historical Quarterly*, 75, pp. 121-145;
- Edgerton, David (2007). “Creole technologies and global histories: rethinking how things travel in space and time”. *History of Science and Technology Journal*, 1 (1), pp. 75-112.
- Elias, Helena (2006). “Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)”. Tese de doutoramento. Universidade de Barcelona;
- Epstein, Arnold (1958). *Politics in an Urban African Community*. Manchester: Manchester University Press;
- Evans, Richard (2018). *A luta pelo poder: Europa 1815-1914*. Lisboa: Edições 70;
- Fanon, Frantz (1961). *The Wretched of the Earth*. Grove Press;
- Félix, Pedro (2003). “O concurso A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal (1938)”, Salwa El-Shawan Castelo-Branco, Jorge Freitas Branco. *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press;
- Ferguson, James (1999). *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press;
- Ferguson, James (2006). *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order*. Durham e Londres: Duke University Press;
- Fernandes, Eduardo e Rui Pereira (2016). “A dicotomia nacional / estrangeiro na arquitetura portuguesa da primeira metade do século XX: o papel da Exposição do Mundo Português”. *O Estranho e o Estrangeiro no Teatro*. Universidade do Porto: Centro de Estudos Teatrais;
- Fernandes, José Manuel (2005). *Arquitetura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio;
- Fernandes, Sérgio Padrão (2014). “Génese e forma dos traçados das cidades portuguesas: morfologia, tipologia e sedimentação”. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa;

- Ferreira, Eduardo de Sousa (1974). *O fim de uma era: o colonialismo português em África*. Editora Sá da Costa;
- Ferreira, Fátima Moura, Francisco Mendes e Natália Pereira (coord.). *A Conquista social do território. Arquitectura e Corporativismo no Estado Novo Português*. Coimbra: Edições Tenacitas;
- Ferreira, Vicente (1932). *A política colonial portuguesa em Angola*. Imprensa da Universidade de Coimbra;
- Ferreira, Zara (2012). “O Moderno e o Clima da África Lusófona. Arquitectura escolar em Moçambique: o programa de Fernando Mesquita (1955-1975)”. Tese de mestrado, Instituto Superior Técnico;
- Féiteira, João (2013). “O Plano dos Centenários: as escolas primárias (1941-1956)”. Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, FCSH;
- Fetter, Bruce (1992). “The mines of Southern and Central Africa: an ecological framework”. *Health Transition Review*, pp. 125-135;
- Fiúza, Filipa e Ana Vaz Milheiro (2015). “The Prenda District in Luanda: Building on Top of the Colonial City”. *Urban Planning in Lusophone African Countries*, Carlos Nunes (ed.). Londres: Ashgate, pp. 93-100;
- Folgado, Deolinda (2009). “A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968”. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa;
- _____ (2014). “Dialap: o contributo de uma fábrica de lapidação de diamantes na modernização de Lisboa”, *Revista de História da Arte*, 11, pp. 253-265;
- Fonte, Maria Manuela da (2012). *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à Revolução*. Casal de Cambra: Caleidoscópio;
- Freire, Dulce (2012). “Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo”. *Corporativismo Fascismos Estado Novo*, Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.). Coimbra: Edições Almedina, pp. 273-302;
- Freitas, Helena, Paulo Amaral, Alexandre Ramires e Fátima Sales (coord.) (2005). *Missão botânica: Angola [1927-1937]*. Coimbra: Imprensa da Universidade;
- Freudenthal, Aida (1999). “A Baixa do Cassange: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 18-22, pp. 245-283;
- Freyre, Gilberto (1953). *Aventura e Rotina*. Lisboa: Livros do Brasil;
- Froidevaux, Henri (1894). “Délimitation des frontières de l'État libre du Congo et de l'Angola”. *Annales de Géographie*, 4 (14);
- Fry, Jane, Maxell Drew e Harry L. Ford (1947) [2004]. *Village Housing in the Tropics, With Special Reference to West Africa*. Londres: Routledge;
- Fuller, John (1905). *Photograph Album of the De Beers Consolidated Mines Ltd. Kimberley, South Africa 1899-1905*. Lehigh University Special Collections;
- Gago, Rita (2005). “O surgimento do conceito de Urbanismo: teorias e práticas na Câmara Municipal de Lisboa”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 8, pp. 80-95;
- Galbraith, John S. (1974). *Crown and Charter: The Early Years of the British South Africa Company*. Berkeley: University of California Press;
- Galvão, António (1927). “O caminho de ferro de Luanda a Malange (Ambaca) e os caminhos de ferro de penetração”. *Boletim Geral das Colónias*, 3. Agência Geral das Colónias;
- Garner, John (1992). *The Company Town: Architecture and Society in the Early Industrial Age*. Oxford University Press;
- Garrett, Francisco de Almeida (1940). *A casa do colono em terras da África tropical: condições a que deve obedecer a construção da habitação do colono e do indígena*. Lisboa: Bertrand;
- Garrett, Thomaz de Almeida (189-). *Administração Colonial*. 1º vol. Porto: Edição do autor / Imprensa Civilização;
- Geenen, Kristien (2020). “Gnawing Away at the City: Narratives of Domestic Precarity in a Congolese Mining Town”. *African Studies Review*, 64, pp. 1-22.
- Georges, Arnaud (1925). “Les mines de diamant du Congo Belge”. *Annales de Géographie*, 34 (187), pp. 90-91;
- Gillilan, Lesley (2002). “The prefab four”. *The Daily Telegraph*. London;
- Grévisse, Fernand (1951), *Le Centre Extra-Coutumier d'Élisabethville: Quelques aspects de la politique indigène du Haut-Katanga industriel*. Bruxelas: Institut Royal Colonial Belge;
- Grinsell, Samuel (2020). “Urbanism, environment and the building of the Anglo-Egyptian Nile valley, 1880s-1920s”. Tese de doutoramento, Universidade de Edimburgo;
- Gruhn, Isebill (1971). “The Commission for Technical Co-Operation in Africa, 1950-65”. *The Journal of Modern African Studies*, 9, pp 459-69.
- Guedes, Miranda (1930). “A expedição de Obras Públicas a Angola, em 1921”. *Boletim Geral das Colónias*, 62-63. Agência Geral das Colónias;

- Guédez, Annie (2002). “Territoires et jeux d’échelle”. *Lire les territoires*, Yves Jean and Christian Calenge (ed.). Perspectives Villes et Territoires, 3. Presses universitaires François-Rabelais, pp. 297-300;
- Guerra, Alfredo (1971). “Métodos de Assistência Técnica e Acção Social”. Luanda: Junta Provincial de Povoamento, Comissão Técnica de Reordenamento Rural;
- Guerreiro, Filipa Castro (2016). “Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território”. Tese de doutoramento, FAUP;
- Guha, Ranajit (1997). “Not at Home in Empire”. *Critical Inquiry*, 23 (3). University of Chicago Press, pp. 482-493; Hall, Stuart (1999). “Whose Heritage? Un-settling ‘The Heritage’, Re-imagining the Post-nation”. *Third Text*, 49, pp. 3-13;
- Hall, Stuart (1999). “Whose Heritage? Un-settling ‘The Heritage’, Re-imagining the Post-nation”. *Third Text*, 49, pp. 3-13;
- Hanretta, Sean (1999). “Space in the Discourses on the Elisabethville Mining Camps: 1923 to 1938”. *Enfermement, prison et châtements en Afrique, du 19e siècle à nos jours*, Florence Bernault (ed.). Karthala, pp. 305-335;
- Harris, Richard e Allison Hay (2007). “New Plans for Housing in Urban Kenya, 1939–1963,” *Planning Perspectives*, 22, pp. 195-223;
- Head, Jeffrey (2011). *No nails, no lumber: the bubble houses of Wallace Neff*. Princeton Architectural Press;
- Head, Judith Frances (1980). “State, Capital, and Migrant Labour in Zambézia, Mozambique: A Study of the Labour Force of Sena Sugar Estates Limited”. Tese de doutoramento, Durham University;
- Hedinger, Daniel e Nadine Heè (2018). “Transimperial History – Connectivity, Cooperation and Competition”. *Journal of Modern European History*, 16 (4), pp. 429-452;
- Heintze, Beatrix (2011). “A rare insight into African Aspects of Angolan History: Henrique Dias de Carvalho’s Records of his Lunda Expedition, 1889-1884”. *Portuguese Studies Review*, 19, pp. 93-113;
- Henriet, Benoît (2021). *Colonial Impotence: Virtue and Violence in a Congolese Concession, 1911–1940*. Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg;
- Henriques, Isabel Castro (2004). *Território e identidade: a construção da Angola colonial (c. 1872 - c. 1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa;
- Henriques, Isabel Castro e Miguel Pais Vieira (2013). “Cidades em Angola: construções coloniais e reinvenções africanas”. *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, Nuno Domingos e Elsa Peralta (orgs.). Lisboa: Edições 70;
- Higginson, John (1988). “Disputing the Machines: Scientific Management and the Transformation of the Work Routine at the Union Minière du Haut-Katanga, 1918-1930”. *African Economic History*, 17, pp. 1-21;
- Hillier, Bill (1983). “Space Syntax: A different urban perspective”, *Architects’ Journal* 178 (48), p. 47-63;
- Hochschild, Adam (1999). *King Leopold’s Ghost: A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa*. Boston: Houghton Mifflin;
- Hodge, Joseph M, Gerald Hödl e Martina Kopf (eds.) (2014). *Developing Africa: Concepts and practices in twentieth-century colonialism*. Manchester University Press;
- Home, Robert (1996). *Of planting and planning: The making of British colonial cities*. Londres: Spon;
- _____ (2010). “From barrack compounds to the single-family house: planning worker housing in colonial Natal and Northern Rhodesia”. *Planning Perspectives*, 15, pp. 327-347;
- Honke, Jana (2010). “New political topographies. Mining companies and indirect discharge in Southern Katanga (DRC),” *Politique Africaine*, 4 (120), pp. 105-127;
- Hopkins, Antony (1987). “Big Business in African Studies”. *Journal of African History*, 28, pp. 119-140;
- Hosagrahar, Jyoti (2005). *Indigenous Modernities: Negotiating Architecture and Urbanism*. Londres e Nova Iorque: Routledge;
- _____ (2012). “Interrogating Difference: Postcolonial Perspectives in Architecture and Urbanism”. *The SAGE Handbook of Architectural Theory*, C. Greig Crysler, Stephen Cairns e Hilde Heynen (eds). Sage Publications, pp. 70-84;
- Howard, Ebenezer (1902). *Garden Cities of Tomorrow*. Londres: S. Sonnenschein & Co.;
- Hughes, Matthew (2003). “Fighting for White Rule in Africa: The Central African Federation, Katanga, and the Congo Crisis, 1958-1965”. *The International History Review*, 25, pp. 592-615;
- Hunt, Nancy Rose (1990). “Domesticity and Colonialism in Belgian Africa: Usumbura’s Foyer Social, 1946-1960”. *Signs*, 15, (3) pp. 447-474;
- Innes, Duncan (1984). *Anglo American and the Rise of Modern South Africa*. Londres: Heinemann Educational Books;
- International African Institute (1956). *Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara*, Paris: UNESCO;
- Jackson, Iain (2013). “Tropical Architecture and the West Indies: from military advances and tropical medicine, to Robert Gardner-Medwin and the networks of tropical modernism”. *The Journal of Architecture*, 18, pp. 167-195;

- Jackson, Ian e Jessica Holland (2014). *The Architecture of Edwin Maxwell Fry and Jane Drew. Twentieth Century Architecture, Pioneer Modernism and the Tropics*. Routledge;
- Jacobs, Jane (1961). *The death and life of great American cities*. Nova Iorque: Random House;
- James-Chakraborty, Kathleen (2014). “Beyond postcolonialism: New directions for the history of nonwestern architecture”. *Frontiers of Architectural Research*, 3, pp. 1-9;
- Janeiro, Helena Pinto (2014). “Norton de Matos, o improvável republicano: um olhar sobre Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar”. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa;
- Jaramillo, Jessica (2012). *Casas do Povo, Casas dos Pescadores. A dimensão arquitectónica de um organismo para o desenvolvimento social*. Dissertação de Mestrado, FAUP.
- Jentgen, P. (1952). *Les frontières du Congo Belge*. Bruxelas: Institut Royal Colonial Belge;
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2010). *Livros Brancos, Almas Negras. A «missão civilizadora» do colonialismo português c. 1870-1930*. Lisboa: ICS;
- ____ (2012). *A Diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*. Lisboa: Edições 70;
- ____ (2018). “Repressive Developmentalisms: Idioms, Repertoires, Trajectories in Late Colonialism”. *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, Andrew Thompson e Martin Thomas (org.). Oxford University Press, pp. 537-554;
- ____ (2017). “Rural (In)Securities: Resettlement, Control and ‘Development’ in Angola (1960s–1970s)”. *Comparativ*, 27 (2), pp. 75-97;
- ____ (2018). “Restoring Order, Inducing Change: Imagining a ‘New (Wo)man’ in the Belgian Colonial Empire in the 1950s”. *Comparativ*, 28 (5), pp. 77-96;
- Jerónimo, Miguel Bandeira e António Costa Pinto (2013) (eds.). “International Dimensions of Portuguese Late Colonialism and Decolonization”. *Portuguese Studies*, 29 (2), pp. 137-176;
- Jerónimo, Miguel Bandeira e Hugo Gonçalves Dores (2017). “On the “Efficiency” of Civilization: Politics, Religion and the Native Settlement in Portuguese Africa in the 1940s”. *Portuguese Studies Review*, 25 (1), pp. 179-204;
- Jerónimo, Miguel Bandeira e José Pedro Monteiro (2002). “Repensando os sentidos e as fronteiras do imperial e do colonial”. *Seminário Permanente de Estudos Pós-Coloniais*, UMinho-SECS;
- ____ (eds.) (2017). *Internationalism, imperialism and the formation of the ckeeseontemporary world. The Pasts of the Present*. Londres: Palgrave Macmillan;
- ____ (2020). Colonial Labor Internationalized: Portugal and the Decolonization Momentum”. *International History Review*, 42 (3), pp. 485-504;
- Jerónimo, Miguel Bandeira e Walter Rossa (2021) (coord.). *Patrimónios Contestados*. Público;
- Jesus, Quirino Avelino de (1898). “A província de Angola. Os caminhos de ferro de penetração”. *Portugal em África*, 5 (49). Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora;
- Júdice, António Teixeira e António Arroyo (orgs.) (1908). *Notas sobre Portugal*. Exposição Nacional do Rio de Janeiro / Secção Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional;
- Juicf, Dacil (2019). “Mining, Paternalism and the Spread of Education in the Congo since 1920”. *African Economic History Working Paper Series*, 46, pp. 305-332;
- Kamissek, Christoph e Jonas Kreienbaum (2016). “An Imperial Cloud? Conceptualising Interimperial Connections and Transimperial Knowledge.” *Journal of Modern European History*, 14 (2), pp. 164-182;
- Kanfer, Stefan (1995). *The Last Empire: De Beers, Diamonds and the World*. Nova Iorque: Farrar Straus Giroux;
- Keese, Alexander (2004). “Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política ‘tradicional’ e religião na Baixa de Cassange e no distrito do Congo (Angola) 1957-1961”. *Africana Studia*, 7, pp. 247-276;
- ____ (2012). “The Constraints of Late Colonial Reform Policy: Forced Labour Scandals in the Portuguese Congo (Angola) and the Limits of Reform under Authoritarian Colonial Rule, 1955–61”, *Portuguese Studies*, 28 (2), pp. 186-200;
- Keese, Alexander e Marie Huber (2022). “Introduction: State enterprises in Africa: a postcolonial history”. *Zeitschrift für Unternehmensgeschichte*, 67 (2), pp. 167-187.
- King, Anthony (1984). *The Bungalow: The Production of a Global Culture*. Londres, Boston: Routledge;
- ____ (1990). *Urbanism, Colonialism and the World-Economy: Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System*. Nova Iorque: Routledge;
- Knudsen, Britta Timm, John Oldfield, Elizabeth Buettner e Elvan Zabunyan (2022). *Decolonizing colonial heritage: New Agendas, actors and practices in and beyond Europe*. Routledge;
- Lagae, Johan (2008). “From ‘Patrimoine partagé’ to ‘whose heritage’? Critical reflections on colonial built heritage in the city of Lubumbashi”. *Afrika Focus*, 21 (1), pp. 11-30;

- _____ (2010). “Kultermann and after: on the historiography of 1950s and 1960s’ architecture in Africa” OASE (Delft), 26 (82), pp. 5-24;
- _____ (2019). “‘S, M, L, XL’. Mapping a colonial taskscape along the Matadi-Kinshasa railway line, DR Congo, from a transimperial perspective”. *I International Colonial and PostColonial Landscapes* [keynote session];
- Lagae, Johan e Sofie Boonen (2012). “Des Pierres Qui (Nous) Parlent”. *Biennale de Lubumbashi*, ed. Simon Njami. Filigrainesl, pp. 19-53;
- _____ (2018). “Essay: Making and shaping of a divided city: notes on the construction of Lubumbashi’s first planned ‘native town’, the Commune Kamalondo, 1919-1929”. *Sammy Baloji: A Blueprint for Toads and Snakes*. Amsterdão: Framer Framed;
- Laperre, Paul (2022). *Doce Amargura: Vida e morte do império açucareiro Hornung na Zambézia (1888–1988)*. Casa das Letras;
- Larmer, Miles (2016). “At the Crossroads: Mining and Political Change on the Katangese-Zambian Copperbelt”. *Oxford Handbook Topics in History*;
- _____ (2021). *Living for the City. Social Change and Knowledge Production in the Central African Copperbelt*. Cambridge University Press;
- Larmer, Miles, Enid Guene, Benoît Henri, Iva Peša, Rachel Taylor (2021). *Across the Copperbelt: Urban & Social Change in Central Africa’s Borderland Communities*. James Currey;
- Le Roux, Hannah (2003). “The networks of tropical architecture”, *The Journal of Architecture*, 8 (3), pp. 337-554;
- _____ (2020). “Comfort, violence, care: decolonising tropical architecture at Blida, 1956,” *ABE Journal*, 17;
- Leal, Cunha (1957). *Coisas do Tempo Presente: Coisas da Companhia de Diamantes de Angola*. Lisboa: Edição de Autor;
- Levin, Ayala (2015). “Beyond Global vs. Local: Tipping the Scales of Architectural Historiography”. *ABE Journal*, 8 [acessado a 20 de julho de 2023].
- _____ (2018) “The village within: an alternative genealogy of the urban village”. *The Journal of Architecture*, 23, pp. 392-420;
- _____ (2022). *Architecture and development: Israeli construction in Sub-Saharan. Africa and the settler colonial imagination, 1958–1973*. Durham: Duke University Press;
- Lim, William e Jiat-Hwee Chang (2012). *Non-West Modernist Past*. AA Asia/ SIA;
- Lima, Nuno Miguel (2009). “Henry Burnay no contexto das fortunas da Lisboa oitocentista”. *Análise Social*, 44 (192), pp. 565-588;
- Livsey, Tim (2014). “Rethinking the ‘Colonial Modern’: Buildings and Imperialism in Nigeria”. *Crossing boundaries: Rethinking European architecture beyond Europe*, Palermo;
- Louçã, Francisco (2020). “A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX”. *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*. Fernando Rosas et al (coord.). Tinta da China, pp. 118-203.
- Low, Setha e Denise Lawrence-Zúñiga (2003). *The anthropology of space and place: locating culture*. Blackwell Pub;
- Low, Setha (2016). *Spatializing Culture: The Ethnography of Space and Place*. Londres e Nova Iorque: Routledge;
- Lund, Irene, Martin Tshisuaka e Yves Robert (2017). “L’architecte Guillaume Serneels (1907-1970): De son fonds d’archives à la ville de Mbuji-Mayi en République démocratique du Congo (RDC)”, *Clara*, 1, pp. 219-241;
- Lynch, Kevin (1960). *The Image of the City*. Cambridge: MIT Press;
- Mabin, Alan (1986). “Labour, capital, class struggle and the origins of residential segregation in Kimberley, 1880–1920”. *Journal of Historical Geography*, 12, pp. 4-26;
- Macedo, José de (1910). *Autonomia de Angola. Estudo de administração colonial*. Typographia Leiria;
- Maguire, James Rochfort (1896). *The Pioneers of Empire*. Londres: Methuen Publications;
- Makori, Timothy (2017). “Mobilizing the past: creuseurs, precarity and the colonizing structure in the Congo Copperbelt”. *Africa*, 87, International African Institute, pp 780-805;
- Malengreau, Guy (1949). *Vers un paysannat indigène: Les Lotissements agricoles du Congo Belge*. Bruxelas: Institut Royale Colonial Belge;
- Malheiro, Joana Bastos (2016). “A cidade no Estado Novo: o desenho urbano na obra de João de Aguiar”. Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa;
- Malleghem, Noël van (1950). *L’urbanisation d’Elisabethville. L’urbanisme au Congo Belge*. Bruxelas: Ministério das Colónias;
- Mann, Michael (1984). “The Autonomous Power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results”. *European Journal of Sociology*, 25 (2), pp. 185-211;

- Marçal, Bruno (2016). “Um império projetado pelo “silvo da locomotiva”: O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)”. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa;
- Marchal, Jules (2009). *Lord Leverhulme's Ghosts: Colonial Exploitation in Congo*. Verso;
- Marcosson, Isaac Frederick (1921). *An African Adventure*. Nova Iorque e Londres: J. Lane;
- Maret, Pierre de (1979). “Luba Roots: The First Complete Iron Age Sequence in Zaire”. *Current Anthropology*, 20, pp. 233-235;
- Margarido, Alfredo (1970). “La capitale de l'Empire lunda, un urbanisme politique”. *Annales Économies, Sociétés, Civilisations*, 4, pp. 857-861;
- Mariz, Vera (2014). “Fernando Batalha: a actividade na Comissão dos Monumentos de Angola e a relação com o Brasil”. *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza*. ARTIS, Universidade de Lisboa;
- ____ (2016). “A ‘memória do império’ ou o ‘império da memória’: a salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino: (1930-1974)”. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras;
- Martin, A. M. e P. M. Bezemer (2020). “The concept and planning of public native housing estates in Nairobi/Kenya, 1918–1948”. *Planning Perspectives*, 35 (4), pp. 609-634;
- Martins, Alexandre (2003). “Paternalismo Patronal e Habitação Operária: O Caso da Companhia União Fabril, no Barreiro”. Tese de mestrado, ISCTE;
- Mata, Maria Eugénia (2005). “Institutions and business: Henri Burnay: a case study”, XII Encontro Anual da Associação Portuguesa de História Económica e Social da Universidade de Aveiro;
- Matasci, Damiano (2021). “(De)constructing Empire. Connectivity and Cooperation in Imperial History”. Doctoral workshop *In-between spaces, actors and infrastructures: transimperial approaches to mobility* (Keynote lecture), University of Neuchatel;
- Matasci, Damiano e Miguel Bandeira Jerónimo (2022). “Une histoire transimpériale de l’Afrique: concepts, approches et perspectives”. *Revue d’Histoire Contemporaine de l’Afrique*, 3, pp. 1-17.
- Mbembe Achille (2021). “Notes on Techno-Molecular Colonialism”, *The Coloniality of Infrastructure: Eurafrican Legacies* [disponível em <https://vimeo.com/criticalurbanisms>];
- ____ (2002). “The Power of the Archive and its Limits”. *Refiguring the Archive*, Carolyn Hamilton et al. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 19-27;
- Mello, Brandão de (1945). “O sub-solo do Império na unidade económica do Império e nas suas relações com a economia nacional”, II Congresso da União Nacional, *Boletim Geral das Colónias*, 246;
- Melo, Daniel (2003). “A FNAT entre Conciliação e Fragmentação”. *Vozes do Povo: A folclorização em Portugal*. Etnográfica Press, pp. 37-57;
- Merrill, Elizabeth Mays e Stylianos Giamarellos (2019). “From the Pantheon to the Anthropocene: Introducing Resilience in Architectural History”. *Architectural Histories*, 7 (1), pp. 1-11;
- Milheiro, Ana Vaz (2011). “Escolas em Angola durante o Estado Novo: arquitectura e arte”. *Revista de História das Ideias*, 32, pp. 601-630;
- ____ (2012). “O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português”. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4 (2), pp. 215-232;
- ____ (2012). *Nos trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura luso-africana no Estado Novo*. Relógio de Água;
- ____ (2014). “Praças do Império no espaço colonial português durante o Estado Novo”. *Estudo Prévio*. Universidade Autónoma de Lisboa;
- ____ (2016). “Architecture and Spirit: the role of Tourist Resorts for Public Servants during Late Portuguese Colonialism”. *Proceedings of the 14th International Docomomo Conference: Adaptive reuse: The modern movement towards the future*, pp. 93-101;
- ____ (2017). *Arquitecturas Coloniais Africanas no Fim do “Império Português”*. Relógio d’Água;
- ____ (2021) “Colonial landscapes in former Portuguese Southern Africa: a brief historiographical analysis based on the colonial transport networks”. *African Geographical Review*, 40, pp. 214-230;
- ____ (2023, no prelo). “Gendered Work in Former Portuguese Colonial Africa: Mass Labor and Public Works”, Special Issue *Journal of Modern Craft*, O’Mahony (ed.);
- Milheiro, Ana Vaz e Filipa Fiúza (2013). “Uma Experiência ‘Brutalista’ nos Trópicos: O Bairro Prenda (Luanda, década de 1960)”. *X Seminário Docomomo Brasil: Conexões Brutalistas, 1955-75*. Curitiba;
- Miranda, Elisiário (2013). “Liberdade & ortodoxia: infraestruturas de arquitectura moderna em Moçambique (1951-1964)”. Tese de doutoramento, Universidade do Minho;
- Mitchell, Timothy (1988). *Colonising Egypt*. University of California Press;
- Money, Duncan (2016). ““No matter how much or how little they’ve got, they can’t settle down’: A social history of Europeans on the Zambian Copperbelt, 1926-1974”. Tese de doutoramento, Universidade de Oxford;
- Monteiro, Armindo (1933). “A actual organização administrativa e os fins da colonização portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*, 100. Agência Geral das Colónias;

- Monteiro, José Pedro (2017). “A internacionalização das políticas laborais “indígenas” no império colonial português (1944-1962)”. Tese de Doutoramento Inter-Universitário em História;
- ____ (2018). *Portugal e a Questão do Trabalho Forçado: um império sob escrutínio (1944-1962)*. Edições 70;
- ____ (2019). “The International Dimensions of Resistance: Portugal Colonial Labour Policies and its Critics Abroad (1944-1962)”. *Resistance and Colonialism: Insurgent Peoples in World History*, Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo e Ricardo Roque (eds.). Basingstoke: Palgrave MacMillan, pp. 313-337;
- Moreira, César (2020). “Hidroelétrica do Cávado (1944-1966): a construção da paisagem hidroelétrica do Cávado e as obras de Januário Godinho”. Tese de doutoramento, FAUP;
- Morisset, Lucie e Jessica Mace (2019). *Identity on the Land: Company towns in Canada*. Patrimonium;
- Morna, Álvaro Freitas (1944). *Angola: um ano do governo geral, 1942-1943*. Lisboa: Livraria Popular.
- Mottoulle, Léopold (1946). *Politique Sociale de L’Union Minière du Haut Katanga pour as Main- d’Oeuvre et ses résultats au cours de vinght années d’application*. Bruxelas: Institute Royal Colonial Belge;
- Moulaert, George (1946). “Problèmes coloniaux immédiats”. *La Revue Coloniale Belge*;
- Muralha, Pedro (1924). *Terras de África. S. Tomé e Angola*. Lisboa: Publicitas;
- Mususa, Patience (2014). “There Used to Be Order: Life on the Copperbelt after the Privatisation of the Zambia Consolidated Copper Mines”. Tese de Doutoramento, University of Cape Town;
- Mwembu, Dibwe Dia (1990). “Industrialisation et santé: la transformation de la morbidité et de la mortalité à l’Union minière du Haut-Katanga, 1910-1970”. Tese de doutoramento, Université Laval;
- Myers, Garth Andrew (2003). *Verandahs of Power: Colonialism and Space in Urban Africa*. Syracuse University Press;
- Myriam, Mertens e Lachenal Guillaume (2012). “The History of “Belgian” Tropical Medicine from a Cross-Border Perspective”. *Revue belge de philologie et d’histoire*, 90 (4), pp. 1249-1271;
- Nasr, Joe (2005). “Actors and Vectors: Towards Alternate Histories of the City-Building Process”. *Repenser les limites: l’architecture à travers l’espace, le temps et les disciplines*. Alice Thomine-Berrada e Barry Bergdol (eds). Paris: Publications INHA;
- Nasr, Joe e Mercedes Volait (2012). “Still on the margin”. *ABE Journal*, 1;
- ____ (eds.) (2003). *Urbanism: imported or exported? Native aspirations and Foreign Plans*. Wiley-Academy;
- Navarra, Rosa Serrão (1970). *Contribuição para uma política de reordenamento rural no Ultramar*. Junta de Investigações do Ultramar;
- Navarro, Bruno (2016). “Um império projectado pelo silvo da locomotiva: O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)”. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa;
- Neto, Sérgio (2008). “Insularidade, idiosincrasias e imaginação: representações de Cabo Verde no pensamento colonial português”, *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*, Luís Reis Torgal, Fernando Pimenta, Julião Soares Sousa (coord). Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 181-192;
- ____ (2013). “Do Minho ao Mandovi: um estudo sobre o pensamento colonial de Norton de Matos”. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Newbury, Colin (1987). “The Origins and Function of the London Diamond Syndicate, 1889–1914”. *Business History*, 29, pp. 5-26;
- Newitt, Malyn (1981). *Portugal in Africa. The last Hundred Years*. Londres: C. Hurst & Co;
- Nitsen, René Van (1933). *L’hygiène des travailleurs noirs dans les camps industriels du Haut-Katanga*. Institut Royal Colonial Belge;
- Njoh, Ambe (2007). *Planning Power. Town planning and social control in colonial Africa*. UCL Press;
- Njoh, Ambe, Esther Chie e Liora Bigon (2020). “CDC Company Towns in Cameroon: A Case of Shaping Built Space to Articulate Power and Social Control in Colonial and Postcolonial Perspectives”. *Journal of West African History*, 6 (1), pp. 91-112;
- Nóvoa, António (1997). “A Educação Nacional 1930-1974: Análise Histórica e Historiográfica”. *Los Camiños Hacia la Modernidad Educativa en España y Portugal 1800-1975*, Agustin Escolano e Rogério Fernandes (coord.). Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques;
- Nunes, Maria de Fátima (2022). “Medicina Tropical no espaço de Angola (1923): Sinais de encontros científicos em África”. *Olhares cruzados sobre a história da saúde da Idade Média à contemporaneidade*. Alexandra Esteves e Helena Silva (eds.). Universidade do Minho: Lab2pt, pp. 84-107.
- Nys-Ketels, Simon de et al. (2017). “Service des travaux publics, Province de l’Équateur, Congo Belge: “Situation des constructions C.M.C. au 1-9-1954”: An Inquiry into Type-Plans for rural Hospitals as Instruments of localized Policies in Postwar Belgian Congo”. *ABE Journal*, 12;
- O’Day, Kathleen (2009). “Tropical or colonial? A reception history of Jean Prouvé’s prefabricated houses for Africa”. Tese de Mestrado, Louisiana State University;
- Okoye, Victoria Ogoegbunam (2021). “The Colonial Afterlife of Encroachment”. *Architectural Dissonances, L’internationale/DAAS*, pp. 107-118;

- Oliveira, Joaquim Marques de (1999). *Aspectos da delimitação das fronteiras de Angola*. Coimbra: Coimbra Editora;
- Oliveira, Pedro Aires (2011). “Harold Macmillan, os “ventos de mudança” e a crise colonial portuguesa (1960-1961). *Relações Internacionais*, 30, pp. 21-38;
- Onselen, Charles Van (1976). *African mine labour in Southern Rhodesia, 1900-1933*. Londres: Pluto Press;
- Oprea, Corina, Alessandro Petti, Marie-Louise Richards, Tatiana Pinto, Roberta Burchardt (2021) (eds.). *Architectural Dissonances* [www.internationaleonline.org, acessado a 10 de setembro de 2023];
- Osayimwese, Itohan (2021). “Cracks in the Modernist Foundation: On the Necessity of Challenging Dominant Narratives”. *Architectural Dissonances*, pp. 51-68;
- _____. (2021). “From Postcolonial to Decolonial Architectural Histories: A Method”. *Architectures of Colonialism: Constructed Histories, Conflicting Memories. International Conference* (Keynote lecture, BTU Cottbus);
- Pallister, David, Sarah Stewart e Ian Lepper (1988). *South Africa Inc.: the Oppenheimer Empire*. New Haven: Yale University Press;
- Parpart, Jane (1983). *Labor and Capital on the African Copperbelt*. Temple University Press;
- Pearson, Arthur e R. Mouchet (1923). “The practical hygiene of native compounds in tropical Africa; being notes from the experience of the first eighteen years of European work in the Katanga”. Londres: Baillière, Tindall e Cox;
- Pélissier, René (1986). *História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Lisboa: Estampa;
- _____. (2006). *As Campanhas Coloniais de Portugal (1844-1941)*. Lisboa: Estampa;
- Pereira, Hugo Silveira (2018). “O caminho de ferro de Moçâmedes: entre projeto militar, instrumento tecnodiplomático e ferramenta de apropriação colonial (1881-1914)”. *Revista de História da Sociedade*, 18, pp. 157-183;
- Pereira, Rui (2016). “O culto da nação: a Exposição do Mundo Português e a formalização do discurso ideológico do Estado Novo”, *A Conquista social do território. Arquitectura e Corporativismo no Estado Novo Português*, Ferreira, Fátima Moura, Francisco Mendes e Natália Pereira (coord.). Coimbra: Edições Tenacitas, pp. 217-232;
- Perrings, Charles (1977). “Good Lawyers but Poor Workers: Recruited Angolan Labour in the Copper Mines of Katanga, 1917-192”. *The Journal of African History*, 18, pp. 237-259;
- _____. (1979). *Black Mineworkers in Central Africa: Industrial Strategies and the Evolution of an African Proletariat in the Copperbelt, 1911-1941*. Nova Iorque: Africana Publishing;
- Peša, Iva (2014). “Moving along the roadside. A social history of Mwinilunga District, 1870s-1970s”. Tese de doutoramento, Leiden University;
- Peša, Iva e Benoit Henriët (2021). “Beyond Paternalism: Pluralising Copperbelt Histories”. *Across the Copperbelt: Urban & Social Change in Central Africa’s Borderland Communities*, Miles Larmer et al. James Currey, pp. 27-51;
- Phillips, Andrew e J.C. Sharman (2020). “The Resurrection of the Company-States”, *Outsourcing Empire: How Company-States Made the Modern World*. Princeton University Press;
- Phokaides, Petros (2013). “De-Tropicalizing Africa: Architecture, Planning and Comfort in the 1950s and 1960s”. *Docomomo Journal*, 48 (1);
- Piaton, Claudine e Ralph Bodenstein (2014). “Des entreprises aux lisières des Empires”. *ABE Journal*, 5;
- Pieris, Anoma, Stuart King e Mirjana Lozanovska (2018). “Architecture/Heritage/Politics”. *Fabrications*, 28 (2), pp. 133-135;
- Pimentel, Irene Flunser (2011). *A cada um o seu lugar, a política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores;
- Polinard, E. (1951). *Les gisements de diamants du bassin du Kasai au Congo belge et en Angola*. Bruxelas: Institut Royal Colonial Belge;
- Poncelet, Marc (2020). “Colonial Ideology, Colonial Sciences and Colonial Sociology in Belgium”. *The American Sociologist*, 51, pp. 148-171;
- Porteous, John Douglas (1970). “The nature of the company town”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 51. The Royal Geographical Society, pp. 127-142;
- Porto, Nuno (2004). ““Under the gaze of the ancestors”: photographs and performance in colonial Angola”. *Photographs objects histories: on the materiality of images*. Elizabeth Edwards Janice Hart (eds.). Nova Iorque e Londres: Routledge, pp. 113-131;
- _____. (2009). *Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- Pratt, Mary Louise (1991). “Arts of the Contact Zone”. *Profession*, pp. 33-40;
- “Que aspecto deveremos dar às Casas do Povo? (I)”. *Mensário das Casas do Povo*, 8 (Fev. 1947);
- Rabinow, Paul (1989). *French Modern. Norms and Forms of the Social environment*. The MIT Press;

- Ramos, Silva e M. de Sousa (1915). *Administração Colonial. De harmonia com as preleções do Exmo. Sr. Dr. José Tavares, 1914 a 1915*. Coimbra: Tipografia Operária;
- Resende, Manuel (1944). “Urbanização de Luanda, no Diário da Manhã”. *Boletim Geral das Colónias*, 20, p. 93;
- Revel, Jacques (1996). *Jeux d’Échelles: La Micro-Analyse à L’Expérience*. Paris: Gallimard et Le Seuil;
- Ribeiro, Margarida Calafate e Walter Rossa (2015) (org.). *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Imprensa da Universidade de Coimbra;
- Riso, Vincenzo (2014). “Operações de Redesenho Questões de Metodologia e Resultados”. *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*, Ana Tostões (ed.). Caleidoscópio, pp. 18-23.
- Roberts, Wendy (2014). “Company Transfer: the Architectural Dialect at the Edges of Empire”. *Proceedings of the Society of Architectural Historians, Australia and New Zealand: 31, Translations*, Christoph Schnoor (ed.). Auckland: Sahanz, pp. 591-600;
- Rocha, João Manuel (2019). “Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial”, *Ler História*, 74, pp. 213-238;
- Rosa, Manuel Ferreira (1951). “Panorama de Angola (Apontamentos)”. *Boletim Geral das Colónias*, 308, pp. 36-37;
- Rosas, Fernando (2008). “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40”. *Estados autoritários e totalitários e suas representações*, Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo (coords.). Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 31-48;
- _____. (2018). “A Diamang”. *História a História – África*. Lisboa: Tinta da China;
- Rose-Redwood, Reuben e Lisa Kadonaga (2016). “The Corner of Avenue A and Twenty-Third Street: Geographies of Street Numbering in the United States”. *The Professional Geographer*, 68 (1), pp. 39-52;
- Rossa, Walter (2015). *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra;
- Rubbers, Benjamin (2018). “Mining towns, enclaves and spaces: A genealogy of worker camps in the Congolese Copperbelt,” *Geoforum*, 98, pp. 88-96;
- Rubbers, Benjamin e Marc Poncelet (2015). “Sociologie coloniale au Congo belge. Les études sur le Katanga industriel et urbain à la veille de l’Indépendance”, *Genèses*, 99 (2), pp. 93-112;
- Sakala, Foster (2001). “The role of women in labour stabilisation at Mufuilira mine, 1930 to 1964”. Tese de mestrado, Universidade da Zâmbia;
- Sandström, Johan e Curt Persson (2021). “Corporate paternalism on the rocks: a historical analysis of power relations in a mining town”. *Management & Organizational History*, 16 (3-4), pp. 183-203;
- Sant’Anna, José Firmino (1924). “O problema da assistência médico-sanitária ao indígena em África”. Actas do Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, Luanda / *Revista Médica de Angola*, 2, pp. 71-178;
- Santos, Catarina Madeira (2010). “Administrative knowledge in a colonial context (Angola 18th century)”. *The British Journal for the History of Science*, pp. 1-18;
- Santos, Eduardo dos (1966). *A questão da Lunda (1885-1894)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar;
- Santos, Maciel (2016). “Capital e Trabalho em Angola: as “relações industriais” da Diamang durante a década de 1960”. *Manuel dos Santos Lima, escritor angolano tricontinental*. Porto: CITCEM / Edições Afrontamento, pp. 45-79;
- Saraiva, Tiago (2009). “Laboratories and Landscapes: the Fascist New State and the Colonization of Portugal and Mozambique”. *Journal of History of Science and Technology*, 3, pp. 7-39;
- Schumaker, Lynette (1996). “A Tent with a View: Colonial Officers, Anthropologists, and the Making of the Field in Northern Rhodesia, 1937-1960”. *Osiris*, 11, pp. 237-258;
- Scott, James (1998). *Seeing like a state: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven e Londres: Yale University Press;
- Scriver, Peter (1994). “Rationalization, Standardization, and Control in Design: A Cognitive Historical Study of Architectural Design and Planning in the Public Works Department of British India, 1855-1901”. Tese de doutoramento, Universidade Técnica de Delft;
- _____. (1999). “Company Towns: A Neocolonial Perspective”. *ACSA International Conference*, pp. 291-295;
- _____. (2007). “Empire-Building and Thinking in the Public Works Department of British India”. *Colonial Modernities: Building, dwelling and architecture in British India and Ceylon*, Peter Scriver e Vikramaditya Prakash (eds.). Routledge, pp. 69-92;
- Seibert, Julia (2015). ““Wind of Change”: Worker’s Unrest and the Transformation of Colonial Capital in Katanga, Belgian Congo”. *Work and Culture in a Globalized World: From Africa to Latin America*, Babacar Fall, Ineke Rheinberger e Andreas Eckert (eds.). Berlim e Paris: Karthala.
- Serrão, José Vicente, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues e Susana Münch Miranda (eds.) (2014). *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC-IUL;

- Silva, Álvaro e Ana Matos (2000). “Urbanismo e modernização das cidades: o *embellazamento* como ideal, Lisboa, 1858-1891”. *Scripta Nova*, 69. Barcelona;
- Sitte, Camilo (1889) [1965]. *City Planning According to Artistic Principles*. Nova Iorque: Random House;
- Slinn, Peter (1971). “Commercial Concessions and Politics during the Colonial Period: The Role of the British South Africa Company in Northern Rhodesia 1890-1964”. *African Affairs*, 70 (281). Oxford University Press, pp. 365-384;
- Smith, Anthony (2008). “The limits of everyday nationhood”. *Ethnicities*, 8 (4), pp. 563-573;
- Smith, Laurajane (2006). *Uses of Heritage*. Londres: Routledge;
- Soares, Amadeu de Castilho (1961). “Política de bem-estar rural em Angola”, *Estudos de Ciência Políticas e Sociais*, 49;
- Social Implications of Industrialization and Urbanization in Africa South of the Sahara* (1956). Prepared under the auspices of UNESCO by the International African Institute, London. Paris: UNESCO;
- “Social Policy of Union Minière du Haut Katanga” (1947). *African Affairs*, 46, pp. 87-89;
- Sociedade de Geografia de Lisboa (1891). *As concessões de direitos magestáticos a empresas mercantis*. Lisboa: Typ. do Comércio de Portugal;
- Spence, Betty (1945). “Impressions of Elizabethville”, *South African Architectural Record*, 30 (9), pp. 192-197;
- Stanley, Henry (1885). *The Congo and the founding of its free state; a story of work and exploration*. Nova Iorque: Harper & Brothers;
- Stockwell, Sarah (2000). *The Business of Decolonization*. Oxford: Oxford University Press;
- Stoler, Ann Laura (2009). *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton University;
- _____ (2013). *Imperial debris: on ruins and ruination*. Duke University Press;
- _____ (2006). “On Degrees of Imperial Sovereignty”. *Public Culture*, 18 (1), pp. 125-146;
- Swanson, Maynard W. (1977). “The Sanitation Syndrome: Bubonic Plague and Urban Native Policy in the Cape Colony, 1900-1909”. *The Journal of African History*, 18 (3), Cambridge University Press, pp. 387-410;
- Swenarton, Mark, Tom Avermaete e Dirk van den Heuvel (2014). *Architecture and the Welfare State*. Routledge;
- Tavares, Domingos (1999). “A arquitetura das hidroeléctricas portuguesas do Douro internacional – Picote”, *Arquitectura e Indústria Modernas, 1900-1965*, DOCOMOMO Ibérico;
- Tetlow, John Dawe (1959). “Sources of the Neighbourhood Idea”. *Journal of the Town Planning Institute*, pp. 113-115;
- “The Diamond Cartel” (1947). *Yale Law Journal*, 56;
- Tilley, Hellen (2011). *Africa as a Living Laboratory: Empire, Development, and the Problem of Scientific Knowledge, 1870-1950*. Chicago: University of Chicago Press;
- Tizot, Jean-Yves (2018). “Ebenezer Howard’s Garden City Idea and the Ideology of Industrialism”. *Cahiers victoriens et édouardiens*, 87. Printemps [online];
- Tomlinson, Barry Neil (1977). “The Nyassa Chartered Company, 1891-1929”. *The Journal of African History*, 18 (1). Cambridge: Cambridge University Press, pp. 109-128;
- Tostões, Ana (2014). *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Caleidoscópio;
- Tsing, Anna (2012). “Unruly Edges: Mushrooms as Companion Species”. *Environmental Humanities*, 1, pp. 141-54;
- Tuffnell, Stephen (2015). “Engineering Inter-imperialism: American Miners and the Transformation of Global Mining, 1871–1910”. *Journal of Global History* 10 (1), pp. 53-76;
- _____ (2020). “The United States in Africa: A Transimperial History”. *Oxford and Empire Network* [online];
- Turrell, Rob (1984). “Kimberley’s Model Compounds”. *Journal of African History*, 25, pp. 59-75;
- Uduku, Ola (2013). “Modernist architecture and ‘the tropical’ in West Africa: The tropical architecture movement in West Africa, 1948–1970”. *Habitat International*, 30, pp. 396-411;
- Ulrich, Ruy Ennes (1910). *Economia colonial. Lições feitas ao curso do 4º ano jurídico no ano de 1909-1910*, vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade;
- Vail, Leroy (1976). “Mozambique’s Chartered Companies: The rule of the feeble”. *The Journal of African History*, 17 (3). Cambridge: Cambridge University Press, pp. 389-416;
- Vail, Leroy e Landeg White (1890). *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District*. Londres: Heinemann;
- Valente, José Carlos (2010). *Para a História dos Tempos Livres em Portugal: da FNAT ao INATEL (1935-2010)*. Edições Colibri / Fundação Inatel;
- Valentim, Cristina (2020). “Sons do Império, vozes do Cipale: canções tucokwe, poder e trabalho durante o colonialismo tardio na Lunda, Angola”. Tese de Doutoramento, FEUC;
- Vanhee, Hein (2016). “On Shared Heritage and Its (False) Promises”, *African Arts*, 49 (3), pp. 1-7;

- Vansina, Jan (1990). *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press;
- ____ (1998). “Government in Kasai before the Lunda”. *The International Journal of African Historical Studies*, pp. 1-22;
- Varanda, Jorge (2007). “A bem da nação: Medical Science in a Diamond Company in 20th century in Angola”. Tese de Doutorado, University College;
- ____ (2007). “O Biombo de Fotos /The Screen of Photos”. Paulo Bernachina e Alexandre Ramires (orgs.) *Missão Botânica: Transnatural – Angola 1927-1937*. Coimbra: Artez, pp. 5-35;
- Varanda, Jorge (2017). “Diamang: retrato visível e oculto da nona colônia”. *Jornal de Notícias História*, 8, Junho, pp. 8-23;
- Vellut, Jean-Luc (2006). “Angola-Congo: L’invention de la frontière du Lunda (1889-1893)”. *Africana Studia*, 9. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, pp. 159-184;
- Viaene, Vincent (2008). “King Leopold’s Imperialism and the Origins of the Belgian Colonial Party, 1860-1905”. *The Journal of Modern History*, 80 (4), pp. 741-90;
- Vicente, Filipa Lowndes (2014). *O Império da Visão. A Fotografia no Contexto Colonial português (1860-1960)*. Edições 70;
- Vilhena, Ernesto de (1905). *Companhia do Nyassa: relatórios e memórias sobre os territórios pelo Governador*. Lisboa: Typographia da “A Editora”;
- Waldburger, Daniela (2020). “House, Home, Health and Hygiene – Social Engineering of Workers in Elisabethville/ Lubumbashi (1940s to 1960s)”. *The Politics of Housing in (Post-)Colonial Africa*, Martina Barker-Ciganikova, Kirsten Rüter, Daniela Waldburger e Carl-Philipp Bodenstein (eds.) De Gruyter, pp. 141-166;
- White, Nicholas (2017). “Imperial Business Interests, Decolonization and Post-Colonial Diversification”. *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, Martin Thomas e Andrew Thompson (eds.). Oxford Handbooks;
- Wimmer, Andreas e Nina Glick Schiller (2002). “Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration and the social sciences”. *Global Networks*, 2, pp. 301-334;
- Wolfe, Alvin (1962). “The Team Rules Mining in Southern Africa”, *Toward Freedom*, 11 [s.p.];
- Woudstra, Rixt (2020). “Planning the “Multiracial City”: Architecture, Decolonization, and the Design of Stability in British Africa (1945-1957)”. Tese de doutorado, Massachusetts Institute of Technology;
- Woudstra, Rixt e Hannah le Roux (2022). “Build Your Own House”: Betty Spence’s Design-Research in 1950s South Africa”, *Architectural Theory Review*, 26 (3), pp. 427-457;
- Wright, Gwendolyn (1991). *The Politics of Design in French Colonial Urbanism*. University of Chicago Press.

Lista de figuras

[x] fotografia, imagem
[•x] desenho nosso

Pág.	Título, data e [Fonte]
40	[•1] Localização das explorações da Diamang em Angola (Zona de Protecção Única)
41	[•2] Área das explorações da Diamang (c. 1970)
42	[3] Vista geral da mina do Chingufu, 1926 [Rapport 13, ANTT/HB-C/2-5-1-3]
42	[4] Vista aérea do Dundo, 1965? [Arquivo Júlio Pedro, particular]
47	[5] Mapa das parcelas económicas em Angola e no Congo Belga, Forminière, 1920? [Royal Museum for Central Africa / AfricaMuseum, Bruxelas]
48	[6] Zona de explorações mineiras na Lunda, 1933 [Rapport 20, ANTT/HB-C/2-5-1-20]
48	[7] Rotas de ligação da Diamang com Angola e o Congo Belga, 1933 [Rapport 20, ANTT/HB-C/2-5-1-20]
52	[8] Esboço dos quatro acampamentos iniciais da Diamang, 1913-14 [Relatório anual do Museu do Dundo, 1943. UC/AD]
55	[9] Carta da Africa Meridional portuguesa 1886 [Mapa “cor-de-rosa”] [Lisboa: Comissão de Cartographia, 1886; BNP]
59	[10] Chissanda. Primeiro acampamento da PEMA em território português, em maio de 1913 [Origem e História da Companhia, por Santos Ribeiro, 1972; diamang.com]
64	[11] Área de explorações da Diamang em Angola, 1934 [Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes; ANTT/AOS, D-N-2/2/1]
68	[12] Prospecção na região de Maludi, 1922 [Rapport C.Mason Farnham;AGR/Sibeka,1611]
73	[13] Linha do C.F. de Benguela, o projecto da sua ligação às minas do Catanga, [s.d.]. [Fundação Mário Soares; Casa Comum/Documents Bernardino Machado]
76	[14] Pormenor no Dundo, 1945 [Relatório de Simões Neves, ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113; Concessão do Dundo, UC/AD]
79	[15] Desenvolvimento das povoações mineiras, 1936 [Súmula da Origem, Desenvolvimento, Actividade e Acção Colonizadora da Companhia de Diamantes de Angola ANTT, AOS/D-N/2-2-1]
80	[16] Centros mineiros da Companhia de Diamantes de Angola, 1934 [<i>A Província de Angola</i> (número extraordinário), s. p.; Hemeroteca Municipal de Lisboa]
85	[17] Rede de “poste routier” na Lunda, 1928 [Rapport 14, ANTT/HB-C/2-5-1-14]

- 87 **[18] Minas de diamantes do Luaco. Bairro de trabalhadores indígenas, julho de 1927**
[Documentário Africano, expedição de Luís Carrisso a Angola, UC/DCV]
- 90 **[19] Estrada da Lunda, emoldurada por cássias, 1940**
[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 118]
- 94 **[20] Trabalhos da SPAMOI: Aldeia alinhada com cássias ao fundo, 1945**
[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 118]
- 97 **[21] Aldeia da Pedreira, para alojamento de trabalhadores em adaptação, Dundo, 1938**
[Relatório sobre Mão de Obra Indígena, UC/AD]
- 98 **[22] Bilhete-postal: Dundo, um aspecto da povoação, 1946**
[Companhia de Diamantes de Angola Bertand & Irmãos, 1946; BNP]
- 102 **[23] Moradias no Dundo, após primeiros trabalhos de “aformoseamento”, 1944**
[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]
- 105 **[24] Levantamento da região do Dundo, 1940 [desenho nº 40-52]**
[Relatório da Concessão do Dundo, 1943-44. UC/AD]
- 105 **[25] Dundo: limite da área urbana, 1942 [desenho nº 42-67]**
[Relatório da Concessão do Dundo, 1943-44. UC/AD]
- 106 **[•26] Concessão do Dundo, 1950**
[Relatórios da Concessão do Dundo. UC/AD]
- 107 **[•27] Plano da Rede de Esgotos do Dundo [57-68]**
[Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]
- 110 **[28] Urbanização em Cassanguidi, 1945**
[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]
- 113 **[29] Actividades Agrícolas da SPAMOI e da Concessão do Dundo, 1946**
[Mão de Obra, SPAMOI, 1946-46, UC/AD]
- 117 **[30] Aldeia indígena de casas simples, 1938**
[Relatório sobre a Mão d’Obra Indígena, UC/AD]
- 117 **[31] Plantações nas proximidades das aldeias indígenas, 1938**
[Relatório sobre a Mão d’Obra Indígena, UC/AD]
- 117 **[32] Mina de Catongula, um pormenor da aldeia, 1946**
[Relatório de Inspeção da Mão de Obra, 1946, UC/AD]
- 118 **[•33] Centro Urbano de Andrada, 1947**
[Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]
- 118 **[•34] Concessão de Andrada, 1974**
[Levantamento das áreas das explorações, UC/AD]
- 119 **[•35] Aldeias da Diamang, 1970**
[Mapa da Região Diamantífera da Lunda, UC/AD]
- 120 **[36] Concessão do Dundo, 1970**
[Levantamento das áreas das explorações, UC/AD]
- 123 **[37] Lançamento da povoação do Lucapa, com mata de eucaliptos envolvente, 1965**
[Urbanização e Saneamento na Lunda, 1965-66, UC/AD]

- 124 **[38] Zona de Explorações da Diamang, 1963**
 [Urbanização e Saneamento na Lunda, 1965-66, UC/AD]
- 126 **[39] Primeiras construções no Centro Urbano do Lucapa, vista aérea, 1963**
 [Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63, UC/AD]
- 129 **[40] Planta de Cassanguidi, 1958, por J. Mourão**
 [Urbanização e Saneamento da Lunda, 1955-58, UC/AD]
- 129 **[41] Planta de Maludi, 1958, por A.Teixeira**
 [Urbanização e Saneamento da Lunda, 1955-58, UC/AD]
- 129 **[42] Planta do Luxilo, 1958 (Centros Urbanos de Andrada, por Lázaro e Espírito Santo)**
 [Urbanização e Saneamento da Lunda, 1955-58, UC/AD]
- 130 **[43] Planta do Cossa, 1958 (Centros Urbanos do Maludi, por A.Teixeira)**
 [Urbanização e Saneamento da Lunda, 1955-58, UC/AD]
- 130 **[44] Planta do Fucaúma, 1958 (Planta do Cassanguidi, J. Mourão)**
 [Urbanização e Saneamento da Lunda, 1955-58, UC/AD]
- 130 **[45] Plano de Urbanização do Calonda, 1958**
 [Urbanização e Saneamento da Lunda, 1955-58, UC/AD]
- 133 **[46] Plantas das aldeias de especializados (Andrada e Luxilo)**
- 133 **[47] Ortofotomapas das aldeias, 2023**
 [Googlemaps]
- 133 **[48] Aspecto das 48 habitações que constituem a aldeia de especializados em Andrada, 1962**
 [Relatório da Construção Civil, UC/AD]
- 137 **[49] Obras de urbanização no Bairro-Sul do Dundo, 1965**
 [Relatório Anual de Urbanização e Saneamento do Dundo, UC/AD]
- 138 **[50] Testes na estrada Luzamba-Henrique de Carvalho,1967**
 [Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]
- 140 **[51] Distrito da Lunda: aldeamentos em 1967**
 [ANTT, Arquivo António Soares Carneiro]
- 145 **[52] Reagrupamento na região de Henrique de Carvalho, 1972**
 [ANTT, Arquivo António Soares Carneiro]
- 146 **[53] Soares Carneiro na inauguração de “melhoramentos” na Lunda: rede de água**
 [ANTT, Arquivo António Soares Carneiro]
- 149 **[54] Escola rural no Posto do Cula, na Capaia, Lunda, 1972**
 [ANTT, Álbum de Obras de Promoção Social das populações de Veríssimo Sarmento]
- 151 **[55] Detalhe da carta de ocupação escolar na região da Lunda, 1962**
 [Mão de Obra: correspondência com Instituto do Trabalho, UC/AD]
- 153 **[56] Escola-capela na região da Lunda, 1963**
 [AHU, Relatório do Governador da Lunda]
- 154 **[57] Bloco Escolar (2 salas) em Maludi, 1965**
 [Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66, UC/AD]

- 155 [58] **Vista parcial do bloco escolar de Caxinde, no Dundo, 1970**
[Dossier para a Organização Internacional do Trabalho, UC/AD]
- 156 [59] **Grupo escolar de Cassanguidi, vista do recreio, 1965**
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66, UC/AD]
- 157 [60] **Tipo de escolas-catequeses, nos arredores do Dundo, 1957**
[Relatório do Conselho de Administração da Diamang, ANTT/AOS-D-N/2-11-1]
- 157 [61] **Localização da escola-catequese, a 446 metros da entrada da povoação de Maludi, 1957**
[Planta de Maludi, UC/AD]
- 158 [62] **Escola Primária do Lucapa (ortofotomapa)**
[Google Earth, 2023]
- 158 [63] **Escola Primária do Calonda (ortofotomapa)**
[Google Earth, 2023]
- 159 [64] **Vista geral do Bloco Escola do Caxinde, nos arredores do Dundo, 1966**
[Relatório do Conselho de Administração da Diamang, ANTT/AOS-D-N/2-13-1]
- 159 [65] **Escola Primária do Dundo (ortofotomapa)**
[Google Earth, 2023]
- 168 [66] **Vista geral da mina de Chisengi, Diamang, 1922**
[Rapport C.Mason Farnham, AGR/Sibeka,1611]
- 168 [67] **Diamang: alguns aspectos da sua actividade (visita de Craveiro Lopes), 1954**
[ANTT, AOS/D-N-/2-21-1]
- 171 [68] **Planeamento da expansão do Dundo-Sul, 1961**
[Urbanização da Lunda, UC/AD]
- 171 [69] **Tijolaria do Dundo, moldagem de tijolos com formas quádruplas, 1955**
[Relatório de Construções, UC/AD]
- 172 [70] **Estrada em Andrada, 1945**
[Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]
- 174 [71] **Vista geral do posto de Maludi, 1936**
[ANTT, AOS/D-N/2-2-1]
- 177 [72] **Povoações iniciais da Diamang: relação entre funções e eixos**
- 180 [73] **Escritórios da Diamang, no Dundo, 1925**
[Rapport 13. ANTT, ANTT, HB-C/2-5-1-20]
- 183 [74] **Vista do posto de Andrada, 1932**
[Rapport 20. ANTT, ANTT, HB-C/2-5-1-20]
- 185 [75] **Casa “standard” para funcionários em Maludi, 1926**
[Rapport 20, ANTT, HB-C/2-5-1-20]
- 185 [76] **Vista parcial de Cassanguidi, 1936**
[ANTT, AOS/D-N/2-2-1]
- 189 [77] **Aldeia da Pedreira, para alojamento de trabalhadores em adaptação, Dundo, 1938**
[Relatório sobre Mão de Obra Indígena, UC/AD]

- 192 **[78] Edifício da Escola no Dundo (Escola indígena no Bairro-Escola), 1945**
 [Relatório da viagem a África, de Simões Neves; ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 113]
- 196 **[79] Vila Paiva de Andrada, Aldeia Indígena, 1936**
 [Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT/AOS-D-N/2-2-1]
- 196 **[80] Vila Paiva de Andrada: Outra aldeia indígena em construção, 1936**
 [Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT/AOS-D-N/2-2-1]
- 196 **[81] Tipo das modernas habitações indígenas comparado com o das antigas cubatas, 1936**
 [Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT/AOS-D-N/2-2-1]
- 197 **[82] Tipo de habitação para assimilados, 1937**
 [Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT/AOS-D-N/2-2-1]
- 197 **[83] Tipo de habitação para trabalhadores contratados, 1937**
 [Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT/AOS-D-N/2-2-1]
- 197 **[84] Tipo de habitação para trabalhadores voluntários, 1937**
 [Relatório dos administradores da Companhia de Diamantes de Angola, ANTT/AOS-D-N/2-2-1]
- 198 **[85] Copperbelt: Casa tipo “standard” em tijolos vermelhos, 1933**
 [Nitsen (1933). *Travailleurs Noirs...*]
- 198 **[86] Copperbelt: Casa de quatro compartimentos para trabalhadores casados, 1933**
 [Nitsen (1933). *Travailleurs Noirs...*]
- 198 **[87] Lubumbashi: Campo de trabalhadores, 1928**
 [AGR, Sibeka, 530]
- 199 **[88] Panda: campo antigo, 1925**
 [Union Minière, AGR, Sibeka, 530]
- 199 **[88-B] Panda: novo tipo de casa, 1926**
 [Union Minière, AGR, Sibeka, 530]
- 199 **[89] Panda: visão geral de um dos campos**
 [Union Minière, AGR, Sibeka, 530]
- 200 **[90] Casas existentes e programas de construções em Cassanguidi, 1941**
 [Relatórios Anuais da SPAMOI, 1941-42]
- 201 **[91] Descrição e planta da Aldeia-Modelo, fixada pela SPAMOI, 1942**
 [Relatórios Anuais da SPAMOI, 1941-42]
- 201 **[92] Mina Luxilo 1. Um aspecto da aldeia, 1946**
 [Inspeção da Mão de Obra, 1946, UC/AD]
- 202 **[93] “Este é um exemplo agrante da beleza urbanística implantada entre as residências dos empregados da companhia” (a expansão de Vila Paiva de Andrada, 1961)**
 [Relatório do Encarregado da Concessão de Andrada, UC/AD]
- 206 **[94] Diamang: Centros urbanos, 1946**
 [Urbanização e Saneamento na Lunda, 1929-45, UC/AD]
- 208 **[95] Novo edifício da Central Diesel no Dundo, 1945**
 [Relatório dos administradores, ANTT/AOS-D-N/2-4-1]

- 217 **[96] Vista geral da piscina na oresta do Rio Mussungue, Dundo, 1946**
[Postais Companhia de Diamantes de Angola, Bertrand & Irmãos, BNP]
- 220 **[97] Aldeia de Voluntários, no Dundo, aspecto geral, 1943**
[Diamang, Mão de Obra, 1943-44, UC/AD]
- 220 **[98] Aldeia de Voluntários, no Dundo, tipo de casa, 1943**
[Diamang, Mão de Obra, 1943-44, UC/AD]
- 221 **[99] Tipo de Aldeia Indígena Diamang, 1942 [nota manuscrita: voluntários do Dundo]**
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD - projecto DiamangDigital]
- 221 **[100] Tipo de Aldeia Indígena Diamang, plantas, 1942**
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD - projecto DiamangDigital]
- 222 **[101] Mina Mussolegi. Um trecho da aldeia, 1946**
[Inspeção da Mão de Obra Indígena, UC/AD]
- 225 **[102] Mina Cossa 2. Vista da aldeia, 1946**
[Inspeção da Mão de Obra Indígena, UC/AD]
- 228 **[103] Festa da Melhor Aldeia, 1950**
[Viagem de Simões Neves, ANTT, AOS Cx. 718]
- 231 **[104] Casa na aldeia vencedora, 1951**
[Relatório sobre Mão de Obra Indígena, UC/AD]
- 231 **[105] A melhor casa da aldeia vencedora, mandada construir pelo Txifulo, sobeta, 1961**
[Relatório sobre Mão de Obra Indígena, UC/AD]
- 231 **[106] Vista parcial da aldeia do Txifulo, 1961**
[Relatório sobre Mão de Obra Indígena, UC/AD]
- 232 **[107] Casa em Andrada, distinguida com um primeiro prémio. Construída exclusivamente a expensas do proprietário, 1961**
[Relatório anual da SPAMOI, UC/AD]
- 235 **[108] Festa da Melhor Aldeia: Um pormenor da ala sul da Melhor Aldeia, do Caixilho, 1962**
[Relatório anual da SPAMOI, UC/AD]
- 235 **[109] Os sobas convidados pela SPAMOI em frente à casa do Caixilho, 1962**
[Relatório anual da SPAMOI, UC/AD]
- 236 **[110] Novo bairro residencial do Dundo; construção de habitações no talhão à direita, 1964**
[Relatório de Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]
- 244 **[111] Proposta para ampliação do Dundo: Esboço da Urbanização, 1958**
[Relatório da Comissão para o estudo das bases do projecto do Bloco Hospitalar, UC/AD]
- 245 **[112] Casas de habitação para empregados no Dundo-Novo, 1963**
[Relatório do Serviço de Construção Civil, UC/AD]
- 246 **[•112-B] Planta do Dundo, c. 1970**
[Arquivo digital diamang.com]
- 247 **[•112-C] Ortofotomapa do Dundo, 2023**
[Google Earth]

- 250 [113] **Nova estrada noroeste da povoação de Andrada, 1970**
[Construções nas Explorações; Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]
- 250 [114] **Blocos de habitação de 3 quartos, de rés-do-chão e 1º andar, K-293 e k-292, 1970**
[Construções nas Explorações; Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]
- 251 [115] **Paiva de Andrada: plano de expansão, 1962**
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]
- 252 [116] **Paiva de Andrada: plano de expansão, 1962**
- 252 [117] **Vista aérea de Andrada, vendo-se em primeiro plano as oficinas e armazéns, 1964**
[Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]
- 253 [118] **Planta de Andrada, 1968 (Andrada-Nova: plano de construções)**
[Urbanização e Saneamento Lunda, UC/AD]
- 253 [119] **Ortofotomapa de Nzargi, 2023**
[Google Earth]
- 256 [120] **Calonda. Casa de habitação, simples, de 3 quartos, para empregados K-65, 1970**
[Relatório anual da DSOVC, UC/AD]
- 259 [121] **Casas de habitação para o Quadro Auxiliar no Lucapa, 1965**
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66, UC/AD]
- 260 [122] **Plano de Urbanização do Calonda, 1966 (proposta)**
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]
- 260 [123] **Povoação do Calonda, 2023 (ortofotomapa)**
[Google Earth, 2023]
- 261 [124] **Plano de Urbanização do Lucapa, 1966 (proposta)**
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]
- 261 [125] **Povoação do Lucapa, 2023 (ortofotomapa)**
[Google Earth, 2023]
- 262 [126] **Andrada: Casas destinadas ao pessoal do Quadro Auxiliar, 1965**
[ANTT, AOS/D-N/2-13-1]
- 262 [127] **Calonda: Casas de habitação para especializados, blocos de 4 fogos, 1970**
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]
- 262 [128] **Bairros de Especializados, em Andrada e no Calonda (ortofotomapa, 2023)**
[Google Earth]
- 263 [129] **Casas de habitação geminadas para o quadro auxiliar no Lucapa, 1966**
[Construção e Reparação de Edifícios, UC/AD]
- 263 [129-A] **Bairro do Quadro Auxiliar, a sul do Lucapa (ortofotomapa, 2013)**
[Google Earth, 2023]
- 266 [130] **Fernando Queiroz no seu escritório, no Dundo (s.d.)**
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]
- 279 [131] **Experiências com blocos de terra na aldeia do Chilupuca**
[Relatório das Construções, 1954. UC/AD]

- 271 [132] Casas-Balão no Bairro-Norte, Dundo, 2023
[Google Earth]
- 271 [133] Maison type “Ballon”, arquitecto M. Bruyère, 1953 (para Lubumbashi)
[Lagae e Boonen (2012). “Des pierres...”]
- 273 [134] Casas pré-fabricadas junto à Central do Luachimo, 1960?
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]
- 273 [134-A] R-Zoio: Construções Trajinha, Modelo Tropical (para Cabora Bassa)
[AHU/MU-CBM-0-10]
- 274 [135] Dundo-Luachimo: antigas casas metálicas préfabricadas, remodelação, 1967
[Relatório Anual da DSOVC, 1967, UC/AD]
- 274 [136] Reconstrução de arruamento no Dundo sob orientação técnica da DSOVC, 1967
[Relatório Anual da DSOVC, 1967, UC/AD]
- 274 [137] Cerâmica do Luzamva, vista da zona de moldagem e secagem, 1969
[Relatório Anual da DSOVC, 1969, UC/AD]
- 275 [•138] Organograma da Divisão dos Serviços de Obras e Vias Comunicação, 1968
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]
- 275 [•139] Organograma da Divisão de Engenharia Civil e Edificações, 1973
[Urbanização e Saneamento da Lunda, UC/AD]
- 284 [140] Construção de casa de habitação no Dundo, 1954
[Relatório de Construções, UC/AD]
- 284 [141] Diamang: alguns aspectos da sua actividade (visita de Craveiro Lopes), 1954
[ANTT, AOS/D-N-/2-21-1]
- 291 [142] Primeira Casa do Pessoal no Dundo, 1937?
[Arquivo diamang.com]
- 293 [143] Casa do Pessoal no Dundo, 1960
[Arquivo Júlio Pedro (particular)]
- 298 [144] Postal da Tea Room em Kirstenbosh
[Construções nas Explorações, 1941-49, UC/AD]
- 301 [145] Casa de Repouso, no Cossa, 1950
[Construções nas Explorações; Relatório da Concessão, UC/AD]
- 301 [146] Estufa do Parque de Aclimação, no Dundo, 1962
[Construções nas Explorações; Relatório da Concessão, UC/AD]
- 302 [147] Casa do Pessoal em Andrada, 1953
[Relatório de Construções, UC/AD]
- 302 [148] Casa do Pessoal em Maludi, 1953
[Relatório de Construções, UC/AD]
- 302 [149] Casa do Pessoal no Luxilo, 1960
[Relatório do Serviço de Construção Civil, UC/AD]
- 303 [150] Casa do Pessoal no Fucaúma, 1960?
[Arquivo Júlio Pedro, particular]

- 303 [151] **Casa do Pessoal no Calonda, 1965?**
[Arquivo Júlio Pedro, particular]
- 303 [152] **Casa do Pessoal no Lucapa, em construção, 1967**
[Relatório Anual DSOVC, UC/AD]
- 304 [153] **Pátio da Casa do Pessoal do Dundo, 1960?**
[Arquivo Júlio Pedro, particular]
- 304 [154] **Casa do Pessoal do Dundo, 2023 (ortofotomapa)**
[Google Earth]
- 305 [155] **Lucapa: Casa do Pessoal, fachadas sul e poente, 1967**
[Relatório Anual DSOVC, UC/AD]
- 305 [156] **Casa do Pessoal do Lucapa, 2023 (ortofotomapa)**
[Google Earth]
- 306 [157] **Cossa: Arranjo Urbanístico, 1966**
[Arquivo Fernando Queiroz, particular]
- 307 [158] **Casa de Repouso, Cossa: propostas, 1944**
[Construções nas Explorações, UC/AD]
- 310 [159] **Futura habitação K-158 no Dundo, 1945**
[Construções nas Explorações, 1941-49, UC/AD]
- 314 [160] **Dundo: Blocos de habitação, de rés-do-chão e 1º andar, K-368,1970**
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]
- 315 [161] **Dundo. Zona sul. Casas geminadas de 3 quartos, para empregados K-387, 1970**
[Relatório Anual DSOVC, UC/AD]
- 315 [162] **Lucapa. Casa de habitação, geminada de 3 quartos, para empregados K-92 1970**
[Relatório Anual DSOVC, UC/AD]
- 315 [163] **Lucapa. Casas de habitação para empregados em construção, 1970**
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]
- 316 [164] **Localização da K-56, no Lucapa, construída pelo plano 63-98**
[Google Earth, 2023]
- 316 [165] **Localização das K-262, 264 e 266, em Andrada, construídas pelo plano 63-98**
[Google Earth, 2023]
- 317 [166] **Casas de habitação no novo centro urbano do Calonda, 1959**
[ANTT, AOS/D-N/2-11-1]
- 317 [167] **Localização das K-26, 27, 28, 34 e 36, no Calonda, construídas pelo plano 64-14/34**
[Google Earth,2023]
- 318 [168] **Localização da K-60, no Lucapa, construída pelo plano 66-360**
[Google Earth, 2023]
- 318 [169] **Localização da K-49, no Calonda, construída pelo plano 63-98**
[Google Earth, 2023]
- 319 [170] **Calonda: Casa de habitação simples, de 3 quartos, para empregados, K-68, 1970**
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]

- 319 [171] **Localização das K-52 e 53, no Calonda, construídas pelo plano 67-247**
[Google Earth, 2023]
- 320 [172] **Andrada. Zona nascente. Casa de habitação geminada de 3 quartos K-307, 1970**
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]
- 320 [173] **Localização das casas K-283 e 234, em Andrada, construídas pelo plano 68-53**
[Google Earth, 2023]
- 321 [174] **Andrada. Zona nascente. Casa de habitação geminada de 3 quartos K-307, 1970**
[Relatório Anual da DSOVC, UC/AD]
- 321 [175] **Localização das casas K-438 e 439, geminadas, em Andrada, construídas pelo 72-274**
[Google Earth, 2023]
- 322 [176] **Esquema de localização dos projectos da Diamang em Luanda**
- 322 [177] **Bairro residencial em Miramar (em construção), vista de conjunto, 1953**
[Construções em Luanda, 1952-53, UC/AD]
- 329 [178] **Bairro residencial em Miramar: Casa tipo O**
[Construções em Luanda, 1954, UC/AD]
- 330 [179] **Bairro residencial em Miramar (em construção), vista de conjunto, 1953**
[Construções em Luanda, 1952-54, UC/AD]
- 330 [180] **Fachada principal da Casa tipo 3, depois de concluída, 1953**
[Construções em Luanda, 1952-54, UC/AD]
- 330 [181] **Pátios e jardins interiores: zona do lago (em construção), 1954**
[Construções em Luanda, 1952-54, UC/AD]
- 336 [182] **Aspecto geral do Bairro indígena na Estrada de Catete, 1953**
[Construções em Luanda, 1952-53, UC/AD]
- 336 [183] **Aspecto parcelar do Bairro indígena na Estrada de Catete, 1953**
[Construções em Luanda, 1952-53, UC/AD]
- 339 [184] **Bairro indígena: Uma casa em construção (faltando-lhe ainda a varanda à frente), 1953**
[Construções em Luanda, 1952-53, UC/AD]
- 341 [185] **Localização do Bairro Indígena, junto à Estrada de Catete**
[Google Earth, 2023]
- 342 [186] **Bairro de Representação, Planta de jardins (OMES), 1954**
[Construções em Luanda, UC/AD]
- 342 [187] **Grupo de casas tipo VI, V, IV e III, 1954**
[Construções em Luanda, UC/AD]
- 343 [188] **Casa da Ilha: recinto do campo de jogos, 1954**
[Construções em Luanda, UC/AD]
- 343 [189] **Casa da Ilha: recinto do campo de jogos, 1954**
[Construções em Luanda, UC/AD]
- 347 [190] **Casa tipo “fim de semana” na Ilha de Luanda, 1951**
[Construções em Luanda, 1950-51, UC/AD]

- 348 [191] **Aspecto de conjunto da casa nobre setecentista restaurada pela Diamang, 1966**
[Batalha (1966). *Uma casa setecentista...*]
- 354 [192] **Casa adquirida pela Diamang na Rua de Avelino Dias (antes do restauro)**
[Construções em Luanda, 1954, UC/AD]
- 356 [193] **Parque infantil na Aldeia do Caingági, 1966**
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]
- 363 [194] **Vista de aldeia de trabalhadores contratados, 1952**
[Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho, UC/AD]
- 365 [195] **Bairro para trabalhadores cabo-verdeanos, 1952**
[Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho, UC/AD]
- 366 [196] **Casa para trabalhador assimilado, 1952**
[Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho, UC/AD]
- 369 [197] **Aldeia-modelo para trabalhadores da Diamang: perspectiva, 1952**
[Elementos para a Conferência InterAfricana do Trabalho]
- 376 [198] **Vista lateral da aldeia para contratados, no Fucaúma, 1961**
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]
- 376 [199] **Localização do Bairro-Sul para especializados, no Dundo (ortofotomapa, 2023)**
[Google Earth]
- 377 [200] **Aspecto da aldeia do Chilupuca, 1966**
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]
- 380 [201] **Planos para campos e habitações da mão de obra na Union Minière, 1950**
[*Bulletin du CEPSI*, 12]
- 383 [202] **Aldeia para contratados no Dundo, 1953**
[Relatórios das Construções, UC/AD]
- 383 [203] **Aspecto da Aldeia para contratados no Chilupuca, em construção, 1955**
[Relatórios das Construções, UC/AD]
- 388 [204] **Aspecto de uma camarata para alojamento de trabalhadores solteiros, 1966**
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]
- 390 [205] **Acampamento em Dumba-Cabango, fachada principal, 1968**
[Construções nas Explorações, UC/AD]
- 393 [206] **Bairro para trabalhadores no Caingági: aspecto dos blocos de oito habitações, 1963**
[Relatório Anual do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]
- 393 [207] **Aldeia para trabalhadores no Luapasso, 1963**
[Relatório Anual do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]
- 394 [208] **Bloco de instalações para trânsito de trabalhadores, 1964**
[Relatório do Conselho de Administração da Diamang, ANTT/AOS-D-N/2-11-1]
- 394 [209] **Localização dos blocos para trabalhadores em trânsito do plano 63-202**
- 395 [210] **Acampamento no Luquembo, 1968**
[Relatório Anual da SPAMOI, UC/AD]

- 395 [•211] **Localização dos blocos colectivos do plano 67-125**
- 396 [212] **Bairro para trabalhadores no Caingági: aspecto dos blocos de oito habitações, 1963**
[Relatório Anual do Serviço de Construção Civil, 1960-63, UC/AD]
- 396 [•213] **Localização das aldeias do plano 63-68**
- 397 [214] **Localização do Lôva, na mina de Catoca, em Henrique de Carvalho (Saurimo)**
[Mapa da Região Diamantífera da Lunda, 1970]
- 400 [215] **Aldeamentos de nativos para trabalhadores do exterior e famílias: aldeia Nzargi-11, depois da transformação das suas casas de capim em construção de tipo semi-definitivo, 1962**
[Serviço de Mão de Obra da Diamang, UC/AD]
- 404 [216] **Casas para venda a nativos. Camatundo (Dundo). Um aspecto**
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65, UC/AD]
- 404 [217] **Casas para venda a nativos. Camatundo (Dundo). Um aspecto**
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65, UC/AD]
- 406 [218] **Localização do Posto do Luachimo, a norte do Dundo, 1970**
[Levantamento da Concessão do Dundo, UC/AD]
- 406 [219] **Conjunto de habitações no Camatundo, 2023 (ortofotomapa)**
[Google Earth]
- 407 [220] **Algumas das casas demolidas, 1973**
[Relatório anual da Concessão do Dundo, UC/AD]
- 407 [221] **Aspectos vários das novas e interessantes vivendas, conjunto geral, 1973**
[Relatório anual da Concessão do Dundo, UC/AD]
- 407 [222] **Aspectos vários das novas e interessantes vivendas, uma das casas, 1973**
[Relatório anual da Concessão do Dundo, UC/AD]
- 408 [223] **Parque infantil na Aldeia do Caúma, 1966**
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65, UC/AD]
- 410 [224] **Interior de um Centro Recreativo, 1970**
[Relatório OIT, UC/AD]
- 410 [225] **Localização da Casa do Pessoal do Quadro Auxiliar no Bairro-Norte, no Dundo, 1970?**
[Arquivo diamang.com]

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Beatriz Perista Serrazina

**A CONSTRUÇÃO DE UM IMPÉRIO
TERRITÓRIO, CONEXÕES E ARQUITECTURA NA
COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA**

VOLUME 2

**Tese no âmbito do Doutoramento em Patrimónios de Influência
Portuguesa, especialização em Arquitectura e Urbanismo,
orientada pela Professora Doutora Ana Vaz Milheiro e pelo
Professor Doutor Miguel Bandeira Jerónimo e
apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar
da Universidade de Coimbra**

Setembro de 2023

Instituto de Investigação Interdisciplinar
da Universidade de Coimbra

A construção de um império: território, conexões e arquitectura na Companhia de Diamantes de Angola

Beatriz Serrazina

VOLUME 2

Dissertação de Doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, especialização em Arquitectura e Urbanismo, orientada pela Professora Doutora Ana Vaz Milheiro e pelo Professor Doutor Miguel Bandeira Jerónimo, e apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2023

1 2  9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Financiamento

Esta tese teve o apoio de uma Bolsa de Doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (SFRH/BD/122658/2016 e COVID/BD/152352/2022), cofinanciada pelo Fundo Social Europeu (FSE), através do Programa Operacional Regional Centro. A bolsa iniciou em Setembro de 2017 e terminou em Setembro de 2022.



Tese realizada no âmbito dos projectos “**Coast to Coast: Desenvolvimento infraestrutural tardio na antiga África continental portuguesa (Angola e Moçambique)**” [PTDC/ATP-AQI/0742/2014], com coordenação de Ana Vaz Milheiro (IR) e financiamento da FCT, no qual participei como investigadora, e “**ArchWar: Dominance and mass-violence through Housing and Architecture during colonial wars. The Portuguese case (Guinea-Bissau, Angola, Mozambique): colonial documentation and post-independence critical assessment**” [PTDC/ART-DAQ/0592/2020], com coordenação de Ana Vaz Milheiro (IR) e Filipa Fiúza (Co-IR) e financiamento da FCT, no qual participei e beneficiei como bolseira de investigação.

ARCHWAR

Índice

VOLUME II :: Espaço visual

Nota introdutória	7
Serviços Organização	9
Lista de projectos	11
Cronologia	15
Cartografia	25
Fotografias	41
Dundo	42
Andrada	98
Lucapa	118
Outras Povoações	132
Aldeias	136
Festa da Melhor Aldeia	168
Casa do Pessoal	176
Serviços de Saúde	188
Construções Militares	208
Fabrico de Materiais	218
Estradas	228
Luanda	238
Urbanista	248
Resiliência [reportagem]	250

Nota Introdutória

O presente volume, intitulado **espaço visual**, apresenta um olhar do espaço da Diamang a partir da *imagem*, que pretende complementar a investigação do **espaço narrativo** (ver volume I). Como referimos na introdução da tese, o primeiro volume resulta de escolhas que deixaram de parte alguns edifícios, projectos, ângulos ou realizações, sem prejuízo do reconhecimento da sua importância para a paisagem da companhia em Angola. Neste sentido, este documento compila uma série de materiais gráficos que são de evidente interesse para um entendimento mais completo e plural do percurso edificatório da Diamang. Contudo, não foi nosso propósito fazer sobre qualquer interpretação sobre este conjunto; em suma, é um simples repositório, aberto a abordagens futuras.

A estrutura compreende diferentes conteúdos. Primeiro, de modo a enquadrar e facilitar a leitura das imagens, é exposta a organização dos serviços da Diamang dedicados ao planeamento e transformação do espaço, a lista de projectos levantados no arquivo da empresa, depositado na Universidade de Coimbra (DCV-UC/AD), e uma cronologia dos principais episódios, projectos e edifícios que compuseram o trajecto espacial das suas actividades em Angola. Estas informações, propositadamente sintéticas, oferecem uma visão geral do percurso.

Segue-se o grupo de cartografia seleccionada, que aborda as mutações do território físico da Diamang, ao longo das diferentes épocas. Depois, é apresentado o extenso conjunto de fotografias, a maioria das quais levantadas no referido núcleo arquivístico, a par de outros registos recolhidos noutros arquivos. As fotografias não só completam alguns episódios tratados na tese, como permitem observar outras histórias, agentes e edifícios, que iluminam diferentes nuances do trabalho de investigação, assim como caminhos por trilhar. Ou seja, estas imagens não são entendidas como meras ilustrações, mas antes como matérias fundamentais de pesquisa. Optámos por manter a legenda original, com devida identificação do serviço produtor. A sua organização foi feita por geografia e/ou tipologia, primeiro, e por ordem cronológica, depois, e não tem qualquer correspondência com a estrutura dos capítulos do primeiro volume. Pelo contrário, à semelhança das intenções já introduzidas, pretendemos acrescentar neste segundo volume uma outra perspectiva dos trabalhos da empresa.

Por fim, este material é acompanhado pela reportagem fotográfica feita nas principais povoações da Lunda, por André Ilunga, director do Museu do Dundo, e Benjamim Mutombo, repórter local, em Novembro de 2021. A recolha foi organizada a nosso pedido, mas sem que se transmitissem à partida quaisquer instruções precisas sobre os objectos a registar. O objectivo foi precisamente inquirir um olhar interno, actual e participante nestes lugares, que, por um lado, nos revela a importância de determinados edifícios na construção da memória colectiva da comunidade, e, por outro, possibilita uma visão comparada (ainda que de um modo bastante sumário) entre o território passado e presente.

Serviços | Organização

Organization Chart, 1926

Construction Dundo [agente Delgado]

Organização da Direcção Técnica da Lunda, 1942

Direcção: Melhoramentos e Urbanização; Casa do Pessoal; Concessão do Dundo

Sub-direcção: Obras e Edificações; Distribuição de água e luz; Estradas, pontes e jangadas

Secção de Desenho e Cartografia

Organização dos Serviços da Direcção Geral na Lunda, 1949

Direcção: Casa do Pessoal, Museu

Divisão Serviços Gerais: Concessão do Dundo; Obras e Edificações no Dundo; Obras nos Postos; Serrações; Propaganda e Assistência à Mão de Obra Indígena (SPAMOI)

Estrutura Orgânica dos Serviços da Direcção Geral, 1957

Secção de Construção Civil; Estradas, pontes e jangadas; Serrações

Mão de Obra: Aldeias, Escolas

Secção de Desenho e Cartografia

Divisão dos Serviços de Obras e Vias de Comunicação, 1968

Secção de Obras da Zona Leste; Secção de Obras da Zona Oeste

Secção de Obras do Dundo: Serrações; Desenho; Obras

Secção de Hidráulica Urbana

Secção de Vias de Comunicação: Conservação; Construção

Divisão de Engenharia Civil e Edificações, 1973

Gabinete de Edificações e Estruturas

Gabinete de Estudos, Projectos e Programas: Arquitectura; Documentação; Desenho; Orçamentos e medições; Programas; Topografia e Mecânica dos Solos

Secção de Hidráulica Urbana

Secção de Vias de Comunicação: Estradas; Aeródromos

Secção de Produção de Materiais e Estruturas

Divisão de Administração Urbana, 19735

Gabinete de Urbanização e Saneamento

Secções de Administração Urbana: Dundo, Andrada, Lucapa, Cuango

– Urbanista da Direcção Geral, 1960 [Fernando Queiroz]

– Inspector de Urbanização e Saneamento, 1965 [Fernando Queiroz]

Lista de projectos

Projectos levantados no Arquivo da Diamang (UC/AD)

Concessão do Dundo, 1940

Limite da área urbana, 1942

Praça Henrique de Carvalho, 1943

Concessão do Dundo, 1947

Ampliação do Dundo, 1958

Mercado modelo, 1942

Aldeia modelo, 1943

Estufa Fria do Dundo, 1944

Centros urbanos da Diamang, 1944

Museu do Dundo, 1944

Anexo do Museu do Dundo, 1947

Aldeia do Museu

Projecto da Conclusão do Museu, 1960

Cemitério de Portugália, 1944

Hospital do Dundo, 1942

Novo Bloco Hospitalar do Dundo, 1958

Casa de Repouso do Cossa, 1945

Hospital do Fucaúma, 1946

Capela do Dundo, 1947

Bairro Escola, Dundo, 1947

Casa do Pessoal do Dundo, 1947

Programa Preliminar, 1973

Aldeia-modelo (Conferência Inter-Africana do Trabalho), 1951

Centro Agrícola-Pecuário do Cossa, 1951

Planta do Cossa, 1958

Arranjo urbanístico, 1966

Planta de Andrada, 1955

Concessão de Andrada, 1956

Plano de Expansão, 1961

Bairro dos Especializados da Secção de Manutenção de Engenhos, 1955

Planta do Calonda, 1958

Planta de Cassanguidi, 1958

Planta do Casala – Chitotolo, 1958

Planta do Luaco, 1958

Planta de Maludi, 1958

Arranjo Urbanístico do Luachimo, Dundo, 1958

Escola Indígena [Escola do Caxinde], 1960

Escola Primária, 1962

Escola Catequese, 1962

Centro Agrícola-Pecuário da Cacanda, 1962

Bloco para trabalhadores em trânsito, Nova Gaia, 1963

Bairro para trabalhadores, Caingági, 1963

Bairro para trabalhadores, Lôva, 1964

Escola primária, Lôva, 1964

Armazém e Casa para Caixeiro no Lôva, 1964

Casa do Pessoal do Lucapa, 1965

Hospital do Lucapa, s.d.

Bloco de residências para trabalhadores em trânsito, geral, 1965

Planta do Luzamba, 1965

Centro urbano do Luzamba, 1966

Casa de Trânsito do Luzamba – Cuango, 1965

Plano Urbanístico do Lucapa, 1966

Planta do Cafunfo, Cuango, 1966

Plano parcelar, 1968

Nova Piscina do Mussungue, Dundo, 1966

Bloco tipo colectivo – Camaratas para trabalhadores, 1967

Residência e Secretaria, Nova Gaia, 1968

Hospital do Cafunfo, 1968

Aquartelamento para corpo de voluntários no Cafunfo, 1972

Blocos de quatro habitações no Dundo, 1974

Cronologia

1884

– Expedições à Lunda¹: Henrique de Carvalho, Expedição à Mussumba do Mwant Yav; Hermann von Wissemann, ao serviço do Rei Leopoldo II da Bélgica

1895

– Criação do antigo distrito da Lunda, com sede em Capemba Camulemba

1898

– Primeiro posto militar da Lunda a leste do Cuango: Posto do Loremo

1902

– Projecto da Companhia da Lunda

1905

– Postos militares do Cuangula, Camaxilo e Cuilo

1912

– Organização da Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA)
– Missão Johnson e Mac Vey; encontrados sete diamantes na margem direita do Rio Chiumbe
– Missão Doyle, Janot e Cox

1913

– Primeiro posto da PEMA junto a Xá-Ibange; expedição de Brandão de Melo

1916

– Mudança do centro dos trabalhos para o Chitato

1917

– Constituição da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), a 16 de outubro
– Abertura da primeira mina no Cavuco, em junho
– Ernesto de Vilhena exerce cargo como Ministro das Colónias, entre abril e dezembro

1918

– Abertura das minas de Luaco e Chimana
– Delimitação do distrito da Lunda, com sede em Saurimo

1919

– Início dos trabalhos para estabelecimento do Dundo, em abril
– Epidemia de influenza e sublevação indígena, em maio

¹ Para uma cronologia detalhada da “Ocupação e Conflitos” na região da Lunda, ver Tavares (2009), pp. 326-333.

- Abertura de estradas entre Chingufô, Cavuco, Luaco e Chitato; construção de jangadas
- Mudança da direcção da companhia para o Dundo, em outubro
- Nomeação de Ernesto de Vilhena como Administrador-Delegado, a 7 de novembro

1920

- Posto militar de Saurimo é nomeado Vila Henrique de Carvalho
- Fundação do Fortim do Nordeste (?)
- Contrato Provisório entre o Alto-Comissário de Angola e a Companhia de Diamantes de Angola; em Bruxelas, a 4 de Dezembro

1921

- Fundação das povoações de Luaco e Maludi
- Organização de tijolaria no Dundo
- Missão de Delimitação da Fronteira da Lunda, a partir de maio
- Contrato entre a Diamang e o Governo da Província de Angola

1922

- Inauguração dos serviços postais no Dundo
- Fundação da povoação de Cassanguidi
- Primeira visita de Ernesto de Vilhena às explorações (1^a quinzena de setembro)
- Visita de Norton de Matos, Alto Comissário de Angola
- Plano de “mobilização” de 500 famílias africanas para a Lunda

1923

- Fundação da povoação de Portugália
- Explorações param por falta de mão de obra e mantimentos

1925

- Estação radio-telegráfica no Dundo
- Criação dos “grupos” de Chingufô, Cassanguidi e Maludi

1926

- Hospital Central no Dundo
- Criação da Zona Única de Protecção (ZUP) pelo decreto nº 12148 de 19 de Agosto
- Contrato entre a Diamang e a CAPA para transporte viário

1927

- Plano de fixação de 250 famílias na Lunda
- Fundação da povoação de Nzargi
- Instalação de luz eléctrica no Dundo
- Construção da Estação Central de Escolha em Andrada
- Rede de “*postes routiers*” na região do Dundo

1928

- Posto de Nzargi renomeado Vila Paiva de Andrada
- Encerramento das minas do Chingufô

- Primeira missa no Dundo
- Plano de “fixação” de 250 famílias africanas na Lunda
- Central hidroeléctrica no Dundo

1929

- Visita de Ernesto de Vilhena “às minas, plantações, instalações médicas e vilas indígenas”
- Posto aduaneiro no Dundo
- Dundo e Andrada: 150 edifícios de “conforto moderno”

1930

- Central hidroeléctrica em Andrada, pelo engenheiro Alberto Jaime de Azevedo
- Dispensários no Dundo e Andrada

1931

- Participação na Exposição Colonial de Vincennes [1º prémio]
- Dundo e Andrada desclassificadas do “Mapa de povoações existentes” [Portaria 753, 9 de Abril]
- Algumas coberturas de colmo substituídas por telhas

1932

- Primeiras construções em tijolo em Cassanguidi e Maludi
- Plantação de bambus em Paiva Andrada para construção de cubatas
- Construção das primeiras “casas tipo standard”, de 70m²
- Visita de Armindo Monteiro, Ministro das Colónias

1933

- Pavilhão da Diamang na Exposição Colonial do Porto
- Nomeação de Quirino da Fonseca para a Direcção Técnica em África
- Hotel de passageiros em Cassanguidi
- Novo hospital para indígenas em Andrada, com 6 pavilhões
- Novo hospital em Maludi
- Barragem do Sanga

1935

- Fundação da povoação do Luxilo
- Barragem do Cartuchi

1936

- Organização da Casa do Pessoal da Diamang (?)
- Visita de António Lopes Mateus, em julho
- Visita de Leopold Mottoule, em agosto
- “Súmula da origem, desenvolvimento, actividade e acção colonizadora da Diamang”
- Inauguração do Bairro Escola no Dundo
- Edifícios nas explorações: 176
- Número médio de trabalhadores africanos: 8954 [5402 voluntários e 3553 contratados]
- Número médio de trabalhadores europeus: 162 [109 portugueses e 53 estrangeiros]

1937

- Organização da SPAMOI
- “Aldeias de propaganda”
- Capela no Dundo
- Novo hospital em Andrada
- Inauguração da pista de aterragem no Dundo
- Contrato com o Estado português
- Contratação de Fernando Queiroz, como desenhador de 2ª classe

1938

- Pavilhão na Exposição em Luanda [*grand prix*]
- Visita de Francisco Vieira Machado, Ministro das Colónias

1940

- Electrificação de 24 minas (entre as 29 em exploração)
- Primeiro levantamento da povoação do Dundo
- Planta de Urbanização da zona central de Portugália, Missão de Estudos e Construção de Edifícios

1942

- Formalização da “Concessão do Dundo”
- “Aldeia-modelo” de Mucunene, na região de Andrada
- “Mercado-modelo”
- Plano Geral de Obras e Melhoramentos
- Conclusão da Barragem do Icongula
- Inauguração da Praça Henrique de Carvalho no Dundo
- Nomeação de Brandão de Melo como Administrador Representante em Angola
- Visita de Van Breé, Baudine e Mottoulle à Lunda
- Visita de estudo a Elisabethville e Joanesburgo
- Nomeação de Fernando Queiroz para Secção de Desenho e Cartografia

1944

- Postos renomeados “Centros Urbanos”
- Novo tipo de “casa dupla com varanda”
- Visita de estudo a Tshikapa
- Início da construção da Sanzala de Figurações, integrada no Museu do Dundo

1945

- Fundação da povoação do Fucaúma
- Casa de Repouso no Cossa
- Visita de Marcelo Caetano, Ministro das Colónias
- Início da construção do novo edifício do Museu do Dundo

1946

- 1ª edição da Festa da Melhor Aldeia (vencedor Samuafo, Andrada)
- Início de inspecções regulares às minas

1947

- Planificação dos “Cadernos de Urbanização”, por Fernando Queiroz
- Início da construção de Postos de Compra e Venda
- Diamang oferece provisão de 20.000 contos para “obras de assistência social e de utilidade pública no distrito da Lunda”

1948

- Participação nas Comemorações do Tricentenário, em Luanda
- Casa de fim de semana na Ilha de Luanda
- Extensão da assistência sanitária às regiões longe dos centros urbanos, em regime experimental, por sectores. Construção de hospitais-dispensários em cada sector: Sombo e Cachimo (conjunto de 4 edifícios, em tijolo e com varandas); Canzar, Lóvula e Luia (enfermaria-sanzala em adobe)

1949

- Contingente de 213 trabalhadores “cabo-verdeanos”, instalados em “aldeias especiais”
- Escola em Andrada para filhos de empregados europeus instalada em edifício próprio
- Criação de três escolas-catequese nas “aldeias mais importantes” nas imediações do Dundo
- Conclusão do novo edifício do Museu do Dundo; ajardinamento do espaço exterior

1950

- Estação Meteorológica no Dundo
- Vegetação como “Princípio da urbanização”
- Elementos para a Conferência Inter-Africana do Trabalho: “aldeia-modelo”
- Casa de trânsito em Vila Luso
- Inauguração de capelas em Cassanguidi, Andrada e Maludi
- Visita de António Mendonça Lopes, chefe da Repartição das Obras Públicas de Malange
- Contratação de Alfredo Pino, engenheiro-civil
- Nomeação de Fernando Queiroz como Chefe da Secção de Desenho e Cartografia

1951

- Visita de Gilberto Freyre
- Visita de André Ombredanne e Pierre Giles, da *Fonds du Bien Etre Indigene*
- Inauguração do novo edifício da Casa do Pessoal do Dundo

1952

- Criação da classe de “diferenciados”, a título experimental, em substituição dos especializados
- Início da projecção de “cinema para indígenas”
- Serviço de Construção Civil na construção de casas para africanos
- Inauguração do novo edifício da Casa do Pessoal de Andrada

1953

- Casas-balão no Dundo
- Novas “casas quádruplas” na Aldeia do Chilupuca
- Engenheiros técnicos de aeronáutica na Lunda para estudar possibilidade de construir aeródromo nos arredores de Portugália
- Novas aldeias: Guele, Mufo, Candjamba-Camanhe, Muita e Camacoubó
- Novas escolas em Cassanguidi e Maludi
- Conclusão do Bairro para Servidores Indígenas, em Luanda

1954

- Início dos trabalhos de prospecção em Malange
- Conclusão do Bairro Residencial em Miramar, Luanda
- Visita de Craveiro Lopes, Presidente da República, e Sarmiento Rodrigues, Ministro do Ultramar
- Novo mapa do distrito da Lunda elaborado pela Secção de Desenho e Cartografia do Dundo
- Estudo sobre produtividade para a Conferência Inter-Africana do Trabalho de 1955, na Beira

1955

- Nomeação de Ernesto de Vilhena como Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Assembleia Geral de Accionistas da Companhia de Diamantes de Angola, a 1 de Março
- Nova equipa de “Construções”
- Admissão de três auxiliares de construção, dois deles com curso de mestre de obras
- Nomeação de Alfredo Pino como Chefe Interino da Secção de Estudos e Projectos
- Casas desmontáveis “Studal” em Cassanguidi

1957

- Morte de Ernesto de Vilhena, a 14 de Fevereiro
- *Divisão dos Serviços de Construção e Transportes*; Gabinete de Estudos
- Restituída a categoria de “especializados”
- Projecto da Central Hidroeléctrica do Luachimo

1958

- Fundação da povoação do Calonda
- Estudos para o novo bloco hospitalar do Dundo e consequente expansão da povoação

1960

- Contratação de França Machado para Serviço de Construção Civil
- Projecto de expansão de Andrada
- Inauguração do Monumento aos Pioneiros (Obelisco), no Dundo, 27 de agosto

1961

- Fundação da povoação do Lucapa
- SPAMOI: 40 aldeias, das quais 5 do “tipo definitivo”.
- Início da construção de blocos de 4 habitações para trabalhadores, de acordo com o inquérito feito por Mesquitela de Lima em 1959
- Treino de artífices para construção de casas do “tipo definitivo” (pedreiros, pintores, carpinteiros)

1962

- Blocos para trabalhadores em trânsito no Caungula, Cacolo e Nova Chaves
- Publicação do Código de Trabalho Rural
- Inauguração da aldeia do Chingufo
- Compromisso com ITPAS para construção de instalações sanitárias nas aldeias

1963

- Aquisições em Portugal de quatro edifícios pré-fabricados, uma casa pré-fabricada e materiais de construção para forças militares e serviços de saúde
- Conclusão da elevação ao Dundo, em conduta directa, da água das nascentes do Mussungue
- Conclusão das redes de águas e esgotos para bairros dos evoluídos do Dundo
- Inauguração da Casa de Trânsito do Lucapa
- Três residências-secretaria em Caungula, Cacolo e Nova Chaves
- Posto emissor da Bela Vista, em Andrada
- Última edição da Festa da Melhor aldeia

1964

- Aquisição de novas máquinas para fabricos de blocos de cimento para oficina de mecânica
- Produção de 129 candeeiros de iluminação pública na oficina de electricidade para bairros e aldeias para nativos, casas, escolas e oficinas
- Conclusão do Bloco Escolar do Lucapa
- Obras de urbanização na Avenida de Acesso Sul no Dundo
- Casas para vendas a nativos, no km 6 da estrada da fronteira, junto ao Dundo
- Nomeação de Fernando Queiroz como Inspector de Urbanismo e Saneamento

1965

- Construção da Escola do Caxinde, no Dundo
- Inauguração de Lojas Principais no Luxilo e Lucapa

1966

- Fundação das povoações de Cafunfo e Luzamba
- Blocos escolares no Maludi e Calonda; postos escolares no Conduége (Dundo) e Lóvua

1967

- Inauguração da Cerâmica do Luzamba

1968

- *Divisão dos Serviços de Obras e Vias de Comunicação [DSOVC]*, após extinção do SCC

1970

- Visita de delegados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) à Lunda

1971

- *Divisão de Administração Urbana (DAU)*
- Fim do contrato com o Estado português do exclusivo de pesquisas em Angola
- Inauguração da Avenida principal de Portugália, com o nome de João Augusto Bexiga, Director da Diamang, a 26 de agosto

1972

- Grupo de Trabalho para estudo habitação económica e auto-construção: aldeamento do Luó, com 120 fogos e “estruturas sociais” (escola, cantina, centro social e recreativo, posto médico)
- Aprovação do Lucapa como “centro principal da zona das explorações, a médio ou longo prazo”
- Produção em 7 carpintarias e 5 tijolarias

1973

- *Divisão de Engenharia Civil e Edificações (DECE)*, após extinção do DSOVC
- Grupo de Técnicos Consultores para edificios hospitalares
- Concessão do Dundo emprega 561 homens, dos quais 202 dedicados aos jardins

1974

- Estudos prévios para hospitais do Dundo e Lucapa, por Fernando Schiappa de Campos
- Primeiro esboço do Plano Director do Lucapa

CARTOGRAFIA

Les Gisements diamantifères du Kasai

par Hector de RAUW, Ingénieur Civil des Mines, Ingénieur Géologue, Ancien Assistant de Géologie à l'Université de Liège,
 Chef du Service Géologique à la Société Internationale Forestière et Minière du Congo.

Répartition du Diamant au Congo

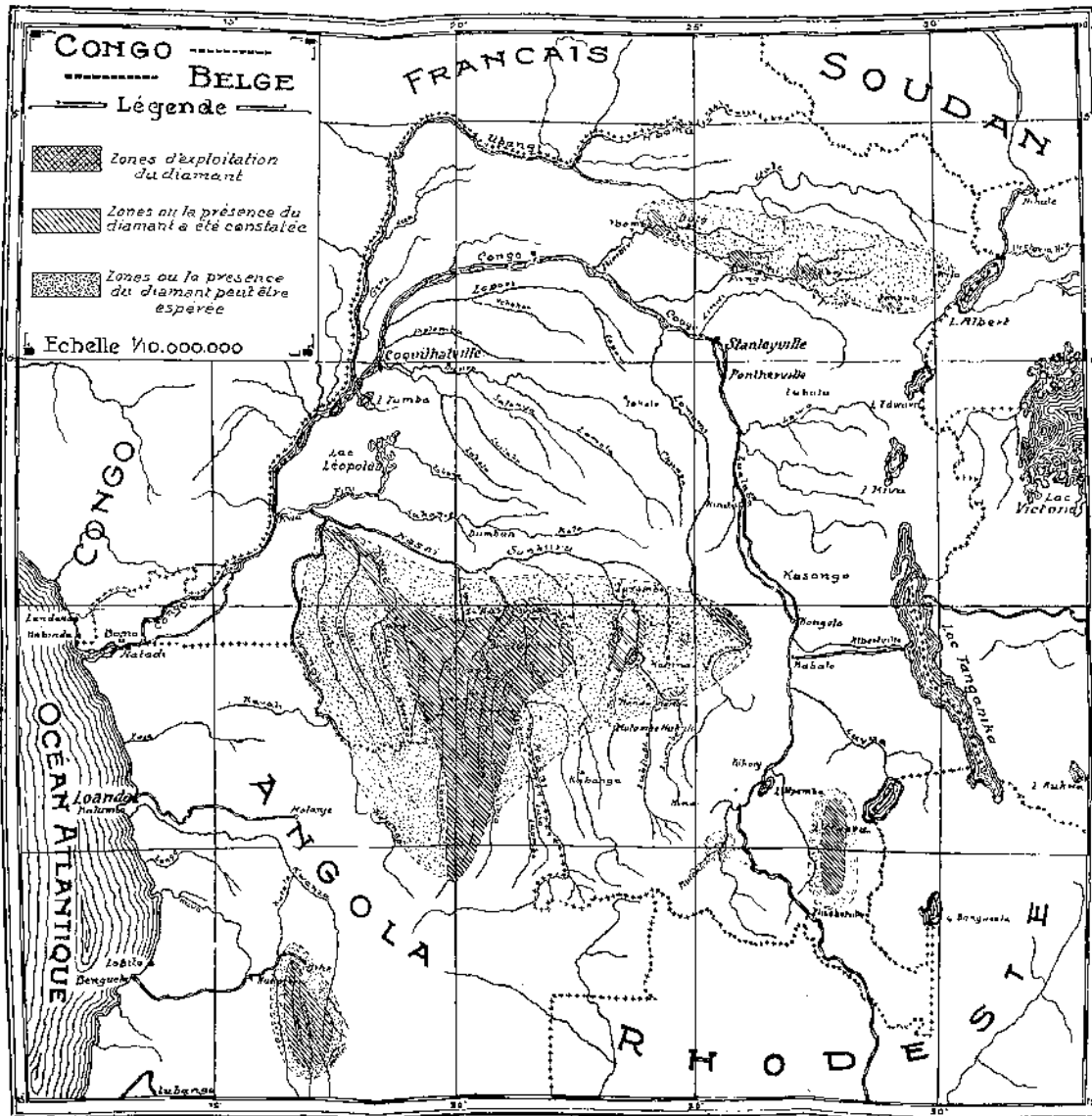
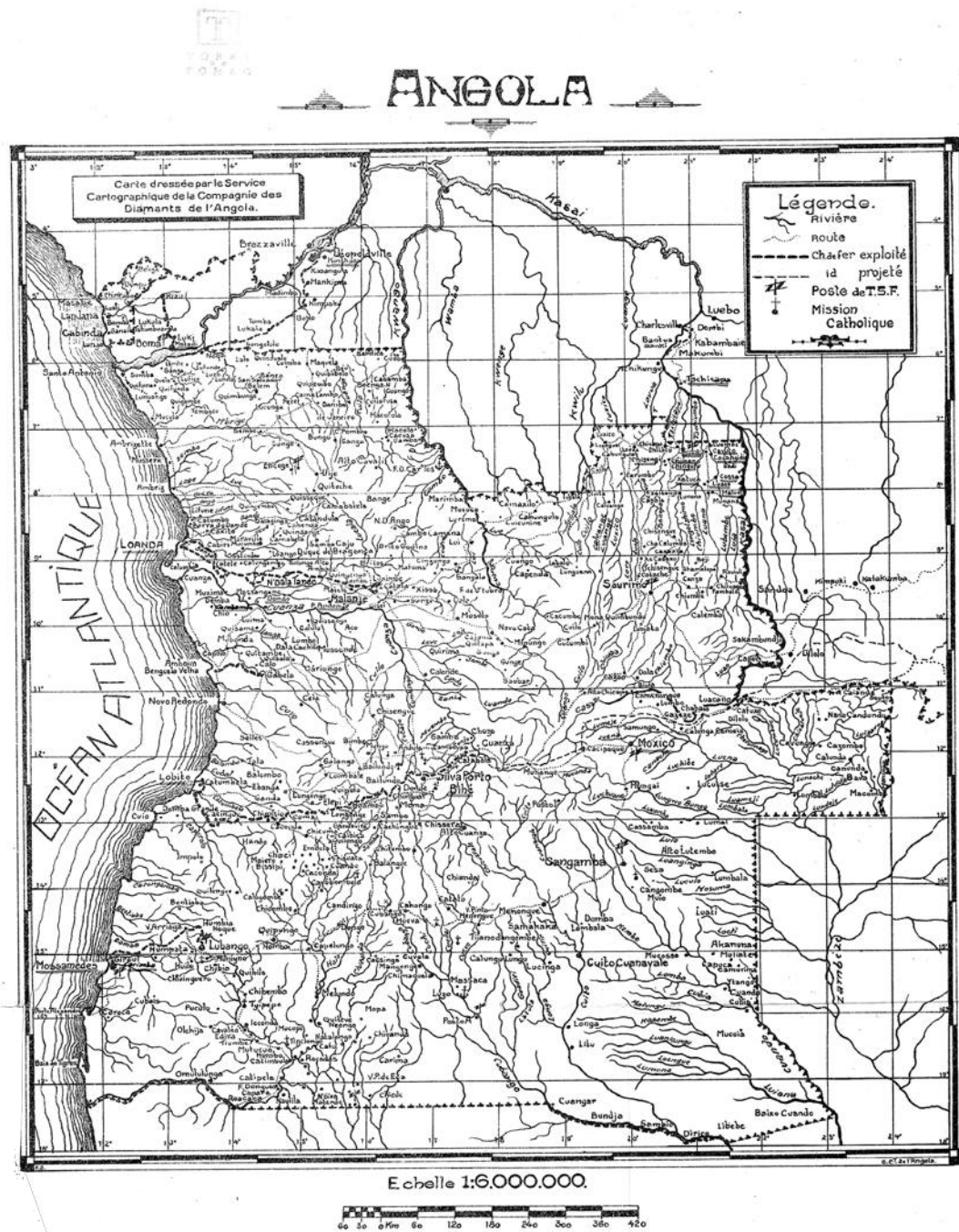
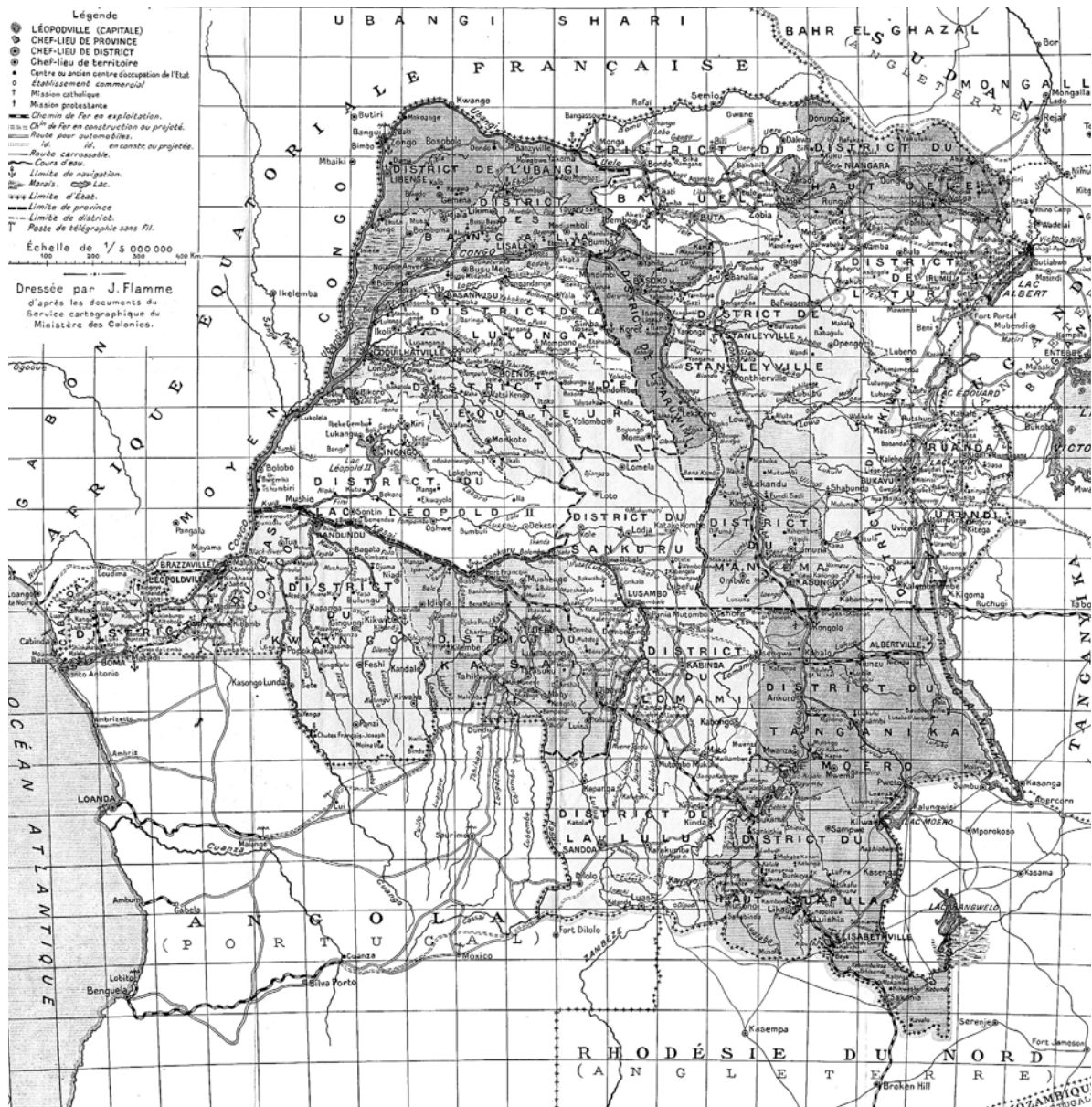


Planche I.

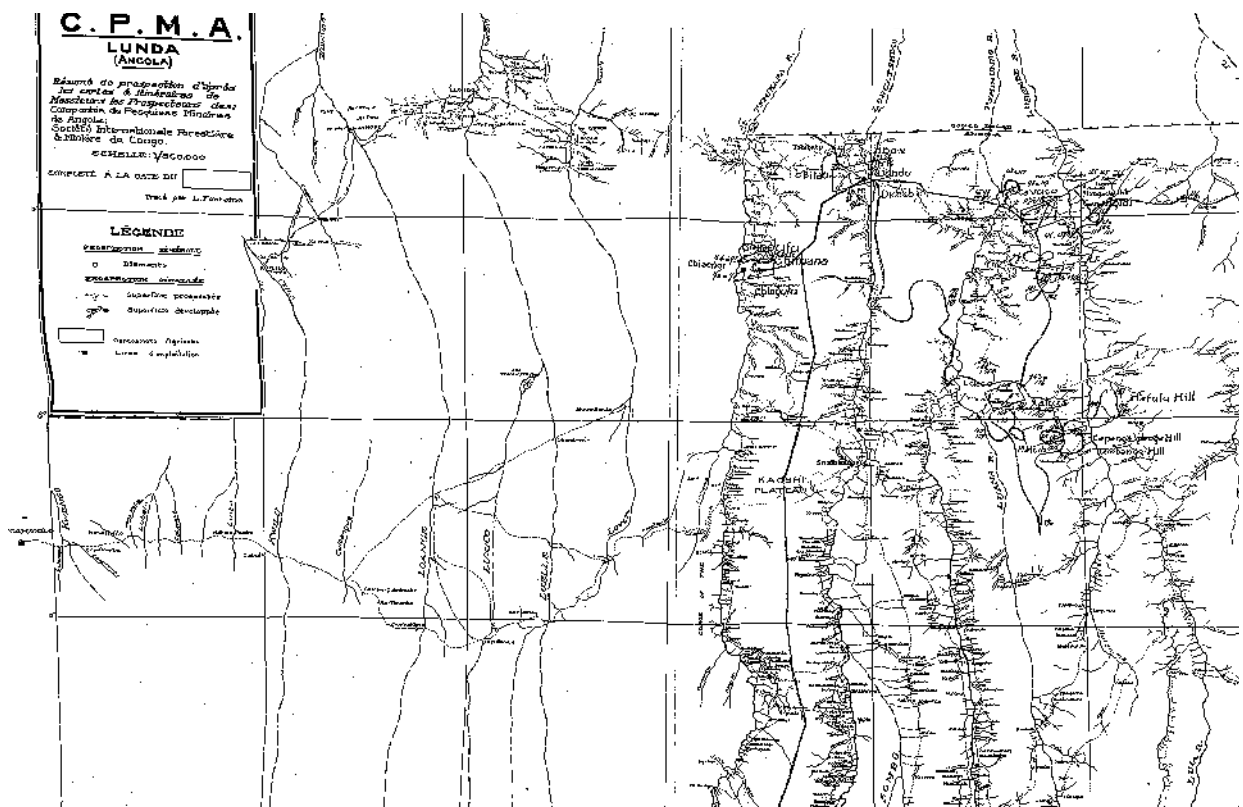
Os depósitos diamantíferos do Kassai, por Hector de Rauw, Forminière, 1923
 [MRAC, Arquivo Forminière, René Delville, HA-JWB.169.300]



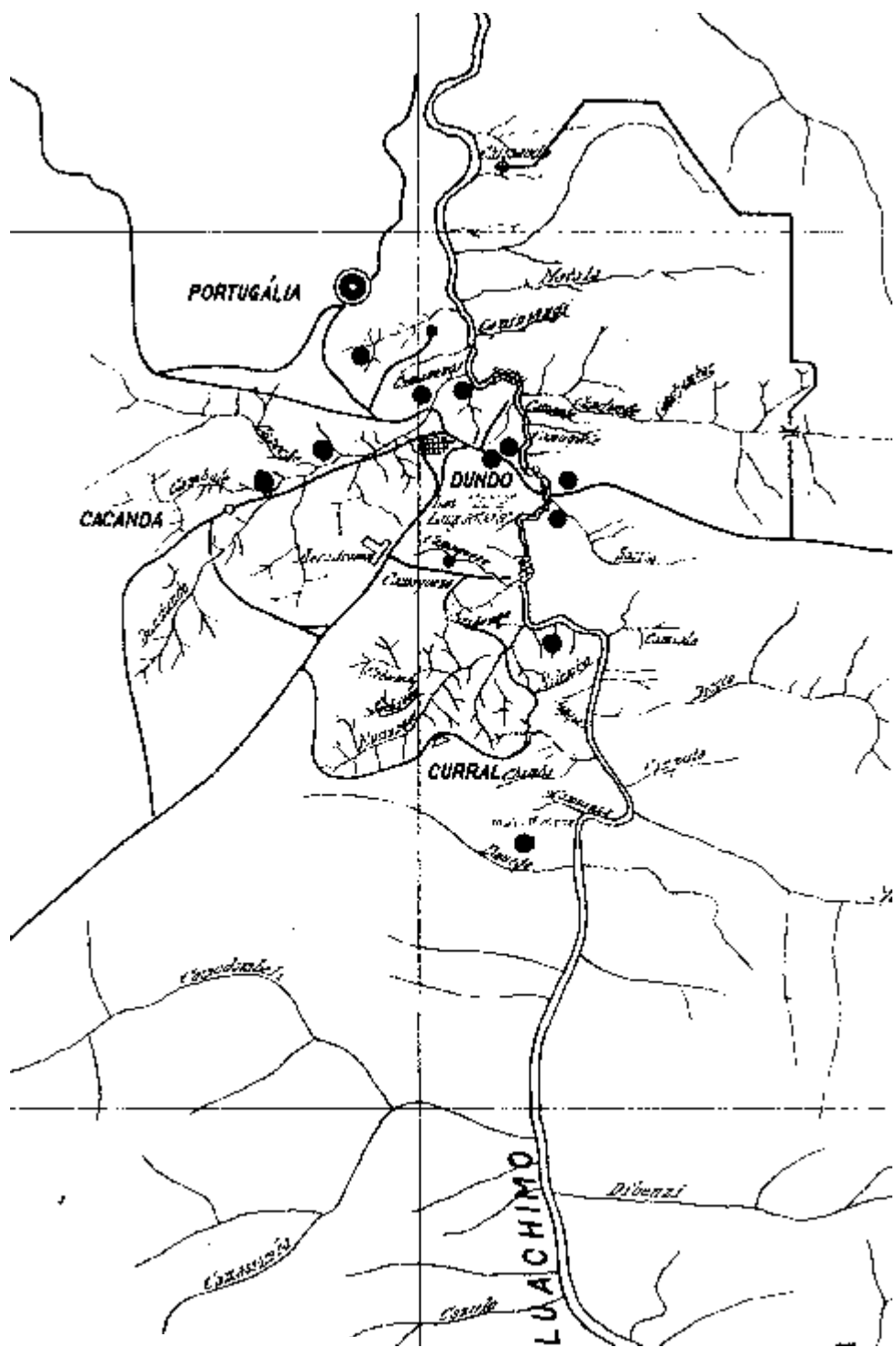
Carta de Angola, desenhada pelos serviços cartográficos da Diamang, 1926
 [Rapport 13, 1926, ANTT/HB-C/2-5-1-13]



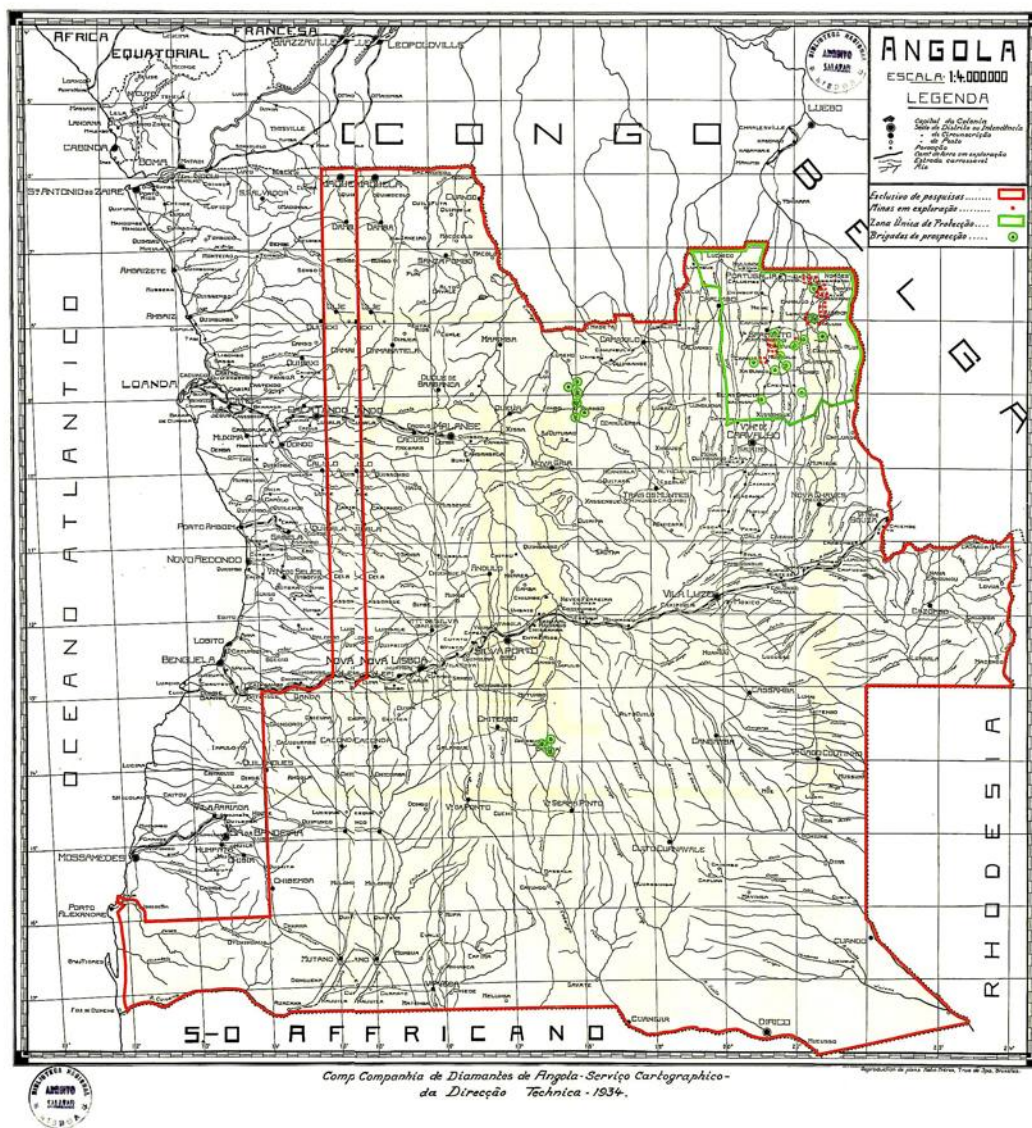
Carta Administrativa e de Vias de Comunicação do Congo Belga, 1923
[F.R. Menger; Ministère des Colonies, Belgique. Universidade de Cape Town: Biblioteca Digital]



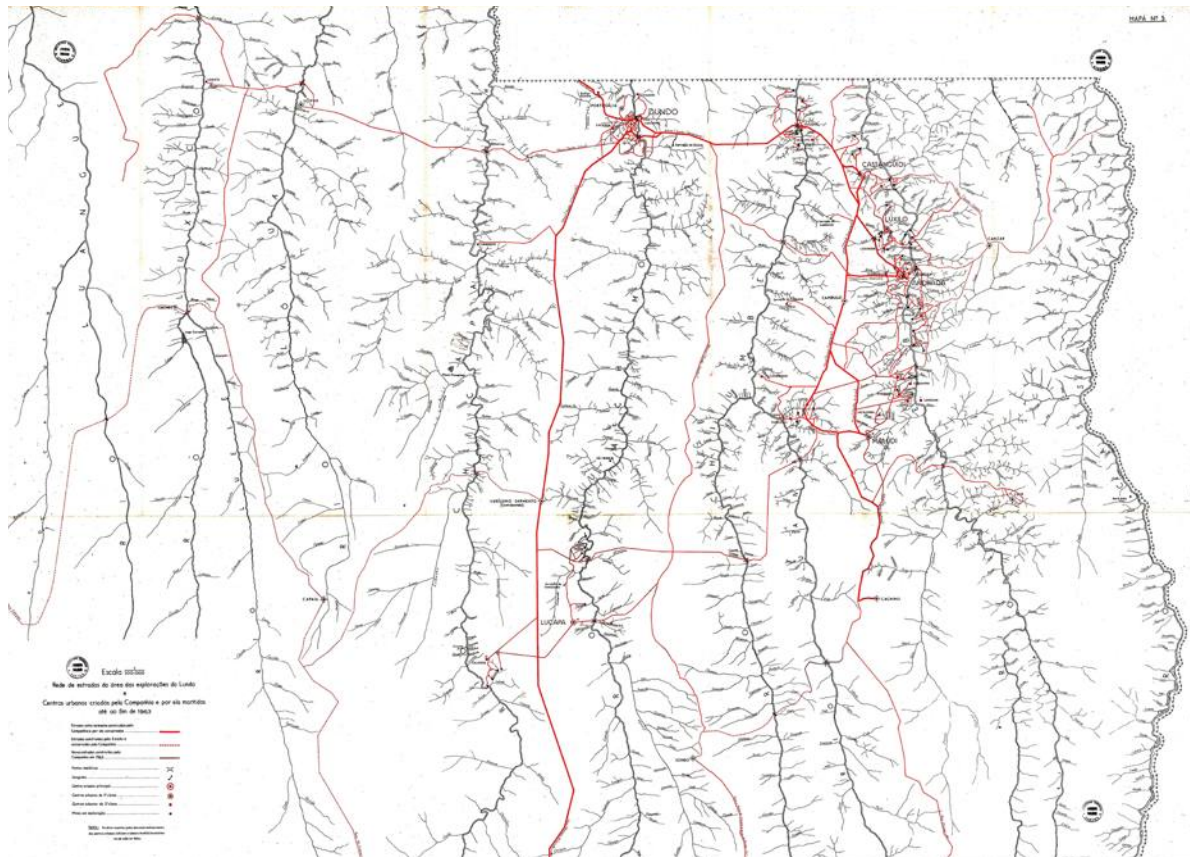
CPMA, Lunda: Resumo da prospecção após trabalhos da PEMA e da Forminière, 1921
[AGR, Sibeka, 1911. Forminière, Travessia do Congo, por C. Mason Farnham, 1921-1922]



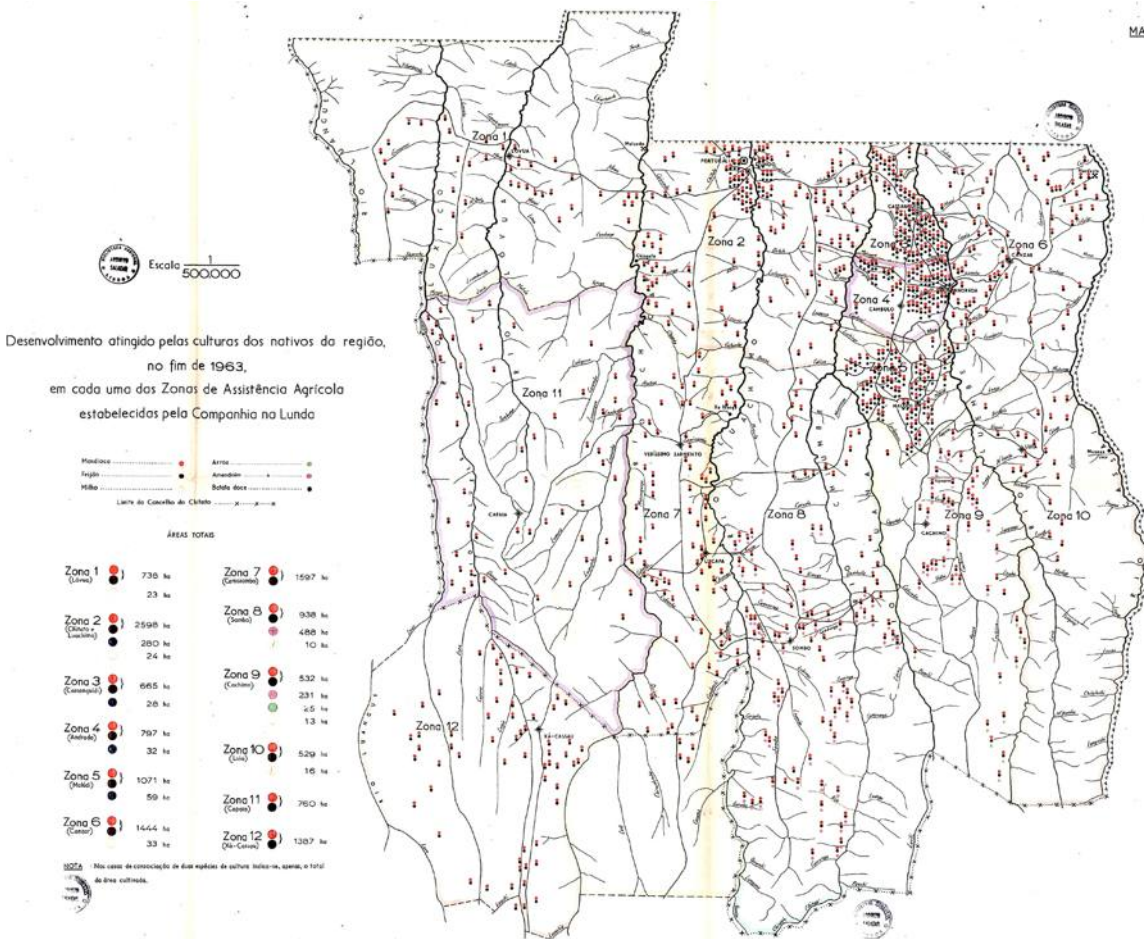
Localização de Estações Arqueológicas nos arredores do Dundo
 [Relatório do Museu do Dundo, 1943, UC/AD]



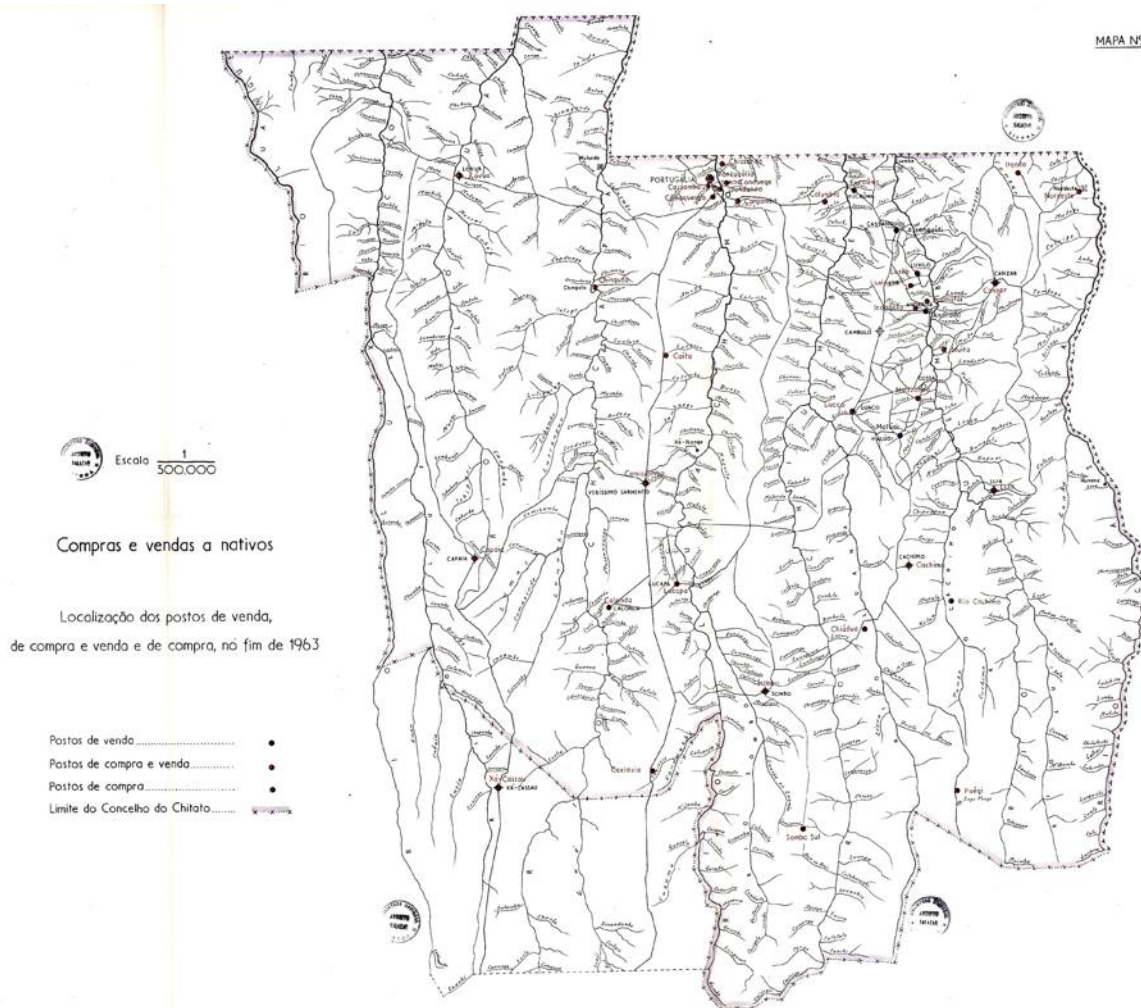
Área exclusiva de pesquisas, minas e prospecção, 1965
 [Relatório dos Administradores na Diamang, ANTT/PT-TT-AOS-D-N-2-11-1]



Rede de estradas nas explorações da Lunda e centros urbanos criados pela Diamang, 1963
 [Relatório dos Administradores na Diamang, ANTT/PT-TT-AOS-D-N-2-6-1]

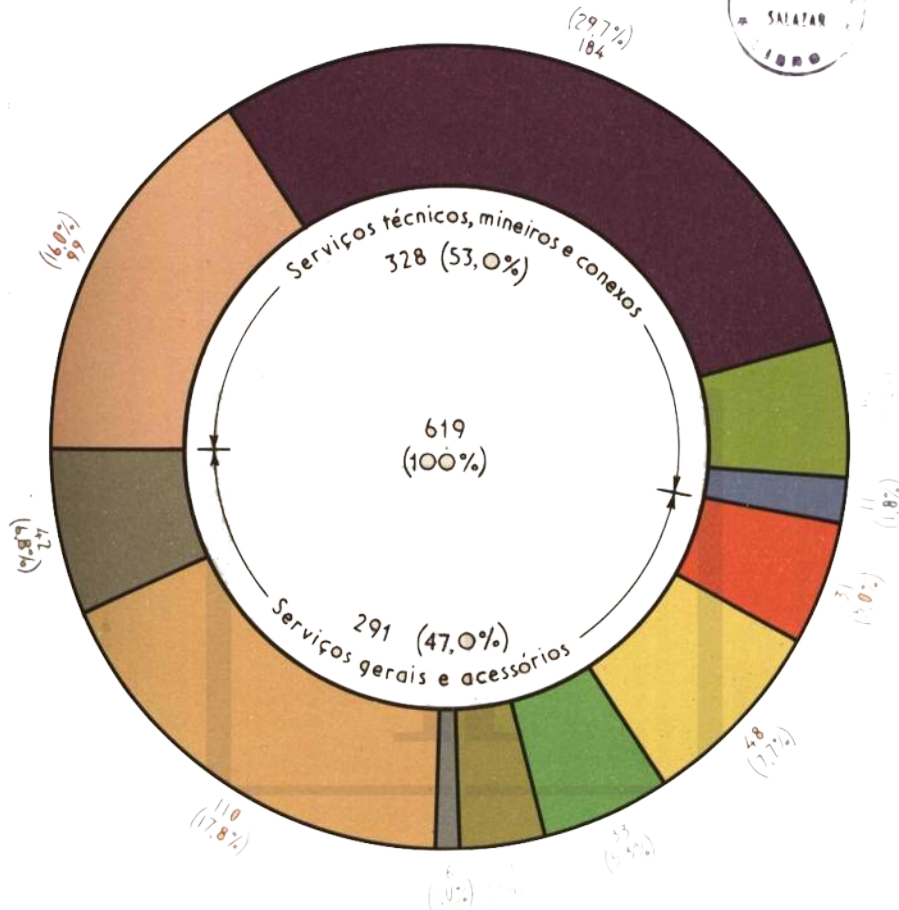


Desenvolvimento das culturas dos nativos da região nas Zonas de Assistência Agrícola, 1963 [Relatório dos Administradores na Diamang, ANTT/PT-TT-AOS-D-N-2-6-1]



Localização dos postos de compra e venda, 1963
 [Relatório dos Administradores na Diamang, ANTT/PT-TT-AOS-D-N-2-6-1]

Distribuição dos empregados, contratados e assalariados, pelos diferentes serviços da Direcção Geral na Lunda em 1964

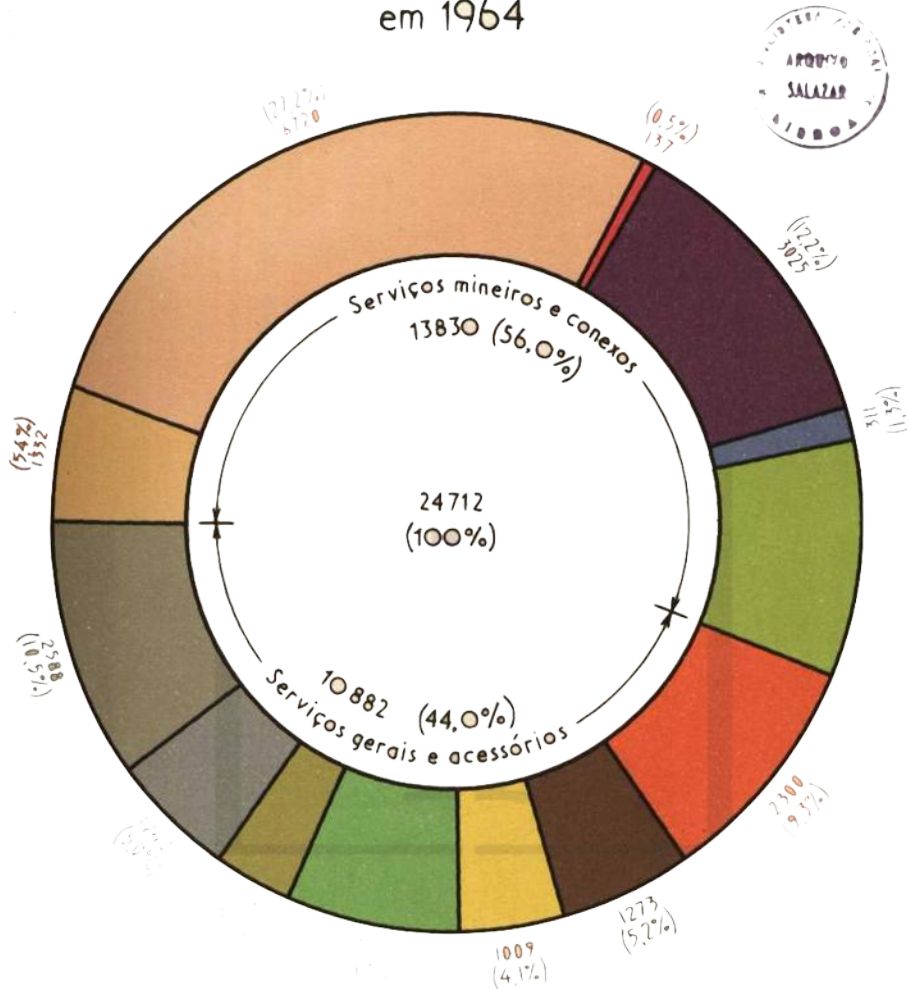


Legenda

- | | | | |
|---|--|--|--|
| Exploração mineira | | Assistência à Mão-de-obra | |
| Oficinas, reparação e montagem de material | | Urbanização e saneamento | |
| Trabalhos de prospecção | | Direcção e serviços administrativos (direcção, secretaria, contabilidade, abastecimento, trabalho nativo, transportes, estatísticos, relatórios, relações exteriores, contencioso e informações e diligências) | |
| Serviços técnicos gerais (estudos e projectos, topografia, desenho e cartografia) | | Serviços diversos (assistência religiosa, instrução, Museu, Casa do Pessoal, Estação Meteorológica, laboratório fotográfico, etc.) | |
| Construção e conservação de estradas e edifícios | | | |
| Serviço de saúde | | | |
| Trabalhos agrícola-pecuários | | | |

Distribuição dos empregados, contratados e assalariados, pelos serviços da DG na Lunda, 1964 [Relatório dos Administradores na Diamang, ANTT/PT-TT-AOS-D-N-2-6-1]

Distribuição dos trabalhadores nativos pelos diferentes serviços da Direcção Geral na Lunda em 1964



Legenda

Remoção do estéril		Construção e conservação de edifícios	
Desmonta, transporte e tratamento do cascalho nas lavarias		Construção e reparação de estradas	
Tratamento dos concentrados e colheita dos diamantes nas Estações de Escolha		Serviço de saúde	
Trabalhos oficinais		Trabalhos agrícolas	
Reparações mecânicas locais e montagens de material		Trabalhos pecuários	
Trabalhos de prospecção		Urbanização e saneamento	
		Serviços diversos	

Distribuição dos trabalhadores nativos pelos serviços da DG na Lunda, 1964
[Relatório dos Administradores na Diamang, ANTT/PT-TT-AOS-D-N-2-6-1]

Alto Cuanza-Catchu	:	Carimbula-Lóvua	:	Itanda	:	Nordeste
Andrada ✓(b)	:	Casala ✓(c)	:		:	Nova Chaves
	:	Cassambo	:	Lóvua (2)	:	Nova Gaia
Cacanda ✓(c)	:	Cassanguídi ✓(b)	:	Luachimo ✓(c)	:	
Cachimo (2)	:	Cassenga ✓(c)	:	Luaco ✓(c)	:	Portugália (1)
Cacolo	:	Catongula ✓(c)	:	Luana ✓(c)	:	Pueje
Cafunfo (Cuango)	:	Caungula	:	Lucapa ✓(b)	:	
Caíta	:	Caxiáxia	:	Lulia (2)	:	Sacalemba ✓(c)
Calonda ✓(c)	:	Chiáfua	:	Lumboma	:	Sanfuto ✓(c)
Calumbia	:	Chilupuca	:	Luxilo ✓(b)	:	Sombo (2)
Camafunfo	:	Chingufo	:	Luxinene ✓(c)	:	
Camaquenzo	:	Conduége	:	Luzamba ✓(Cuango)	:	Veríss.Sarm. (2)
Camatai	:	Cossa ✓(c)	:		:	
Camaxima ✓(c)	:	Cossa-Gado	:	Malúdi ✓(b)	:	Xa-Cassau (*) (2)
Cambulo (2)	:		:	Muazanza ✓(c)	:	
Camissombo (x)	:	Dundo ✓(a)	:	Muca	:	
Candjamba	:		:	Mucuquesse ✓(c)	:	
Canzar (2)	:	E.C.E. ✓(c)	:	Muíta	:	
Capaia (2)	:	Fucaúma ✓(c)	:	Mussolégi ✓(c)	:	
	:		:		:	

(1) Sede de Concelho (a) Centro urbano principal (Diamang)
(2) Sede de Posto Administrativo. (b) " " de 1ª. classe (")
(c) " " " 2ª. " ("

NOTA: As expl. do Cuango estão fora da Z.U.P.

Centros Urbanos dentro da Área das Explorações (por ordem alfabética), 1967
[Relatório Anual da DSOVC, 1968, UC/AD]

(pág. seg.) Carta da região diamantífera da Lunda-Norte, 197-?
[Arquivo diamang.com]

FOTOGRAFIAS

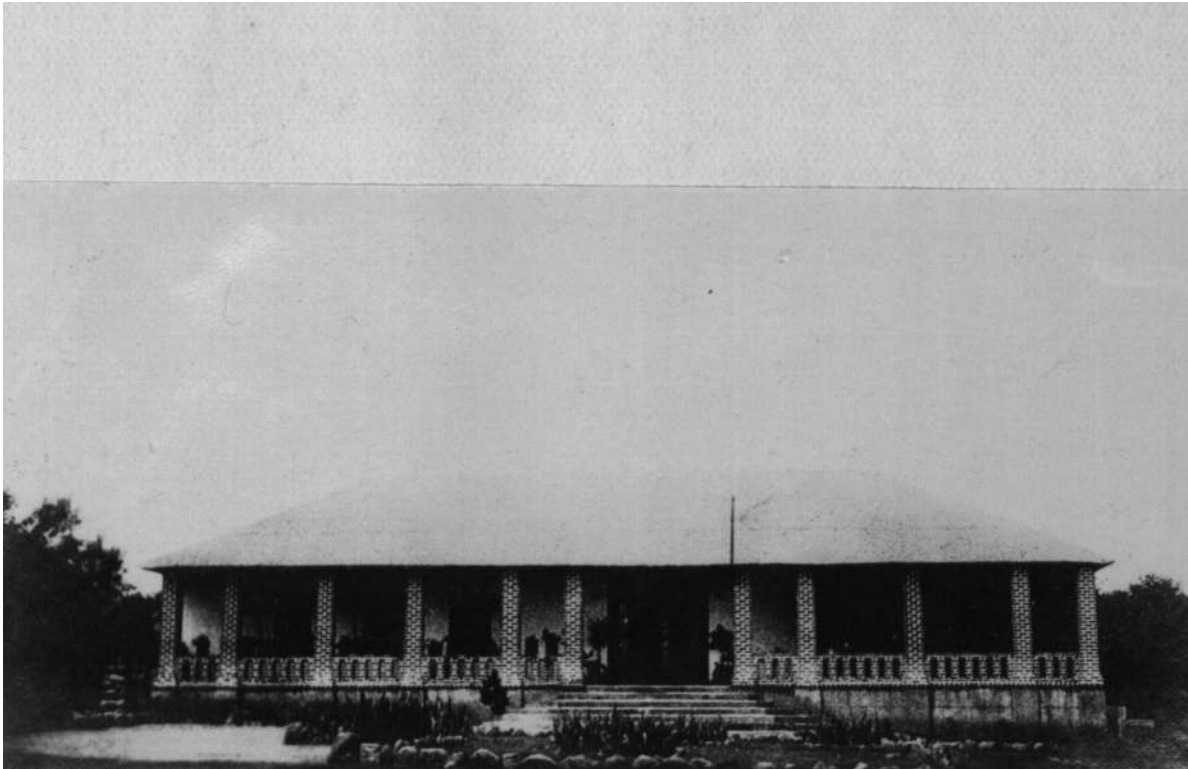
DUNDO



Habitação do Sub-Director
[Rapport 14, 1927, ANTT/HB-C/2-5-1-14]



Interior de habitação para empregado europeu (s.d.)
[Rapport 14, 1927, ANTT/HB-C/2-5-1-14]



Habitação do Delegado da Representação
[Rapport 20, 1933, ANTT/HB-C/2-5-1-14]



Escritórios dos serviços de prospecção, de mão de obra e do engenheiro chefe de estudos
[Rapport 20, 1933, ANTT/HB-C/2-5-1-14]



Residência no Dundo
[Viagem de Simões Neves a África, 1945, ANTT/AOS Cx. 713]



Residência no Dundo
[Viagem de Simões Neves a África, 1945, ANTT/AOS Cx. 713]



Piscina do Mussungue
[Viagem de Simões Neves a África, 1950, ANTT/AOS Cx. 718]



Campo de jogos
[Viagem de Simões Neves a África, 1950, ANTT/AOS Cx. 718]



Torreão sul e escada de acesso ao novo Museu
[Viagem de Simões Neves a África, 1950, ANTT/AOS Cx. 718]



Torreão norte e escada de acesso ao novo Museu
[Viagem de Simões Neves a África, 1950, ANTT/AOS Cx. 718]



Novo edifício do Posto Especial de Despacho do Dundo (casa nº K-157)
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Futura habitação do Chefe do referido Posto (casa nº K-158)
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Futura habitação do Chefe do referido Posto, outro aspecto (casa nº K-158)
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Futura habitação do Chefe do referido Posto, outro aspecto (casa nº K-158)
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa de habitação K-185. Fachadas norte-nascente
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Novas instalações para a SAVM. Aspecto da construção do 1º corpo
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casas geminadas de habitação para assimilados. Aspecto do conjunto
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa de habitação K-184. Fachadas sul-poente
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa de habitação K-177. Fachada nascente-sul
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Novas instalações para a STA. Lado poente-norte
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Novas instalações para a STA. Cabines para a recolha de carros ligeiros. Lado poente
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Remodelação da Casa da Representação. Aspecto das obras em curso. Fachada nascente
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa da Representação e os novos anexos. Fachadas nascente e sul
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa da Representação. Novos anexos. Fachadas norte-poente
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa da Representação. Aspecto das trabalhos nos novos anexos. Lado norte
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa da Representação e os novos anexos. Fachadas sul e poente
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



“Hall” de montagem. Fachada do lado norte
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Oficina de carpintaria. Aspecto nascente-sul
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Oficina Geral de Mecânica. “Hall de montagem”. Aspecto das obras em curso
(nota manuscrita, com balão que circunda trabalhador: “curioso”)
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Oficina Geral de Mecânica. “Hall de montagem”. Aspecto das obras em curso
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Ampliação da carpintaria. Lado sul-nascente
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Aspectos da construção da Oficina para a SMMM
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Estação Meteorológica. Alçado norte
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Estação Meteorológica. Alçados sul e ponte
[Construção e reparação de edifícios, 1950-53. UC/AD]



Zona nova do Dundo. Um troço da rua nº 7 a esquinar com a rua nº 24
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Exemplo para a designação das ruas do Dundo, no terreno
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Levantamento do piso de um troço da rua nº 13, frente ao Museu, para se conseguir melhor drenagem [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



À frente do Hospital, junto da entrada, a elevação do terreno escoará as águas neste troço da rua nº 10 [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Rua da fachada lateral esquerda do Hospital, trabalhos de drenagem subterrânea
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Drenagem e consolidação da rua nº 30 (extremo sul do Dundo)
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Estrada de “acesso secundário” à Central Luachimo, pormenores do sistema de drenagem
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Estrada de “acesso secundário” à Central Luachimo, iluminação pública
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Arranjo da entrada da Secção de Transportes
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Abertura dos caboucos do muro de suporte, decorativo. Na fotografia de baixo, à direita, instalação ligada ao fornecimento de água no Bairro da Escola [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



O encarregado da equipa 5 ensina a construir em “pedra seca”
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Uma ideia da extensão do muro e do volume de material que consome
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Aspecto do muro em adiantado estado de construção
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Aspectos dos trabalhos já executados, mostrando o muro projectado e executado pela Concessão
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Aspectos dos trabalhos já executados, mostrando o muro projectado e executado pela Concessão
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Aspecto actual do troço da rua nº 8
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Adiantados os trabalhos de derrube, limpeza e correcção dos terrenos que, a sul da Mata e até à nova Rotunda, virão a constituir o seu prolongamento
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Aspecto dos trabalhos de urbanização da metade do novo quarteirão em construção a sul do Dundo
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Entre residências, os acessos a ligar ruas e destinados aos nativos, são assim
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Aspectos do trabalho de poda nas Cássias das ruas do Dundo
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Aspectos da construção de casas geminadas mostrando a evolução dos trabalhos até à conclusão da primeira [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Aspectos da construção de casas geminadas mostrando a evolução dos trabalhos até à conclusão da primeira [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Aspectos da construção de casas geminadas mostrando a evolução dos trabalhos até à conclusão da primeira [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Aspectos da construção de casas geminadas mostrando a evolução dos trabalhos até à conclusão da primeira [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



O início dos trabalhos de construção dos jardins em frente aos novos escritórios
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



No lado sul dos escritórios centrais, trabalhos de drenagem definitiva
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Outro aspecto dos trabalhos, vendo-se também os outros que decorriam na área dos escritórios do Corpo de voluntários [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Parque de materiais dos novos armazéns [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1963-64. UC/AD]



Mata Sul. Um aspecto da estrada Camaquenzo / Rotunda dos Pioneiros
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Avenida do Obelisco depois de construída e ajardinada a placa central
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Avenida do Obelisco depois de construída e ajardinada a placa central
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Troço da rua 12. Depois da reforma urbanística
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Conjunto dos novos jardins
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Panorâmica abrangendo o conjunto: Praceta do Museu, Avenida do Obelisco e Parque do Zoo
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Durante os trabalhos de alcatroagem da Avenida do Obelisco
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Durante os trabalhos de alcatroagem da Avenida do Obelisco
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



A Rotunda dos Pioneiros e a Avenida do Obelisco, cartão de visita para quem nos visita por terra, inundadas de luz [Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



A Rotunda dos Pioneiros e a Avenida do Obelisco, cartão de visita para quem nos visita por terra, inundadas de luz [Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Rua 8, durante os trabalhos de remodelação
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Rua 8, depois de concluídos os trabalhos de remodelação
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Urbanização do Bairro Sul. Construção de um dreno subterrâneo na traseira das habitações
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



O mesmo local da fotografia anterior depois do trabalho concluído
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Durante as obras de urbanização do Bairro Sul
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Bairro Sul, algum tempo depois dos trabalhos de urbanização concluídos
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Habitação destinada a um criado da Direcção-Geral
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Habitação destinada a um criado da Direcção-Geral
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Conjunto dos novos jardins
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Conjunto dos novos jardins
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1964. UC/AD]



Aspectos da construção de jardins das casas feitas este ano na rua 26
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1965. UC/AD]



Aspectos da construção de jardins das casas feitas este ano na rua 26
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1965. UC/AD]



Agrupamentos residenciais ficam com a sua rua de serviço urbanizada
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1965. UC/AD]



Agrupamentos residenciais ficam com a sua rua de serviço urbanizada
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1965. UC/AD]



Casa de habitação para empregados K-131. Remodelação concluída
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casa de habitação geminada para empregado K-345
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Zona sul. Casa de habitação, simples de três quartos, para empregados K-389
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Zona sul. Casas de habitação, geminadas de 3 quartos, para empregados. Em primeiro plano a K-387
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Zona sul. Casas de habitação, geminadas de 3 quartos, para empregados. Em primeiro plano a K-377
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Zona norte. Casa de habitação, simples de 3 quartos. Ampliação e remodelação da K-96
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Bloco escolar. Edifício-Secretaria; Salas de Aula. Ampliação
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1970. UC/AD]



Zona Centro. Edifício da Secção de Telecomunicações. Ampliação da ex-Estação Meteorológica K-170
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1970. UC/AD]



Zona norte. Grupo de casas de habitação para empregados, de 3 e 4 quartos. Em primeiro plano uma fase de construção da casa simples, de 4 quartos, K-455 [Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Casa de habitação, antiga de 2 quartos, K-97, já demolida [Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Zona centro. Casa de habitação simples, de 3 quartos, K-482, uma das habitações construídas no local da antiga K-97 [Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1970. UC/AD]



Zona norte. Casa de habitação simples, de 4 quartos, para empregados, K-454. Fachada principal [Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1970. UC/AD]



Aspectos da urbanização na Reserva Agrícola da Cacanda
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1971. UC/AD]



Aspectos da urbanização na Reserva Agrícola da Cacanda
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1971. UC/AD]



Aspectos da urbanização na Reserva Agrícola da Cacanda
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1971. UC/AD]



Acessos ao largo interior do quarteirão envolvido pelas ruas 4, 5 e 6 e 7
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1971. UC/AD]



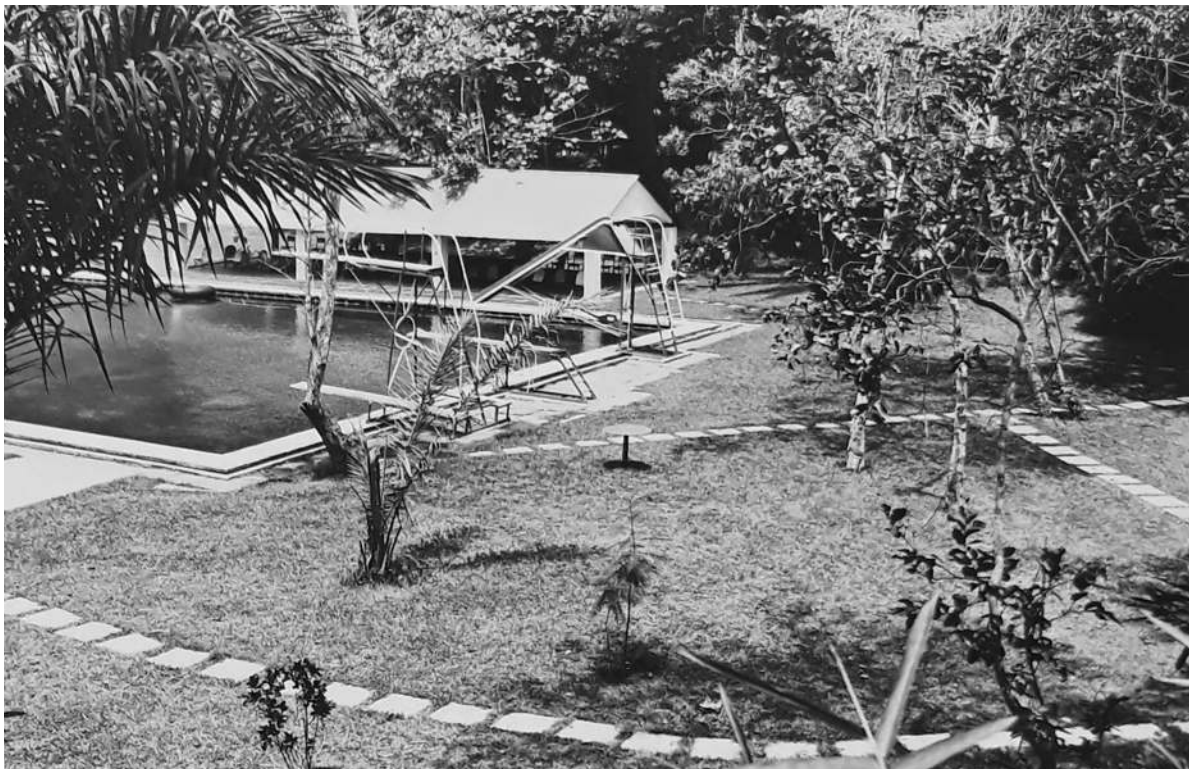
Aspectos do Dundo, onde se mostram alguns jardins, dentro das características de simples conservação [Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1971. UC/AD]



Aspectos do Dundo, onde se mostram alguns jardins, dentro das características de simples conservação [Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1971. UC/AD]



Aspectos do recinto da piscina do Mussungue
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1971. UC/AD]



Aspectos do recinto da piscina do Mussungue
[Relatório Anual da Concessão do Dundo, 1971. UC/AD]



Interior de habitação para empregado europeu (s.d.)
[Arquivo Fernando Queiroz]



Interior de habitação para empregado europeu (s.d.)
[Arquivo Fernando Queiroz]



Interior de habitação para empregado europeu (s.d.)
[Arquivo Fernando Queiroz]

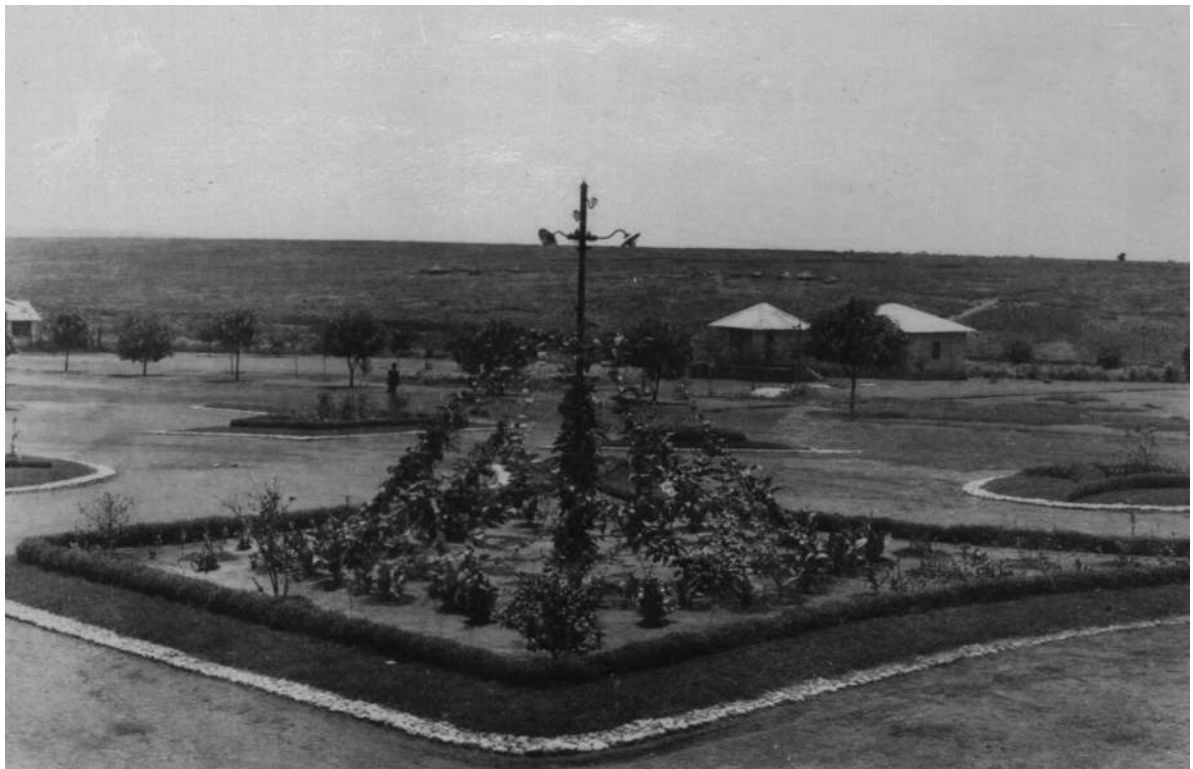


Interior de habitação para empregado europeu (s.d.)
[Arquivo Fernando Queiroz]

ANDRADA



Armazém em Andrada, cobertura com chapa ondulada
[Rapport 18, 1931, ANTT/HB-C/2-5-1-18]



Vista do posto de Vila Paiva de Andrada
[Rapport 20, 1933, ANTT/HB-C/2-5-1-20]



Urbanização em Andrada
[Viagem de Simões Neves a África, 1945. ANTT, AOS Cx. 713]



Habitação do Delegado da representação
[Relatório dos administradores por parte do Governo, 1943-45. ANTT, AOS/D-N/2-2-1]



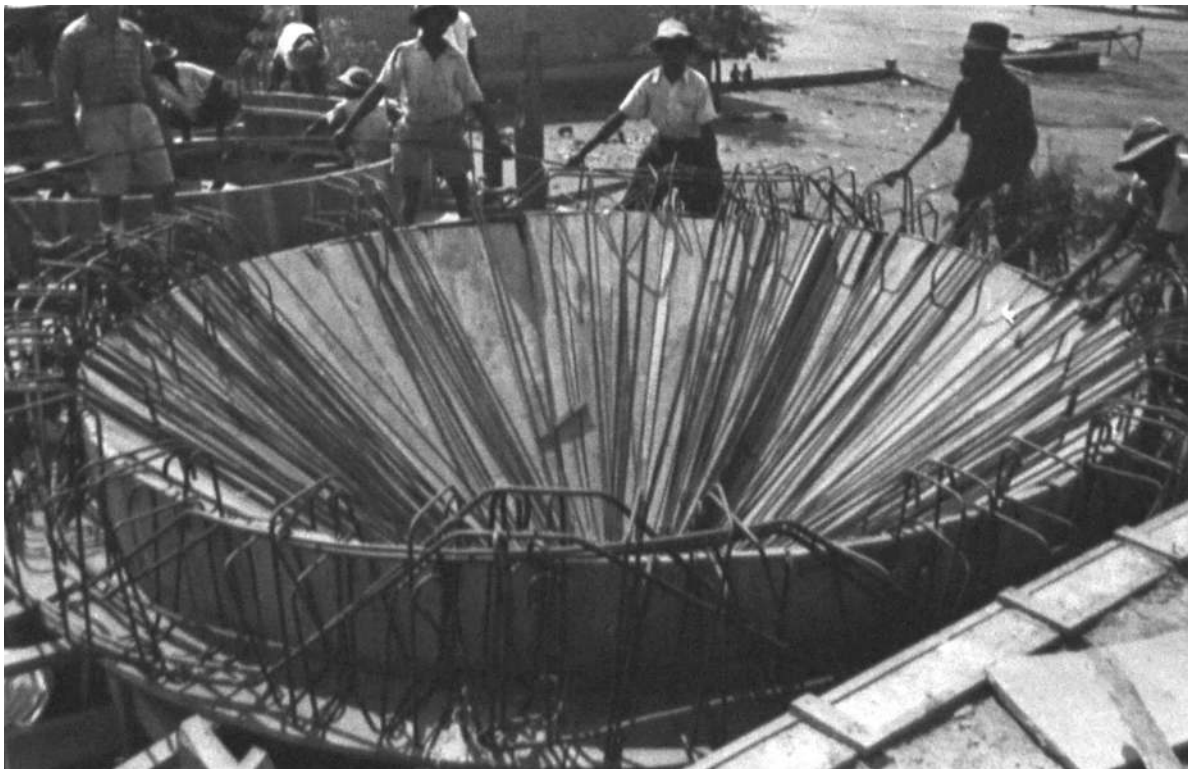
Casa n° 107, para três empregados solteiros, iniciada em julho e terminada em dezembro
[Viagem de Simões Neves a África, 1950. ANTT, AOS Cx. 718]



Pátio de habitação em Andrada
[Viagem de Simões Neves a África, 1950. ANTT, AOS Cx. 718]



Silos para milho e feijão. Lado poente
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Dois aspectos da construção dos silos para milho e feijão
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Dois aspectos da construção dos silos para milho e feijão
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Silos de Andrada depois da construção da torre quadrangular e da cobertura-terraço.
Deste terraço, a 17m de altura, observa-se o centro urbano de Andrada e arredores
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



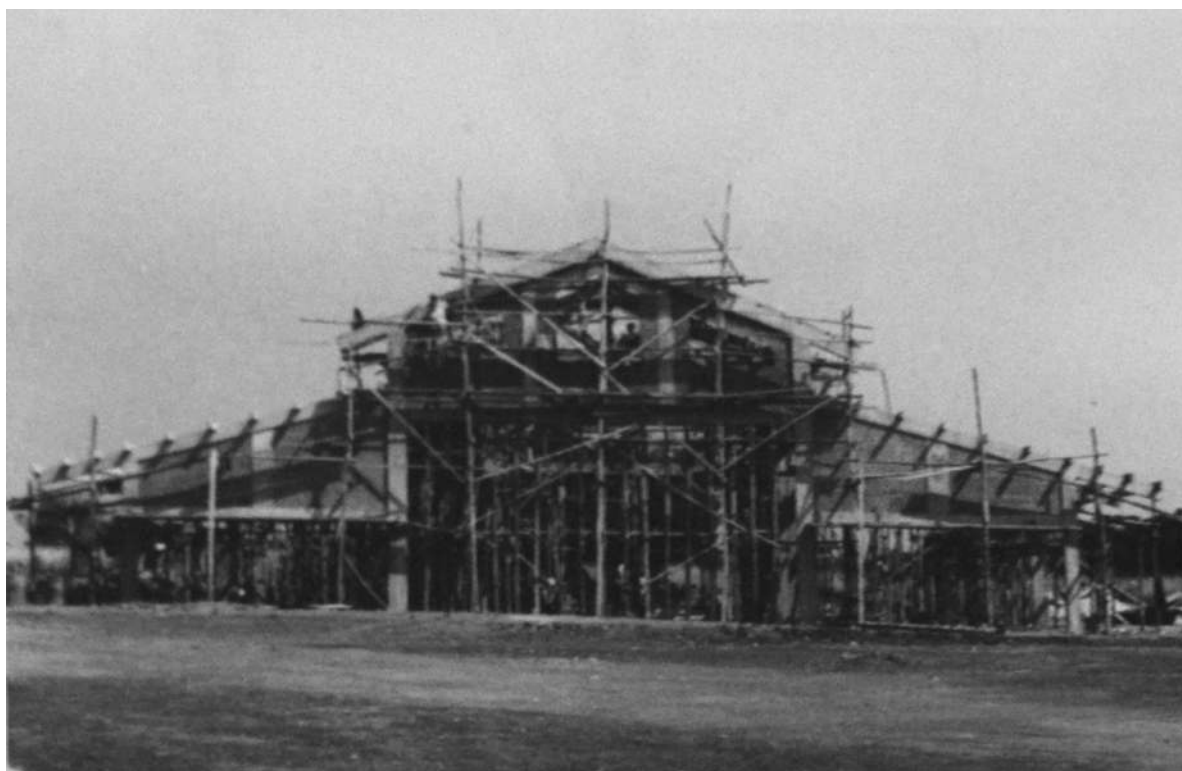
Casas simples para assimilados. Novo tipo de habitação
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa de habitação nº 117. Fachada sul
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Oficina para a SMMM. Um aspecto da construção. Lado norte
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Aspectos da construção da Oficina para a SMMM
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Conjunto de casas de habitação para empregados, em Andrada (construção)
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Conjunto de casas de habitação para empregados, em Andrada (concluídas)
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Armazéns de Vendas a Europeus em Andrada (fachada nascente)
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Armazém de Vendas a Europeus, em Andrada. Mercearia
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Emissor da Bela Vista, em Andrada
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Casas de habitação geminadas em Andrada
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Casas geminadas para empregados em Andrada
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66. UC/AD]



Casas geminadas para empregados em Andrada
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66. UC/AD]



Subestação de Andrada II. Pormenor das fundações. Em segundo plano, armaduras de estrutura do hall de descubagem e do armazém [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Instalação de Separação Gravítica em Meio-Denso nº2. Anexos à Estação de Escolha [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casa de habitação para empregado K-269. Edifício novo (novo talhão)
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casa de trânsito. Ampliação. Fachadas norte e poente
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Blocos de habitação de 3 quartos, de rés-do-chão e 1º andar, para empregados K-293 e k-292
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Subestação de Andrada II. Vista parcial do conjunto
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Zona nascente. Em primeiro plano casa simples de 4 quartos k-435 e em segundo a geminada de 3 quartos k-432. Local da K-24 [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Zona nascente. Em primeiro plano casa simples de 4 quartos K-435, no local da K-24 [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Arruamento que separa as Oficinas do Serviço de Manutenção de Engenheiros do Bairro de 1º andar
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1971. UC/AD]



Bairro de 1º andar construído em frente às Oficinas de Manutenção de Engenheiros
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1971. UC/AD]



Bairro de 1º andar construído em frente às Oficinas de Manutenção de Engenhos
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1971. UC/AD]



Bairro de 1º andar construído em frente às Oficinas de Manutenção de Engenhos
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1971. UC/AD]



Centro urbano da Estação Central de Escolha
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1971. UC/AD]



Centro urbano da Estação Central de Escolha
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1971. UC/AD]



Hospital de Andrada
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1971. UC/AD]



Centro urbano de Catongula
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1971. UC/AD]

LUCAPA



Casas de habitação no Lucapa
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



A primeira casa construída no Lucapa
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Conjunto de casas de habitação para empregados no Lucapa
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Casas de habitação e Casa de Trânsito (ao fundo) no Lucapa
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Casa de Trânsito do Lucapa
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Armazéns, Escritórios e Oficinas no Lucapa
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Rotunda de entrada do Centro Urbano do Lucapa
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Casas de habitação numa rua do Lucapa
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Casas de habitação na avenida principal do Lucapa
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Estação de Serviço. Lucapa
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Bairro para Especializados. Lucapa
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Um aspecto da construção da Loja Principal do Lucapa
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Casa de trânsito no Lucapa. Vista do lado da sala de jantar
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66. UC/AD]



Casa de trânsito no Lucapa. Vista da zona de quartos já depois da ampliação
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66. UC/AD]



Novos jardins da rua norte, só placas relvadas
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1967-69. UC/AD]



Armazéns de diversos, mercearias e frescos
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1967-69. UC/AD]



Avenida principal do Lucapa vista da Casa do Pessoal
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1967-69. UC/AD]



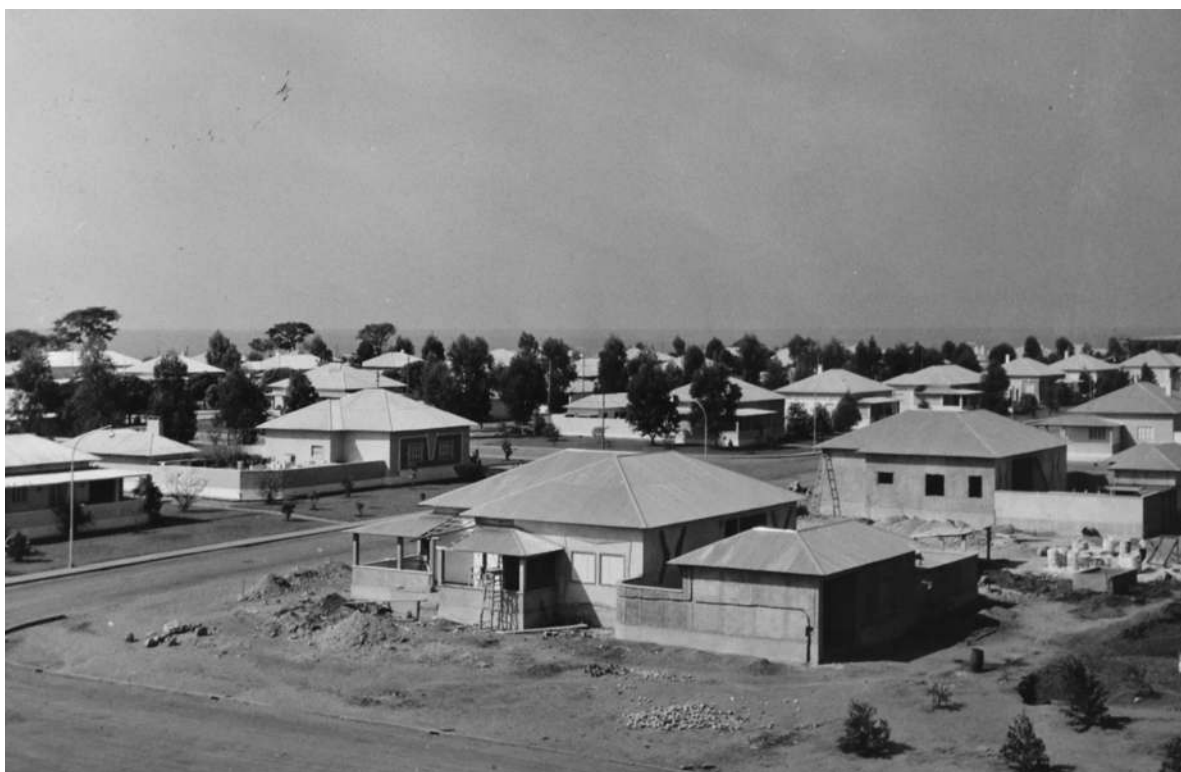
Aspecto parcial da mata de eucaliptos que circunda toda a povoação
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1967-69. UC/AD]



Aspecto da avenida principal depois de concluído o alcatroamento
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1967-69. UC/AD]



Rua de serviço depois de concluída com esgotos, lancil, sargetas e preparada para alcatroamento
[Urbanização e Saneamento da Lunda, 1967-69. UC/AD]



Centro urbano do Lucapa. Vista parcial. Em primeiro plano duas casas de habitação para empregados, em construção [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casa de habitação, simples, de 3 quartos, para empregados K-71 [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casa de habitação, geminada de 3 quartos, para empregados K-92
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Delegação da Secção de Telecomunicações. Fachada principal
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Central Térmica
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



OUTRAS POVOAÇÕES



Casa de habitação, simples, de 3 quartos, para empregados K-68
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Talho-Matadouro. Fachada principal
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Talho-Matadouro. Fachada posterior
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]



Armazém de vendas a retalho. Fachada principal
[Relatório Anual da DSOVC, 1970. UC/AD]

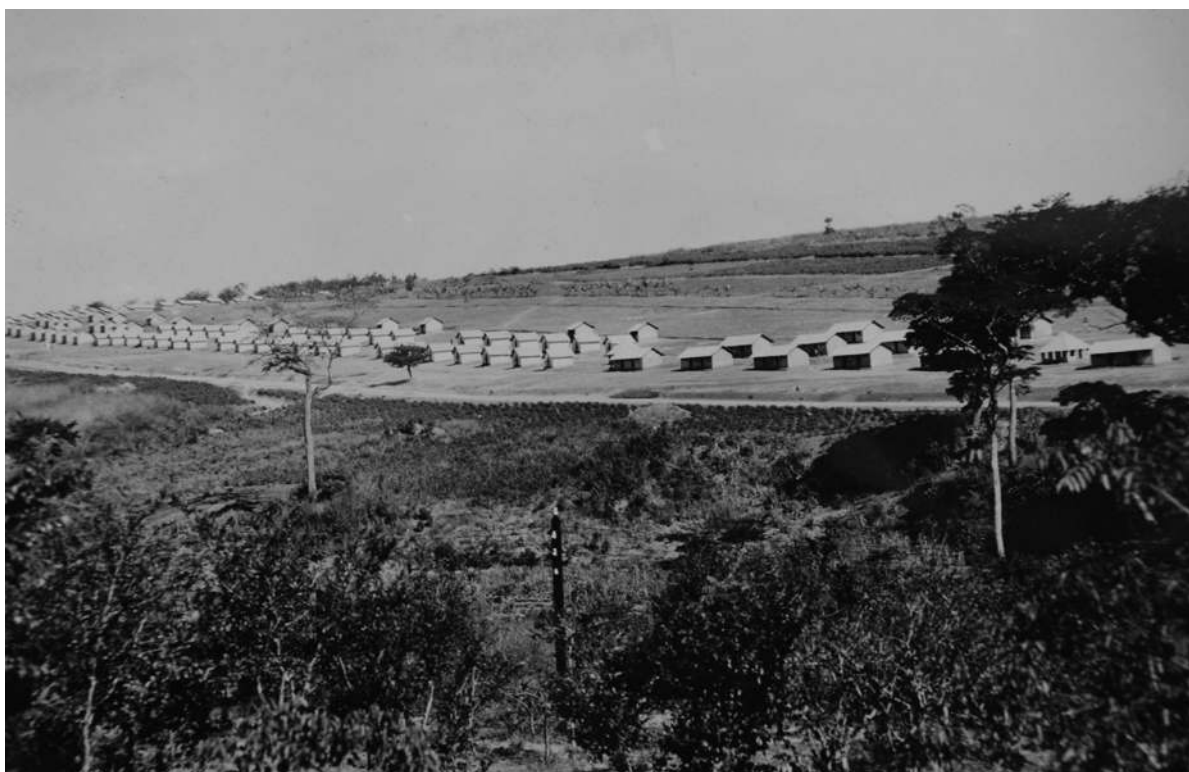


Casas para empregados no novo centro urbano do Calonda
[Relatório do Conselho de Administração, 1959. ANTT/AOS-D-N/2-11-1]



Armazéns, Escritórios e Oficinas no Lucapa
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]

ALDEIAS



Aldeia indígena do Dundo, para alojamento de trabalhadores no período de preparação e adaptação, 1938
[Relatório sobre Mão d'Obra Indígena, entregue ao Dr. Manuel Pereira Figueira, curador geral dos serviços e coloniais, na visita ao Dundo. UC/AD]



A mesma aldeia indígena do Dundo (aspecto interior), para alojamento dos trabalhadores, 1938
[Relatório sobre Mão d'Obra Indígena, entregue ao Dr. Manuel Pereira Figueira, curador geral dos serviços e coloniais, na visita ao Dundo. UC/AD]



Outra aldeia indígena, de casas simples, 1938 [Relatório sobre Mão d'Obra Indígena, entregue ao Dr. Manuel Pereira Figueira, curador geral dos serviços e coloniais, na visita ao Dundo. UC/AD]



Plantações nas proximidades das aldeias indígenas (Luxilo 2 e 3), 1938 [Relatório sobre Mão d'Obra Indígena, entregue ao Dr. Manuel Pereira Figueira, curador geral dos serviços e coloniais, na visita ao Dundo. UC/AD]



Aspecto de uma aldeia construída pela companhia para trabalhadores contratados, 1939
[ANTT, AOS/D-N/2-2-1]



Escola primária para indígenas, construída em 1936
[ANTT, AOS/D-N/2-2-1]



Aldeia para trabalhadores voluntários no Dundo, 1943
[Relatório de Mão de Obra, 1943-44. UC/AD]



Aldeia para trabalhadores voluntários no Dundo; tipo de casa, 1943
[Relatório de Mão de Obra, 1943-44. UC/AD]



Mina Maludi 6, aspecto da nova aldeia, 1946
[Relatório de Inspeção da Mão de Obra Indígena. UC/AD]



Mina Furi 2, aspecto da aldeia, 1946
[Relatório de Inspeção da Mão de Obra Indígena. UC/AD]



Mina Cassiáxima, aspecto da aldeia de contratados, 1946
[Relatório de Inspeção da Mão de Obra Indígena. UC/AD]



Mina Catongula, um pormenor da aldeia, 1946
[Relatório de Inspeção da Mão de Obra Indígena. UC/AD]



Mina Cossa 2, vista da aldeia, 1946
[Relatório de Inspeção da Mão de Obra Indígena. UC/AD]



Mina Mussolegi, um trecho da aldeia, 1946
[Relatório de Inspeção da Mão de Obra Indígena. UC/AD]



Aldeia alinhada com cássias ao fundo, 1945

[Relatório da viagem a África do Administrador Dr. J. Simões Neves, ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 718, cap.1]



Aspecto de aldeia de contratados, 1945

[Relatório da viagem a África do Administrador Dr. J. Simões Neves, ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 718, cap.1]



Outro aspecto da mesma aldeia de contratados, 1945
[Relatório da viagem a África do Administrador Dr. J. Simões Neves, ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 718, cap.1]



Uma cubata da mesma aldeia de contratados, 1945
[Relatório da viagem a África do Administrador Dr. J. Simões Neves, ANTT/AOS, UL-8A4, cx. 718, cap.1]



Uma aldeia de trabalhadores
[Elementos para a Conferência Inter-Africana do Trabalho, CCTA, Elisabethville, 1950. UC/AD]



Uma aldeia de trabalhadores
[Elementos para a Conferência Inter-Africana do Trabalho, CCTA, Elisabethville, 1950. UC/AD]



Tipo de habitação para trabalhadores especializados
[Elementos para a Conferência Inter-Africana do Trabalho, CCTA, Elisabethville, 1950. UC/AD]



Tipo de habitação para trabalhadores assimilados
[Elementos para a Conferência Inter-Africana do Trabalho, CCTA, Elisabethville, 1950. UC/AD]



Aldeia para trabalhadores de Cabo Verde

[Elementos para a Conferência Inter-Africana do Trabalho, CCTA, Elisabethville, 1950. UC/AD]



Uma aldeia da Lunda construída sob supervisão e patrocínio da SPAMOI

[Elementos para a Conferência Inter-Africana do Trabalho, CCTA, Elisabethville, 1950. UC/AD]



Fase da construção do novo bairro para contratados no Luxilo, 1961
[Relatório Anual da SPAMOI, 1961. UC/AD]



Vista parcial do novo bairro no Luxilo antes de ser urbanizado (Bairro SGMDI), 1961
[Relatório Anual da SPAMOI, 1961. UC/AD]



A nova aldeia da mina Saga, construída perto da fronteira do Congo ex-Belga, 1961
[Relatório Anual da SPAMOI, 1961. UC/AD]



Nova aldeia para trabalhadores da mina Camizumba 1961
[Relatório Anual da SPAMOI, 1961. UC/AD]



Vista lateral da aldeia para contratados no Fucaúma
[Relatório Anual da SPAMOI, 1961. UC/AD]



Bairro para trabalhadores na área de Xatuca
[Relatório do Conselho de Administração, 1962. ANTT/AOS, UL-8A6, cx. 721, cap. 1]



Aldeamentos definitivos para trabalhadores do exterior e suas famílias: aldeia Nzargi-I I, depois da transformação das suas casas de capim em construção de tipo semi-definitivo [Serviço de Mão de Obra da Diamang, 1962. UC/AD]



Aldeamentos definitivos para trabalhadores do exterior e suas famílias: aldeia Nzargi-I I, depois da transformação das suas casas de capim em construção de tipo semi-definitivo [Serviço de Mão de Obra da Diamang, 1962. UC/AD]



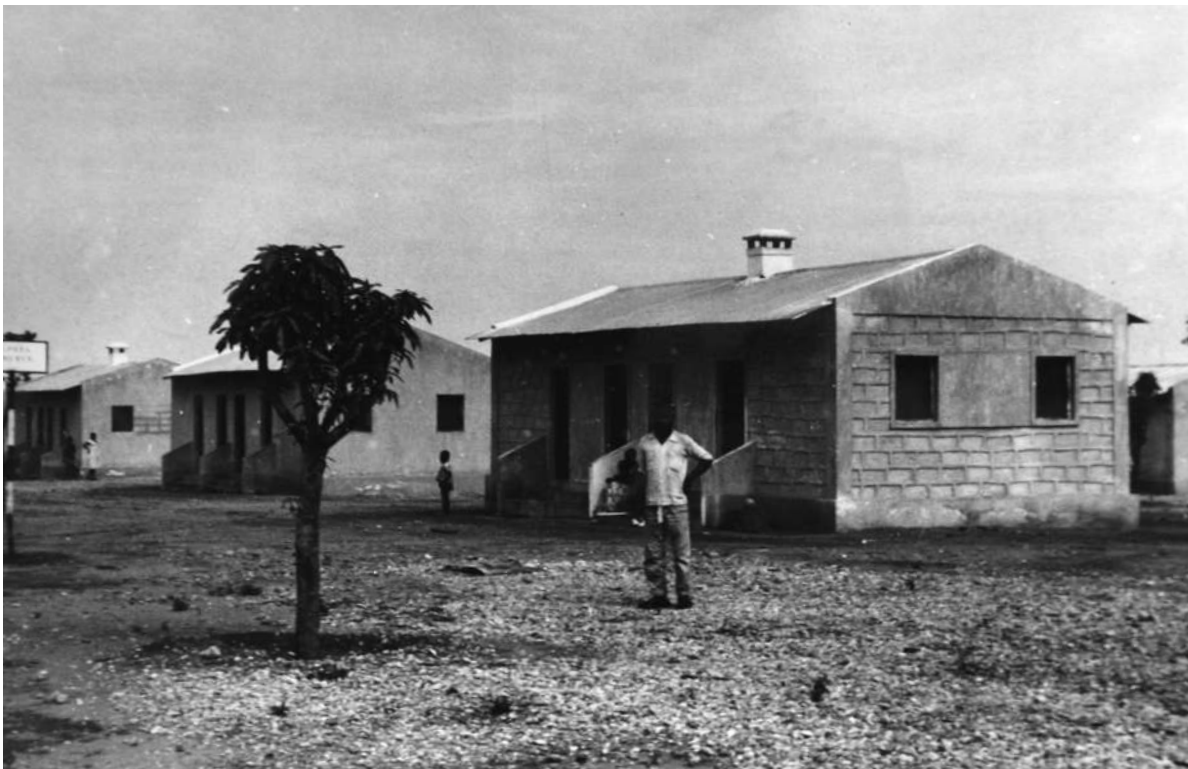
Aldeamentos definitivos para trabalhadores: um pormenor da aldeia Tshibaba constituída por vinte blocos de casas [Relatório Anual da SPAMOI, 1962. UC/AD]



Aldeia para trabalhadores em Tshibaba
[Relatório Anual do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Um pormenor da aldeia Camutué constituída por vinte blocos de casas
[Relatório Anual da SPAMOI, 1962. UC/AD]



Aldeia Camutué: blocos de quatro fogos com quarto e cozinha
[Relatório Anual da SPAMOI, 1962. UC/AD]



Aldeia para trabalhadores em Luapasso
[Relatório Anual do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Bairro para trabalhadores no Caingági: aspecto dos blocos de oito habitações
[Relatório Anual do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Um aspecto da aldeia Chilupuca
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Um aspecto da aldeia Capala, vendo-se um chafariz
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Plantação de eucaliptos numa das nossas aldeias
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Parque infantil na aldeia Caúma
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



As mulheres dos trabalhadores no lavadouro do aldeamento
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Aldeia Caingáji
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Casas de tipo tradicional, remodeladas
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Um aspecto da aldeia Calonda I e 2, ainda em remodelação
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Casa do soba Chicomba, na zona do Cachimo
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



O soba Chicomba com as suas mulheres
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Casa do velho soba Cassombo
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Cozinhas e casas de banho da casa acima mencionada
[Relatório Anual da SPAMO, 1966. UC/AD]



Acampamento em Dumba-Cagango, fachada principal
[Construções nas Explorações, 1968. UC/AD]



Acampamento em Dumba-Cagango, aspecto das trazeiras
[Construções nas Explorações, 1968. UC/AD]



Lucapa. Casas de habitação, geminadas, para especializados
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Lucapa. Casas de habitação, geminadas, para especializados
[Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casas para venda a nativos, no Camatundo (Dundo)
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Casas para venda a nativos, no Camatundo (Dundo)
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Depósito de água elevado no Luia
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Instalações para trabalhadores em trânsito, Nova Gaia. Aspecto de uma cozinha e de uma camarata
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Posto Escolar do Lóvua
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66. UC/AD]



Posto Escolar do Conduége, Dundo
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66. UC/AD]



Habitações de trabalhadores especializados
[Visita dos Delegados do BIT, 1970. UC/AD]



Habitações de trabalhadores nas minas
[Visita dos Delegados do BIT, 1970. UC/AD]

FESTA DA MELHOR ALDEIA



Festa da Melhor Aldeia, sobeta Sacai, Andrada, 1950 [Relatório sobre Mão d'Obra Indígena, entregue ao Dr. Manuel Pereira Figueira, curador geral dos serviços e coloniais, na visita ao Dundo. UC/AD]



Casa do sobeta Sacai, em Andrada, 1950 [Relatório sobre Mão d'Obra Indígena, entregue ao Dr. Manuel Pereira Figueira, curador geral dos serviços e coloniais, na visita ao Dundo. UC/AD]



Aldeia engalanada, do sobeta Mutia (Andrada), no Concurso da Melhor Aldeia, 1956
[Relatório do Conselho de Administração da Diamang, 1956. ANTT/AOS, UL-8A6, cx. 721, cap.1]



Festa da Melhor Aldeia: cerimónia de implantação do mastro simbólico
[Relatório do Conselho de Administração da Diamang, 1953. ANTT/AOS/D-N/2-10-1]



Aspecto parcial da aldeia premiada (Samuafo), Andrada
[Relatório da SPAMOI, 1958. diamang.com]



Aspecto da casa do sobeta Samuafo, Andrada
[Relatório da SPAMOI, 1958. diamang.com]



Festa da Melhor Aldeia, a melhor casa da aldeia, mandada construir pelo Txifulo, sobeta da aldeia, vencedora em 1961 [Relatório Anual da SPAMOI, 1961. UC/AD]



Vista parcial da casa sobeta Txifulo, 1961
[Relatório Anual da SPAMOI, 1961. UC/AD]



Festa da Melhor Aldeia, pormenor da ala sul da aldeia do soba Caixilho, vencedora em 1962
[Relatório Anual da SPAMOI, 1962. UC/AD]



Os sobas convidados para a Festa, em frente à casa do soba Caixilho, 1962
[Relatório Anual da SPAMOI, 1962. UC/AD]

Festa da Melhor Aldeia | vencedores ^A

1948

– Soba Samuafo, Andrada: “Entusiasmo para disputa dos prémios; indígenas já sentem ufania pela distinção. Um número considerável de casas se construiu em condições de destaque”.

1949

– [vencedor desconhecido]: “Sem dúvida que o interesse tem sido despertado pela propaganda que vimos fazendo e cujo resultado se traduz no melhoramento crescente das habitações e aldeias”.

1950

– Soba Sacai, Andrada: “O êxito crescente do concurso da melhor aldeia fornece-nos uma prova do que afirmamos. Os sobas reconhecem agora merecimento em apresentarem uma povoação limpa, cuidada, de habitações bem caiadas, com vegetação de sombra e árvores de fruto, o que implica a aceitação de novidades importantes na vida indígena, pois representa a adopção de critérios que lhes eram desconhecidos, como o de higiene nas habitações e o da arte no seu acabamento e apresentação geral. Renitência do negro do interior em introduzir novas fórmulas no conjunto dos seus usos e costumes ancestrais”.

1950

– Soba Saquemba, Maludi: “Bela casa – com uma porta e uma janela – digna de um grande senhor”.

1952

– [vencedor desconhecido]: “Cunho essencialmente indígena, mas não podemos deixar de orientar e até executar. Premiar o soba que mais se dedicou ao embelezamento. Vamos conceder 9 prémios às casas melhores construídas”.

1953

– Soba Muaquece, Cassanguidi: “Vencedora indiscutível: muito ampla, asseada, casas de boa construção de adobe, pintadas com inegável gosto a cores variadas, causou admiração geral. Contamos criar no presente ano mais prémios, para corresponder ao número crescente de aldeias concorrentes.”.

1954

– Soba Satxingue, Maludi: “Mais bem delineada, guarnecida de árvores de fruto e sombra, e em boas condições higiénicas”.

1955

- Chissanda, Andrada: “Aldeamento mais bem construído e cuidado. Distribuímos mais 9 prémios, por ordem de merecimento.”

1956

– Soba Mutia, Andrada (repetente?): “A outras aldeias foram concedidos prémios menores.”

1957

– Soba Baraca, Canzar: “Pela primeira vez foi escolhida aldeia **fora da área do Posto do Cambulo**, por se encontrarem 7 minas na margem direita do rio Luembe, demonstrando assim aos sobas que todos eles poderão vir a ser premiados, desde que de tal seja merecedor. Dificuldade em realizar o concurso.”

1958

– Soba Samuafo, Andrada: “Auxiliado pelos seus indígenas, demoliu a antiga aldeia e construiu novas casas, 4 das quais da sua actual aldeia mostraram novidade de serem cobertas a chapa de zinco e com pisos de cimento. A SPAMOI prestou eficaz assistência, dispensando pedreiros e carpinteiros e orientando os trabalhos de construção.”

1959

– Soba Muamuxito, Andrada

1960

– Soba Fernando, Andrada: “Aldeia se apresentava a mais perfeitamente construída e conservada, de entre as que se inscreveram para este interessante concurso.”

1961

– Soba Mua Ela Txifulo: “600 pessoas na alegria da festa. Estimular interesse pelo arranjo das aldeias e melhoria do aspecto e higiene das habitações que as constituem.”

1962

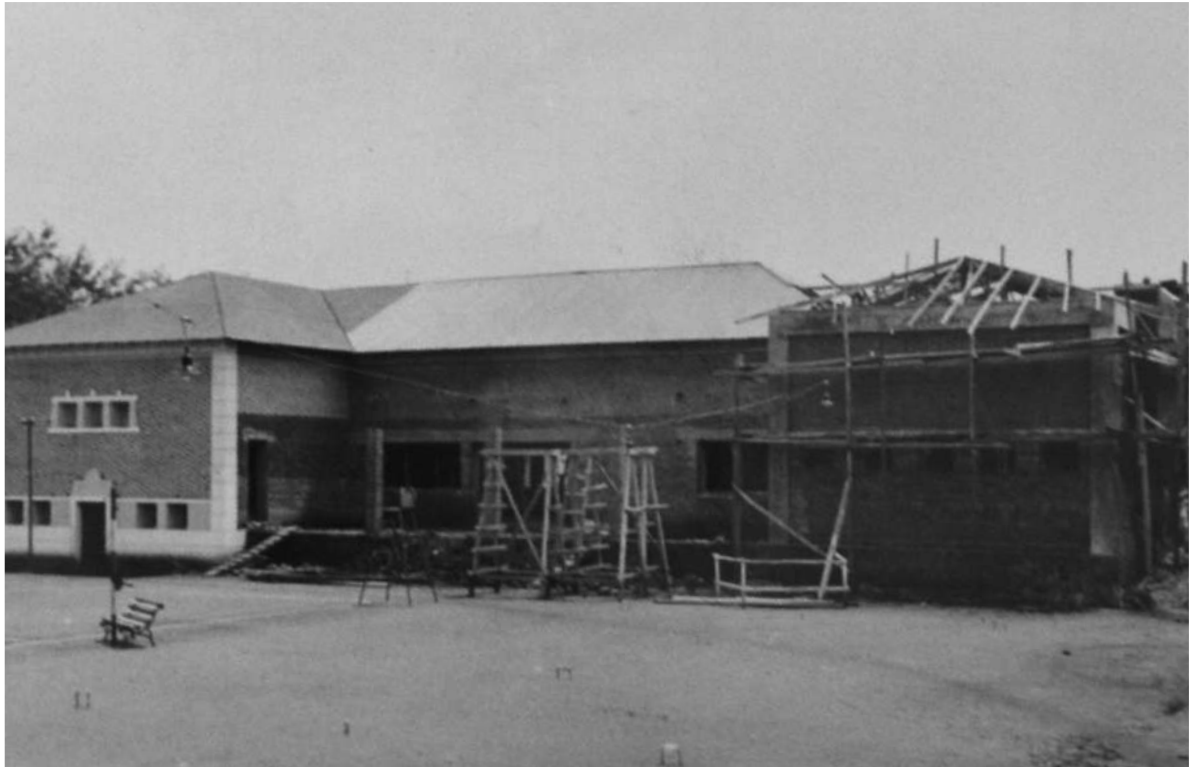
– Soba Mualuzanga, Andrada: “Vimo-nos forçados a colaborar excessivamente na construção de um grupo de seis casas, dentro daquele estilo, construindo inteiramente três delas e muito contribuindo para as restantes. Paredes de adobo, pavimentos e rebocos de cimento, com cobertura a chapa de alumínio. A aldeia premiada deste ano, com as suas casas de tipos bem distintos, serviu ao menos de modelo donde alguns trabalhadores têm copiado.”

1962

- Soba Sapoco, Maludi

^A Excertos retirados de relatórios da Diamang (UC/AD).

CASA DO PESSOAL



Casa do Pessoal, Andrada. Fachada norte em construção, 1950
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Andrada. Fachadas sul-poente em construção, 1950
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Andrada. Vista de conjunto, 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Andrada. Fachadas nascente-sul (salão de festas), 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Andrada. Aspecto interior da construção (salão de festas), 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Andrada. Fachadas sul-poente (em construção), 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Dundo. Corpo da biblioteca, lado nascente, 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Dundo. Corpo da biblioteca, alçado sul (em construção), 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Dundo. Corpo da biblioteca e parte da casa de trânsito, 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Dundo. Corpo da biblioteca (em construção), 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal no Dundo, s.d.
[ANTT, AGU-001-015857]



Casa do Pessoal, Dundo. Corpo da biblioteca (em construção), 1951
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53. UC/AD]



Casa do Pessoal, Dundo.
[diamang.com]



Casa do Pessoal, Dundo. Pátio
[diamang.com]



Casa do Pessoal, Fucaúma (s.d.)
[Arquivo fotográfico Júlio Pedro]



Casa do Pessoal, Calonda (s.d.)
[Repositório diamang.com]



Casa do Pessoal, Luxilo
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Casa do Pessoal, Luxilo; parte posterior, local do campo de jogos
[Relatório do Serviço de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Casa do Pessoal, Lucapa; início dos trabalhos do corpo central
[Relatório anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casa do Pessoal, Lucapa; corpo central e corpo sul em acabamentos
[Relatório anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casa do Pessoal, Lucapa (1º plano e 2ª fase)
[Relatório anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Casa do Pessoal, Lucapa; vista posterior do conjunto (campos de ténis e patinagem)
[Relatório anual da DSOVC, 1967. UC/AD]

SERVIÇOS DE SAÚDE



Dundo. Hospital para brancos
[Rapport 14, 1927. ANTT, HB-C/2-5-1-14]



Dundo. Hospital para negros
[Rapport 14, 1927. ANTT, HB-C/2-5-1-14]



Dundo. Farmácia
[Rapport 14, 1927. ANTT, HB-C/2-5-1-14]



Hospital de Vila Paiva de Andrada, vista geral
[Relatório dos administradores na Diamang, 1938. ANTT/AOS-D-N/2-5-1]



Hospital indígena de Maludi

[Relatório dos administradores na Diamang, 1938. ANTT/AOS-D-N/2-5-1]



Tipo de posto de socorros adoptado nas diferentes minas

[Relatório dos administradores na Diamang, 1938. ANTT/AOS-D-N/2-5-1]



Hospital para indígenas num grupo de minas
[Relatório da Mão de Obra, 1938. UC/AD]



O médico procedendo ao exame e pesagem de trabalhadores no local de trabalho
[Relatório da Mão de Obra, 1938. UC/AD]



Maternidade indígena do Hospital Indígena do Dundo
[Relatório dos administradores na Diamang, 1943. ANTT/AOS-D-N/2-4-1]



Novo refeitório do Hospital Indígena do Dundo
[Relatório dos administradores na Diamang, 1943. ANTT/AOS-D-N/2-4-1]



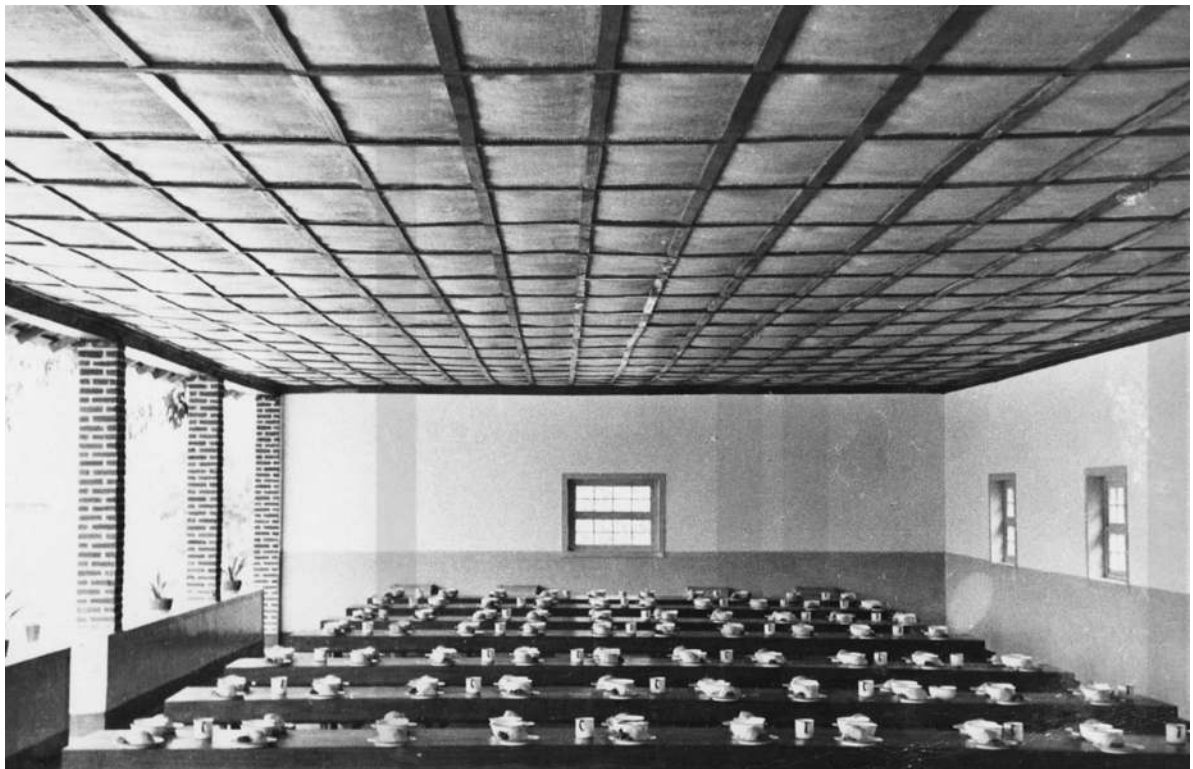
Pátio de recreio de indígenas convalescentes, internados no Hospital de Cassanguidi
[Relatório dos administradores na Diamang, 1943. ANTT/AOS-D-N/2-4-1]



Hospital de Cassanguidi
[(s.d). ANTT, AGU-001-014933]



Hospital de Andrada em Construção
[Viagem de Simões Neves, 1950. ANTT, AOS, Cx. 718]



Interior do refeitório do hospital-dispensário de Andrada
[(s.d). ANTT, AGU-001-014932]



Canzar. Hospital-Dispensário. Um aspecto da construção
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53.UC/AD]



Sombo. Aspecto da construção da enfermaria do Hospital-Dispensário
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53.UC/AD]



Cachimo. Alçado Principal do Hospital-Dispensário (nota manuscrita: "interessante")
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53.UC/AD]



Cachimo. Alçado lateral da enfermaria
[Construção e Reparação de Edifícios, 1950-53.UC/AD]



Hospital Isolamento do Sacavula (Dundo). Um aspecto da nova enfermaria
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Hospital Isolamento do Sacavula (Dundo). Um aspecto da nova enfermaria
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Vista de uma enfermaria para homens no Hospital-Isolamento do Sacavula
[Construção e Reparação de Edifícios, 1965-66. UC/AD]



Pavilhões do Hospital do Sacavula (tuberculose)
[Relatório para a OIT, 1970. UC/AD]



Vista aérea do Hospital do Sacavula
[Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



A avenida de acesso do Hospital do Sacavula, tendo à direita o bloco provisório do dispensário,
à esquerda um de enfermaria e ao fundo o dos refeitórios
[Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



Os bem cuidados canteiros relvados do Hospital do Sacavula. Ao fundo um bloco de enfermarias para mulheres, com uma pintura mural de cenas tradicionais [Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



Nova enfermaria do Hospital-Dispensário do Lóvua [Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Enfermaria do Bloco Hospitalar no Calonda
[Relatório dos Serviços de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Bloco Hospitalar do Calonda. Refeitório (dir.) e uma das enfermarias
[Relatório dos Serviços de Construção Civil, 1960-63. UC/AD]



Vista do lado do pátio interior do bloco dos dispensários do Hospital do Calonda
[Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



O bloco dos serviços gerais do Hospital do Calonda, focado do pátio
[Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



Uma fase de construção do bloco central do Hospital do Lucapa (fevereiro de 1970). A futura fachada principal [Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



Pormenor da ala nascente do bloco central do Hospital do Lucapa, em construção [Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



Avenida de acesso ao bloco central do Hospital do Lucapa
[Serviços de Saúde, 1972. UC/AD]



A fachada principal do bloco central do Hospital do Lucapa
[Serviços de Saúde, 1972. UC/AD]



Bloco principal do Hospital do Lucapa. Fachadas principal e lateral direita
[Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



Vista do lado do pátio interior do bloco dos dispensários do Hospital do Calonda
[Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



Hospital do Lóvua: entrada principal e bloco dos dispensários
[Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]



Bloco do dispensário e o jardim exterior do Hospital do Lóvua
[Serviços de Saúde, 1970. UC/AD]

CONSTRUÇÕES MILITARES



Sobre um alto bloco de granito, a construção da mais espaçosa torreta
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Entre o Canal e o Luachimo, a linha dupla de arame farpado protege a linha central eletrificada
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Aspecto da entrada, com cancela, na zona do pórtico. Ao fundo, uma das torretas de observação e combate, já concluída [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Aspetos da ocupação das instalações
[Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Uma das vigias construídas está localizada na câmara de carga, sobre a Central [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



A ocupação militar das instalações do Parque obrigou-nos a construir estas casas, entre a pequena mata de Maesopsis [Urbanização e Saneamento do Dundo, 1962. UC/AD]



Acartelamento de Portugália. Porta de Armas
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Acartelamento de Portugália. Casa da Guarda
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Aquartelamento de Portugália. Construção do parque automóvel
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Aquartelamento de Portugália. Bloco sanitário e enfermaria
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Aquartelamento “Mague”. Camaquenzo (Dundo). Uma vista de parte dos edifícios
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Aquartelamento “Mague”. Cassanguidi. Edifício da Caserna e Cozinha-Refeitório e (ao fundo)
de Oficiais e Sargentos [Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Aquartelamento do Lóvua. Cozinha-Refeitório e Parque Auto
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Aquartelamento do Lóvua. Comando e Caserna
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Construção de quartel MAGUE no Camaquenzo (Dundo)
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Aquartelamento do Camissombo. Vista geral
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]

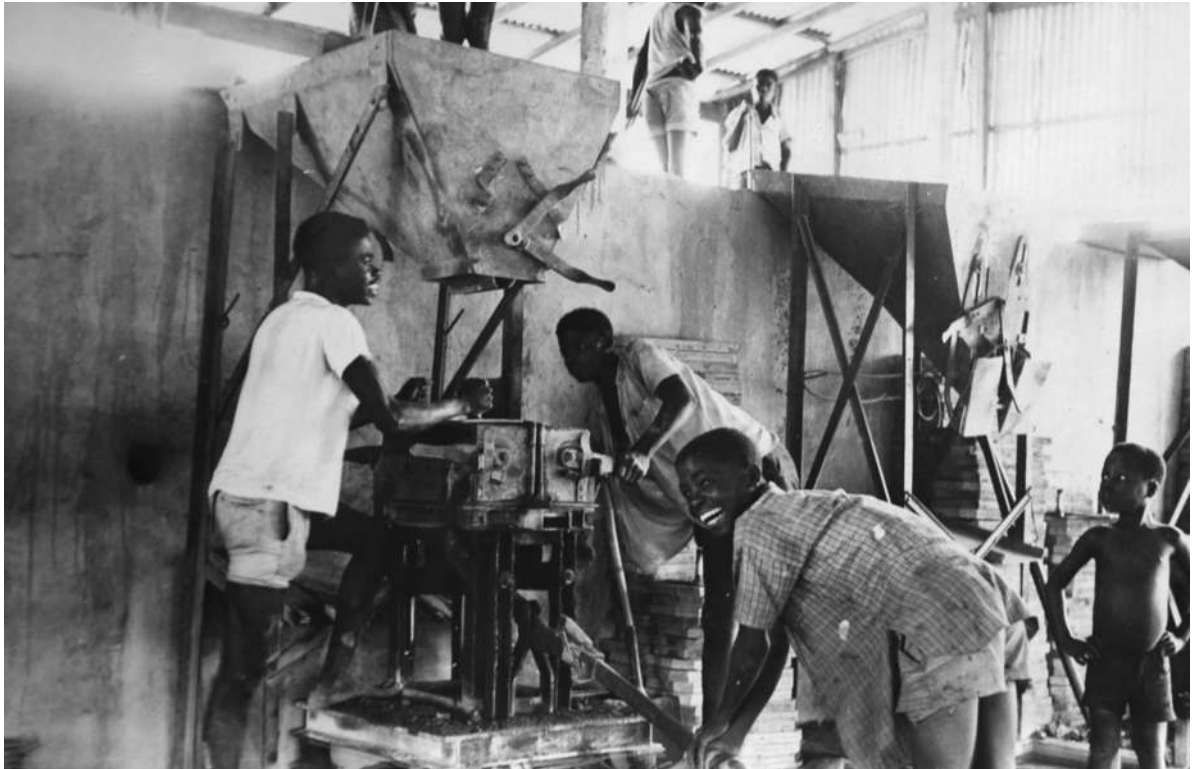


Aquartelamento do Camissombo. Edifício do Comando
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]



Aquartelamento do Cacanda
[Construção e Reparação de Edifícios, 1964-65. UC/AD]

FABRICO DE MATERIAIS



Fábrica de blocos em cimento. Uma das fases do fabrico
[Relatório da SPAMOI, 1961. UC/AD]



Fábrica de blocos em cimento. Empilhando os blocos que irão servir para novas construções
[Relatório da SPAMOI, 1961. UC/AD]



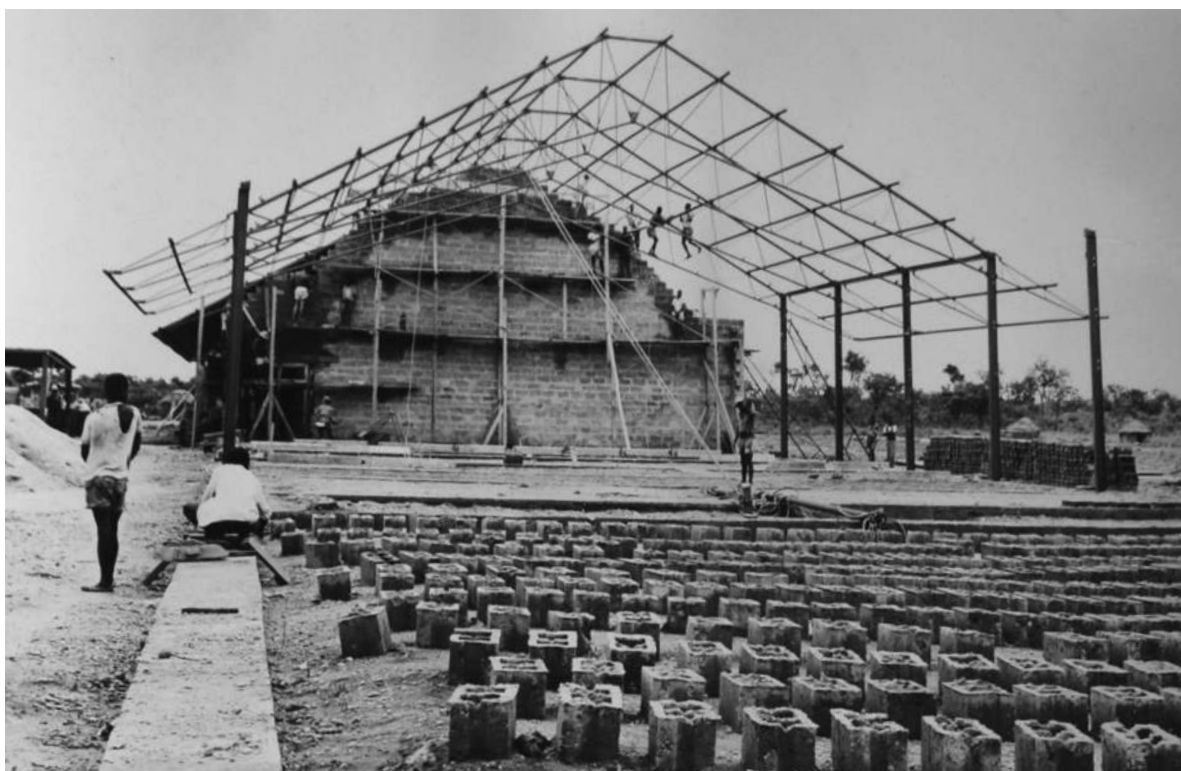
Fábrica de blocos em cimento. Reserva de blocos em cimento
[Relatório da SPAMOI, 1961. UC/AD]



Carpintaria da SPAMOI com serra e plaina mecânica onde se prepara madeira para casa de trabalhadores
[Relatório da SPAMOI, 1962. UC/AD]



Numa pequena carpintaria fazem-se móveis simples para contratados e trabalhadores da região
[Relatório da SPAMOI, 1962. UC/AD]



Aquartelamento do Camissombo. Construção do edifício principal
[Relatório dos Serviços de Construção Civil, 1960-1963. UC/AD]



Cerâmica do Luzamba (Cuango). Vista das zonas de moldagem e secagem
[Relatório da DSOVC, 1967. UC/AD]



Cerâmica do Luzamba (Cuango). Vista da zona de secagem
[Relatório da DSOVC, 1967. UC/AD]



Cerâmica do Luzamba (Cuango). Transportadora, laminador, feira de vácuo e mesa de corte
[Relatório da DSOVC, 1967. UC/AD]



Cerâmica do Luzamba (Cuango). Condução de tijolos vazados (30x20x20), moldagem, secagem
[Relatório da DSOVC, 1967. UC/AD]



Tijolaria do Dundo. Utilização de uma “dozer-shovel” no desmonte e transporte de argila para campos de montagem [Relatório das Construções, 1955. UC/AD]



Tijolaria do Dundo. Utilização de uma “dozer-shovel” no desmonte e transporte de argila para campos de montagem [Relatório das Construções, 1955. UC/AD]



Tijolaria do Dundo. Abastecimento de água e preparação de argila para moldar
[Relatório das Construções, 1955. UC/AD]



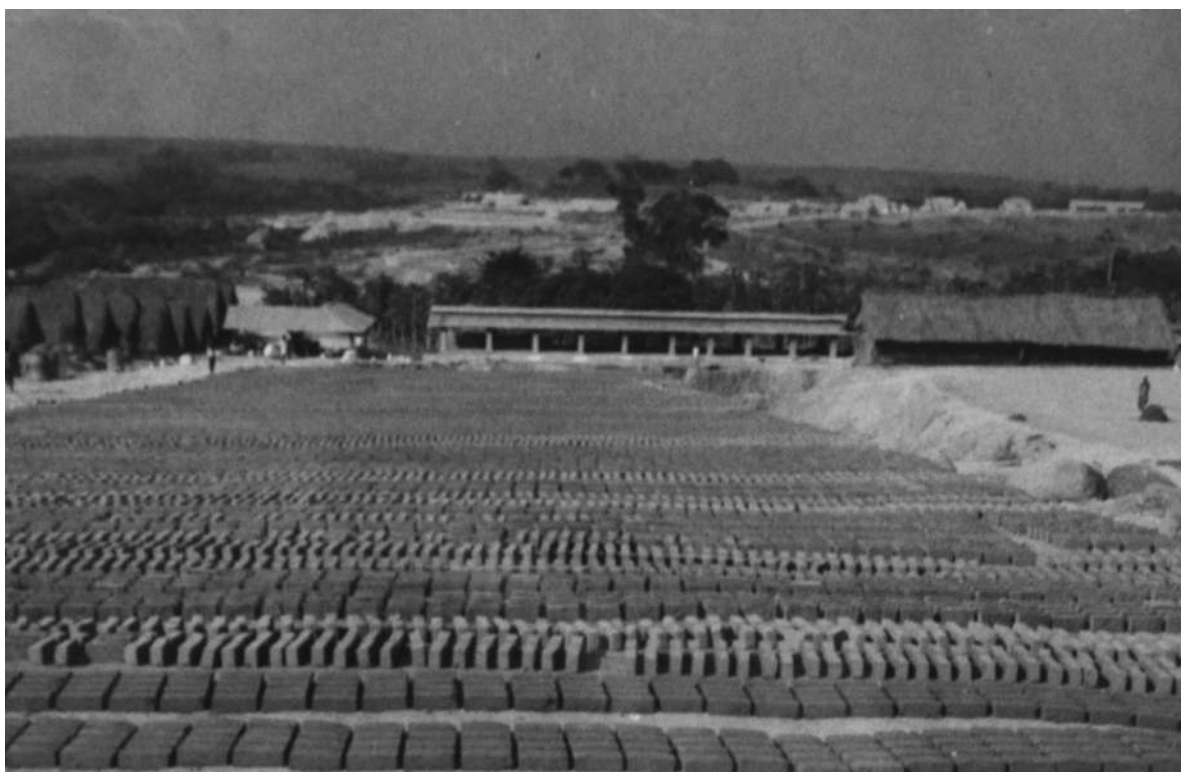
Tijolaria do Dundo. Abastecimento de água e preparação de argila para moldar
[Relatório das Construções, 1955. UC/AD]



Tijolaria do Dundo. Moldagem de tijolo utilizando formas quádruplas
[Relatório das Construções, 1955. UC/AD]



Tijolaria do Dundo. Moldagem de tijolo utilizando formas quádruplas
[Relatório das Construções, 1955. UC/AD]

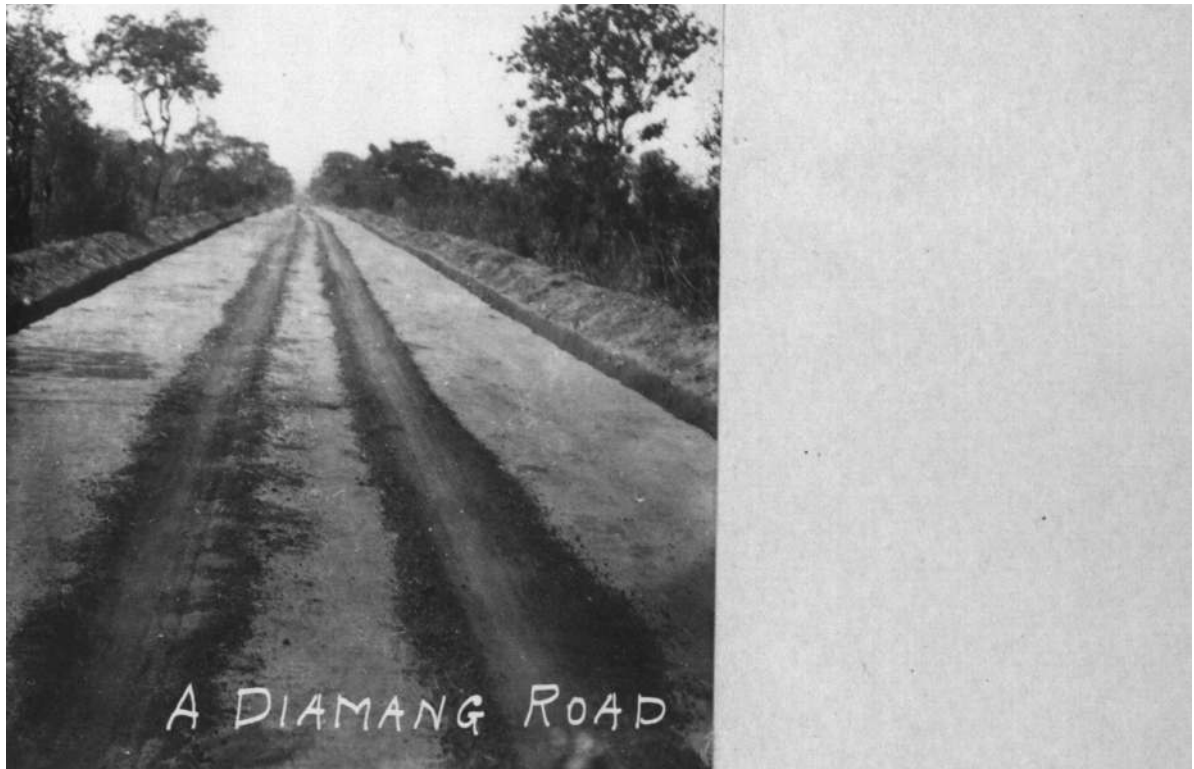


Tijolaria do Dundo. Campos de moldagem, depois de acabadas as tarefas
[Relatório das Construções, 1955. UC/AD]



Tijolaria do Dundo. Campos de moldagem, depois de acabadas as tarefas
[Construções Luanda, 1950-1951. UC/AD]

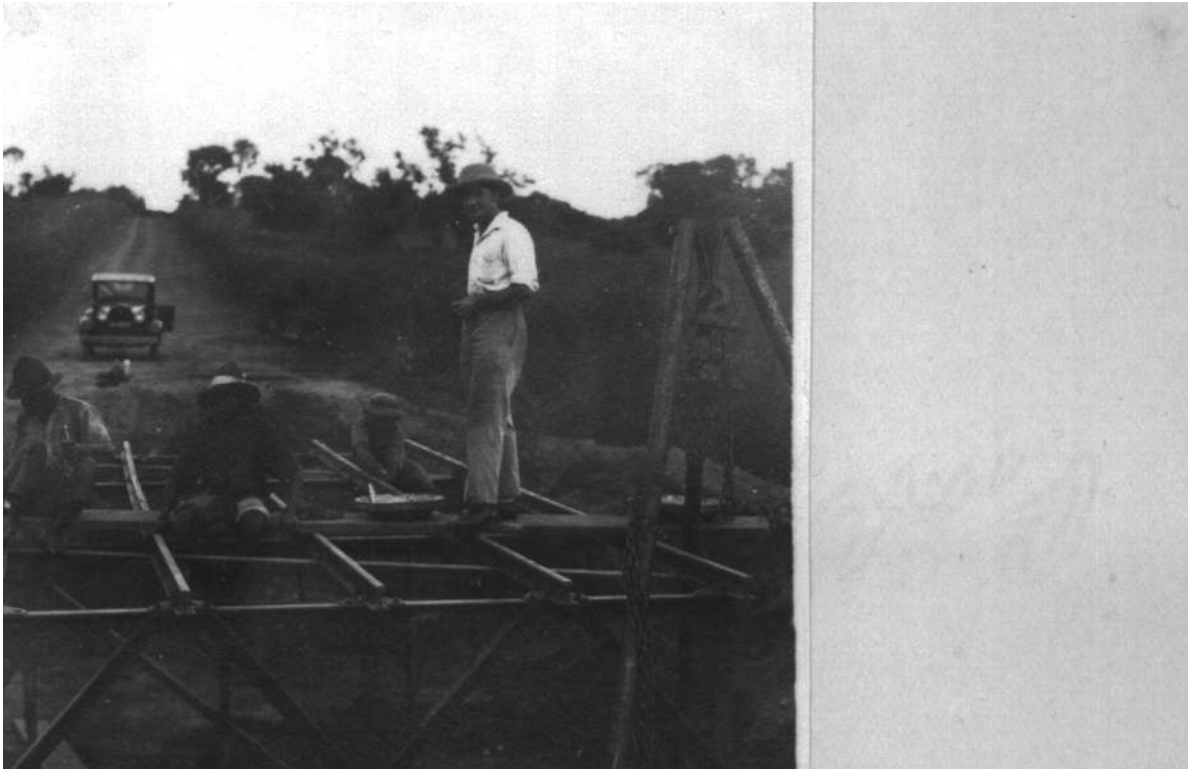
ESTRADAS



A Diamang Road. Uma estrada da companhia na Lunda
[Rapport 13, 1926. ANTT, HB-C/2-5-1-13]



Ponte sobre as ribeiras Lulenga e Xitafuma na nova estrada Andrada-Cossa
[Rapport 18, 1931. ANTT, HB-C/2-5-1-18]



Construção da nova ponte para o Luxilo
[Rapport 18, 1931. ANTT, HB-C/2-5-1-18]



Construção da nova estrada para a margem oriental do rio Luachimo
[Rapport 20, 1933. ANTT, HB-C/2-5-1-20]



Estrada da Lunda
[Viagem de Simões Neves, 1945. ANTT, AOS, Cx. 713]



Chegada a uma povoação
[Viagem de Simões Neves, 1945. ANTT, AOS, Cx. 713]



Construção de uma jangada
[Viagem de Simões Neves, 1945. ANTT, AOS, Cx. 713]



Estrada de Turismo
[Viagem de Simões Neves, 1945. ANTT, AOS, Cx. 713]



Como se deslocavam nos primeiros tempos os empregados da companhia (Blosser e Norris)
[Viagem de Simões Neves, 1950. ANTT, AOS, Cx. 718]



Como se deslocam hoje os empregados da companhia, em flagrante contraste
[Viagem de Simões Neves, 1950. ANTT, AOS, Cx. 718]



Estrada Cuango-longo. Aspecto normal de alguns troços na estação chuvosa, nas estradas de terra da área do Cuango [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Estrada Luzamba-EN Malange/Henrique Carvalho. Mortocrapers em execução das terraplanagens [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Estrada Luzamba-EN Malange/Henrique Carvalho. Montagem de um aqueduto 3x3, em tubos metálicos tipo ARMCO [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Estrada Luzamba-EN Malange/Henrique Carvalho. Estabilização dos terraplanos [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Estrada Luzamba-EN Malange/Henrique Carvalho. Realização de testes para determinação de percentagens de densidade. Ensaios realizados por pessoal especializado do Departamento de Mecânica de Solos da JAEA [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Estrada Luzamba-EN Malange/Henrique Carvalho. Vista aérea do trecho inicial, com terraplanagens já executadas [Relatório Anual da DSOVC, 1967. UC/AD]



Inauguração da avenida principal da Avenida de Portugalía
[Construção de Estradas em Henrique de Carvalho, 1973. UC/AD]



Inauguração da avenida principal da Avenida de Portugalía
[Construção de Estradas em Henrique de Carvalho, 1973. UC/AD]

LUANDA



Casa “tipo fim de semana” para a Diamang, 1950
[Construções Luanda, 1950-1951. UC/AD]



Casa “tipo fim de semana” para a Diamang, 1950
[Construções Luanda, 1950-1951. UC/AD]



Recinto do campo de jogos na Casa da ilha, 1954
[Construções Luanda, 1954. UC/AD]



Recinto do campo de jogos na Casa da ilha, 1954
[Construções Luanda, 1954. UC/AD; note-se a casa-balão, ao fundo, revelando a disseminação desta tipologia em Angola]



Aspecto geral do bairro indígena, 1953
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Aspecto parcelar do bairro indígena, 1953
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Uma casa em construção, faltando-lhe ainda a varanda à frente, 1953
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Construção da escola, 1953
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Bairro Residencial em Miramar, vista de conjunto
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Bairro Residencial em Miramar, vista de conjunto
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Aspecto panorâmico obtido da casa tipo I
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Aspecto panorâmico obtido da casa tipo I
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Bairro Residencial em Miramar, Casa tipo O (em construção)
[Construções Luanda, 1952-1953. UC/AD]



Bairro Residencial em Miramar, Casa tipo O (concluída)
[Construções Luanda, 1954. UC/AD]



Casa tipo VI
[Construções Luanda, 1954. UC/AD]



Casa tipo V
[Construções Luanda, 1954. UC/AD]



Casa tipo VI
[Construções Luanda, 1954. UC/AD]

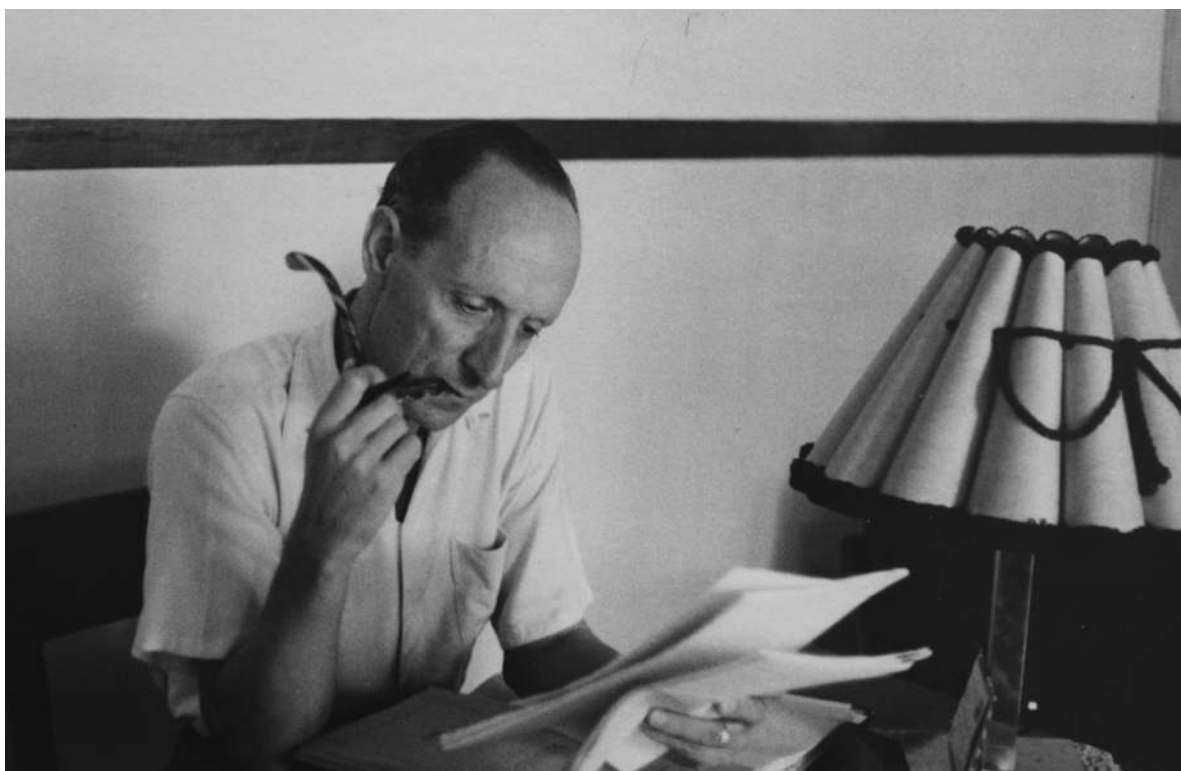


Lago da Casa tipo I
[Construções Luanda, 1954. UC/AD]

URBANISTA



Fernando Queiroz no escritório, s.d.
[Arquivo Fernando Queiroz]



Fernando Queiroz no escritório, s.d.
[Arquivo Fernando Queiroz]

RESILIÊNCIA



Avenida 28 de Agosto, Museu do Dundo
[Dundo]



Avenida 28 de Agosto, Museu do Dundo
[Dundo]



Ruas da povoação
[Dundo]



Ruas da povoação
[Dundo]



Angola Telecom
[Dundo]



Largo Dr. Agostinho Neto
[Dundo]



Casa do Pessoal
[Dundo]



Casa do Pessoal
[Dundo]



Igreja
[Dundo]



Bispado
[Dundo]



Bairro Norte
[Dundo]



Bairro Norte
[Dundo]



Bairro Norte
[Dundo]



Bairro Norte
[Dundo]



Bairro Sul
[Dundo]



Bairro Sul
[Dundo]



Bairro Sul
[Dundo]



Bairro Sul
[Dundo]



Vista da povoação
[Dundo]



Vista da povoação
[Dundo]



Vista da povoação
[Dundo]



Vista da povoação
[Dundo]



Bairro Ngacomona
[Dundo]



Bairro Ngacomona
[Dundo]



Bairro Ngacomona
[Dundo]



Bairro Ngacomona
[Dundo]



Oficinas
[Andrada]



Oficinas
[Andrada]



Igreja
[Andrada]



Casa de Trânsito
[Andrada]



Casas de 1º andar
[Andrada]



Entrada na povoação
[Andrada]



Residências
[Andrada]



Hospital Sanatório do Kambulo
[Andrada]

